

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Programa de Pós-graduação em História

André Onofre Limírio Chaves

**COLECIONAR O BRASIL: de José Vieira Couto a D. Leopoldina
de Habsburgo-Bragança (séc. XVIII-XIX)**

Belo Horizonte

2025

André Onofre Limírio Chaves

**COLECIONAR O BRASIL: de José Vieira Couto a D. Leopoldina
de Habsburgo-Bragança (séc. XVIII-XIX)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História da Universidade Federal de Minas
Gerais como requisito parcial para a obtenção do
título de Doutor em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Júnia Ferreira Furtado
(UFMG)

Coorientador: Dr. Paulo Knauss (UFF)

Linha de pesquisa: Cultura e Ciência na História

Belo Horizonte
2025

907.21	Chaves, André Onofre <u>Limírio</u> .
C512c	Colecionar o Brasil [recurso eletrônico]; de José Vieira
2025	Couto a D. Leopoldina de Habsburgo-Bragança (séc. XVIII - XIX) / André Onofre Limírio Chaves. - 2025.
	1 recurso online (323 f. : il.): pdf
	Orientadora: Junia Ferreira Furtado.
	Coorientador: Paulo Knauss de Mendonça.
	Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
	Inclui bibliografia.
	1.História – Teses. 2. Museus – Teses . 3. Leopoldina, Imperatriz, consorte de Pedro I, Imperador do Brasil, 1797-1826. 3.História natural - Teses. 4.Ciência – História – Teses. I. Furtado, Junia Ferreira. II. Knauss, Paulo, 1965-. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

FOLHA DE APROVAÇÃO

**"Colecionar o Brasil: de José Vieira Couto a D. Leopoldina de Habsburgo - (séc.
XVIII - XIX)"**

André Onofre Limírio Chaves

Tese aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:

Profa. Dra. Júnia Ferreira Furtado - Orientadora
UFMG

Prof. Dr. Paulo Knauss de Mendonça
UFF

Profa. Dra. Maria de Fátima Gomes Costa
UFMT

Profa. Dra. Ana Paula Sampaio Caldeira
UFMG

Prof. Dr. João Carlos Pires Brigola
Universidade de Évora

Belo Horizonte, 02 de abril de 2025.

Belo Horizonte, 19 de março de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Júnia Ferreira Furtado, Professora do Magistério Superior**, em 03/04/2025, às 12:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Knauss de Mendonça, Usuário Externo**, em 03/04/2025, às 13:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Sampaio Caldeira, Professora do Magistério Superior**, em 03/04/2025, às 14:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria de Fátima Gomes Costa, Usuário Externo**, em 04/04/2025, às 13:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **João Carlos Pires Brigola, Usuário Externo**, em 08/04/2025, às 14:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4055846** e o código CRC **9DA79FBB**.

*Para Maria Celia Souza (in memoriam), a
Celinha – ou melhor, a dindinha.*

AGRADECIMENTOS

Não foi fácil começar esta pesquisa em um momento jamais esperado por grande parte da população, quando vimos o mundo parar e tivemos que nos reinventar para dar continuidade aos aspectos mais mundanos da vida. Eu e mais tantos pós-graduandos da turma de 2020 fomos pegos de surpresa pelos percalços ocasionados pela pandemia da covid-19, que lamentavelmente ceifou muitas vidas – além de, em contexto brasileiro, ter durado mais do que deveria; vimos de perto o perigo do negacionismo em tempos de crise. Não pude conhecer novos colegas, trocar com eles a respeito das angústias da pesquisa nem ir à lanchonete da FAFICH durante os intervalos. O contato com os professores nesta reta final da formação se deu por meio de uma tela de computador. Os afetos, os carinhos e o calor humano se resumiram a longas chamadas de vídeo, incansáveis *lives* e à esperança de que a ciência nos oportunizasse voltar a viver sem preocupação. Este trabalho teve o apoio de muitas pessoas queridas; mencioná-las aqui é uma forma de homenageá-las e agradecer-las, uma vez que foram fundamentais não apenas para lidar com os desafios impostos pela pandemia, mas também para a concretização desta tese.

Primeiramente, agradeço à minha orientadora, Júnia Ferreira Furtado, por ser uma mentora que acompanhou a minha formação desde a graduação, passando pelo mestrado e, por fim, chegando ao doutorado. *Juju* é uma grande inspiração para mim; o legado da sua *expertise* pode ser visto em vários livros e projetos nacionais e internacionais. Sou muito grato e honrado por tê-la como orientadora, conduzindo os ritos necessários para aprimorar a minha escrita e a minha pesquisa. Agora, concluo uma etapa formal de aprendizado, mas sempre a terei como uma orientadora honorária em todos os projetos que surgirem. Obrigado, Ju!

Neste trabalho, pude ter o privilégio de ser coorientado por Paulo Knauss, a quem sempre admirei. Sua parceria na construção desta pesquisa, em reuniões *online* ou em cafés, sempre iam além do tema aqui investigado; compartilhei, com ele, o fascínio de ir a exposições e admirar obras do Museu de Arte da Pampulha e do Instituto Histórico Geográfico e Brasileiro. Lembro-me de ver os bustos de Minerva e Camões, feitos por Auguste-Marie Taunay, que tiraram o meu ar, especialmente ao saber suas histórias – o lado invisível que tanto procuro nos objetos.

Pude contar com uma banca generosa, que teceu elogios e sugestões de grande importância para a finalização deste trabalho. Agradeço ao professor João Carlos Brigola, mentor desde os tempos da Universidade de Évora, e à professora Maria de Fátima Costa, pelo olhar cauteloso sobre a importância do uso dos relatos de viajantes para o estudo das coleções, bem como sobre os limites da poética na escrita do passado.

Sem o apoio das agências de fomento, é praticamente impossível ser pesquisador neste país; por isso, o meu agradecimento à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa concedida durante o meu doutoramento. Agradeço também à minha *Alma Mater*, a Universidade Federal de Minas Gerais, que abriu o meu horizonte para o mundo do conhecimento e foi responsável por transformar um jovem do interior de Minas Gerais em um historiador. E, claro, agradeço a todo o corpo técnico que me auxiliou, em especial, ao secretariado do Programa de Pós-graduação em História.

Um especial agradecimento aos meus mestres do Departamento de História da UFMG: Vanicléia da Silva Santos, por ter me guiado nas discussões decoloniais do conhecimento, da arte e dos museus. Eduardo França Paiva, por contribuir para o meu aprendizado sobre metodologias na investigação histórica. Minha grande e querida professora e “orientadora” de vida, Ana Paula Sampaio Caldeira, que, durante o mestrado, me deu constantes motivações para terminá-lo, apesar da tragédia que acometeu o Museu Nacional da UFRJ. O seu carinho, o seu olhar e a sua crença no meu potencial foram imprescindíveis para a minha formação. Muito obrigado, Ana! À Mariana Silveira, com quem compartilhei os desafios de lecionar para as gerações atuais, agradeço pelo apoio no estágio docente.

Tive a oportunidade, durante o doutorado, de estar em duas instituições museais importantes para compreender as dinâmicas colecionistas, tanto do passado quanto do presente. No Instituto Inhotim, a primeira delas, pude desenvolver meu lado curatorial, ampliando meus horizontes sobre as nuances do colecionismo de arte contemporânea e o seu impacto no mercado da arte. Lá, fiz colegas importantes, como Renata Bittencourt, por quem minha admiração é permanente; e Sofia Junqueira, cuja parceria virou uma linda amizade. Agradeço ao Douglas de Freitas pela oportunidade de compor a equipe de curadoria do Inhotim e pelos constantes ensinamentos. Agradeço também ao Pedro Dillan, ao Jacson Trierweiler, à Izabela Ventura, à Bruna Oliveira, à Bruna Camargos, à Carol Lopes e à Janaína Mello. Não poderia deixar de mencionar os artistas Rommulo Vieira Conceição e Laura Vinci, cujos trabalhos me encantaram.

A segunda instituição, cujas recordações sempre aquecem o meu coração, é The Frick Collection, em New York. Estar no corpo curatorial de umas das principais instituições dedicadas à História da Arte e do Colecionismo, onde aprofundei o meu conhecimento, foi uma das experiências mais incríveis que tive até o momento. Concomitantemente, vi de perto os desafios da restauração da emblemática mansão Frick, sede da instituição, e, na altura, vivi a curta existência da Frick Madison, no emblemático edifício projetado por Marcel Breuer, que proporcionou um novo olhar sobre as obras, em diálogo com a arquitetura brutalista. Essa experiência só foi possível pela generosidade do meu supervisor, Xavier F. Salomon, curador-chefe da Frick, que acreditou no potencial da minha pesquisa. Minha gratidão é eterna. Sou grato, também, pelos aprendizados nas galerias da Frick, com os curadores Aimee Ng, Giulio Dalvit e Marie Laure Pongo. Muito obrigado! Não posso deixar de mencionar as saudosas Bailey Keiger, Gemma McElroy e Rebecca Dunnegan, com quem as conversas durante os lanches sempre eram acompanhadas por maravilhosas risadas; o cuidado no acolhimento de Caitlin Henningsen e April Kim Tonin, bem como de Christopher Snow Hopkins e Samuel Snodgrass. Em especial, agradeço à carinhosa Besmira Rraci, a Bes, e também ao suporte da filantropa Ayesha Bulchandani, responsável por garantir os fundos necessários para essa experiência inesquecível. Carrego no meu coração a amizade de Cecília Mazzochio, colega com quem dividia o trabalho e também as aventuras pela *Big Apple*, como as nossas inesquecíveis *jazz nights*; a saudade só aumenta! Ainda, agradeço à Shannah Rose pelo carinho, pelos abraços calorosos e por ter me apresentado o Institute of Fine Arts of New York.

Ao longo do doutorado, principalmente durante a pandemia, contei com a generosidade de importantes instituições que concederam acesso aos documentos, mesmo em um contexto tão complexo. Assim, agradeço ao Arquivo Nacional, ao Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, à Fundação Biblioteca Nacional, ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, à Academia de Ciências de Lisboa e ao Museu Nacional de História Natural e da Ciência de Lisboa, em especial, à cordialidade de Branca Moriés. Agradeço, também, à Rita Scodeler, do Consulado do Brasil em Viena, bem como ao Naturhistorisches Museum. Sou grato, ainda, ao Ygor Gabriel Alves de Souza e ao Arquivo Público Mineiro. A experiência na Frick Collection possibilitou meu acesso a uma vasta gama de publicações da Frick Art Reference Library, que resultou em importantes contribuições para as discussões aqui apresentadas. E agradeço o apoio de Andrea Wulf em pensar caminhos para encontrar a documentação entre D. Leopoldina e Alexander von Humboldt.

Em minha vida, conto com amigos muito importantes e especiais. Serei sempre grato ao Matheus Castro e ao Wiliam Gonçalves Pinto por estarem comigo nesta trajetória desde os tempos de colégio. Por mais que os encontros não sejam mais tão frequentes, vocês estão sempre no meu coração. Ao cuidado de Natália Gonçalves, que sempre me deu forças quando eu precisei. Digo o mesmo ao *darling* Thomaz Cannizza, por me ajudar a passar por várias situações – e pelas suas piadas dramatizadas, que sempre proporcionaram grandes risadas. Sou grato aos meus colegas da saudosa Turma 2012/1: Amanda, Talita, Raquel N., Isabela Rosa, Matheus Y., Ívina, Flávia, Paula, Pollyana, Raquel M., Bárbara e Carol. Em especial, agradeço à minha amiga-irmã, conterrânea “dus Paim”, Luiza Rabelo, que, mesmo estando um pouco mais longe, sempre se faz presente.

Não posso deixar de agradecer ao Sinval do Espírito Santo e ao Daniel Francisco Lima, o Val e o Dani, amigos que foram fundamentais em diversos momentos desses últimos anos. Que venham mais aventuras carregadas de risadas; o amor que sinto por vocês é imensurável. Da nossa turminha, agradeço ainda a Edu Andrade, Hugo, Joapa, Ronei, Manu, Edu Carazza, Julio, Matheus e à nossa linda diva, Talita Alvarenga. Ainda, agradeço aos amigos conquistados no intercâmbio de 2016: Higor, Diego, Lucas, Gabi, Jeane e Gerta – com quem o reencontro em NY foi inexplicável. Sou extremamente grato à minha querida amiga Rita Cavalcanti, a Ritinha, que me estendeu a mão em um momento bastante delicado, trazendo alento ao meu coração.

Em 2023, dei início a uma nova trajetória profissional no Arquivo Permanente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, onde me deparei com um vasto mundo de documentos – o sonho de qualquer historiador. O trabalho, ali, não seria o mesmo sem o apoio dos meus colegas; por isso, agradeço a Patrícia Lavall, Maycon Amaral, Bruna M., Carol, Viviane, Vitão, Vitinho, Jullia, Marcão e Vagner. Um agradecimento especial à minha chefe, Sônia Santos, pela generosidade em compreender as demandas do doutorado, muitas vezes concomitantes ao trabalho. E, claro, não poderia deixar de citar a minha querida colega, amiga e historiadora Júlia Pazzini, cuja amizade foi crucial na reta final deste trabalho. Sou muito grato a você!

Não posso deixar de agradecer ao Carlos José e à Heloísa Vidigal pelo lindo apoio, sempre acompanhado de belas risadas, e à Carolina Vaz, a Carolis, cuja sabedoria me fascina. Muito obrigado pelas sugestões, pelas dicas e pelos comentários. Seu papel neste trabalho foi fundamental.

Este trabalho é fruto de uma constância investigativa que começou há mais de dez anos, quando ainda estava na graduação, estimulado por René Lommez Gomes, que sempre apoiou meu amadurecimento intelectual. Quis o destino que tomássemos novos rumos; mesmo assim, sou grato por tudo. Reforço minha gratidão à Roberta Martins, a minha “irmã” de BH (temporariamente, no Rio), cujo apoio em várias questões foi essencial. Sua amizade é preciosa, tal qual a de Fátima e Sueli; te amo demais!

Quando moramos longe, o conceito de família se estende, sendo os amigos uma base importante. Mas sem o apoio de meus pais, Lindete Cristina Silva e Wilson Chaves, os sonhos de cursar uma universidade federal e de vivenciar oportunidades no exterior não teriam se tornado realidade. Assim, sou extremamente grato a esses dois pilares fundamentais; meu amor é incondicional. Digo o mesmo aos meus irmãos; mesmo distante, sempre penso em vocês, Dayane Chaves e Paulo Chaves. Como havia dito durante o mestrado, ser pesquisador e morar longe da família têm um preço muito alto, que inclui escolhas difíceis; lamento pelas ausências. Agradeço aos meus tios e tias, em especial às tias Paula, Conceição e Aparecida, por sempre se lembrarem de mim. A pandemia teve impactos na minha família, e a minha querida avó Elza virou estrela; nunca deixei de pensar nela e no vô Nelson, que agora está ao seu lado. E um especial agradecimento ao vô Onofre, com seus 96 anos, cujo nome carrego e que sempre foi gentil comigo. Aos meus amores Luke, Mathias – mestre e quase doutor – e Olívia, gatinhos que proporcionaram tantos momentos divertidos. E, claro, ao meu amado Rico, cuja perda sinto até hoje.

Por fim, um agradecimento especial à minha amada madrinha, dindinha Maria Célia Souza. Dedico esta tese à sua memória. Celinha foi uma pessoa incrível, de coração imenso, que trazia alento à nossa família nos momentos mais difíceis – e quem sempre admirei. A saudade que sinto é imensa, bem como o pesar por ela ter sido mais uma vítima da cruel pandemia pela qual passamos e da negligência do Estado brasileiro à época. Celinha sempre me incentivou, desde pequeno, a seguir o caminho dos estudos, e ficava orgulhosa das minhas conquistas. Serei sempre grato a você!

Coleciono, logo existo! (Susan Sontag, 1993)

RESUMO

Esta tese tem como objetivo explorar as experiências colecionistas do fim do século XVIII e início do XIX, com o intuito de analisar os formatos de museus existentes naquele período. A pesquisa discorre sobre o colecionismo de História Natural durante esse intervalo e como ele impactou a formação de importantes coleções, que serviram tanto para a fruição de seus proprietários quanto para o fomento de pesquisas sobre a natureza brasileira. O estudo propõe uma nova perspectiva sobre a história dos museus no Brasil, ampliando o olhar para exemplos anteriores ou paralelos à Casa de História Natural, ou Casa dos Pássaros, no Rio de Janeiro, frequentemente vista por estudiosos como o marco inaugural dos museus brasileiros. Nesse contexto, figuras como José Vieira Couto, D. Frei Cipriano de São José, Antônio de Araújo e Azevedo (Conde da Barca), José Bonifácio de Andrada e Silva e a Imperatriz D. Leopoldina de Habsburgo-Bragança são analisadas com o objetivo de compreender a formação de seus museus e os desdobramentos para a ciência da época. Além disso, busca-se contribuir para o campo da História das Coleções e dos Museus no Brasil, ainda em desenvolvimento, e que se dedica a questões relevantes acerca do reflexo das coleções e dos museus na construção do conhecimento humano.

Palavras-chave: Museus; História das Coleções; História Natural; História das Ciências; Iluminismo; D. Leopoldina de Habsburgo-Bragança; José Bonifácio de Andrada e Silva; José Vieira Couto; Antônio de Araújo e Azevedo.

ABSTRACT

This thesis aims to explore the collecting experiences of the late 18th and early 19th centuries, with the goal of analyzing the types of museums that existed during this period. The research discusses the Natural History collecting practices of this time and how they influenced the formation of important collections, which served not only for the enjoyment of their owners but also for fostering research on Brazilian nature. The study proposes a new perspective on the history of museums in Brazil, expanding the view to earlier or parallel examples to the Casa de História Natural, also known as Casa dos Pássaros, in Rio de Janeiro, often seen by scholars as the founding landmark of Brazilian museums. In this context, figures such as José Vieira Couto, D. Frei Cipriano de São José, Antônio de Araújo e Azevedo (Count of Barca), José Bonifácio de Andrada e Silva, and Empress D. Leopoldina of Habsburg are analyzed to understand the formation of their museums and their impact on science at the time. Additionally, the study aims to contribute to the field of the History of Collections and Museums in Brazil, which is still developing and addresses important questions about the impact of collections and museums on the construction of human knowledge.

Keywords: Museums; History of Collections; Natural History; History of Sciences; Enlightenment; D. Leopoldina de Habsburgo-Bragança; José Bonifácio de Andrada e Silva; José Vieira Couto; Antônio de Araújo e Azevedo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 – Ceruti, Benedetto; Chiocco, Andrea. <i>O gabinete de curiosidades de Francesco Calzolari</i> . 1622.	53
Imagem 2 – Imperato, Ferrante. <i>Retratto del Museo</i> . 1599.	54
Imagem 3 – Livros que pertenceram à biblioteca de José Vieira Couto.....	123
Imagem 4 – Ender, Thomas. <i>Vista de Mariana (MG)</i> . 1817.	135
Imagem 5 – Menezes, José Joaquim Viegas de. Prospecto da Caza e Chácara Episcopal vista de huma janela do Seminario, que lança para a mesma Chácara em Marianna. [1801-1809].	138
Imagem 6 – Menezes, José Joaquim Viegas de. Prospecto da Chácara da Caza da Residência Episcopal vista da janela do meio da mesa Caza no seu reverso se vê também o Seminário e [parte] da Cidade de Marianna. [1801-1809].....	139
Imagem 7 – Perspectiva atual dos outrora jardins ciprianos.....	140
Imagem 8 – Guimarães, Manoel Ribeiro. <i>Mapa Topográfico do Orto Botânico de Ouro Preto</i> . 1799.	141
Imagem 9 – Frontispício do Diccionario dos termos technicos de História Natural: extrahidos das Obras de Linnéo..., de Domingos Vandelli, 1788.....	142
Imagem 10 – Planta do Jardim Botânico do Palácio de Queluz, 1865.	143
Imagem 11 – Autor desconhecido. <i>D. José I e D. Maria I</i> . Séc. XVIII.....	150
Imagem 12 – Menezes, José Viegas de. [Bispos de Mariana de D. Frei Manuel da Cruz até D. Frei José Cipriano]; Papa Benedito 14. Séc. XVIII-XIX.....	151
Imagem 13 – Menezes, José Viegas de.....	152
Imagem 14 – Menezes, José Joaquim Viegas de. <i>[São Francisco de Assis]</i> . [1800-1817]...	154
Imagem 15 – Autor desconhecido. <i>Modelo de minas de Freiberg</i> . Séc. XIX.	180
Imagem 16 – Arquiduquesa Maria Leopoldina da Áustria. <i>Desenho de uma fúcsia (Nahusia coccinea)</i> . 1814. Aquarela sobre lápis.....	194
Imagem 17 – Exemplo da tabela de classificação feita por Hauy, mostrando os formatos dos cristais.	205
Imagem 18 – Debret, Jean Baptiste. <i>Palácio de São Cristóvão</i> . 1817.....	215
Imagem 19 – Ender, Thomas. <i>Detalhe da vista de São Cristóvão</i> . 1817.....	216
Imagem 20 – Autor desconhecido. <i>D. Leopoldina na Ilha da Madeira</i> . 1817.	229
Imagem 21 – Landseer, Charles. <i>The Empress Leopoldina</i> . 1825-1826.....	232

Imagem 22 – Exemplos de animais empalhados da fauna brasileira presentes no Museo di Storiografia Naturalistica de Parma, cujas datações remetem ao começo do século XIX	236
Imagem 23 – Vista aérea da região de Timbopeba	242
Imagem 24 – Esquema reconstrutivo da fábrica Patriótica, em Congonhas do Campo, criada pelo Barão de Eschwege	246
Imagem 25 – Debret, Jean Baptiste. <i>Un savant travaillant dans son cabinet</i> . 1827.....	254
Imagem 26 – Autor desconhecido. <i>[Retrato de] Dom Frei Cipriano de São José</i> . 1850.	294
Imagem 27 – Queirós, Gregório Francisco de. <i>Ill.mo e ex.mo senhor Antonio de Araujo de Azevedo</i> . 1804.	296
Imagem 28 – Sisson, S. A. <i>[Retrato de] José Bonifácio de Andrada e Silva</i> . 1857-1863.....	298
Imagem 29 – Rodrigues, João Francisco Lopes. <i>Retrato do Conselheiro Jonathas Abbott</i> . <i>[s. d.]</i>	307
Imagem 30 – Autor desconhecido. <i>[Retrato de] Henry Chamberlain</i> . 1810.....	310
Imagem 31 – Autor desconhecido. <i>D. Maria Leopoldina de Áustria na Ilha da Madeira</i> . 1817.....	312
Imagem 32 – Meirelles, Victor. <i>Retrato de Tereza Cristina das Duas Sicílias</i> . 1864.....	322
Imagem 33 – Ewbank, Thomas. <i>[Desenho da coleção de antiguidades de D. Tereza Cristina]</i> . <i>[s. d.]</i>	323
Imagem 34 – Meirelles, Victor. <i>Retrato de D. Pedro II do Brasil</i> . 1864.....	324
Imagem 35 – Ewbank, Thomas. <i>[Desenho da coleção de antiguidades pré-colombiana de D. Pedro II]</i> . <i>[s. d.]</i>	326
Imagem 36 – Autor desconhecido. <i>[Retrato de Joaquim Antônio Alves Ribeiro]</i> . <i>[s. d.]</i>	331
Imagem 37 – Autor desconhecido. <i>Conde de São Joaquim</i> . 1884.....	333
Imagem 38 – Autor desconhecido. <i>[Retrato de] Júlio César Ribeiro Vaughan</i> . <i>[s. d.]</i>	338
Imagem 39 – Richter, Gustav Karl Ludwig. <i>Retrato de Mme. Haritoff</i> . 1879.	340
Imagem 40 – Autor desconhecido. <i>Viscondessa de Cavalcanti</i> . <i>[s. d.]</i>	342

LISTA DE ABREVIATURAS

AHU	Arquivo Histórico Ultramarino
AN	Arquivo Nacional
APM	Arquivo Público Mineiro
FBN	Fundação Biblioteca Nacional
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
MN	Museu Nacional
MHN	Museu Histórico Nacional
SEMEAR	Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
	Parte I - Questões teóricas e metodológicas	30
2	HISTÓRIA DAS COLEÇÕES: APONTAMENTOS E PERSPECTIVAS SOBRE O CAMPO	31
	2.1 Julius von Schlosser e a consagração da História das Coleções.....	31
	2.2 Desdobramentos pós-Julius von Schlosser.....	36
3	UMA POSSÍVEL HISTORIOGRAFIA DA HISTÓRIA DAS COLEÇÕES NO BRASIL.....	48
	3.1 Um “gérmén fecundo” nos trópicos: Ladislau Netto e o passado institucional do Museu Nacional.....	48
	3.2 Criando raízes: Gustavo Barroso e a sistematização das coleções do Museu Histórico Nacional.....	62
	3.3 Amadurecendo o fruto: estudos sobre o colecionismo no Brasil	71
4	ENTRE GABINETES E MUSEUS	89
	4.1 Destrinchando os conceitos.....	89
	4.2 Domingos Vandelli e a “ciência dos museus”	104
	Parte II - Novos mundos em quatro paredes	113
5	PRELÚDIO COLONIAL: O COLECIONISMO NO BRASIL DOS FINS DO SÉCULO XVIII.....	114
	5.1 Encontrando gabinetes e museus	114
	5.2 Uma “casa de curiosidades científicas” no Tejuco: José Vieira Couto e o colecionismo ilustrado	116
	5.3 Um palácio “de curiosidades científicas”: colecionismo e Teologia Natural em Mariana	129
	5.3.1 A Teologia Natural	131
	5.3.2 Os jardins ciprianos	134
	5.3.3 A biblioteca.....	143
	5.3.4 O gabinete e a cultura visual.....	147
	5.4 Considerações sobre o colecionismo em Minas Gerais	155
6	COLEÇÕES EM PERSPECTIVA: COLECIONAR NO BRASIL ENTRE SÉCULOS.....	157
	6.1 Uma capital em transformação	157

6.2 As coleções peregrinas	163
6.3 O Conde da Barca e o seu complexo pelo conhecimento	167
6.4 José Bonifácio de Andrada e Silva: o colecionador por detrás do patriarca.....	173
6.5 Museus que renascem	188
Parte III - O museu de D. Leopoldina de Habsburgo-Bragança	191
7 ENTRE MUNDOS	192
7.1 Tornando-se uma colecionadora.....	192
7.2 “Ocupado a fazer e arranjar coleções de História Natural do Reino do Brasil”: Roque Schüch e o museu de D. Leopoldina no Novo Mundo.....	210
8 NOVO MUNDO, NOVOS DESAFIOS	226
8.1 Tornando-se uma coletora.....	226
8.2 Ponto de intersecção.....	238
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS	251
REFERÊNCIAS	257
ANEXO A – COLECIONADORES ENTRE SÉCULOS.....	294

1 INTRODUÇÃO

Colecionar é destruir e salvar ao mesmo tempo. É roubar da natureza os seres vivos, congelando-os no tempo, retirando-lhes o sopro da vida; é saquear monumentos, assim como tumbas, despi-los dos seus propósitos iniciais e converter o uso de seus bens ao gosto da curiosidade, do conhecimento e do belo. É interromper o ritmo da corrupção do tempo, retardar ou acelerar o fim de algo. Já diria Susan Sontag (1993): o solo é um reduto interminável de riquezas para o colecionador, ora um mineral, ora um vaso etrusco, ou um fragmento que testemunhe os tempos áureos de uma civilização. A materialidade, para os colecionadores, é o remédio para a sua ambição, é provar as suas melhores qualidades, seja a riqueza, a genialidade, a astúcia e a lábia; ou as suas piores, a sua rapacidade, soberba, é profanar ou ludibriar. Mais do que testar para os outros a sua sapiência, o colecionador vive em um ciclo de provações a si mesmo, de que é capaz de ter e manter aos seus olhos, objetos, que podem ser caros financeiramente ou sentimentalmente.

Colecionar é também criar – sejam novos gostos, novas obras, novos traços da genialidade humana, seja definir o que deve ser cultuado ou negligenciado pelo olhar. É pensar que o mundo pode caber em quatro paredes, quatro salas ou quatro casas; é ter e não ter medo do infinito. É estar convicto de que pode mais, é minar riquezas para transformá-las em outras, é estar preso a um vício que não tem cura. É estar saciado pensando no alimento de amanhã. É ver ou criar mundos, relações, sentidos e afetos. É uma ação que tem começo, mas não tem fim. Se há, é na morte do colecionador? Na dispersão do seu cosmo? É no término da materialidade? Mas e a vida memorialística?

Estudar a história de coleções ou do próprio colecionismo é um fato recente; os primeiros estudos estão margeados entre o fim do século XIX e o início do XX (SCHLOSSER, 1908). Narrar os traços de uma coleção e, conseqüentemente, dos objetos que a compõem é um percurso que adentra para além do significado material da peça. É ler as camadas, quase que num esforço estratigráfico para enxergar as ações humanas por meio de marcas visíveis ou invisíveis nos objetos e coleções (POMIAN, 1987, p. 15-59). Em muitos dos casos, é possível recriar as relações desenvolvidas pelo colecionador, o que permite entender a sua relação com a cultura material do seu tempo, ora por um gosto particular, ora por questões do ofício, em que se fazia necessário se rodear de testemunhos do mundo natural, artístico ou memorialístico.

Em alguns casos, as coleções têm muitas vidas, sendo organizadas e reorganizadas por diferentes mãos, que conferem novos valores e sentidos para além daquilo que representam. Seja pelas mãos de reis, aristocratas, clérigos, naturalistas, amadores ou curiosos, o ato de

coleccionar não escolhe a sua vítima. Os colecionadores querem manter perto de si fragmentos de mundos naturais e artificiais, almejando o contato por vias físicas ou visuais, que vão conceder alento a esse instinto que não há cura. “Ao mesmo tempo, esses objetos adquirem uma nova vida, como parte de um organismo, como parte da imagem duplicada do colecionador, entidades que fazem suas próprias exigências, que criam suas próprias regras e transpiram o seu próprio poder”; assim, “o colecionador pode continuar a viver depois que sua própria vida termina; e a coleção torna-se um baluarte contra a mortalidade” (BLOM, 2003, p. 177). Nesse sentido, cabe aos estudiosos recontar o passado, pois a coleção só faz sentido ao pensamento humano; sem esse ser, não é possível extrair a essência que une os objetos colecionados.

As coleções precisam de espectadores, sejam seus donos, sejam curiosos, que se permitem ser seduzidos pela beleza das criações humanas e naturais. Mesmo guardadas, elas demandam o olhar humano, que vai garantir a sua perpetuação ao longo dos séculos, protegendo-as das ações mundanas, que insistem em reduzi-las a pó. Talvez este seja o maior medo de qualquer colecionador: o fim de sua criação – ocorrido no momento de sua morte, quando o desinteresse dos seus sucessores é convertido em ganância pela fortuna, ou devido a intempéries climáticas, demonstrações do ciclo natural da vida que se tenta retardar, ou, ainda, a um ar-condicionado mal instalado, funcionando como uma pólvora, transformando os esforços de salvaguarda em cinzas.

As coleções, de caráter público ou privado, desde o período Moderno, são expressão da construção de conhecimento. Elas foram interpretadas de inúmeras maneiras, respeitando, respectivamente, a sua temporalidade e a epistemologia científica de cada momento. Em muitos casos, eram tidas como formas de condensar, em um só lugar, o vasto mundo da natureza ou das produções humanas. Com o avançar dos séculos, as mentalidades foram se alternando, influenciando a forma de enxergar o mundo, propondo, assim, categorizações e classificações que tiveram o intuito de decifrar os enigmas da Criação. Assim, o colecionador é uma espécie de maestro, que rege a sua orquestra a fim de encontrar os melhores músicos para compor as sinfonias da natureza e da arte.

É difícil propor uma história do colecionismo, no contexto brasileiro, que anteceda o período imperial e que não caia em análises reducionistas, pensando a colônia apenas como lugar de coletas e de envio de objetos para a metrópole (SCHWARCZ, 1989, p. 29-90). De fato, a natureza exuberante era um dos principais atrativos para a barganha de produtos naturais

para coleções europeias, assim como os objetos da cultura material indígena.¹ Porém, não é difícil pensar que esse vasto mundo de excentricidades naturais também tenha motivado o surgimento de coleções dentro do território, principalmente pelas mãos de agentes a serviço da máquina colonial. O grande desafio é encontrar evidências que atestem a presença de colecionadores – ou, até mesmo, a relação descritiva da própria coleção, uma vez que animais empalhados, plantas dessecadas e minerais sem apreço para o mercado não seriam arrolados em inventários privados. Há, também, a dificuldade imposta pela Coroa ao não permitir a entrada de estrangeiros, o que limitou a produção de relatos de viagens; alguns dos existentes trazem menções que ajudam a pensar a presença de coleções e de gabinetes no âmbito particular.

As práticas de colecionismo privado no Brasil, do período colonial até o Segundo Reinado, são pouco conhecidas, e só recentemente começaram a ser estudadas de forma sistemática. No campo da História, são escassos os trabalhos que se dedicaram aos usos conferidos às coleções privadas brasileiras (CHRISTO, 2014, p. 281-290; COSTA, 2010; MALTA, 2014, p. 123-138), desde as compostas por objetos históricos, curiosos ou artísticos, até as por espécimes da fauna e da flora. Nota-se, ainda, certa ausência de se pensar a influência de colecionadores no enriquecimento das coleções museais ao longo do século XIX. Os estudos atuais tendem a priorizar esse movimento com o recorte direcionado ao século XX.² Na pesquisa de mestrado deste autor (CHAVES, 2019), ao buscar compreender os imbróglis presentes na formação e nas releituras conferidas à coleção egípcia do Museu Nacional (UFRJ), a farta documentação institucional consultada revelou um mar de possibilidades para se entender a agência de sujeitos – em grande parte, ligados à máquina imperial – que destinaram objetos ou até mesmo seus próprios gabinetes ao MN. Ademais, o estudo ressalta a importância dos diplomatas no intercâmbio de peças, sejam de História Natural, sejam de Etnologia, para outros museus, recebendo, em troca, exemplares dos países favorecidos.

Outro aspecto importante foi trazer à luz colecionadores privados que, mesmo mantendo em casa seus gabinetes e suas coleções, os dispunham ao bem comum, principalmente para fomentar as grandes mostras públicas, como as Exposições Gerais de Belas Artes da Academia Imperial de Belas Artes, as exposições de História do Brasil (1881) e a Antropológica (1882)

¹ Nas próprias palavras de Spix e Martius: "Não são, pois, os habitantes e suas instituições, e sim a riqueza da natureza o que atrai os viajantes europeus, prometendo-lhes um butim, e isso se potencializa pelo fato de que qualquer um pode sair à caça livremente, vaguear pelas florestas, coletar minerais, plantas e animais sem nenhum impedimento (exceto os obstáculos naturais). Por isso, a especulação europeia parece estar ávida para aproveitar esse momento sem alfândegas, para o seu próprio lucro. Há eruditos e colecionadores naturalistas da maior parte das nações europeias" (COSTA; DIENER, 2018, p. 97).

² Ver a análise historiográfica no capítulo 2.

ou, até mesmo, a representação brasileira nas exposições universais (SANTOS, 2020, p. 351-364). Tal movimento, principalmente das elites letradas, de possuir coleções é um claro demonstrativo dos usos simbólicos e sociais de uma sociedade que almejava o polimento de sua imagem, isto é, ansiava projetar os progressos da civilização no jovial império, uma vez que era preciso garantir a autoafirmação de que a grande nação estava em contínuo desenvolvimento. Para tal fim, o culto às artes e às ciências era imprescindível.

O caminho trilhado no mestrado permitiu descortinar os nomes de sujeitos que foram responsáveis por germinar coleções que viriam a compor as principais instituições de ensino e de pesquisa brasileiras. Em virtude disso, homens e mulheres letrados deixaram-se contaminar pelo colecionismo, seja de História Natural, de Numismática, de Arte, de Antropologia ou de História. Nessa via, entender as motivações e as escolhas para as coletas realizadas é uma forma de ampliar a compreensão de como o conhecimento nessas áreas foi traduzido em coleções.

Se, por um lado, como afirmado anteriormente, o vício do colecionismo não escolhe as suas vítimas, estando todos sujeitos a ele, por outro, é de se estranhar o desinteresse dos pesquisadores brasileiros pelo estudo de coleções. Em grande parte, as pesquisas se debruçaram somente sobre questões institucionais, relacionadas às figuras de seus fundadores, diretores ou curadores.³ O historiador português Luis Miguel Pires Ceríaco, por exemplo, chama a atenção, em sua obra (2021), para a necessidade de mais estudos que lidem com a institucionalização da História Natural no Brasil. Em sua perspectiva, “a maioria dos trabalhos foca principalmente a temática da viagem e da pesquisa científica e muito pouco a temática museal” (CERÍACO, 2021, p. 25). Assim, entender as nuances no processo de formação de coleções, desde a coleta dos seus gêneros até a disposição destes nos museus, ainda não tem tanta adesão dos historiadores. É de se destacar o trabalho de Ceríaco, que apresentou uma extensa investigação sobre as práticas de recolha, tratamento e disposição de coleções zoológicas no contexto lusitano, renovando o arcabouço teórico iniciado, nos estudos portugueses sobre a temática, por João Carlos Pires Brigola (2003). O outro lado do Atlântico – o Brasil – ainda está preso aos estudos de Maria Margaret Lopes (2009), pioneira em desvendar o complexo mundo “museológico e naturalista” brasileiro do século XVIII ao começo do XX. No que se refere aos museus de arte, o cenário é um pouco mais animador, principalmente pelas pesquisas de Letícia Squeff (2012) e Marize Malta.⁴

³ Ver capítulo 3.

⁴ Cf., por exemplo, MALTA *et al.*, 2016.

No decorrer das transformações políticas e culturais então operadas, observa-se o aumento na rotatividade de agentes, oriundos de diversas partes do globo, motivados por conhecer a natureza brasílica, assim como por apanhar testemunhos que resultaram em coleções. Como observaremos, o período setecentista, em termos de colecionismo, foi o século da História Natural, em que grandes coleções do gênero foram criadas e abertas ao público.⁵ Ao mesmo tempo, este é o momento em que a racionalidade iluminista desenvolve novos parâmetros para se compreender, classificar e expor a natureza, seja em museus, seja em gabinetes (FARBER, 2000). Desse modo, o homem que margeia o século XVIII e caminha para o próximo carregará, consigo, a mania de olhar para a vastidão natural e querer condensá-la em armários, com o intuito de dominá-la. Por isso, um dos eixos centrais desta pesquisa procura compreender a relação entre o colecionador e as epistemologias científicas do período – em especial, a da História Natural – com as suas práticas colecionistas.

Aos olhos do século XIX, no Velho Mundo, a ascensão e a queda de grandes civilizações resultaram num extenso legado cultural, sendo alvo de muitos colecionadores, principalmente antiquários, que almejavam resgatar esses testemunhos do passado e os dispor em seus gabinetes (LAURENS; POMIAN, 1992). Além disso, o cultivo das Artes garantiu a profusão de bens artísticos, sejam eles esculturas, pinturas ou artes decorativas, resultando em extensas coleções. Estas eram expostas nas galerias régias ou particulares, nas quais a aristocracia dominante usava do colecionismo como manobra de demonstração de poder (LUGLI, 1983; MAURIÈS, 2011). No caso do Brasil, os povos originários não legaram, na mesma medida, um patrimônio cultural de mesmo quilate – fato que despertou certa angústia nos letrados do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838, que idealizavam escrever uma possível “História da Antiguidade Brasileira”. Em grande parte, as indústrias materiais dos povos nativos brasileiros eram efêmeras; os seus vestígios recaíram em vasilhames e nas urnas funerárias, que só passariam a estar no radar dos colecionadores na segunda metade do século XIX, com o avanço do campo da Arqueologia no país (CHAVES, 2019, p. 184-205; LINHARES, 2017). Assim, em um primeiro momento, a vastidão da natureza brasílica foi a força motriz que contaminou a mente de homens e mulheres que almejavam recriar uma microcópia do cosmo. As sublimes florestas, com as suas fauna e flora intermináveis, causavam o fascínio e o anseio nos coletores e colecionadores naturais e

⁵ Tais como: Museu Britânico, com a aquisição da coleção de Hans Sloane, em 1759; o naturalista inglês Joseph Banks (1743-1820), que permitia a visita de estudiosos para conhecer a sua vasta coleção, em sua residência em Soho Square; e o outrora Jardin du Roi, que foi aberto ao público em 1793, tornando-se o Museu Nacional de História Natural de Paris (Museum National d'Histoire Naturelle de Paris). Para saber mais, *cf.* Sloan; Burnett, 2003.

estrangeiros. Objetos etnográficos dos indígenas brasileiros também passaram a estar no cerne do interesse desses colecionadores, ainda muito reforçado por estereótipos generalizantes.

Para o nascimento de uma coleção, é preciso que o conhecimento sobre os objetos coletados seja fomentado. É a partir de questionamentos que eles ganham sentidos, ao serem deslocados do seu lugar de origem e agrupados sob um signo ordenador. Assim, não é de se estranhar que, nos períodos colonial e imperial, as coleções brasileiras estiveram, em grande parte, depositadas nas residências de letrados – em sua maioria, a serviço da Coroa. A ausência de universidades e de academias científicas e artísticas, bem como a baixa circulação de livros e a proibição de sua impressão foram empecilhos para o surgimento de lugares tradicionais de conhecimento, públicos ou privados, que, como os congêneres europeus, fizessem o cultivo da História Natural ou das Belas Artes.

Para compreender a formação das coleções nesses períodos e captar os seus significados, é preciso voltar o olhar para outros locais e instituições. No caso do Brasil, durante o período colonial, por exemplo, figuram os Colégios dos Jesuítas,⁶ que tiveram a missão de catequizar os indígenas e educar os colonos. No sequestro de seus bens pela Coroa portuguesa, a partir de 1759, a mando de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal (1699-1782), é visível, nos inventários, a presença de importantes estruturas de ensino responsáveis pela produção do conhecimento, como grandes bibliotecas e boticas. Nestas últimas, foram produzidas fórmulas de receitas médicas que despertaram cobiça, principalmente após a expulsão dos jesuítas.⁷ Assim, fica a questão: qual seria o papel desses espaços na recolha de espécimes naturais, bem como suas funções documental e artística? Para obter tal resposta, é preciso que haja mais estímulo para o surgimento de pesquisas que lidem com as práticas colecionistas dos inicianos e de outras ordens religiosas no contexto brasileiro. Um exemplo da atuação de membros da Companhia de Jesus para o fomento do colecionismo é visto na missiva de Domenico Vandelli (1735-1816) para Carlos Lineu (1707-1778),⁸ datada de 4 de dezembro de 1763. Em suas palavras:

⁶ Analisando o contexto europeu, Peter Burke (2003, p. 42) menciona que “bibliotecas e laboratórios muitas vezes se tornavam pontos de encontro dos estudiosos. Conventos de ordens religiosas às vezes se tornavam lugares de projetos coletivos, como as vidas dos santos escritas pelos bolandistas, na Sé jesuíta de Antuérpia, e as ambiciosas obras históricas produzidas pelos mauristas, no mosteiro beneditino de Saint-Germain-des-Prés, cenário de discussões semanais às vezes referido como ‘academia’” – demonstrando, assim, a importância das ordens religiosas para a escrita do conhecimento.

⁷ Um exemplo é a *Triaga Brasilica*, desenvolvida pelos jesuítas locados no Colégio da Bahia, que resultava num poderoso antídoto contra o veneno de serpentes; após a expulsão dos inicianos, houve um movimento de busca por essa fórmula por parte do governo local. Cf. SANTOS, 2008.

⁸ Para a fluidez da leitura deste trabalho, nas próximas citações a esses dois naturalistas, será adotada a grafia aportuguesada do nome de ambos: Domingos Vandelli e Carlos Lineu.

Pontedera ganhou as belíssimas plantas brasileiras do padre Panigaj, da Sociedade de Jesus, que atualmente reside no Vêneto e que 13 anos atrás partiu para o Brasil por ordem do rei de Portugal. E Pontedera obteve outras plantas de irmãos missionários chineses e de amigos, da Inglaterra, da Holanda, da Alemanha, da Sicília; e, com o maior dispêndio, coletou plantas alpinas por intermédio de herboristas, os quais frequentemente mandava a altíssimas cordilheiras (MARTINS; MARCIER, 2008, p. 49).

No século XVIII, a História Natural passava pela secularização, porém, a coleta de espécimes não era algo restrito apenas aos naturalistas. A ciência jesuítica (FLECK, 2014) teve muito a contribuir, principalmente na produção da cartografia, notável nas expedições dos padres matemáticos pelo sertão brasileiro, em prol da definição de novos contornos territoriais (FURTADO, 2013). Nesse processo, muitos aproveitavam a liberdade de caminhar em terras tão distantes para apanhar espécimes naturais, com o intuito de alimentar as páginas da História Natural.⁹ Bartolomeu Panigai foi um dos envolvidos na comissão demarcadora dos novos limites territoriais do Brasil, após o Tratado de Madri (1750). Nesse contexto, o simples ato de recolher plantas para satisfazer seu desejo por conhecimento não ficou apenas sujeito à sua posse. Nesse período, o intercâmbio de materiais oriundos de coletas fazia parte do *modus operandi* do colecionismo de História Natural. Assim, Panigai compartilhou os frutos de sua empreitada com um importante botânico, Giulio Pontedera (c. 1719-1757). Este munuiu-se da sua rede de contatos, que abrangia os quatros cantos do mundo com maior facilidade, favorecendo a troca de espécimes, como apontado acima. Para além disso, o ato de recolha desses espécimes foi assunto de conversa de dois importantes teóricos do mundo da História Natural, mostrando, assim, a complexa teia de relações envolvida na produção do saber, tal qual pregavam os princípios norteadores da República das Letras (FURTADO, 2012, p. 71-114).

Os principais colégios jesuítas brasileiros,¹⁰ principalmente nos séculos XVII e XVIII, contavam com importantes estruturas de apoio ao ensino, como bibliotecas e boticas. As primeiras funcionavam como repositórios do conhecimento teórico e lugares de contemplação; as segundas, como espaços práticos na produção de medicamentos, de modo a proporcionar, ao aluno, a arte da experimentação. De fato, ao olhar os inventários dos bens sequestrados dos jesuítas, não há menção a nenhum ambiente que servia de museu ou de

⁹ Um dos exemplos apontados por Renata Martins (2009, p. 144) é o do Frei Cristóvão Lisboa, que legou importantes “obras para o estudo das ‘gentes’”, da fauna e da flora do Estado do Maranhão e Grão-Pará no século XVII: a *História Natural, e Mora do Maranhão e Grão-Pará* e a *História dos Animais e Árvores do Maranhão pelo muito reverendo Padre Frei Christóvão de Lisboa, Calificador do Santo Officio, e Fundador da Custódia do Maranhão da Recoleção de Santo Antônio de Lisboa*. Vale ressaltar que essa pesquisadora desenvolveu uma rica abordagem das práticas de produção de tintas brasileiras pelas missões jesuíticas, de modo a ressaltar a influência desses sujeitos no fomento da arte no Estado do Grão-Pará.

¹⁰ Eram eles: Colégio do Rio de Janeiro (1670), Colégio da Bahia (1679), Colégio de Olinda (1719), Colégio de São Paulo (1720), Colégio de Recife (1732), Colégio de Santos (1741) e Colégio e Seminário da Paraíba (1757). Entre parênteses, é indicado o ano de criação de suas respectivas boticas (LEITE, 2022, p. 8-16).

gabinete de História Natural.¹¹ Mas é bem provável que as boticas eram o intermediário entre o lugar de recolha e de experimentação, principalmente, no que se refere a construir herbários ou receitas para que o conhecimento tácito fosse formalizado pela mentalidade racionalista (FLECK; POLETO, 2015, p.143-181).

A coleta de plantas, minerais e animais passava pelo crivo dos inicianos, a fim de extrair desses itens o melhor aprendizado em prol da arte de curar. Não à toa, na botica do Colégio do Maranhão havia “trinta tomos de medicina e botica” (MARTINS, 2009, p. 246) para serem consultados. Além desse material, constava no mesmo espaço “4 estantes, nas que estavam tanto de vasos de barro, como de redomas de vidro pouco mais ou menos. Tinha mais 400 todos os remédios necessários” (*Ibid.*, p. 246), constituindo uma vasta coleção de medicamentos. Por um lado, os fármacos eram consumidos; por outro, eram, também, a materialização do conhecimento. “Os jesuítas pesquisaram profundamente a flora e a fauna locais, seja pelo contato direto com as matérias-primas, seja pela mediação que tiveram com a cultura dos indígenas” (LEITE, 2022, p. 5). Em suma, para um país que esteve em condição colonial por três séculos, é preciso pensar outras possibilidades para compreender as práticas colecionistas, dissociando do que é visto na Europa, onde predominaram os gabinetes de curiosidades, as câmaras das maravilhas, as dos tesouros e os *studioli*. Talvez seja por isso que tende-se a falar da quase inexistência de tais práticas no Brasil; sempre há uma tentativa de projetar, aqui, o que é visto no Velho Mundo.

Ao mesmo tempo, é necessário tomar cuidado para não perverter e naturalizar o conceito de *coleção*, pois, no período (séc. XVIII), o termo se referia a qualquer reunião de itens de mesma classe.¹² No dicionário de Raphael Bluteau (1638-1734), *coleção* é “o ajuntamento, uma boa coleção de livros; coleção de tentações formada de muitas” (BLUTEAU, 1789). Ou seja: longe de estar condicionado ao mundo da História Natural ou ao da Arte, *coleccionar* era o ato de reunir objetos que despertam sentidos humanos, de cobiça, de admiração; constituía em organizar ou ordenar vários documentos com a mesma tipologia, como uma “coleção de notícias”. Em virtude disso, o agrupamento de objetos de mesma classe

¹¹ Salienta-se o curioso achado de Isis Antunes (2018, p. 194) ao analisar os bens dos Colégios Jesuítas do Estado do Grão-Pará e Maranhão, que encontrou, no inventário do Colégio Jesuíta do Pará, “2 dentes grandes de marfim e 2 pedaços de unicórnio”, objetos-símbolo da cultura de opulência da época, tanto pelas suas qualidades materiais quanto pelos valores associados, em consonância com a cultura de curiosidade. No caso, os “pedaços de unicórnio” são fragmentos de chifres de narval, animal marinho cuja estrutura óssea aparente foi descrita como oriunda de seres mágicos, como os unicórnios. Esses animais eram cobiçados, nos séculos XVI e XVII, para serem expostos em gabinetes de curiosidades e demais espaços de colecionismo. Dessa maneira, fica a pergunta: qual a utilidade desses objetos no contexto da mentalidade jesuítica do período?

¹² Um exemplo que pode ser mencionado é o manuscrito *Colleção de várias receitas e segredos particulares*, que reflete o entendimento plural que o termo *coleção* pode ter no contexto lusitano. Cf. LEITE, 2022.

tipológica é a linha que perpetua o que entendemos, neste estudo, por esse conceito, no passado e no presente. Se Pomian aponta que uma coleção deve estar fora do “circuito das atividades econômicas”, nos séculos XVIII e XIX, vamos assistir ao surgimento de coleções destinadas à venda,¹³ como parte de um ofício do coletor atento ao mercado do gênero (FURTADO, 2012, p. 211-238). Assim, para este estudo, o interesse por coleções se dá quando elas induzem à produção de conhecimento ou à fruição – esta última, responsável por despertar o interesse por algo: seja em saber, seja em querer mais.

Falar em coleções, gabinetes e demais modelos de colecionismo é discutir as múltiplas formas existentes no processo de produção e de transmissão do conhecimento. A sua materialização, por meio da recolha, é uma etapa fundamental para que os atos de ver, tocar e sentir possam instigar e provocar novos questionamentos. Daí a importância de se criar “pequenos mundos”, que reunissem as variedades de produções naturais e artificiais. Na sua análise sobre a história do conhecimento, o historiador Peter Burke enxerga esses espaços (e outras instituições, como as academias, os jardins botânicos, os museus e as bibliotecas privadas) como reflexos da maior liberdade na elaboração do saber, uma ofensiva contra o rigor acadêmico. O domínio das universidades, nos séculos XVI e XVII, limitava as discussões, uma vez que o modelo escolástico predominava – o que diminuía a possibilidade de refutar os teóricos clássicos, principalmente os da Antiguidade. Assim, na perspectiva de Burke:

Algumas instituições foram fundadas de baixo para cima, por grupos de pessoas afins que formavam uma sociedade, como os filósofos naturais ou *Lincei* [Linces] na Roma do século XVII, ou por indivíduos que transformavam parte de suas casas em museus ou ‘gabinetes de curiosidades’, que podiam exibir pedras, conchas ou animais exóticos (crocodilos, por exemplo), ou, ainda, “esportes da natureza”. O surgimento de museus dessa espécie no século XVII é um claro indicador da disseminação de uma concepção menos logocêntrica do conhecimento, um interesse pelas coisas, além de pelas palavras, do tipo recomendado pelo reformador educacional tcheco Jan Amos Comenius (BURKE, 2003, p. 40).

Dessa forma, Burke ressalta como diferentes instituições foram responsáveis por conduzir a luz do conhecimento para além do tradicional formato universitário – fato importante, principalmente, para pensarmos o contexto brasileiro nos setecentos, quando a proibição da instalação de universidades limitou o processo de formalização dos espaços de produção dos saberes locais, que ficaram, em grande parte, nas mãos dos naturalistas luso-brasileiros formados na Universidade de Coimbra. Estes possuíam, em suas casas, espaços

¹³ OFÍCIO do [Conde de Isourou] propondo a venda de uma coleção de minerais do Brasil. Arquivo Histórico Ultramarino. AHU_CU_BRASIL-GERAL, cx. 41, D. 3301.

para a construção de conhecimento, que incluíam bibliotecas e coleções voltadas, em sua maioria, para o mundo da História Natural.¹⁴ Isto é: nem tudo era enviado para a Metrópole. Mesmo após alguns dos espécimes serem selecionados e encaminhados para o Real Museu da Ajuda, outros eram mantidos para si próprios, para a análise e a escrita de memórias sobre as potencialidades naturais para o comércio – e tais publicações eram, quando possível, compartilhadas para serem lidas pelos sócios da Academia Real das Ciências, fundada em 1779, em Lisboa.

No contexto lusitano, é evidente a diferença para visualizar a existência de espaços dedicados ao culto do colecionismo privado, dada a farta documentação que se refere às práticas colecionistas, principalmente por parte da aristocracia (CRESPO, 2019). No trabalho de João Brigola (2003) – pioneiro ao romper com a visão generalizante de que não havia coleções privadas em Portugal –, são expostos documentos que revelam a presença de sujeitos, muitos deles com atribuições em espaços coloniais, como o Brasil, que tinham, em seus palácios, extensas coleções – seja de História Natural, seja de Numismática, seja de Arte. Indivíduos que, após terem vivenciado curta estada em solo brasileiro, podem ter incentivado, aos de sua terra, o gosto pela coleta. Um exemplo é a figura de D. Pedro Miguel de Almeida Portugal e Vasconcelos, o terceiro Conde de Assumar, governador da capitania de São Paulo e Minas do Ouro (1717-1721), cuja residência, em Lisboa, “continha [muitas coisas] no que pertencia à História Natural, era superior, porém na coleção de medalhas, que era quase toda de ouro” (LISBOA, 1786, p. 16).¹⁵ O interesse desse nobre por coisas do mundo da natureza, combinado à sua posição, que o permitia estar em lugares distantes e recheados de preciosidades naturais, era a fórmula perfeita para alimentar o seu gabinete. Outrossim, é muito provável que a sua residência provisória, na Vila de Nossa Senhora do Ribeirão do Carmo (atual Mariana), serviu de ponto para a guarda dos espécimes que foram coletados durante a sua governança. Logo, até quanto podemos supor o que essas atividades possam ter causado aos notáveis da Vila?

Este estudo pretende não recuar muito no tempo, margeando os séculos XVIII e XIX, uma vez que as práticas colecionistas oitocentistas tendem a herdar traços do período das Luzes. Assim, a primeira parte desta tese é permeada por questões teóricas e metodológicas sobre a História das Coleções e dos Museus, elencando sujeitos que foram fundamentais para o enraizamento desse campo de investigação. Autores do contexto europeu foram acionados para essa discussão, como Julius von Schlosser, pioneiro em pensar a relação entre o visível e

¹⁴ Um exemplo é o gabinete de História Natural do naturalista mineiro José Vieira Couto, abordado no capítulo 3.

¹⁵ A mesma descrição é encontrada em Dézallier d’Argenville, 1780, p. 320.

invisível nas coleções, bem como na sistematização das análises sobre o passado e o impacto delas na construção do conhecimento humano. Ainda, como via de pensar uma possível historiografia dos estudos sobre museus e coleções brasileiras, a pesquisa adentrou a mente dos principais sujeitos que estavam à frente de instituições museais no Brasil, como Ladislau Netto e Gustavo Barroso. Este último comandou, por bastante tempo, o Museu Histórico Nacional, entidade que definiu os rumos da Museologia no país. Assim, veremos os desdobramentos e impactos na epistemologia museológica brasileira, sobretudo nos estudos sobre o passado das coleções e dos museus.

A primeira parte dedica-se, ainda, a discussões sobre conceitos-chave para a compreensão da mente colecionista do período investigado, em especial, da História Natural. A maioria dos colecionadores aqui investigados estavam sob influência dos métodos de estudo e classificação dos espécimes criados por Carlos Lineu (LINNAEI, 1758), que redefiniram o modo de classificar e expor as coleções naturais. Ademais, suas ideias foram divulgadas no mundo lusitano pelo paduano Domingos Vandelli, que geriu o *modus operandi* museológico de Portugal e, conseqüentemente, de todo o Reino (BRIGOLA *et al.*, 2008). Na segunda metade do século XVIII, tornou-se referência para os filósofos naturais luso-brasileiros, que eram formados pela renomada Casa do Saber – a Universidade de Coimbra. Talvez, aos olhos do leitor, o recorte pareça extenso; porém, analisar práticas colecionistas requer que a temporalidade esteja condicionada à longa duração, uma vez que as coleções tendem a acompanhar toda a trajetória de vida do colecionador – e, em alguns casos, continuam existindo mesmo após sua morte.

Na segunda parte, como forma de compreender o colecionismo de História Natural entre os séculos XVIII e XIX, esta pesquisa se concentra em destrinchar tal prática, trazendo luz a importantes coleções que, por muito tempo, foram negligenciadas: as dos naturalistas José Vieira Couto e José Bonifácio de Andrada e Silva, a do bispo de Mariana, Dom Frei Cipriano de São José, e a do vice-rei do Brasil, D. Luís Vasconcelos e Sousa. O objetivo, aqui, é apontar novas possibilidades de análise das práticas colecionistas desse período: ao mesmo tempo em que estas, tendo o pensamento fisiocrata como eixo direcionador, teriam como objetivo a pesquisa das utilidades da natureza para o desenvolvimento do comércio e da economia, funcionariam também como atrativo para uma elite, que projetava no colecionismo de espécimes naturais uma prática frutiva – o que ocorre, principalmente, no contexto das transformações advindas da chegada da família real portuguesa ao Brasil, em 1808, quando a natureza se torna um deleite para os colecionadores estrangeiros e naturais.

Por fim, na terceira parte, o estudo está focado em uma figura central para a compreensão do colecionismo na família imperial brasileira: a princesa e, posteriormente, imperatriz do Brasil, D. Maria Leopoldina de Habsburgo-Bragança (1797-1826). Atualmente, a figura de D. Leopoldina tem ganhado destaque (MAGALHÃES; MARINS; BEZERRA, 2014), principalmente, devido a um movimento de revelar novos apontamentos sobre a sua participação no processo de Independência do Brasil. Porém, também a sua perspicácia no estudo sobre a História Natural tem ganhado holofotes. Assim, esta investigação apresenta uma nova visão sobre o seu museu de História Natural, localizado no Palácio de São Cristóvão, na Quinta da Boa Vista. O espaço esteve sob os cuidados de Roque Schüch (Rochus Schüch, 1788-1844), que veio ao Brasil na comitiva da princesa austríaca, na condição de bibliotecário e, também, de diretor do museu. Por meio de Schüch, será possível entender um pouco melhor seu funcionamento, bem como os percalços na coleta e no envio de produtos naturais para Viena e Parma. Os destinatários da princesa eram seu pai, o Imperador Francisco II da Áustria (1768-1835), e Maria Luísa de Áustria (1791-1847), a “amada Luísa”, irmã da imperatriz e, como ela, fortemente preocupada com a promoção das Belas Artes e dos estudos sobre História Natural, em especial, a Botânica. Assim, a criação do museu antecede ao próprio Museu Real (futuro Museu Nacional) e é um ponto importante para entendermos o envolvimento da família imperial no estímulo ao colecionismo, que terá seguimento com o Imperador D. Pedro II (1825-1891) e a Imperatriz D. Tereza Cristina (1822-1889).

Estudar o colecionismo de D. Leopoldina no Brasil é um fator importante para compreender as redes de sociabilidade do período e a importância delas no fomento das coletas, que abasteciam não apenas o seu museu, mas o de outros sujeitos envolvidos na prática de colecionar produtos de História Natural. O estudo deteve-se em entender que o museu da imperatriz não tinha como única missão ser repositório de coleções, mas, também, ser um espaço extramuros, visando aprofundar o conhecimento sobre as potencialidades minerais a fim de que fossem exploradas.

Cabe, aqui, justificar a escolha do título e do subtítulo *Colecionar o Brasil: de José Vieira Couto a D. Leopoldina de Habsburgo-Bragança (séculos XVIII-XIX)*, que buscam lançar novas perspectivas sobre o colecionismo em História Natural no âmbito da América portuguesa. Por mais que induzam a pensar o recorte geográfico atual do Brasil, a análise recusa qualquer perspectiva nacionalista, pois tal sentimento de pertença à nação somente será construído e consolidado ao longo do século XIX. A perspectiva aqui adotada é a da noção iluminista de *pátria*, compartilhada por esses agentes naturalistas e colecionadores – que não

necessariamente nasceram na América portuguesa, mas que adotaram o seu lugar de morada – o Reino do Brasil –, criando elos de pertencimento a esse espaço por eles compartilhado.

Por fim, é intenção deste estudo proporcionar novas contribuições a respeito do colecionismo de História Natural no Brasil e da sua importância para o desenvolvimento de pesquisas que auxiliaram na escrita sobre a natureza brasileira. Esses locais sanavam a ausência de espaços científicos em contexto colonial, sendo responsáveis por fomentar investigações que fizeram importantes contribuições para a sociedade. Assim, é possível visualizar que a ciência brasileira não foi tão dependente do Reino de Portugal e que, mesmo em contextos não tão favoráveis, resultou em grandes descobertas. Ao final desta tese, é encontrada uma relação de colecionadores que margearam os séculos aqui analisados, de modo a auxiliar no estudo sobre o passado do colecionismo no Brasil. Almeja-se que, num futuro não tão distante, novos sujeitos colecionadores sejam revelados, ampliando a compreensão sobre a História das Coleções e dos Museus.

2 HISTÓRIA DAS COLEÇÕES: APONTAMENTOS E PERSPECTIVAS SOBRE O CAMPO

2.1 Julius von Schlosser e a consagração da História das Coleções

O campo de estudo da História das Coleções tem longa tradição. Um dos trabalhos pioneiros a refletir sobre a historicização das práticas colecionistas, com o objetivo de entender os caminhos percorridos pelos objetos desde o seu contexto de criação e coleta, foi o do historiador da arte austríaco Julius von Schlosser (1866-1938). Em sua obra *Die kunst und wunderkammern der Spätrenaissance: ein beitrag zur geschichte des sammelwesens* [As câmaras de arte e de maravilhas do Renascimento tardio: uma contribuição para a história do colecionismo],¹⁶ publicada em 1908, Schlosser buscou entender o processo da formação das coleções que compunham as câmaras das maravilhas (*wunderkammern*) e de arte (*kunstkammern*) do norte da Europa. Para ele, estudar a História das Coleções funcionava como uma potencial ferramenta para narrar os percursos das obras de arte depositadas nas galerias e nas coleções privadas até as suas institucionalizações, o que permitiria estender a interpretação sobre o pensamento artístico e colecionista de cada época.

A necessidade de olhar para trás e entender as origens dos objetos que compunham as coleções dos museus austríacos resultava das transformações pelas quais os setores cultural e educacional passavam. A partir do início do século XX, Schlosser e outros intelectuais, como Jacob Burckhardt, Julius Lessing, Adolf Furtwängler, Adolf von Hildebrand e Wilhelm von Bode foram influenciados pela “nova ideia de museu” (FALGUIÈRES, 2012, p. 29-33), que pregava a renovação de antigos paradigmas do campo museal. Naquele momento, o papel dos museus se restringia a ser um *locus* para a pesquisa e para a salvaguarda de coleções. Agora, segundo esses pesquisadores, nova missão lhes era atribuída: eles deveriam ser um complemento importante para a instrução pública, principalmente dos jovens. Os debates sobre essa modernização foram expostos no periódico *Museums Journal* (*Ibid.*, p. 29-33), que ampliou a circulação de novas definições sobre a função dos museus na formação da sociedade. Juntamente com esse processo, ocorreu a reclassificação das coleções e instituições conforme os campos do conhecimento científico, reforçando a divisão entre História Natural, História da Arte e áreas afins.

¹⁶ Tradução nossa.

Julius von Schlosser também esteve presente no movimento de renovação dos métodos de análise da História da Arte, ainda muito voltada para as tradições formais do campo, como a escultura e a pintura. Tal influência veio de seu contato com outros investigadores da área, como Franz Wickhoff e Alois Riegl, “homens de museus” – mas não dos grandes museus e, sim, dos “museus singulares”, que lidavam com a “arte industrial”. A escola vienense da qual Schlosser fazia parte foi o alicerce para a interpretação dos objetos provenientes da indústria, incorporando a arte de transformar os elementos da natureza em um produto humano. Logo, esse outro horizonte de atuação, tão esquecido pelos grandes teóricos da Arte, firmou as bases para conferir novos sentidos para peças oriundas dos ofícios mecânicos. Tal fato resultou na mudança do olhar para as “produções anônimas de tecelagem, cerâmica, serralheria ou ourivesaria, abrindo caminho para uma renovação radical da história da arte” (FALGUIÈRES, 2012, p. 10, tradução nossa).¹⁷

Nesse sentido, a percepção de Schlosser voltou-se para as peças altamente trabalhadas por artesãos do período da Renascença, nomeadas e classificadas como *artificialia*, e que compunham o amplo universo das câmaras das maravilhas, dos tesouros e da arte. Dentre os exemplares que lhe chamaram a atenção, muitos tinham origem peculiar, como os que outrora haviam pertencido às *wunderkammern e kunstkammern* do Arquiduque de Tirol, Ferdinando II (1529-1595), dispostas no Castelo de Ambras. Essa coleção, no desdobrar dos séculos, foi enriquecida com tesouros adquiridos pela poderosa linhagem dos Habsburgo. No fim do século XIX, durante a queda das monarquias europeias e a consequente estatização dos seus bens, a coleção foi incorporada aos museus austríacos, como o Kunsthistorisches Museum Vienna (Museu de História da Arte, em Viena), onde Schlosser atuava como conservador – não no sentido contemporâneo do termo, mas como o indivíduo que documentava, preparava e fazia a curadoria das coleções da instituição. Por isso, visando esclarecer as lacunas que existiam sobre determinadas peças, ele partiu para a busca dos inventários de seus antigos proprietários – algo que ampliou a narrativa histórica, além de ter posto fim às dúvidas de *provenance*¹⁸ das peças.

Durante esse processo de renovação dos paradigmas museais, com a reorganização dos museus austríacos, a coleção de Ambras foi repartida entre várias instituições, conforme a tipologia de seus itens. Tal fato era motivo de lamento para Schlosser, uma vez que essas

¹⁷ No original: “l’attentio portée aux productions anonymes du tissage, de la ceramique, de la ferronnerie ou de l’orfèverie, ouvrant la voie d’un renouvellement radical de l’histoire de l’art.”

¹⁸ Ainda não há consenso, no âmbito brasileiro, sobre a melhor tradução deste termo, uma vez que alguns campos do conhecimento o entendem como *procedência* e, outros, como *proveniência*, o que pode causar imbróglis epistemológicos. Assim, nesta pesquisa, para referir-se à história da posse de determinado objeto ou coleção, será utilizado o termo *provenance* – mesmo posicionamento adotado em outras literaturas não francesas.

divisões limitavam os sentidos que haviam sido conferidos a esses objetos no passado, quando estavam juntos – sentidos esses frutos das conexões emanadas da mente do seu proprietário, ou seja, o lado “invisível” presente nas peças. Toda a coleção estava sob seus cuidados; em virtude disso, as questões referentes à sua origem, que surgiam na medida em que “limpava” a poeira dos séculos, resultaram na obra *Die kunst und wunderkammern*, em que se vê a intenção de Schlosser de buscar as origens ou, pelo menos, dar “uma contribuição para a história do colecionismo”, conforme expresso no subtítulo da obra, além de definir os marcos sobre a trajetória das práticas colecionistas e dos museus nos séculos anteriores. Em sua concepção, os que mais chegavam perto do modelo ideal da época eram os gabinetes de curiosidades (*cabinet des curiosités*) (MAURIÈS, 2019) e as câmaras das maravilhas (*wunderkammern*) e das artes (*kunstkammern*), frutos do desejo materialista, de alguns homens e algumas mulheres dos fins da Baixa Idade Média e começos da Era Moderna, de colecionar o belo e o extraordinário. Logo, a coleção de Ambras, à qual teve mais acesso, dedicando-lhe mais atenção, tornou-se uma espécie de “arquétipo” do que seriam as práticas colecionistas naquele período, em especial, as do norte da Europa. Em suas palavras:

Temos nos empenhado em voltar no tempo para acompanhar a gênese desses gabinetes de arte e apresentar as formas modernas que deles resultaram, de modo que o todo também se torne uma espécie de contribuição para a história do colecionismo – uma tentativa que merece ser considerada com indulgência na medida em que não existe, segundo nosso conhecimento, além de alguns esboços isolados, praticamente nenhuma obra mais relevante sobre o assunto, tema que é particularmente esparso e fragmentário (SCHLOSSER, 2012, p. 67, tradução nossa).¹⁹

Ao mesmo tempo que ansiava solucionar as questões que surgiam ao analisar a coleção de artes industriais do Kunsthistorisches Museum Vienna, oriunda, em sua maior parte, das *wunderkammern* e *kunstkammern* de Ferdinando II, Schlosser também pretendia contribuir para a historiografia do período, que pouco se interessava em encontrar a gênese do pensamento colecionista e ressaltar sua importância para o campo da História da Arte. Um exemplo disso é a grande quantidade de colecionadores listados em seu livro, com destaque para João de Valois, o Duque de Berry (1340-1416). Schlosser aprofundou os estudos sobre os feitos desse nobre recorrendo aos inventários, que registraram, quase em sua completude, o amplo microcosmo colecionista constituído por Valois. Além de coletar, o Duque também cobiçava itens de outras

¹⁹ No original: “*Nous nous sommes appliqué à remonter dans le temps pour suivre la genèse de ces cabinets d’art et à présenter les formes modernes auxquelles ils ont abouti, si bien que l’ensemble est également devenu une sorte de contribution à l’histoire du collectionnisme – tentative qui mérite d’être considérée avec indulgence dans la mesure où il n’existe à notre connaissance, hormis quelques ébauches isolées, guère de travaux plus pertinents sur le sujet, pour une matière particulièrement éparse et fragmentaire*”.

coleções, chegando a usurpá-los para saciar sua sede por peças raras e de extrema beleza. Outro ponto que chamou a atenção do historiador vienense foi o fato de o nobre ter sido um dos principais mecenas franceses da Baixa Idade Média, encomendando obras tanto para a sua coleção quanto para decorar espaços públicos, como a Abadia de Poissy. O que se observa desse exercício intelectual é que aprofundar-se no estudo da vida e dos feitos de colecionadores do passado também constitui uma chave para entender o fomento da arte em tempos remotos, contribuindo para a escrita sobre o passado da Arte, ainda pouco explorada.

Ao analisar a obra *Die kunst und wunderkammern*, vale destacar o uso, pelo autor, da fotografia como ferramenta de divulgação dos objetos analisados, de modo a apresentar os itens que fizeram parte de coleções particulares e reforçar a importância destes para narrar o passado dos “antecessores” dos museus modernos. Esse também foi o caminho trilhado para expor a rica coleção da instituição que coordenava, lançando luz sobre a relevância das suas peças para a História da Arte, ou seja, era uma maneira de dar a elas a mesma atenção conferida às esculturas e às pinturas. Para Schlosser, as análises formais desses objetos colecionados trariam um novo olhar para o campo. Na narrativa, ele mescla a escrita da história das *wunderkammern* e *kunstkammern* com a sua visão de historiador da arte, abordando os processos de concepção e de execução de determinados objetos e buscando os signos de seu contexto originário neles imbuídos.

É também visível uma outra intencionalidade no seu trabalho. Mesmo admitindo que os caminhos para se pensar a história das primeiras coleções são amplos e intermináveis, fica evidente, em sua mentalidade, o ponto de partida: o continente europeu. Schlosser recua até a Antiguidade para buscar evidências das amplas práticas protomuseais que existiram, no sentido de reunir determinados objetos – seja para oferecer ao culto cívico, seja para o religioso. Em suas palavras, “os tesouros dos templos gregos tornaram-se assim os primeiros museus públicos, acessíveis a qualquer cidadão, de arte viva como aquele do passado nacional; nada diz mais sobre sua importância para a vida social” (SCHLOSSER, 1988, p. 12, tradução nossa).²⁰ Ao recorrer à tradição clássica para pensar as origens dos museus, Schlosser reforça a ideia de que o hábito de se deter na recolha de bens, tornando-os dignos de serem protegidos e, assim, venerados foi exercitado pelos povos civilizados. Em sua visão, os exemplos mais importantes partiram de experiências colecionistas realizadas na Grécia e na Roma Antigas.

²⁰ No original: “los tesoros de los templos griegos se convirtieron con ello en los primeros museos públicos, accesibles a cualquier ciudadano, de arte viviente como aquél del pasado nacional; nada dice más de su importancia en la vida social”.

Fruto do século XIX, o historiador vienense carregava consigo toda uma bagagem teórica-metodológica que distinguia os homens entre civilizados e bárbaros, e, seguindo esse raciocínio, a arte era um dos principais indicadores desses estágios. Para confirmar a sua teoria, era imperativo buscar exemplos na cultura ocidental, em sua maioria, europeus – e esse foi um recurso do qual Schlosser abusou: poucos foram os modelos não ocidentais que evocassem práticas colecionistas mobilizados pelo autor. Para ele, foi a forma de atestar que o colecionismo sempre foi um dos dons da civilização europeia, ato que garantiu, para a posterioridade, as artes produzidas em outros séculos na forma de coleções, de câmaras das maravilhas ou de museus. Não obstante, nessa viagem ao passado, é recorrente o seu lamento ao lembrar da destruição de obras primorosas que estavam ao olhar público – os “testemunhos civilizacionais” – pela ação de “bárbaros”, que arruinaram cidades e templos.

Quando *Die kunst und wunderkammern* foi escrita, o conceito de *coleção* tal qual ao que os campos da Museologia e da História estão acostumados, enviesado pela clássica conceitualização formulada por Krzysztof Pomian (1984, p. 51-86),²¹ estava longe de se tornar senso comum. Assim, as explicações que Julius von Schlosser propôs sobre o ato de colecionar, em especial nos séculos anteriores, estavam amparadas tanto pelo viés da Psicologia quanto da Conservação. A Psicologia explica a necessidade de sanar a pulsão do comportamento humano pelo desejo de ter algo a que lhe é atribuído um sentido distinto – seja uma pintura, seja uma rocha –, mas que instiga a obsessão por sua posse, “uma sucessão de desejos” (SONTAG, 1993); a Conservação, de proteger um item raro ou que tenha uma beleza deslumbrante, o que se torna o fundamento para a sua proteção contra as ações mundanas destruidoras. Ademais, como fica evidente ao longo das páginas, existem outros valores que também eram evocados como justificativa para tais ações colecionistas, como o prestígio e o poder:

Mas, sem dúvida, um elemento espiritual de uma ordem superior também está misturado aqui; não é apenas a *vanitas* humana, nem o prazer elementar da posse e do adorno, mas essas ninharias cintilantes constituem para seu possuidor símbolos de prestígio e de atividade e, finalmente, de poder, e funcionam como tais. Onde quer que o indivíduo ascendeu para dominar um grupo mais ou menos numeroso, de algum modo se produziu a projeção de tais coisas (SCHLOSSER, 1988, tradução nossa).²²

²¹ “Coleção é qualquer conjunto de objetos naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das atividades econômicas, sujeitos a uma proteção especial num local fechado preparado para esse fim, e expostos ao olhar do público”.

²² No original: “Pero indudablemente se entremezcla aquí también un elemento espiritual de orden más elevado; no es sólo la *vanitas* humana, ni el elemental placer de la posesión y el adorno, sino que más bien estas refulgentes fruslerías constituyen para su poseedor símbolos de prestigio y actividad y, finalmente, de poder, y operan como tales. Donde quiera que el individuo se ha encumbrado dominando a um grupo más o menos numeroso, de alguna manera se ha producido la proyección de tales cosas.”

Longe de ser perfeita, a obra de Julius von Schlosser é um testemunho das discussões sobre como ler os objetos que não se encaixavam nos tradicionais dogmas da História da Arte. Assim, outro universo de interpretação se abriu quando Schlosser analisou as múltiplas camadas que revelavam os demais sentidos, valores e associações que foram criados ao longo dos séculos, no intuito de exprimir um modelo de como o homem encarava a sua vontade de criar mundos que servissem de escape do presente. Cada objeto existente numa câmara das maravilhas ou em um gabinete de curiosidades é o testemunho de civilizações, de animais, de minerais, da arte, do controle do homem sobre a natureza e das tentativas incansáveis de condensar, em um só lugar, todas as criações divinas. Porém, “as coleções são vastas, não completas. Incompletas: motivadas pelo desejo de completar. Sempre há mais um” (SONTAG, 1993, p. 78). Após a morte de cada colecionador, um cosmo é desmanchado ou realocado e, nesse ínterim, o testemunho de afetos ganha novos rumos – ou se esvaece. Aquelas peças que resistiram ao sopro do tempo, como as que Schlosser observou, foram responsáveis por trazer luz a toda uma memória sobre as práticas artísticas e colecionistas que haviam se apagado. Portanto, o pioneirismo desse historiador é a sua garantia de entrada no *hall* do campo de estudos sobre a História das Coleções.

2.2 Desdobramentos pós-Julius von Schlosser

Outro especialista que deu grandes contribuições metodológicas e teóricas sobre as práticas colecionistas, principalmente no que se refere ao gosto artístico, foi o historiador da arte inglês Francis Haskell (1928-2000). Situado em um momento de renovação historiográfica, no que tange à História Social da Cultura, Haskell procurou entender as relações de patronato e as redes de colecionadores na Itália, desde o século XVI ao início do XVIII, resultando na obra *Patronos e pintores: arte e sociedade na Itália Barroca*, de 1963.²³ No momento de sua publicação, eram escassos os trabalhos que abordavam os processos de encomenda e de demanda da arte, iluminando o aspecto social e se esquivando das excessivas análises formais e classificatórias que o campo da História da Arte exigia. Assim, o olhar de Haskell não estava condicionado apenas a entender os contornos e as composições das pinturas expostas nos museus; incluía o trajeto desde a sua produção até entrar nos palacetes, ampliando as suas possibilidades de leitura.

²³ A obra também foi editada em português. Cf. HASKELL, 1997.

Tal qual Schlosser, Haskell também foi um homem de museus, ocupando posições importantes em instituições inglesas como The Ashmolean Museum, The Wallace Collection e The Fitzwilliam Museum of Cambridge. Os estudos de *provenance* dos objetos e a historicização deles é um recurso importante para que as instituições, além de comprovarem a autenticidade de suas obras, também as qualifiquem, aumentando o prestígio em possuí-las. Em virtude disso, entender os contextos de origem, bem como as relações que estiveram imbricadas tanto na encomenda como na aquisição e na dispersão das coleções abriu um novo caminho de análise para a História da Arte. Assim, é importante saber que o campo da História das Coleções é fruto de uma constância investigativa que, antes de atingir a configuração atual, ocupada primordialmente por pesquisadores da História Social da Cultura, da História da Ciência e dos museus, partiu de historiadores da arte. Ao mesmo tempo, é um exercício de direcionar o olhar para a importância dos museus e das coleções privadas na produção do conhecimento humano, antes do domínio das universidades.

Em *The Ephemeral Museum: Old Master Paintings and the Rise of the Art Exhibition* [*O museu efêmero: mestres antigos e a ascensão das exposições artísticas*],²⁴ de 2000, obra escrita no fim de sua vida, Haskell explora a origem do conceito de *mestres antigos*, oriundo dos fins do século XVI. Segundo o historiador, no contexto italiano, “com a morte de Leonardo, Rafael, Michelangelo e outros artistas que exemplificaram a *terza maniera* de Vasaria, uma era de ouro havia chegado ao fim, os gloriosos sucessos de seus protagonistas nunca seriam ofuscados” (HASKELL, 2002, p. 20, tradução nossa).²⁵ Tal momento se mescla com o período no qual foi regulamentada a proibição da retirada, de Florença, das obras criadas por esses pintores da considerada “época dourada”. Criava-se uma divisão rígida em relação àquele passado artístico, composto por homens cuja maestria estava longe de ser imitada novamente pelo contemporâneo que estava por vir, conforme o entendimento do período. Assim, em seu estudo, Haskell investigou as origens das exposições que reuniam os trabalhos desses conceituados “mestres antigos”, interpretadas como vias de prestigiar, educar e ostentar. Ou seja, abordar a memória de indivíduos que redefiniram a maneira de representar o mundo; contrapor os jovens pintores com os aclamados, de modo a servirem de exemplo para a cópia e o aprendizado; e expor os homens que financiaram ou que coletaram os testemunhos “gloriosos” da arte, também indicativos de riqueza e poderio.

²⁴ Tradução nossa.

²⁵ No original: “*con la muerte de Leonardo, Rafael, Miguel Angel y los demás artistas que ejemplificaron la terza maniera de Vasaria había llegado a su fin una edad dorada, los gloriosos éxitos de sus protagonistas nunca serían ensombrecidos*”.

Ao longo da obra, Haskell aborda a influência desse modelo classificatório na organização de exposições que suscitaram a busca pelos “mestres antigos” de cada nação. Em virtude disso, a partir do século XIX, com o enraizamento das classificações da História da Arte e o aumento do sentimento nacionalista, surgiu uma profusão de exposições que, concomitantemente, expunham o “melhor” dos acervos públicos e privados, em diálogo hierarquizante com a produção de artistas locais – fato que invadiu o cenário cultural de vários países. Um dos objetivos era equiparar ou traçar uma linha que conectasse o avanço artístico com o civilizacional, tornando-o um testemunho das virtuosidades nacionais. Isto é, a abordagem de Haskell buscou demonstrar que as exposições dos “mestres antigos”, além de fundamentarem questões sobre a arte, também tinham valores sociais e políticos; constituíam uma ferramenta que demonstrava quão avançada e rica seria a nação que dispusesse do maior número de obras de artistas aclamados nos seus museus e nas galerias mundo afora, inspirando as suas academias de Belas Artes. Essa mudança de olhar sobre a produção artística abriu um novo horizonte para o surgimento de pesquisas que não se detinham apenas ao contexto formalístico, renovando o campo teórico.

As discussões sobre a História das Coleções avançaram com o passar das décadas, mas os trabalhos de Schlosser e Haskell mantiveram sua importância. Porém, no período pós-Segunda Guerra Mundial (1938-1945), a redefinição dos valores sobre as missões dos museus perante a sociedade, a criação da Unesco e os novos estudos de *provenance* dos acervos, motivados pela perda e pelo desaparecimento de coleções durante o conflito, aprimoraram o corpo teórico dos estudos sobre as práticas colecionistas. A partir dos anos 1970, na mesma linha de pensamento de Schlosser, há um volume constante de pesquisas sobre as origens dos museus, que apontam os gabinetes de curiosidades e as câmaras das maravilhas como antecessores do museu moderno (POMIAN, 1987; 1995; PAUL, 2012). Porém, com o surgimento dessas novas teorias, o acesso a novos documentos e a concretização da Museologia como uma disciplina de estudo aumentaram as críticas às análises de teor anacrônico. Uma dessas críticas refere-se ao vício de projetar o conceito moderno de *museu* aos tempos remotos, ameaçando a qualidade da análise empreendida.²⁶ Outro problema é condensar todas as práticas colecionistas em conceitos enrijecidos, que não dão conta da pluralidade de modelos que coexistiram desde o fim da Idade Média.²⁷

²⁶ Cf. CHAGAS, 2009; GUARNIERI, 2010, p. 92; TRIGUEIROS, 1952.

²⁷ Para saber mais, cf. CARVALHO, 2017, p. 1928-1940 e TORRES, 2002.

De acordo com René Lommez Gomes, é visível a divisão em duas escolas de atuação no campo da História das Coleções: a francesa e a inglesa, que mantêm certo domínio teórico-metodológico e historiográfico.²⁸ O contexto francês é composto por nomes importantes no campo da Museologia e da História Social da Cultura, tais como Germain Bazin (2018), Krzysztof Pomian, Dominique Poulot, Antoine Schnapper (1988; 1994) e Édouard Pommier, que discutem as práticas colecionistas do período moderno e questões contemporâneas, como o envolvimento dos museus na formação do sentimento nacional. No contexto luso-brasileiro, o pensamento de Pomian sobre o conceito de *coleção* é o cerne de muitas pesquisas, principalmente após a tradução, para o português (POMIAN, 1984, p. 51-86), do verbete *Collezione*, outrora publicado na primeira edição italiana da *Enciclopédia Einaudi* (1978). Nessa publicação, constam conceitos-chave sobre a relação da memória com a História, não sendo mero acaso seu organizador ser o historiador Jacques Le Goff, responsável pelo aclamado texto *Documento-Monumento*, que compõe a *Enciclopédia*.²⁹

Pomian dedicou sua atenção ao estudo das práticas colecionistas francesas e venezianas durante os séculos XVI a XVIII, o que resultou na obra *Collectionneurs, amateurs et curieux: Paris, Venise – XVI-XVIII siècles*, de 1987. O interessante é que essa publicação se insere no contexto de renovação bibliográfica do campo, durante os anos 1980. É perceptível a tentativa do autor de estabelecer critérios que diferenciasssem o colecionismo privado e o institucional, de modo a demonstrar que são movimentos completamente distintos. Além disso, no formato de capítulo, o outrora verbete *Coleção*, publicado na *Enciclopédia Einaudi*, é reapresentado sob o título *Entre l'invisible et le visible: la collection* (*Id.*, 1987, p. 15-59), uma clara demonstração de seu esforço em divulgar o conceito que desenvolvera, ampliando sua recepção ao público-alvo, e do seu empenho em dar voz ao campo que lida com a pluralidade de forças colecionistas: a Museologia. Em suas palavras:

As coleções constituem, portanto, para nós um domínio *sui generis*, cuja história não pode ser reduzida à da arte, nem à da ciência, nem à da história. É – ou melhor, deveria ser – uma história autônoma concentrada nos objetos portadores de significados, os semióforos, nos seus contextos de produção, circulação e “consumo” que, salvo casos excepcionais, só se fazem por

²⁸ João Carlos Brigola (2003) aponta a existência de quatro escolas: inglesa, francesa, italiana e norte-americana. Entretanto, Gomes acredita que as duas primeiras têm maior predomínio em termos de produção e de internacionalização das suas pesquisas, tornando-se mais presentes no campo. Paulo Knauss reforça a necessidade de atenção às escolas germânica e russa, pouco abordadas devido à limitação de bibliografia traduzida.

²⁹ Agradeço ao Prof. Dr. René Lommez Gomes que, ainda que não tenha publicado suas reflexões sobre a historiografia da História das Coleções, permitiu o uso delas nesta tese. Várias das discussões a respeito dessa historiografia provêm de suas aulas da disciplina *História das Coleções e dos Museus*, ministrada na Escola da Ciência da Informação da UFMG, que trouxe luz ao tema.

intermédio do olhar e, portanto, não resultam em destruição física (POMIAN, 1987, p. 12, tradução nossa).³⁰

Nessa perspectiva, o estudioso reforça a necessidade de romper com os estudos que limitassem a pluralidade de narrativas sobre o objeto musealizado. Isto é, o olhar do pesquisador precisa estar atento para a criação, a ressignificação e os caminhos que o objeto percorreu antes de ser retirado de sua vida útil, quando ocorre a perda de sua funcionalidade original ao ser incorporado pelo museu, o que engloba seu conceito de *semióforo*. Além de Pomian, é importante destacar a contribuição de Dominique Poulot, um dos grandes pesquisadores da Museologia francesa. Dentre seus livros publicados, *Musée, nation, patrimoine* (1997) teve forte adesão em âmbito internacional, expondo uma análise sobre o museu revolucionário, criado após a Revolução Francesa, de 1789. Outro esforço presente nesse trabalho é o de entender as transformações que ocorreram ao longo do século XIX no conceito de *museu* e a sua relação com a formação do sentimento nacionalista francês. Poulot também se dedicou ao processo de renovação das discussões sobre a área do patrimônio histórico.

No âmbito inglês, os pesquisadores se detiveram em ressuscitar os estudos de Haskell e Schlosser e, com base neles, criar desdobramentos, como os trabalhos apresentados durante o simpósio internacional do Ashmolean Museum of Art and Archaeology of the University of Oxford, organizado em 1983, com o objetivo de comemorar os 300 anos da abertura da instituição ao público. As discussões oriundas desse encontro resultaram na obra *The Origins of Museums*, de 1985, organizada por Oliver Impey e Arthur MacGregor, um clássico dos estudos sobre o campo, que reúne diversos artigos sobre as múltiplas facetas das práticas colecionistas, como a leitura do passado sobre a construção do conhecimento e o tratamento do olhar humano sobre a materialidade dos objetos colecionáveis. Na introdução, os organizadores expuseram reflexões importantes que estavam no cerne das discussões ocorridas no evento e que se originaram das pesquisas reunidas na obra:

Não há dificuldade em descrever o que pode ser encontrado em um *cabinet of curiosities*, mas a tarefa de apreender e de classificar os laços filosóficos que uniam os objetivos dos colecionadores de toda a Europa é mais problemática, abrangendo o modesto boticário, o Czar e o Imperador e a Academia Científica. Não é de se admirar que tal tentativa não tenha sido feita desde o aparecimento do clássico *Die Kunst - und Wunderkammern der Spätrenaissance*, de Julius Schlosser, em 1908. Desde a

³⁰ No original: “Les collections constituent donc pour nous un domaine sui generis dont l’histoire ne se réduit ni à celle de l’art ni à celle des sciences ni à celle de l’histoire. Elle est – ou plutôt elle devrait être – une histoire autonome concentrée sur les objets porteurs des significations, les semiophores, sur leur production, sur leur circulation et sur leur “consommation” qui, sauf cas exceptionnels, se fait par l’intermédiaire du seul regard et n’entraîne donc pas de destruction physique”.

publicação dessa pesquisa e, particularmente, nas últimas décadas, muito trabalho detalhado de base foi realizado em certas coleções e em aspectos particulares de tais coleções, como pode ser julgado pela bibliografia anexada a este volume. Várias das contribuições a seguir, especificamente, revisam, corrigem ou rejeitam as conclusões de von Schlosser, mas nosso objetivo aqui é menos abrangente do que este. Os ensaios a seguir adotam uma variedade de abordagens para a elucidação de temas particulares relativos ao *kunst* – e ao *wunderkammern* dos séculos XVI e XVII; iluminando certas facetas deles, mas não tendo nenhuma pretensão de incluir os objetivos enciclopédicos dos responsáveis pelos primórdios dos museus (IMPEY; MACGREGOR, 1985, p. 4, tradução nossa).³¹

Àquela altura, o campo estava fundando seus alicerces, baseados nas discussões iniciadas por Schlosser, mas ainda não ocorrera a virada conceitual sobre o pensamento colecionista do período moderno. Assim, o evento renovou a bibliografia, quase inexistente, mas não apagou as contribuições clássicas anteriores, como as do historiador austríaco. Após o sucesso desse encontro e com base em novos estudos que surgiam sobre as origens da formação de museus e de coleções, em 1989, a Universidade de Oxford lançou o *Journal of the History of Collections*, que muito contribuiu para a consolidação do campo, principalmente na vertente inglesa da historiografia. Não à toa, esse periódico é considerado, até os dias atuais, um dos principais do gênero, contando com uma pluralidade de artigos de especialistas oriundos de diferentes partes do mundo.

Esse movimento de renovação e de formalização do campo da História das Coleções aconteceu de forma concomitante nas escolas inglesa e francesa, em grande parte, devido aos estudos clássicos serem divulgados de forma ampla durante os anos 1980. Tal fato teve como motivação a disputa entre as duas escolas para definir qual delas seria a responsável pela origem do conceito moderno de *museu*. Para a primeira, a abertura ao público do The Ashmolean Museum, em 1683, e as ações do Parlamento inglês ao adquirir a coleção privada de Hans Sloane (1660-1753), convertendo-a no núcleo primordial do British Museum (Museu Britânico), inaugurado em 1753, revelaram que o afã colecionista do Estado inglês sempre tivera um caráter público. Todavia, o lado francês reivindicava seu protagonismo, oriundo da

³¹ No original: “There are no difficulties in describing what might be found in a cabinet of curiosities, but the task of seizing and classifying the philosophical bonds which linked the aims of collectors all over Europe is more problematic, encompassing as they do the modest apothecary, the Tsar and the Emperor, and the Scientific Academy. Small wonder that no such attempt has been made since the appearance of Julius Schlosser's classic *Die Kunst - und Wunderkammern der Spätrenaissance* in 1908. Since the publication of that survey, and particularly in the last few decades, a great deal of detailed groundwork has been carried out on certain collections and on particular aspects of such collections, as may be judged from the bibliography appended to this volume. A number of the following contributions specifically revise, amend or reject von Schlosser's conclusions, but our aim here is less all-embracing than this. The following essays adopt a variety of approaches to the elucidation of particular themes concerning the *Kunst - and Wunderkammern* of the sixteenth and seventeenth centuries; illuminating certain facets of them but having no pretence to the encyclopaedic aims of those responsible for the beginnings of museums.”

estatização das coleções régias após a Revolução Francesa (1789), uma vez que essas ações teriam causado uma ruptura paradigmática. Teria sido a partir desse movimento que surgiram novas coleções e novos museus públicos, sem estarem ligados aos monarcas ou à aristocracia. Desse modo, desde o início, sua missão visava a instrução da sociedade, conforme o ideal de igualdade de acesso ao conhecimento pregado pelos jacobinos.

No mesmo período em que essas discussões estavam florescendo, a historiografia francesa vivenciava a terceira renovação da Escola dos *Annales*, comandada pelas figuras de Pierre Nora e Jacques Le Goff (RUST, 2008, p. 47-60). Nesse momento, há uma ruptura, no olhar do historiador, sobre a escrita da História, que passa a se interessar por temas do cotidiano da sociedade: práticas culturais, religiosas, comportamentais etc. Assim, ocorreu o deslocamento do pensamento historiográfico, afastando-se dos vieses político e econômico, ainda muito orientados pela metodologia marxista. Também é o período em que a cultura material passa a ser vista como agente auxiliadora na escrita da História, fazendo com que o enorme mundo das coleções fosse passível de atenção. Não por acaso, no começo dos anos 1980, Pierre Nora escreveu *Les lieux de mémoire* (1984), em que expôs suas questões sobre os “lugares de memória”, frutos do vício humano em materializar e racionalizar a memória, transformando-a num processo historicizante. Assim “museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações são os marcos testemunhais de uma outra era, das ilusões da eternidade” (NORA, 1984). No que se refere ao campo da História das Coleções, é visível a luta dos estudiosos em ressuscitar e definir os conceitos de *gabinets de curiosidades*, *câmaras das maravilhas* e *dos tesouros*, num exercício de torná-los eternos novamente, mesmo que a única materialidade das suas existências fossem os livros ou os seus vestígios guardados nos templos do conhecimento, que resistiram à corrupção pelo tempo, assim como fizera Schlosser (2012).

No campo dos museus, nas décadas de 1970 e 1980, o International Council of Museums (Conselho Internacional dos Museus, ou ICOM) também passou por mudanças que abalaram as suas estruturas após a Mesa-Redonda de Santiago do Chile, em 1972, que expôs a necessidade de renovação dos dogmas sobre o papel dos museus em relação à sociedade. Esse foi o estopim para o surgimento da Museologia Social, dedicada a tornar as instituições museais mais próximas do seu entorno – ainda mais tendo sido o evento realizado no Sul Global, distante dos principais eixos dominantes sobre as discussões do campo. O encontro resultou em uma carta que propôs novas ações e reivindicações ao ICOM e à Unesco, conclamando as duas instituições a mudarem de postura, passando a envolver instituições “periféricas” em seu corpo. Após os incontáveis debates, decidiu-se “que os museus devem tornar suas coleções o mais

acessível possível aos pesquisadores qualificados, e também, na medida do possível, às instituições públicas, religiosas e privadas” (INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS, 1999, p. 95-104), reafirmando que elas não ficassem à mercê do esquecimento.

Os estudos das práticas colecionistas no período moderno instigaram o interesse de outros pesquisadores além do eixo França-Reino Unido, como é o caso da historiadora Adalgisa Lugli. Em 1983, ela publicou *Naturalia et Mirabilia: il collezionismo enciclopedico nelle wunderkammern d'Europa*, que tinha como objetivo a compreensão da composição dos *studioli* e *cabinet des curiosités* que surgiram no território das repúblicas italianas durante o Renascimento. Coincidentemente, o trabalho foi publicado nesse mesmo momento de atenção aos processos da cultura colecionista no continente Europeu, e alcançou grande repercussão entre os estudiosos após sua tradução para o francês. Nele, a autora defende que “não há apenas uma história do colecionismo privado, assim como não há e não pode existir, autonomamente, uma história do museu” (LUGLI *apud* TORRES, 2002, p. 43, tradução nossa).³² Ou seja, longe de estar preocupada com a origem do museu moderno, Lugli direciona sua abordagem para esclarecer a pluralidade das práticas colecionistas, respeitando as diferenças geográficas, temporais e epistemológicas. Além disso, ela teve um papel decisivo ao colocar sob perspectiva o trabalho de Schlosser em *Die kunst und wunderkammern*, expondo seu teor generalizante, uma vez que o autor se baseava nas experiências do modelo germânico da *wunderkammern*. Esse arquétipo trouxe o entendimento de que “o colecionador do norte reproduziria o ‘prazer medieval do material’”, enquanto o italiano privilegiaria o “interesse pela forma artística como tal”. Lugli, por sua vez, “concebe o *wunderkammern* como um lugar de experimentação onde o sujeito e o objeto se encontram” e produzem uma experiência única (RECHT, 1998, p. 25, tradução nossa).³³

A grande contribuição de Lugli para o campo foi destrinchar os conceitos de *gabinete de curiosidades*, *studiolo* e *wunderkammern*. Em sua concepção, tanto o primeiro quanto o segundo “são caracterizados por um uso muito diferente do espaço; muito mais individual, portanto, inadequado para receber um grande número de visitantes e improvável de se adaptar a um uso público para o qual obviamente não é feito” (LUGLI, 1998, p. 26, tradução nossa).³⁴

³² No original: “no existe una historia unicamente del coleccionismo privado, como no existe y no puede existir, autonomamente, una historia del museo”.

³³ No original: “Le collectionneur du nord reproduirait le ‘plaisir médiéval de la matière’, pendant que l’italien privilégierait l’intérêt pour la forme artistique en tant que telle’, elle conçoit la Wunderkammer comme un lieu d’experimentation où le sujet et l’objet vont à la rencontre l’un de l’autre”.

³⁴ No original: “elles se caractérisent par une utilisation très différente de l’espace ; beaucoup plus individuel, donc inadapté à l’accueil d’un grand nombre de visiteurs et peu susceptible de s’adapter à un usage public auquel il n’est manifestement pas destiné”.

Dessa forma, reforça que não é possível generalizar todas as práticas de colecionismo com base, principalmente, nos registros iconográficos que surgiram no período. Para ela, o teor intimista criou uma pluralidade de formas em que os objetos coletados serão expostos e classificados, conforme a percepção de seu proprietário sobre o mundo; desse modo, é difícil pensar em padronizações universais até o advento da ciência iluminista. Porém, a autora se equivoca ao pensar que esses espaços, por serem privados, não eram acessíveis, uma vez que há registros de redes de colecionadores privados que mantinham contato entre si, tanto para fruição quanto para a obtenção de exemplares excedentes. Além disso, esses *locus* serviam de ponto de partida para a produção e a circulação de conhecimento.

Em contrapartida, as *wunderkammern* “nasce[m] e se desenvolve[m] dentro de uma utopia que consiste em acreditar que se pode colher uma boa amostra do mundo ao seu redor, em um lugar protetor e magicamente abstrato da realidade, como pode ser uma coleção, onde tudo está perto, ao alcance, pode ser estudado, analisado, catalogado” (*Ibid*, p. 32-33, tradução nossa).³⁵ Em virtude disso, o diálogo entre arte e ciência é um dos cerne de sua pesquisa, que também associa o imaginário do *maravilhoso* com o *fantasioso*, que considera recorrente na epistemologia científica dos séculos XV ao XVII – motivo para que o conceito de *maravilhoso* fosse taxado de pejorativo pela ciência iluminista, que não aceitava associações que não passassem pelo crivo do racional e do empírico (DASTON; PARK, 1998, p. 329-360). Desse modo, os gabinetes de curiosidades perdem força com o advento da ciência moderna, limitando a compreensão desses ambientes conforme a mentalidade do período, o que resulta em associações anacrônicas movidas pela ideia do exótico, do curioso ou do desorganizado. Tais relações são abordadas por Lugli, principalmente no que concerne à obra de Schlosser, assim como às de outros pesquisadores, provocando a renovação teórica do campo.

No sentido de enxergar os gabinetes de curiosidades e os *studioli* como espaços de produção e representação do conhecimento, assim como conectá-los com a História da Ciência, a pesquisadora Paula Findlen escreveu *Possessing Nature: museums, collecting, and scientific culture in Early Modern Italy* (1996). Seu trabalho provocou outra ruptura nos estudos sobre o pensamento das práticas colecionistas na Primeira Modernidade, de modo a enxergá-las como parte de uma “cultura científica” que se afirmava. Com base em exemplos contextualizados nas repúblicas italianas, Findlen explora a ideia do colecionismo amparado pela necessidade do homem em compreender a História Natural, conforme os escritos clássicos de Plínio. Esse

³⁵ No original: “*naissent et se développent au sein d’une utopie qui consiste à croire que l’on peut prélever un bon échantillon du monde qui nous entoure, dans un lieu protecteur et magiquement abstrait de la réalité, comme peut l’être une collection, où tout est proche, à portée de main, peut être étudié, analysé, catalogué*”.

processo será impulsionado pela Revolução Científica, que tem seus expoentes em Francis Bacon, René Descartes e Galileu Galilei, que inspiraram o surgimento dos *filósofos naturais*, termo empregado por Findlen para evitar o uso de *amadores*, outro hábito de estudos mais antigos. Tais sujeitos foram responsáveis por criar extensas coleções como sínteses do encontro de dois “mundos”, o Novo e o Velho. Ao mesmo tempo,

coleccionar, em resumo, tornou-se uma escolha para a elite social e educada. Preenchia suas horas de lazer e, para alguns, parecia abranger todos os momentos de vigília de suas vidas. Pela posse de objetos, adquiria-se fisicamente o conhecimento e, por sua exibição, adquiria-se simbolicamente a honra e a reputação que todos os homens de erudição cultivavam (FINDLEN, 1996, p. 3, tradução nossa).³⁶

Além de atuar como espaços de formação do conhecimento humano sobre a natureza, as coleções do período também tinham papel social ao elevarem a imagem de seus proprietários, conferindo-lhes graus de erudição e distinção. Os escritos de Findlen deram suporte aos estudos de Lugli, em grande medida, no que se refere a *maravilhoso* como um conceito que fazia parte da cultura científica dos séculos XV e XVI. O termo dava embasamento às explicações sobre a existência de animais, minerais e plantas que possuíam características sobrenaturais, tais como a pedra de bezoar, os corais e os chifres de unicórnio (narval). Atribuíam-se a eles propriedades curativas contra envenenamentos e proteção contra o mau olhado, ou eram testemunhos de seres mitológicos, pois os conceitos de *simpatia* e *antipatia* eram fundamentais na cultura europeia desde a Idade Média (FOUCAULT, 1999, p. 23-62). Essas associações faziam parte da filosofia natural da época e não se tratavam de imaginações fantasiosas, como o racionalismo setecentista instituiu. O trabalho de Findlen lançou um novo olhar sobre a História das Coleções, ampliando a sua compreensão para além dos pressupostos oriundos da História da Arte – ou seja, o colecionismo como parte fundamental do processo de construção do conhecimento, aumentando o campo de interpretação sobre o seu uso no passado, antes da institucionalização das coleções e do domínio das universidades na divulgação do saber prático.

Seguindo essa lógica, Lorraine Daston e Katherine Park publicaram, no fim da década de 1990, o livro *Wonder and the Order of Nature (1150-1750)* (1998), resultado de mais de vinte anos de pesquisas sobre o conceito de *maravilha* e a sua influência na cultura científica, desde o período medieval até o moderno. A contribuição das pesquisadoras para o campo foi

³⁶ No original: “collecting, in short, had become an activity of choice among the social and educated elite. It filled their leisure hours and for some seemed to encompass every waking momentum of their lives. Through the possession of objects, one physically acquired knowledge, and through their display, one symbolically acquired the honour and reputation that all men of learning cultivated”.

enorme, uma vez que leram os objetos oriundos de *cabinet des curiosités*, *studiolo* e *wunderkammern* como testemunhos da filosofia natural de cada época, nos quais as ligações entre arte e ciência refletiam as diferentes formas de interpretar o mundo. Também foi importante para romper a visão racionalista que muitos estudos conferiam aos modelos colecionistas, como parte de um universo caótico movido pela superstição e pela crença em propriedades místicas de cura. Na perspectiva das autoras:

Os naturalistas medievais e modernos invocavam uma ordem de costumes da natureza em vez de leis naturais, definidas por maravilhas e milagres. Embora altamente ordenada, essa natureza não era excepcionalmente uniforme nem homogênea no espaço e no tempo. As maravilhas tendiam a se agrupar nas margens e não no centro do mundo conhecido, e constituíam uma categoria ontológica distinta, o sobrenatural, suspenso entre o mundano e o milagroso. Em contraste, a ordem natural que os modernos herdaram do final dos séculos XVII e XVIII é de leis uniformes e invioláveis. Nessa visão, a natureza está em todos os lugares, é sempre a mesma, e suas regularidades são rígidas. Maravilhas podem acontecer ocasionalmente, mas elas não ocupam nenhuma região geográfica especial, nem reivindicam qualquer status ontológico especial fora do estritamente natural. Somente um milagre – uma suspensão divina das leis naturais – pode, em princípio, quebrar essa ordem. Contar a história do estudo da natureza do ponto de vista das maravilhas é historicizar a ordem da natureza e, assim, colocar novas questões sobre como e por que uma ordem sucede a outra (DASTON; PARK, 1998, p. 13-14, tradução nossa).³⁷

Os estudos de Findlen, Lugli e Daston e Park foram responsáveis por renovar os estudos sobre as coleções que resistiram ao passar dos séculos, ao entenderem o colecionismo como um processo de fomento do conhecimento, em diálogo com as alternâncias do tempo. Os primeiros trabalhos, como os de Schlosser e Haskell, amparam-se na visão estética, interpretada como indício da ambição dos homens pelo belo, pelo excêntrico e pelo exótico. Nos fins do século XX, novas pesquisas almejaram compreender a relação entre arte e ciência como parte do processo científico de estudo da natureza e dos produtos oriundos das mãos humanas. Há, também, uma valorização das diferentes formas de coletar, classificar e expor que existiram no território europeu, rompendo com as análises generalizantes e anacrônicas dos primeiros

³⁷ No original: “Medieval and early modern naturalists invoked an order of nature’s customs rather than natural laws, defined by marvels as well as by miracles. Although highly ordered, this nature was neither unexceptionably uniform nor homogeneous over space and time. Wonders tended to cluster at the margins rather than at the center of the known world, and they constituted a distinct ontological category, the preternatural, suspended between the mundane and the miraculous. In contrast, the natural order moderns inherited from the late seventeenth and eighteenth centuries is one of uniform, inviolable laws. On this view, nature is everywhere and always the same, and its regularities are ironclad. Wonders may occasionally happen, but they occupy no special geographical region, nor do they lay claim to any special ontological status outside the strictly natural. Only a miracle – a divine suspension of natural laws – can in principle break this order. To tell the history of the study of nature from the standpoint of wonders is to historicize the order of nature and thereby to pose new questions about how and why one order succeeds another”.

teóricos. Essa postura levou à emergência da pluralidade de modelos de consagração ao culto da ciência e da arte, cada um respeitando a visão de mundo do colecionador.

Nos últimos vinte anos, multiplicaram-se os estudos sobre o colecionismo, ampliando o horizonte de interpretação sobre os processos de recolha e atribuindo múltiplos sentidos aos usos e aos objetos. Na Espanha, pesquisas como a de María Teresa Marín Torres (2002), Antonio Urquizar Herrera (2007) e María Bolaños (2008) revelaram o enraizamento da disciplina em contexto espanhol, em vias de se tornar uma escola de referência sobre o tema. O campo da História das Coleções ganhou adeptos em outras partes do globo, permitindo que os museus e as instituições culturais aprofundem o conhecimento sobre seus acervos. Nos Estados Unidos da América, a Frick Collection criou o Center of the History of Collecting como via de enriquecimento da memória da sua extensa coleção de arte europeia, bem como de proposição de modelos de compreensão sobre os colecionadores norte-americanos responsáveis pela criação de importantes instituições museológicas (FEIGENBAUM; REIST, 2013; QUODBACH, 2021). Concomitantemente ao processo de descolonização dos museus e das coleções, estudos de *provenance* são cada vez mais recorrentes, com o intuito de esclarecer seus caminhos até chegarem às instituições de guarda, colocando em questão os seus processos de aquisição.

Entender as nuances que resultaram no surgimento do campo da História das Coleções é um processo hercúleo e que demanda atenção. Aqui, a análise voltou-se a elucidar a vertente de pesquisa deste estudo e trazer à tona o colecionismo no Brasil, no âmbito privado ou público, e como ele contribuiu para o desenvolvimento das instituições brasileiras e na produção de conhecimento em múltiplas esferas. A seguir, propõe-se pensar uma historiografia sobre o tema com base nos escritos de autores brasileiros que buscaram entender o passado por meio do estudo de coleções e os múltiplos valores que atribuíram a elas – biográfico, simbólico ou usual. Para isso, é importante compreender como os agentes de museus anteriores ao século XX pensaram a história dos museus. Nesse caso, a figura do diretor do Museu Nacional (UFRJ) Ladislau Netto é significativa pelo pioneirismo na sistematização do passado da instituição, respaldando-se em modelos estrangeiros.

3 UMA POSSÍVEL HISTORIOGRAFIA DA HISTÓRIA DAS COLEÇÕES NO BRASIL

3.1 Um “gérmen fecundo” nos trópicos: Ladislau Netto e o passado institucional do Museu Nacional

Uma das primeiras obras³⁸ a suscitar questões sobre a memória da institucionalização das ciências foi *Investigações Históricas e Científicas sobre o Museu Imperial e Nacional*, publicada em 1870. O livro foi escrito pelo então diretor-substituto do Museu Nacional, o botânico Ladislau de Souza Mello Netto,³⁹ com o intuito de historicizar o surgimento e os percursos da instituição, além de trazer informes sobre suas coleções. A obra é um importante testemunho para a História da Ciência brasileira, expondo as origens das coleções do Museu para além do testemunho oral, de modo a demonstrar a relevância da escrita para construir e legitimar uma narrativa sobre o passado. Classificar, organizar e sistematizar as coleções do Museu eram processos importantes; assim, o mesmo deveria ser feito com as histórias nelas presentes, uma vez que isso evitaria a perda de informações, como origem, utilidade e significados dos itens colecionados.

Em tom realista, o diretor argumentou que “a regra da ciência dos clássicos e a norma crítica dos bibliógrafos bem pouco terão a ver na índole da presente publicação” (NETTO, 1870, p. I). Isto é, o livreto fugia das tradições literária e científica, não sendo uma obra destinada à crítica do público, tampouco ao seu deleite; sua funcionalidade era de natureza informativa e instrutiva. Assim era a forma de o estudioso reunir, em um único documento, o percurso trilhado pela instituição desde a sua criação, em 1818, a fim de ser “um simples guia para quem alguma vez se dispusesse a examinar as nossas coleções” (*Ibid.*, p. III). Até os dias atuais, esse livro é visto como uma das principais fontes secundárias para os estudos sobre o Museu Nacional.⁴⁰

Em 1870, Netto passou a ocupar o cargo de diretor-substituto do MN, tendo que lidar com um ambiente que necessitava de melhorias. Atualizar o funcionamento da instituição,

³⁸ Vale ressaltar que, em 1851, Emílio Joaquim da Silva Maia, médico e membro da Sociedade Vellosiana de Ciências Naturais, escreveu o *Esboço Histórico do Museu Nacional, servindo de introdução sobre as principais espécies zoológicas do mesmo estabelecimento*, em que discorreu sobre a criação do Museu Nacional, mencionando a “Casa de História Natural” como o embrião que deu origem à instituição. Porém, o texto é curto e não entra em detalhes. Assim, o trabalho de Ladislau Netto (1870) tem mais lastro no que se refere ao passado institucional do museu carioca.

³⁹ A gestão de Ladislau Netto foi, inicialmente, interina (1870 a 1876) e, depois, efetiva (1876 a 1893).

⁴⁰ Para saber mais, cf. LOPES, 2009.

instituir laboratórios (GOMES, 2013), renomear as seções e propor novas reordenações e disposições das coleções pelas áreas do Museu foram ações tomadas logo após assumir o cargo, de grande distinção.

É provável que tenha sido nessa circunstância de rearranjo das coleções e de busca de informações sobre as peças e sua procedência que Netto sentiu falta de algo mais concreto e de fácil acesso, tanto para o público especialista que frequentava a instituição quanto para os seus visitantes. Os dados históricos dos objetos eram encontrados nas páginas dos *Relatórios anuais do Museu Nacional*, uma coletânea de relatórios, cartas, ofícios e ordenações que armazenavam as informações sobre seu funcionamento anterior, isto é, o passado institucional. O diretor angustiava, nas *Investigações Históricas e Científicas...*, “que em uma nova edição deste livro, possamos escoimá-lo dos senões que ora sobremodo o enfeiam” (NETTO, 1870, p. IV). Tal fato ocorria devido ao contexto interno do Museu à época, e as lacunas da publicação só seriam sanadas no futuro, após a reordenação e a organização do seu arquivo documental. A ausência de espaço, em consequência de o prédio do MN não ter sido projetado para ser um museu, era um dos principais motivos de reclamações dos diretores anteriores. O cenário não era dos melhores, pois a limitação espacial provocava o entulhamento das coleções expostas, impedindo a sua fruição (SEGANTINI, 2015). Ademais, os investimentos eram insuficientes, limitando ampliações, sistematizações e manutenções necessárias. Assim, não é de se estranhar o descontentamento de Netto, dado que o abandono do MN pelo Estado imperial impedia que a instituição caminhasse para a glória, juntamente com os museus internacionais.

Ao mesmo tempo, o fato de Ladislau Netto ter se dedicado à criação de um documento que fugia do escopo de sua atuação nos induz a pensar suas intenções durante esse processo. Segundo María Teresa Marín Torres, em seu trabalho sobre a historicização da documentação museológica ao longo dos séculos, “esse desejo de anotar o conteúdo de uma coleção é um interesse em sua perpetuidade ao longo do tempo e, mesmo que se desintegre e se disperse, a memória do que foi sempre permanecerá” (TORRES, 2002, p. 24, tradução nossa).⁴¹ Desde o século XVI, como afirma a autora, proprietários de museus (não no sentido moderno do termo) e coleções de longa tradição viram, no exercício de descrever as riquezas que coletaram, um meio de fugir da total destruição destas, tanto nos seus aspectos físicos quanto memorialísticos. Esses catálogos funcionam como janelas para o passado museológico das instituições, trazendo informações importantes que auxiliam no registro de *provenance* de acervos que foram

⁴¹ No original: “este deseo de dejar por escrito el contenido de una colección hay un interés por la perpetuidad de la misma en el tiempo, y aunque se desintegre y disperse, siempre quedará la memoria de lo que aquélla fue”.

esquecidos com o passar do tempo. Além disso, ajudam na compreensão da visão curatorial, das escolhas do que deveria ser visto e de quais associações existiam, de modo a conferir diferentes sentidos que justificassem a coleta de objetos, bem como a sua disposição em um ambiente totalmente diferente do originário.

Já para aqueles que não possuíam peças raras e cobiçadas, o catálogo possibilitava o acesso às coleções, mesmo que no campo das ideias. Outra função era proporcionar prestígio ao seu proprietário, demonstrando publicamente o seu poder e a sua erudição. No caso das coleções artísticas, como aponta Torres citando Schnapper, o catálogo impresso era um meio de “servir de guia para visitantes, lembretes para a memória, fontes de informação acadêmica ou anúncios publicitários para venda” (TORRES, 2002, p. 24, tradução nossa).⁴² No âmbito privado, a sua transferência para o mundo das letras e das imagens, seja por meio de catálogos ou livros, transforma essas instituições privadas em espécies de museus públicos,⁴³ pois o privilégio de serem vistas exclusivamente por seus donos ou por grupos seletos é rompido. No caso das instituições museais, é a forma de ampliar o acesso à informação, bem como revelar sua existência a um público mais amplo.

As *Investigações Científicas*, de Ladislau Netto, possuem não apenas o caráter historicizante de sua pesquisa, dedicada a narrar os percursos do primeiro museu brasileiro, mas, também, a tentativa de inserir o Museu Nacional como herdeiro da tradição museológica europeia. Para dar um tom pomposo ao seu estudo investigativo, o autor recorreu à gênese das primeiras práticas colecionistas do Velho Mundo, que resultaram em gabinetes de curiosidades, câmaras das maravilhas, *studioli* etc. Em dez páginas, ele explora cronologicamente o desenvolvimento de tais práticas, que resultaram em grandes coleções famosas, além de outras, depositadas em instituições museais. Por meio delas, a ciência pôde se desenvolver na mente de estudiosos que conferiram sentidos às criações da natureza. Dito de outra maneira, tratava-se de dizer que a origem do MN era fruto de processos colecionistas de longos séculos, em que o fascínio do olhar humano sobre a natureza determinou a busca por respostas para os mistérios da Criação. Em suas palavras:

Quando Conrado [Gessner], denominado o Plínio da Alemanha, reuniu em Zurich, nos meados do século XVI, alguns raros e curiosos objetos de que formou o primeiro museu de história natural, a civilização moderna na aurora apenas de sua luminosa existência, devera ter-se erguido de súbito e saudado, radiante de satisfação, aquele

⁴² No original: “servir como guía para los visitantes, recordatorios para la memoria, fuentes de informaciones eruditas o reclamos publicitarios para la venta”.

⁴³ Ressalta-se que, no período mencionado (séculos XVII-XVIII), o termo *público* não tinha a conotação democrática a que estamos habituados; neste caso, refere-se àqueles que eram letrados e que se dedicavam à arte da contemplação – ou seja, a uma parcela ínfima da população.

novos e ingente promotor da ilustração dos povos para cujo mais forte auxiliar viera à luz, justamente um século antes, o gênio não menos fecundo que filantrópico de [Gutenberg] (NETTO, 1870, p. 4).

Tal qual a inovadora criação de Johannes Gutenberg (1400-1468), os tipos móveis, que aumentou a circulação das ideias e do conhecimento humano, Netto assinala o feito de Conrado Gessner como um marco que fundou as bases para a renovação científica que viria a seguir. Se o livro impresso garantiu a padronização e a organização da mentalidade humanista, o surgimento dos museus foi o ponto de partida para o homem compreender e dominar a natureza, algo que permitiria o progresso das sociedades. Logo, a criação de Gessner foi

“um germen fecundo, um quer que fosse de raio luminoso, trazido pela onda da fascinação, após o qual muitos sábios e ardentes prosélitos da ciência vieram sucessivamente desvendar aos olhos dos povos, arrebatados de vivo entusiasmo, os grandes fenômenos e os encantadores mistérios dos reinos orgânicos e inorgânico da terra” (*Ibid.*, p. 5).

Ele intitula Gessner o “Plínio da Alemanha”,⁴⁴ o que não era comparação fortuita, pois, como o filósofo da Antiguidade, ele foi um dos pioneiros, refundando as bases da História Natural durante o Renascimento. Tal feito o elevou ao rol dos principais naturalistas. Gessner não foi o único a ser ressuscitado:

Declinar os nomes de Thurneisser, de Mercati, de Calceolari, de Imperato, de Tradescant, de Petiver, de Woodward, de Sloane, de Zanichelli, de Gronovius, etc, é mencionar uma plêiade de entusiastas do apostolado da civilização, consagrados todos igualmente ao seu impulso rápido e constante como verdadeiros levitas que eram da ciência (*Ibid.*, p. 5).

O médico, químico, alquimista e botânico Leonhard Thurneysser (1531-1596) “foi a primeira pessoa que formou uma coleção de curiosidades naturais na Marca de Brandenburg”, que também era composta por um extenso jardim e uma *ménagerie*, na qual mantinha uma grande quantidade de animais curiosos coletados de diferentes partes do mundo” (AIKIN, 1814, p. 410, tradução nossa).⁴⁵ Michele Mercati (1541-1593), além de médico particular do papa Pio V, também coordenava os jardins do Vaticano, cuidando dos espécimes e sendo responsável pelo seu enriquecimento, mas o seu interesse por fósseis e minerais resultou num extenso

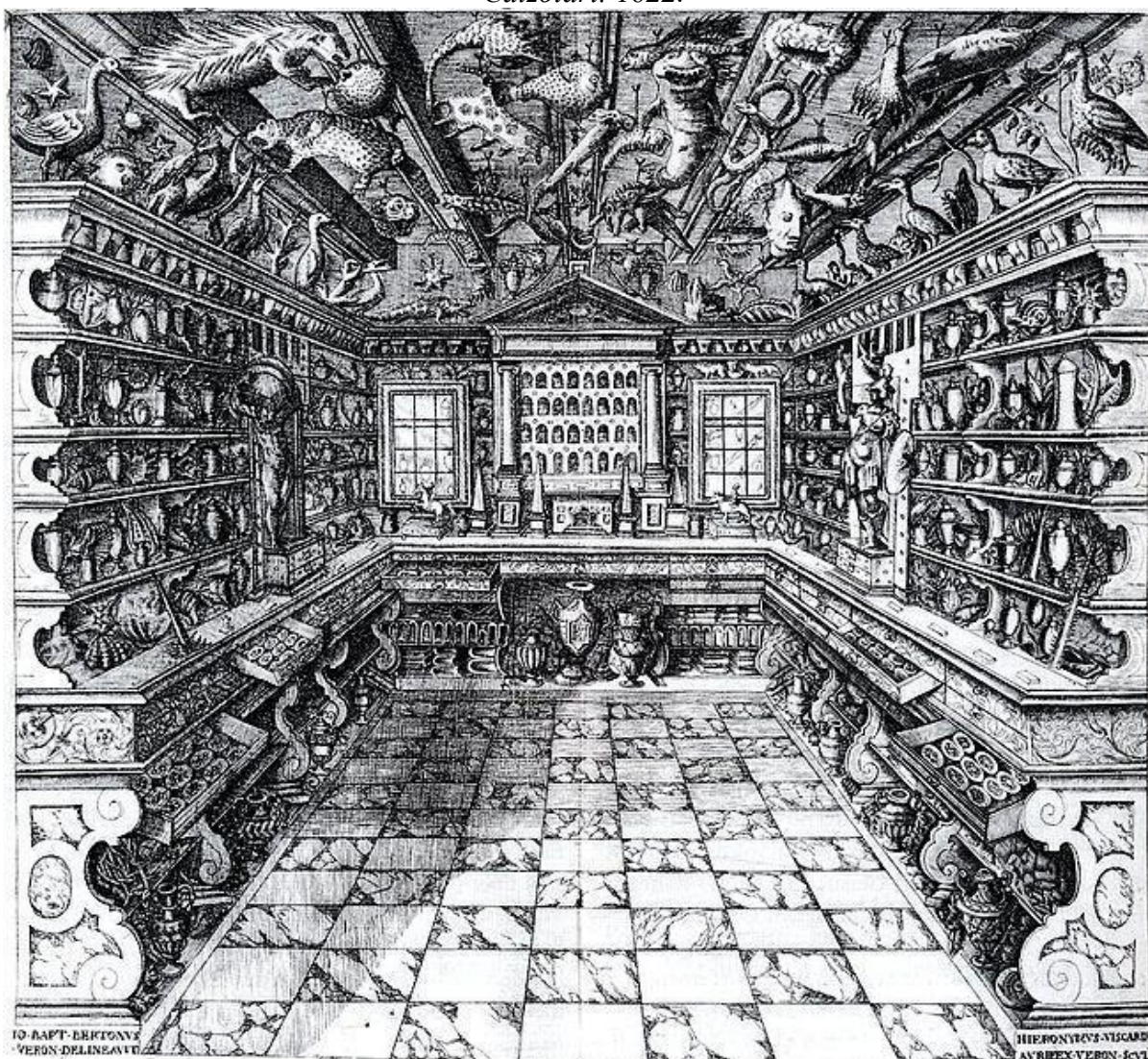
⁴⁴ A mesma denominação é apresentada em GUTHRIE, 1806, p. 31.

⁴⁵ No original: “*was the first person who formed a collection of natural curiosities in the Marche of Brandenburg. His Garden, at the monastery, was filled with botanical plants; and he had also a menagerie in which he kept a great many curious animal collected from different parts of the world*”.

acervo que foi incorporado às coleções papais, descritas na obra *Metallotheca*, postumamente publicada em 1717 (ACADEMY OF NATURAL SCIENCES, 2006, p. 331-332).

Outro homem que, por meio do seu ofício, foi seduzido pelo anseio de guardar e de sistematizar as criações da natureza foi o farmacêutico veronense Francesco Calzolari (1522-1609), tornando-se famoso entre as comunidades médica e de colecionadores (FINDLEN, 1996, p. 274-275). O microcosmo de Calzolari foi imortalizado na gravura de Benedetto Ceruti e Andrea Chiocco, inserida na obra *Musaeum Francisci Calceolari Iunioris Veronesis* (1622, p. 746), de modo a registrar a composição e a organização da sua coleção. Num primeiro olhar, observam-se excessos, como se, guiado pelo “horror ao vazio” e pela simetria, o homem renascentista resumisse a Criação divina a um grande espetáculo da natureza. Em virtude disso, sua disposição exagerada ganhou conotação pejorativa por parte dos naturalistas dos séculos XVIII e XIX, que fundaram as concepções do museu moderno – estas, amparadas pela visão iluminista de entender o mundo por meio da classificação e da sistematização ordenada, tidas como as melhores vias de estudo e de investigação que o homem da razão poderia utilizar para alcançar o conhecimento. Assim, as práticas colecionistas dos séculos anteriores foram vistas como antagônicas ao novo processo de compreensão da História Natural. Consequentemente, tal visão resultou na criação do imaginário caótico acerca dos métodos de colecionar e de expor nos séculos XVI e XVII, como sendo uma mistura desorganizada das ambições de homens apoiados em tradições supersticiosas (Imagem 1).

Imagem 1 – Ceruti, Benedetto; Chiocco, Andrea. *O gabinete de curiosidades de Francesco Calzolari*. 1622.



Fonte: CALZOLARI, 1622. Wikimedia Commons.

O boticário napolitano Ferrante Imperato [1525?-1615?] foi outro indivíduo que teve o seu museu descrito e retratado. Concomitantemente, ele e Francesco Calzolari criaram as principais coleções de *naturalia* e *artificialia* da Itália. Suas residências eram paradas obrigatórias para qualquer erudito que almejasse conhecer, em um só lugar, uma pequena parcela da vastidão natural e humana (Imagem 2). De acordo com Francesco Imperato, filho de Ferrante, “não há um *Signor* ou grande pessoa que venha a Nápoles de partes longínquas e remotas que não queira ver [o museu] por curiosidade e que não se maravilhe depois de vê-lo” (IMPERATO *apud* FINDLEN, 1996, p. 31, tradução nossa).⁴⁶ A busca pelo conhecimento e

⁴⁶ No original: “there is not a *Signor* or great person who comes to Naples from far and remote parts who does not wish to see [the museum] out of curiosity and who is not overcome with amazement, after having seen it”.

por objetos que pudessem materializar e, assim, dar visão ao que se falava contaminou eruditos e dignitários que entendiam que o saber era, também, uma demonstração de poder.

Imagem 2 – Imperato, Ferrante. *Retratto del Museo*. 1599.



Fonte: Wikimedia Commons.

O irlandês Hans Sloane (1660-1753) foi outro colecionador que merece destaque dentre os citados por Ladislau Netto. Grande parte de sua coleção de História Natural, fruto do período em que morou na Jamaica, deixou o contexto privado de sua residência para se tornar o embrião do Museu Britânico. Tal privilégio foi o resultado de uma fortuna obtida de suas *plantations*, onde explorou mão de obra escravizada.⁴⁷ Desse modo, veremos que muitos dos colecionadores, que serão citados neste trabalho como “homens de seu tempo”, contribuíram para a manutenção de sistemas de exploração da dignidade humana. Atualmente, na onda dos processos de decolonização das coleções públicas e dos museus, novas evidências estão revelando um outro lado da história do colecionismo, que, por muitos séculos, se fundamentou em um terreno de abusos humanitários.⁴⁸

⁴⁷ Hoje, o Museu Britânico tem revisto o passado dos antigos proprietários de suas coleções, contextualizando-os à sua época, o que revelou que grande parte deles fazia uso da mão de obra escravizada. Diante das contradições entre a expansão do império e a riqueza advinda dessa expansão – em grande parte, fruto da exploração de vidas humanas –, cabe às instituições museológicas avaliar o discurso que adotarão sobre suas coleções. A respeito desse assunto, cf. PA MEDIA, 2020.

⁴⁸ Cf.: RIJKSMUSEUM, [s. d.].

A menção aos colecionadores citados por Ladislau Netto para por aqui, uma vez que não é objetivo deste estudo investigar o colecionismo de curiosidades nos séculos XVI e XVII. O intuito é dar visibilidade aos indivíduos nos quais ele estava se respaldando para informar, ao público leitor, que a formação dos museus de História Natural foi longa e partiu da ação de determinado grupo ao destrinchar as estranhas da natureza, observar, nomear e dar algum sentido ao que era nela encontrado. À medida que novos elementos orgânicos ou inorgânicos eram descobertos, eles passavam pelo crivo do pensamento humano, que criava valores e, em alguns casos, os tornava especiais e raros. Assim, a mentalidade colecionista da Primeira Modernidade foi se estruturando, até sofrer as transformações com o advento do Iluminismo.

Nesse caminho para buscar as origens dos museus, Ladislau Netto percorreu os percursos mais óbvios. Numa primeira análise, é possível constatar que todos os indivíduos mencionados possuíam alguma relação com o mundo da Botânica, área de sua formação. Eram homens que foram responsáveis pelo surgimento de coleções, que resultaram em microcosmos particulares do conhecimento; por sua vez, alguns desses acervos se transformaram em importantes instituições de pesquisa, moldando a forma dos museus modernos, como o Museu Britânico. Logo, ressaltar essa relação de causa e consequência foi a maneira que Netto utilizou para se projetar como herdeiro de uma tradição longa de botânicos, que redefiniram as bases da ciência moderna, bem como das práticas museais. Nesse caso, Netto se lançava como o candidato perfeito para organizar os novos parâmetros da ciência brasileira, assim como a instituição que coordenava.

Em virtude disso, o referencial bibliográfico do seu texto introdutório foi a obra *Musée Botanique de M. Benjamin Delessert*, publicada em 1845 pelo conservador dessa instituição, Antoine Lasègue (1793-1873). Nela, percebe-se movimento parecido ao de Netto ao escrever *Investigações Históricas e Científicas*: historicizar e organizar o conhecimento que se tinha das coleções botânicas do museu. Benjamin Delessert (1773-1847) foi um rico banqueiro francês que dedicou parte de sua vida à coleta e ao financiamento de expedições naturalistas com o intuito de aumentar o extenso acervo da instituição, tornando-a uma das principais do gênero, em âmbito privado, na França. O espaço era frequentado por importantes acadêmicos, como o aclamado naturalista Alexander von Humboldt (1769-1859) e, muito provavelmente, o próprio Ladislau Netto, quando de sua ida a Paris, em 1854, para completar a sua formação na Université de Sorbonne.

Na sua abordagem, Ladislau Netto seguiu a mesma ordem dos nomes citados por Lasègue; assim, ficam evidentes as bases referenciais para a sua retrospectiva do passado das práticas colecionistas e museais sobre a História Natural. A publicação do conservador francês

se difere da de Netto em vários aspectos, pois, além de ser maior, fornece um aparato geral das principais coleções botânicas, e também a relação dos principais coletores – em sua maioria, naturalistas que fizeram grandes descobertas na área. Ademais, em um determinado trecho, Lasègue aponta questões que podem ter inspirado Netto a desenvolver um trabalho que iluminasse as origens dos acervos do Museu Nacional, principalmente, no que tange às missões das coleções:

A necessidade de coleções para o estudo da ciência está bem demonstrada; a sua utilidade é grande, pois reúnem no mesmo lugar uma multidão de documentos e materiais que salvam da dispersão que seria sua ruína; fornecem os meios de voltar às fontes de determinados trabalhos publicados com esses materiais; elas também oferecem material para novas publicações e oferecem aos viajantes uma espécie de incentivo para garantir um destino honroso e um futuro útil para os produtos de suas explorações. Mas todos esses benefícios, que só podem resultar de algum tipo de publicidade dada às coleções, desaparecem por completo, **e as coleções não prestam nenhum serviço se os seus proprietários as coletam apenas por vaidade e para sua satisfação pessoal, se as guardam encerradas e ocultas da vista e do exame de visitantes sérios.** O resto de nosso trabalho mostrará que tal não é o pensamento de M. Delessert, que suas coleções, reunidas para o uso de todos, estão constantemente abertas ao público, e que suas galerias servem de ponto de encontro para cientistas, cujos trabalhos elas têm o prazer de facilitar; renovando, assim, o exemplo dado no início deste século pelo famoso Sir Joseph Banks (LASÈGUE, 1845, p. 8, grifo nosso).

O pensamento de Lasègue é claro: as coleções que vivem numa espécie de sequestro do olhar público têm pouco a contribuir para o conhecimento humano. Torná-las acessíveis por meio da investigação, da comparação e da análise é o caminho para lhes conferir novos sentidos e valores. É muito provável que o conservador francês tomava como base para o seu *modus operandi* as experiências dos museus da França pós-Revolução de 1789, quando as coleções régias deixaram de ser privilégio de um determinado círculo de eruditos. Com a reorganização do Muséum National d'Histoire Naturelle (Museu de História Natural), outrora Jardin Royal des Plantes Médicinales (Jardim Real das Plantas Medicinais), e conseqüentemente, a sua abertura para a instrução pública, novos contornos foram definidos para a missão desses espaços, amalgamando o pensamento museológico que regeria o século XIX: coletar, estudar e instruir.

Ao mesmo tempo que atenta para a necessidade de incentivar a abertura das coleções privadas ao bem comum, Lasègue aproveita para fazer elogios ao proprietário do Muséum Botanique, o equiparando ao imortalizado naturalista Sir Joseph Banks (1743-1820), que criou uma extensa coleção particular de História Natural em Londres e que não a monopolizou apenas para si, colocando-a a serviço da rede de pesquisadores da época e fazendo dela um grande “centro de cálculo”, como diria Bruno Latour (1983; 1987). Em virtude disso, é interessante

pensar como esses espaços compartilhados vão se desenvolvendo ao longo do século XIX, mesclando as inúmeras intencionalidades do colecionador que, por meio de um desejo ou do próprio labor, convertem-se em unidades de produção de conhecimento. Isto é, grande parte das coleções privadas, mesmo após o advento do museu moderno, continuaram sendo importantes redutos de investigação e, dependendo da abrangência dos seus acervos, completaram o que estava ausente nas instituições museais públicas – algo que veremos nos próximos capítulos, principalmente no contexto brasileiro.

O modelo museológico que chama a atenção de Ladislau Netto e que ele elogia é o francês. Em sua visão, o caminho da ilustração que o Iluminismo abria reconfigurou o pensamento humano e a arte de coletar. A França “surgiu personificada num dos gênios que até hoje melhor tem apreciado as belezas e harmonias do universo e que mais alto erguerão, pela ciência e pela palavra, a espécie humana na escala dos seres da terra” (NETTO, 1870, p. 5). Para tal comprovação, Netto historiciza as transformações epistemológicas que regeriam a ciência francesa, começando com a criação de Luís XIII, o chamado Jardin Royal des Plantes Médicinales. Erroneamente, o diretor o denominou Jardin du Roi, sendo que este havia sido obra de Luís XIV, e não de seu antecessor. Assim, “foi nesse horto, criado por Luís XIII e aformoseado por [Charles du Fay], que o espírito brilhante [de Georges-Louis Leclerc, Conde] de Buffon distendeu suas grandes asas e, cheio de gênio e de majestade, atirou-se a devassar a natureza” (*Ibid.*, p. 6) e revolucionou os paradigmas da História Natural. Esse teatro das maravilhas naturais proporcionou condições para a insurgência de novas teorias científicas, como as de “Cuvier, Jussieu, Lamarck, Haüy, Geoffroy, Saint Hilaire, Thonin e Lacepede”. Para Netto, “Buffon apareceu realmente como a encarnação da ciência no meio-dia da Europa; a Alemanha, ao vê-lo, encarou cheia de surpresa aquele vulto eminente que, à sós das margens do Sena, lhe ousava disputar, face a face, as palmas da sabedoria” (*Ibid.*, p. 7).

A intenção de discorrer sobre os grandes nomes que mudaram o olhar científico era demonstrar que o único meio de fazer da ciência um recurso para a afirmação nacional é pela criação de templos que a cultuassem, como os museus. Eles deveriam ser equipados com grandes coleções, laboratórios, bibliotecas e hortos, com o objetivo de prover os recursos necessários para realizar novas descobertas e celebrar o avanço do homem sobre a natureza. No entendimento de Ladislau Netto, os primeiros gabinetes de curiosidades e os hortos botânicos atuaram como bases para fundar os alicerces para a pesquisa e o estudo e, assim, moldar a ciência moderna. De acordo com o seu raciocínio, por muito tempo, o Museu Nacional havia sido um importante gérmen da pesquisa científica brasileira, mas o seu crescimento estava estagnado. Naquela altura, a realidade da instituição impedia o alcance do progresso no

estudo da História Natural do Brasil. Porém, havia grandes chances desse cenário mudar em sua gestão. Dessa forma, ele seria o candidato perfeito para ser o grande jardineiro que prepararia o terreno para proporcionar o surgimento das raízes que, mesmo em um espaço limitado, cresceriam em direção ao núcleo da civilização.

Após exaltar o pioneirismo dos colecionadores europeus na constituição de coleções e instituições de pesquisa, Netto citou a realidade científica de seu país. Em suas palavras, “o Rio de Janeiro, estação de reparo e de abastecimento para aquelas grandes viagens de circum-navegação, era então, como tem sido e será por longos anos, talvez o ponto de estudo mais importante e mais belo da América meridional” e, dada a sua vistosa e grandiosa natureza, a sua riqueza natural precisava ser explorada. Tal processo, em seu olhar, foi responsabilidade de parte dos naturalistas brasileiros, como “João Manso, Dr. Alexandre Ferreira, Fr. José Conceição Velloso, Fr. Leandro do Sacramento, Fr. José da Cosa Azevedo” que, timidamente, eram lembrados no contexto da ciência luso-brasileira, mas que não alcançaram os louros da glória em outras esferas científicas. Ao mesmo tempo, uma série de estrangeiros foram reconhecidos como pioneiros ao coletar, descrever e publicar a fauna e a flora brasileiras, como “João de Lery, Margraff, Pison, Commerson, Sauerlander, Caldeleugh, Tilesius, Langsdorff, [...] S. Hillaire, Spix, Martius, Mikan, Schot, Pohl, Freyreiss, Sellow, Eschwege, Varnhagen e tantos outros”. Assim, aos seus “esforços devem quase todos os museus da Europa as suas mais belas coleções daqueles tempos” (NETTO, 1870, p. 8). Indignava-se o ilustre diretor, perguntando o que ocorreria se “ficássemos por mais tempo abandonados ao resfolgar da inércia colonial, circunscrevendo o afanoso labor de estranhos lidadores – cegos à luz que de chapa nos inundava o rosto – surdos às festas estrepitosas de suas brilhantes e fecundas conquistas?” (*Ibid.*, p. 9).

Nesse exercício de olhar o passado para remover os obstáculos que há tanto tempo impediam o avanço da ciência brasileira, Ladislau Netto inaugurou uma visão progressista da história do país, marcada pelas causas e consequências. Isso seria reforçado pela historiografia dos séculos seguintes, que enraizou a ideia de que não havia práticas científicas no Brasil durante o período colonial, e que foi apenas com a institucionalização das ciências em território nacional, no século XIX, que foram cunhados os contornos necessários para o desenvolvimento da pesquisa. Estudos recentes, como o de Márcio Mota Pereira (2018), mostram que, para além do papel de coletor para a metrópole, houve efetiva produção intelectual da parte dos naturalistas luso-brasileiros, que cultivaram o culto pela ciência e pela experimentação.

Segundo o diretor, “o número dos viajantes crescia de hora para hora, de instante a instante, em proporções consideráveis. Seus descobrimentos eram constantes e reiteradas

surpresas para nós, que nem sequer de guias lhe podíamos servir na terra, em que havíamos nascido e que era nossa”. Desse modo, o Brasil via atônito as suas riquezas sendo exploradas por estrangeiros que no “batismo da ciência vinha a cada momento transmitir-nos denominações estranhas, apelidos técnicos novos, aos objetos os mais familiares e até mais úteis em todas as fases e circunstâncias da vida” (NETTO, 1870, p. 10). Claramente, essa situação, mesmo com teor nacionalista, preocupava Netto; assistir a tantas riquezas naturais e descobertas sendo usurpadas impediria o controle das descobertas científicas por brasileiros e, assim, a consagração deles no panteão da ciência mundial. Para inverter tal situação, era preciso romper com a subalternidade e lutar por condições que favorecessem o labor da ciência natural no Brasil, produzida por brasileiros.

Em virtude das novas transformações advindas da chegada da corte portuguesa, em 1808, e sua permanência no Brasil, o desenvolvimento das artes e ciências ganhou um outro rumo. Também o *Tratado de Aberturas dos Portos às Nações Amigas*, promulgado no mesmo ano, possibilitou um grande fluxo de estrangeiros para as terras brasílicas, incluindo naturalistas e colecionadores. Assim, na perspectiva do diretor, a vinda da “nossa primeira imperatriz, a virtuosa arquiduquesa D. Leopoldina”, em 1817, para a união com o herdeiro do império, o futuro D. Pedro I, alavancou os motores da ciência brasileira. “Para que mais estreito se tornasse o primeiro enlace da nova corte americana com os régios solares da vetusta Europa, foram enviados por essa ocasião ao nosso país, os naturalistas Mikan, Pohl, Spix, Martius e Raddi” (*Ibid.*, p. 9). Alguns desses homens de ciência formariam a missão austríaca – que será abordada no decorrer deste trabalho –, que contou com uma legião de exploradores, iniciando o árduo processo de exploração científica do interior do território brasileiro.

Nessa narrativa que objetivava traçar as origens e a tradição a que pertencia o Museu Nacional e seus intelectuais, Netto finaliza a sua introdução exaltando a criação do primeiro museu de História Natural do Brasil. De acordo com ele, tal graça só foi possível pela sensibilidade do Rei D. João VI, “cuja perspicácia será talvez mais bem conhecida para o diante, viu que era tempo de dar ao novo reino da América um museu de ciências naturais, e boa hora fez” (*Ibid.*, p. 10). Logo, como um sujeito de sua época, vivendo sob uma monarquia, o diretor da instituição reforçava a importância da participação dos monarcas para o avanço do progresso científico. Ao mesmo tempo, observa-se outra intencionalidade, mesmo que indireta, em expor ao leitor que o Governo brasileiro não fazia jus às potencialidades que a natureza podia prover para a economia, ao não promover, com mais frequência, grandes expedições científicas para a coleta e a investigação de exemplares. O impacto que promoveriam podia ser visto nos armários e nas vitrines da instituição, que não davam conta de expor todas as riquezas

presentes em uma terra tão cheia de testemunhos do Criador, uma vez que o espaço era limitado e pouco se fazia para mudar essa realidade. Ao longo do século XIX, desde o início do seu funcionamento, foi constante nos relatos de viajantes e naturalistas a indignação com a primeira instituição museológica do país. Em várias passagens, eram expostas as falhas do Museu, como a ausência de coleções que falassem mais sobre a História Natural do Brasil do que de outros lugares.⁴⁹

É visível, na obra de Ladislau Netto, o seu empenho em criar conexões ou usar a Europa como modelo civilizacional. Tal fato é observado na ligação feita entre as origens dos museus de História Natural europeus e a criação da instituição brasileira, herdeira de um processo longínquo que, em sua visão, se concretizou tardiamente. Nesse fluxo angustiante, não cabia perder mais tempo: era preciso criar soluções que colocassem o Museu Nacional no mesmo nível de outros centros de pesquisas importantes. A modernização das ciências na nação era o recurso que indicava quão próxima ou distante ela estava da barbárie. Vivendo em uma monarquia, cujas bases se fundavam na tradição e ainda estavam frescas, era mais do que necessário fazer do legado Habsburgo-Bragança um instrumento que polisse o excêntrico império do Novo Mundo.

Após apontar todos os destaques de cada coleção, uma vez que descrever todo o conteúdo presente na instituição seria uma tarefa hercúlea, Ladislau Netto dedicou o fim da publicação para apontar a “Relação dos doadores do Museu Nacional”. Ou seja, com as limitações orçamentárias que impediam a criação de expedições ou a compra de itens para o museu, suas coleções eram enriquecidas, em grande parte, pela ação de doadores, tanto especialistas quanto amadores ou curiosos. Estes últimos eram orientados pela mentalidade de doar objetos “excêntricos”, encontrados em propriedades rurais ou em escavações para a construção de edifícios, testemunhos dos tempos pré-cabralinos e mesmo coloniais. Muitos dos contribuintes poderiam ou não ter em suas casas coleções próprias – caso de alguns dos doadores citados, como José Thomaz de Oliveira Barbosa, José Bonifácio de Andrada e Silva ou mesmo de alguns membros da família imperial, que não deixaram de ter protagonismo. Os primeiros a serem mencionados foram “D. João VI, D. Pedro I, SS. MM. II e a S. A. o Conde D’Eu” (NETTO, 1870, p. 311). A ordem dos nomes revela a intenção de deixar evidenciado que as benesses recebidas dos monarcas tinham tradição; mesmo excluindo a Princesa Isabel de Bragança, herdeira do trono, o seu marido a representava como parte desse sistema de dar e ser notado.

⁴⁹ Para saber mais, *cf.* CHAVES, 2019, p. 143-160.

A fim de se resguardar e evitar quaisquer desconfortos que viriam a surgir, Netto não é omissos com aqueles que concederam, ao bem público, os seus preciosos objetos. Em uma nota de rodapé, o autor justifica que “é muito de supor que os nomes de alguns dos mais antigos Doadores do Museu não figurem na presente Lista. Se tal omissão aí se observa é toda ela involuntária e unicamente devida a deficiência dos documentos que possuímos” (NETTO, 1870, p. 311). Isto é, essa foi sua forma de justificar as falhas documentais existentes, principalmente em uma sociedade em que homens e mulheres esperam ser lembrados por seus atos, a fim de evitar o esquecimento. Pôr a culpa nos documentos é um detalhe que nos ajuda a pensar que Ladislau Netto entendia a documentação museológica não apenas como um capricho do ofício científico-administrativo, mas também como um atestado da memória dos objetos dentro da instituição. Nesse sentido, não é de se estranhar o fato de os *Relatórios anuais do Museu Nacional* terem deixado de ser manuscritos e passado a ser impressos, o que estendeu tanto sua circulação quanto sua vida útil.

Dessa forma, a obra *Investigações Históricas e Científicas* reflete o começo da consciência da historicização das práticas museológicas no Brasil, dado o seu objetivo de propor entender as origens da primeira instituição científica do país por meio de suas coleções. Se Julius von Schlosser usou da coleção de Ambras para criar modelos classificatórios para as ações colecionistas na Áustria, Netto induz a necessidade de entender o passado e explorar o complexo processo de enraizamento das ciências no território brasileiro. Diferentemente do território europeu, em que a abundância da produção artística dominou a mentalidade colecionista por muito tempo, em consonância com a *naturalia*, as riquezas da exuberante natureza brasileira serviram de força motriz ao surgimento de coleções públicas e privadas, desde o período colonial até o imperial, tornando-se um arquétipo da primeira onda colecionista que este estudo propõe investigar.

O trabalho de Ladislau Netto, por mais que se dedique a narrar a árdua trajetória da instituição, estabeleceu parâmetros classificatórios apenas para os objetos que estavam dentro do Museu Nacional. Ou seja: o olhar ficou voltado para os clássicos métodos de organização aos quais um museu do período deveria estar subordinado. Assim, ele se deteve em expor os principais expoentes das coleções e criou uma abordagem mais resumida da trajetória dos objetos, focando em sua origem e localização nos armários. Para isso, fez uso dos registros dos inventários, relatórios anuais e demais fontes manuscritas e, por mais que o caráter da publicação fosse de catálogo, ela ganhou outros contornos, servindo como um memorial sobre a criação da instituição, colocando em evidência as ações dos seus antigos diretores. O trabalho não propôs classificações que pudessem dizer muito sobre as práticas colecionistas brasileiras,

mas sumaria a ideia de que muitas das coleções existentes na instituição tinham algum reflexo no mundo privado. Conforme veremos, por um lado, na primeira metade do século XIX, o colecionismo brasileiro estava muito respaldado pela ótica da História Natural, ainda como espelho do século XVIII. Por outro lado, a sociedade passa a se interessar tanto pelo universo artístico quanto pela memória da nação, surgindo coleções de numismática, livros e documentos que testemunhassem o passado nacional.

É possível pensarmos que a obra de Ladislau Netto seja um dos marcos da consciência histórica sobre o passado das práticas científicas e museológicas no Brasil. Porém, a sua repercussão no mundo letrado não foi tão ampla, estando mais restrita ao público frequentador da instituição – e, com o passar do tempo, ficou à mercê do esquecimento. Além disso, o estudo retrospectivo de Netto não trouxe grandes questões conceituais que auxiliassem a pensar o colecionismo no território nacional. O seu uso pela historiografia é recente, mas ganhou papel de destaque nos estudos sobre o protagonismo do Museu Nacional na institucionalização do campo científico no Brasil. Assim, a riqueza de seu conteúdo e a tentativa do autor em criar elos com o passado europeu, no que se refere ao colecionismo de História Natural, abrem os horizontes ao consolidar as pedras fundamentais para a historiografia sobre a História das Coleções no contexto brasileiro.

No próximo trecho, este estudo dará um salto para o século XX, momento em que houve uma guinada museológica no Brasil, com o surgimento de importantes instituições, bem como a institucionalização da Museologia. Tal fato, ocorrido nos anos 1930, se destaca internacionalmente, dado o pioneirismo em se dedicar a um campo de estudo sobre os museus, principalmente, em um país que carecia de instituições, bem como de referenciais técnicos que auxiliassem no saber-fazer museológico. No desenvolvimento da Museologia brasileira, surgiram importantes homens e mulheres, funcionários e atuantes em museus, que elaboraram metodologias e teorias que auxiliaram no tratamento das coleções – tendo, alguns deles, se debruçado sobre a história de sujeitos por meio de suas práticas colecionistas.

3.2 Criando raízes: Gustavo Barroso e a sistematização das coleções do Museu Histórico Nacional

Em 1905, o então diretor do Museu Nacional, João Batista de Lacerda, publicou a obra *Fastos do Museu Nacional do Rio de Janeiro: recordações históricas e científicas fundadas em documentos autênticos e informações verídicas*, com o objetivo de atualizar o registro das transformações que a instituição sofreu. Após 35 anos do trabalho inaugural de Ladislau Netto,

muitas mudanças aconteceram tanto no âmbito político quanto no científico. O Brasil deixou de ser regido por uma monarquia, de modo que a República se baseou em difundir a ordem e o progresso, seus dois lemas mais importantes, por meio do culto às ciências. Com o advento da República, o MN ganhou uma “modesta” casa: nada menos que a antiga residência da família imperial na Quinta da Boa Vista, pondo fim às constantes reclamações sobre as limitações espaciais da antiga sede. Para comemorar tal façanha, Lacerda retomou o trabalho de seu antecessor e deu novos contornos à narrativa, incluindo os grandes feitos do memorável antigo diretor – que, em sua perspectiva de análise, “deu início ao período mais fecundo, de maior atividade e de mais intento brilho na história do Museu Nacional” (LACERDA, 1905, p. 37). Depois de anos de dedicação para inserir o Brasil no circuito científico mundial, finalmente Netto recebia os louros da glória.

Lacerda não se ocupou em explorar as origens dos museus e das coleções de História Natural mundo afora; ele foi mais objetivo, pondo em destaque a instituição que coordenava e que vivenciava a sua melhor fase. O Museu Nacional, sob seu comando, aproximava-se do seu centenário de fundação – e tinha muito a comemorar, uma vez que foram muitos percalços até a sua consolidação, principalmente em termos políticos. Criado quando o Brasil fazia parte do Reino de Portugal, ele amadureceu nos tempos do império e, por fim, ganhou visibilidade durante a República; assim, as suas bases se mantiveram sólidas. Segundo o diretor:

Assim como sucede com todos os povos cultos, as instituições que eles fundaram têm também os seus fastos e a sua história. Elas nascem por uma compulsão do momento, de um plano concertado pelos homens que governam, coerente com os recursos e as tendências da época; e no perpassar dos anos e dos séculos elas se transformam, se ampliam, se modificam, obedecendo sempre à influência coercitiva do espírito inovador, que aparece e domina em cada período histórico (*Ibid.*, p. III).

Ciente de que as instituições museais estão a par dos acontecimentos que tangenciam os mundos político e social, Lacerda reforçava a necessidade de historicizar os fatos que moldam o corpo desses espaços. Logo, é visível que, mesmo sendo uma instituição de caráter científico, o MN é também um agente que está condicionado ao sopro do tempo, principalmente no sentido de dizer o que é moderno e ultrapassado como forma de mediar as necessidades desses lugares, que precisam estar alinhados ao ritmo do progresso. O momento da publicação era importante, uma vez que, na nova sede, não era possível continuar usando as *Investigações Científicas* de Ladislau Netto para se guiar no Museu, que passara por significativas transformações. Por isso, Lacerda reaproveitou parte do que fora escrito por Netto, mas atualizou o texto conforme a nova configuração das salas expositivas. Desse modo, a

publicação teve o intuito de ser mais um catálogo atualizado, em tom propagandista, sobre as melhorias no Museu do que de se aprofundar na história da instituição.

Para que o olhar não fique focado apenas nos acontecimentos do Museu Nacional, apesar do seu pioneirismo em institucionalizar as ciências, é importante observar outras experiências que foram cruciais para o desenvolvimento dos estudos sobre museus no país, em especial, da História das Coleções. Outra figura que se apoiou na importância de sistematizar as informações sobre as coleções e propor métodos classificativos foi o político, advogado, historiador e museólogo Gustavo Barroso (1888-1959). Ele atuou como diretor do Museu Histórico Nacional no período de 1922 a 1930 e, depois, em um segundo mandato, de 1932 a 1959. A sua trajetória de vida, hoje, é vista como polêmica, principalmente por sua associação à Ação Integralista Brasileira, movimento político de extrema-direita, com bases em ideologias fascistas. Barroso escreveu livros com teor antisemita que circularam no universo integralista, como *Brasil: colônia de banqueiros* (1934), *Sinagoga paulista* (1937) e a tradução do famoso panfleto falso intitulado *Protocolos dos sábios de Sião* (1936). Os dois primeiros estudos expunham que os judeus foram responsáveis pelo atraso no desenvolvimento do Brasil (NETO, 2013, p. 44-56). Em virtude disso, nesse movimento de desmistificar as representações do passado, é necessário que lembremos de quais homens estamos falando e qual o impacto de os trazermos de volta para o julgo da História, principalmente pelo fato de Barroso ser um dos idealizadores do MHN.

A contribuição desse sujeito para a Museologia brasileira é pioneira, principalmente por ter estruturado o Curso de Museus no MHN.⁵⁰ Porém, isso não o esquivava de seu passado, pois pouco é dito quando pensamos o quanto seu envolvimento com o Integralismo pode ter influenciado na seleção de acervos para a instituição. Segundo Mário Chagas, ainda não há estudos “orientados para o exame das possíveis relações entre o Curso de Museus e as escolas integralistas, mas [há], ainda assim, a ‘vinculação das ideias políticas de Barroso com as realizações do Museu Histórico Nacional’” (SANTOS *apud* CHAGAS, 2009, p. 100). Aliás, vale destacar a sua preferência pela recolha de objetos referentes ao mundo militar, assim como as suas pesquisas sobre o tema, não obstante, em alguns escritos, a sua lamúria pela inexistência de um museu dedicado a narrar a história militar do Brasil (BARROSO, 1942, p. 449).

⁵⁰ O Curso de Museus foi criado em 1932, na gestão de Rodolfo Augusto de Amorim Garcia (1930-1932), uma vez que Gustavo Barroso havia sido afastado da direção do Museu Histórico Nacional. O curso, que precederia a formalização da Museologia no Brasil, foi responsável por lançar importantes nomes no cenário cultural do período. Com duração de três anos, a grade curricular era composta pelas disciplinas *História do Brasil Independente*, *História da Arte Brasileira*, *Numismática Brasileira*, *Artes Menores*, *Técnica de Museus*, *História Militar e Naval do Brasil*, *Arqueologia Brasileira*, *Sigilografia e Filatelia*, *Arquitetura*, *Pintura*, *Gravura e Escultura* e *Arte Indígena e Popular*. Cf. CHAGAS, 2009.

A “imaginação museal” de Barroso, ou seja, o universo de ideias em que ele ampara a sua visão sobre o passado e sobre o que deveria ser representado nos museus “corporificava no espaço [tridimensional] narrativas em torno da história e da nação”. De tal modo, as suas escolhas curatoriais, se assim podemos dizer, fundaram um *locus* que “cultuava a saudade”, principalmente das “épocas glorificantes” – em especial, o Império do Brasil. De acordo com Chagas, “a nação, na perspectiva de Barroso, nasceu de mãos dadas com a transferência da corte portuguesa para o Brasil”, assim, o MHN deveria garantir que tal momento tivesse destaque na instituição; por isso, a necessidade da recolha de objetos que exalassem a áurea de D. Maria I, D. João VI, D. Pedro I e D. Pedro II. O último, pelo aproximar do fim de seu governo com a criação do MHN (1822), teve maior afluência de seus testemunhos materiais para a instituição, aumentando o saudosismo e conferindo “glória” ao cosmo barrosiano.⁵¹ Logo, cabia expor que as bases do Brasil foram “construídas com o sangue dos heróis e com o poder das famílias da elite tradicional, a nação era alguma coisa dada e acabada. Restava apenas amá-la, preservá-la e defendê-la das ameaças internas e externas” (CHAGAS, 2009, p. 97).

O empenho de Barroso em reunir acervos que transmitissem essa missão memorialística e trazê-los para dentro do MHN foi enorme, algo que envolveu a transferência de objetos que há tempos estavam guardados em outros museus ou instituições e, também, o gerenciamento das ofertas de colecionadores privados ou de sujeitos que ambicionavam a imortalidade de suas famílias. Nesse primeiro momento, a entrada de objetos de famílias tradicionais, ou que em algum momento estiveram envolvidas no mundo político, foi considerável, sendo uma delas a de Miguel Calmon du Pin e Almeida (1879-1935), político e engenheiro baiano que atuou como deputado e ministro nos governos da Primeira República (1889-1930). Além do seu envolvimento na política, Calmon e sua esposa, Alice da Porciúncula du Pin e Almeida, reuniram na mansão deles, no bairro de Botafogo, uma extensa coleção de obras de arte e decorativas, mobiliários, documentos, livros, *memorabilia* etc. que carregavam o “esplendor” do Brasil de outros tempos, nos quais os seus familiares estiveram envolvidos. Esse vasto legado de épocas e memórias afetivas passadas foi doado para o Museu Histórico Nacional para sanar o desejo da família pela imortalidade. A coleção tornou-se uma das principais da instituição.

⁵¹ O Leilão do Paço foi organizado pelo governo republicano com o objetivo de vender todos os pertences encontrados nas propriedades da família imperial brasileira, em especial, no Palácio de São Cristóvão e na Fazenda de Santa Cruz. Muitos colecionadores da época aproveitaram o momento para adquirir peças que acompanharam o nascer e a aurora da monarquia no Brasil.

A coleção Calmon é importante para este estudo não apenas pelo teor histórico de seus objetos, mas pela atenção de Barroso em publicizá-la por meio do livro *A Coleção Miguel Calmon no Museu Histórico Nacional*, de 1944. Até o momento, essa publicação é pioneira no pensamento sobre a tradição ou sobre as bases estabelecidas para o campo da História das Coleções no contexto brasileiro, pois se dedica inteiramente a apresentar e a traçar elos entre as peças e os seus proprietários. O ponto de partida dessa obra é o interesse de Barroso em receber os mais de seiscentos objetos que outrora recheavam os cômodos da mansão Calmon. Assim, nas primeiras páginas do livro, o autor expõe o “Histórico da Doação de Miguel Calmon”, por meio de missivas trocadas entre ele e a viúva Alice da Porciúncula. Inaugurando o processo de doação, Barroso bajula a senhora ao reforçar que tal ato era uma forma de confirmar o “elevado espírito cívico e as tradições de grande patriotismo que aureolam o nome de seu saudoso esposo” (BARROSO, 1994, p. 3). Logo, garantir que os prestigiosos pertences ficassem na “casa do Brasil”, em menção ao MHN, seria uma importante via “para a consagração, conjunta, de um grande nome e de uma época social e administrativa a este ligada” (*Ibid.*, p. 3).

Por um lado, o interessante em olharmos para trás e revermos esse processo de “fabricação da imortalidade” de Calmon⁵² é que tal ato só se concretizou pelo empenho de sua esposa em conceder, ao bem público, os objetos que faziam parte do cosmo mundano privado do casal, retirando-os do confinamento do lar e depositando-os num espaço museal público. Por outro lado, a memória que fica cravada nas paredes do tempo é a de Miguel Calmon, e há o apagamento do papel da esposa. Ao olhar do presente, é estranho pensar que a senhora Alice da Porciúncula não teve a sua vida perpetuada junto à do marido. Numa missiva de Porciúncula a Gustavo Barroso, o seu desejo é garantir que os feitos de seu amado tivessem lugar garantido no “estabelecimento consagrado à memória do passado e dos ilustres brasileiros que muito serviram ao seu País” (*Ibid.*, p. 4). Assim, para alcançar esse objetivo, foi criada a sala com o nome de Miguel Calmon, dedicada a expor a coleção do casal – algo que o igualou, em prestígio, a importantes governantes do Brasil, como os monarcas D. João VI e D. Pedro II.

Esse novo “lar” de Calmon, além de perpetuar a sua memória, era, também, um lugar para as práticas afetivas de sua esposa, conforme é observado nas missivas. Em suas palavras, Alice da Porciúncula deixa explícito que a boa “arrumação, classificação e conservação dos objetos” no referido espaço ficaria aos seus cuidados. Exigiu que o “Museu manterá eficiente vigilância na sala e tudo fará para que se mantenha em perfeito estado de limpeza, velando pela conservação dos valiosos móveis, das tapeçarias e de todos os objetos que integram a

⁵² Para saber mais, cf. ABREU, 1996.

coleção” (BARROSO, 1944, p. 4). Assim, a Sala Calmon era uma espécie de extensão da antiga residência do casal, refletindo a missão doméstica que era conferida a qualquer esposa do período, principalmente, a de gerar e criar os filhos, além de garantir o zelo do lar (DEL PRIORE, 2004). O casal não deixou herdeiros; coube ao povo brasileiro receber preciosa herança.⁵³

Indiretamente, a senhora Calmon também deixou suas marcas na coleção, principalmente as de sua família. É visível a menção à procedência de peças que eram dos seus pais, Simão da Porciúncula e D. Isabel Leitão da Porciúncula, assim como de outros familiares, repassados à sua posse, seja pelo seu valor simbólico, seja pelo sentimental.⁵⁴ A coleção, por mais que se chamasse “Miguel Calmon”, não era composta apenas por objetos pessoais desse político, mas pertenciam ao cosmo doméstico que rodeava o casal em sua residência. A morte, por muitas das vezes, significa o fim físico do ser humano; mas, nesse caso, é o começo de outra vida, a da memória dos objetos que cercavam o casal de colecionadores em sua vida doméstica. É por meio da materialidade existente em uma coleção que é possível recuperar a percepção, os gostos, os afetos, a mentalidade do(s) colecionista(s), refletindo-se, assim, num testemunho da(s) sua(s) existência(s). No caso, há uma miscelânea de vestígios da vida pública e íntima de Calmon, como diplomas, apetrechos pessoais e condecorações, mas, também, elementos do lugar em que morou com a sua esposa, como vasos, quadros, lustres, esculturas etc. O fio condutor que une esses objetos e lhes confere seu valor semióforo é o fato de, além de pertencido ao casal, por algum momento, terem sido vistos, tocados, coletados e admirados por ambos e, particularmente, por Calmon, que, dada a sua trajetória na política, demandava a sua imortalidade. Esse é um dos eixos conceituais do termo *coleção*. Descontextualizado, o cosmo dos Calmon poderia ser visto apenas como uma acumulação pessoal ou remanescentes decorativos, mas a aura humana concede-lhes outros significados, ou seja, o invisível. Assim, a percepção sobre aqueles itens se altera e legitima a sua salvaguarda.

No que se refere à publicação, *A Coleção Miguel Calmon no Museu Histórico Nacional* também não equivale aos trabalhos de Julius von Schlosser, que propõe narrativas temporais

⁵³ De acordo com Regina Abreu (1996, p. 27-28), teria o mordomo Jean, que gerenciava a casa de Alice da Porciúncula, cuidado da organização da Sala Miguel Calmon, uma vez que Alice se manteve reclusa boa parte do tempo após a morte do marido.

⁵⁴ Dois exemplos interessantes que evidenciam o afeto de Porciúncula ao querer legar a memória de sua família: o primeiro é uma “Gravata, 1861, feita de tafetá branco bordado a mão, usado pelo Sr. Simão da Porciúncula, pai da Senhora Miguel Calmon, no dia de seu casamento” (BARROSO, 1944, p. 141). O outro, “Vestido de cerimônia, século XIX, usado por D. Isabel da Fontoura Simões Lopes [avó de Alice] na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, em 1830, no segundo dia do seu casamento” (*Ibid*, p. 150). É bem provável que a Sr.^a Calmon tenha se envolvido no processo de inventariação dos bens da residência, dando informações que agregassem valor às peças recolhidas.

sobre a prática colecionista.⁵⁵ Porém, o livro é importante para entendermos o *modus operandi* de Gustavo Barroso: sua visão sobre a coleção recém-adquirida é amparada na vida e nos feitos de Miguel Calmon. Por um lado, para o leitor compreender o mundo no qual aqueles objetos estavam inseridos, Barroso elaborou uma breve biografia sobre o “imortalizado”, além de estudar a heráldica dos Calmon, fazendo uma extensa análise sobre ela, dado o seu apreço por esse campo de estudo. Por outro lado, o livro também é uma forma de perpetuar a memória do feito honroso da senhora Calmon em prol do bem comum, pois, além de divulgar seu ato aparentemente desprendido de doar as peças, também servia de estímulo para futuras doações, evitando seu esquecimento.

Na publicação, é possível entender o tratamento dado à Coleção Miguel Calmon, que, estando em uma instituição museológica, precisou incorporar os padrões de classificação definidos por seu diretor, principalmente, pelo fato de Gustavo Barroso ter sido responsável por estruturar a metodologia do curso de “Técnica dos Museus”, que viria a ser publicada no tratado *Introdução à técnica de museus* (1946),⁵⁶ impresso em dois volumes, e que se tornou “uma espécie de bíblia da Museologia brasileira” (CHAGAS, 2009, p. 105). Além de discorrer sobre a estrutura de funcionamento do museu, como a “organização, arrumação, catalogação e restauração” das peças, o texto também propõe a forma como as duas últimas precisam ser feitas, de modo a criar divisões conforme a tipologia do acervo de uma coleção: heráldica, condecorações, bandeiras, armaria, arte naval, viaturas, arquitetura, mobiliário, indumentária, cerâmica e cristais, joalheria, prataria e bronzes artísticos, instrumentos de suplício, máquinas e arte religiosa. Com base nesses eixos temáticos, na visão de Barroso, era possível conceder uma boa classificação e ordem à coleção de uma instituição museológica.

Barroso aplicou essas divisões classificatórias na Coleção Miguel Calmon, conforme é visto na publicação, em que a descreve baseando-se no formato de catálogo, apontando as características de cada objeto. Assim, vemos o nome formal de cada peça, a datação, as medidas, a descrição detalhada e as informações de origem, constituindo-se um modelo de catalogação que seria aperfeiçoado no futuro, mas que, para aquele período, foi de grande inovação para o campo dos museus, uma vez que eram poucos os que se dedicavam a sistematizar todas essas informações. Barroso manteve a numeração “original”, feita por D. Alice Porciúncula, e atribuiu uma nova, buscando conferir melhor organização na catalogação

⁵⁵ Observa-se tratamento semelhante, tanto na metodologia de análise quanto na descrição formal, na coleção do Barão de Cotegipe, legada por sua filha ao MHN, almejando a criação da “Sala Cotegipe” para expor os pertences de seu pai. Ao contrário da Coleção Miguel Calmon, ela não foi publicada à parte, como um livro, mas incluída nos *Anais do MHN*. Para saber mais, cf. CARVALHO, 1945, v. VI, p. 144-196.

⁵⁶ Cf. BARROSO, 1951; 1953.

dos objetos. A *provenance* é um fator de destaque, uma vez que “as indicações sobre proprietários e doadores desempenham um papel que não é apenas o de ampliar o leque de informações. Elas constituem dispositivos de negociação de prestígio e significados especiais e ajudam a construir a atmosfera aurática das coisas” (CHAGAS, 2009, p. 94). Um exemplo disso é o item “70 (186) – Prato raso. China – Dum dos serviços de D. João VI, século XVIII”, cuja *provenance* é a seguinte:

O Príncipe Regente, depois de D. João VI, trouxe para o Brasil em 1808 vários serviços de louça da China, que pertenciam de longa data à Casa Real Portuguesa. Eles ficaram, após o seu regresso em 1821, com a Casa Imperial Brasileira, foram dispersados com a Proclamação da República e são atualmente peças raras disputadas por colecionadores. Os principais desses serviços são vulgarmente conhecidos pelo assunto central da sua decoração: o do Pastor, o das Corças, o dos Galos, o dos esquilos, o dos Correios ou dos Camponeses e o dos Pavões. Pertenceu à coleção do Dr. Inocêncio M. de Araújo Góis na Bahia (BARROSO, 1944, p. 60-61).

Lentamente, Barroso introduziu a necessidade de trazer à tona a vida do objeto, não apenas seu aspecto usual. Aqui, vemos como a associação com a figura do primeiro monarca a pisar no Novo Mundo compõe o semióforo da peça, para além de sua antiguidade e de sua origem: aquele prato não era apenas uma louça chinesa, pois pertenceu ao serviço utilizado por D. João VI. Isto é, justificava-se a necessidade de estar protegido dentro do MHN, materializando a presença do monarca. Ademais, um detalhe chama a atenção: antes de pertencer ao cosmo dos Calmon, o mesmo objeto estava em posse de outro colecionador, Dr. Inocêncio Marques de Araújo Goes (1811-1897), político baiano e fidalgo, cavaleiro da Casa Imperial.

Além da peça supracitada, constam, neste catálogo, mais de 60 itens em porcelana que pertenceram a Inocêncio Goes. Por causa da especificidade de cada objeto, é possível afirmar que se tratava de uma coleção voltada para a coleta de peças de origem oriental, em especial, da China. Outrossim, os itens se diferem pelo tipo e formato, não pertencendo a um único conjunto; isso reforça que não constituíam peças de uso cotidiano. É possível pensar que os direcionamentos conceituais dessa coleção estavam apoiados na procedência geográfica, na materialidade e na sua associação com alguma personalidade histórica, principalmente, do universo da família imperial brasileira. O único exemplo que rompe com parte dessa abordagem é um conjunto de vasos de porcelana francesa, do século XIX, que trazem estampados os retratos de D. Pedro II e D. Thereza Cristina, em virtude da comemoração de seu casamento. Na descrição feita por Barroso, consta que essas peças foram “uma oferta pessoal de Sua Majestade o Imperador D. Pedro II ao Dr. Inocêncio M. de Araújo Goes, em lembrança dos

grandes serviços prestados como Presidente da Província de Pernambuco em 1888, ano em que todo o Nordeste do país foi assolado por terrível seca” (BARROSO, 1944, p. 70). Ou seja, mesmo não sendo uma porcelana de origem chinesa, nem algo que se encaixa numa das vertentes dessa coleção, os vasos foram a demonstração de afeto do casal imperial pelas ações de Inocêncio ao país. Dessa forma, conectam-se dois lados, o afetivo e o profissional, sendo que o último reforça o caráter memorialístico sobre o colecionador. O caminho mais viável para relacionar essa coleção com a do casal Calmon se dá pela união matrimonial de Goes com D. Maria Joana Calmon de Aragão, que pertencia a outro braço da família Calmon. Assim, vemos uma coleção dentro de outra coleção; a de Inocêncio se desmancha e adentra o universo calmoniano, que fez questão de manter a sua origem.

O livro *A Coleção Miguel Calmon no Museu Histórico Nacional* (1944) é um catálogo descritivo, sem reflexões críticas, mas que traça diretrizes importantes para o tratamento de uma coleção, principalmente em termos de sua documentação. Essa publicação antecede os dois volumes de *Introdução à técnica de museus* (1946); é como se ela fosse o experimento prático das teorias museológicas de Barroso, de como classificar e catalogar uma coleção, com base na tipologia de cada peça. Isto é, um modelo traçado por alguém que vai ditar as normas de análises dos acervos e que terá impacto em outras instituições, quiçá em coleções privadas. Ao mesmo tempo, vemos a publicação como um marco de salvaguarda da mentalidade colecionista de Miguel Calmon e Alice da Porciúncula, uma vez que contém a memória de seus objetos, conferindo-lhes sentidos e valores. Para além disso, a coleção não é dissolvida e incluída em outros eixos expositivos; naquele momento, ela manteve a aura do Sr. Calmon viva por meio dos objetos expostos. Poderíamos dizer que a coleção foi investida de um sentido biográfico, trazendo à memória do público a vida e os feitos de seu proprietário.

Nesse primeiro momento de historicizar as práticas colecionistas e museais no Brasil, é perceptível a tendência de narrar o passado institucional por meio da coleção originária; porém, o destaque é direcionado aos feitos e à vida de seu doador. Dessa forma, há uma consciência histórica que induz a investigação sobre os objetos para perpetuar esse conhecimento por meio de publicações,⁵⁷ bem como tentativas de sistematizar as informações, como é visto nas experiências de Netto, Lacerda e Barroso. É um caminho para legitimar a salvaguarda dos objetos que foram recolhidos e dispostos nos museus, uma vez que o seu semióforo carrega uma parte da aura de alguém, ou de um fato. Nesse sentido, vemos exercícios de historicização

⁵⁷ Cf., p. ex., TELLES JUNIOR, 1942; SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 1940; ESCOLA NACIONAL DE BELLAS ARTES, 1923.

dos objetos, mas que não ultrapassam a barreira do pensamento crítico; não olham para trás procurando entender as conexões existentes em seus contextos originários. A figura do colecionador é o centro das atenções.

3.3 Amadurecendo o fruto: estudos sobre o colecionismo no Brasil

Lentamente, divulgar e apresentar os museus brasileiros entrou no radar do principal órgão de proteção estatal do patrimônio, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Tal fato trouxe importantes visões sobre a relação entre a função dos museus e o seu papel memorialístico. Nos dois primeiros volumes da *Revista do SPHAN*, são apresentados quatro museus que fogem do eixo tradicional Rio de Janeiro-São Paulo: o Museu Regional de Olinda (PE),⁵⁸ o Museu Paraense Emílio Goeldi (PA),⁵⁹ o Museu Mariano Procópio (MG)⁶⁰ e o Museu Coronel David Carneiro (PR).⁶¹ Assim, no intuito de divulgar o patrimônio artístico e científico presente em outras regiões do país, uma pequena resenha sobre a história de cada uma dessas instituições e, conseqüentemente, da sua coleção é exposta. O Museu Regional de Olinda teve sua origem no desejo do Estado de Pernambuco de criar uma instituição para proteger a memória da cidade, tendo como idealizador o político José Maria de Albuquerque Melo. Ou seja, a sua fundação é um processo institucional.

O artigo sobre o Museu Paraense Emílio Goeldi, em Belém do Pará, narra a longa trajetória da instituição, que, em um primeiro momento, foi idealizada por Domingos Ferreira Pena, por meio da Sociedade Filomática. Porém, o plano de se criar uma instituição forte, nos moldes do Museu Nacional, não decolou tão facilmente, passando por inúmeros imbróglios que ameaçaram a sua existência. Na gestão do zoólogo Emílio Goeldi, nome que hoje carrega, teria a instituição vivido os seus tempos áureos, de acordo com as palavras de Carlos Estevão. Tal processo se deu pela contratação de cientistas estrangeiros, pela promoção de expedições de coletas de acervos e pela divulgação das pesquisas por meio de publicações. Mas, com a saída desse cientista do comando, o “Museu foi, pouco a pouco, entrando em letargia, até que, finalmente, adormeceu de todo” (ESTEVÃO, 1938, p. 17). O teor da escrita tem o intuito de expor as inúmeras dificuldades e como elas foram superadas pelas ações de homens preocupados em “defender” a ciência. Ao mesmo tempo, percebe-se outra intencionalidade:

⁵⁸ SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 1937, v. 1, p. 163-164.

⁵⁹ ESTEVÃO, 1938, v. 2, p. 7-20.

⁶⁰ SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, *op. cit.*, p. 165-168.

⁶¹ *Ibid.*, p. 169.

“no momento, a construção de um prédio capaz de proporcionar ao Museu uma instalação de acordo com o atual desenvolvimento científico é o que mais preocupa a sua Diretoria, esta, porém está certa com o apoio do Dr. Getúlio Vargas” (ESTEVÃO, 1938, p. 19). Assim, o alvo foi direcionado ao presidente da República naquele período, o pressionando para conquistar seu apoio para a edificação de uma sede adequada.⁶²

No que se refere aos textos sobre a formação do Museu Mariano Procópio (MAPRO), em Juiz de Fora, Minas Gerais, e do Museu Coronel David Carneiro, em Curitiba, no Paraná, é visível o desejo de tornar público as coleções que outrora pertenceram aos seus proprietários, resultando no cerne inicial das duas instituições. O interessante de se observar nesses dois museus é o nome que carregam, uma vez que não se tratam dos responsáveis por doar as suas coleções privadas, tornando-as públicas, mas dos sujeitos importantes para os dois colecionadores: seus pais⁶³ – um claro indício da importância da sociedade patriarcal. Em virtude disso, além da intencionalidade de proteger as coleções, as instituições carregam a incumbência de ser memoriais dos chefes de cada uma das duas famílias.

Com a criação do SPHAN, em 1937, e as novas reflexões que foram propostas sobre a preservação do patrimônio artístico nacional, os museus brasileiros criados sob a sua égide sofreram uma ruptura colecionista em relação às outras instituições existentes. O olhar foi direcionado para os períodos históricos, e não apenas para as personalidades, em sua grande maioria, políticos que moldaram a formação nacional. Em vista disso, sob forte influência do Modernismo, o império perde lugar para a colônia,⁶⁴ tornando-se símbolo da construção estética nativista, irradiando as proezas das mãos dos colonos ao darem sentidos para a pedra, a madeira, o metal e os demais suportes. Assim, surgem os museus da Inconfidência (Ouro Preto, MG, 1938), das Missões (São Miguel das Missões, RS, 1940), Imperial (Petrópolis, RJ, 1940), do Ouro (Sabará, MG, 1945), das Bandeiras (Goiás Velho, GO, 1949), do Diamante (Diamantina, MG, 1954) e da Abolição (Recife, PE, 1957) (SILVA, 2015, p. 60-75), que carregam não mais o nome de alguém, mas referem-se a importantes aspectos, eventos, momentos e movimentos da História do Brasil, em especial, ocorridos no período colonial, mas também no imperial, que unem e diversificam a narrativa sobre o passado, conferindo-lhe uma

⁶² Para saber mais, *cf.* SANJAD, 2010.

⁶³ O MAPRO surgiu do desejo de Alfredo Ferreira Lage (1865-1944) de dispor ao bem público sua coleção, coletada ao longo dos anos. Constam no acervo do museu, ainda, diferentes coleções oriundas de pessoas próximas a ele, como a Viscondessa de Cavalcanti. Já o Museu Coronel David Carneiro foi fundado pelas mãos de David Antonio da Silva Carneiro, que, ao longo de sua vida, coletou peças de caráter histórico sobre a sua família e a história da cidade de Curitiba.

⁶⁴ A exceção é o Museu Imperial, criado em 1940, destinado a recolher todos os objetos que tinham alguma relação com a família imperial brasileira e com o Império do Brasil.

dada leitura. Ao mesmo tempo, vale ressaltar que muitas das edificações pertenceram a importantes personalidades no passado: o Museu Imperial, por exemplo, foi o palacete de veraneio de D. Pedro II, e o Museu do Diamante foi residência do inconfidente Padre Rolim (José da Silva e Oliveira Rolim), locais que estavam imbuídos de camadas invisíveis que se conectavam com sujeitos importantes do passado.

Outro ponto interessante dessa mudança de perspectiva é que o colecionador passa a ser o intermediário da entrada de novos acervos; a regalia de dedicar salas em teor memorialístico-biográfico, como a de Miguel Calmon, acontece em última hipótese e, mesmo assim, com controle do que será exposto (FRANCO *apud* JULIÃO, 2009, p. 153). Recuando na vida desses sujeitos, é possível entender as ideias de seleção que foram empregadas, que espelham a visão crítica de cada colecionador sobre o que acreditam ser arte e objeto histórico. Em sua maioria, essas convenções terão fundamento na distinção do indivíduo que o fez ou o possuiu.

Os quatro artigos supracitados abordam cenários museais sem a intervenção do SPHAN, talvez no intuito de divulgá-los, uma vez que, àquela altura (1937), o país ainda estava defasado no campo museológico. Assim, é visível, no primeiro quartel do século XX, que os escritos sobre os museus e as coleções buscam entender a vida do colecionador ou do benfeitor, isto é, a doação era um recurso para perpetuar sua memória e evitar o seu esquecimento. Após o surgimento do SPHAN, juntamente com a missão de preservação dos testemunhos do passado, o olhar dos pesquisadores tende a se voltar para os objetos, a fim de entender suas origens, suas funcionalidades e seus estilos estéticos, em prol de sustentar a utopia modernista sobre a formação da nação.

A partir da consolidação do SPHAN no cenário patrimonial e museológico brasileiro, é visível a preocupação de ampliar a formação de museus regionais, bem como de fundamentar as bases para a investigação, organização e divulgação das coleções expostas. Essa metodologia será reforçada com a participação do Brasil no International Council of Museums (ICOM), criado em 1946. Inicialmente, formou-se um Comitê Nacional, mediado por Oswaldo Teixeira, diretor do Museu Nacional de Belas Artes, que se transformou, no ano de 1956, na Organização Nacional do ICOM, sob os auspícios de Rodrigo Mello Franco de Andrade. Este, juntamente com Heloísa Alberto Torres, antropóloga e ex-diretora do Museu Nacional, no mesmo ano, organizou o Primeiro Congresso Nacional de Museus, sediado na cidade de Ouro Preto, Minas Gerais, símbolo da preservação do passado colonial brasileiro e fonte de inspiração para os modernistas. Em 1924, os artistas e intelectuais integrantes do grupo Pau-Brasil, como Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral e Blaise Cendrars, haviam realizado uma célebre viagem ao estado, visitando as antigas vilas mineradoras, sobre as quais

escreveram textos e poemas e pintaram quadros, inspirando-os a elaborar o projeto modernista de reestruturação da nacionalidade brasileira, que esteve no cerne da criação do SPHAN e dos museus por ele constituído. Nas palavras de Torres (1958, p. 11), nesse congresso, “em meio aos debates cerrados e discussões fortes, selou-se o início da cooperação sistematizada entre os educadores oficiais e os técnicos de museu”, casamento que rompeu com a visão de museu como um lugar sem vida, distante da sociedade; agora, ele deveria ser um complemento na instrução pública.⁶⁵

Como desdobramentos desse encontro e do enraizamento da Organização Nacional do ICOM, surgem materiais bibliográficos que auxiliarão o debate educacional e museal.⁶⁶ Um deles é o livro *Museu e educação* (1958), do economista e museólogo baiano Florisvaldo dos Santos Trigueiros. Preocupado em sistematizar a informação documental dos museus, Trigueiros foi pioneiro na abordagem das questões conceituais sobre documento e documentação. Em sua concepção, eles não deveriam ser associados apenas à fonte manuscrita e impressa, e sim incluir os objetos materiais como testemunhos do passado. Em sua perspectiva, “a pesquisa e a divulgação exercem papel preponderante no moderno Museu e são as causas vitais do seu dinamismo” (TRIGUEIROS, 1958, p. 64). Assim, uma instituição “moderna” precisa investigar as origens, os usos e os antigos proprietários do seu acervo e, além disso, é preciso divulgar, seja por exposições, seja por publicações. Para tal fim, “as coleções devem ser completadas, na medida do possível, para permitir um estudo minucioso do conjunto” (*Ibid.*, p. 65). Ou seja, para ele, a História pode e deve emanar dos objetos e, por meio deles, é possível materializar o passado. O museu precisa ser um “organismo vivo”, presente na sociedade e em diálogo constante com ela.

Museu e educação não é composto apenas por teorias e metodologias de classificação dos museus; outro detalhe que chama a atenção no texto é o fato de Trigueiros ter feito um dos primeiros estudos sobre a história dos museus brasileiros. No capítulo “Os museus no Brasil”, ele afirma que sobre “a evolução histórica dos Museus no Brasil ainda não se fez um estudo em profundidade, que pudesse nos levar a uma determinação exata das diversas fases que o caracterizam” (*Ibid.*, p. 77), mas que não seria ele, tampouco, a fazê-lo. Entretanto, propõe uma pequena análise, com base em três divisões temporais, que auxiliariam a pensar a chegada das musas ao território brasileiro: o primeiro período seria o “Da instalação do Museu Real, no Rio de Janeiro, 1818, até a criação do Museu Histórico Nacional, em 1922”; o segundo,

⁶⁵ Para saber mais, cf. MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, 2020, v. 52 e KNAUSS, 2011, p. 581-597.

⁶⁶ Cf. TORRES, 1953; REAL, 1958; MINELLI, 1954; TRIGUEIROS, 1952; CARVALHO, 1957, p. 18-29; e HOLLANDA, 1958.

“Da fundação do Museu Histórico Nacional até 1930”; e, o terceiro, “De 1930, com a criação do Ministério da Educação e Saúde, até os dias atuais” – ou seja, até 1958, data da publicação (TRIGUEIROS, 1958, p. 77).

Interessante, na análise de Trigueiros, é a descrição que ele faz dos museus ou das coleções institucionais que surgiram no século XIX. Por mais que insista em dizer que a pedra fundamental foi o Museu Nacional, ele não parou a sua narrativa por aí, partindo do mesmo princípio de Ladislau Netto sobre a Casa de História Natural, ou “Casa dos Pássaros”,⁶⁷ como era mais conhecida, afirmando ser ela o núcleo primordial do interesse da Coroa portuguesa em conhecer a América – portanto, o “gérmen” das instituições museológicas no país. Em sua visão, os institutos e as sociedades históricas também tiveram papel importante na formação de coleções, sobretudo ao guardarem vestígios do passado colonial e imperial. Entre eles, figura o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838), que “coletou precioso acervo que, embora não visasse à criação de um museu, salvou, pelo menos, da destruição e evitou que se perdesse nas mãos de especuladores, valioso patrimônio” (*Ibid.*, p. 79). Ou seja, cabia a ideia de museu como lugar de salvaguarda e de proteção contra antiquários ou lojas de antiguidades que pudessem subtrair preciosidades do olhar dos brasileiros.

Em seguida, menciona a Sociedade Arqueológica de Recife (1862) e o Museu da Cidade do Rio de Janeiro, que teve “a sua gênese nos fins do século XIX”, sendo concretizado em 1940. Em 1894, foi a vez de Salvador, fundando o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. No ano seguinte, São Paulo inaugurava o Museu Paulista, fruto do desejo de se criar um museu-monumento sobre a Independência brasileira, mas que não se concretizou imediatamente, abrigando, em um primeiro momento, coleções de História Natural, já que “a excessiva umidade do local não permitia a sua instalação” e o acolhimento de coleções históricas sobre a capital paulistana. No mesmo ano, Belém foi agraciada com o Museu Emílio Goeldi. Já no século seguinte, em 1918, “era criado, na Bahia, o Museu do Estado”. Aos poucos, o cenário museológico ganhava novos contornos em território nacional, se ramificando por várias partes. Esse primeiro período se encerra com a criação da Sala Pedro II, “em 1920, no Museu Nacional, onde Roquette Pinto fez recolher todo o material ainda existente no Paço de São Cristóvão” (*Ibid.*, p. 81). Depois de 102 anos após a sua criação, o MN ainda se mantinha sob os holofotes; então, era como se os vestígios do último imperador do Brasil marcassem o fim das contribuições dos monarcas para a promoção das ciências e da cultura brasileira. Ao mesmo tempo, a busca pelos vestígios imperiais tomou conta do cenário colecionista brasileiro.

⁶⁷ Para saber mais, cf. D’ALMEIDA; DANTAS, 2019.

Algo interessante de pontuar é que, mesmo sendo um museu de História Natural, por um breve momento, houve o interesse de preservar a memória da outrora residência imperial, por meio de escassas evidências sobre o passado da monarquia brasileira que restara no local (DANTAS, 2007).

Trigueiros (1958, p. 80) completa que, “enquanto alguns grupos de estudiosos se dedicavam à História, outros iam formando coleções, pinacotecas iam sendo criadas e um patrimônio histórico e artístico aos poucos se acumulava”, e grande parte dele estava nos institutos e nas sociedades. Assim, era tempo de tornar públicos esses acervos, mesmo que por meio de pequenos museus – o que seria mais sensato, a seu ver. O segundo período dos museus que descreve é bem curto, limitando-o à criação do Museu Histórico Nacional, marco que condensou, em um só lugar, a missão de narrar a história da formação do Brasil. Sua contribuição também residia na formalização do conservador ou técnico em museus, responsável por “coordenar normas, preparar pessoal habilitado, criar pesquisadores” (*Ibid.*, p. 88). Assim, coube ao “primeiro cruzado dos museus no Brasil”, Gustavo Barroso, defender a existência da instituição, como um momento para a “consolidação dos museus em nossa terra”. O fim desse curto período se deu com a criação da Casa de Rui Barbosa, em 1930, que simbolicamente terminava a Primeira República – fato que, segundo o autor, trouxe “um sentido de renovação nacional” (*Ibid.*, p. 82).

Seguindo o relato de Trigueiros, o marco desse processo de renovação ocorreu com a homologação do Decreto 19.444, de 1º de dezembro de 1930, que criou o Ministério da Educação. Em virtude disso, museus como o Histórico Nacional, o Nacional e a Casa Rui Barbosa passaram a responder à pasta, condicionando esses espaços a lugares de ensino e aprendizado. Sete anos depois, é outorgada a Lei 378, “reorganizando o Ministério de Educação e Saúde e criando o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e o Museu Nacional de Belas Artes, que foram incluídos entre as instituições de educação extraescolar” (*Ibid.*, p. 83). Portanto, nesse fluxo, novas instituições apareceram, como o Serviço de Museus da Cidade do Rio de Janeiro (1940), que incluía o Museu Central Escolar. Também entraram no cenário o Museu Antônio Parreiras (Niterói, RJ, 1942), o Museu de Arte de São Paulo (1947), o Museu de Arte Moderna de São Paulo (1948), o Museu do Índio (Rio de Janeiro, 1953, criado por Darcy Ribeiro), o Museu do Conselho Nacional de Geografia (Rio de Janeiro, 1953), o Museu e Arquivo Histórico do Banco do Brasil (Rio de Janeiro, 1955), o Museu Histórico e Diplomático do Ministério das Relações Exteriores (Rio de Janeiro, 1955), o Museu Histórico da Rádio Nacional (Rio de Janeiro, 1956), o Museu de Arte Moderna e Contemporânea (Rio de Janeiro, 1956), o Museu do Crato (CE, 1957), o Museu de Arte Popular (Campina Grande, PB, 1957) e o Museu de São Carlos (SP, 1957). Ainda, incluem-se, nesse rol, as instituições

criadas pelo SPHAN, mencionadas anteriormente. Além disso, Trigueiros expõe que novos museus estavam se aproximando do horizonte, como a proposta de transformação do Palácio do Príncipe de Joinville (SC) em uma instituição museológica, bem como o Museu Carmen Miranda (Rio de Janeiro) e o Museu dos Presépios (São Paulo). Nesse sentido, é notável a eclosão de museus regionais como forma de promover a preservação da cultura histórica e ser um instrumento de apoio à educação.

Nessa terceira fase, observa-se o aumento de instituições museológicas, e a causa dessa fertilidade, na ótica de Trigueiros, estava nas ações do SPHAN e também do Ministério da Educação e Saúde. Esse despertar foi motivado pela necessidade do país de dispor de equipamentos culturais que contribuíssem para a formação do povo brasileiro. Um reflexo dessa política aparece nas palavras do “sr. J. K. Van der Haagen, Chefe da Divisão de Museus e Monumentos da Unesco, quando esteve em fins de janeiro de 1957, [que] achou o nosso desenvolvimento museológico maior do que o de muitos países da Europa” (TRIGUEIROS, 1958, p. 94). Essa comparação louvava os envolvidos na empreitada, mostrando que o campo museológico no Brasil dependia de certa aprovação do Velho Mundo. Por fim, Trigueiros finaliza a sua narrativa sobre o desenvolvimento histórico dos museus no Brasil com o olhar voltado para o futuro, seduzido pela utopia modernista de um país em progresso, principalmente com o andar da construção da nova capital brasileira. Diz ele:

A concepção moderna do museu, como órgão de ensino e consulta, põe em destaque o Museu de Brasília, criado para manter preservado para a posterioridade a documentação de tudo que se fez na criação e construção da nova Capital. Esperamos que outros museus sejam instalados para completar o conjunto de instituições dessa ordem, indispensáveis a uma cidade que se constrói e que se desenvolverá dentro dos princípios mais modernos da técnica urbanística e cultural (*Ibid.*, p. 94).

Nesse momento de refundação do centro administrativo, político e cultural brasileiro, que mudava do Rio de Janeiro para Brasília, no Planalto Central, as mais avançadas discussões de ordem museológica ainda marcavam presença no antigo Distrito Federal, na perspectiva de Trigueiros. O museu atuava como um *locus* para o desenvolvimento do pensamento crítico dos cidadãos, fato que precisava estar visível também na nova capital, moderna e avançada, conforme queriam os seus criadores. Os testemunhos da hercúlea transferência deveriam ser protegidos para a posterioridade, como provas da engenhosidade da mente brasílica.

A intencionalidade ao narrar esse salto evolutivo no campo museal brasileiro foi criar uma contraposição aos anos anteriores, ao revelar como os novos “cruzados” da cultura brasileira, em cooperação com o Governo, estavam mudando o cenário dos museus no país.

De acordo com Mário Chagas, por um lado, para os “estudos museológicos da década de 1950, esses marcos temporais constituíam referências importantes e, na época, possivelmente auxiliavam o exame e a compreensão dos museus no Brasil” (CHAGAS, 2009, p. 58). Por outro lado, tornou-se um problema grave para a historiografia do campo, uma vez que essas divisões “passaram a ser naturalizadas e tratadas como a expressão da verdade museal” (*Ibid.*, p. 58). Uma clara evidência disso é a exclusão das instituições que foram criadas fora do universo estatal, principalmente as que envolviam colecionadores privados, como o Museu Mariano Procópio (Juiz de Fora, MG), criado em 1921, que antecede o surgimento do Museu Histórico Nacional e, também, as comemorações do bicentenário da Independência. O próprio modelo museológico do MAPRO girava em torno de celebrar a memória da monarquia, percebido nas aquisições de Alfredo Ferreira Lage e nas doações que recebera, em grande parte, de pertences dos antigos imperadores. Pouco se discute sobre a influência dessa instituição na criação do MHN e quais os diálogos que existiram entre Gustavo Barroso e Alfredo Lage. Outro museu esquecido foi o Museu Coronel David Carneiro (Curitiba, PR), assim como pequenas instituições, como o Museu Júlio de Castilhos (Porto Alegre, RS) e o Museu Paranaense (Curitiba, PR), dentre outras.

Outro detalhe interessante da obra de Trigueiros é que, assim como Ladislau Netto, ele também traça um breve histórico da origem dos museus. Ao contrário do diretor do Museu Nacional, Trigueiros recua até a Antiguidade, pontuando que a “mais remota instituição cultural denominada Museu situava-se em uma parte do Palácio de Ptolomeu I, em Alexandria, no Egito”, um ponto de encontro de antigos “sábios e filósofos”. Conclui que “a ideia de formar coleções de objetos de arte é muito antiga”, presente desde a Grécia e a Roma Antigas. A linearidade do conceito, em compasso evolutivo, é visível na abordagem desse estudioso, lembrando vagamente o mesmo caminho de Julius von Schlosser de buscar modelos em tempos remotos. Assim, na Idade Média, os mosteiros teriam cumprido essa missão de guarda dos tesouros principescos, que foram substituídos pelos *cabinets du Roi* e *cabinets de curiosités* e, a partir da Revolução Francesa, “surgiu o Museu propriamente dito, com finalidades educativas, abrindo-se então, ao povo, em 1793, as portas do Louvre, assim como as do Muséum d’Histoire Naturelle” (TRIGUEIROS, 1958, p. 58). Ou seja, enraizava-se a ideia do conceito moderno de *museu*, tendo a instrução pública como um dos principais objetivos e o foco de interesse de sua atuação e de suas investigações. O autor reforça que

A palavra *Museu* significa, etimologicamente, *templo das musas*. Como estas eram as divindades das ciências e das artes, o vocábulo designou também o lugar destinado a cultivar as artes e as ciências. No século XVI, com Lourenço de Médicis, passou a

expressar *coleção de quadros*. Nos fins do século XVIII era o lugar onde se expunham as obras de arte. Daí em diante, o seu número foi crescendo, mas ele continuava a ser, para a maioria do povo, um **depósito de antiguidades**, onde peças históricas podiam ficar guardadas com segurança e serem expostas, de **maneira estática**. Nos fins do século passado, um conceito moderno surgiu. Entre nós era comum, até alguns anos atrás, a palavra *Museu* provocar, por associações de ideias, a lembrança de **coisa velha** ou **múmia** e poucos eram os frequentadores destes estabelecimentos (TRIGUEIROS, 1958, p. 57, grifo nosso).

Trigueiros desenvolve o conceito de *museu* como uma artimanha para contrapor as diferenças sobre os usos dessa instituição no passado e no presente. Na sua mentalidade, o museu deixou de ser um “depósito”, abandonando o seu jeito “estático”, de coisa “velha”, passando a criar artifícios que o conectassem com a sociedade. Para o imaginário brasileiro da época, exemplifica, em tom pejorativo, a associação desses espaços museais como “um lugar para as múmias”. É bem possível que a origem desse imaginário estivesse vinculada ao Museu Nacional, primeira instituição museológica brasileira, que possuía múmias egípcias e pré-colombianas em suas dependências – fato que pode ter reforçado a crença de ser um lugar morto, esquecido. Um exemplo é o seguinte trecho exposto na *Gazeta de Notícias*, em 1880: “não se envergonhava o Brasil de oferecer na capital do império aos olhos dos sábios europeus um museu nacional, que era um simples viveiro de dermestas, um depósito de múmias, e ele próprio a maior múmia do império” ([ENSINO...], 1880, p. 3). Ou seja, aos críticos da instituição, aquele era um lugar que deveria estar vivo, o que ocorreria por meio da investigação e dos incentivos aos naturalistas, para que o espaço ficasse com a cara do país, recheado de coleções de História Natural.

Os três períodos históricos concernentes ao surgimento de museus, desenvolvidos por Trigueiros, reforçaram a visão que se tinha sobre o passado museológico no Brasil, revestido de ausências. Em virtude disso, são cada vez mais recorrentes estudos que não recuam para além da Casa dos Pássaros, no Rio de Janeiro. A origem das práticas museológicas limita-se a esse marco, ao projetarem, nos séculos anteriores, uma carga conceitual do presente, como sendo um local que se assemelha a um espaço institucional, muitas vezes público, reservado para guardar ou para coletar coleções, como é o caso do arquétipo carioca. Mário Chagas, por exemplo, atenta para a existência do “museu de Maurício de Nassau, no grande parque do palácio de Vrijburg” (CHAGAS, 2009, p. 88), em Recife, no século XVII. Porém, novamente, um conceito contemporâneo é transportado para tempos anteriores, dando lenha para a fogueira do anacronismo. É preciso que os pesquisadores passem a investigar por meio de conceitos do próprio período, que abarquem a mentalidade, bem como a epistemologia científica, que permeava as mentes dos colecionadores do passado. No exemplo supracitado por Chagas, não se tratava de

um museu no sentido contemporâneo do termo, mas, sim, de uma *kunstkammer*, um modelo de colecionismo do norte da Europa, típico dos séculos XVI e XVII (FRANÇOZO, 2014); ou seja, ao estudar esses arquétipos de museus que existiram no passado, é preciso respeitar o entendimento conceitual da época em que foram criados, e não projetar os valores pós-Revolução Francesa nessas análises – principalmente no que diz respeito ao sentido cívico de serem abertos ao público e formadores de nacionalidade. Grande parte das coleções particulares nos séculos anteriores atuavam como ponto de produção e divulgação do conhecimento e da cultura de curiosidade, porém, para públicos mais restritos – em sua maioria, letrados.

Em 1979, a museóloga Waldisa Rússio Guarnieri publicou, em *O Estado de S. Paulo*, o artigo *Existe um passado museológico brasileiro?*, em que historiciza, de forma mais crítica, o surgimento dos museus no Brasil (ELIAS, 1992, p. 139-145). Nesse sentido, a sua publicação é um marco que encerra o primeiro momento dos estudos sobre museus. A partir dos anos 1980, é possível afirmar que o campo da História das Coleções começou a ganhar contornos, timidamente, com o envolvimento dos historiadores da ciência na busca pela gênese científica brasileira. É notável, no texto de Rússio Guarnieri, a divisão temporal feita por Trigueiros, uma evidência do enraizamento desse modelo classificativo na mentalidade dos pesquisadores da época. A análise começa com a criação da Casa dos Pássaros, mas sob uma perspectiva anacrônica, como se vê na seguinte citação: foram “necessários mais de três séculos para que o Brasil venha a ter o seu primeiro museu” (GUARNIERI, 2010, p. 86). Novamente, observa-se a transposição do conceito contemporâneo de *museu* para o passado. Em sua concepção, foi apenas com o decreto de criação do Museu Real, posteriormente Nacional, em 1818, que o Brasil, na condição de reino do império português, teve o primeiro templo dedicado às musas.

O objetivo central da sua análise é chamar a atenção para a ausência de modelos museológicos legitimamente brasileiros. Para ela, a criação do Museu Real se espelhou nos museus europeus, em especial, no modelo inglês e enciclopédico, voltado para a coleta de produtos de História Natural; logo, “não há como falar-se propriamente, num museu protótipo do Período Imperial, porque o que então se faz é formalizar criações do Brasil-Colônia, ou do Reino Unido”. Nesse sentido, “as reformulações se reduzem à nomenclatura: o que era Real passa a ser Imperial; não há mudanças significativas de que se tenha notícia, mas, indubitavelmente, o Império procurou sedimentar e fortalecer as instituições culturais” (*Ibid.*, p. 92). Assim, a autora discorre que os modelos museológicos que se desenrolaram no contexto brasileiro estavam mais preocupados em ser cópias europeias, marcadas pelas tradições antiquárias e pelas curiosidades. Em virtude disso, segundo a autora, no período imperial, “as coleções que se formam, salvo raras exceções, são ecléticas, caráter que vão

emprestar aos museus a que se irão agregar posteriormente, moldando-se, já por isso, a um campo de ação não especializado”. Ela acredita que isso não se alterou com o advento da República, que continuou a reproduzir os modelos museais do antigo regime político.

Rússio Guarnieri aponta que os membros que compunham o corpo institucional dos museus, principalmente na Primeira República, não se renovaram; pelo contrário, se enraizaram na máquina pública. Em suas palavras, “à elite do ambiente, do local e da própria exposição, mais uma se vai juntar, a dos funcionários de museus. Aqui, a elitização assume características de ‘processo’, e de um processo muito longo, que já iniciara ao tempo do Brasil Colonial”. Ou seja, o câncer patrimonialista toma conta desses espaços, em grande maioria, ocupados por homens brancos e filhos da antiga aristocracia ou burguesia, adquirindo feições patriarcais. São eles que passam a definir o que deve ser lembrado e cultuado, e Gustavo Barroso é um claro exemplo desse processo. Logo, vemos o resgate da memória da monarquia, das figuras dos grandes homens, e a importação de valores, costumes e gostos artísticos europeus, que sustentam a narrativa de civilização em progresso. Nessa via, “os filhos de família vão ocupar principalmente funções públicas, porque estas representam ao menos teoricamente um múnus, e, sob este eufemismo, disfarçam-se as sinecuras criadas para atender às novas necessidades de um segmento social em decadência” (GUARNIERI, 2010, p. 94).

A análise sociocultural de Rússio Guarnieri alterna entre questionar os modelos museológicos, àquela altura ainda vigentes, e ser um clamor pela renovação do pensamento cultural brasileiro. À época do texto, o país era regido por uma cruel ditadura que minou a liberdade de fazer críticas, e a censura infectava todos os setores do Estado, inclusive os museus. Além disso, os agentes que controlavam o leme da cultura ditatorial estavam interessados em perpetuar as memórias dos “heróis” da pátria, principalmente do passado militar (SANTOS, 2019, p. 62-70). Na mesma década, aconteceram as comemorações do sesquicentenário da Independência, exaltando, fortemente, personagens políticos – em sua maioria, homens. Eram tempos sombrios para se questionar e propor novas luzes. Desse modo, não é por acaso que a autora encerra a sua análise da seguinte maneira: “pode-se falar num passado museológico no Brasil, mas não necessariamente, num passado museológico brasileiro, pelo menos não num remoto”. No seu entender, o elitismo, o paternalismo e o eurocentrismo na forma de lidar com o passado nos museus impediam o surgimento de mentalidades museais preocupadas em diversificar narrativas. A exaltação das elites e do patriotismo maquiado de intenções limitavam a ruptura do “passado museológico no Brasil” para criar paradigmas, na museologia, que o tempo histórico pudesse taxar como “um passado museológico brasileiro” (GUARNIERI, 2010, p. 95).

A partir dos anos 1980, no Brasil, os estudos sobre coleções e museus começam a se reestruturar, com a redemocratização e a entrada das ideias sobre a Nova Museologia – fatos que permitem a renovação da missão dos museus em relação à sociedade. Isto é, as instituições museais não deveriam mais ser apenas um complemento para a instrução pública, mas olhar para o entorno e propor atividades que permitissem renovar os discursos sobre a memória e o patrimônio, além de ser ambientes de inclusão. É nessa mesma década que é lançada a *Declaração de Québec* (INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS, 1984), “afirmando a necessidade de ampliar as tradicionais atribuições do museu e de integrar as populações nas suas ações”, especificando, também, que a Nova Museologia abrange a “ecomuseologia, a museologia comunitária e todas as outras formas de museologia ativa” (DUARTE, 2013, p. 109).

Nesse contexto, surgiram trabalhos que mudaram a forma de entender o processo de constituição das coleções e das instituições museológicas. O primeiro é a pesquisa de Maria Margaret Lopes, que abriu este capítulo. São inegáveis a sua contribuição e a sua consciência sobre o campo da História das Coleções. No período de sua pesquisa – fim dos anos 1980 –, no contexto europeu, os estudos nessa área também passavam por renovação. Naquela época, Lopes argumentava que

não dispomos ainda, para o caso dos museus latino-americanos de Ciências Naturais como um todo, de iniciativas similares às de Impey e MacGregor, como a organização do *Journal of History of Collections*; ou mesmo como as de Orosz para os museus dos Estados Unidos; ou as de Kohlstedt e Sheets-Pyenson para a América do Norte e a região do Pacífico e da Argentina, em que são analisados os intercâmbios internacionais e as peculiaridades nacionais dos museus de História Natural na segunda metade do século XIX, no âmbito da difusão do chamado ‘colonialismo científico’ (LOPES, 2009, p. 20).

Seu trabalho está inserido no movimento de enraizamento do campo da História das Ciências no Brasil, creditado, principalmente, à sua orientadora, Maria Amélia Mascarenhas Dantes (2005, p. 26-29), que propôs a renovação da historiografia sobre as práticas científicas em território brasileiro. Segundo Lopes, a sua tese “é essencialmente a negação da visão de que não houve produção científica no país até o início deste século, ou de que as atividades existentes eram ‘pré-científicas’”, e completa que “os museus brasileiros não só estiveram particularmente atuantes, como de fato institucionalizaram essas ciências e suas especializações” (LOPES, *op. cit.*, p. 20-21).

O estudo de Margaret Lopes, centrado no Museu Nacional, é composto por uma extensa gama de documentos, de relatórios institucionais a cartas e ofícios, ampliando a compreensão da mentalidade científica e administrativa da instituição. A autora analisa, também, outras

instituições que surgiram no fim do século XIX, mas é de se notar que o museu carioca toma conta de sua atenção, dado o seu pioneirismo nas investigações da História Natural no país e por servir de referencial para modelos provinciais, que surgiram ao longo dos oitocentos. Em sua visão, “os museus brasileiros tiveram suas origens associadas a dois momentos conjunturais apontados exaustivamente pela nossa historiografia como marcos referenciais da cultura brasileira: a transição para o século XIX [...] e os anos inaugurados pela década de 1870” (LOPES, 2009, p. 11-12). Esse segundo marco passa a ser um divisor de águas para os estudos mais recentes sobre o cientificismo brasileiro, revelando que a atenção dada à Antropologia, nesse período, resultou em farta produção de revistas, exposições e expedições de coleta para traçar as origens do homem brasileiro e entender a natureza que o cercava.

No período em que Lopes desenvolvia a sua pesquisa de doutorado, a historiadora e antropóloga Lilia Schwarcz publicou um capítulo no livro *História das Ciências Sociais no Brasil*, organizado por Sérgio Miceli, em 1989. Seu estudo, intitulado *O nascimento dos museus brasileiros (1870-1910)* (SCHWARCZ, 1989, p. 29-90), erra por si só no marco temporal que a autora traçou para “entender” o processo de surgimento dos museus ditos “nacionais”, durante o fim do século XIX. Com o olhar voltado a incluir a sua área de pesquisa – a Antropologia –, o texto está direcionado a apresentar a produção científica dos museus Nacional, Paulista e Paraense Histórico (futuro Emilio Goeldi), numa narrativa que contrapõe o centro (Rio de Janeiro-São Paulo) e o periférico (Pará). O exercício de Schwarcz, à época, foi importante para chamar mais atenção à relação dos museus com a produção do conhecimento humano; porém, conceitos e análises anacrônicas limitaram o potencial do trabalho – entre tantos, a afirmação de que, “no Brasil, até meados do século XIX, toda *sciência* era feita por viajantes estrangeiros, vindos exclusivamente para coletar” (*Ibid.*, p. 36) e de que “o MN parecia cumprir, naquele momento, papel antes de tudo comemorativo: espécie de depositário de coleções e curiosidades, expostas sem qualquer classificação ou delimitação científica” (*Ibid.*, p. 40). É sabido que os primeiros anos da instituição carioca foram sofridos, com limitação orçamentária e carência de profissionais no corpo técnico; mas tanto a pesquisa quanto a classificação ordenada dos produtos naturais e artificiais foram preocupações dos diretores, o que pode ser visto por meio da análise da documentação da instituição. Ademais, estudos de Botânica, Mineralogia, Arqueologia e Numismática foram recorrentes desde a fundação do MN, sendo publicados em revistas e periódicos da época. Logo, restringir a sua atuação apenas aos anos 1870 e voltar-se apenas à Antropologia foram agentes limitantes desse estudo, observados na escassez de fontes documentais – em sua maioria, revistas institucionais, que não nos dizem muito sobre seu funcionamento interno e suas ações cotidianas.

Na época, alguns pesquisadores (BREFE, 2005) não concordaram com a visão generalizante de Schwarcz sobre o “nascimento dos museus brasileiros”. É o que se vê no artigo *Reverendo o nascimento dos museus no Brasil*, de Maria José Elias (1992, p. 139-145), na altura, pesquisadora do Museu Paulista (ELIAS, 1996). Ao embasar suas análises na bibliografia sobre o campo da História das Coleções, de autores como Oliver Impey, Arthur MacGregor, Krzysztof Pomian e Richard Morse, Elias jogou luz sobre o uso errôneo de conceitos de práticas colecionistas aplicados aos séculos XVI e XVII, como os *cabinets de curiosités*, sobre os quais Schwarcz discorreu ao criticar o caráter universalizante dos museus nacionais europeus. Além disso, Schwarcz condicionara as instituições analisadas apenas ao olhar da Antropologia e, segundo Elias, “nem o Museu Nacional, nem o Museu Emílio Goeldi ou o Museu Paulista foram somente museus etnográficos. Tal como ocorria em todos os grandes museus da época, seus acervos eram diversificados, englobando, além das coleções etnográficas, zoológicas, botânicas, mineralógicas e coleções de História e Numismática” (ELIAS, 1992, p. 143). Tais áreas contavam com pesquisadores responsáveis por investigar, classificar e divulgar suas descobertas. Por outro lado, Schwarcz recai no mesmo conjunto de pensadores que não acredita na existência de práticas científicas antes do fim do século XIX, como Lopes ressaltou em seu estudo (LOPES, 2009, p. 20); porém, hoje, sabe-se que os museus e os institutos brasileiros funcionaram como importantes agentes propagadores de ideias e de teorias sobre a História Natural e áreas afins.

A crítica de Maria José Elias é extensa, aprofundando-se em outros pontos abordados levianamente por Schwarcz. Para além de conferir uma nova percepção sobre a prática científica nos museus brasileiros e o envolvimento deles na sociedade, seu trabalho é uma evidência do processo de renovação dos estudos sobre a História das Coleções no Brasil. Na década de 1990, surgiram novas questões sobre a formação de museus e das coleções, que passaram a estar no horizonte dos pesquisadores, principalmente nos programas de pós-graduação das universidades, com o desenvolvimento de dissertações e teses. Em 1991, Regina Abreu, mencionada anteriormente, defendeu o seu mestrado sobre a Coleção Miguel Calmon, discorrendo sobre o papel social das coleções na construção da memória do colecionador, que ganhou visibilidade ao compor o núcleo expositivo do Museu Histórico Nacional.⁶⁸ Nesse movimento, a historiadora Ana Claudia Fonseca Brefe dedicou o seu doutorado à formação do Museu Paulista, a partir dos discursos memorialísticos de Affonso de

⁶⁸ A pesquisa foi publicada em 1996. Cf. ABREU, 1996.

Taunay (2005),⁶⁹ que buscou enraizar seu projeto na criação de um espaço dedicado ao culto à Independência e à formação da sociedade brasileira. Nelson Sanjad trouxe importantes contribuições sobre o passado do Museu Paraense Emílio Goeldi (2010) e Maria Cecília França Lourenço dedicou-se a estudar a formação dos museus de arte moderna, bem como o impacto destes na constituição de coleções modernistas (1999).

É evidente que os anos 1990 foram importantes para o desenvolvimento de pesquisas sobre coleções e museus, principalmente com o advento das teorias sobre o uso da cultura material para a escrita da história. Após vinte anos sem serem publicados, os *Anais do Museu Histórico Nacional* retomaram a sua periodicidade em 1995, com conteúdos bem diferentes dos de sua última edição, em 1975, que trouxera diversas análises sobre a vida do Imperador D. Pedro II. A retomada dos *Anais* trouxe novas abordagens, em diálogo com a Micro História, e com maior variedade de temas, visto que a Ditadura Civil-Militar havia se tornado uma mácula no passado brasileiro e as universidades voltaram a respirar os ares da liberdade, renovando-se. Logo, narrativas sobre os grandes “heróis” da pátria – políticos e militares, somente homens, excluindo-se as mulheres – estavam fora da perspectiva dos pesquisadores. A diretora do MHN à época, Vera Lúcia Bottrel Tostes, já exaltava que o volume que retomava a publicação estava recheado de “pesquisas produzidas por museólogos, antropólogos e historiadores do Museu e de outras instituições, iniciando uma nova etapa deste periódico, que terá [...] temas variados dos diversos campos das ciências humanas” (MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, 1995, p. 5). Agora, almejava Tostes, o periódico traria artigos que abordassem a união entre a História e a Museologia.

Na edição seguinte dos *Anais do MHN* (1996), volume 28, há uma seleção de artigos⁷⁰ que teorizam sobre as relações da “memória, história e coleção”, tema que serviu de título ao trabalho de Regina Abreu. Para além disso, José Neves Bittencourt (1997) traz uma das primeiras teorizações sobre o conceito de *gabinete de curiosidades* conectado com as discussões do campo da História das Coleções. Na sua análise, o autor busca entender os gabinetes de curiosidades e outros modelos de colecionismo da primeira modernidade como reflexos do pensamento epistemológico coevo. Além disso, coube-lhe ressaltar sua oposição aos constantes abusos conceituais sobre o tema, ao definirem esses espaços apenas como amontoados

⁶⁹ Vale a pena cf. BREFE, 1998.

⁷⁰ Cf.: BITTENCOURT, J. N. *Gabinete de curiosidades e museus: sobre tradição e rompimento*; SANTOS, M. C. T. M. *O papel dos museus na construção de uma “identidade nacional”*; ABREU, R. *Memória, História e Coleção*; OLIVEIRA, V. D. E. *De casa que guarda relíquias à instituição que cuida da memória*; NEVES, G. P. *Nação, História e Cultura no Brasil: um ensaio de reflexão desencantada, para uso, talvez, das instituições de patrimônio*; GODOY, S.; CHAGAS, M. *Patrimônio cultural e cidadania: as representações de memória nos museus*. In: MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, 1996, v. 28.

de objetos; Bittencourt defende a ideia de que seriam locais de experimentação, de estudo e de divulgação do conhecimento. Nos números consecutivos,⁷¹ a publicação continua priorizando a história dos museus, em especial, do MHN, e também das coleções, ampliando as narrativas sobre as práticas de colecionismo e de consagração da memória no território nacional.

É interessante contrapormos, no mesmo período, os *Anais do Museu Histórico Nacional* aos do Museu Paulista. É visível a diferença dos estudos que cada um prioriza. Na publicação da instituição carioca – talvez, por estar no cerne do surgimento do pensamento museológico brasileiro, principalmente com a criação do Curso de Museus –, o olhar está mais voltado a formular novas diretrizes para a Nova Museologia, bem como centrado em estudos sobre museus e patrimônio cultural, lançando as bases para o pensamento histórico sobre as práticas museológicas no Brasil.⁷² Em contrapartida, a do MP se debruça sobre pesquisas em torno do seu acervo, procurando dar voz a narrativas que introduzem a cultura material no saber-fazer historiográfico, de modo a virar referência para a área. Interesses distintos, mas que reafirmam o protagonismo das instituições museais, que, mesmo após a criação das universidades públicas, não abandonaram sua agência na construção de teorias e metodologias.

Em 2001, com o eixo temático *Coleção*, organizado pelo historiador Paulo Knauss, os *Anais do MHN* apresentaram uma nova leva de estudos sobre a vida das coleções, lançando luz sobre as práticas colecionistas no Brasil e os usos que foram dados a elas no passado. A coletânea encerra esse momento voltado aos estudos de coleções presente nos *Anais*, que continuaria centrado em poucos artigos, nos quais a materialidade e a vida dos objetos são temas recorrentes.⁷³ No ano de 2012, como fruto das apresentações do *Seminário Internacional*

⁷¹ O volume 29 foi dedicado a comemorar os setenta e cinco anos do MHN, contrapondo artigos que foram publicados quando a instituição completava 25 anos (DUMANS, A. *A ideia de criação do Museu Histórico Nacional*; DUMANS, A. *O Museu Histórico Nacional através dos seus 25 anos de existência*; BARROSO, G. *O culto da saudade*) e novas abordagens sobre as investigações na área dos museus: SANTOS, A. C. M. *Memória-cidadã: história e patrimônio cultural*; KURY, L. B.; CAMENIETZKI, C. Z. *Ordem e natureza: coleções e cultura científica na Europa Moderna*; FURTADO, O. M. *Todo um mundo a reformar: intelectuais, cultura ilustrada e estabelecimentos científicos em Portugal e no Brasil, 1779-1808*; ELIAS, M. J. *Um museu para São Paulo*; WILLIAMS, D. *Sobre patronos, heróis e visitantes: o Museu Histórico Nacional, 1930-1960*; BITTENCOURT, J. N. *Observações sobre um museu de história do século XIX: o Museu Militar do Arsenal de Guerra*; CASTRO, A. H. F. *Do troféu de guerra ao copo de geleia: a dessacralização do acervo dos “templos da memória”*. In: MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, 1997, v. 29.

⁷² Destacam-se os seguintes artigos: LOPES, M. M. *A formação de museus nacionais na América Latina*; GESTEIRA, H. M. *O jardim de Maurício*; CRUZ, C. F.; BOREL, L. G. *A Coleção Sofia Jobim: um estudo sobre o soroptimismo no Brasil*. In: MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, 1998, v. 30. O volume 47 é totalmente dedicado às discussões sobre a Nova Museologia, em especial, nos escritos de André Desvallées. Cf. MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, 2015, v. 47.

⁷³ KNAUSS, P. *O cavalete e a paleta: arte e prática de colecionar no Brasil*; BITTENCOURT, J. *Museu Histórico Nacional, 1931: O nascimento de uma nova museografia no Brasil?*; LENZI, M. I. R. *Pereira Passos colecionador*; SIQUEIRA, V. B. *Certeza da forma, fracasso do estilo: a paixão pela atualidade do colecionador Castro Maya*; VEIGA, R. M. *Colecionadores e artistas – coautores?*; SALGUEIRO, V. *Uma memória a cores: a trajetória do pintor Antônio Parreiras vista por sua coleção no Museu Antônio Parreiras*; MATERNO, S.;

Coleções e colecionadores: a polissemia das práticas, realizado no ano anterior, o MHN lança livro com o mesmo título do evento, de modo a expor as pesquisas e os pesquisadores que se dedicam a estudar a mentalidade colecionista (MAGALHÃES; BEZERRA, 2012). A partir dos anos 2000, observa-se a pluralidade de análises sobre coleções e museus,⁷⁴ efeito estimulado pela criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), em 2009, bem como do Seminário Brasileiro de Museologia (SEBRAMUS), em 2014, e de demais eventos acadêmicos que passaram a priorizar as discussões sobre o tema. Durante os governos dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2010) e Dilma Rousseff (2010-2016), os investimentos na criação de museus e nos cursos de Museologia pelo país, juntamente com o aumento das bolsas de pesquisa, permitiram o apoio necessário para o desenvolvimento de dissertações e teses sobre o tema, fato que proporcionou a renovação do repertório teórico e metodológico do campo.

Nos últimos anos, nomes como Marize Malta (UFRJ),⁷⁵ Letícia Squeff (Unifesp), Maraliz de Castro Vieira Christo (UFJF), Paulo Knauss (UFF) e os já citados Maria Margaret Lopes e José Neves Bittencourt foram responsáveis por jogar luz ao campo por meio de eventos acadêmicos e da organização de livros e revistas. Ao mesmo tempo, cabe ressaltar as ações do professor René Lommez Gomes (UFMG), que, em 2017, criou o *Rariorum – Núcleo de Pesquisa em História das Coleções e dos Museus*, sediado na Escola da Ciência da Informação da UFMG, juntamente com Carolina Vaz de Carvalho (USP) e o autor deste estudo, almejando um ponto de encontro para que pesquisadores de coleções e museus pudessem compartilhar as suas pesquisas e, quiçá, dar suporte para a formalização do campo no contexto brasileiro.

Ao contrário do que é visto no cenário europeu, no Brasil, algumas coleções, sejam de arte, sejam de História Natural, têm origens remotas, e há uma tendência do marco temporal de

CARDOSO, D. S. *Da coleta à coleção: caminhos da arte na obra de Arthur Bispo do Rosário*; CONDURU, R. *A África de dois museus cariocas*; ALMEIDA, C. A. F. *O 'coleccionismo ilustrado' na gênese dos museus contemporâneos*; ABREU, M. *Coleção e cidade: imagens urbanas e prática de colecionar*. In: MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, 2001, v. 33. GUEDES, A. C. *A formação da coleção de brinquedos do Museu Histórico Nacional: memórias afetivas, histórias e histórias*; PINTO, R. A. C. *Os espíritos do Império: um olhar sobre a coleção Manoel José de Araújo Porto-Alegre no MHN*. In: MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, 2010, v. 42. GUEDES, A. C. *Coleções e Museus*. In: MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, 2007, v. 39.

⁷⁴ CHAGAS, M. S.; SANTOS, M. S. *A vida social e política dos objetos de um museu*; GUEDES, A. C. *Brinquedos: a formação da coleção do Museu Histórico Nacional*. In: MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, 2002, v. 34.

⁷⁵ Juntamente com Ana Cavalcanti, Emerson Dionísio de Oliveira e Maria de Fátima Morethy Couto, por meio do grupo de pesquisa *História da Arte: modos de ver, exibir e compreender*, organizou o colóquio *Histórias da arte em exposições: modos de ver e exibir no Brasil*, alimentando as discussões sobre a relação entre colecionismo e arte. Esses encontros resultaram nos seguintes livros: *Histórias da arte em exposições: modos de ver e exibir no Brasil* (CAVALCANTI et al., 2015); *Histórias da arte em museus: exposição de arte e suas histórias* (OLIVEIRA; COUTO; MALTA, 2020); e *Histórias da arte em coleções: modos de ver e exibir em Brasil e Portugal* (MALTA et al., 2016). Também são frutos do Seminário do Museu D. João VI/Colóquio Internacional *Coleções de Arte em Portugal e Brasil nos séculos XIX e XX* os livros: *Arte e seus lugares: coleções em espaços reais* (CAVALCANTI et al., 2018) e *Coleções de arte: formação, exibição e ensino* (CAVALCANTI; MALTA; PEREIRA, 2015).

muitas delas não ultrapassar a margem do século XIX. Para além disso, é possível notar que, após a coleta e o tratamento dado por seu proprietário, é comum vê-las parar em instituições museais, não passando por outras mãos a não ser as do Estado.⁷⁶ Assim, não é de se estranhar que o passado do colecionismo brasileiro não tenha seduzido os pesquisadores até fins do século XX e início do XXI.

O campo da História das Coleções no Brasil ainda não encorpou suficientemente para pensarmos escolas ou linhas de atuação, como vemos nos exemplos inglês e francês. Os estudos dos fins do século XIX e meados do XX esbarram no processo de enraizamento das práticas museológicas no Brasil, ou na própria história da Museologia, uma vez que são, em grande parte, feitos por sujeitos que desenvolvem as próprias metodologias de recolha e estudo dos acervos, o que inclui a pesquisa sobre o passado das coleções. A maioria desses estudos foi produzida sob a ótica dos homens e das mulheres de museus. A mudança do olhar sobre o passado museológico ganha impulso, principalmente, com a entrada da Nova Museologia e da História das Ciências em contexto nacional. As coleções passam a ser vistas não apenas como legados ao bem público ou acessos ao conhecimento, mas como receptáculos de informações sobre o pensamento cultural e científico do passado. Atualmente, estimulados pelo movimento de descolonização dos museus, estudos de *provenance* estão em alta, em vias de sanar as dúvidas da legitimidade da aquisição de objetos etnográficos e artísticos. Assim, é perceptível o interesse por análises sobre o passado das práticas colecionistas institucionais. Por fim, cabe aos museus brasileiros estimular o interesse pela pesquisa de seus acervos, permitindo o acesso a eles e à documentação museológica.

⁷⁶ Exemplo clássico eram as coleções que compunham o Museu Nacional (UFRJ), oriundas, em grande parte, de colecionadores privados. Infelizmente, o incêndio de 2018 que atingiu a instituição impôs barreiras para a perpetuação de suas memórias.

4 ENTRE GABINETES E MUSEUS

4.1 Destrinchando os conceitos

Nos últimos anos, no campo da Museologia, é visível a preocupação dos estudiosos em formatar o conceito de *coleção*, de modo a propor modelos que auxiliem, principalmente, na classificação dos acervos presentes em instituições museológicas. Um dos mais famosos teóricos que se dedicou ao tema é o historiador polonês Krzysztof Pomian, que, nos anos 1970, definiu que coleção é “qualquer conjunto de objetos naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das atividades econômicas, sujeitos a uma proteção especial num local fechado preparado para esse fim, e expostos ao olhar do público” (POMIAN, 1984, p. 53).

O conceito esboçado por Pomian responde a demandas do presente, no qual a multiplicidade de tipologias classificatórias permite a ampliação quase ilimitada das coleções, alinhadas aos respectivos campos do conhecimento humano. Por se tratar de um teórico familiarizado com a Museologia e a História, é muito comum ver as diretrizes conceituais propostas por Pomian embasarem os estudos de pesquisadores atuais que buscam rastrear a origem das coleções e dos museus dos séculos passados. Tal fato, em algumas situações, provoca reducionismos que prejudicam a compreensão da relação do colecionador com o seu microcosmo. Assim, é preciso respeitar a temporalidade e o pensamento epistemológico dos modelos colecionistas do passado, buscando abarcar os conceitos que regiam a mentalidade de cada época. Entretanto, deve-se reconhecer que a formatação de *coleção* por esse teórico ampliou o olhar sobre o valor das coleções, no passado, para a construção do conhecimento humano.

Desde a Renascença – a Primeira Idade Moderna ocidental –, o continente europeu assistiu à generalização de práticas colecionistas, como *wunderkammer*, *kunstkammer*, *studiolo*, *cabinet des curiosités*, *guardaroba*, *galleria* e *musaeum*, que eram recheados de objetos dos mundos da *artificialia*, *naturalia* e *mirabilia* (FINDLEN, 1989; LUGLI, 1985; SCHNAPPER, 1988, 1994). Por mais que fossem condicionados a critérios de seleção dos seus proprietários, muitas vezes alguns itens não perdiam a sua funcionalidade. Em outros casos, o movimento era inverso: as peças saíam de suas redomas para a vida utilitária. Assim, estudar o passado das coleções exige não basear a análise aos valores atuais, tampouco generalizar modelos de experiências colecionistas para as diversas partes do mundo. Em virtude disso, este estudo busca analisar a complexa mentalidade colecionista a partir da época em que foi produzido, especialmente no que diz respeito ao contexto luso-brasileiro, em que observa-se a

predominância dos termos *gabinete* e *museu* para referir-se a ambientes destinados ao estudo e ao depósito de coleções.

Na concepção lusitana setecentista, é visível a formatação de dois modelos de colecionismo: o *gabinete* e o *museu*. O primeiro é um conceito muito usado para indicar os ambientes em que as coleções estão destinadas ao cuidado e à observação. Raphael Bluteau (1638-1734), famoso lexicógrafo da língua portuguesa, define *gabinete* como “camarim, aposento do príncipe, ou casa de conselho d’Estado, ou privado”, sem relação ao espaço colecionista, destinado a reuniões ou como *locus* privativo. É muito provável que *gabinete*, no contexto português, tenha ganhado conotação de *lugar para a exposição de coleções* por influência do vocábulo francês *cabinet* (gabinete).⁷⁷ Esse termo é descrito na *Encyclopédie* como “a parte [de um prédio] destinada ao estudo, ou em que tratamos de assuntos particulares, ou que contém o que temos de mais precioso em pinturas, bronzes, livros e curiosidades” (DIDEROT; D’ALAMBERT, 1752, t. II, p. 488).

Ao mesmo tempo, outro termo de origem francesa passa a estar no horizonte dos lusitanos, principalmente com a transformação no ensino da História Natural em Portugal: o *cabinet d’Histoire Naturelle* (gabinete de História Natural). De acordo com a sua descrição na *Encyclopédie*, “um *cabinet d’Histoire Naturelle* é habitualmente composto por várias salas e não pode ser demasiado grande, [...] não seria um espaço muito grande para conter coleções de todos os tipos das diferentes produções da natureza”; assim, “um *cabinet d’Histoire Naturelle*” é, portanto, “um epítome de toda a natureza” (*Ibid.*, p. 489).⁷⁸ Em outro viés, *gabinete* também pode se referir ao mobiliário construído especialmente para a guarda de coleções – um pequeno armário, que nos séculos anteriores era usado para auxiliar na classificação e disposição dos itens coletados. Normalmente, era composto por extensa variedade de gavetas e nichos numerados e com divisões internas, o que garantia melhor visualização do conteúdo acondicionado.

No século das Luzes, há um abandono gradual⁷⁹ do termo *cabinet des curiosités* (gabinete de curiosidades) e sua forma de organização, recorrente nos séculos XVI e XVII para designar espaços que continham coleções compostas por itens de teor “maravilhoso”, em que

⁷⁷ Raphael Bluteau (1712-1728, v. 5, p. 2937) sinaliza, no vocábulo *gabinete*, que este “deriva-se do francês *cabinet*, que também significa camarim e contador”.

⁷⁸ No original: “un *cabinet d’Histoire naturelle* est ordinairement composé de plusieurs pieces e ne peut être trop étendu; [...] ne seroit pas un espace trop grand pour contenir des collections en tout genre des différences productions de la nature [...], un *cabinet d’Histoire naturelle* est donc un abrégé de la nature entière”.

⁷⁹ Segundo Thomas Kuhn (2006), o desenvolvimento científico não ocorre de forma linear ou cumulativa, mas sim por meio de rupturas epistemológicas abruptas, que se manifestam nas chamadas revoluções científicas. Essas revoluções marcam a substituição de um paradigma científico por outro, quando o paradigma anterior já não é capaz de resolver as anomalias acumuladas em seu interior.

era visível o casamento entre arte e natureza. Em contraposição, com o advento do Iluminismo, a racionalização da História Natural e, consequentemente, a adoção do colecionismo enciclopédico, surgem os *cabinets d'Histoire Naturelle*, como reflexo de uma mente colecionista que almeja organizar, classificar, padronizar e universalizar as produções naturais com base nas divisões dos três reinos naturais: animal, vegetal e mineral. Assim, os *cabinet des curiosités* passam a ser vistos de maneira pejorativa, uma vez que os homens das Luzes convencionaram que esse modelo colecionista era desorganizado, sem classificação rígida e fruto da mente fantasiosa do homem moderno – e, portanto, não atendia às propostas difusoras e racionais da nova ciência iluminista.⁸⁰ Nesse sentido, “o crocodilo deixou o céu de estrelas-do-mar para se juntar aos seus irmãos da sua espécie no gabinete de história natural, a sereia mergulhou novamente no seu reino de ilusão” (CAMARGO-MORO, 2008, p. 20).

Em seu estudo, Isabel Drumond Braga aponta que, na *Encyclopédie*, Denis Diderot e Jean le Rond d'Alembert mediarão os valores da cultura do colecionismo por meio do termo *cabinet*, provendo uma descrição ampla e apontando, inclusive, os proprietários dos principais gabinetes da França. Porém, no âmbito português, Raphael Bluteau, no *Vocabulário portuguez e latino*, “registrou os termos coleção, curiosidade e gabinete, porém nunca os associou”, limitando o entendimento e a relação própria do colecionismo do período. O interessante é que o termo *curiosidade* é visto no léxico português como “desordenado desejo de ver ou de saber coisas novas ou que não são úteis nem necessárias” (BLUTEAU, 1713, p. 642 *apud* BRAGA, 2016, p. 552). Ou seja, percebe-se o contraste entre o conhecimento útil, racional, e o curioso, que passa a ser considerado eclético e desordenado. Isto é, no léxico português já estava presente a racionalidade iluminista inerente às novas práticas colecionistas,⁸¹ de forma a estimular o surgimento de ideias favoráveis ao desenvolvimento humano.

Por outro lado, a ideia de *museu*, tal qual a entendemos hoje, é fruto do século XIX, em que se constrói o consenso de que trata-se de um espaço para salvaguarda, ensino e pesquisa – e, claro, de um lugar de complemento para a instrução pública. Porém, até meados do século XVIII, o termo era ambíguo, ainda influenciado pelo viés humanista, como *locus* privado, servindo para o estudo e a contemplação. Durante os séculos XVI e XVII, o conceito de *museu*

⁸⁰ Para saber mais, cf. LUGLI, 1983, p. 229-241.

⁸¹ De acordo com Peter Burke (2003, p. 91): “A *Enciclopédia* oferece uma visão excelente do que d'Alembert (seguindo Bacon) chamava de ‘mapa’ do conhecimento no final de nosso período. Edições sucessivas da obra – e suas rivais – revelam uma consciência cada vez mais aguda do progresso do conhecimento. Mesmo assim, a classificação do conhecimento proposta por d'Alembert em seu ‘discurso preliminar’ é apresentada em forma tabular por Diderot e se equilibra entre a tradição e a inovação. Do ponto de vista do nosso tempo, seu esquema parece tradicional, especialmente a ideia da árvore do conhecimento e seus ramos, a distinção entre as artes liberais e as mecânicas e a discussão do *trivium* de gramática, lógica e retórica”.

variou em seu sentido léxico, de acordo com as diferenças territoriais, que impactavam o seu entendimento pelos círculos de eruditos. Grosso modo, referia-se aos locais de guarda de coleções, mas também para expressar a reunião de ideias, como os livros. De acordo com Paula Findlen, “o uso do termo *musaeum* não se limitava apenas ao tangível; museu era antes de tudo uma categoria mental e colecionadora de uma atividade cognitiva que poderia ser apropriada para fins sociais e culturais” (FINDLEN, 1989, p. 63, tradução nossa).⁸²

Em Portugal, a fluidez desse conceito se manteve até meados do século XVIII; depois, ele se reorganiza conforme a epistemologia iluminista. Isso se reflete nos significados que são conferidos ao léxico *museu* em diferentes dicionários luso-brasileiros setecentistas. A primeira edição do de Raphael Bluteau, publicada entre 1712 e 1728, entende que,

nos contornos do monte Olimpo na Macedônia, [museu] é um lugar consagrado às Musas. Na vida de Apolonio Thianeo, escreve Philostratus, que Museu era um lugar onde os antigos consultavam as Musas, e elas davam as respostas. Destes lugares chamados Museus, deram o nome de Museu a todo o lugar destinado ao estudo das letras humanas, como também as casas de curiosidades científicas, como o Museu do P. Athanasius Kircker em Roma, e a livros, como o Museo de Moscardo, impresso em Pádua, e o Museu Histórico e Físico de João Imperial, em que o dito Autor dá notícias da ciência e vida de Varões Ilustres em letras (BLUTEAU, 1712-1728, p. 4217).

No alvorecer do século XVIII, em Portugal, o conceito de *museu* assentava-se nos ideais humanistas, conforme apontado por Findlen, como uma categoria do conhecimento. A própria origem do termo, um resgate à Antiguidade, evidencia a tentativa dos homens do Renascimento de se conectarem com as experiências vividas pelos antigos, ao destinarem lugares específicos para a contemplação e o estudo do mundo. Acreditava-se que, nesse processo de descobrir os mistérios que tangiam a natureza e as sociedades, o estudioso se conectava, em seu ambiente íntimo, com as Musas,⁸³ que forneciam o saber necessário para solucionar alguma indagação. Esse sítio funcionava, também, como um “um lugar onde o Erudito se senta sozinho, separado de outros homens, viciado em seus estudos, enquanto lê livros” (FINDLEN, 1996, p. 102, tradução nossa),⁸⁴ isto é, para contemplar e refletir sobre os frutos da Criação.

Assim, continua Raphael Bluteau, o museu seria o “lugar destinado aos estudos das letras humanas, como também as casas de curiosidades científicas”, ou seja, um ambiente para o labor do saber. Nessa altura, esses espaços não projetam as categorizações e as classificações

⁸² No original: “the use of the term *musaeum* was not confined only to the tangible; museum was foremost a mental category and collecting a cognitive activity that could be appropriated for social and cultural ends”.

⁸³ São elas: Calíope, Clío, Euterpe, Tália, Melpômene, Terpsícore, Érato, Polímnia e Urânia.

⁸⁴ No original: “a place where the Scholar sits alone, apart from other men, addicted to his studies, while reading books”.

do conhecimento tais quais os homens das Luzes vão reproduzir nos gabinetes e museus, no segundo quartel do século XVIII. Nesse ponto, ainda são vistos como lugares para o depósito de “curiosidades”, ou seja, para alocar peças que, como o próprio Bluteau descreveu, “não são úteis e necessárias”.

A formação de Bluteau, nas universidades de Roma e de Verona, e a sua convivência no seio do mundo letrado europeu do período ampararam a sua primeira interpretação de *museu* com base nos modelos de espaços de conhecimento das repúblicas italianas. Não à toa, seus exemplos são as experiências colecionistas do padre jesuíta Athanasius Kircher e do conde Ludovico Moscardo. Ambos publicaram as suas criações em monumentais livros,⁸⁵ expondo, ao olhar letrado, o extenso cosmos que reuniram ao longo de suas vidas. Naquela altura, essas obras também eram vistas como espécies de “museus”, e não como meros catálogos. Em virtude disso, era-lhes concedido grande valor, pois possibilitavam o acesso aos vastos mundos coletados. Segundo Findlen:

Musaeum era uma estrutura classificatória para uma grande variedade de textos, cujos processos de classificação e organização preenchiam o princípio taxonômico de coleção. Numerosos livros – desde coleções de poesia como o *Musei Poetiarum* de Lorenzo Legati (1668) até o famoso guia de Mabillion e Germain, o *Museum Italicum* (1687–89) – utilizaram a imagem do museu para denotar o processo de compilação e agrupamento (FINDLEN, 1996, p. 64, tradução nossa).⁸⁶

Essa interpenetração dos museus e das bibliotecas pode ser observado no colecionismo encetado por D. João V. Monarca ilustrado, erudito bibliófilo, que, a partir da década de 1720, deu início a uma enorme coleção de livros, estampas, mapas e instrumentos matemáticos, entre outros objetos científicos, reunidos sob o selo da Biblioteca Régia, que mandou edificar no seu palácio, no Paço da Ribeira, além das “instaladas no convento de Mafra, no Colégio das Necessidades e na Universidade de Coimbra” (FURTADO, 2012, p. 212). Nos dizeres de Júnia Furtado, a Biblioteca Régia constituiu um verdadeiro “bosque de Minerva”, que, mais do que um local de reunião de objetos colecionáveis, “era um espaço irradiador do programa científico joanino, aberto às luzes, caracterizado pela renovação e a abertura do conhecimento”. Na mesma época, Dom João V patrocinou a renovação da biblioteca do Colégio das Necessidades, “onde os oratorianos ensinavam a nova filosofia de Newton e Descartes”,

⁸⁵ BONANNI, 1709; MOSCARDI, 1672; SEPIBUS, 1678.

⁸⁶ No original: “*Musaeum* was a classificatory structure for a wide variety of texts, whose sorting and organizing processes fulfilled the taxonomic principle of collection. Numerous book – ranging from collections of poetry such as Lorenzo Legati’s *Musei Poetiarum* (1668) to Mabillion and Germain’s famous guidebook, the *Museum Italicum* (1687–89) – utilized the image of museum to denote the process of compiling and collating”.

a construção “de um gabinete de história natural, um observatório astronômico” e a compra de “uma coleção de instrumentos científicos” (FURTADO, 2013, p. 96). A autora aponta o grande envolvimento do corpo diplomático português em outros países europeus, a fim de selecionar e comprar tudo o que fosse de interesse do soberano, principalmente nas livrarias e casas tipográficas (*Ibid.*, 2013, *passim*). Outro grande aporte ao estímulo do colecionismo foi a compra de obras dos Grandes Mestres, assim como o comissionamento direto de obras de arte, para recheiar as galerias dos “reais palácios”.⁸⁷

Exemplo privado do mesmo tipo de colecionismo foi o 4.º Conde da Ericeira, Dom Francisco Xavier de Meneses, que “possuía em sua casa um gabinete de física, pois o experimentalismo era a base dessa nova ciência, um museu de História Natural e uma vasta biblioteca com cerca de 15.000 volumes, que rivalizava com a de dom João V”. Os “encontros ocorridos em sua biblioteca, chamados Conferências Discretas ou Eruditas”, reuniam a nata da inteligência luso-brasileira residente em Lisboa, entre eles o próprio Bluteau (FURTADO, 2012).

Se, no começo do século XVIII, Bluteau conferiu o sentido humanista ao termo *museu*, no fim desta centúria, quando o lexicólogo brasileiro Antônio de Moraes Silva utilizou o seu dicionário como base para o seu próprio, as Luzes trouxeram um novo significado ao vocábulo: *museu* continua a ser o “templo das Musas” e se torna, também, a “casa onde estão guardados os preciosos produtos da Natureza, e da arte, livros, medalhas” (SILVA, 1789, v. 2, p. 106). Ou seja, não se fala mais em curiosidades, mas em produtos naturais e artificiais, cada um conforme a divisão dos campos do conhecimento. A referência ao mundo clássico se mantém, mas a sua descrição é curta; tampouco há exemplos de museus para o leitor ilustrar o conceito. Assim, percebe-se a mudança de valores e de significados sobre a missão dos museus, conforme os pressupostos da ilustração.

Na *Encyclopédie*, o termo *museu* aparece carregado de significados com base na Antiguidade, remetendo ao edifício, no Egito Antigo, em que preciosos objetos das artes eram expostos a mando dos Ptolomeus. O verbete afirma que a visão setecentista trouxe

⁸⁷ “E com ser tão generoso o Real espírito de Sua Majestade, ainda é incrível o grande, e precioso tesouro, que ajuntou mais o seu bom gosto, que o desejo de conservar preciosidades. Além do muito ouro são imensos os diamantes, e pedras preciosíssimas da maior grandeza, e dos mais subidos quilates; e as finas tapeçarias, e excelentes debuxos, com que aumentou o grande número das antigas de Rafael, Ticiano, Rubens, e outros insignes inventores, e debuxadores, e com que se adornam as paredes dos seus Reais Palácios. São sumamente preciosas as peças de porcelanas esquisitas da China, baixelas de prata, fabricadas pelos mais peritos artífices, que conservava; e assim também as pinturas dos mais famosos Mestres, que celebra o Mundo, e mandava ainda vir de Roma, onde florescem os melhores pincéis: as medalhas, bustos, e outras raridades Romanas, e modernas, como a Fonte da praça Navona em prata. É prodigioso o número de singularíssimas estampas, que sendo admiráveis pela excelência ideia, o não menos pela perfeição, e delicadeza dos melhores buris, com se executarão. Assim também ajuntou as plantas de tudo que há célebre no Mundo, e modelos de todas as Igrejas, e mais famosos Palácios de Roma” (SYLVA, 1750, p. 266-267).

“um significado mais amplo”, e *museu* passou a ser aplicado “a qualquer lugar onde se guardam coisas que tenham uma relação imediata com as artes e as musas” (DIDEROT; D’ALAMBERT, 1765, t. X, p. 893, tradução nossa).⁸⁸ Ele também reforça o sentido conferido, desde o século XVII, enquanto *locus* de convívio entre os *savants* da República das Letras, destinado à produção de conhecimento, ou seja, um ponto de encontro para o debate de ideias, como se observou na biblioteca de Ericeira. Em seguida, o verbete se conecta a outro, e o leitor é informado: “veja *Gabinete*”. Isso evidencia que a existência de um modelo colecionista não necessariamente significa o fim do outro; são duas categorias que continuam a existir concomitantemente, mas que demandam diferentes formas de percepção e de tratamento na organização da cultura material que guardam.

Vale ressaltar que, no caso de *gabinete*, seu significado continua sendo plural. No verbete da *Encyclopédie*, é visível a extensa descrição de outros locais de guarda privados nas residências, como cômodos ou antessalas destinados ao mundo particular do morador, oratórios (no caso feminino), escritórios ou, ainda, o mobiliário destinado às coisas raras. Mas é interessante perceber que o termo *cabinet d’Histoire Naturelle* (gabinete de História Natural) também é incluído no verbete. Ou seja, espaços dedicados ao colecionismo da Filosofia Natural têm sua denominação associada a esse campo do saber.

Curiosamente, as menções sobre os espaços do colecionismo portugueses na primeira metade do século XVIII,⁸⁹ principalmente pertencentes ao monarca, tendem a ser referenciados como “gabinetes”. A generalização do uso do termo *museu* ocorreu após o envolvimento de Domingos Vandelli, professor italiano contratado para ministrar aulas de História Natural na Universidade de Coimbra, que contribuiu para a construção de ambientes destinados à coleta sistematizada tanto na universidade quanto no Palácio da Ajuda. Em um trecho da sua obra *Memória da Utilidade dos Muséos de História Natural*, escrita entre os anos de 1785 e 1788,

⁸⁸ No original: “Le mot de musée a reçu depuis un sens plus étendu, & on l’applique aujourd’hui à tout endroit où sont renfermées des choses qui ont un rapport immédiat aux arts & aux muses. Voyez Cabinet”.

⁸⁹ Vide os exemplos: “Assim tem uma numerosa, e admirável Livraria, em que se vem as edições mais raras, grande número de manuscritos, Instrumentos Matemáticos, admiráveis Relógios, e outras muitas cousas raras, que ocupam muitas Casas, e Gabinetes” (SOUZA, 1741, t. 8, p. 273); “O amor das Ciências lhe fez vencer todo este estudo, vendo o quanto importa a um Rei, que há de praticar com todos os da Europa, e ainda com outros das mais partes do Mundo, estar versado nos principais idiomas; porque não poucas vezes há negócios de tão importante segredo, que é convenientíssimo não saírem do mais recôndito dos Gabinetes” (SYLVA, 1750, p. 26); o pesquisador Luís Tirapicos menciona a correspondência entre João Baptista Carbone e Francesco Bianchini: “Antes de terminar esta peço a V.S. Ill.ma que me dê notícia se existem, e de que tipo de curiosidade, especialmente a matemática, se encontram ornados os gabinetes, ou bibliotecas, dos Príncipes da nossa Itália; pois que se está agora com a ideia de formar um no Palácio de Campo de S. M.^a”, a demonstrar o interesse de D. João V na criação de gabinetes e bibliotecas com o objetivo de haver mais espaços de produção de conhecimento no Reino (11/6/1726) (CARBONE *apud* TIRAPICOS, 2017, p. 217); “Cette Coquille orne actuellement le Cabinet du Roi de Portugal. J’ai eu de celui qui em fut l’acquireur une bonne part de ce que j’ai rapporté dans ce dernier Voyage” ([CATALOGUE...], 1736, p. 18-19).

Domingos Vandelli expõe o seu entendimento sobre o conceito de *museu*, que, de acordo com ele, tinha origem na palavra grega *mouseion*, que

significava um lugar no Palácio de Alexandria, assim chamado por ser destinado p.^a as Musas; a qual fundação servido pertencer a Ptolomeu Philadelpho, o qual até pôs a sua Biblioteca este nome *Mouseion* passou em uma denominação geral, e agora se aplica ao lugar donde se conservam cousas, que tenham alguma imediata relação às Artes, ou as Ciências (VANDELLI *apud* BRIGOLA, 2003, p. 580).

Para apoiar o seu entendimento sobre o “templo das Musas”, Vandelli também recorreu à tradição clássica, que, em grande parte, era usada em verbetes de dicionários, como o de Raphael Bluteau, e que até os dias atuais é evocada nos estudos sobre as origens dos museus (SCHEINER, 2008). O importante é termos em vista que Vandelli define *museu* como o lugar em que se “conservam cousas” que tenham relação com os mundos das Artes e das Ciências, quase parafraseando o verbete francês (DIDEROT; D’ALAMBERT, 1765, t. X, p. 893).⁹⁰ Logo, é possível inferir que, na medida em que as “memórias” desse paduano moldaram a mentalidade ilustrada luso-brasileira, o termo *museu* ganhou maior adesão também ao se referir às coleções e aos gabinetes privados portugueses, universalizando o entendimento sobre esses espaços colecionistas. Dessa maneira, os conceitos de *gabinete* e *museu* se interpenetraram.

Ao tomar a documentação da segunda metade do século XVIII como vetor para a compreensão da mentalidade museológica portuguesa, os conceitos de *gabinete* e de *museu* têm seus fundamentos no pensamento iluminista francês. O primeiro passa a se referir a um espaço mais contido, reservado ao estudo e à exposição de coleções, mas que não excede em tamanho, podendo estar abrigado em um palácio ou em uma universidade, por exemplo. Além disso, dependendo da forma como o termo é usado no documento, pode-se inferir que se trata do repositório mobiliário no qual se encontra uma coleção organizada. O segundo termo é entendido como o resultado do agrupamento de gabinetes e outros aparatos destinados “ao culto das artes e das ciências” (*Ibid.*, p. 894), como os laboratórios, as bibliotecas e os jardins botânicos, abrigados em complexos arquitetônicos amplos, conforme as necessidades das práticas de observação e de experimentação exigiam.

Nos novos *Estatutos da Universidade de Coimbra*, reformados em 1772, é possível visualizar essa distinção. Na época em que foram escritos, a universidade passava pela reorganização de seus aparatos de instrução e pela criação de outros, conforme as novas orientações advindas do método pombalino de ensino, recentemente instituído. Nesse

⁹⁰ No original: “Le mot de musée a reçu depuis un sens plus étendu, & on l'applique aujourd'hui à tout endroit où sont renfermées des choses qui ont un rapport immédiat aux arts & aux muses. Voyez Cabinet”.

movimento, almejava-se que a Universidade possuísse um espaço específico dedicado ao colecionismo da História Natural. Assim, “para recolher os produtos naturais, que por qualquer via adquirir a Universidade, haverá uma Sala com a capacidade, que requer um Museu, ou Gabinete, digno da mesma Universidade” (ESTATUTOS, 1773, t. III, p. 265). Observa-se que os dois termos não são sinônimos, mas equivalentes, pois ambos configuram um ambiente para a prática da coleta, da observação e da classificação dos objetos colecionados; mas, ao mesmo tempo, são dois modelos distintos de organização museológica. O *museu* é o espaço físico para a reunião das coleções e dos gabinetes, sejam eles de História Natural, de Física ou de Química, por exemplo, enquanto *gabinete* é o pequeno cômodo ou o mobiliário para a disposição dos itens das coleções. Já no âmbito privado, trata-se do lugar em que ocorre a junção do mundo laboral do proprietário com o destinado ao cultivo das Letras e Ciências.

No mesmo texto é apontado que “muitas pessoas particulares por gosto, e curiosidade têm ajuntado muitas Coleções deste gênero [História Natural], que fechadas nos seus Gabinetes privados não produzem utilidade alguma na Instrução pública” (ESTATUTOS, 1773, p. 265). Tal afirmação revela quatro pontos importantes para o entendimento da nova mentalidade colecionista portuguesa. O primeiro é o fato de que o colecionismo privado já era experimentado por uma parcela da população lusitana, em geral, homens e mulheres das Letras, e que havia um certo predomínio de coleções de História Natural; segundo, os museus, agora, deviam servir à instrução e, como resultado dessa percepção, em terceiro, os museus deveriam ser acessíveis ao público, mesmo que não contemplassem toda a sociedade. Em quarto, observa-se a intenção de criar mecanismos de transmissão do conhecimento com teor “público”, uma vez que as coleções que estavam destinadas aos olhos de uns poucos não produziam frutos que pudessem alimentar o gênio da razão. Assim, já se começa a reproduzir a noção do museu como um espaço aberto à sociedade, ainda que não totalmente igualitário.

Outro ponto importante a ser levantado com base nas questões conceituais discutidas é a importância de se evitar a naturalização do termo *gabinete* como um modelo colecionista restrito à esfera privada, pois isso leva ao reforço da contraposição “gabinete = privado X museu = público”.⁹¹ As esferas pública e privada podiam coexistir e se interpenetrar nas duas instituições. A partir dessa perspectiva, evita-se criar barreiras tão rígidas de análise, revelando a importância dessa discussão ao estudar coleções e espaços colecionistas.

⁹¹ João Brigola reforça essa diferenciação; em sua concepção, o colecionismo privado recai sobre os gabinetes, salvo algumas exceções em que se usa o termo *museu*.

Ao analisar a documentação do período, observa-se que as distinções entre *museu* e *gabinete* estavam mais consolidadas no campo formal do conhecimento – fato que não impediu que seu emprego sofresse corruptelas na esfera cotidiana, nem mesmo que suas distinções fossem questionadas. O naturalista luso-brasileiro Balthazar da Silva Lisboa, por exemplo, em sua obra *Discurso historico, politico, e economico dos progressos, e estado actual da filozofia natural portugueza, acompanhado de algumas reflexoens sobre o estado do Brazil* (1786), numa análise sobre os espaços de colecionismo portugueses, diz que “havia alguns particulares, que para mostrarem o seu gosto, e inclinação aos estudos da História Natural, tinham pela continuação de alguns anos ajuntado muitas produções da Natureza para enriquecerem os seus Museus”. Em seguida, menciona: “não falo naqueles que existiram no Reinado do Senhor D. João V como eram o do conde de Ericeira, Vice-rei da Índia; o do conde do Assumar e o da Duquesa de Cadaval da casa de Lorena” (LISBOA, 1786, p. 15-16). Porém, se analisarmos o ponto de partida de sua análise, a obra *Le conchyliologie, or Histoire naturelle des coquilles de mer, d'eau douce...*, do naturalista, colecionador e *connoisseur* Antoine-Joseph Dézallier d’Argenville (1723-1796), publicada em 1780, observamos que o autor nomeia os mesmos espaços de *cabinet d’Histoire Naturelle*, referindo-se aos lugares de cunho reduzido, destinados a abrigar coleções, em consonância com as divisões dos três reinos da Natureza.⁹²

Mas, ao mesmo tempo, Lisboa demonstra, em seu escrito, conhecer a distinção entre os dois termos, como ocorre ao mencionar uma “infinitude de outros preciosos” mármore, que foram “coligidos por Julio Mattiazzi para o Museu de Sua Alteza Real. Não digo das curiosas, e particulares cristalizações para ornarem os gabinetes da História Natural” (LISBOA, 1786, p. 28-29). Nesse trecho, resta evidente a diferenciação entre os dois conceitos, que, ao longo da obra, ora podem ser usados como equivalentes, ora podem intuir outros significados. Tanto Lisboa quanto Argenville criaram imbróglis conceituais ao transferirem os entendimentos sobre *museu* da época em que viviam para os modelos colecionistas do início do século XVIII; porém, para o período, tais distinções não eram certas ou erradas, pois representavam o estágio ou a naturalização dos conceitos vigentes.

É bem possível que, na medida em que as duas estruturas museológicas mais importantes de Portugal – a primeira, o Real Museu da Ajuda (1768) e, a segunda, o Gabinete de História Natural de Coimbra (1772) – foram se consolidando na mentalidade letrada, o termo

⁹² Chega a citar o próprio *cabinet* de D. João V: “*Sa Majesté Très-fidelle possédoit dans son palais à Lisbonne, um cabinet d’histoire naturelle qui s’étendoit sur toutes les parties des trois regnes; il s’augmentoit chaque jour avant le bouleversement total arrivé à cette ville le premier de Novembre de 1755*” (DÉZALLIER D’ARGENVILLE, 1780, p. 319).

museu passou a abarcar uma ideia mais generalizante. No *Almanack* de 1800, por exemplo, na seção *Varias noticias curiosas, e interessantes*, há uma parte dedicada a mostrar os Gabinetes de História Natural e Jardins Botânicos presentes no Reino. Entre eles, destaca-se o “Gabinete, e Museu de S. A. R.”, ao qual “se tem ajuntado o de Luiz de Albuquerque Pereira Carceres, e o de Antonio Jacinto de Araujo”. No texto, é perceptível o emprego dos dois termos – *gabinetes* e *museu* – para se referir ao complexo museal do Palácio da Ajuda, que incluía um gabinete de História Natural, um jardim botânico, uma biblioteca, um laboratório, uma casa do desenho e os armazéns.⁹³

De acordo com o documento, *museu* era também empregado para falar das coleções privadas e públicas, como as da “Universidade de Coimbra, do Marquês de Angeja, do Conde do Vimieiro, de Luiz de Vasconcelos, de Luiz Maximo Alfredo Pinto de Sousa, do P. João Faustino, de Jorge Rei, de Miguel Angelo Lupi, o Museu Mayhense, da Academia Real das Ciências e o de Adolfo Frederico Lindenberg” (ALMANACK, 1799, p. 509-512). Uma possibilidade para compreender a forma como esses termos foram empregados é o fato de que *museu* foi apropriado pelo mundo lusitano como menção ao lugar destinado para a reunião, a observação e a experimentação que envolvessem produtos da História Natural, uma vez que muitos dos sujeitos mencionados se dedicavam à Filosofia Natural. O autor ainda menciona os gabinetes de Física, de medalhas e de antiguidades, criando uma divisão categórica, ainda que repetindo alguns dos citados anteriormente, como o Museu Maynense, “em que há mais de 540 pinturas, compreendidas muitas de todos os melhores autores”, e o do Marquez de Angeja. Criava-se uma diferenciação tipológica no universo colecionador português, em que dentro de um “museu” poderia haver variados tipos de “gabinetes”, cada qual contendo suas respectivas “coleções”. Em contrapartida, um “gabinete” podia também ser um espaço destinado para a exposição de “coleções”.

Ao analisar a documentação existente no Arquivo Histórico Ultramarino, repositório de grande importância para entender as redes de sociabilidade envolvidas na coleta e no colecionismo de produtos de História Natural a serem enviados aos jardins botânicos e às instituições museológicas portuguesas, observamos que os termos *Gabinete Real*,⁹⁴ *Real*

⁹³ Considera-se, aqui, a descrição feita por Alexandre Rodrigues Ferreira ao inventariar o complexo da Ajuda (FERREIRA, 1794).

⁹⁴ AHU_ACL_CU_017, Cx. 150, D. 11505.

Gabinete,⁹⁵ *Gabinete de História Natural*,⁹⁶ *Real Gabinete de História Natural*,⁹⁷ *Gabinete de Sua Magestade*,⁹⁸ *Real Museu*,⁹⁹ *Museu Régio*,¹⁰⁰ *Museu de Sua Alteza Real*,¹⁰¹ *Museu*¹⁰² e *Real Museu de Sua Magestade*¹⁰³ foram usados, indistintamente, para mencionar os mesmos espaços, o Real Museu de História Natural e o Jardim Botânico da Ajuda. Todos os vocábulos foram empregados no mesmo período, entre as décadas de 1780 e 1790, época de grande estímulo às viagens filosóficas, enviadas para as possessões ultramarinas com o objetivo de coletar e de remeter, para o complexo da Ajuda, exemplares dos três reinos da natureza, “recheando” seus gabinetes de História Natural (CERÍACO, 2021, p. 46). A indistinção entre *gabinete* e *museu*, nesse caso, é provável reflexo do momento no qual a instituição se afirmava como importante *locus* da pesquisa portuguesa, ainda criando suas estruturas de apoio para a arte da experimentação.¹⁰⁴ Ainda, ligava-se ao fato de que a criação e estruturação do jardim botânico era o cerne das preocupações, de forma a construir um local para a propagação dos espécimes de além-mar, a fim de aclimatá-las e para que fosse possível seu beneficiamento e comércio (BRIGOLA, 2008, p. 42). João Brigola aponta que

[...] a diferença lexical (entre os termos) mais não faz aqui do que traduzir a realidade que é, tanto quanto pudemos apurar, de contrastante evolução semântica nas duas categorias museais. Isto é, num primeiro momento a documentação revela-nos um uso indiferenciado dos termos, tal como é sistematicamente praticado nos textos que se referem aos estabelecimentos régios da Ajuda. Noutros casos, pode até dar-se que ‘Museu’ corresponda ao conteúdo (como que identificado com ‘Coleção’) e ‘Gabinete’ se refira ao continente, ao edifício que o alberga, como comumente aparece nos textos pombalinos relativos aos estabelecimentos universitários. Já para os finais do século, parece instalar-se a consciência de que a designação de ‘Museu’ se deve reservar para iniciativas que envolvam uma dimensão – e uma ambição – que superem a realidade mais chã do vulgar colecionismo privado de amadores e eruditos. A ‘Museu’ passa-se a associar um espaço de exibição fisicamente mais vasto, dotado de um quadro de profissionais, e assumindo obrigações permanentes para com o público (BRIGOLA, 2003, p. 401).

⁹⁵ AHU_ACL_CU_013, Cx. 96, D. 7665; AHU_ACL_CU_013, Cx. 97, D. 7685; AHU_ACL_CU_013, Cx. 97, D. 7693; AHU_ACL_CU_013, Cx. 97, D. 7726; AHU_ACL_CU_013, Cx. 98, D. 7785; AHU_ACL_CU_013, Cx. 99, D. 7906; AHU_ACL_CU_013, Cx. 101, D. 8006; AHU_ACL_CU_017, Cx. 150, D. 11503.

⁹⁶ AHU_ACL_CU_017, Cx. 135, D. 10714; AHU_ACL_CU_017, Cx. 140, D. 11011; AHU_ACL_CU_013, Cx. 90, D. 7325.

⁹⁷ AHU_ACL_CU_017, Cx. 142, D. 11126.

⁹⁸ AHU_ACL_CU_013, Cx. 90, D. 7363.

⁹⁹ AHU_ACL_CU_017, Cx. 175, D. 12888.; AHU_ACL_CU_035, Cx. 12, D. 1043.; AHU_ACL_CU_003, Cx. 27, D. 2205. AHU.; AHU_ACL_CU_Cx. 18, D. 1017.

¹⁰⁰ AHU_ACL_CU_017, Cx. 138, D. 10291.

¹⁰¹ AHU_ACL_CU_015, Cx. 217, D. 14730.

¹⁰² AHU_ACL_CU_020, Cx. 4, D. 229. AHU.

¹⁰³ AHU_ACL_CU_010_Cx 37, D. 1870.; AHU_ACL_CU_017, Cx. 129, D. 10246.

¹⁰⁴ O complexo da Ajuda era composto por gabinete de História Natural, laboratório, casa do risco, cartório, livraria e armazém.

Brigola ressalta que a documentação refletia as confusões de significados de dois conceitos distintos, mas ainda em construção. Porém, quando se aprofunda o olhar, respeitando os conceitos de cada época, nota-se que não é possível generalizar. No começo do século XVIII, quando a prática de colecionismo lusitano está voltada para os gabinetes, o uso do termo *museu* para designá-los é quase inexistente. No momento de renovação do pensamento iluminista português, com a modernização dos aparatos científicos do Reino e a criação de outros, como o Real Museu, torna-se palpável a ideia de um lugar específico destinado à arte da experimentação e da observação. Assim, o termo *museu* difunde-se, na mente dos letrados, de forma complexa e, por vezes, indistinta do termo *gabinete*, empregado até então. Portanto, as diferenças conceituais podiam existir em termos teóricos, ao mesmo tempo que, na prática, não se observa um rigor entre elas.

Tais (in)distinções revelam que modelos colecionistas tinham demandas e requisitavam esforços diferentes, principalmente no que dizia respeito à manutenção tanto das coleções quanto do quadro de agentes a serviço. Observa-se, também, que se estabelecia uma relação entre o conceito e a espacialidade onde estavam localizadas as coleções. Destrinchar esses universos colecionistas é uma forma de enriquecer a discussão, evitando reducionismos e referir-se apenas a um único processo.

No contexto lusitano da segunda metade do século XVIII, de maneira geral, os dois termos aparecem, em grande medida, associados ao mundo da História Natural, o que não exclui o seu uso para se referirem a coleções de outras áreas do conhecimento. Comumente, na documentação, *gabinete* e *museu* são utilizados referindo-se ao ato colecionista no ultramar, que, em sua maioria, envolve a máquina do Estado português, o que permitiu a preservação desses itens. Há que se ressaltar, no entanto, que muitas das coleções régias e aristocráticas da primeira metade dos setecentos, além dos documentos sobre elas, foram perdidas em decorrência do Terremoto de 1755, em Lisboa, o que limita a discussão sobre os dois conceitos.

Pouco mencionadas – e que demandam atenção – são as galerias. Durante o século XVIII, a reflexão sobre como expor e como organizar as coleções de pinturas, para além de seu ideal estético, começou a se desenvolver, principalmente como desdobramento da ação da Galeria Real de Pinturas, de Dresden (GAEHTGENS; MARCHESANO, 2011). Nas descrições arquitetônicas da época, *galeria* é definida como um amplo espaço, cuja altura permite expor grandes obras de arte, bem como refere-se a rotas de acesso para importantes cômodos

palacianos.¹⁰⁵ A sua existência em ambientes nobres refletia e publicizava o poderio intelectual e aquisitivo de seus proprietários. Por exemplo, as riquezas oriundas da exploração colonial, principalmente das regiões auríferas e diamantina, nas Minas Gerais, permitiram que D. João V recheasse os cômodos de seus palácios com inúmeras coleções, inclusive de pinturas e tapeçarias, várias delas compradas por seus embaixadores, como foi o caso de Dom Luís da Cunha, nos Países Baixos (FURTADO, 2012, p. 211-235).

Não cabe a este estudo aprofundar a composição desses ambientes nem apresentar as galerias do período joanino,¹⁰⁶ mas somente apontar que uma coleção de pinturas recebia tratamento diferenciado, demandando esforço conceitual próprio. Ao observar a documentação da época, é possível notar tal distinção, como “nos Paços do Excelentíssimo e Reverendíssimo Bispo de Beja”, onde havia “letreiros, monumentos, Ídolos, arquiteturas, alvenarias, urnas, medalhas, e muitas outras peças Romanas de seu Gabinete e Galeria” ([COLLEÇAM...], 1785 *apud* BRIGOLA, 2003, p. 474). Note-se, aqui, a necessidade de usar os dois termos, *gabinete* e *galeria*, para se referir a espaços diferentes: o primeiro para a guarda de acervos arqueológicos e, o segundo, para os artísticos. O viajante José Cornide y Saavedra, ao visitar o espaço colecionista do Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boasse, ressalta que ele “agrega uma galeria de medalhas e pinturas razoáveis e um gabinete de História Natural, distribuído sistematicamente, e de várias outras curiosidades” ([ESTADO...], 1893, 2. v., p. 82-83 *apud* BRIGOLA, 2003, p. 457, tradução nossa).¹⁰⁷ Ele revela que havia espaços conceitualmente distintos: a *galeria* de arte e de medalhas e o *gabinete* de História Natural, revelando a especialização que ocorria entre os campos do conhecimento.

No caso das galerias, o século XVIII é um importante momento para a construção do conceito, associando-o à prática colecionista. É no mesmo período que a preocupação com o passado das obras de arte ganha a atenção dos teóricos, resultando no surgimento do campo da História da Arte (HASKELL, 1963; 1997). Esta, ao definir os seus contornos, projetou novos valores às coleções artísticas, exigindo novos tratamentos expográficos. Isso decorreu da exploração de seu passado para além do sentido estético, associando-as às figuras de seus criadores e circunscrevendo-as em diferentes escolas, o que redefiniu a compreensão da Arte

¹⁰⁵ De acordo com Raphael Bluteau (1712-1728, v. 2, p. 14), *galeria* “é a parte da casa mais espaçosa, e folgada, em que se anda, e se passeia. É, pois, Galeria um lanço de edifício, ao comprido, coberto, e de ordinário sustido sobre colunas, ou pilares”. Assim como na definição de *gabinete*, Bluteau não associa o espaço ao ato colecionista; mas, pela documentação de época, é possível perceber o uso do termo para referir-se ao agrupamento de pinturas.

¹⁰⁶ A composição de várias galerias privadas e régias pode ser visualizada por meio do estudo de Daniela Viggiani (2017), que se debruçou sobre a obra setecentista de Orlandi e Guarienti (1753).

¹⁰⁷ No original: “*agrega una galería de medallas y medianas pinturas y un gabinete de Historia Natural, distribuído sistemáticamente, y de varias otras curiosidades*”.

Ocidental. De acordo com Thomas Gaehtgens e Louis Marchesano, ao abordar a reformulação da Galeria de Dresden:

Os princípios que resultaram das necessidades profissionais dos artistas materializaram-se nas galerias por volta de meados do século XVIII. Eles foram expandidos por meio de uma abordagem da arte que buscou entender as obras dentro de seus contextos históricos e culturais. Johann Joachim Winckelmann já havia proposto essa análise sistemática das obras de arte como objetos científicos em seus escritos publicados nesse período. Seu método de observação foi paralelo ao da análise científica do período, conforme publicado, por exemplo, por George-Louis Buffon em sua *Histoire Naturelle, Générale et Particulière* (GAEHTGENS; MARCHESANO, 2011, p. 48, tradução nossa).¹⁰⁸

Observa-se que, ao mesmo tempo que o campo da História Natural sofria os impactos da racionalização iluminista, o mesmo ocorreu em outras áreas do conhecimento, como a História da Arte. Como apontado por Gaehtgens e Marchesano, nos setecentos, as divisões entre os campos do conhecimento não eram rígidas, e o método científico também foi aplicado para estruturar as teorias empregadas para analisar as obras de arte, como precocemente observou Winckelmann (GALÉ, 2016).

Após a Revolução Francesa e as transformações que impactaram o pensamento museológico, na transição do século XVIII para o XIX, o termo *museu* se generalizou entre o público letrado. Mesmo assim, categorias como *gabinete* ou *galeria* continuaram a ser empregadas pelo público luso-brasileiro. Mas, ao longo do século XIX, também começaram a cair em desuso, e *museu* tornou-se um termo genérico, empregado para se referir ao espaço destinado à guarda tanto de coleções de História Natural quanto as de Arte e as de outras áreas afins.

Com base nessa reflexão, este estudo busca respeitar as terminologias de época empregadas para designar os espaços de guarda de coleções e, assim, contextualizá-los de acordo com o pensamento em vigor. Quando necessário, ao conflitarem com os documentos analisados, elas serão questionadas.

¹⁰⁸ No original: “The principles that resulted from the professional needs of artists materialized in galleries around the middle of the eighteenth century. They were expanded through an approach to art that sought to understand the works within their historical and cultural contexts. Johann Joachim Winckelmann had already proposed this systematic analysis of artwork as scientific objects in his writing published during this period. His method of observation paralleled that of scientific analysis of the period, as published, for example, by George-Louis Buffon in his *Histoire naturelle, générale et particulière*”.

4.2 Domingos Vandelli e a “ciência dos museus”¹⁰⁹

As reflexões de Domingos Vandelli (BRIGOLA *et al.*, 2008) contribuíram para a reformulação da prática museológica em Portugal, principalmente por este encabeçar o circuito de trocas de coleções e de descobertas que conectavam diversos países, conforme eram os propósitos da República das Letras. De origem paduana e correspondente de Lineu, Vandelli foi responsável por reorganizar o panorama museológico lusitano após o Terremoto de 1755, que arruinou grandes coleções e gabinetes, incluindo o de D. João V. Coube a Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal (1699-1782), sob o manto do Iluminismo, determinar a construção ou a renovação dos espaços do conhecimento, equipando-os. Vandelli foi um dos vários indivíduos contratados a mando da Coroa para essa renovação, bem ao gosto das Luzes.

O naturalista paduano teve papel fundamental na modernização do pensamento museológico português, especialmente no que se refere à História Natural. Isso porque, segundo a fisiocracia, corrente ao qual era filiado, os produtos da natureza deviam ser inventariados e investigados de forma a serem beneficiados economicamente pela manufatura nascente.¹¹⁰ A sua relação com os museus e jardins botânicos tornou-se direta, e Vandelli escreveu várias memórias sobre os produtos naturais que chegavam para enriquecer as instituições colecionistas criadas. Reunir, investigar, classificar e expor os produtos naturais contribuiria para o avanço da economia portuguesa num momento em que as novas concepções da ciência iluminista irradiavam nas mentes dos letrados, interconectando “investigação, a experiência, utilidade, indústria e razão de Estado” (FURTADO, 2019, p. 148). Nessa medida, os escritos de Vandelli também refletiram sobre o universo colecionista lusitano. Numa carta direcionada a Carlos Lineu, ele informa que

[...] a Rainha [Mariana, casada com D. José I] aprecia a história natural. Grande administrador deste reino, o nosso colega, de Oeiras [referindo-se a Pombal], reconhece a sua utilidade e a tua grandeza. Mas o vulgo daqui considera a história natural mera curiosidade, e quase todos julgam o estudo adequado apenas para que as horas sejam gastas e que haja algum deleite para a alma; não crêem que a utilidade percebida por esse estudo possa ser grande a ponto de ele ser cultivado por muitos (BRIGOLA *et al.*, 2008, p. 70).

¹⁰⁹ Expressão que o próprio Vandelli utilizava em seus escritos para referenciar o trabalho de homens dedicados em sistematizar o conceito e funcionabilidade dos museus, principalmente, pelo viés iluminista (BRIGOLA; TRINCÃO, 2023).

¹¹⁰ Movimento liderado no século XVIII por François Quesnay e outros teóricos franceses, que almejavam fazer da agricultura um motor de pulsão da economia, desvinculando-a das práticas mercantilistas. Vandelli era sócio da Academia dos Fisiocráticos de Siena, fato que explica seu empenho em estimular o uso da natureza em benefício do comércio. Cf. VARGAS, 2019, p. 121-136.

A carta é datada de 1765, três anos antes da criação do complexo da Ajuda, e reflete o contexto dos primeiros anos de Vandelli no território português – um reino que ainda se curava das feridas de 1755, tanto no âmbito social quanto no cultural. Na visão do naturalista, haveria certo desinteresse da sociedade portuguesa ao uso do colecionismo de objetos do mundo natural para fins mercantis. A seu ver, era uma prática apenas para o deleite dos seus adeptos, preocupados em sanar o ócio por meio da busca de “curiosidades”. No entanto, via as figuras do Conde de Oeiras, o futuro Marquês de Pombal, e da Rainha Mariana Vitória de Bourbon (1718-1781) como peças centrais para o desenvolvimento da economia por meio da pesquisa sobre a natureza local e das possessões ultramarinas, sobretudo num momento em que a capital do império demandava altas somas financeiras para a sua reconstrução, segundo o bom gosto das nações civilizadas.

Não se pode deixar de ressaltar que se trata, também, do olhar de um observador estrangeiro, eivado de críticas a um mundo cujos meandros e formas de sociabilidade cultural conhecia pouco. Por essa época, por exemplo, já estava em funcionamento, no Palácio da Ajuda, o Gabinete de Física Experimental, o que revela o interesse intelectual de D. José I pelas novas ciências experimentais. “Este havia sido constituído nos anos 60 e tinha como objetivo complementar a educação dos netos de Dom José I, José e João, filhos da futura Dona Maria I, sendo que, a partir de 1768, o mesmo passou a ser aberto ao público” (FURTADO, 2019, p. 149).

Na mesma missiva, Domingos Vandelli menciona “uma bela coleção de conchas da América e da África” (BRIGOLA *et al.*, 2008, p. 70) que pertencia ao capitão José Rollen Van Deck (BRIGOLA, 2003, p. 169-180), e que futuramente viria a compor o acervo do Gabinete de História Natural de Coimbra. Assim, o naturalista espreitava os possíveis sujeitos a terem as suas coleções compradas pelo rei, para compor os núcleos iniciais dos novos gabinetes e museus sob a égide da Coroa. Cabe destacar, como feito por Lineu, a posição geográfica do reino português, um ponto estratégico na chegada de produtos naturais e artificiais das Índias – referindo-se às colônias portuguesas de além-mar. Em virtude dessa vantagem, formar coleções dos quatros cantos do mundo não seria um fardo tão pesado, e Lineu, que não conhecia a produção ibérica sobre o tema, lamentava-se do atraso dos portugueses e espanhóis na escrita da História Natural, uma vez que se eles “conhecerem os bens da sua natureza, quão infelizes serão os outros, que não possuem terras exóticas!” (BRIGOLA *et al.*, *op. cit.*, p. 58).

No entendimento de Vandelli, estudar as potencialidades da natureza de que o império dispunha era um dos caminhos para que Portugal alcançasse a glória diante das outras nações. Em defesa de seu projeto investigativo desses recursos naturais, ele escreveu a *Memória sobre a utilidade dos Muzeos d’Historia Natural* (1785). Esse escrito completava outro anterior,

sobre as vantagens de se cultivar jardins botânicos nas possessões ultramarinas, principalmente para a aclimação de espécimes naturais (VANDELLI, 1788). Àquela altura, os jardins botânicos eram aparatos investigativos de extrema importância, uma vez que possuíam o sopro de vida que o museu não detinha. Por isso, naquele período, a mentalidade naturalista reforçava a necessidade da existência desses dois espaços concomitantes, um dando suporte ao outro para a compreensão das maravilhas naturais, tanto no seu aspecto natural quanto no artificial.

A importância dessa *Memória* advém das informações e dos entendimentos que o naturalista expõe sobre a aplicabilidade dos museus – em especial, os de História Natural – para a máquina imperial. Indignava-se ele de ter chegado a uma terra cujos habitantes desdenhavam da importância dos museus para o avanço do conhecimento sobre “a Anatomia, Medicina, Economia, e muitas Artes [...] desta vasta Ciência, que se divide em Zoologia, Botânica e Mineralogia” (VANDELLI *apud* BRIGOLA, 2003, p. 101). Assim, ao mesmo tempo que profere ao meio letrado as benesses desses espaços ao culto das Luzes, Vandelli apresenta informações sobre os parâmetros museológicos em que estava apoiado. Mas há que se tomar cuidado com o exagero de suas palavras, visto que não só havia vários espaços destinados à guarda de objetos museológicos como vários deles haviam sido recentemente destruídos pelo terremoto de Lisboa. Também não se deve deixar de levar em consideração que, também no resto da Europa, espaços museológicos eram reorganizados à luz do iluminismo racional.

O naturalista paduano, em certo ponto da obra, questiona o leitor sobre qual “utilidade o Estado pode, e o Príncipe, tirar de homens que nunca examinaram as produções da natureza, e que somente instruídos em Ciências especulativas ou de Legislação, se ocupam em presidir as Minas, Casas de Moedas, Agricultura, e as Manufaturas” (*Ibid.*, p. 102-103) – novamente, um exagero retórico, visto que escrevia em 1785 e, desde 1772, a Universidade de Coimbra, reformada, preparava uma elite pensante versada em Ciências Naturais, segundo os novos princípios iluministas. Logo, no seu entendimento, um reino moderno, que se iluminasse com a luz da razão, deveria entender a formação em História Natural não apenas como mero capricho do aprendizado, mas como uma ferramenta importante para o desenvolvimento econômico do Reino, tal qual eram regidas, em Portugal, as Reformas Pombalinas. Ele faz uma crítica contundente aos resquícios da lógica baseada na economia do dom,¹¹¹ em que eram o nascimento e a lógica clientelar, e não o mérito pelo conhecimento, que levavam ao prestígio social:

Outros ridiculizam os que recolhem plantas, insetos etc. O Povo em geral tem limitado os seus desejos, mas os homens de bom gosto de outro modo pensam. Sabem, que os divertimentos, ou prazeres, que a Natureza subministra na contemplação das suas

¹¹¹ Para saber mais, cf. FURTADO, 1999.

produções são inúmeros, e sem Limites. Para compreender tão extensa Ciência, seria necessário ver todas as produções da natureza espalhadas neste Universo. Quem se atreverá a viajar toda a superfície da Terra para observar as produções de cada Clima, de cada um país. Quem poderá entrar em todas as Grutas, Minas, subir as mais altas serras. Correr todos os mares. Onde acabaria uma Coleção de todas as pedras preciosas, Cristais, mármore, minas etc. O encontrar-se alguns monstros, a vista de Cobras, de alguns Insetos, nos mete medo. **Por isso pensaram os Sábios naturalistas nestes últimos tempos de formar Museus de História Natural** (VANDELLI *apud* BRIGOLA, 2003, p. 103, grifo nosso).

Nesse movimento de defesa pela institucionalização das ciências no território português, Vandelli defende que o museu é o ponto de encontro de mundos, como um grande “Theatro da Natureza”. Isto é, um espaço recheado de coleções a ser frequentado por sábios, que, seduzidos por Minerva, anseiam esmiuçar os segredos da Criação. Segundo sua percepção, o homem das Luzes é aquele que se vê refém do conhecimento, que deseja cultivá-lo nas academias, nos salões, nas embaixadas, nas bibliotecas ou nos museus. Este último era o lugar perfeito para aguçar a curiosidade pelo saber, particularmente por reunir, em um único espaço, testemunhos naturais e artificiais de diferentes partes do mundo, e por ser onde o conhecimento teórico ganhava materialidade.

De acordo com Júnia Furtado, desde o governo de D. João V (1706-1750), a entrada das Luzes no território português teve a adesão dos *savants*, ou seja, daqueles preocupados em buscar o desenvolvimento do país por meio da racionalidade. Em sua análise, a autora articula o conceito dos *emboabas ilustrados* para denominar os luso-brasileiros que “buscavam a soberania e o enriquecimento da nação portuguesa”. Em termos culturais, para eles, “a Europa constituía uma unidade’, uma Europa de *savants* ilustrados” (FURTADO, 2012, p. 119). Nessa corrente de renovação do conhecimento em Portugal também se insere Vandelli, que, mesmo sendo de origem paduana, dispôs suas ideias a serviço da Coroa, atuando como importante agente na complexa rede da República das Letras.

Ao mesmo tempo que exalta os proveitos que os governantes poderiam obter ao estimular a criação dos museus, Vandelli levanta questões sobre o seu entendimento, no que se refere às missões desses espaços à época. Nesse sentido, segundo ele, o “Museu de História Natural [é] feito principalmente para instruir, e servindo também para divertir, devem ser dispostas as produções naturais com gosto, e que interessem os Curiosos, e que possam instruir, e inspirem novas ideias aos Sábios” (VANDELLI *apud* BRIGOLA, *op. cit.*, p. 105). Sua visão acentua as possibilidades fruitivas dos museus, de modo que observar torna-se, também, um motor importante para estimular a curiosidade do visitante pelo conhecimento. Alerta que, por essa razão, ao dispor as coleções nos recintos dos museus, era necessário criar narrativas

visuais, ou seja, dispô-las da melhor forma possível, de modo a aguçar no observador o desejo de querer saber mais (SEGANTINI, 2015).

O fascínio por colecionar, também presente no público dos museus que não é versado em Filosofia Natural, é apontado em seus escritos. Vandelli afirma que “muitos cuidam que um museu não serve para outra coisa mais, que para divertir, e entreter um pouco de tempo com várias, e bonitas Conchas, ou Borboletas de várias cores e etc” (VANDELLI *apud* BRIGOLA, 2003, p. 106). Como parte do exercício para lidar com o ócio, o colecionismo tinha seus adeptos, que, motivados por diferentes razões, se detinham a criar pequenos cosmos, mas que não eram capazes de gerar proveito ao conhecimento. A seu ver, as coleções e os museus não poderiam ser meros resultados do acúmulo de curiosidades, mas combustíveis para alimentar a luz da razão, cuja finalidade é dar apoio às mais diversas áreas do saber, em prol do benefício humano.

O naturalista lamenta, em outro trecho, que “não duvido que alguns pequenos museus sejam feitos por este fim, e que haja também outros copiosos de produções naturais, que por falta de diretores inteligentes ficam inúteis, e somente servem de pura curiosidade” (*Ibid.*, p. 106). Segundo a epistemologia iluminista do século XVIII, “curiosidades e maravilhas” não deveriam mais fazer parte dos aparatos científicos, muito menos nortear as coletas dos objetos naturais. Todos os seres deveriam ser classificados, ordenados, investigados e divulgados, e estas eram tarefas fundamentais dos museus, segundo os novos sistemas classificatórios do mundo natural. Não à toa, Vandelli afirma que “um museu bem-disposto, e bem dirigido se pode formar excelentes naturalistas úteis ao Estado”, ou seja, as nações que avançariam a passos largos no desenvolvimento de suas economias seriam aquelas que investissem na criação de aparatos de apoio à pesquisa e enviassem homens ilustrados aos confins do mundo, para preencher as lacunas entre o real e o fantasioso.

Destrinchar as nuances envolvidas na organização do pensamento museológico português por meio de Vandelli é um caminho importante para entender como suas ideias foram projetadas no império português, impactando a forma como o colecionismo no Brasil se estruturou, inclusive no século seguinte. Com o seu empenho em modernizar os museus portugueses, bem como com a valorização do estudo da História Natural (VANDELLI, 1788), observa-se seu interesse em criar outros gabinetes, museus e instituições análogas, como foi o caso da Academia das Ciências de Lisboa, fundada em 1779. No intuito de estimular a coleta de produtos naturais das possessões ultramarinas, tornou-se responsabilidade da Academia a publicação das *Breves instruções aos correspondentes da Academia das Ciências de Lisboa sobre as remessas dos productos e noticias pertencentes a História da Natureza, para formar*

hum Museo Nacional (ACADEMIA DAS SCIÊNCIAS, 1781, p. 3-4), que serviu de diretriz para instruir a recolha de espécimes no ultramar, de modo a evitar a perda de informações tanto físicas quanto de referência. De acordo com o documento,

se tem ocupado os Sábios, particularmente neste século, em ajuntar com a proteção dos Príncipes os exemplares de vários indivíduos das diversas espécies de Animais, Vegetais e Minerais, que se encontram em diferentes países, para apresentarem do modo possível à vista dos curiosos um como compêndio das principais maravilhas da Natureza. Considerando, pois, a Academia das Ciências de Lisboa, cujos trabalhos se encaminham todos ao bem público, a grande utilidade, que de uma semelhante Coleção, sendo bem ordenada, pode resultar o adiantamento das Artes, Comércio, Manufaturas e todos os mais ramos da Economia propôs-se o projeto de formar nesta Capital um Museu Nacional, onde principalmente se ajuntem e conservem os produtos, ao menos os mais notáveis, que se acham dentro do Reino e das suas Colônias (*Ibid.*, p. 4).

Alguns estudiosos defendem que é muito provável que Vandelli tenha escrito ou pelo menos participado da edição desse documento,¹¹² fato que revela quão próximo ele estaria do círculo dos eruditos portugueses, sendo, inclusive, eleito seu membro. As instruções evidenciam o movimento da própria Academia de organizar o ambiente das coletas, de forma a controlar o estado dos objetos que chegavam ao reino, bem como de instruir seus sócios na arte da experimentação, indispensável para a produção do novo conhecimento. É visível o interesse que a Filosofia Natural foi adquirindo na medida em que os modelos museológicos da Ajuda e Coimbra foram se consolidando no ambiente letrado, servindo de apoio à instrução dessa elite.

É interessante assistir ao movimento dos membros da Academia em contribuir para a criação de um museu com teor “nacional”, ou seja, “concernente a alguma nação”, de acordo com a definição de Raphael Bluteau – nesse caso, Portugal –, e que não dependesse apenas das benesses do monarca. A princípio, quando foi criada (1779), a Academia não dispunha da proteção régia, fato que ocorreria apenas em 1783. Na altura da publicação das *Breves instruções* (1781), o projeto da instituição criou um lugar para a reunião de homens das letras, que, mesmo em consonância com os valores da monarquia, não estavam sob seu controle direto. Isso, provavelmente, era reflexo do fato de seus fundadores, o Duque de Lafões, D. João Carlos de Bragança e José Correia da Serra, almejarem dissipar os espíritos antipombalinos vigentes na corte. Desse modo, uma associação independente “criada e mantida por uma elite intelectual próxima do poder político” (SILVA, 2015, p. 26) permitiria mais liberdade na forma como o conhecimento português seria conduzido.

¹¹² Cf. a análise de BRIGOLA, 2003, p. 212-218.

Nesse caminho, a criação de um museu próprio, composto por produções que despertariam o interesse dos sócios para escreverem as suas memórias, era imprescindível. E, por se tratar de uma estrutura situada na outra, sob a direção da Academia, os seus integrantes e os membros correspondentes seriam os responsáveis por “recheiar” os gabinetes de História Natural.¹¹³ Disso resulta a importância de detalhar os melhores métodos de coleta dos produtos naturais, evitando que os esforços de curiosos e amadores da Filosofia Natural fossem em vão. Assim, criava-se um museu destinado à nação, sendo alimentado pela própria. Claro, estamos falando do conceito de *nação* em seu sentido setecentista, longe das aspirações nacionalistas que surgiram no século XIX. Segundo Antônio de Moraes Silva, *nação* é “a gente de um país, ou região, que tem língua, leis, e governo à parte”, ilustrando o conceito com “a nação francesa, espanhola, portuguesa” (SILVA, 1789, v. 2, p. 107). Ou seja, ainda que o rei seja a encarnação da nação, ela não se resume a ele.

O esforço em criar uma instituição museal desligada do corpo régio ampliaria as formas de explorar as potencialidades da natureza em prol do que passava a ser entendido como bem público, que não necessariamente depende da boa vontade do monarca, ainda que o Real Museu da Ajuda, também chamado Real Gabinete, dispusesse em seu nome o termo *real*, referindo-se a “cousa do Rei” (BLUTEAU, 1712-1728, v. 2, p. 129). Vale ressaltar que, naquele período, o conceito de *público* dos museus, da forma como estamos habituados, não existia; aqueles que podiam se “aventurar” pelo complexo da Ajuda eram, em geral, homens da elite letrada, bem-vista aos olhos da Coroa.

Os nomes desses espaços importam e revelam suas intencionalidades. O Real Museu da Ajuda estava sob a proteção régia, o que lhe garantia meios, mesmo que não tão generosos, para a gestão interna e o enriquecimento das suas coleções, bem como garantiu recursos para que os naturalistas explorassem as regiões distantes do ultramar. Na direção inversa, a instituição era um aparato de afirmação da imagem pública do rei, projetando como ele e seu reino estavam próximos das Luzes. Isso significa que a criação do complexo, em um primeiro momento, destinou-se a atender à formação ilustrada dos príncipes. Já um museu de teor “nacional”, como propôs a Academia, destinava-se a ser um apoio aos seus membros, “cujos trabalhos se encaminham todos ao bem público” (ACADEMIA DAS CIÊNCIAS, 1781, p. 3); era destinado aos homens letrados, que, dispondo do acesso às mais diversas produções naturais

¹¹³ De acordo com Luis Miguel Pires Ceriaco, o movimento de envio de espécimes naturais para o museu da Academia foi iniciado com afinco a partir da década de 1780, com o envolvimento de agentes no mundo colonial, em especial, no Brasil. Domingos Vandelli, que na altura lecionava em Coimbra, enviava o material excedente que chegava para o gabinete da referida universidade e para o museu da Academia das Ciências. Para mais detalhes, cf. CERÍACO, 2021, p. 99-136.

e artificiais, usariam da sua sapiência para o desenvolvimento de memórias em prol do desenvolvimento do Estado português.

É inegável que o último quartel do século XVIII foi decisivo para a transformação do cenário museológico de Portugal. Nesse período, observa-se o surgimento de instituições que modelaram as ações de colecionadores, tanto no reino quanto no ultramar. A ciência, segundo os novos princípios iluministas, instigava o conhecimento humano pela natureza no intuito de ordená-la, mas também de retirar dela o melhor proveito, principalmente no sentido econômico do termo. Assim, aos olhos de Vandelli,

Neste século é a História Natural mais cultivada, que nos passados, o que demonstraram as grandes, e interessantes descobertas e é o avultado número de Museus. No século passado, e no princípio do presente havia muitos Museus de Medalhas, dos quais agora há poucos, e preferem-se os da História Natural (VANDELLI, 1788, p. II).

Essa perspectiva de Vandelli nos auxilia no entendimento das tendências colecionistas que regeram as mentes dos letrados durante o século XVIII, tendo a História Natural ganhado atenção. Em contrapartida, há a diminuição de outras práticas, no caso, das coleções de medalhas, revelando os primeiros indícios da crise do antiquariado, modelo colecionista pautado na recolha de objetos com certo teor histórico, recorrente nos séculos XVI e XVII (MOMIGLIANO, 2004, p. 85-117). Por isso, é notável observar que o colecionismo natural passa a ser uma constante entre a aristocracia luso-brasileira, em consonância com outros modelos, como o interesse por livros (FERRAZ, 2017, p. 34-49), estampas (CALDEIRA, 2017) e objetos de arte (BARROS, 2020, p. 7-23). Alia-se a isso, ainda, o fato de que criar coleções de História Natural e dispô-las a serviço do príncipe também era uma forma de projetar a imagem do colecionador perante o reino. Assim, é visível a presença de personalidades do corpo régio criando coleções e oferecendo-as para integrar os gabinetes do monarca.

No fim do século XVIII, em virtude da forma como os principais espaços museológicos de Portugal passaram a ser regidos pelas ideias de Vandelli, é preciso voltar os olhos para a sua figura e perceber quais reflexos serão sentidos nos seus seguidores. A sua nomeação como lente da disciplina de História Natural, em Coimbra, contribuiu para a formação de várias gerações de filósofos naturais luso-brasileiros, que incorporaram a noção da importância dos museus tanto para a instrução quanto para o desenvolvimento do comércio e da sociedade. Consequentemente, as suas noções sobre como organizar, dispor e classificar o mundo natural foram sentidas nos espaços onde deixou seguidores – caso do Brasil dos fins dos setecentos e meados dos oitocentos –, que continuaram a reproduzir as suas percepções sobre o

coleccionismo. Ao mesmo tempo, as indagações de seus discípulos sobre os processos que não se adequavam à realidade colonial estimularam o surgimento de soluções de modo a enriquecer as suas teorias, revelando que a construção do conhecimento não é unilateral.

5 Prelúdio colonial: o colecionismo no Brasil dos fins do século XVIII

5.1 Encontrando gabinetes e museus

Traçar as origens da prática colecionista na sociedade colonial brasileira é um exercício hercúleo, que esbarra em diversos obstáculos documentais que nos impedem de aprofundar melhor a discussão. Sanar essa lacuna requer olhar atento às possíveis pistas que podem surgir na documentação, indicando, de certa maneira, a dedicação de certos indivíduos em agrupar objetos e dar novos sentidos a eles. Os inventários *post-mortem* são algumas das principais fontes para os historiadores brasileiros que se dedicam a estudar a cultura da materialidade, uma vez que, por meio deles, é possível destrinchar o conteúdo do ambiente doméstico e mundano de sujeitos privados. Ainda assim, em muitos casos, o entrave deriva do próprio processo de inventariação dos bens do falecido.

Em virtude disso, não é estranho que minerais, animais empalhados e plantas dessecadas não fossem arrolados, uma vez que a condição colonial limitava o mercado de venda de coleções – nesse caso, as de História Natural. Em outras situações, é possível constatar nos inventários a presença de objetos de arte, porém, o olhar do inventariante está direcionado ao apreço do objeto com base em sua condição material.¹¹⁴ Assim, é comum ver, nesse contexto, quadros serem descritos não pelos temas representados ou pelos artistas que os produziram, mas por suas molduras folheadas a ouro, metal de grande valor de troca.

As dificuldades em remontar tais práticas colecionistas também derivam do fato de que, diferentemente de outras tradições de inventariação, no contexto luso-brasileiro, em sua maioria, os bens não eram arrolados segundo os ambientes em que estavam, mas por sua tipologia, desmanchando, assim, a sua organização no interior das residências. Desse modo, fica mais difícil pensar a conexão que os objetos tinham entre si durante a vida do sujeito. Tal situação era diferente no norte da Europa (CHAVES; CARVALHO, 2016, p. 464-474), onde a descrição das posses mantinha o vínculo com os cômodos. Para os historiadores da atualidade, informações sobre a disposição arquitetônica dos objetos são de grande importância para compreender as conexões entre a materialidade, a espacialidade e o colecionismo (MONTIAS, 2002).

¹¹⁴ Como os exemplos encontrados no inventário de Dom Frei Cipriano de São José, onde constam “cinco quadros com seus retratos e molduras; um quadro com a perspectiva de Mafra com sua moldura dourada; Seis quadros de variedades com seus vidros” ([INVENTÁRIO...], 1817). Outros exemplos são vistos no inventário de Manuel Teixeira Queiroga, que aponta a existência de “11 quadros com molduras, alguns muito grandes, representando países, e cinco jarras da Índia para conservar flores” (SOUZA, 2012, p. 60).

Para os estudos sobre o colecionismo brasileiro, essa condição de apagamento do imaginário doméstico só mudou no século XIX, com a entrada de estrangeiros, viajantes e naturalistas antenados ao novo e ao curioso. Além de se dedicarem a descrever as belezas naturais, os horizontes sublimes, os costumes locais e os aspectos urbanísticos, também voltaram os olhos para o interior doméstico, descrevendo as relações estabelecidas pelos moradores com o espaço íntimo de suas habitações. Desse modo, como será observado ao longo deste trabalho, essa nova percepção permitiu desvelar retroativamente, ainda que parcialmente, o colecionismo brasileiro do passado.

Ao levar em consideração os relatos desses estrangeiros, cotejados com outras fontes documentais, percebe-se que houve uma constância tipológica no horizonte dos colecionadores, voltada para a História Natural. Tal fato não exclui outros movimentos de recolha e tratamento de objetos sob um mesmo signo colecionista; justifica-se a escolha desses temas dada a farta documentação encontrada – exarada, principalmente, pelos agentes letrados a serviço da administração colonial e, posteriormente, imperial. A vastidão continental do Brasil constitui outro obstáculo para a compreensão de um fenômeno que adquiriu múltiplas particularidades em cada uma das suas regiões. Desse modo, não se trata de generalizar, sob o mesmo jugo, todas as experiências observadas no eixo Rio de Janeiro-Minas Gerais. A escolha desses locais se deu pelo papel de destaque que tiveram ao longo dos séculos XVIII-XIX: o primeiro, por ser o principal centro administrativo; o outro, uma das principais regiões de extração de riquezas do império português, cuja fama ultrapassou as barreiras do ultramar, despertando o interesse de curiosos e especialistas. Esses, impedidos de adentrar o mundo brasílico, tiveram que se contentar com as poucas memórias que, vez ou outra, eram disponibilizadas ao público.

Os relatos sobre os gabinetes e os museus em contexto brasileiro estão, em sua maioria, ambientados no século XIX. Isso se deve, em grande parte, ao excessivo controle da Coroa portuguesa sobre a entrada de estrangeiros na sua principal colônia. Esse era um recurso protetivo, a fim de evitar que informações preciosas sobre os produtos naturais saíssem da sua jurisdição. Obviamente, isso não quer dizer que, durante o período colonial, não houve produção bibliográfica sobre as riquezas brasileiras ou as expedições com tal cunho (PEREIRA; CRUZ, 2016); por outro lado, é visível como o contexto de mudança da corte joanina, em 1808, revolucionou a visão científica que se tinha do mundo natural e social do Brasil.

O fascínio pela natureza das Américas dominou o cenário ilustrado europeu, especialmente em virtude do interesse pelas viagens exploratórias de Alexander von Humboldt (1769-1859) pela América espanhola, no alvorecer do século XIX. A sua experiência em terras americanas resultou em célebres publicações (1828), que dominaram a mentalidade dos leitores

europeus, principalmente de seu público-alvo, constituído por naturalistas e viajantes. Destaca-se seu método de descrição da natureza, que, de certo modo, deveria transpor ao público o mundo que era visto por meio das emoções, e não apenas pelo caráter descritivo cientificista.

Tal movimento expedicionário pelo Novo Mundo teve forte adesão de ingleses, germânicos, franceses e oriundos de outras nações europeias, com visão tanto exploratória quanto descritiva do que se via, ouvia e experimentava. Era, praticamente, uma missão de descrever o complexo mundo peculiar que existia para além do Velho Mundo. Ao mesmo tempo, compreender tais “visões” necessita de atenção redobrada, dadas as múltiplas interpretações que os estrangeiros faziam de um mesmo lugar. Assim, não podemos nos deixar ser seduzidos pelo “canto da sereia” visto nas longas narrativas românticas e humboldtianas, nem pelos comentários excessivamente pejorativos.

Nos dois exemplos a seguir, veremos como é possível elucidar as práticas colecionistas no Brasil colonial, que, por muito tempo, foram dadas como inexistentes ou repetitivamente centradas na experiência da Casa de História Natural do Rio de Janeiro – mais conhecida como “Casa dos Pássaros”, criada em 1784 –, de tal modo que a criação desse aparato de preparação e envio de espécimes naturais para Lisboa sempre é visto como marco inaugural do surgimento dos museus pelo Estado luso-brasileiro. Espaços colecionistas, de experimentação e de fruição existiram concomitantemente, vicejando, porém, nas mãos de agentes privados – o que não impediu que fossem pontos importantes para descobertas, para a prática científica, de apoio na instrução e de aprendizado da elite letrada.

5.2 Uma “casa de curiosidades científicas” no Tejuco: José Vieira Couto e o colecionismo ilustrado

[...] “voei aos picos das Serras, descí às profundezas das cavernas, e recolhi-me da minha peregrinação com as amostras de que se todos os Metais, que neste Cofre os exponho aos pés do Throno. José Vieira Couto, 30 de setembro de 1799.”¹¹⁵

Entre as diversas casas do famoso Arraial do Tejuco, cuja prosperidade advinda da exploração dos diamantes movimentou grande contingente de colonos em busca da riqueza,

¹¹⁵ FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Carta a João Filipe da Fonseca, enviando uma carta para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, remetida com amostras de metais por José Vieira Couto. Participa que fica em seu poder a “Memória sobre a capitania” e descrição dos metais que acompanharam as ditas amostras. *[s. d.]*. Arquivo Histórico Ultramarino. AHU_ACL_CU_011, Cx. 149\Doc. 72. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/011_MG/74444. Acesso em: 27 jul. 2025.

uma se destacava. Não pelo seu exterior – um imponente sobrado que mimetizava a clássica arquitetura colonial das demais residências –, mas pelo universo peculiar que guardava entre quatro paredes, e que destoava das demais. Além de mobiliários do cotidiano, como bancos, mesas, catres, camas e toda a parafernália necessária para a vida doméstica, havia um ambiente ilustrado. Nele, se via a presença de aparatos para a produção do conhecimento: laboratório, biblioteca e coleções de História Natural. Tratava-se da moradia de um dos principais naturalistas brasileiros do século XVIII, o tejuano José Vieira Couto (1752-1827).

De formação ilustrada na reformada Universidade de Coimbra, Couto estava entre os abastados filhos da elite local que foram enviados ao reino para se especializar e conseguir posições na máquina colonial. Inicialmente, seguiu o curso de Matemática e, depois, o de Filosofia Natural,¹¹⁶ tendo como lente o já citado naturalista Domingos Vandelli. Pode-se dizer que Couto foi mais um dos discípulos desse paduano que revolucionou o método de estudo da natureza luso-brasileira, projetado no Novo Mundo por seus pupilos. Salienta-se, também, a passagem do naturalista tejuano por outras partes do continente europeu, como a Holanda, a França e a Alemanha. Nessas regiões, pôde observar as diferentes práticas da Metalurgia e áreas afins, com o interesse de transferir técnicas de exploração mais modernas para a sua pátria. Ademais, é de destaque a sua participação como sócio-correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa, demonstrando que, mesmo a distância, fazia-se presente em um dos principais órgãos de divulgação de conhecimento de Portugal, inserindo-se como um *savant* da República das Letras.¹¹⁷

José Vieira Couto fez parte de uma leva de naturalistas luso-brasileiros¹¹⁸ integrantes do projeto da Coroa portuguesa de destrinchar as novas possibilidades de exploração de recursos naturais de suas colônias, em especial, do Brasil. Já em meados do século XVIII, a extração do ouro não era mais tão abundante e próspera como nos tempos anteriores; logo, constatava-se a necessidade de viabilizar novos recursos para alimentar a pesada máquina colonial, que demandava grande parte dos recursos do erário régio. De acordo com Júnia Ferreira Furtado,

Foi no intuito de conhecer a Colônia, para fornecer subsídios às reformas e procurar cooptar a elite local por seus intelectuais que, em 1799, a Rainha D. Maria I, por iniciativa de sua Secretaria dos Negócios Coloniais, designou, entre outros brasileiros,

¹¹⁶ Sua matrícula em Coimbra ocorreu em 10 de outubro de 1774, tendo concluído o curso de Filosofia em 26 de novembro de 1778. Para saber mais, cf. PEREIRA, 2016, p. 522-542.

¹¹⁷ Para um primeiro esboço biográfico de José Vieira Couto e sua produção memorialística, cf. FURTADO, 1994, p. 13-47.

¹¹⁸ Tais como Alexandre Rodrigues Ferreira, Joaquim Veloso de Miranda, Simão Pires Sardinha, João Manso Pereira e José Teixeira da Fonseca, dentre outros. Cf. PEREIRA; CRUZ, 2016.

José Vieira Couto, naturalista, mineralogista e médico [...], para percorrer a Comarca do Serro do Frio, localizada no norte da Capitania das Minas e, segundo suas próprias palavras, ‘dar uma exata relação dos metais desta comarca e dos interesses régios que dos mesmos se poderiam esperar’ (FURTADO, 1994, p. 18).

Vieira Couto foi colocado a serviço do projeto reformista da Coroa no intuito de dinamizar a exploração de suas riquezas, especialmente o ouro, que parecia se esgotar rapidamente (*Id.*, 2021, p. 95-124). Dentro desse projeto, o “ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho encarregou o governador Bernardo José Lorena de contratar João Manso Pereira, José Vieira Couto e José Teixeira da Fonseca para fazer exames mineralógicos” na capitania de Minas Gerais (PEREIRA; RIBAS, 2016, p. 253). A partir dos fins do século XVIII e começo do XIX, Couto esteve à frente de expedições pelos sertões mineiros na busca por potencialidades que emanassem da terra, em especial, o cobre e o salitre. Este último era grandemente cobiçado pelo seu uso na fabricação da pólvora, componente essencial da exploração mineral e da guerra, num período em que as velhas monarquias europeias eram destronadas pelo general francês Napoleão Bonaparte, em suas constantes batalhas. Para desempenhar com sucesso sua missão, como o próprio naturalista Vieira Couto atestou em cartas, era preciso ter à sua disposição recursos que alinhassem o seu aprendizado ilustrado com a prática aprendida em sua terra natal. Conforme pregavam os princípios iluministas, cabia observar, coletar, experimentar e, só depois, escrever as memórias sobre as promissoras descobertas encontradas nas Minas Gerais, dedicando tais escritos à soberana Dona Maria I.

Não pretende este trabalho discorrer sobre as virtudes de José Vieira Couto enquanto naturalista, mesmo porque isso requer estudos mais aprofundados sobre a sua figura. Inúmeras foram as suas contribuições para a prática científica luso-brasileira.¹¹⁹ O nosso olhar está voltado a apresentar o seu ambiente de trabalho, que se destaca pela presença de objetos que uniam os valores iluministas citados anteriormente.

Numa atmosfera desagradável, de gases fétidos ao olfato humano, emanados das reações utilizadas para identificar os minerais de grande apreço ao mercado, Vieira Couto praticava a arte da Química. Para isso, muniu-se de livros, organizados em alentada biblioteca (FURTADO, 2014, p. 113-136), reagentes químicos e objetos que o auxiliavam na constante busca por novas riquezas naturais. Dada a dificuldade em localizar o seu inventário,¹²⁰ é impreciso descrever o laboratório que montou em sua residência, à cuja construção dedicou o

¹¹⁹ Nesse sentido, entre outros já citados, cf. FURTADO, 2010, p. 189-212.

¹²⁰ Infelizmente, o último registro desse documento é uma citação de Júnia Ferreira Furtado, em uma publicação dos anos 1990. O Arquivo Nacional do Brasil, responsável por sua guarda, não conseguiu localizar o documento (n. 417, caixa 1.409, galeria A). Cf. FURTADO, 1994, p. 19.

seu precioso tempo. Mas, com base em outro inventário, do naturalista Joaquim Veloso de Miranda, é possível inferir os objetos presentes, como alambiques para destilação, tachos de cobre de dimensões variadas, almofarizes variados para auxiliar na trituração de minerais, fornos e caldeiras de cobre, pinças, instrumentos para misturar reagentes e agulhões de marfim, além de microscópios.¹²¹

Numa de suas cartas, percebem-se as dificuldades encontradas por Vieira Couto para munir o seu laboratório com os instrumentos necessários: “tenho dado princípio aos ensaios das Minas, depois de uma grande fadiga que tive em erigir Laboratório químico, que nestas alturas, foi preciso, que quase todas as numerosas peças de que é composto, fossem feitas pelas minhas mãos”.¹²² A ausência de equipamentos científicos que pudessem ser adquiridos no mercado e permitir a execução e garantir a precisão dos seus experimentos motivou o naturalista a empenhar-se na forja de cadilhos, pinças, destiladores de cobre, fornos e demais aparatos. Isto é, torna-se visível a sua dedicação para assegurar o exercício de seu ofício, fato que não amenizava as dificuldades em prosseguir com os ensaios químicos, como é relatado em outra missiva dirigida a D. Rodrigo de Sousa Coutinho:

Tenho também experimentado Ex.^{mo} Senhor, grandes dificultad.^{es} em m.^{tas} experiências químicas por causa de não ser – o meu Laboratório munido de vasos de vidro, nem, nestes sertões há p.^{or} onde recorrer-se, se V. Ex.^a me suprisse com os vãos da Lista inclusa, m.^{to} V. Ex.^a promoveria p.^a a glória e aumento do Estado do q. he V. Ex.^a digníssimo e benemérito Ministro. Tejuco – 30 de Julho de 1799.¹²³

A condição colonial foi grande empecilho para o acesso a um instrumental moderno. Os colonos eram coibidos de criar fábricas ou tipografias, fato que os condenavam às vontades do reino para o envio de materiais básicos para a experimentação. Tal arte era imprescindível para os naturalistas, que dependiam do mercado externo para viabilizar os seus estudos. No caso de Vieira Couto, era essencial que tais utensílios chegassem íntegros – tarefa difícil, dadas as longas distâncias e o chocalhar dos lombos das mulas pelas íngremes montanhas mineiras.¹²⁴ Mas, mesmo em tais condições, é admirável o esforço para garantir o seu labor,

¹²¹ INVENTÁRIO de Joaquim Veloso de Miranda. Vila Rica, 1816. AHMI, 2º Ofício, Cód. 34, Auto 380. fl. 9v. Agradeço a gentileza do historiador Márcio Mota Pereira por compartilhar esse precioso inventário, principalmente num momento em que os arquivos estavam fechados devido à pandemia da covid-19.

¹²² AHU, Minas Gerais, cx. 145, doc. 12 *apud* PEREIRA; RIBAS, 2016, p. 255. *Cf.*, também, FURTADO, 2010, p. 196; e APM. SC.277, f.27v; AHU, Minas Gerais, cx. 146, doc. 46.

¹²³ COUTO, José Vieira. Carta a [D. Rodrigo de Sousa Coutinho], queixando-se da falta de meios de subsistência e de equipamento para as suas experiências químicas. Pede o abastecimento dos vasos de vidro da lista que junta. [s. d.]. Arquivo Histórico Ultramarino. AHU_ACL_CU_011, Cx. 149, Doc. 30. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=011_MG&pagfis=74228. Acesso em: 27 jul. 2025.

¹²⁴ Como exemplo das dificuldades de transporte, na primeira metade do século XVIII, o comerciante Francisco da Cruz enviou, para serem comercializados em Minas Gerais, “oitocentos e trinta frascos de angélica, bebida

mostrando que a “condição” colonial, por mais que trouxesse complicações à produção de conhecimento, não foi capaz de impedi-la.

Ao longo do século XVIII, a Química deixou de ser um ramo da História Natural para se estruturar como um campo do saber independente, dividindo espaço com a Física e constituindo-se um suporte importante para a Medicina e a Metalurgia, áreas que estavam na esfera de estudo de Couto, nomeado para exercer a função de médico no hospital do Tejuco. Além disso, soma-se o fato de que, para suprir a carência de remédios, era preciso, com base nas suas análises sobre as plantas e drogas do sertão, produzir fármacos para apoio ao tratamento dos doentes. Desse modo, a presença de um laboratório em sua casa representa a necessidade de transferir o conhecimento presente nos livros e nas aulas teóricas para o mundo prático e, assim, conferir aplicabilidade da natureza ao bem-estar humano.

De acordo com Catarina Pereira Pires (2006, p. 51), no Portugal do século XVIII, entendia-se que essa ciência era a “arte de separar os corpos naturais uns dos outros, e as suas partes; de purificá-las, compô-las, e fazê-las próprias para os usos da Medicina, e das necessidades da vida”. O conhecimento de Vieira Couto sobre Química foi adquirido durante os seus aprendizados nos cursos de Matemática e Filosofia Natural na reformada Universidade de Coimbra, que disseminava a necessidade de dominar essa arte de “separar os corpos naturais” e prover as utilidades para a sociedade. É evidente que o local onde exerceu as suas primeiras aulas práticas, o *Laboratório Chimico* da referida universidade, destoava bastante do que construiria, mais tarde, em sua residência, tanto em termos de tamanho quanto de aparelhagem. Desde o momento em que o Marquês de Pombal definiu os novos horizontes do ensino superior português, inúmeros foram os investimentos para garantir um *locus* equipado com o que havia de mais moderno e avançado para a prática da Química e da Física no Reino; para isso, delegou a missão aos doutores Domingos Vandelli, Antônio Ciera e João Antônio Dallabela, cabendo-lhes a responsabilidade de garantir a execução dos novos espaços de instrução ao gosto das Luzes (PIRES, 2006, p. 67-69).

Não é intuito deste trabalho criar uma dicotomia entre o ambiente ilustrado de Vieira e o de Coimbra, desmerecendo o primeiro em relação ao segundo. Ao contrário, o objetivo é reconhecer que, mesmo em condições não tão favoráveis para a prática de seu ofício, em seu laboratório tejuicano, Vieira Couto investigou a vasta natureza mineira e fez novas descobertas

preparada com a mistura de vinho e aguardente”. Os vidros eram tampados com rolhas, que foram comidas parcialmente pelos ratos nos armazéns da alfândega do Rio – o que confirmava as péssimas condições em que esses produtos ficavam estocados, ocasionando perdas e prejuízos. O carregador alegou, no retorno, que “com o andar dos cavalos [as garrafas] se esvaziaram, motivo pelo qual não pôde vendê-las” (FURTADO, 1999).

acerca de suas potencialidades. Em alguns casos, a eficácia de seus experimentos foi questionada por naturalistas atuando no Reino, caso de José Bonifácio de Andrada e Silva, que acusou a improbabilidade de algumas conclusões de Couto,¹²⁵ especialmente, a identificação de 35 pedras enviadas por ele a Portugal classificadas como cobalto, que, depois de submetidas a novos testes por Bonifácio, revelaram ser ferro (FURTADO, 2010, p. 197-208). O próprio Vieira Couto experimentara os limites do seu laboratório ao reexaminar, em 1801, amostras que, em 1799, classificara como ferro e constatar, desapontado, que no fundo dos seus tubos de ensaio o minério que se depositara era cobre – na verdade, sua primeira conclusão é que estava correta (*Ibid.*, p. 196-197). Ele seguia os métodos apregoados pela ciência química que se baseava no método experimental e visava “reduzir a matéria a seus elementos, que podia ser dividida em uma infinidade de partes – às suas substâncias constituintes, também chamadas de Princípios” e “para separar os elementos constitutivos da matéria, a nova ciência propugnava a inserção de ‘algo dotado de persistência e de estabilidade entre as partículas invisíveis’”. Estas “atuariam como um ‘tipo de gancho’ [...] que possibilitava identificá-las” (FURTADO, 2022, p. 136).

Além desse espaço dedicado à arte da experimentação, Couto possuía em seu gabinete uma vasta biblioteca com importantes obras da História Natural, da Medicina e da Mineralogia, mas também das Literaturas “portuguesa, francesa, espanhola, alemã, inglesa, italiana e latina” (FURTADO, 2018, p. 139). A sua mente não era dedicada exclusivamente à Filosofia Natural, voltando-se a questões ligadas ao pensamento das Luzes, como atesta a sua proximidade com um dos movimentos sediciosos mais importantes da capitania de Minas Gerais, a Inconfidência Mineira (1789-1792). O naturalista tejuano fez parte do círculo de letrados que compartilhavam pensamentos favoráveis à separação dos territórios mineiro e fluminense do império português. De acordo com Furtado, a coleção de livros de Couto, em consonância com os outros exemplos observados na sociedade ilustrada tejuana, “revela uma elite bibliófila sofisticada e educada, plenamente consciente das ideias e hábitos europeus. A coleção de Vieira Couto era significativa para o período, com 226 títulos em cerca de 601 volumes” (FURTADO, 2018, p. 132, tradução nossa).¹²⁶

A relação ativa entre o colecionismo bibliográfico e a prática científica era a base da ciência iluminista. “Uma biblioteca não reunia apenas livros, mas entrelaçava o luxo ‘de coisas preciosas, admiráveis e raras’, tudo aquilo que fosse de útil ao espírito, como as pinturas dos mestres, os livros, manuscritos, relógios e instrumentos matemáticos” (FURTADO, 2012).

¹²⁵ AHU, Minas Gerais, cx. 182, doc. 53 *apud* PEREIRA; RIBAS, 2016, p. 260.

¹²⁶ No original: “reveals a sophisticated and educated elite bibliophilie, fully aware of European ideas and habits. Vieira Couto’s collection was of a significant size for the period, comprising 226 titles in some 601 volumes”.

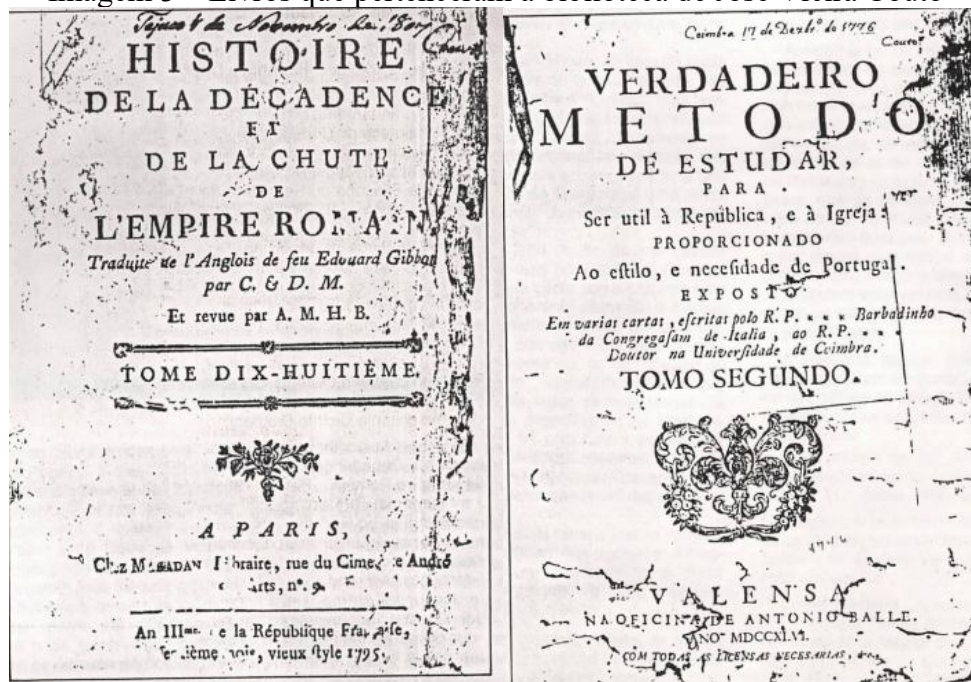
Em Portugal, ainda na primeira metade do século XVIII, destacaram-se a biblioteca do conde da Ericeira, que se articulava a um laboratório e onde se desenrolaram as Conferências Discretas e as organizadas por D. João V, com destaque para a que mandou construir no Paço da Ribeira (*Id.*, 2014, p. 229-273). A biblioteca de Vieira Couto mantinha essa articulação entre a literatura ilustrada e a prática da ciência.

No levantamento realizado por Furtado, o universo da História Natural sobressai entre os demais temas presentes na biblioteca de Vieira Couto: “dos 226 livros que Vieira Couto possuía, 118 diziam respeito à História Natural, representando 53 por cento do total e 54,4 por cento dos 217 livros catalogados e classificados” (*Id.*, 2018, p. 136, tradução nossa).¹²⁷ É possível que houvesse mais livros desse ou de outros gêneros na biblioteca do naturalista, uma vez que era recorrente a prática de empréstimos a terceiros e vice-versa, dada a hercúlea dificuldade de comprar livros na colônia.¹²⁸ Vieira dava um tratamento sistematizado para a sua biblioteca: quando os livros eram adquiridos, o ano, a cidade, a data da aquisição e o seu nome eram anotados no frontispício da obra, como indicativos de posse (PEREIRA, 2016, p. 522). Tal detalhe pode parecer um simples ato memorialístico, mas atenta o cuidado em atribuir dados sobre a origem e a datação de cada exemplar, ato comum entre bibliófilos, condicionando novos valores aos bens coletados. Alguns exemplares que resistiram ao sopro do tempo são provas do empenho desse naturalista em garantir ordem e zelo em seu espaço de produção de conhecimento. Um exemplo é o livro *Ars critica*, de Joannis Clericis, contendo a anotação “*Amsterdã, 8 de outubro de 1780*”, muito provavelmente adquirido quando esteve a observar as minas da Holanda. Outro, em situações mais simples, já morando em sua cidade, seria o exemplar de *Histoire de la decadence et de la chute de l’Empire Romaine*, de Edward Gibbon, em que se vê “*Tejuco, 1 de novembro de 1807*” (Imagem 3).

¹²⁷ No original: “*Of the 226 books that Vieira Couto owned, 118 had to do with natural history, representing 53 percent of the whole and 54.4 percent of the 217 catalogued and classified books*”.

¹²⁸ Paulo Gomes Leite fez o levantamento da biblioteca de Vieira Couto e aponta que mais obras de sua propriedade não foram arroladas no seu inventário. O mesmo autor atenta para o desleixo do notário na descrição dos títulos (LEITE, 1989, p. 22-26; 1990a, p. 23-29; 1990b, p. 24-29).

Imagem 3 – Livros que pertenceram à biblioteca de José Vieira Couto



Fonte: Leite, 1990a.

Nota: no topo dos frontispícios, observa-se as anotações de Vieira Couto, indicando o local e a data da aquisição de cada exemplar.

Colecionar livros foi um hábito recorrente nas residências de letrados durante os períodos colonial e imperial. Julga-se, aqui, que tal ato difere de uma simples acumulação quando são evidentes a predominância de um tema e a reunião de exemplares que criam conexões e têm uso para a produção do conhecimento. No caso brasileiro, a presença de bibliotecas em ambientes domésticos foi estudada anteriormente no intuito de entender a mentalidade letrada (SOUZA, 2012, p. 55-63; VILLALTA, 1999), e não como parte de um hábito colecionista muito presente no mundo luso-brasileiro. Propõe-se, aqui, atentar para essa outra dimensão. Em alguns casos já famosos na literatura, como dos livros pertencentes ao Conde da Barca,¹²⁹ a biblioteca foi preservada em sua integralidade e vendida para alguém ou para o próprio Estado, o que indica que a relação com a figura do colecionador seria um fator estimulante para a aquisição. Além de o pertencimento a um nobre conferir distinção à coleção, também atestaria a qualidade dos bens reunidos ao longo de sua vida, dado o seu forte interesse em colecionar livros de diferentes contextos geográficos e intelectuais.

É de se esperar que um gabinete ou museu privado, no contexto luso-brasileiro, esteja munido de uma biblioteca que dê suporte à prática de esmiuçar o conhecimento humano. Supõe-se que sujeitos que tiveram suas bibliotecas inventariadas possuíam outras coleções,

¹²⁹ Cf. FERRAZ, 2017, p. 34-49.

que não entraram no arrolamento devido ao desinteresse econômico sobre elas; tal enigma só é possível esclarecer com novas pesquisas que unam a vida pessoal do colecionador ao seu ofício.

Outra parte do museu¹³⁰ de Couto também recebia zelo: a sua coleção de História Natural. É possível visualizar que era classificada segundo as divisões dos três reinos da natureza propostas por Lineu, transmitidas ao tejuano por seu mestre em Coimbra, Domingos Vandelli. Até aquele momento, o *Systema Naturae* era visto como o melhor método de organização das coleções do gênero, pois padronizava sob o mesmo código todas as produções naturais. Por outro lado, durante as remessas de minerais para Lisboa,¹³¹ Couto munuiu-se de outro sistema classificativo, aquele criado pelo mineralogista suíço Johan Gottschalk Wallerius (1709-1785),¹³² que também era colega de Lineu e desenvolveu um método de classificação com base nas propriedades químicas e físicas dos minerais (WILSON, 1994, p. 132). Durante o século XVIII, não havia um consenso sobre a melhor padronização classificativa para os minerais, variando entre as inúmeras descrições de autores como René Just Haüy (1743-1822), Abraham Gottlob Werner (1749-1817) e Jean Romé de L'Isle (1736-1790). A mesma situação valia para os outros reinos da natureza; de tempos em tempos, as teorias eram revisitadas, mas o método lineano, mesmo passando por críticas, firmou-se como pilar da esquematização do mundo natural.

Pode-se pensar que, para além das produções naturais que recolhia nas suas andanças pelas Minas, é bem provável que anomalias corpóreas, cristalizações expelidas pelos seus pacientes ou até fetos com deformações também fizessem parte do cosmo de Vieira Couto. Sua profissão de médico o colocava no testemunho de situações um tanto peculiares, que rendiam “monstruosidades”, conforme o termo da época, colecionadas a fim de serem observadas e estudadas para se entender os processos “antinaturais”. Essa hipótese é reforçada pelo fato de Domingos Vandelli ter publicado uma das principais teses da época sobre o assunto (VANDELLI, 1776), bem como se dedicado à recolha desses “produtos” para compreendê-los à luz da razão.

Muito se fala da condição dos agentes coloniais em providenciar as remessas de produtos naturais para o Reino, e como esse processo limitaria a agência desses sujeitos,

¹³⁰ Dado o extenso complexo de produção de conhecimento na casa de Vieira Couto, optou-se por denominá-lo *museu*. Ver discussão do capítulo anterior sobre os conceitos de *gabinete* e *museu* no contexto luso-brasileiro no século XVIII.

¹³¹ COUTO, José Vieira. Memória sobre os metais contidos no cofre segundo os sistemas de Linneo e Walério. [s. d.]. Arquivo Histórico Ultramarino. AHU_ACL_CU_011, Cx. 147/Doc. 2. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/011_MG/73071. Acesso em: 27 jul. 2025.

¹³² Em sua biblioteca, constava o seguinte livro desse autor: *Minéralogie, ou Description générale des substances du règne mineral* (1753).

colocando-os na posição de coletores. Em muitos casos, como é visto na documentação, os indivíduos cumpriam as ordens vindas de órgãos como o Real Museu da Ajuda, no intuito de alimentar os gabinetes com as produções dos quatros cantos do mundo. Via-se esta como uma missão importante, em prol de agradar o monarca com produções naturais. Por outro lado, vale reforçar o olhar sobre aqueles sujeitos que, mesmo exercendo tal tarefa, paralelamente faziam pesquisas sobre a natureza brasílica, como é o caso de Vieira Couto. Desse modo, seria muito ingênuo pensar que em sua residência não haveria coleções do material excedente de suas expedições, de modo a auxiliar na escrita de suas memórias ou para a eventualidade de a remessa ter se perdido durante a travessia do Atlântico, evitando, assim, a necessidade de uma nova expedição. Além disso, esses espaços funcionavam como pontos de encontro de ilustrados e curiosos, na ausência de instituições públicas de ensino. O museu de Vieira Couto, nesse contexto, atuaria como um importante “centro de cálculo” (LATOUR, 1983; 1987). Não surpreende que o único relato que se tem sobre esse espaço ilustrado venha de um viajante estrangeiro, Georg Heinrich von Langsdorff, o Barão de Langsdorff (1774-1852), que, nas suas viagens a Minas Gerais, em 1824, fez parada no Tejuco, em novembro daquele ano – talvez alertado por Saint-Hilaire, que, alguns anos antes, estivera na região e pôde atestar que Couto “tinha percorrido toda a Europa e era dotado de vasta cultura” (SAINT-HILAIRE, 1979, p. 41), ou, talvez, no vaivém das conversas com os locais, soube da existência da figura desse naturalista e, claro, do seu microcosmo, conforme podemos ver:

Nesses dias, levaram-me à casa vazia do Dr. Couto, um erudito brasileiro que viajou pela Europa e que possui conhecimentos incontestes de História Natural. Em 1798, a serviço do Governo, ele viajou pela província e escreveu sobre ela uma bela dissertação.¹³³ É uma pena que não tenha sido impressa. **O autor possui uma bela coleção de minerais, apesar da desorganização.** Ele mora retirado em suas terras, tem 72 anos de idade e é surdo. **Possui uma biblioteca bastante selecionada, especialmente com obras raras sobre química, mineralogia e mineração.** Esse homem poderia ter prestado grandes serviços ao Estado, mas caiu no esquecimento sem ter sido aproveitado. Vi sua **coleção de minerais, alguns extraordinários, entre outros um aglomerado de argila de minério de ferro com cristais e fragmentos de uma pedra transparente que, à primeira vista, se parece com o cristal de rocha, mas, na realidade, é bem diferente.** Chama-se esse tipo de pedra de ganga do diamante, que não quer dizer filão. Dizem que, às vezes, essa pedra é salpicada de diamantes, sem que por isso seja a pedra mãe. - 21 de dezembro de 1824 (SILVA; KOMISSAROV, 1997, p. 272, grifo nosso).

Ainda que a descrição de Langsdorff, um dos primeiros naturalistas estrangeiros a realizar expedições pelo sertão brasileiro após a Independência, tenha sido escrita no século XIX, vale salientar que seu testemunho indica uma coleção formada no século XVIII e que

¹³³ COUTO, 1994.

serviu como ponto de contato com outros naturalistas. Nesse momento, o microcosmo de Vieira não estava nos seus dias de glória; também a sua saúde estava debilitada, vindo o naturalista a falecer três anos depois. Todavia, é notável que, mesmo sem o ilustre morador, o seu gabinete de História Natural continuava a receber visitantes, demonstrando, assim, um lado “público” do seu museu.

No relato, é visível o interesse de Langsdorff pela coleção de minerais, que, em sua perspectiva, não estava organizada. Conhecer o gabinete de Vieira Couto era uma forma de ver um epítome da natureza mineira, em especial, dos minerais que poderiam ser encontrados no trajeto percorrido pela expedição de Langsdorff. Além de estimular o interesse pela Mineralogia mineira, era uma maneira de averiguar as potencialidades de exploração. Naquela altura, início do século XIX, após o Tratado de Abertura dos Portos, a curiosidade de colecionadores, exploradores e naturalistas pelas Minas Gerais passou a ser uma constância, principalmente para fomentar suas coleções. Dessa forma, observar as coleções e as instituições de instrução locais esteve no cerne das atividades dos estrangeiros. O relato do viajante evidencia, ainda, outra camada de leitura: a coleção privada não necessariamente ficava restrita ao seu dono. Apresentar, divulgar e compartilhar o acesso com outros são formas de conferir prestígio social ao colecionador. Desse modo, o Dr. Couto estava inserido numa complexa rede de sociabilidade, que fez chegar sua fama até os ouvidos de Langsdorff, sendo eternizada por suas palavras.

Outro ponto destacado por Langsdorff é a qualidade da biblioteca de Vieira Couto, contendo livros que, naquele momento, já eram tidos como raros. Tal fato demonstra a sapiência do naturalista tejuicano em recolher os principais e mais expoentes autores da História Natural e da Mineralogia, consumindo grandes somas do seu capital. Grande parte desse material foi recolhido durante as suas andanças pela Europa, o que não excluiu a encomenda ou o recebimento de presentes como formas complementares de formação da coleção. Como apontado por Furtado (2014), no inventário da biblioteca de Vieira Couto consta a predominância de exemplares sobre Metalurgia e Mineralogia de regiões geográficas e de temporalidades distintas, como é o caso do *Metallurgie ou l'art de tirer et purifier les métaux*, de Álvaro Afonso Barba, publicado em 1669, obra desse padre de “Potosí, e que havia aperfeiçoado o método de amalgamação desenvolvido por Bartolomé de Medina” (ZEQUINI, 2006, p. 82). Assim, o “livro de Barba foi o primeiro trabalho em que se registrou o processo de amalgamação por mercúrio” (*Ibid.*, p. 82). Isso revela o gosto do colecionador por livros sobre essa temática, contribuindo para a sua especialização sobre o assunto, bem como o fato de estar antenado sobre as principais técnicas exploratórias que pudessem ser usadas nas minas de sua terra. De acordo com Diná Marques Araújo (ARAÚJO; SILVEIRA, 2019, p. 80-87;

ARAÚJO; REIS, 2017, p. 168-184), no fim do século XVII, em consonância com o alvorecer da mentalidade iluminista, surgiu a designação “livro raro” como um critério de apoio à bibliofilia. Progressivamente, ela foi se sistematizando ao longo do período setecentista, especialmente com a formação de bibliotecas dedicadas em acolher edições desse teor e com o surgimento de manuais e catálogos especializados no tema. Tal fenômeno ganhou força principalmente nos países de língua germânica, os quais Vieira conheceu em suas jornadas de ilustração. Assim, esse é um indício do seu olhar atento aos novos modismos colecionistas do período, reunindo, em sua casa, um acervo único.

O conhecimento de Vieira Couto sobre as práticas de coletas o tornou referência nelas, principalmente por ter mantido correspondências com o Museu Real da Ajuda e com a Academia das Ciências de Lisboa, de tal forma que foi informado pelo governador da capitania de Minas Gerais, Manuel de Portugal e Castro (1787-1854), que estava para ser criado um “museu nacional”. Assim, ele deu o seu parecer sobre o melhor método para conservar e embalsamar os animais recolhidos na natureza e como estes deveriam ser remontados na instituição, no intuito de garantir a melhor aparência dos espécimes, próximo de quando possuíam o sopro da vida.

A mesma análise aponta questões importantes sobre as dificuldades do trabalho dos naturalistas do período, que, em consonância com as orientações de indivíduos que não sabiam da condição colonial, reproduziam as mesmas instruções aplicadas no Reino de Portugal. Assim, Vieira Couto questionava, por exemplo, que enviar animais “infundidos em aguardente” não era a melhor opção para o contexto das Minas, uma vez que era “impraticável, onde é raro um frasco de boca larga, que se precisa para isso, e não poder ser substituído por outros vasos ou de barro, ou de madeira, porque embebem os espíritos, ou os tingem, com o que alteram as cores dos despojos das espécies” (COUTO, [1815-1821]). Ou seja, era a prática local ditando a viabilidade ou não das orientações criadas por sujeitos que mal conheciam o horizonte mineiro. Até mesmo por ter estudado em Coimbra, Vieira sabia das possíveis soluções que seriam sugeridas, mas que não seriam viáveis, como, por exemplo, a substituição da materialidade das caixas e dos potes de acondicionamento.

Ao longo dos anos, esse documento foi interpretado de forma equivocada (JULIÃO, 2014, p. 798-808), pois acreditava-se que Vieira Couto estava se referindo ao Museu Real da Ajuda ou a outra instituição a ser criada em Portugal, uma vez que menciona o termo “museu nacional”. Porém, se analisarmos o contexto da carta, mesmo sem data, é possível localizá-la entre os anos de 1814 e 1821, período do mandato de Manuel de Portugal e Castro, especialmente após 1815, ano em que o Brasil foi elevado à condição de reino. Isto é, o

naturalista menciona ter lido a “cópia [da carta] do Chanceler Mor do Reino”, nesse caso, não o de Portugal, mas o do Brasil, cargo que já existia desde a chegada da família real, em 1808 (CABRAL, 2011). Assim, tal fato só colabora com a fama que esse naturalista tinha no período, sendo consultado acerca da viabilidade da capitania de Minas Gerais em prover produtos de História Natural para um projeto que se formava na corte do Rio de Janeiro.

Outro ponto que reforça que se tratava do movimento da administração régia do Brasil de criar um espaço dedicado para o estudo da natureza brasileira é a menção que Couto faz sobre priorizar a coleta de espécimes nativos somente de Minas, uma vez que “os animais de nossas matas são os mesmos que os das matas do Rio de Janeiro, [...] e muitos deles podem ser remetidos dos arredores do Rio para o Museu com menos caminhos e despesas” (COUTO, [1815-1821]). Ou seja, existe um tom que indica a proximidade do espaço geográfico em que a instituição ficaria e as florestas dos arredores. O mesmo ocorreu em relação às boticas, que, a seu ver, eram mais completas que as de Minas. Ainda, em nenhum momento é mencionada a questão do transporte ultramarino, nem a opinião de Vieira sobre o melhor método para executá-lo sem que pusesse em risco o precioso material coletado.

O imbróglcio interpretativo desse documento é reforçado por causa do termo “museu nacional”, induzindo se tratar da nação portuguesa. Porém, naquele momento, os ventos nacionalistas que conduziram o senso de patriotismo nos países ocidentais estavam longe. O termo *nação*, na época, conforme abordado no capítulo 4, se referia “a gente de um país, ou região, que tem língua, leis e governo à parte” (SILVA, 1789, v. 2, p. 107). Assim, o intuito da criação da instituição era coletar produtos que representassem os mundos naturais e artificiais presentes no Reino do Brasil, como forma de catalogar suas potencialidades, principalmente, para a economia, a tal ponto que Vieira Couto reforçou a necessidade de “instruir os ocupados por meio de uma Memória que ensinasse preparar e remeter estes animais”, uma vez que ele via com bons olhos aproveitar a curiosidade dos “habitantes dos campos e serras” para esse serviço (COUTO, [1815-1821]). Não é à toa que, em 1818, é criado o Museu Real e, curiosamente, no ano seguinte é publicada, no Rio de Janeiro, a obra *Instrução para os viajantes e empregados nas colônias sobre a maneira de colher, conservar e remetter os objectos de Historia Natural [...]* (SECRETARIA DE ESTADO E NEGÓCIOS DO IMPÉRIO, 1819), por ordem do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, Thomaz Antonio de Villanova Portugal, servindo de guia para a coleta de produtos naturais pelos locais.

Em virtude da discussão supracitada, não há dúvidas da importância desse naturalista para o desenvolvimento do estudo da natureza no Brasil, proporcionando grandes contribuições para a época e fazendo jus à sua fama entre os pares. Em relação aos equipamentos do museu

de História Natural de Vieira Couto e às coleções que o recheava, seu paradeiro ainda é um mistério. Uma parte de sua biblioteca compõe o acervo da Biblioteca Antônio Torres e, a outra, da Biblioteca do Palácio Arquiepiscopal de Diamantina e do Seminário Provincial Sagrado Coração de Jesus. Como se tratam de lugares de instrução, é muito provável que os livros tenham sido doados pelos familiares, ou adquiridos por alguma ordem religiosa ou por terceiros, que almejavam ampliar o seu acervo institucional ou pessoal. O mesmo pode ter ocorrido com parte da coleção de História Natural, servindo para fins instrutivos a alguma instituição. Alternativamente, como em muitos casos, o desinteresse dos herdeiros pode ter condicionado o seu fim físico. Análises aprofundadas de relatos e evidências documentais indiretas podem trazer novas narrativas sobre a História do Coleccionismo no Brasil, que por anos foi negligenciada. Agora, sabe-se que um ambiente ilustrado e de grande importância para a produção do conhecimento esteve presente no horizonte tejuano do fim do século XVIII e começo do XIX.

5.3 Um palácio “de curiosidades científicas”: coleccionismo e Teologia Natural em

Mariana

O bispo residia numa casa espaçosa no fundo do vale, e tinha morrido pouco tempo antes de nossa vinda. Gabaram-nos a sua biblioteca munida também de muitas obras sobre história natural, e o seu museu de curiosidades naturais, com alguns minérios ricos de ouro. No pomar, tinha formado um viveiro de fruteiras europeias, que ali dão muito bem. Spix e Martius, Mariana, 31 de março 1818 (SPIX; MARTIUS, 2017, v. 1, p. 283).

Os relatos produzidos no começo do século XIX podem auxiliar na compreensão das experiências colecionistas que tiveram origem no século XVIII, conforme observado no caso de Vieira Couto e, agora, no de Dom Frei Cipriano de São José (1743-1817), o finado bispo mencionado por Johann Baptist von Spix (1781-1826) e Carl Friedrich von Martius (1794-1868). Os dois naturalistas e colecionadores, nascidos no século XVIII, foram testemunhas oculares do coleccionismo iluminista praticado em Minas Gerais, por onde viajaram no alvorecer do século seguinte – o que se refletiu na forma como entendiam a natureza e, eventualmente, como a organizavam em seus museus.

Spix e Martius acompanharam a comitiva da princesa austríaca D. Maria Leopoldina de Habsburgo-Bragança ao Brasil, por ocasião de seu casamento com o príncipe e herdeiro da Coroa portuguesa, D. Pedro de Bragança. Os dois eram partes integrantes de um plano maior do governo bávaro de explorar a natureza “desconhecida” do Reino do Brasil, no intuito de

compreendê-la e de mapear as potencialidades para fins comerciais. A vinda foi acordada pelo “hábil rei bávaro Maximiliano José I, que, em novembro de 1816, selou o vínculo com Viena mediante contrato conjugal de sua filha Carolina Augusta com o Imperador Francisco I da Áustria” (COSTA; DIENER, 2018, p. 20). Paralelamente, a missão austríaca tinha o mesmo objetivo – principalmente, desbravar os sertões e registrar tudo que fosse de interesse científico e comercial. Em outra via, também foram responsáveis por coletar espécimes para as coleções de Francisco II da Áustria, o pai de D. Leopoldina.¹³⁴

Como apontado acima, a província de Minas Gerais, cuja riqueza mineral estava indicada no próprio nome, era parada obrigatória para qualquer viajante e explorador interessado nas potencialidades naturais do Brasil.¹³⁵ A presença da Coroa portuguesa no Novo Mundo ampliou o olhar sobre o mundo natural brasileiro. Nesse contexto, a entrada de naturalistas foi vista como incentivo ao desenvolvimento da manufatura no Brasil, a ponto destes, principalmente da comitiva austríaca, serem empregados pelo Estado para tal fim. Observa-se na documentação que esses indivíduos, em contrapartida ao acesso ao meio natural brasílico, deveriam enviar espécimes para o recém-criado Museu Real.¹³⁶

Nos fins de 1817, Spix e Martius adentraram o sertão mineiro. Ambos vivenciaram rotinas desgastantes, comuns a grande parte dos naturalistas à época. O clima, acidentes, roubos e regiões desconhecidas com matas compostas por vegetações e animais traiçoeiros eram constantes percalços que ditavam o sucesso ou o fracasso da expedição. Todo esse contexto de provação fazia parte do *savoir-faire* de qualquer naturalista de formação ilustrada, que era treinado para sair do gabinete e sentir o mundo natural em suas múltiplas formas. Assim, o árduo processo de coletar espécimes e transformá-los em itens de coleções era concebido como fruto de longos períodos de investigações em campo e, posteriormente, continuado dentro dos museus.

Na maioria dos casos, o que chegava até o Velho Mundo ao fim da viagem era um volume menor do que o que fora coletado. Inúmeras são as lamúrias de viajantes naturalistas que, após longos dias coletando espécimes, perdiam as suas preciosas coletas para agentes naturais, como formigas, cupins, carrapatos, baratas e umidade, ou para as desventuras da viagem, como a queda de uma mula ou a travessia de algum rio bravio. Tais situações estão presentes nos relatos de Spix e Martius. As baratas, na visão deles, eram as principais inimigas

¹³⁴ Cf. FEEST, 2013.

¹³⁵ Vide o trecho escrito por Spix e Martius: “É no Brasil, e em nenhum outro país, onde se encontra aquele paraíso hespérico, lugar de esperanças da nossa terra, com o qual sonhávamos já em tempos remotos. Igual riqueza e abundância de ouro e pedras preciosas, como temos tido oportunidade de ver em pessoas particulares, foram depositadas sobre essa montanha, que parece estar formada por gnaisses, especialmente em direção de Vila Rica, a capital da capitania de Minas Gerais” (COSTA; DIENER, 2018, p. 93-96).

¹³⁶ Cf. LOPES, 2009.

da expedição, sendo “doloroso o prejuízo que esses bichos causam ao naturalista; frequentemente se encontra a coleção, que se havia fechado muito bem e se julgava bem segura dependurada à parede, reduzida a nada, numa só noite” (SPIX; MARTIUS, 2017, p. 129).

Mas antes de se abrir aos estrangeiros, a natureza brasileira foi alvo de pesquisas dos naturalistas luso-brasileiros, que montavam em suas residências aparatos que os auxiliavam na escrita da História Natural. Na primeira parte deste capítulo, observamos o funcionamento do gabinete privado de Vieira Couto, um naturalista nascido no Brasil que voltou seus olhos para a ciência, dispondo o seu talento para a máquina colonial. Agora, veremos como a Teologia Natural influenciou o colecionismo ilustrado, de modo a ser projetada na sede do bispado de Minas Gerais, em Mariana, por D. Frei Cipriano de São José.

5.3.1 A Teologia Natural

A Teologia Natural surgiu nos fins do século XVII, em resposta à crescente onda racionalista que invadia as mentes ilustradas em decorrência da Revolução Científica (THOMAS, 2010). De acordo com Luis Miguel Ceríaco (2021, p. 142), essa “postura filosófica se baseava na possibilidade de provar a existência de Deus e do propósito divino por meio da observação e da experimentação da natureza e do uso da razão”. Ao mesmo tempo que defendia a compreensão do mundo natural como uma obra perfeita da criação divina, ela era usada em prol de frear o secularismo iluminista, de tal modo que a adesão a ela não se restringia ao universo eclesiástico, mas alcançava naturalistas formados em instituições seculares. O grande filósofo natural do século XVIII, Carlos Lineu, proferiria que “o Homem foi criado com o propósito de estudar as obras de Deus, de forma a poder observar nelas as marcas evidentes da sabedoria divina” (BRIGOLA; CERÍACO, 2018, p. 282). Assim, por meio da observação e da experimentação, acreditava-se que seria possível provar que o mundo natural era fruto da virtuosidade divina, cabendo à sua principal criação estudá-lo.

Nesse ínterim, o colecionismo de História Natural e a Teologia Natural passaram a estar cada vez mais relacionados, numa simbiose que motivava os colecionadores a reunirem em seus gabinetes e museus espécimes que representavam a maestria do Criador. Ganhavam especial destaque exemplares de regiões distantes e peculiares que, sob um mesmo teto, auxiliavam na retórica do convencimento sobre o lugar do homem perante toda a obra divina. O próprio complexo do Real Museu da Ajuda, assim como cartas e relatórios dos seus idealizadores, deixava evidente que o investimento no estudo da natureza era o caminho perfeito para exaltar a sabedoria divina.

Os naturalistas “Domingos Vandelli e Alexandre Rodrigues Ferreira, no meio de seus trabalhos de descrição e catalogação de espécimes, defendiam ideias ligadas à Teologia Natural”, a ponto de entenderem que, ao “catalogar o mundo natural, não estavam apenas tirando partido dele para a economia e a indústria como também estudando e tentando compreender o plano da criação divina”, ou seja, catalogando toda a obra de Deus (CERÍACO, 2021, p. 144-145).¹³⁷ No portal vestibular do Museu Real da Ajuda havia a inscrição latina *Venite et videte opera Domini, quae posuit prodigia super terram. P. Salm 45:9-12*,¹³⁸ convidando aqueles que entravam no espaço museológico a, além de apreciar as produções naturais, se conectar com um outro lado: o do divino.

No império português, é evidente a presença de indivíduos de origem eclesiástica à frente de descobertas e inovações no campo científico, em especial os jesuítas, em virtude de seu monopólio das instituições de ensino. O padre jesuíta Bartolomeu de Gusmão, por exemplo, se destacou na corte por suas experiências com balões de ar quente que, à época, o deixaram famoso nas academias científicas europeias. A ciência não era vista como inimiga da Igreja, mas como uma ferramenta de apoio para a comprovação divina. No cenário colecionista português, figuras importantes, como os freis D. Manuel do Cenáculo (1724-1814) e D. José de Jesus Maria Mayne (1723-1792), revolucionaram o pensamento museológico ao fazer da Teologia Natural a base para as suas ações colecionistas, projetadas para além do âmbito íntimo, como será abordado adiante. A Universidade de Coimbra teve um papel fundamental em preparar os eclesiásticos para a árdua tarefa de recolha de produtos naturais, segundo Rodrigo Osório Pereira:

As mudanças trazidas pelos novos estatutos atingiram os estudantes de todos os cursos da universidade, que passaram a ter que frequentar as disciplinas de história natural, matemática e química em um curso preparatório de dois anos antes do início do currículo de formação específica. Até mesmo os alunos de Teologia eram obrigados a essa preparação que ocorria na faculdade de Filosofia. Essa preparação se dava com as disciplinas de Filosofia Racional e Moral no 1º ano e de História Natural no 2º ano. As demais disciplinas complementares eram Geometria na faculdade de Matemática no 2º ano preparatório e, no caso dos alunos dos cursos de Medicina e de Leis, as disciplinas científicas de Química, Física Experimental e História Natural (PEREIRA, 2013, p. 71).

¹³⁷ De acordo com o mesmo autor, Domingos Vandelli escreveu, nas *Memórias sobre a utilidade dos museus de História Natural*, que, “em um museu, onde a natureza, por assim dizer, está reduzida a um ponto, se convence o pirronista; e o mais incrédulo, admirando tantas e diferentes coisas que do acaso não podem ser feitas, é convencido da onipotência do Criador” (CERÍACO, 2021, p. 145).

¹³⁸ I.e.: “Venham e vejam a obra do Senhor, que apresenta prodígios sobre a terra” (*Ibid.*, p. 142).

A figura de D. Frei Cipriano de São José, a quem nos voltamos, foi pouco explorada pelos pesquisadores, sendo difícil entender os percursos de sua formação eclesiástica. De acordo com o historiador Raimundo Trindade, o religioso “nasceu em São Sebastião da Pedreira, freguesia de Lisboa, em 1743”, recebeu “as ordens sacerdotais em 1768” e atuou como “professor de Sagrada Escritura; de Filosofia e de Teologia no Convento de São Pedro de Alcântara”. Tornou-se “mestre em Teologia Dogmática e Moral”, o que lhe concedeu distinção na sociedade, atuando como “pregador da corte na capela de Bemposta” (TRINDADE, 1929, p. 226). Mesmo que a sua história seja turva, é clara e notável sua inserção no ambiente aristocrático da corte portuguesa, a ponto de proferir cerimônias religiosas para a família real. Porém, a sua proximidade com a monarca D. Maria I e a conflituosa vida de corte, na qual todos observam, escutam e comentam, resultaram na sua nomeação como bispo de Mariana. Tal nomeação não foi no intuito de conferir distinção ao religioso, mas de afastá-lo do círculo cortesão, uma vez que era um grande crítico da nobreza lusitana.¹³⁹

D. Frei Cipriano fez parte da geração de eclesiásticos da segunda metade do século XVIII responsável por aproximar as discussões sobre o papel da natureza como testemunho e poderio do Criador. Ele circulou entre figuras importantes para o desenvolvimento museológico e colecionista de Portugal, como os já citados D. Frei Cenáculo e D. Frei Mayne. Cenáculo, natural de Lisboa, teve grande projeção na corte. São conhecidos o seu fascínio pelas ciências e seu papel na renovação do ensino eclesiástico português, sobretudo por meio da sua dedicação em criar bibliotecas de teor público. Além disso, foi pioneiro na cultura antiquária, recuperando os monumentos da Antiguidade portuguesa que eram encontrados nos campos, reunindo-os e os expondo em seu museu, inicialmente localizado em Beja e, depois, na sua cidade natal (BRIGOLA; CERÍACO, 2018, p. 279). Ele foi uma das principais mentes de sua época, estando em posições, na corte, que lhe garantiram prestígio, tais como presidente da Real Mesa Censória – o que lhe permitiu o acesso e a posse de importantes livros em circulação. Lecionou, também, na prestigiosa Universidade de Coimbra, compondo o grupo de intelectuais que auxiliaram na reforma curricular.

Frei Mayne, caloroso defensor da Teologia Natural na educação da mocidade portuguesa, com o intuito de combater as dúvidas religiosas e o laicismo que se avivavam com

¹³⁹ Tal fato é visto na missiva para o Conselho Ultramarino, em que expôs: “Vossa Excelência sabe, que eu não procurei o Bispado de Mariana como não ambicionava nem honras nem riquezas, vivia contente, e em sossego no estado, que professei. Foi Sua Majestade servida de eleger-me e não atendendo às minhas súplicas, que lhe expus com submissão, e respeito, sujeitei-me como fiel vassalo, as Reais Ordens, e sou Bispo de Mariana por obediência” (Cipriano de São José, 25 out. 1798 *apud* MAIA, 2009, p. 892). Cf.: ROCHA *apud* TRINDADE, 1928, v. I, p. 227.

o Iluminismo, “havia sido confessor de dom Pedro III e havia investido todos os seus bens pessoais na compra de material didático, como livros, documentos, instrumentos de física e espécimes de história natural” (BRIGOLA; CERÍACO, 2018, p. 290). Tal aparato foi organizado e disposto no Convento de Nossa Senhora de Jesus de Lisboa, onde lecionava aulas públicas sobre a relação entre a Criação e o mundo natural. Posteriormente, o seu *museu* – conforme denominação do período – foi doado à Real Academia das Ciências de Lisboa quando da criação de um curso permanente de Teologia Natural, no bojo das Reformas Pombalinas, o que reforça o interesse do religioso em garantir a difusão dessa filosofia perante a sociedade portuguesa, uma vez que a própria criação da Academia foi uma manobra para evitar a secularização da ciência lusitana e, principalmente, afastá-la do que se acreditava ser as chamadas iluministas. Assim, o legado de Mayne estaria seguro, garantindo a defesa da fé católica e, sobretudo, a soberania do dedo do Criador.

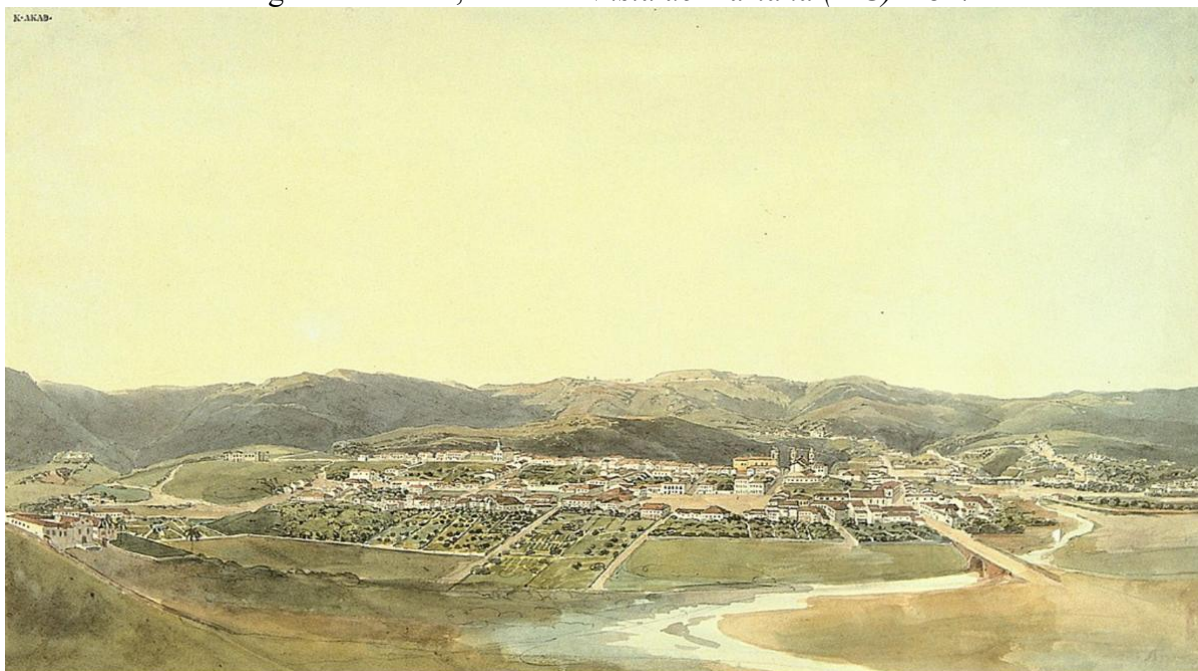
Um detalhe que chama a atenção quando essas três figuras são colocadas em perspectiva é o fato de todas serem da mesma ordem religiosa: a franciscana. Desse fato, é possível intuir um *modus operandi* presente no método de educação dessa congregação, que estimulava o estudo da natureza por um olhar menos conformista e escolástico, em diálogo com vertentes moderadas do Iluminismo. De acordo com Breno Ferreira (2018, p. 7), “a partir de meados do século XVIII, o ensino nos colégios franciscanos, até então amparado em Duns Scott e semelhante ao dos jesuítas, passa por uma transformação que o aproxima da ‘filosofia moderna’”, tendo como forte articulador o Frei Cenáculo (*Ibid.*, p. 9). Essa renovação entendia as vantagens das práticas da observação e da experimentação como caminhos fundamentais para a compreensão da natureza e, conseqüentemente, a atualização de teorias científicas. Ou seja, propunha usar os vetores iluministas com a prerrogativa de defender a soberania divina.

5.3.2 Os jardins ciprianos

Na altura em que Spix e von Martius passaram pela sede do Bispado de Mariana, em 1818, a cidade ainda vivia o luto pela perda de D. Frei Cipriano. Desde a sua chegada, em 1799, ele promovera grandes transformações, não apenas no mundo episcopal sob a sua jurisdição, que carecia de mais cuidados, dado o longo tempo de sede vacante – quinze anos –, mas, também, no ambiente sociopolítico marianense. Para além de sua condição de prelado, agindo em defesa da fé católica nos trópicos, o bispo fez da natureza local um ponto de inflexão sobre a obra do Criador, com a construção de estruturas que refletiam o seu entendimento ilustrado, tanto no campo visual quanto no intelectual. Entre elas, figuram os jardins do Palácio

Episcopal – neste trabalho, nomeados *ciprianos* – e, como já mencionado, o museu munido de vasta biblioteca. O museu espalhava-se pelos cômodos do palácio; já o jardim pode ser visto em uma das aquarelas de Thomas Ender (Imagem 4). É certo que ambos os instrumentos de pesquisa serviram de “centro de cálculo” para as reflexões do bispo acerca da Teologia Natural. Na imagem, o jardim, com seus canteiros regulares, cortados por aleias retilíneas, pode ser visto à direita do Palácio Episcopal, situado no canto extremo esquerdo da imagem.

Imagem 4 – Ender, Thomas. *Vista de Mariana (MG)*. 1817.



Fonte: Ferrez, 1976.

Nota: o Palácio Episcopal está representado no canto esquerdo da imagem.

Algo interessante a observar sobre o complexo botânico e museológico de D. Frei Cipriano em terras mineiras é a ligação intrínseca entre os dois espaços. Durante o século XVIII, com a renovação da mentalidade naturalista, torna-se comum a defesa da necessidade de que as estruturas museológicas fossem complementadas por jardins ou hortos botânicos, como forma de reforçar as práticas da observação e da experimentação, tão caras à filosofia iluminista. No caso de Mariana, a presença dos jardins junto à estrutura do Palácio Episcopal reforça o papel das instituições religiosas na produção do conhecimento. Não eram espaços dedicados apenas ao deleite, mas também à aclimação de plantas e seu estudo. Tal fato é evidente nas palavras de Spix e Martius, ao mencionarem que, “no pomar, tinha formado um viveiro de fruteiras europeias, que ali dão muito bem” (SPIX; MARTIUS, 2017, v. 1, p. 283). Ou seja, o complexo botânico atuava como importante recurso para que espécimes estrangeiros fossem cultivados, contribuindo para o enriquecimento da dieta local.

Vale ressaltar que a criação de jardins pode ser compreendida como uma prática colecionista, quando dedica-se um espaço para o cultivo de plantas com o propósito científico, ou mesmo frutivo. Grandes somas de capital e também de recursos humanos foram mobilizados, durante os séculos XV a XIX, a fim de alimentar jardins e hortos botânicos (KURY, 2013). Tal hábito colecionista ganhou impulso com a difusão das *orangeries*¹⁴⁰ no Renascimento italiano, tornando-se um grande movimento com apogeu no século XIX. O rei francês Louis XIV, por exemplo, criou uma das principais *orangeries* da Europa no Palácio de Versalhes. Nesse movimento, passou a ser uma constância o envio de plantas de diferentes partes do mundo como presentes diplomáticos por dignitários, que almejavam agradar o monarca no objetivo de se beneficiarem de algum acordo.

D. João V, um dos soberanos mais ricos do século XVIII, também tinha grande apreço pela História Natural e pela cultura de curiosidade, algo que o estimulou a munir os seus palácios de espaços para a teatralidade da Filosofia Natural, como gabinetes e jardins. Plantas dos quatros cantos do mundo eram aclimatadas e expostas ao seu olhar, bem como animais de diferentes espécies, que ficavam expostos no Pátio dos Bichos (BRAGA, 2018, p. 60-86). Tal fato aponta para o que poderíamos chamar de uma “cultura dos jardins”, que abarcaria a ideia de um forte interesse dos homens e das mulheres dos séculos XVI, XVII e XVIII pelo colecionismo de plantas, com o propósito de fazerem dos seus jardins locais para deleite, exibição social e, também, para a aclimação com fins científico e comercial (CARVALHO, 2022, p. 347-364).¹⁴¹

O gosto pela estética dos jardins renascentistas italianos passou a ser recorrente no século XVII, em especial, quando os de Versalhes foram criados e desenhados por André Le Nôtre (1613-1700) (THOMPSON, 2006). A dimensão descomunal dos canteiros e lagos artificiais demonstrava o refinamento do monarca, ao mesmo tempo que atestava o seu poderio diante daqueles que visitavam a sua “casa”. Era uma forma de projetar que até mesmo a natureza era passível de controle pelo “Rei Sol”, sendo ordenada simetricamente e organizada conforme o seu interesse. Nesses modelos, observa-se o “culto do geometrismo e da regularidade dos espaços e das formas, imposta pelo gosto do absolutismo imperante”. Uma vez exposto aos visitantes, o interesse por esse parâmetro de jardim ganhou adeptos em toda a Europa – o que antes era ao “gosto italiano” passou a ser “ao gosto francês”, sendo este

¹⁴⁰ O termo é uma referência às estufas, grandes estruturas arquitetônicas que serviam para acondicionar espécies cítricas durante o inverno. Posteriormente, o termo passou a ser usado para se referir a coleções de plantas exóticas.

¹⁴¹ Agradeço à colega e amiga Carolina Vaz de Carvalho, pesquisadora de práticas de colecionismo na Europa dos séculos XVI e XVII, pelos comentários gerais e pelas sugestões de leitura sobre esse tema.

o referencial para a estética dos jardins barrocos. O modelo francês se baseia nas “normas da arquitetura, transpondo para o espaço exterior as normas utilizadas na organização do espaço interno dos seus sumptuosos edifícios”, com a presença “de relações básicas de proporção, simetria e regularidade” (CALAFATE, 1994, p. 127).

Alinhados com a mentalidade iluminista, que versava a racionalidade e o gosto pela simetria e pela ordem, os jardins com estética francesa dominaram o paisagismo externo dos principais palácios e casas da época. Cada canteiro geometricamente desenhado era preenchido com determinados tipos de espécies de plantas, numa organização que unia a beleza à funcionalidade científica. Os dois jardins ciprianos atendiam a esse padrão de disposição geométrica, ambos divididos em oito trapézios, contendo, cada um, um tanque d’água ao centro, como se observa na imagem de Ender. Este último recurso, além de garantir o frescor e o embelezamento do ambiente, também servia de apoio para a irrigação.

Não é difícil imaginar o quão aprazível era caminhar entre as árvores e os arbustos plantados de forma antinatural, alinhados em fileiras contínuas ao lado dos jardins principais. Os aromas das laranjeiras, das jabuticabeiras, das mangueiras e das goiabeiras, dentre outras espécies nativas e exóticas, se misturavam aos das ervas plantadas nos canteiros trapezoides. O barulho da água ecoava entre os canais que abasteciam as fontes e os tanques, que proviam o frescor nas tardes quentes de Mariana. Tal atmosfera proporcionava deleite aos seletos visitantes, que, vez ou outra, teriam a sua contemplação interrompida pelos sons dos sinos que ditavam a rotina dos moradores. As algazaras dos pássaros, especialmente das maritacas e dos periquitos que disputavam as palmeiras enfileiradas, lembravam aos transeuntes a riqueza da natureza brasílica. Indícios do Jardim do Éden, onde o Criador recheou o mundo com maravilhas, conforme a crença da Teologia Natural.

Nesse contexto, os jardins ciprianos atuavam como um recado ao mundo que o circundava, anunciando que a complexa obra do Onipresente era cabível de uma organização racional que permitia compreendê-la melhor. Um atestado da sapiência do bispo, que dedicava horas do seu corrido dia para o estudo da natureza, com especial atenção à flora brasílica, pouco conhecida e que precisava ser destrinchada por mentes capazes, como a do nobre religioso. Aqueles que observavam das regiões mais altas visualizavam a diferença paisagística do Palácio Episcopal, que contrastava das demais casas com seus quintais assimétricos, feitos ao gosto de cada dono. Os jardins ciprianos, com as suas feições geométricas perfeitamente desenhadas, reforçavam a imagem de que ali vivia alguém distinto. Tal visão foi eternizada pelas mãos do pintor e gravador de Vila Rica, José Joaquim Viegas de Menezes (1778-1841), que retratou em mais detalhes o Seminário de Mariana e seu complexo episcopal (Imagem 5).

Imagem 5 – Menezes, José Joaquim Viegas de. Prospecto da Caza e Chácara Episcopal vista de huma janela do Seminario, que lança para a mesma Chácara em Marianna. [1801-1809].



Fonte: Acervo do Museu Arquidiocesano de Mariana; Wikimedia.

Na imagem de Menezes, é marcante o contraste entre a natureza em seu estado orgânico, descontrolada, e os jardins ciprianos, simetricamente alinhados, assim como as plantas que os recheavam. Para uma sociedade pouco acostumada a ver tais maravilhas criadas por mãos humanas, o feito trazia uma sensação surpreendentemente aprazível ao olhar, de tal modo que passou a ser um referencial importante para os moradores de Mariana, que se “[gabavam] muito de seu jardim”, conforme as palavras do naturalista viajante francês Auguste Saint-Hilaire (1779-1853), que relata a tentação de conhecer o complexo, visível “dos lugares elevados que o dominam”. O seu acesso, porém, foi negado pelos religiosos que viviam no local, que, “com pouca amabilidade, [disseram] que a permissão solicitada só me poderia ser concedida pelo vigário geral, que desde a morte do último bispo, governava a diocese”. Tal recusa causou espanto ao curioso viajante, que se conteve para não insistir. Em suas palavras: “achei que não valia a pena fazer essa diligência, e retirei-me, manifestando minha surpresa de que se fizesse tanta dificuldade por tão pouca coisa” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 150). O mesmo “gabar” é confirmado por Spix e Martius ao visitarem a região, os quais mencionam o complexo científico que o palácio abrigava em suas dependências. Assim, no senso comum, entendia-se que ali era um ponto de produção de conhecimento e saciamento de curiosidade.

Em outro prospecto de Viegas de Menezes (Imagem 6), temos uma visão mais intimista do primeiro jardim cipriano. As volutas presentes na cantaria da escadaria reforçam o gosto barroco ainda muito presente nas construções de Mariana, acompanhando a linguagem arquitetônica do Palácio Episcopal. O ordenamento das plantas e das árvores e o muro de heras belamente alinhado refletiam o controle sobre a força natural, impedindo que o projeto perdesse os seus contornos. Tal esforço era oriundo do labor dos jardineiros, provavelmente escravizados, que passavam longas horas ao sol em prol de garantir a manutenção do complexo. Ao redor dos canteiros centrais é visível o ordenamento das plantas de estatura média-alta, o que permite afirmar que as diretrizes de organização se baseavam em manter o contraste de escalas entre o pequeno e o grande, o delicado e o robusto, criando um jogo visual que reforçava o padrão geométrico almejado. A mensagem era clara: o mundo natural era passível de sistematização, principalmente pelas mentes que se dedicavam a compreendê-la. Ao entrar nesse espaço, o visitante estaria mais próximo de se conectar com o divino, contemplando a obra do Criador.

Imagem 6 – Menezes, José Joaquim Viegas de. Prospecto da Chácara da Caza da Residência Episcopal vista da janela do meio da mesa Caza no seu reverso se vê também o Seminário e [parte] da Cidade de Marianna. [1801-1809].



Fonte: Acervo do Museu Arquidiocesano de Arte Sacra de Mariana; Wikimedia.

Imagem 7 – Perspectiva atual dos outrora jardins ciprianos



Fonte: do próprio autor.

Nota: a obra de Viegas é uma ponte para o passado glorioso do complexo do Palácio Episcopal, hoje completamente inexistente.

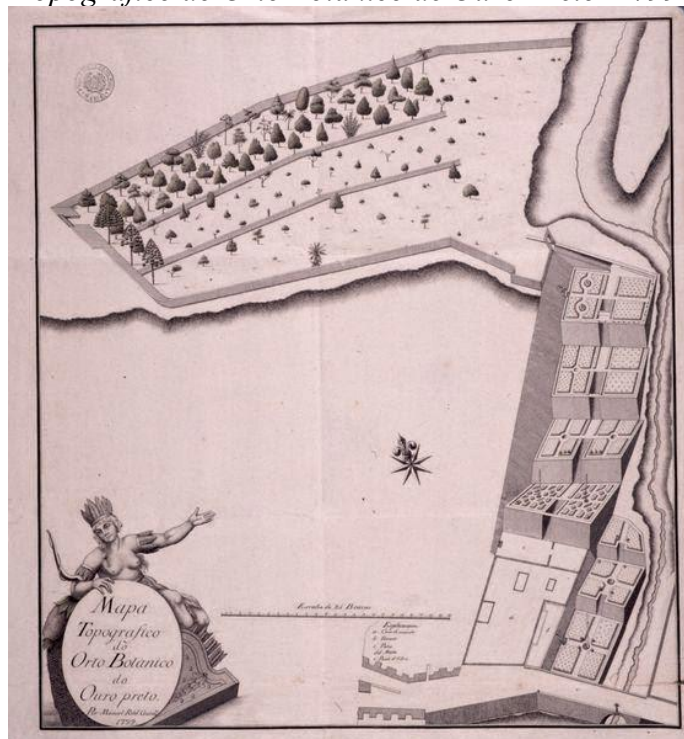
Além de serem uma janela para o passado, permitindo analisar visualmente os jardins ciprianos, esses dois prospectos têm outra intencionalidade. É muito curioso que as imagens tenham sido encomendadas por D. Frei Cipriano com o objetivo de registrar as melhorias no Palácio Episcopal. As aquarelas são os testemunhos de sua mente qualificada, que transformou o que antes era um amontoado de arbustos e árvores, juntamente com quintais sem organização racional, em dois espaços que projetavam os valores oriundos da sua formação ilustrada. Assim, para além de um atestado das suas virtuosidades, também são um importante registro do seu empenho em unir a racionalidade das Luzes com a Teologia Natural, provendo um *locus* para a admiração e o estudo da criação divina. Por outra via, ampliavam o papel de destaque do palácio aos olhos daqueles que chegavam à cidade.

Moacir Rodrigues de Castro Maia (2009, p. 881-902) foi responsável por lançar luz à história dos jardins ciprianos. Segundo os seus estudos, existe uma relação entre o Horto Botânico de Vila Rica, criado em 1799, e o de Mariana, uma vez que D. Frei Cipriano, “ao tomar posse do bispado, em 1799, [se] encontrou [com] o padre Joaquim Veloso de Miranda (1736-1817), célebre naturalista mineiro, e que naquela altura tinha sido recém-nomeado secretário do governo da capitania de Minas Gerais”, criador do jardim botânico ouropretano (MAIA, 2009, p. 890). Na rede de sociabilidade da época, estar entre os notáveis da capitania era fundamental para a circulação de ideias, projetos e descobertas. Vale ressaltar que, certamente, D. Frei Cipriano conheceu o Horto de Vila Rica¹⁴² (Imagem 8) em suas viagens à sede administrativa de Minas

¹⁴² Cf.: PEREIRA, 2018; MAIA, 2015, p. 96-113.

Gerais, fato que poderia ter despertado a vontade de concretizar tal empreitada em sua residência oficial. Desse modo, as duas estruturas dariam suporte uma à outra, principalmente no envio de espécimes, complementando as carências existentes entre elas.

Imagem 8 – Guimarães, Manoel Ribeiro. *Mapa Topográfico do Orto Botânico de Ouro Preto*. 1799.



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino.
PT/AHU/CARTI/003/01635

Outro ponto de destaque que reforça a semelhança dos espaços botânicos é a planta geométrica adotada, de enquadramentos parecidos. Isso comprova que, naquele momento, as diretrizes conceituais da organização dos hortos seguiam a vertente francesa. Ambos possuíam divisões geométricas, com plantas dispostas conforme as suas estaturas e fontes d'água centralizadas, combinando funcionalidade e teor estético. É curioso observar que D. Frei Cipriano possuía em sua biblioteca a obra *Diccionario dos termos technicos de História Natural: extrahidos das Obras de Linnéo...*, de Domingos Vandelli, que, publicada em 1788, almejava prover material bibliográfico de qualidade para auxiliar os filósofos naturais de língua portuguesa, dada a carência de livros sobre o tema atualizados com as novas descobertas do campo. Para além disso, no frontispício da obra, consta a representação de jardins – provavelmente os do Palácio de Queluz, residência oficial de D. Maria I – que seguiam a mesma

vertente de disposição paisagística.¹⁴³ Uma vez que a obra pertenceu a Joaquim Veloso de Miranda, isso nos induz a pensar que esse material possa ter servido como mais um referencial para a idealização do formato dos canteiros dos jardins ciprianos, o auxiliando na concepção paisagística (Imagens 9 e 10).¹⁴⁴

Imagem 9 – Frontispício do Dicionário dos termos technicos de História Natural: extrahidos das Obras de Linnéo..., de Domingos Vandelli, 1788.

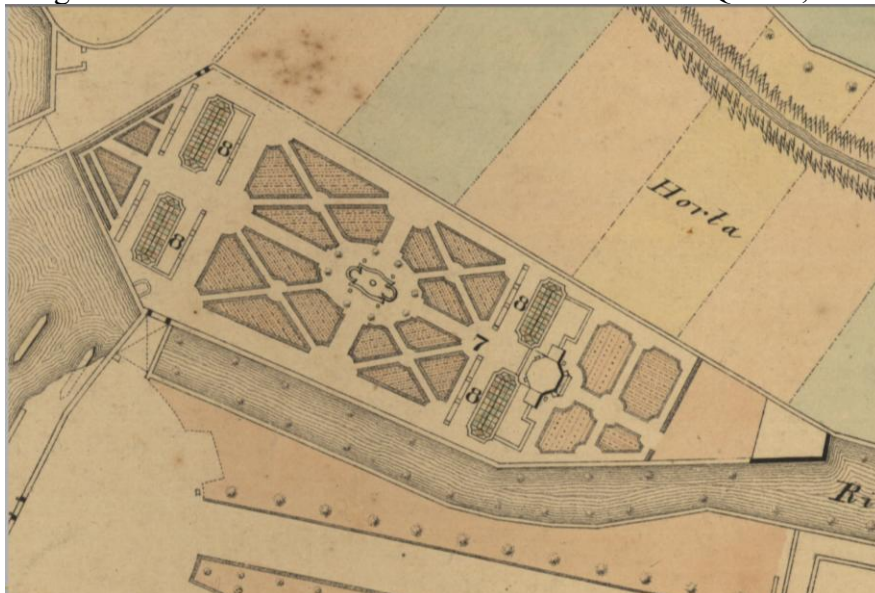


Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal.

¹⁴³ Isso era, muito provavelmente, uma forma de prestar homenagem à soberana, dado que a obra foi oferecida a ela, como se pode inferir da seguinte descrição que consta no cartucho da imagem: “À sua Majestade fidelíssima D. Maria I, N. Senhora Rainha de Portugal e dos Algarves, protetora das Ciências e das Artes”. Assim, criava-se uma associação que eleva a figura da monarca como incentivadora do desenvolvimento da História Natural, mas, também, da indústria no Reino.

¹⁴⁴ De acordo com Maia (2009), alguns livros que pertenceram a Miranda foram oferecidos para compor a biblioteca de D. Frei Cipriano após a sua morte. Tal fato reforça o laço existente entre ambos.

Imagem 10 – Planta do Jardim Botânico do Palácio de Queluz, 1865.



Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo; Pinto, 2017.

5.3.3 A biblioteca

A presença de bibliotecas nos gabinetes e museus, conforme já discutido, é um elemento constante e fundamental nas casas de colecionadores luso-brasileiros do período. Era por meio da junção do saber teórico com o prático que a ciência iluminista rumava para o caminho da construção do conhecimento. Dessa combinação, os livros são os elementos que mais resistiram ao passar do tempo, tornando-se partes do testemunho de mundos que foram construídos no passado pelos colecionadores. A destruição instantânea dos livros foi retardada após a morte do seu proprietário, por um lado, por agentes que viam neles uma grande oportunidade de recheiar as suas bibliotecas, e, por outro, pelo valor que esses itens possuíam como bens, sendo arrolados no processo de inventariação.

D. Frei Cipriano não deixou de se munir de uma preciosa biblioteca, trazendo consigo, na sua bagagem homérica, edições atualizadas ou inéditas. Ademais, o Palácio Episcopal já possuía, segundo Luiz Carlos Villalta, uma das maiores bibliotecas de Minas Gerais no século XVIII, na gestão (1779-1793) do bispo D. Frei Domingos da Encarnação Pontével (1722-1793), contendo “412 títulos e 1056 volumes” (VILLALTA, 1999, p. 294). Tal montante era de impressionar: os “interesses literários [do clérigo] ultrapassavam as exigências imediatas da vida pastoral, demonstrando curiosidade em relação a Ilustração, a questões propriamente teológicas e, ainda, a matérias de ciências exatas e naturais” (VILLALTA, 1999, p. 308) – características igualmente evidentes no arrolamento da biblioteca de D. Frei Cipriano, cuja vida sacerdotal não reduziu o seu interesse por outros temas. Constam em seu inventário cerca de 446 títulos

num total de 1149 volumes, montante considerável para a época, fazendo de sua biblioteca uma das maiores do período, reunindo, em grande parte, obras de Teologia, Direito Canônico, Filosofia Moral, Literatura e História Natural, em especial, Botânica.

Aprofundar o olhar nas bibliotecas de colecionadores nos auxilia a traçar o perfil destes, possibilitando entender os gostos, as preferências e os métodos classificatórios e teóricos que circulavam nas mentes desses indivíduos. Quando colocamos em perspectiva a biblioteca de D. Frei Cipriano, em comparação com a do Dr. José Vieira Couto, percebemos o que tangenciava o interesse de cada um: o primeiro, o mundo da Botânica e, o segundo, o da Mineralogia. Mesmo em relação a coleções físicas que não existem mais, é possível ter uma dimensão de como elas foram classificadas e colocadas em diálogo com a literatura do período com base em seus vestígios documentais. No caso de ambos, é visível que partilhavam dos princípios classificatórios do mundo natural da época, em especial, o *Systema Naturae* de Carlos Lineu. Este seria um reflexo da propagação das ideias lineanas pelo ensino reformado de Coimbra, bem como do empenho de Domingos Vandelli em conferir novos tratamentos à ciência lusitana.

A prática da posse de livros por eclesiásticos era comum, visto que, desde a Idade Média, eles constituíam parte central da elite letrada. Por um lado, são visíveis as variedades de gostos, sendo que a maioria usava o tempo contemplativo para aprimorar o estudo sobre o Criador; por outro lado, religiosos envolvidos no ensino e na investigação do mundo natural possuíam, em suas bibliotecas, um arcabouço bibliográfico que abarcava outras áreas do conhecimento, inclusive com a presença de livros proibidos pela Coroa. No caso de D. Frei Cipriano, ao chegar a Mariana, encontrou a residência oficial dos bispos completamente desfalcada, tanto pela ausência de manutenção quanto pela falta de móveis e de aparatos de uso cotidiano (MAIA, p. 888). Sua maior indignação foi perceber que a preciosa biblioteca reunida por seu antecessor, D. Frei Pontével, havia sido vendida, e que muitas obras haviam sido adquiridas por terceiros. Em virtude disso, coube informar a D. Rodrigo de Souza Coutinho, secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, que respondeu ao governador das Minas Gerais, D. Bernardo José de Lorena, com o seguinte direcionamento:

Sendo presente a S. Majestade pelo novo Bispo de Mariana, que aí se tinham vendido os Livros do seu Antecessor, de que ele podia ter necessidade, pedindo que as Pessoas que os compraram fossem obrigadas a entregá-los ao Procurador do mesmo Bispo, sendo primeiro embolsados à custa da Mitra, do preço que por eles deram, foi S. Majestade servida de assim e determinar. O que participo a V. S.a para que nesta

conformidade passe as competentes Ordens, para a execução do referido. D.os G.e a V. S.a - Palácio de Queluz, em 2 de Dezembro de 1797 - D. Rodrigo de Souza Coutinho.¹⁴⁵

Nessa situação, é notável o empenho do religioso em reaver a biblioteca de Pontével, sendo provável que a dimensão descomunal que sua biblioteca adquiriu possa, em parte, ter resultado do seu esforço em recuperar a coleção de seu antecessor. Àquela altura, não vigorava a regra que os bens de um bispo falecido deveriam continuar fazendo parte do Palácio Episcopal; pelo contrário, após a morte era recorrente dispor todo o conteúdo dele à venda como meio de obter fundos para a Mitra, existindo inventários de cada bispo.¹⁴⁶ A ordem de D. Rodrigo revela o interesse dos letrados locais em adquirir livros, uma vez que o mercado de livros era restrito e, seus valores, altos. Ademais, era prestigioso possuir algo que pertencera a um bispo; seria, também, uma ótima oportunidade de adquirir obras de autores renomados pela literatura da época. No caso de Pontével, “em sua biblioteca encontravam-se dois autores ilustrados: Genuensis, iluminista oficial, proibido por Roma, e Robertson, historiador escocês que denunciava as mazelas da colonização” (VILLALTA, 2012, p. 32). Ou seja, o caminho da subversão permeava recintos que supostamente deveriam coibir qualquer ideia aliciante que pudesse corromper a moral.

Conforme ressaltado, D. Frei Cipriano construiu uma biblioteca que se centrava na História Natural, em especial, no mundo da Botânica. Isso não quer dizer que outras áreas do conhecimento não estivessem incluídas. Ao observar o inventário de D. Frei Cipriano, é notável a prevalência de obras de Botânica e áreas afins, como os exemplares *Description des plantes de l'Amérique*, de Charles Plumier, *Dictionnaire universel des drogues...*, de Nicolas Lémery, *Compendio de Botanica ou noções elementares d'esta sciencia segundo os melhores escriptores modernos expostas na lengoa portugueza*, do botânico português Félix da Silva Avellar Brotero, *Dictionnaire élémentaire de Botanique*, de Pierre Bulliard, e as obras de Nicolai Josephi Jacquin, *Observationum Botanicarum e Selectarum Stirpium Americanarum Historia*. Por outro lado, vale reforçar seu apego por obras clássicas da Antiguidade, como *Historia Plantarum*, de Teofrasto, editada por Johannes Bauhin e publicada em 1650, algo caro à prática da Filosofia Natural, que, mesmo passando por renovações teóricas, não abria mão dos autores clássicos, como Plínio e Aristóteles – herança da escolástica.

¹⁴⁵ PARA O GOVERNADOR de Minas Gerais, Bernardo José de Lorena, sobre a informação do novo Bispo de Mariana, [Dom Frei Cipriano de São José], a respeito da venda de livros de seu antecessor. 2 dez. 1797. Arquivo Histórico Ultramarino. AHU_CU_ORDENS E AVISOS PARA MINAS GERAIS, Cod. 610, fl. 210.

¹⁴⁶ No caso do primeiro bispo de Mariana, Dom Frei Manuel da Cruz, a sua biblioteca era composta por 36 títulos e 79 volumes – bem inferior se comparada às de seus sucessores (VILLALTA, 2012, p. 24).

As obras de Carlos Lineu estavam presentes no mundo bibliográfico de D. Frei Cipriano, demonstrando a sua proximidade com os métodos classificativos desse naturalista. Dentre as obras, consta o clássico *Systema Naturae per Regna Tria Naturae* (1735), que dividiu o mundo natural dos três reinos (animal, mineral e vegetal) em sistemas classificativos – classe, ordem, gênero e espécie –, padronizando, sob uma mesma diretriz, a nomeação dos seres vivos. Consequentemente, é de se pensar que os espécimes de seu gabinete estivessem ordenados e classificados no método lineano. Também constava de sua biblioteca o *Species Plantarum* (1753), livro essencial para a descrição e nomenclatura dos espécimes botânicos.

A vivência no Novo Mundo, por mais contrária que fosse ao seu gosto, seria a perfeita oportunidade de compreender e estudar a natureza brasílica, que se encontrava timidamente classificada e ordenada. Assim, D. Frei Cipriano acertou em querer se munir de obras importantes para investigar o mundo natural e, claro, poder tirar dele proveitos para o usufruto humano. A biblioteca também continha obras sobre agricultura, como o *Cours complet d'agriculture: théorique, pratique, économique, et de médecine rurale et vétérinaire...*, do abade François Rozier, um dos mais importantes botânicos franceses, membro da Academia de Ciências de Paris. O desenvolvimento da agricultura estava no cerne das atenções do bispo, em prol de garantir melhorias para a prática no Novo Mundo.

D. Frei Cipriano também proveu a sua biblioteca com obras de autores contemporâneos, como no caso do livro *Alographia dos álcalis fixos vegetal ou potassa, mineral, ou soda, e dos seus nitratos, segundo as melhores memorias estrangeiras, que se tem escripto a este assumpto*,¹⁴⁷ do botânico brasileiro Frei José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811). Esse naturalista, durante a sua vida, se debruçou sobre a natureza brasílica e criou importantes estudos e obras que viriam a contribuir para a publicação de *Flora brasiliense*, de Spix e Martius. Isso reforça o fato de que a ciência luso-brasileira, por muito tempo, também esteve nas mãos de religiosos que, por um lado, fizeram da Teologia Natural um recurso para reforçar a presença do Criador na construção do mundo e, por outro, auxiliaram no desenvolvimento da agricultura local como forma de garantir melhorias na produção de insumos para o império português.

Outro detalhe que chama a atenção no arrolamento de sua biblioteca é a presença da relação de livros que pertenceram ao naturalista Joaquim Veloso de Miranda e foram oferecidos ao bispo pelo seu irmão, o coronel Antonio Veloso de Miranda, que solicita a não inclusão das obras no arrolamento do D. Frei Cipriano, dado que ele não chegou a dar um parecer sobre a

¹⁴⁷ Cf. LUNA, 2008, p. 2214-2220. A mesma obra consta no inventário do naturalista Joaquim Veloso de Miranda, demonstrando a circulação das descobertas científicas de filósofos naturais entre a sociedade de Minas Gerais.

compra, falecendo antes. Na relação, constam obras importantes de Botânica, reacendendo o interesse do eclesiástico pela área. Destaca-se a presença de obras importantes de produção luso-brasileira, como *Quinografia portuguesa*, *Alographia alkalis fixos* e *Fazendeiro do Brasil*, do Frei José Mariano da Conceição Veloso – esta última, um clássico da época sobre as técnicas para o melhoramento da agricultura brasileira. Consta, ainda, a *Memória sobre as nitreiras*, de Manuel Jacintho Nogueira, reacendendo o interesse pela exploração do salitre, e também manuscritos importantes, como *Breves introduções à História da Natureza*, e um caderno com *figuras de várias aves e bichos*, oriundo, provavelmente, das análises de Veloso de Miranda ([INVENTÁRIO...], 1817, f. 38-40). Desse modo, é perceptível a inserção da família Veloso de Miranda no círculo íntimo de D. Frei Cipriano, demonstrando que o Palácio Episcopal era um refúgio para aqueles que se dedicavam ao estudo da História Natural e ponto de encontro para discussões importantes para a construção do conhecimento.

5.3.4 O gabinete e a cultura visual

Por meio do inventário do D. Frei Cipriano, é possível entender o mundo letrado em que ele se apoiava; porém, compreender a formação do seu gabinete não é simples. Se não fosse o relato de Spix e Martius, o microcosmo reunido por esse religioso teria se dispersado junto com o seu conteúdo. Considerando a época, podemos imaginar a presença de herbários compostos por espécies coletadas tanto no Velho quanto no Novo Mundo, amontoados em algum armário exalando cheiro de cânfora para evitar o ataque de insetos. Por estar próximo às áreas mineradoras, de cuja terra saíam os mais variados minerais, certamente D. Frei Cipriano se interessou em coletá-los. Em algum armário do seu “museu de curiosidades naturais” estariam expostos os mais excêntricos, raros e chamativos, como “alguns minérios ricos de ouro”, apontados pelos viajantes naturalistas (SPIX; MARTIUS, 2017, v. 1, p. 283). Ademais, animais empalhados ou peles estariam visíveis, sendo coletados a mando do bispo ou recebidos como presentes de naturalistas, caçadores ou até mesmo de algum dignitário que almejava agradá-lo.

O inventário do bispo tem pistas importantes sobre objetos que poderiam estar nesse seu local de estudo e contemplação. Vale reforçar a natureza desse documento, que, ao contrário de grande parte dos inventários da época, respeitou a espacialidade.¹⁴⁸ Assim, os bens foram

¹⁴⁸ O processo de inventariação iniciou e seguiu pelos seguintes cômodos: armazém, cocheira, botica, cozinha, quartos (no total de dez), capela, varanda, cartório, salas – de entrada, de espera, de visitas, dos Reis, dos

arrolados conforme estavam dispostos nos cômodos do palácio. Por isso, sabe-se exatamente onde ficava cada item no momento de sua análise pelo inventariante – o que não descarta a possibilidade de que, nesse longo processo de descrição das propriedades de D. Frei Cipriano, alguns itens tenham sido deslocados do seu contexto originário. Contudo, a conexão dos cômodos com os bens em seu interior é coerente com a nomenclatura das salas.

Os objetos que se aproximam do labor do mundo natural estão presentes em duas salas: a antecâmara ao aposento de D. Frei Cipriano e a secretaria. A primeira contava com a presença de itens da decoração cotidiana do palácio, como “um relógio grande com seu despertador, lustre de vidro pequeno, seis quadros de variedades com seus vidros, campainha de metal branco” e com utilitários da prática científica, como “uma agulha de marcar, óculos de ver ao longe com canudos de prata” – este último, provavelmente um telescópio, que, juntamente com o “armil de latão” – instrumento que indica a recorrência dos equinócios e solstícios – auxiliavam D. Frei Cipriano na observação do céu do Novo Mundo, demonstrando o seu interesse pela Astronomia. Ressalta-se que o relógio citado também era de grande importância para o cálculo astronômico, possibilitando entender o seu significado, e não mero instrumento para saber as horas e decorar o ambiente. Também constam um “torno de mão, compasso e martelo”, associados com o labor manual, talvez para uso na análise de sementes rígidas.

Na secretaria, outros objetos associados ao mundo científico estavam presentes, como “um termômetro de *Painest*, um pusma, um agulhão com sua caixa de marfim e um microscópio com sua lente separada”. Tais itens auxiliavam D. Frei Cipriano nas suas investigações sobre a flora local, especialmente o microscópio, indispensável para a observação das estruturas vegetais. No mesmo espaço, outras peças chamam a atenção, como a presença de um “atlas histórico cronológico geográfico”, cujo autor não é mencionado, e “sete mapas geográficos com suas guardas liras”, representando regiões não especificadas, demonstrando o interesse do eclesiástico em expor aparatos visuais que auxiliassem na pesquisa, ao mesmo tempo que decoravam o ambiente ([INVENTÁRIO...], 1817).

A ausência de um espaço completamente dedicado ao mundo natural, que indicasse a terminologia *museu* ou *gabinete* no inventário, não é demonstrativo de sua inexistência. Pelo teor do documento, almejava-se prover bens que fossem passíveis de venda, como é visível na descrição de instrumentos laboratoriais que certamente alcançariam valor no mercado local. O mesmo aconteceu com outros sujeitos que tiveram as suas casas arroladas, em especial

hóspedes, da fazenda –, quarto de S. Ex., antecâmara, sala dos Filósofos, secretaria, salão grande, rouparia e livros.

naturalistas, clérigos, médicos, advogados e demais figuras ilustradas, que poderiam ter colecionado bens em prol do estudo e da fruição. Em grande parte, as bibliotecas eram mais atrativas aos olhos dos inventariantes, que entendiam que havia demanda e interesse por elas.

D. Frei Cipriano construiu um ambiente residencial ilustrado com alto grau de refinamento, com objetos de luxo que projetavam a sua posição social e o seu gosto pelas Belas Artes. Por ser Mariana a sede do bispado de Minas Gerais, tal projeção era sinal da sobrevivência da cidade, que há tempos não via o aluvião aurífero jorrar copiosamente de seus rios. Assim, o Palácio Episcopal era um demarcador de prestígio da administração da igreja católica em terras mineiras, sendo necessário expressar visualmente tamanha distinção por meio do embelezamento da edificação, tanto no seu interior quanto no exterior, como no caso dos jardins ciprianos. Esse movimento foi iniciado pelo antecessor de D. Frei Cipriano, D. Frei Pontével, que havia realizado uma série de ampliações no Palácio, ainda que o programa decorativo tenha ficado nas mãos do seu sucessor.

A fação de D. Frei Cipriano é observada no seu inventário. A “Sala dos Reis”, por exemplo, era adornada com “quatro leões de pedra, duas mesas (uma coberta de pano verde), dezesseis cadeiras (assentos de belbute azul), uma cadeira grande com encosto, caixinha de xarão esmaltado, cinco mapas geográficos, cinco quadros com seus retratos e molduras e um quadro com a perspectiva de Mafra com a sua moldura dourada” ([INVENTÁRIO...],1817). Além do mobiliário necessário para os encontros sociais, observa-se elementos que, simbolicamente, eram associados à monarquia: as esculturas de leão são, claramente, um dispositivo iconográfico-alegórico do poder régio, usado desde o período medieval (CARNEIRO, 2019, p. 7-20).¹⁴⁹ O inventário menciona que essa sala possuía quatro painéis; provavelmente, o forro foi pintado com as alegorias dos continentes americano, africano, asiático e europeu, reforçando a mensagem da presença portuguesa nessas regiões, um programa decorativo clássico do período.¹⁵⁰ Nas paredes, estavam pendurados os retratos oficiais dos soberanos, que davam suporte à narrativa visual monárquica, ao mesmo tempo que distinguiam aquele espaço palaciano (Imagem 11). Além disso, o leão estava presente no brasão episcopal de D. Frei Cipriano, criando, assim, uma relação entre as duas jurisdições administrativas, sendo que o retrato de Mafra era clara alusão a D. João V, seu idealizador e construtor.

¹⁴⁹ De acordo com Moacir Maia, a perspectiva de Mafra pode se referir ao palácio de mesmo nome, que foi a sede da ordem franciscana em Portugal, dada a promessa de D. João V em prol de ter herdeiros. Assim, fica subentendida a relação afetiva do bispo ao expor o principal lugar de sua ordem no palácio – demonstrando-se, assim, um outro significado atribuído ao objeto.

¹⁵⁰ Um exemplo é o forro dos quatro continentes presente no Museu do Ouro/Ibram, em Sabará.

Imagem 11 – Autor desconhecido. *D. José I e D. Maria I.*
Séc. XVIII.



Fonte: do autor.

Nota: retratos ovalados dos monarcas portugueses que provavelmente decoravam a “Sala dos Reis” do Palácio Episcopal, de acordo com Angela Brandão (2017). Atualmente, estão expostos na Câmara Municipal de Mariana.

Outro espaço que exalava a pompa palaciana era a “Sala de Espera”, recheada com móveis de jacarandá adornados com porcelanas da Índia, tecidos luxuosos como o damasco e espelhos com molduras douradas. Todo esse requinte abraçava o ilustre convidado, transmitindo a opulência do seu morador, ao mesmo tempo que criava uma “atmosfera de corte” (BRANDÃO, 2017, p. 285). Ali se entrava em contato não apenas com o universo da igreja católica, mas também com o da monarquia portuguesa, sendo o bispo um representante de D. Maria I. Isto é, “a casa era considerada o espelho da reputação daquele que a governava, quer nos aspectos materiais, quer na dimensão vivencial” (MARQUES, 2014, p. 23); por isso, era preciso dispor de bens que reforçassem essa conexão.

Um ponto importante a ser ressaltado é que muitos dos objetos que compunham o programa decorativo do Palácio Episcopal poderiam ter vindo de outras gestões. Contudo, nas mãos de D. Frei Cipriano, eles foram ressignificados, por meio de uma nova arrumação e disposição. Assim, mesmo que os retratos dos monarcas viessem do tempo de outros bispos, criou-se uma ligação entre a espacialidade, a visualidade e o simbolismo, que ajudou a reforçar a distinção do local como parte de uma ferramenta importante para a manutenção da monarquia

portuguesa.¹⁵¹ Tal movimento de criar narrativas visuais por meio dos objetos é uma herança da cultura antiquária presente na ilustração de D. Cipriano, que dispôs, no palácio, receptáculos da memória. Exemplos disso seriam as pinturas parietais encomendadas ao padre José Joaquim Viegas de Menezes,¹⁵² representando todos os bispos de Mariana desde a fundação da Diocese até a sua gestão, incluindo a do papa Bento XIV, responsável por outorgar a bula que criou o bispado (Imagem 12). As pinturas revelam a intenção de historiar o bispado desde sua inauguração, ao mesmo tempo que enaltecia os indivíduos responsáveis por sua história. Assim, além dos móveis, que davam tom suntuoso ao espaço, o uso de recursos visuais auxiliava na execução do panorama decorativo, criando-se uma narrativa memorialística sobre os responsáveis por conduzir as leis da Igreja em terras mineiras.

Imagem 12 – Menezes, José Viegas de. [Bispos de Mariana de D. Frei Manuel da Cruz até D. Frei José Cipriano]; Papa Benedito 14. Séc. XVIII-XIX.



Fonte: do autor.

¹⁵¹ Os mapas que ornavam vários cômodos também podem ter sido herdados de outras gestões, sendo inseridos no plano decorativo do palácio.

¹⁵² Gravador e impressor mineiro, “imbuído nos conhecimentos de Física e História Natural. E pela curiosidade pela pintura e gravura, e várias manufaturas, pode decorosamente contribuir no aumento das artes, vindo assim a ser útil à Igreja e ao Estado”, segundo as palavras de Antônio Pereira, em 1.º de março de 1804 (MENEZES, 1906, p. 265).

Outra parte do palácio que recebeu tratamento visual por Viegas de Menezes foi a “Sala dos Filósofos”, cujo nome é uma associação à presença de quatro medalhões representando os pensadores da Antiguidade Clássica: Tales de Mileto, Zenão, Sócrates e Epicuro (Imagem 13). Os dois primeiros eram pré-socráticos, ou seja, defendiam que a chave do bem-estar humano se encontrava na compreensão da natureza; em contrapartida, os socráticos – o próprio fundador representado por Menezes – defendiam que a partir do estudo das ações humanas era possível alcançar o conhecimento pleno. Ainda é um mistério o motivo da escolha desses filósofos para estarem em destaque no que se acredita ser o espaço onde se situava a biblioteca do Palácio Episcopal (BRANDÃO, 2017, p. 286). A presença da Antiguidade em um ambiente como esse demonstra a sua influência no ensino eclesiástico, conforme abordado anteriormente.

Imagem 13 – Menezes, José Viegas de. Painéis decorativos da Sala dos Filósofos: Sócrates, Epicurus, Thales Milletus; Parábola do Bom Pastor; Brasão do Bispado de Mariana. Séc. XVIII-XIX.



Fonte: do autor.

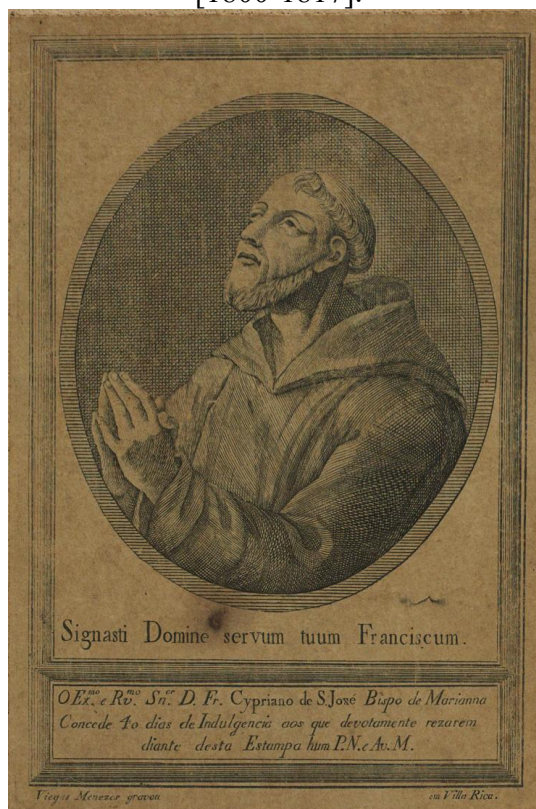
Além do universo bibliográfico, também constavam no cômodo “uma cadeira episcopal, onze cadeiras de jacarandá e dois globos geográficos”, indicando que ali era um ambiente não apenas para a leitura, mas também para a discussão do que se lia e aprendia. O próprio bispo lecionou aulas noturnas de Teologia Moral em sua residência (SELINGARDI, 2007),¹⁵³ fazendo do local um centro para a troca de conhecimento. Em termos representacionais, as imagens dos filósofos sugeriam ao visitante que naquele lugar se estaria entre os mais importantes pensadores do mundo ocidental. Seria, ainda, um ponto para a discussão da ciência aos olhos do Criador, uma vez que outros dois medalhões que completavam a narrativa decorativa mostravam duas sequências da parábola do Bom Pastor, cara à crença católica.¹⁵⁴ Ao que tudo indica, uma representava um pastor com três ovelhas e, a outra, o mesmo indivíduo carregando o animal nas costas, simbolizando que o filho do Criador nunca abandona seus seguidores, mesmo que tenha que levá-los na base do esforço.

Vale destacar o papel do mecenato de D. Frei Cipriano ao financiar as obras decorativas do Palácio Episcopal a cargo de Viegas de Menezes, assim como pinturas de cavalete dos bispos até sua gestão, demonstrando o seu interesse pelo desenvolvimento das Belas Artes sob os seus auspícios. No mesmo sentido estava o seu desejo de criação do Real Collegio de Artes e Disciplinas Ecclesiásticas, em Mariana, de modo a aproveitar a estrutura já existente do Seminário da Boa Morte para “a instrução civil e cristã de seus filhos e netos, e estes se habilitarem dignos de tão grande Império e Ministros, igualmente dignos do Sacerdócio e do Evangelho” (SÃO JOSÉ *apud* TRINDADE, 1929, p. 785). O projeto não seguiu em frente, especialmente com a morte do bispo, ocorrida um ano depois, mas demonstra o seu empenho em criar meios para nobilitar a sua “corte marianense”. Na imagem 14, vê-se uma das primeiras impressões calcográficas feita em Minas Gerais, pelas mãos de Viegas de Menezes, a mando de D. Frei Cipriano, conforme consta na inscrição. O realismo dos detalhes demonstra a virtuosidade desse religioso na arte da prensa, tendo produzido outras obras, mesmo em períodos de proibição da tipografia no Brasil.

¹⁵³ Também consta em ofício enviado por D. Frei Cipriano ao regente D. João VI que, dada a dificuldade de manter o funcionamento do Seminário da Boa Morte, algumas aulas eram lecionadas no palácio: “somente continua na Residência Episcopal Lição vespertina de Moral pelo compêndio de Collet e de outros clássicos” (SÃO JOSÉ *apud* TRINDADE, 1929, p. 782).

¹⁵⁴ No inventário de D. Frei Cipriano, constam duas obras referentes à temática do Bom Pastor: uma de José Lambert, *Verdadeiro Pastor*, e a outra de A. João Opetra, *o Bom Pastor*.

Imagem 14 – Menezes, José Joaquim Viegas de. *[São Francisco de Assis]*. [1800-1817].



Fonte: Fundação Biblioteca Nacional (recorte).

Nota: no cartucho inferior consta a inscrição: “O Ex.mo e Rev.mo Sn.or D. Fr. Cypriano de S. Jozé Bispo de Marianna Concede 40 dias de Indulgências aos que devotamente rezarem diante desta Estampa hum P. N. e Av. M”.

O caro leitor pode estar se questionando sobre a pertinência de abordar o programa decorativo do Palácio Episcopal e as ações de mecenato de D. Frei Cipriano para a compreensão da sua prática colecionista. No contexto lusitano, colecionar e decorar eram ações intrinsecamente conectadas (URQUÍZAR HERRERA, 2007), principalmente nessa circunstância de passagem do século XVIII para o século XIX, quando os papéis das funcionalidades dos cômodos palacianos ganham mais rigidez. Assim, a coleção não estava presa ao espaço físico do gabinete, podendo transitar por outras partes da residência, sobretudo as áreas públicas. Por exemplo, sabe-se que os prospectos dos jardins feitos por Viegas de Menezes ficavam expostos nas salas principais do palácio (MENEZES, 1906, p. 265), demonstrando o interesse do bispo em registrar sua obra e expô-la como parte da decoração, ao mesmo tempo que fomentava a arte em Mariana.

Outra questão a ser mencionada é a organização espacial dos paços episcopais, que sofreu alterações após o Concílio de Trento, quando a Igreja propõe adequar o comportamento

eclesiástico conforme as críticas impostas pelas religiões protestantes. Assim, “a casa constituía, em última instância, a própria imagem pública e material da autoridade episcopal, conduzindo em alguns momentos a excessos no luxo e no poder que foram substancialmente criticados no processo das reformas religiosas do século XVI” (MARQUES, 2014, p. 20). Nessa via, dois critérios de identificação dos prelados passaram a vigorar: o “Príncipe da Igreja” e o “Pastor da Igreja”, sendo o primeiro “marcado pela conduta dos bispos como grandes senhores, em que ecoava o poder temporal através do mecenato e do patrocínio, da diplomacia com os principais agentes políticos seculares e eclesiásticos”. Já o segundo pregava a humildade, não vendo a necessidade de dispor de itens de luxo em sua morada, e os “valores da pregação, da espiritualidade, da caridade, condenando severamente a ostentação pública” (MARQUES, 2014, p. 36).

No caso de D. Frei Cipriano, observa-se que o seu gosto pelas Belas Artes, com toques de refinamento, bem como pela História Natural, o motivou a transformar a sua residência ao estilo cortês. Tal façanha é vista no luxo do espaço, que refletia a sua mente ilustrada em junção com a de um indivíduo preso às normas e condutas da sociedade de corte. Por mais que estivesse longe do Reino, ele se fez representar como um “Príncipe da Igreja”, possuindo aparatos que projetavam a sua notabilidade diante dos outros. Ao mesmo tempo, reafirmou a missão do Palácio Episcopal de ser um lugar de acesso aos privilegiados, onde discussões em torno da moral, da política, das letras e do mundo natural eram verbalizadas pelas mentes mais distintas da época.

5.4 Considerações sobre o colecionismo em Minas Gerais

Os exemplos de colecionismo ilustrado abordados neste capítulo ajudam a entender a pluralidade de práticas colecionistas que foram se desenvolvendo no Brasil nos fins do século XVIII. Assim, vimos como um naturalista preso ao exercício da ciência construiu um espaço que unia vetores importantes do Iluminismo: a coleta, a observação e a experimentação. Seu museu virou um centro de cálculo importante para o desenvolvimento da pesquisa sobre as potencialidades da natureza mineira. Concomitantemente, foi um ponto de acesso para outros naturalistas e curiosos. Em outra frente, em contextos geográfico e social completamente diferentes, observamos a presença de um complexo palaciano, cuja função não se restringia apenas à residência de uma autoridade eclesiástica, sendo, também, um ambiente para a instrução e o aprendizado da Teologia Natural. Ali foi possível destrinchar a funcionalidade decorativa de uma mente letrada, que entendia que era viável expor o conhecimento em

múltiplas formas, seja por meio de objetos e narrativas visuais, seja pela organização interna e externa de um palácio.

Com base nas fontes consultadas, é possível afirmar que o colecionismo sistematizado foi presente durante o período colonial, mesmo que restrito a uma parcela da população, como, por exemplo, a figura do pintor tejuano Caetano Luiz de Miranda, que, além de possuir uma extensa biblioteca composta por livros referentes aos mundos das Artes, da Filosofia, da Literatura e das Humanidades (109 títulos e 351 volumes),¹⁵⁵ era detentor de uma coleção de quadros e estampas. Segundo Camila Fernanda Guimarães Santiago (2012, p. 70), o artista “cercava-se de 55 quadros de variados temas, como retratos, episódios históricos e religião”, bem como de “62 estampas, ..., as gravuras eram na maioria, de temas históricos, embora houvesse, também, paisagens e representações religiosas”. Assim, torna-se necessário que os inventários do período sejam examinados com mais cautela, tornando viável compreender as conexões que ajudam a recriar o ambiente doméstico e, também, se o indivíduo era um colecionador.¹⁵⁶

Considerando o que foi apresentado, não seria o caso de anteceder o momento de surgimento dos museus em território brasileiro? Claro, o conceito de *museu*, nesse período, é amplo; porém, seriam essas experiências *protomuseus*, dado que foram modelos que atendiam a vetores importantes da missão museológica da época, como a guarda de coleções e a criação de espaços para a observação e escrita da ciência, e que cumpriam papel social, mesmo que restrito a um grupo seleto de indivíduos? Esses exemplos, em contexto mineiro e de mesma temporalidade, já demonstram uma atividade colecionista recorrente entre letrados. Assim, o colecionismo brasileiro em tempos coloniais configura-se como um mar de possibilidades que precisam ser exploradas conforme a particularidade de cada colecionador, desvinculando-se de parâmetros eurocêtricos sobre o estudo da ciência nas colônias.

¹⁵⁵ Segundo Santiago (2012, p. 70), “a biblioteca do pintor era composta por autores clássicos como Tucídes, Heródoto, Cícero e Ovídio, bem como os iluministas – Rousseau, Montesquieu, Voltaire”.

¹⁵⁶ Aqui, apenas duas figuras foram analisadas, mas, pela análise do inventário do naturalista Joaquim Veloso de Miranda, são conhecidos itens que sugerem a presença de um ambiente ilustrado para o estudo – sem mencionar a Fazenda do Mau Cabelo, que atuou como um importante complexo para a produção do salitre (PEREIRA, 2018).

6 COLEÇÕES EM PERSPECTIVA: COLECIONAR NO BRASIL ENTRE SÉCULOS

6.1 Uma capital em transformação

Nas Minas Gerais, a prática do colecionismo privado se fazia presente no ambiente letrado, servindo de apoio para a instrução local. No Rio de Janeiro, após a elevação à condição de sede do vice-reino, em 1763, foram perceptíveis as mudanças iniciadas por D. Luís de Almeida Portugal Soares Mascarenhas, o Marquês de Lavradio e vice-rei do Brasil, que conferiram à cidade aspectos de capital, principalmente em termos urbanísticos.¹⁵⁷ Porém, foi no governo de D. Luís Vasconcelos e Sousa (1778 a 1790), o 4º Conde de Figueiró (1742-1809), que a cidade passou por importantes modernizações, principalmente no estímulo à produção de conhecimento, fruto da formação ilustrada desse governante. No ano de 1784, por exemplo, foi criada a Casa da História Natural, popularmente conhecida como “Casa dos Pássaros”, que hoje se credita como o embrião do que viria a ser o Museu Real (posteriormente, Museu Nacional) e estava sob o comando de Francisco Xavier Cardoso Caldeira, o Xavier dos Pássaros. Animais, plantas e minerais eram preparados para serem enviados para o recém-criado Real Museu e Jardim Botânico da Ajuda, em Lisboa, contribuindo para o fortalecimento da missão metropolitana em conhecer as riquezas coloniais (LOPES, 2009). Nas próprias palavras de Spix e Martius: “Não são, pois, os habitantes e suas instituições, e sim a riqueza da natureza o que atrai os viajantes europeus, prometendo-lhes um butim, e isso se potencializa pelo fato de que qualquer um pode sair à caça livremente, vaguear pelas florestas, coletar minerais, plantas e animais sem nenhum impedimento (exceto os obstáculos naturais). Por isso, a especulação europeia parece estar ávida para aproveitar esse momento sem alfândegas, para o seu próprio lucro. Há eruditos e colecionadores naturalistas da maior parte das nações europeias” (COSTA; DIENER, 2018, p. 97).

A pouca documentação sobre a Casa da História Natural é um empecilho para que possamos compreender o seu papel na produção do conhecimento científico. Na visão de Emílio Joaquim da Silva Maia, um dos pioneiros a escrever a história do Museu Nacional, o espaço se dividia numa “pequena casa contígua ao chão do novo museu, um depósito permanente de objetos zoológicos [...] onde se preparava e montava animais, dividindo-os só

¹⁵⁷ De acordo com as palavras do Marquês de Lavradio (*apud* SANTOS, 2007, p. 25): “consegui pôr as ruas da cidade, fazerem-se mais duas fontes públicas, muitas pontes, consertarem os caminhos, juntar e entulharem-se os infinitos pântanos, que havia na cidade, origem de infinitas moléstias. Fizeram-se currais e matadouros públicos: está arrematada a obra do açougue, a Casa da Câmara”.

em famílias, sem determinar-se gêneros e espécies, por não haver então pessoa capaz de os classificar” (MAIA, 1850, p. 91). Essa perspectiva limita a compreensão desse espaço para além de um polo preparador de espécimes para o Velho Mundo. Em uma missiva de José Caetano de Lima, chefe de esquadra e intendente da Marinha, ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, comunica-se o envio de “um ramo feito de conchas naturais” dado por Xavier dos Pássaros.¹⁵⁸ Muito provável que a feitura desse item peculiar fosse de Francisco dos Santos Xavier, hábil artífice que produziu inúmeras obras decorativas com conchas, tornando-o conhecido como Xavier das Conchas (DIDONÉ; MAKOWIECKY, 2014, p. 61-72). Isto é, nesse local desenvolveram-se ações que estimulavam a prática de aprendizado sobre a taxidermia, mas, também, de produção de itens artísticos, como um *locus* para o estudo e a experimentação, o que rompe a visão de um mero depósito a serviço da Coroa. José Caetano teve que se desculpar pelo envio do simples ramalhete, uma vez que Coutinho confundiu-se, achando que se tratava de um presente para o príncipe regente, D. João VI, que o desaprovou, criando um imbróglio entre as partes.¹⁵⁹ É de se supor que Caetano almejava que o governo ultramarino dedicasse mais atenção às fábricas¹⁶⁰ produzidas na Casa da História Natural; entretanto, o que não passava de uma boa intenção acabou resultando num desconforto.

Ao mesmo tempo, um dos principais naturalistas brasileiros, o Frei José Mariano da Conceição Vellozo, fez a catalogação da flora brasílica, além de outras análises científicas sobre os objetos depositados na Casa de História Natural. Assim, não se pode diminuir a condição desse espaço, uma vez que, mesmo não sendo dinâmico ao exhibir os seus espécimes, como eram as coleções de José Vieira Couto e de Dom Frei Cipriano de São José, que estavam alinhadas ao método lineano de classificação, ao menos estes foram catalogados por famílias, ou seja, não era um amontoado desorganizado. Além disso, como será abordado adiante, a Casa era um importante “centro de cálculo” (LATOURET, 1983, 1987) para as discussões sobre a História Natural com os filósofos naturais locais, algo que contraria a historiografia que tende

¹⁵⁸ LIMA, José Caetano de. Ofício do [Chefe de esquadra e intendente da Marinha ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, comunicando estar a enviar um ramo feito de conchas naturais, oferecido pelo encarregado da Casa da História Natural, Francisco Xavier Cardoso Caldeira. 27 maio 1799. Arquivo Histórico Ultramarino. AHU_CU_RIO DE JANEIRO, Cx. 171, D. 12692.

¹⁵⁹ LIMA, José Caetano de. Ofício do chefe de esquadra e intendente da Marinha ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, desculpando-se por ter enviado um ramo feito de conchas naturais, o que mereceu a desaprovação real; argumentando que não era um presente, mas uma demonstração da habilidade de quem o fizera, [o encarregado da Casa da História Natural, Francisco Xavier Cardoso Caldeira]. 16 dez. 1799. Arquivo Histórico Ultramarino. AHU_CU_RIO DE JANEIRO, Cx. 178, D. 13057.

¹⁶⁰ Neste período, o termo faz referência a qualquer objeto produzido pelas mãos humanas, transformando o natural em artificial (BLUTEAU, 1712-1728, p. 2666).

a reproduzir a ideia de que não havia ninguém capacitado para conduzir as rédeas do pequeno estabelecimento (MAIA, 1850, p. 91). Vale ressaltar que esses discursos oficiais nas missivas da administração colonial estão imbuídos de múltiplas intencionalidades. A retórica de convencimento está presente, no que tange à necessidade de mais investimentos – entre eles, o de ampliar o corpo institucional, que sempre foi deficitário, demandando agentes capacitados de forma a diminuir a pressão sobre os poucos funcionários existentes.

Os referenciais para entender as nuances do enraizamento de modelos colecionistas no Brasil respaldavam-se no colecionismo em Portugal. Todavia, o conhecimento e a prática locais, mesmo que influenciados por perspectivas europeias, também têm a sua autonomia. Assim, não seria possível respeitar o formato protomuseológico da Casa da História Natural sem colocá-lo em comparação com um ideal oitocentista eurocêntrico? Nesses exercícios de compreendê-la, tende-se a ressaltar mais as diferenças em tom pejorativo do que os benefícios de tais artimanhas. Sem esse espaço de coleta, preparo e análise, o Real Museu da Ajuda não formaria coleções tão importantes, como exaltadas pelos visitantes que as viram (BRIGOLA, 2010). Se nos adentrarmos nos aspectos que caracterizavam o espaço, ele estaria próximo de um gabinete zoológico, como a própria documentação de época menciona (MAIA, 1850, p. 91). Isto é, mesmo com a missão de remeter para Portugal os mais diversos exemplares da fauna e flora brasileiras, o espaço conservava uma extensa coleção de animais taxidermizados ou as suas peles, que, em diferentes momentos, eram consultadas pelos estudiosos locais. Também vale a pena mencionar que outros espécimes dos três reinos naturais recebiam algum tratamento, conforme as missivas oriundas dos administradores coloniais evidenciam; porém, a quase inexistência de documentação nos limita a afirmar tal fato com mais propriedade (PAPAVERO; TEIXEIRA, 2013, p. 185-209).

Outro ponto importante a ser destacado é que a Casa da História Natural não pode ser entendida apenas como um caso isolado, uma vez que ela está inserida num vasto programa de remodelação urbanística iluminista da sede do vice-reino. Durante a segunda metade do século XVIII, surgiram várias estruturas de apoio à prática científica no Rio de Janeiro, como o Passeio Público (1760), que, além de espaço para o deleite, funcionava como horto botânico para o cultivo e a aclimação de espécies. Nesse local, havia, ainda, exposição de animais que eram mantidos vivos para a apreciação dos visitantes (PAPAVERO; TEIXEIRA, 2013, p. 194). Além disso, o programa decorativo do Passeio estava voltado ao culto à natureza sob um viés econômico, evidência das ideias fisiocratas no Novo Mundo. Em 1792, “John Barrow, a caminho da Cochinchina, aportou no Rio. Barrow visitou o Passeio Público e registrou em seu diário que os pavilhões guardavam 16 painéis elípticos, retratando cenas do porto e os produtos

nativos do Brasil, como minas de diamante e ouro, a cana-de-açúcar, o anil, a cochonilha, a mandioca, o café, o arroz e o cânhamo” (PAPAVERO; TEIXEIRA, 2013, p. 197), trabalho realizado pelas mãos de Leandro Joaquim, Xavier dos Pássaros e Xavier das Conchas, os dois últimos, fazendo uso de conchas e penas de aves para a decoração interna. Tal recurso visual servia de ponto de apoio para que os habitantes e até mesmo os estrangeiros estivessem à par das riquezas naturais que existiam na região, despertando a curiosidade sobre elas. Barrow descreveu cada painel, apontando as práticas de produção e de exploração dos recursos presentes na colônia portuguesa. Para reconstruir a época, o relato tornava-se precioso, dada a limitada literatura do gênero presente nas livrarias europeias sobre a notável colônia que “sustentava os vícios e os luxos de Portugal”.

Em 1771 foi criada a Academia das Ciências e da História Natural do Rio de Janeiro,¹⁶¹ anterior à de Lisboa, sob os auspícios do Marquês de Lavradio, que deixou evidente em cartas ao Reino a sua constante preocupação em explorar a natureza brasileira para fins comerciais. Seus primeiros membros foram boticários, médicos e cirurgiões, indivíduos envolvidos nas práticas de curar e com acesso ao conhecimento formal. A própria Academia possuía um horto,¹⁶² onde “se [tratam], e [recolhem] todas as plantas notáveis, e terá cada acadêmico obrigação de o ir ver para observar a diferença e crescimento delas. Haverá alguns coletores, os quais serão encarregados do horto botânico: haverá também alguns acadêmicos desenhadores de plantas” (MARQUES, 2005, p. 48).

Esta foi a primeira academia científica do império português e possuía vínculo com a da Suécia, demonstrando que não se tratava de um projeto sem bases, mesmo que suas atividades viriam a ser encerradas após o fim do governo do Marquês de Lavradio, em 1779. Sua instituição demonstra, de toda forma, a presença de uma sociedade letrada interessada em explorar as riquezas naturais e construir um conhecimento em prol do império.¹⁶³ Assim, os ideais iluministas estavam enraizados e florescendo nas mentes dos colonos, o que ocorria também nas principais vilas das Minas Gerais. Em 1786, no governo de D. Luís de Vasconcelos e Sousa, entrou em vigor a Sociedade Literária do Rio de Janeiro (KURY; FILHO, 1995, p. 103-114), que também

¹⁶¹ "Sua primeira reunião realizou-se em 18 de fevereiro de 1772, alguns anos antes da criação da Academia das Ciências de Lisboa. Nessa sessão foram eleitos presidente e secretário: José Henriques Ferreira e o cirurgião Luís Borges Salgado, respectivamente (VARNHAGEN, 1962, t. 4, p. 265) e seus primeiros sócios foram: Gonçalo José Muzzi e Antônio Freire Ribeiro (médicos); Maurício da Costa, Idelfonso José da Costa Abreu, Antônio Mestre e Luiz Borges Salgado (cirurgiões); Antônio Ribeiro Paiva e Manoel Joaquim Henriques de Paiva (boticários) e o curioso de agricultura, Antônio José Castrioto" (MARQUES, 2005, p. 44).

¹⁶² O espaço ficava próximo ao antigo Colégio dos Jesuítas. Cf. MARQUES, 2005, p. 44.

¹⁶³ Anteriormente, houve tentativas de criação de academias literárias que acabavam por abarcar discussões sobre o mundo natural, como as academias brasileiras dos Esquecidos (1724) e a dos Renascidos (1759), mas que foram reprimidas pelo governo régio (PEDROSA, 2003, p. 21-28; KANTOR, 2002).

abraçou as discussões sobre a Filosofia Natural, sendo um órgão bem ativo entre os letrados. Constava em suas dependências – um sobrado arrendado pelo vice-rei – coleções de História Natural oriundas de pequenas expedições de seus membros, principalmente as chefiadas pelo frei franciscano José Mariano da Conceição Vellozo.

O Frei Vellozo, ao contrário de muitos filósofos naturais da época, não tinha formação nas universidades portuguesas. A sua sagacidade ao destrinchar o conhecimento sobre a natureza brasileira o transformou em um autodidata, que recorria às bibliotecas por onde passou durante a sua ordenação para saciar a sua sede pela História Natural.¹⁶⁴ Esteve atento às principais teorias classificativas do período, como as de Lineu, fato que é visto em seus estudos botânicos (VELOSO, 1790). Salienta-se, aqui, conforme abordado no capítulo anterior, a sua relação com a ordem Franciscana, que estimulava o estudo da natureza num viés menos conservador, fazendo uso da empiria iluminista. Ele também foi mais um dos agentes envolvidos no projeto de alimentar as coleções do Real Museu da Ajuda, conforme as ordens oriundas do Reino, a tal ponto que as inúmeras remessas de São Paulo por Vellozo ganharam “o apreço do vice-rei [devido] à qualidade das descrições do frade e das técnicas de taxidermia dos animais e de amostras desidratadas de plantas, frutos, sementes e madeira de plantas fez com que fosse solicitado o retorno de frei Vellozo ao Rio de Janeiro” (BEDIAGA; LIMA, 2005, p. 92). Consequentemente, tornou-se protegido de Vasconcelos e Sousa, fato que resultou na criação de uma das obras botânicas mais importantes da época, a *Flora Fluminense* (VELLOZO, 1825). Assim, é muito provável que Vellozo tenha contribuído nas diretrizes da organização e dos métodos de preparo da Casa de História Natural, compartilhando o seu conhecimento com os seus pares.

Nessa via, quando se olha com mais cautela para a relação da Casa de História Natural, juntamente com os outros aparatos do conhecimento presentes na capital do vice-reino, percebe-se que a sua existência era mais um seguimento de uma extensa raiz que garantia a sustentação da ciência iluminista em solo brasileiro. Assim, enquadrar esse espaço no conceito oitocentista de *museu* enfraquece a discussão. Grosso modo, era uma estrutura científica a serviço dos estudos sobre a natureza, e que foi responsável por recheiar o museu metropolitano. Além disso, as análises e memórias feitas pelas mentes locais de naturalistas, boticários e médicos que faziam uso do espaço reforçam o seu protagonismo na escrita da História Natural

¹⁶⁴ Nas palavras de Begonha Bediaga e Haroldo Cavalcante de Lima (2005, p. 92), “Vellozo ingressou em 1762 no Convento franciscano de São Boaventura do Macacu, atual cidade de Itaboraí, estado do Rio de Janeiro. Quatro anos depois, cursava filosofia e teologia no Convento Santo Antônio, recebendo “ordens menores e sacras” (STELLFELD, 1952, p. 26). Enviado a São Paulo em 1771 como missionário na aldeia indígena São Miguel [...]”.

brasileira, o que não era uma função menor ou secundária em relação ao envio de espécimes para Lisboa, principalmente por esses indivíduos mobilizarem as discussões da época sobre os benefícios de estudar a natureza em prol do bem-estar humano, sobretudo numa época em que o conhecimento não era afunilado como hoje. Homens e mulheres letrados tinham sede de entender os vários campos das ciências, o que garantiu o surgimento de coleções que traduziam a percepção deles sobre o mundo.

Xavier dos Pássaros ensinava para os seus aprendizes na Casa da História Natural as artes da taxidermia e do preparo dos produtos naturais, a fim de evitar sua degradação. Ou seja, o local também atuava na divulgação e na transmissão do conhecimento. Um dos jovens que se beneficiou do treinamento foi João de Deus e Mattos, que viria a ser um dos diretores do Museu Real (Nacional). Além disso, as instruções de recolha e preparo de material que Xavier dos Pássaros escrevia para as províncias, demandando o envio de exemplares da fauna e flora locais, atestam o seu compromisso com tal arte.¹⁶⁵

Outro fato a se destacar é que a função desse aparato científico não era o preparo e envio apenas de animais taxidermizados, mas também vivos. Isso era um reflexo da cultura naturalista presente no mundo lusitano, em especial entre a nobreza, das *ménageries*, em que animais vivos eram expostos nas “reais quintas” para a fruição do público. Exibir tais maravilhas presentes no vasto império português fazia parte do discurso de autoafirmação do poder régio (CHAVES, 2023, p. 286-314). Assim, era preciso garantir que pássaros e quadrúpedes chegassem vivos da longa travessia do Atlântico, dada a grande demanda dos monarcas portugueses por recheiar seus aprazíveis jardins com espécimes “exóticos”. Nesse sentido, a Casa da História Natural também atuava como espaço de aclimação de plantas e animais antes da longa viagem, algo que exigia o domínio do conhecimento, da observação e da experimentação.¹⁶⁶ O próprio Vasconcelos e Sousa elogiou o trabalho de Xavier dos Pássaros na busca por uma solução para evitar a morte das aves, que, mesmo sendo enviadas em grandes volumes, faleciam antes de chegar ao Velho Mundo. A solução foi mudar a dieta alimentar, com base nas rações e nos provimentos da alimentação dos marinheiros, evitando o choque

¹⁶⁵ Cf. o documento “Compilação dos objectos mais essenciais e permanentes de que está encarregado o comandante do Rio de S. Francisco Xavier, como há de constar das ordens que existem no arquivo do mesmo comando: e alguns apontamentos de instrução para regular a sua conduta no mesmo comando”. Villa de Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco = São Francisco do Sul, SC), 1o. De Março de 1791. – José de Castro Ramos, alferes (PAPAVERO; TEIXEIRA, 2013, p. 203-207).

¹⁶⁶ Mesmo com a corte presente no Rio de Janeiro, a Casa de História Natural seguia exibindo animais vivos. Em missiva a Lourenço Caetano da Silva, D. Rodrigo de Souza Coutinho ordenava que mandasse preparar “os ferros que foram necessários e indicados pelo Diretor da Casa da História Natural Francisco Xavier para a onça que ali se acha” (COUTINHO, D. Rodrigo de Souza. *Carta a Lourenço Caetano da Silva*. Rio de Janeiro, 16 nov. 1808. Arquivo Nacional. [RE 40.18]).

nutritivo. Ou seja, a Casa era um importante instrumento para a busca de soluções que favorecessem o culto da História Natural no além-mar (CERÍACO, 2021; D'ALMEIDA; DANTAS, 2019).

É complicado inserir as ações da Casa da História Natural¹⁶⁷ nos vetores de entendimento sobre museu, se pensarmos no conceito do século XVIII. Tampouco podemos associá-la como o embrião do Museu Nacional, como fez a historiografia do século XIX, repetida até os dias atuais, uma vez que o pequeno acervo da primeira instituição, que sobreviveu até o momento da criação da segunda, quase não foi utilizado nela. Todavia, sua estrutura científica funcionou como um importante polo para a discussão, o aprendizado e o labor da coleta e do preparo de espécimes naturais. Não há notícias, em suas dependências, de laboratório químico ou biblioteca que dessem suporte aos envolvidos nessas atividades, mas tais recursos poderiam estar disponíveis nas academias que existiram no Rio de Janeiro e no palácio dos vice-reis. Desse modo, seria um gabinete zoológico organizado à maneira do seu gestor e que, por estar fora das normativas classificatórias predominantes da época, foi entendido, pelo olhar dos séculos seguintes, como desorganizado. Estudar experiências colecionistas baseando-se apenas em relatos e descrições oficiais pode induzir a interpretações que não condizem com a realidade, dadas as múltiplas intencionalidades desses discursos e as consequentes estratégias retóricas de omissão, distorção ou exagero.

6.2 As coleções peregrinas

O universo do colecionismo é amplo e complexo. Em cada século, principalmente, se nos apoiarmos no que ocorreu a partir do período Moderno, é visível como a mente humana projetou valores nos objetos (IMPEY; MACGREGOR, 1985; LUGLI, 1985) a fim de dar sentido aos mistérios da Criação. Colecionar é um ato que requer o esforço tanto do colecionador quanto da sua rede de apoio, possibilitando viabilizar o alcance dos mais diversos itens que merecem atenção. Ao mesmo tempo que o acúmulo sistematizado sacia o indivíduo colecionador, outra questão urge: a necessidade de estar perto das suas coleções e, com base nelas, dar sequência aos estudos. Como é sabido, com o desenrolar do tempo, o volume delas demandará a criação de locais para a guarda, como os gabinetes e os museus. Assim, muitos colecionadores em posições que demandam morar em outros territórios enfrentaram a grande

¹⁶⁷ A Casa da História Natural existiu até 1810, quando teve parte de seu acervo enviado para a Academia Real Militar e usado na instrução dos discentes.

querela de deixarem as suas coleções em suas propriedades ou levá-las consigo. Normalmente, a última era a solução mais recorrente, visto que muitos cargos eram vitalícios ou de longa duração, demandando enraizamento ao meio.

Os indivíduos ilustrados que viveram em colônias, ao mesmo tempo que estavam longe dos centros de propagação do conhecimento, como universidades, academias e salões de arte, dentre outros, viam a oportunidade de alimentar as suas coleções com espécimes naturais e artefatos dos povos locais. Em contexto brasileiro, um dos casos mais exemplares é o do Conde João Maurício de Nassau-Siegen (1604-1679), que, em decorrência da sua vinda para gerenciar a ocupação neerlandesa no nordeste brasileiro, construiu os palácios de Boa Vista e Friburgo, em Recife, que, além de serem a sede e residência do governador, também foram usados para alojar suas coleções de *naturalia* e *artificialia* provenientes das expedições que realizou no território. De tal modo, elas o acompanharam quando do seu retorno ao Velho Mundo e, conseqüentemente, passaram a ser expostas nos cômodos públicos de sua mansão, localizada em Haia, saciando a curiosidade de outros colecionadores e admiradores que se surpreenderam com a vastidão dos objetos e dos seres coletados no Novo Mundo (FRANÇOZO, 2014).

O fenômeno de levar consigo ou de criar coleções em territórios distintos, que, por algum momento, foram acondicionadas por seus proprietários em pequenos gabinetes, ora localizados no Velho Mundo, ora no Novo, com a perspectiva de estudo e fruição, pode ser denominado *coleccionismo peregrino*, resultando em *coleções peregrinas*, isto é, aquelas formadas em contextos geográficos e temporais distintos, como as que rumaram *para* ou *do* Brasil, ganhando novos filtros de interpretação à medida que se mudavam. Tal situação é bem recorrente nas coleções de cunho naturalístico criadas para buscar entender a vasta natureza brasílica e que, após algum tempo, acabaram acompanhando os seus criadores à terra natal. Porém, não se descarta as de arte, como ocorreu quando da transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro. Além de móveis e utensílios cotidianos, os monarcas e nobres portugueses se preocuparam em trazer consigo as pinturas que decoravam seus palácios no reino, visto que eram bens cobiçados pelas tropas napoleônicas, ao mesmo tempo que eram importantes signos exteriores de afirmação da realeza no Novo Mundo (BARROS, 2021).

Os conceitos de *coleccionismo peregrino*, resultando em *coleções peregrinas*, se dão em virtude de compreender o papel do Brasil no surgimento de coleções durante as épocas colonial e imperial, uma vez que a presença de sujeitos estrangeiros possibilitou a vinda e a ida de coleções, cujos passados esmaeceram. Frequentemente, foram simplesmente interpretadas como provenientes de remessas de agentes coloniais para o Velho Mundo, ou resultado de expedições de naturalistas; porém, ressalta-se a presença de agentes da administração colonial

que viam a sua passagem pelo Novo Mundo como uma oportunidade perfeita de colecionar e estudar o mundo natural. Alguns cargos demandavam o enraizamento da pessoa ao meio local por um longo tempo, contribuindo com o projeto de coletar e descrever a História Natural. O caso de D. Luís Vasconcelos e Sousa (1742-1790) ilustra esse pensamento, uma vez que, além de atuar como vice-rei do Brasil, fomentou pesquisas sobre a flora local, fazendo de Frei Vellozo o seu protegido e o organizador de suas coleções.

Nessa linha, é interessante observar o caso desse governante, cujo gosto pela ciência é visível durante o período em que viveu no Brasil. Evidências demonstram que ele foi um grande colecionador; não à toa, seu nome aparece no *Almanack*, de 1800, na seção destinada a apresentar as coleções, os gabinetes e os museus existentes em Lisboa. Naquela altura, o nobre governante já havia retornado para o Reino, e sua residência, localizada próxima à “calçada da Glória” (ALMANACK, 1799, p. 509), era um microcosmo recheado com as suas aquisições, principalmente de História Natural (BRIGOLA, 2003, p. 636). Em grande parte, suas peças eram oriundas do período em que Vasconcelos e Sousa esteve em solo brasileiro, coletadas e preparadas por Frei Vellozo e por Xavier dos Pássaros. O primeiro acompanhou o governante em seu retorno ao Velho Mundo, atuando na direção da tipografia portuguesa Arco do Cego (PATACA; LUNA, 2019), responsável por editar importantes obras de filosofia natural, que eram enviadas aos quatro cantos do mundo.

Entender a formação das coleções e dos museus no Brasil requer um olhar ampliado para a complexa situação que é analisar o colecionismo em contexto colonial. Desse modo, faz-se necessário propor esse conceito, uma vez que muitas das coleções peregrinas que chegaram em território brasileiro foram concebidas previamente, sendo apenas dispostas nos cômodos das residências – ou seja, com valores classificativos e de análise prontos, emanados da mente do colecionador enquanto este vivia na Europa, em consonância com a literatura de sistematização da época. Consequentemente, algumas coleções serão o núcleo inicial de alguma instituição – conforme veremos adiante –, que, em um primeiro momento, manterá a organização do seu antigo proprietário; mas, com o passar dos anos, serão rearranjadas conforme as novas necessidades impostas pela ciência.

É importante destacar que esse deslocamento geográfico permitirá agregar novos espécimes e artefatos, o que ocorreu num momento em que o processo de escrita da História Natural demandava a coleta de itens locais, fossem eles naturais ou artificiais. O imaginário sobre o Brasil ainda se pautava em valores eurocêntricos; sob essa perspectiva, o país seria um lugar ainda virgem, desprovido da chama da razão – portanto, visto como “exótico”. Por essa razão, a pluralidade de suas manifestações sociais, culturais e naturais era organizada nos

ambientes colecionistas sob a égide da curiosidade. Logo, ao chegarem ao Brasil, os colecionadores oriundos da Europa podiam saciar seu desejo pelo desconhecido por meio de coletas, algo que demandava a participação de redes de sociabilidade comuns que pudessem dar suporte ao processo.

A vinda da família real trouxe mudanças significativas para a cidade do Rio de Janeiro, tanto em termos culturais quanto científicos. Ademais, antes mesmo de o “Velho Mundo” embarcar rumo ao Novo, a elite letrada local e os governantes criaram meios para que as Luzes atravessassem o Atlântico. A chegada da corte joanina foi mais um impulso para o cultivo do saber, especialmente quando criaram a Biblioteca Real, a Imprensa Régia, o Gabinete de Mineralogia da Real Academia Militar, a Escola de Ciências, Artes e Ofícios e, posteriormente, o Museu Real. Esses espaços cultivaram o colecionismo sob a perspectiva do estado monárquico, mas também estimularam o desenvolvimento do colecionismo privado, reforçado pela presença da nobreza lusitana, que fazia uso de tal artimanha para se projetar na sociedade. Consequentemente, muitas coleções privadas foram incorporadas às instituições que estavam sendo criadas. Além disso, a grande leva de estrangeiros que acompanhou a comitiva régia contribuiu para a criação de redes de colecionadores.

Como forma de personificar para o leitor o conceito proposto, de *coleccionismo peregrino*, esta análise centra-se na figura de dois colecionadores, cujas personalidades foram essenciais na transição do Reino Unido para o Império: Antônio de Araújo de Azevedo (1754-1817), o Conde da Barca, e José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838). Tal momento, situado no alvorecer do século XIX, foi palco para a redefinição da cultura brasileira, com a entrada, no Brasil, de um vasto contingente de profissionais atuantes no campo da História Natural e das Artes. Tanto Araújo de Azevedo quanto Andrada e Silva tiveram peso nesse movimento: o primeiro esteve envolvido na vinda da comitiva de artistas e artífices franceses, conhecida como “missão francesa”, que moldou o imaginário visual da primeira monarquia das Américas; o segundo, além de seu papel mais conhecido no processo de Independência, era naturalista experimentado (FALCÃO, 1965; SOUSA, 1972; DOLHNIKOFF, 1998; VARELA, 2006; FURTADO, 2019, p. 143-187), viajado e formado nas principais cortes europeias, e via na construção de aparatos de instrução um modo de amenizar as máculas que considerava herdadas do período colonial. Como agentes a serviço do Estado, compartilhavam da necessidade de cultuar o conhecimento, o que era expresso em seus museus privados, formados com coleções oriundas do tempo em que viviam no Velho Mundo e trazidos consigo para o Novo Mundo. A presença dessas coleções e de todo o aparato de apoio em torno delas foram cruciais no esboço do projeto civilizatório almejado por ambos.

6.3 O Conde da Barca e o seu complexo pelo conhecimento

Um dos casos mais emblemáticos do período é o de Antônio de Araújo de Azevedo, o primeiro Conde da Barca, que atuou como diplomata em várias cortes europeias, estando envolvido no processo de transferência da corte joanina para o Novo Mundo. O seu interesse em garantir o desenvolvimento das ciências, das indústrias e das Belas Artes enquanto a família real estivesse em solo brasileiro o motivou, junto com o *chevalier* Francisco José Maria de Brito, a organizar a “missão francesa”,¹⁶⁸ sob os auspícios de Joachim Lebreton (1760-1819). Também esteve à frente do enraizamento da Imprensa Régia no Rio de Janeiro e na criação da Sociedade Auxiliadora da Indústria e Mecânica (COSTA, 2022, p. 12). De acordo com Cecília Costa, o Conde se “interessava por prelos, botânica, química, farmacêutica, mineralogia, fiação têxtil, seda, fabricação de porcelanas, ferro, serralheria, mineração, viagens, história, geografia, poesia, teatro, entre outros assuntos” (COSTA, 2022, p. 17). Isso contribuiu para o desenvolvimento cultural e econômico da outrora colônia portuguesa, tornando-se um atrativo para a vinda de estrangeiros, como artistas, naturalistas e militares, dentre outros.

A formação ilustrada do Conde, bem como a sua posição de diplomata, proporcionou o contato com importantes figuras da política e da cultura da época,¹⁶⁹ principalmente no período em que viveu na França revolucionária. Durante suas andanças pela Europa, alimentou a sua paixão por livros raros, numa época em que a velha aristocracia, necessitando de dinheiro, tinha que se desfazer de vários bens. Tal situação proporcionou o surgimento de uma coleção extensa, projetando a sapiência de Araújo e Azevedo, e que o acompanhou na sua vinda para o Brasil. Posteriormente, após a sua morte, grande parte da biblioteca foi confiscada por D. João VI, tornando-se um dos núcleos principais da Biblioteca Real (COSTA, 2022).

¹⁶⁸ Patrícia Telles aborda, em seu livro, que a ideia de “missão francesa” surgiu no século XX, em consonância com o projeto elitista de renovação do Rio de Janeiro aos moldes franceses por Pereira Passos. Nesse Naquele momento, o poder executivo exaltava os benefícios do afrancesamento da capital. Na perspectiva de Afonso d'Escragnolle Taunay, a “missão francesa” teria sido responsável pelo surgimento das Belas Artes no Brasil, tendo conduzido estudos para o centenário da dita “missão” e a importância dela para a nação. Cf. TELLES, 2019, p. 15-40.

¹⁶⁹ É vasta a relação das personalidades com quem o Conde da Barca se reunia para trocar ideias e conhecimentos – vide o exemplo dado por Sebastião Francisco de Mendo Trigo, no elogio fúnebre ao nobre diplomata, que narra que, passando pelo território germânico, o Conde “visitou Goethinga, Gotha, e Weimar, que neste tempo reunia em si os maiores literatos do Império, tais como um [Christoph Martin] Wieland, um [Johann Gottfried von] Herder, um [Johann Wolfgang von] Goethe, um [August von] Kotzebue, e um [Friedrich] Schiller [...]”, figuras de considerável relevância para a literatura alemã do período (TRIGOSO, 1823, t. VIII, parte II, p. XXIX). Goethe, por exemplo, teceu largos elogios a Christian Voigt acerca de seu encontro com o Conde, conforme missiva: “O comendador Araújo agradou-me muito. A sua índole tem algo delicado e natural e ao mesmo tempo porta-se com discrição e dignidade, qualidades essas que é raro encontrarem-se juntas. Ele é muito instruído e culto” (GOETHE *apud* COSTA, 2022, p. 15).

Na perspectiva de Cecília Costa, “as matérias que compõem a livraria ou biblioteca [do Conde da Barca] englobam ciências, artes e ofícios desde o início dos tempos até a virada do século XVII para o XVIII, seguindo o preceito iluminista de que o conhecimento deveria abranger todos os mistérios da natureza e interesses de um homem culto” (COSTA, 2022, p. 190). A sua biblioteca, portanto, não era um simples acúmulo de livros sem conexão. Ademais, as obras nela contidas apontam para um gosto apurado por temáticas que ultrapassam as barreiras utilitárias, sugerindo certa bibliofilia da parte do Conde, que colecionava obras raras, como “uma edição de 1550 de Maquiavel; o tratado de esgrima de Girard Thibault, de 1628; e a coleção ilustrada *Hortus Nitidissimis*, editada na Alemanha entre 1750 e 1786”, assim como a “*Theorica verdadeira das marés, conforme a philosophia do incomparável cavalheiro Isaac Newton* (traduzido por Jacob de Castro Sarmiento, em Londres, em 1737, o primeiro texto de Newton publicado em português)” (COSTA, 2022, p. 189).

O Conde também estava antenado na literatura produzida sobre os gabinetes e os museus, demonstrando o seu interesse pela prática do colecionismo natural e artístico de outros tempos. Por um lado, no arrolamento de sua biblioteca, constam obras mais antigas sobre o tema, como *Musaeum Regalis Societatis, or, A Catalogue and Description of the natural and artificial Rarities belonging to the Royal Society and preserved at Gresham College*, publicado por Nehemiah Greus em 1681; e *Museum Regium Catalogue Rerum tam naturalium, quam artificialium, quae in Basilica Bibliothecae Augustissimis Daniae Norvegine que Mornachae Christiani Quinti Hafniae asservantur*, por Oligero Jacobaeo, de 1696 (COSTA, 2022, p. 53), que abordam aspectos da cultura de curiosidade do século XVII. Por outro lado, é visível a presença de publicações contemporâneas, que versam sobre coleções de arte. O arco temporal dessas obras revela o interesse de Araújo e Azevedo por artistas contemporâneos e antigos, tendo realizado aquisições tanto para a sua galeria pessoal quanto para o Estado Português (TELLES; RODRIGUES, 2020, p. 25-36). O gosto pela pintura inglesa é visto em *A Collection of Prints in Imitation of Drawings to which are Annexed Lives of their Authors, with Explanation and Critical Notes*, de Charles Rogers, publicado em 1778; em *A Catalogue of the Several Pictures, Statues, and Bust in the Picture Gallery, Bodleian Library, and Ashmolean Museum, at Oxford* (1788); ou, ainda, em *Catalogue of the pictures in the Shakspeare Gallery, Pall-Mall* (BOYDELL, 1789), e em *A Catalogue of the Collection of Pictures in the Library at Christ Church, Oxford* (1770). Também aparecem catálogos sobre a arte francesa e italiana, como *Catalogue van un nitmuntend kabinet Gekeloerde en Ougekleur de Teckeningen, benevens un Keurlybe verzamling Prent - Kunst, beide door de bervemdrte Italiannsche*,

Fransche, K. Meester D Zynde alles D. door Wylen den Heire Jan Gildnsester; e Catalogue du Cabinet de Tableaux de laisses par l'amateur des beaux arts Jean Gildmeester.

O seu amor pelo mundo dos livros vinha desde a sua infância ilustrada e, ao longo da sua trajetória como diplomata, fez importantes aquisições. Ao mesmo tempo, a vida atribulada de tarefas, viagens, encontros e jantares diplomáticos era empecilho para o seu deleite, tendo o próprio afirmado que “custa-me infinitamente a separar-me dela (a livraria), pois não pode haver coisa mais desagradável do que, depois de ter feito uma coleção assim, ser obrigado a não gozar. Parece que está determinado pelo destino jamais tenha sossego por espaço de alguns anos para recrear o espírito com um estudo seguido” (TRIGOSO, 1823, tomo VIII, parte II, p. XXXI). Nesse sentido, não é uma surpresa que a sua preciosa biblioteca o tenha acompanhado, mesmo que enviada em lotes, quando mudou-se para o Brasil, uma vez que, ficando em Lisboa, ela poderia cair nas mãos das tropas francesas.

Contendo mais de 2.418 títulos, num total de 6 mil volumes, a extensa biblioteca do Conde da Barca foi uma das mais importantes existentes à época na corte carioca. Para acomodar tal montante, o colecionador adquiriu um imponente sobrado na rua do Passeio Público, uma das regiões mais nobres do Rio de Janeiro, onde a sociedade se deliciava entre as árvores e flores do jardim. Mesmo recebendo o título nobiliárquico apenas no fim de sua vida, o Conde fez da sua residência um ambiente ilustrado e aristocrático, digno da sua fama de homem sábio e a serviço da monarquia. Para tanto, munuiu os cômodos inferiores com o seu gabinete, suas coleções de História Natural, sua extensa biblioteca e, claro, seu famoso laboratório químico. Este último foi responsável por proporcionar estudos que beneficiaram a manufatura local, em especial, no refinamento da aguardente brasileira, considerada inferior pelo gosto dos europeus.

Para garantir a eficácia do seu projeto de obtenção de produtos refinados e de boa qualidade, ordenou a vinda de equipamentos da Europa, como um alambique escocês e outros produtos ingleses. Sua empreitada tomou-lhe boa parte de suas atenções, como ele mesmo informa em uma missiva datada do ano de 1808: “não pude concluir o meu pequeno laboratório nem nele se poderá trabalhar sem que me cheguem da Inglaterra retortas, instrumentos, de que não há aqui nem um só, e, além disso, os trabalhos nessa cidade são muito lentos, porém, o edifício está quase feito” (ARAÚJO AZEVEDO *apud* COSTA, 2022, p. 125). Trata-se de situação parecida com a que experimentou Vieira Couto, que também deixou pelo menos um relato de quanto era custoso conseguir a parafernália necessária para aparelhar o seu laboratório químico, no Tejuco, em Minas Gerais. Jean Baptiste Debret visitou a residência do nobre diplomata, no Rio de Janeiro, e constatou o funcionamento das estruturas científicas ali existentes,

além de um engenho de cana e de uma fábrica de porcelanas, que ficavam no pátio, de forma a prover melhoramentos e desenvolvimento de novas técnicas manufatureiras (PESSOA; SANTOS, 2017, p. 265). Além disso, o seu laboratório químico funcionava como um lugar de prática para jovens aprendizes interessados na arte da Química, que, na ausência de instituições públicas especializadas, tinham a oportunidade de conhecer as virtudes dessa ciência.

O sucesso da criação do laboratório do Conde foi tamanho que o próprio teve que recorrer ao Conselho de Estado para que pudesse usufruir de uma pequena parcela da água que vinha dos aquedutos que abasteciam as fontes da cidade. No caso, solicitou autorização para conectar uma tubulação próxima ao sistema de abastecimento da região onde ficava sua casa, pois assim teria água disponível para a realização dos seus experimentos, mas também para o seu uso doméstico (SANTOS, 2014; TELLES, 2019). O privilégio foi concedido, o que revela a sua importância e a de seus experimentos para as autoridades régias, uma vez que dispor de água encanada naquele período era fator de distinção social, dadas as constantes crises de falta d'água no Rio de Janeiro. Além dos experimentos básicos sobre alguns recursos minerais brasileiros, que buscavam apontar suas potencialidades, ele chegou a produzir vários destilados, revelando o inovador uso do alambique escocês para a produção de aguardente e de licores de ótima qualidade. Ademais, esse laboratório foi também responsável por produzir medicamentos, resultando numa extensa botica que quase foi leiloada após a morte do seu proprietário (COSTA, 2022, p. 176-182).

Mesmo morando próximo ao Passeio Público, que ainda contava com o plano paisagístico do Mestre Valentim, de 1783, o Conde da Barca projetou uma série de jardins em seu palacete, de modo a cultivar “entre 1200 e 1400 plantas, úteis ou agradáveis, tanto nacionais como exóticas”, e principiou o catálogo delas, hoje desconhecido, com o título de *Hortus Araujensis* (TRIGOSO, 1823, tomo VIII, parte II, p. XLIII). A maioria das espécies que cultivava era oriunda de suas viagens ou objeto da troca com diversos correspondentes.¹⁷⁰ Torna-se evidente seu interesse e seu apreço pelo mundo natural, pois fez de sua moradia um *locus* para o culto das Luzes. Jardins sistematizados faziam parte do *modus operandi* da cultura colecionista da época, o que aponta que o Conde estava antenado aos modismos. Assim, durante o pouco tempo em que viveu no Brasil, até o seu falecimento, no Rio de Janeiro, em 1817, dispôs, para o deleite do público letrado, suas preciosas coleções, principalmente a biblioteca e

¹⁷⁰ Em missiva para o Conde da Barca, o Chevalier de Brito (Franciso José Maria de Brito), como parte de celebrar a conquista do título nobiliárquico, menciona o seu interesse em "ajudar com a arte a bela natureza, assim eu lhe pudesse mandar bons agricultores e jardineiros! Queira indicar-me as sementes que deseja, por que as posso ter escolhidas no Jardim das Plantas" (TELLES, 2019, p. 31). Cf., também, COSTA, 2022, p. 205.

o laboratório, ambos posteriormente confiscados pelo governo de D. João VI com o intuito de engrandecer as instituições régias.

O gabinete ou museu ilustrado luso-brasileiro, além das coleções que o recheava, fossem de História Natural ou de Arte, era amparado por bibliotecas e, em alguns casos, por outras estruturas de apoio, como os laboratórios. Para aqueles que almejavam se aprofundar no mundo natural e tirar dele proveitos, era necessário o mínimo de instrumentos para garantir a precisão dos experimentos, iluminando o caminho para a escrita da Filosofia Natural. O Conde da Barca estava a par dessa necessidade, o que o colocava como um dos principais colecionadores desse período de transição entre o colonial e o régio. Assim como outros membros da aristocracia luso-brasileira, o Conde, além de fazer transportar nos porões da embarcação que o levou ao Brasil suas roupas e tralhas cotidianas, fez-se também acompanhar de seus bens mais preciosos, como quadros, livros e coleções que reunira no Velho Mundo. Era meio de garantir que as práticas dignas da nobreza também rumassem com ele, principalmente em um período de refundação da monarquia no Novo Mundo. Isto é, não bastava ser nobre no Rio de Janeiro, mas possuir e ostentar elementos da cultura material que ajudassem a projetar sua distinção. De tal forma, observa-se o aumento de leilões de arte e objetos de história natural ocorridos no Rio de Janeiro a partir da chegada da corte, bem como o afluxo de artistas para decorar os novos palacetes que eram construídos para abrigar a nobreza recém-chegada, os quais ainda exalavam a estética colonial (CHAVES, 2019, p. 81-99).

O Conde possuía, na sua residência, localizada na rua do Passeio, uma extensa coleção de pinturas que decoravam seus inúmeros cômodos. É muito provável que, entre elas, estivessem obras de artistas contemporâneos, mas também dos já consagrados no cenário artístico europeu, conhecidos como os “grandes mestres” (HASKELL, 2002). Nesse meio de colecionismo de arte, era muito comum, à época, as atribuições de obras a artistas famosos na História da Arte ocidental sem que tivessem sido reunidas evidências robustas, bem como a feitura de cópias que, dada a virtuosidade do artista copista, enganavam até os melhores conhecedores.¹⁷¹ Até o momento, a coleção de arte do Conde da Barca – seu volume, bem como a relação das obras artísticas e suas autorias – carece de mais estudos que possam auxiliar na

¹⁷¹ Na corte do Rio de Janeiro, era comum a presença de leiloeiros estrangeiros que realizavam leilões com extensa variedade de itens, tais como obras de arte, a serem vendidos. Em um caso curioso, Frederico Guilherme divulgou para os leitores do *Diário do Rio de Janeiro* uma “rica coleção, [que] ainda ficam para vender uma obra do célebre Miguel Angel [sic], representando a descida cruz e o Cristo crucificado, vários originais de Vanderneec, Vendens, Renbran [sic], Haufman, etc., e outros das escolas modernas, representando lindas paisagens, retratos, batalhas, monumentos, etc.” – obras associadas a importantes expoentes da História da Arte Ocidental, como Peter Paul Rubens e Rembrandt van Rijn, entre outros, que tiveram os seus nomes escritos de forma equivocada, mas que nos induz a refletir sobre o interesse de colecionadores locais por pinturas de grandes artistas. Cf. CHAVES, 2019, p. 81-99.

reconstrução do discurso visual presente em seu palácio.¹⁷² Entretanto, tendo em vista os catálogos presentes na biblioteca araujense e os caminhos que esse nobre trilhou pela Europa, é possível imaginar pinturas das escolas francesa, inglesa, holandesa e italiana, dado o seu apreço por essas correntes estilísticas. Sabe-se que, após a sua morte, o termo *coleção de pinturas preciosas, a óleo e a fumo* (PESSOA; SANTOS, 2017, p. 266) foi mencionado no anúncio do leilão de seus bens; porém, não é possível precisar sua dimensão ou as obras nela contidas.

O conceito de *coleções peregrinas* não se encaixa quando se trata de coleções que foram criadas por naturalistas durante alguma expedição, uma vez que o destino delas é o museu a que o indivíduo está associado. Em sua maioria, grosso modo, elas são tratadas e descritas quando o naturalista ainda estava em campo, mas serão minuciosamente descritas apenas no seu local de destino. Em contrapartida, quando a coleção é adquirida na totalidade, já classificada, ela se enquadra no conceito proposto, como é o caso da coleção Werner, uma vez que, em algum momento, compôs o acervo da Escola de Minas de Freiberg (*Bergakademie Freiberg*). Junte-se a isso o fato de ter sido estudada pelo famoso mineralogista da época, Abraham Gottlob Werner, e adquirida pelo Conde da Barca em nome do governo português. Nas palavras de Sebastião Trigoso, o Conde não trouxe apenas “os móveis do seu uso, mas aqueles [bens] que pensou [que] viriam a ser mais úteis ao Estado: tais foram uma bela coleção Mineralógica, arranjada pelo grande Werner, coleção indispensável para o Brasil, onde o estudo da Montanística deve fazer a primeira base da instrução pública”. Inicialmente, ela foi exposta na Academia Militar do Rio de Janeiro e, em seguida, no Museu Real. Mesmo com essas mudanças geográficas e institucionais, a coleção se manteve unida, sendo referenciada e conhecida pelo nome de seu criador.

É inegável que a chegada da família real ao Rio de Janeiro estimulou a vinda de europeus interessados em estudar o Novo Mundo, bem como em criar um epítome da natureza em seus gabinetes e museus particulares. Ao mesmo tempo, as coleções acompanharam seus criadores nas suas andanças pelo Globo, como se vê no caso do Conde da Barca, que trouxe consigo, para o Brasil, as suas preciosas coleções, transformando a sua casa em um importante complexo de produção do conhecimento. Porém, nesse caso, é importante lembrar que, sendo um homem de seu tempo, ele possuía dezessete escravizados, que garantiam a manutenção de suas residências, incluindo o seu museu,

¹⁷² Atenta-se para a existência da pintura *D. João de Bragança, Príncipe Regente de Portugal*, de 1805, de autoria de Domenico Pellegrini, que pertencia à coleção de arte do Conde da Barca, alvo de butim do general francês Jean Andoche Junot (KNAUSS; TRIGUEIROS; TELLES, 2019). Além disso, cf. os estudos de Patrícia D. Telles, *p. ex.*, TELLES, 2018, p. 157-169.

seu laboratório e sua biblioteca.¹⁷³ Por mais que o passado do Conde da Barca nos seduza, é preciso estar ciente que ele fazia parte de um complexo sistema que, no Brasil, se estendeu por todo o século XIX. Logo, estudar as práticas colecionistas desse período – que, em sua maioria, eram feitas pela elite dominante – requer atentar-se para a origem de sua riqueza, em grande parte apoiada no sistema escravista (PENNOCK; VERMAAT; WINDHAUSEN, 2020; MURPHY, 2013, p. 637-670; CHADWICK; GAMER, 2014).

6.4 José Bonifácio de Andrada e Silva: o colecionador por detrás do patriarca

A rede de sociabilidade do Conde da Barca contava com a presença de outro colecionador: José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838). A História o consagrou como uma das principais personalidades da política do Primeiro Império, considerado o patriarca da Independência do Brasil (MENCK, 2019; DEL PRIORE, 2019). Entretanto, apesar de ser um dos articuladores do fim do poder de Portugal sobre a sua colônia, no Velho Mundo ele levava uma vida bem mais tranquila antes de entrar para a História, numa fase dedicada à compreensão da natureza e dos seus benefícios. Além dessa face estadista, mais conhecida, Andrada e Silva foi mineralogista, realizando importantes estudos sobre riquezas naturais, bem como esboçando métodos inovadores de exploração mineral para serem introduzidos no reino português (MARQUES, 2022; VARELA; LOPES; FONSECA, 2004).

De família rica, os pais de Bonifácio, o casal Andrada e Silva, eram importantes comerciantes na vila de Santos, fato que lhes proporcionou uma vida abastada, bem como reunir meios para enviar os filhos para se instruírem na Universidade de Coimbra. Com formação inicial em Direito, em 1783, Bonifácio começou uma formação concomitante em Filosofia Natural. Ele chegou à instituição em momento de grande prosperidade para os estudos, e vivenciou os benefícios das transformações pombalinas no ensino superior, absorvendo as teorias dos principais filósofos das Luzes – principalmente, daqueles que enxergavam a necessidade de organizar o mundo natural por meio da experimentação e da observação para dele tirar proveitos.

Bonifácio fez parte da intitulada geração de 1790 (MAXWELL, 1999, p. 157-208; FURTADO, 2014, p. 159-172), grupo de letrados e filósofos luso-brasileiros que receberam formação ilustrada em Coimbra e que compunham a máquina administrativa do reino de

¹⁷³ De acordo com Pessoa e Santos (2017, p. 266), “o Conde era servido por 17 escravos moços, sendo dois oficiais de ferreiro, um boleiro, outro cozinheiro, e os demais do serviço da casa, chácara e cavalaria”.

Portugal. Como comentam Varela, Lopes e Fonseca, “a cooptação dos naturalistas pelo Estado, sobretudo no final do século XVIII, permite observar a valorização daqueles que detinham o conhecimento científico e técnico, sobretudo para dar parecer sobre os mais variados assuntos econômico-administrativos. Em síntese, isso demonstra o reconhecimento do poder da ciência pelo Estado” (VARELA; LOPES; FONSECA, 2004, p. 702). Além do naturalista santista, nomes como os de Alexandre Rodrigues Ferreira, Francisco Luís de Lacerda e Almeida, Francisco de Melo Franco, José Vieira Couto, Manuel Ferreira da Câmara de Bethencourt e Sá, José de Sá Bethencourt Câmara, José Mariano da Conceição Veloso e Leandro do Sacramento (MENCK, 2022, p. 65; FURTADO, 2010, p.189-212) foram alguns desses distintos funcionários a serviço da Coroa. Toda essa geração teve o privilégio de ter aulas com Domingos Vandelli, acessando, conseqüentemente, as teorias revolucionárias de classificação do mundo natural propostas por Carlos Lineu, que viriam a remodelar a ciência do período. Grande parte das *Memórias* lidas na Academia Real das Ciências de Lisboa foram escritas por eles, o que aponta a sua importância na remodelagem do império.

O conhecimento de José Bonifácio acerca do mundo natural e, ao mesmo tempo, sua indignação com o que considerava atraso nas técnicas aplicadas na exploração mineral no mundo luso-brasileiro, em especial nas minas do Reino, culminou no seu interesse em aprimorá-las. Naquela altura, o “homem de ciência do século XVIII, no contexto do antigo regime, era basicamente um funcionário do Estado, cujas atividades eram financiadas pelos monarcas, revelando assim o pacto tácito com o poder” (VARELA; LOPES; FONSECA; 2004, p. 210). Tal fato, alinhado com as qualidades do jovem filósofo, foi o incentivo para que fosse escolhido um dos três agraciados pela Coroa para realizar uma longa viagem de estudos a fim de conhecer os principais reinos europeus e as técnicas aperfeiçoadas de análise e exploração dos minerais. A sua jornada ocorreu nos principais centros de instrução da época: inicialmente, em Paris, teve aulas com Antoine François de Fourcroy, renomado professor de Química, bem como com o engenheiro Jean-Pierre-François Guillot-Duhamel. Também passou pela École Nationale Supérieure des Mines de Paris, fato que o colocou em contato com as mais promissoras mentes do mundo científico da época (VARELA; LOPES; FONSECA, 2004, p. 218; FURTADO, 2019, p. 143-188).

Se na Paris revolucionária Bonifácio esteve ocupado em compreender as mais recentes teorias e experiências para a análise química dos minerais, foi nas minas de Freiberg, na Saxônia, que teve o contato prático com o mundo da mineração. Na época, aquelas eram consideradas as mais ricas e produtivas da Europa, cuja modernização, baseada na racionalidade das Luzes, garantiu mais eficácia na sua exploração. Na escola de minas da

Bergakademie Freiberg, “um dos centros mais avançados de mineração” (VARELA; LOPES; FONSECA; 2004, p. 220), Bonifácio aprimorou o seu conhecimento sobre as inovadoras técnicas ali aplicadas. No mesmo período, conheceu um dos principais mineralogistas germânicos, cuja fama atravessou as barreiras dos séculos: Abraham Gottlob Werner. Seu método de classificação dos minerais por meio das propriedades químicas o colocou no *hall* das grandes mentes da Mineralogia, trazendo novas contribuições para o complexo mundo das divisões dos minerais.¹⁷⁴ Conforme mencionado anteriormente, Werner era uma figura conhecida entre a comunidade letrada luso-brasileira, e o Conde da Barca foi responsável por adquirir a Coleção Werner, catalogada pelo mineralogista – que, hoje, está em processo de recuperação após o fatídico sinistro que acometeu o Museu Nacional da UFRJ, em 2018.

Na mesma época em que enriquecia a sua mente com as mais promissoras teorias sobre as práticas de mineração, Bonifácio conheceu o jovem Alexander von Humboldt, que, após a sua expedição pelo Novo Mundo, tornou-se um dos grandes homens de ciência do século XIX. Em decorrência dos encontros com intelectuais da época, o naturalista de Santos se inseriu na vasta rede científica da República das Letras, que ultrapassava as barreiras físicas nacionais, trocando saberes com os filósofos naturais que moldaram a ciência nos fins do século XVIII e início do XIX. Tal fato condicionou o aprimoramento do seu intelecto para o estudo da natureza, assim como para organizá-la em gabinetes, sendo estes de cunho estatal ou pessoal.

A sua viagem continuou pelos territórios germânicos, como a Prússia e a Hungria, seguindo para Áustria, Suécia, Itália e Dinamarca, de modo a absorver os mais diferentes métodos de exploração dos minerais presentes nesses países. Ao mesmo tempo, cumpria os objetivos descritos pela instrução feita por Luís Pinto de Souza Coutinho, Ministro de Estado, com base nas sugestões de Dom Rodrigo de Souza Coutinho, então diplomata em Turim, que foi quem primeiro propôs às autoridades portuguesas a realização dessa viagem instrutiva, apontando para a importância que aquele momento de aprendizado teria para o engrandecimento do Império português (FURTADO, 2019, p. 164-172).¹⁷⁵ Ao retornar a Portugal, o amplo aprendizado de Bonifácio garantiu que fosse recrutado pela Coroa para ocupar cargos na administração, atuando como respeitável agente modernizador da economia, que, à época, passava por complexas situações.

Após a longa jornada de aprendizado, que levaria quase uma década, Bonifácio retornou ao Reino pronto para contribuir para a modernização do ensino superior correlato à sua área de

¹⁷⁴ José Bonifácio teve aulas sobre Orictognosia e Geognosia com Abraham Gottlob Werner. Cf.: VARELA, 2009.

¹⁷⁵ A autora revela a influência de Souza Coutinho, que sugeriu que a Coroa de Portugal organizasse uma viagem de estudos mineralógicos, a exemplo das que eram organizadas no Piemonte, onde era embaixador.

aperfeiçoamento. A ele foi delegada a criação de uma cadeira de Metalurgia na Universidade de Coimbra, influenciando na formação da elite letrada do império português. Concomitantemente, foi nomeado intendente-geral das Minas e Metais do Reino. Este último cargo proporcionou-lhe o acesso aos principais centros mineradores de Portugal, de modo a escrever memórias práticas com vistas ao melhoramento da exploração dos seus recursos minerais, além de colecionar minerais tanto para formar a sua própria coleção quanto para enriquecer as do Estado. O método em Filosofia Natural que seguia, alinhado com o do pensador Francis Bacon (1561-1626), defendia a necessidade de a ciência ser útil ao homem, tendo um fim prático que garantisse o enriquecimento da nação e, conseqüentemente, o seu bem-estar. A novidade é que, no contexto de desenvolvimento manufatureiro pelo qual passava a Europa, a natureza deveria ser investigada de outra forma. Ao mesmo tempo, “os seus estudos científicos passaram a ter de dividir o tempo com os cargos estatais, sobretudo aqueles relativos à esfera administrativa portuguesa. Em outras palavras, o perfil de naturalista e o de homem público passaram a caminhar lado a lado na história de vida do personagem, não podendo ser dissociados” (VARELA; LOPES; FONSECA, 2004, p. 227). Tal situação não seria exclusiva a Bonifácio: outros naturalistas dessa geração de 1790 passariam pela mesma condição, como foi o caso de Alexandre Rodrigues Ferreira, cuja administração dos cargos sob sua alçada sugou o seu tempo para a ciência.

Diferentemente do que aconteceu com grande parte da aristocracia portuguesa, que sentindo o bafo dos canhões de Napoleão Bonaparte rumou para o Brasil, Bonifácio continuou em Portugal, coordenando as ações defensivas. Tal situação mudaria apenas em 1819, quando, cansado da vida atribulada despendida em cargos administrativos, que consumia grande parte do seu tempo, solicitou sua aposentadoria. Também percebeu que era hora de voltar para a sua terra, que há tanto tempo não via e que, desde então, passara por importantes metamorfoses, deixando de ser uma colônia portuguesa para se tornar a sede do Reino Unido de Portugal. Inicialmente, ao retornar para Santos, objetivava voltar a se dedicar aos estudos e deleitar-se em sua biblioteca; entretanto, a almejada aposentadoria ficou longe de se concretizar, pois logo foi recrutado como conselheiro de D. João VI – fato que o colocaria no cerne das principais decisões, principalmente políticas, que culminaram na independência brasileira.

A atuação política de Bonifácio após o seu retorno é bem estudada pela historiografia, sobretudo pela importância que lhe foi conferida no sucesso da emancipação brasileira. De forma diversa, o interesse deste trabalho é mostrar a outra face de sua atuação, a que diz respeito ao desenvolvimento das ciências e do colecionismo que empreendeu, pois, assim como outros indivíduos que rumaram para o Novo Mundo, o naturalista santista também trouxe uma

extensa bagagem que ia além das necessidades cotidianas, incluindo a sua biblioteca e um museu, constituídos de coleções peregrinas que recheavam os dois ambientes científicos.

Parte do universo material bonifaciano foi arrolado a 18 de julho de 1838 e doado ao Museu Nacional, meses após seu falecimento ([RELAÇÃO...], *[s. d.]*). Tal ação garantiu que, até os dias de hoje, pudéssemos ter uma noção do seu conteúdo, uma vez que é perceptível que não se trata da totalidade do que outrora fora reunido por Bonifácio. A doação, além de possibilitar a entrada de novos acervos ao MN, que contava vinte anos de existência, também reforçava o lado simbólico da instituição enquanto repositório das coleções do patriarca da Independência. Partilhavam o mesmo espaço com outros objetos que, naquela altura, narravam a história da jovem nação, dado que, para além de museu de História Natural, o MN também possuía coleções de diferentes tipologias, entre elas, a histórica. Nesse sentido, na relação de doação, percebe-se que o museu de Bonifácio contava com:

Obra de Arquitetura toscana por Grandjean [de Montigny]¹⁷⁶ - dita de arquitetura gótica por James Murphy (incompleta); um quadro com moldura, e a estampa de Napoleão; um dito com a estampa de Washington; sessenta e nove estampas coloridas de quadrúpedes; cento e vinte ditas de aves; onze desenhos de máquinas (sem descrição); quarenta gravuras representando paisagens; oitenta e nove ditas representando diversos ornatos de arquitetura, personagens, alegorias, e passos da história; dois caixões contendo plantas secas; dois ditos com oitenta e duas aves, e uma lontra marinha; um dito com quatro pequenas caixas de insetos (inteiramente estragados); um dito com madrepérolas; dois ditos com seis matrizes de vidro, onze retortas de vidro, e três de barro, um balão de vidro, três frascos de vidro com três bocas, dez tubos de vidro; quatro ditos com modelos de máquinas em madeira (desconcertados, e com várias peças estragadas); dois ditos com moldes em papelão representando as diversas partes de uma galeria subterrânea para os trabalhos da mineração; um dito com um barômetro, seis aerômetros e uma balança de Nicholson; um dito com um forno de copelação em ferro quase estragado; dezenove ditos com minerais, vindo sete abertos com mais fechados (sem catálogo ou esclarecimento algum); quinhentas e quarenta e nove medalhas, e moedas compreendendo grande número de duplicadas sendo sessenta e oito em prata, e uma em ouro ([RELAÇÃO...], *[s. d.]*).

A relação do material que foi doado é heterogênea. Provavelmente, na divisão dos bens que outrora pertenceram ao pai, os herdeiros selecionaram o melhor para si, e o restante, para fugir do sopro do tempo, foi encaminhado para o lugar que Bonifácio tanto estimava, pelo fato de ter dedicado grande parte da sua vida na produção do conhecimento científico: o Museu Nacional. Além disso, junta-se o fato de que, durante o século XIX, com o crescimento da instituição, a sociedade letrada e a aristocracia luso-brasileira entendiam que tinham uma missão filantrópica em relação ao MN. Isto é, que cabia-lhes legar acervos e coleções que pudessem contribuir com o seu enriquecimento e com a sua missão instrutiva. As longas

¹⁷⁶ GRANDJEAN DE MONTIGNY; FAMIN, 1815.

distâncias dos mercados de arte e de História Natural do Velho Mundo constituíam empecilhos para a aquisição de bens artísticos, científicos e laboratoriais de forma eficiente e rápida; assim, doar itens de tais tipologias ao museu seria uma forma de manter viva a memória do patriarca da independência e, também, de prover coleções que seriam usadas pelos estudiosos do museu e pelo público visitante.

É visível a generalidade dos bens que foram legados, mas todos têm alguma relação biográfica, seja com o Bonifácio colecionador, o naturalista ou o estadista. O livro de Grandjean de Montigny, por exemplo, reflete a proximidade de Bonifácio com o arquiteto da corte, que chegou ao Brasil na comitiva francesa responsável por “polir”, com as Belas Artes, a outrora “selvagem” colônia, destituída de bom gosto, na perspectiva europeia. A obra *Architecture Toscane ou Palais, Maisons, et autres édifices de la Toscane* foi publicada em 1815, sendo uma relação de edifícios públicos e privados de perfil classicizante presentes na Toscana, região que serviria de influência para o desenvolvimento do estilo imperial francês da época, ainda muito carregado do gosto de Napoleão Bonaparte. É curioso que essa e outra publicação, de James Murphy,¹⁷⁷ tenham sido enviadas para o MN, uma vez que a Academia Imperial de Belas Artes seria o melhor destino para abrigar ambas. Além disso, há o fato de que bibliotecas eram bem quistas no arrolamento dos bens nos inventários, pois sua venda gerava somas significativas. Pode ter sido influência do artista Manoel Araújo Porto-Alegre, que, na altura, era diretor da Quarta Seção de Numismática, Arqueologia e Artes Liberais, e não media esforços para angariar doações de objetos que auxiliassem o MN a narrar o passado da jovem nação (CHAVES, 2019, p. 118-130). Juntam-se, aos dois livros, variadas estampas, como as de Napoleão Bonaparte e George Washington, figuras que ocupavam o cenário político do período de formação de Bonifácio e que, com certeza, lhe inspiravam. Havia outras gravuras, mas com a temática da Arquitetura – o que demonstra seu interesse por essa área, cujo aprendizado se dava por meio da prática da observação e da cópia. Também nota-se o gosto pela Numismática, com a presença de “quinhentas e quarenta e nove medalhas, e moedas [...] sendo sessenta e oito em prata, e uma em ouro”, área do conhecimento que era um dos eixos centrais da Quarta Seção, uma das maiores do MN – um vestígio da prática antiquária ainda vigente no gosto dos colecionadores do período.

¹⁷⁷ É muito provável que se trate da obra *Plans, Elevations, Sections, and Views of the Church of Batalha... to which is prefixed an Introductory Discourse on the Principles of Gothic Architecture*, de 1795. James Murphy possui outros trabalhos que abordam estilos arquitetônicos do gótico português, tendo viajado para Portugal descrevendo monumentos e construções.

O microcosmo colecionista de Bonifácio não se restringia apenas ao universo da Arte e da Arquitetura. O mundo natural, como é sabido, esteve no centro das suas atenções e, claramente, resultou em extensas coleções, das quais poucas sobreviveram intactas, como é descrito nas observações assinaladas no arrolamento da doação. Seu herbário, àquela altura, comportava dois caixões, que devem ter tomado tempo para serem montados e classificados corretamente, principalmente após seu retorno ao Brasil, cuja expressiva flora impressionava até os naturais. É muito provável que essa coleção tenha sido tocada pelas mãos da Imperatriz D. Leopoldina de Habsburgo-Bragança, cuja afeição pelo mundo natural, além da política, era o ponto de intersecção com José Bonifácio. É possível imaginar os dois andando pelas matas próximas ao Palácio de São Cristóvão e à fazenda real de Santa Cruz, procurando espécimes ainda inexistentes em suas coleções.

Na relação, aparecem ainda dezenove caixões com minerais, “sem catálogo ou esclarecimento algum”, fato que limita a compreensão do sentido dado pelo colecionador, principalmente a respeito do método de classificação que regia sua coleção. Indubitavelmente, tanto D. Leopoldina quanto Bonifácio analisaram os minerais e discutiram as melhores teorias de classificação em que poderiam ser enquadrados, como as de René Just Haüy, Abraham Gottlob Werner ou Romé de l’Isle. Certamente, minerais como a petalita, o espodumênio, a escapolita e a criolita, que foram descritos pela primeira vez pelo naturalista santista, estariam nas caixas que rumaram para o Museu Nacional; da mesma forma, a andradita, mineral descoberto por ele e, posteriormente, em 1868, nomeado em sua homenagem pelo mineralogista James Dwight Dana. O gabinete mineralógico de Bonifácio era um dos mais completos e ricos do império, competindo apenas com o da imperatriz – e, claro, com o do Museu Nacional. Em termos de acesso a acervos raros e de regiões variadas do Globo, esses dois indivíduos compartilhavam privilégios, principalmente pelo fato de Bonifácio ter viajado pela Europa estudando Mineralogia e, depois, ter sido inspetor das Minas do Reino. Tal posição o colocou próximo de agentes que enviavam, das quatro partes do império, minerais que precisavam ser investigados para usufruto do Estado – como o exemplo citado no capítulo anterior, de José Vieira Couto, que contribuiu para enriquecer a coleção do patriarca.

Imagem 15 – Autor desconhecido. *Modelo de minas de Freiberg*. Séc. XIX.



Fonte: Instituto Superior Técnico de Lisboa.

Consta também da doação modelos de máquinas em madeira e “moldes em papelão, representando as diversas partes de uma galeria subterrânea para os trabalhos da mineração”, oriundos do período em que Bonifácio viajou pelas principais minas da Europa. É certo que se tratam dos modelos das minas de Freiberg (Imagem 15), que ele visitou e cuja fama de serem as mais rentáveis e bem exploradas do continente, dada a *expertise* germânica na sua exploração, motivou a criação de instrumentos instrutivos visuais para o ensino da mineração e da Metalurgia. Por meio desses modelos, tornava-se possível conhecer as morfologias internas, bem como as formas de garantir a exploração sem causar algum dano estrutural que colocasse o empreendimento em risco. Bonifácio foi lente da Universidade de Coimbra sobre essas áreas, fato que o motivou a carregar consigo tal material, de modo a ministrar o melhor ensino possível para os seus alunos. Junta-se isso ao fato de que, vindo para o Brasil, que há tempos era o foco de suas preocupações, em termos da exploração dos recursos minerais, sabia da necessidade de trazer instrumentos, técnicas e saberes que auxiliassem na instrução da mocidade e na modernização da exploração mineral.

Juntamente com o material instrutivo, outra parte relevante doada para o Museu Nacional foi o laboratório de Bonifácio, “com matrizes de vidro, onze retortas de vidro e três de barro, um balão de vidro, três frascos de vidro com três bocas, dez tubos de vidro, um barômetro, seis aerômetros e uma balança de Nicholson e um forno de copelação em ferro quase estragado”. Novamente, é necessário reforçar que esse conjunto material não representava a totalidade do museu de Bonifácio, que, seguindo o modelo conceitual português,

devia contar com gabinetes de História Natural, laboratório e biblioteca que auxiliassem na observação, na experimentação e no registro do conhecimento produzido pelo proprietário. Esses objetos doados pela família contribuiriam para o aumento da prática laboratorial no Museu Nacional, que sofria com limitações orçamentárias, mesmo que alguns itens estivessem com avarias.¹⁷⁸

O mundo natural estava representado pelos animais empalhados, como “oitenta e duas aves, uma lontra marinha, caixas de insetos (inteiramente estragados), e madrepérolas”, que dividiam espaços com exemplares de outras classes. O clima úmido dos trópicos era um empecilho para garantir a conservação dos espécimes, a exemplo da mencionada coleção entomológica de Bonifácio, que então já estava em péssimo estado, o que resultou no seu descarte, acabando por não ser enviada para o Museu Nacional. Mesmo a lista estando incompleta, é possível visualizar o museu de Bonifácio, com animais em diversas posições, nas suas peanhas,¹⁷⁹ dispostos em cima de armários, mesas e demais locais disponíveis. Decerto, os espécimes estavam classificados conforme as diretrizes ditadas por Carlos Lineu e por Domingos Vandelli, principalmente devido à sua proximidade com o último, tanto pela convivência no Reino, em Coimbra, especialmente, e em outros locais de culto às ciências, quanto pelo laço criado pelo casamento dos filhos de ambos.¹⁸⁰ Também é notável a preferência pelo mundo das aves, denotada tanto pelo acervo *in natura* quanto pelas “centro e vinte estampas” sobre o tema que decoravam e instruíam, sendo, assim, recursos visuais que auxiliavam na identificação dos espécimes coletados pelo naturalista santista.

De fato, o material doado não foi extenso, tampouco pode resumir a dimensão das ações colecionistas de Bonifácio. Em todo caso, a oferta foi vista pelos gestores do Museu Nacional como um ato patriótico dos herdeiros, que desistiram de manter consigo objetos coletados por uma das personalidades mais importantes do Primeiro Reinado em prol da instrução pública. Assim, como o próprio diretor afirmou no *Relatório dos trabalhos que tiveram lugar no Museu Nacional desta Corte durante o ano de 1838*, toda a equipe da instituição ficou ocupada, durante aquele ano, em organizar o material doado. Tal fato aparece nos dizeres dos diretores, que dedicaram o seu tempo “no remonte das aves e sua classificação e denominação, a revisão dos objetos, especialmente dos minerais com o fim de os acondicionar e conservá-los os rótulos, o restabelecimento dos rótulos nas moedas e medalhas” (MUSEU NACIONAL, 1839, fl. 158).

¹⁷⁸ Para saber mais sobre a prática laboratorial no Museu Nacional, cf. GOMES, 2013.

¹⁷⁹ Suportes, geralmente de madeira, para apoiar objetos diversos.

¹⁸⁰ No ano de 1819, em Lisboa, o filho mais velho de Domingos Vandelli, Alexandre Antônio Vandelli (1784-1862) casou-se com a filha de José Bonifácio, Carlota Emília de Andrada (1790-1849). Cf. MARQUES; FILGUEIRAS, 2009, p. 251-256.

Todo esse processo visou evitar que as informações referentes àqueles objetos se perdessem, uma vez que isso impossibilitaria seu uso nos mais diversos labores a que se dedicavam os profissionais da instituição.

Dessa forma, o MN garantia a sua missão de ser o repositório das riquezas naturais e artificiais, conferindo novos valores aos objetos que eram doados por terceiros. Infelizmente, com o avançar das décadas, a coleção bonifaciana foi se esfarelando com o sopro do tempo, ou esmaecendo a sua associação com o proprietário; nenhum catálogo ou estudo aprofundado sobre ela foi realizado. Após o sinistro que atingiu o Museu Nacional, em 2018, pouco se sabe do que de fato resistiu às chamas e das transformações causadas por elas, principalmente no que se refere aos minerais, que, em altas temperaturas, tendem a se alterar. O único objeto que se pode, de fato, comprovar a sua associação com o patriarca é o livro de Grandjean de Montigny, *Architecture Toscane, ou, Palais, maisons, et autres édifices de la Toscane*, que hoje está localizado no setor de obras raras da Biblioteca Central do Museu Nacional, e que merece atenção da instituição, de modo a evitar que um dos últimos testemunhos das ações colecionistas de Bonifácio permaneça no esquecimento.

Daniel Parish Kidder (1815-1891) foi um missionário norte-americano que esteve no Brasil entre 1836 e 1842, e que, assim como outros viajantes e curiosos da época, deixou suas impressões sobre o mundo brasílico. Sua obra *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil* refere-se à doação da coleção bonifaciana, que ele menciona e descreve com bons olhos:

No mesmo correr do Paço Municipal, e não muito distante, acha-se o Museu Nacional que é franqueado ao público às quintas-feiras. É grande o número de pessoas que o visitam. Suas coleções são interessantes mas não muito numerosas. A dos minerais foi consideravelmente aumentada com a doação feita pelos herdeiros de José Bonifácio dos ricos mostruários organizados pelo notável professor e estadista. Quando moço, esse grande brasileiro foi lente de mineralogia na Universidade de Coimbra, tendo então publicado diversos trabalhos que o colocaram entre os grandes cientistas da Europa. Teve sempre o gosto de colecionar modelos de máquinas e aperfeiçoamentos mecânicos, moedas e gravuras finas. Melhor não poderia ter sido o destino dado pelos seus sucessores a tais preciosidades, que confiá-las à Nação (KIDDER, 2001, p. 99-100).

Na visão de Kidder, o ato de doar os bens de Bonifácio para o MN foi patriótico, uma vez que visava garantir os meios para a instrução da nação. Filantropia era algo caro aos norte-americanos, principalmente aos da elite, que entendiam que tinham a missão de enriquecer a nação com bens culturais e educacionais. As grandes instituições museológicas dos Estados Unidos da América surgiram nesse período, e contaram com o suporte de grandes nomes da burguesia local (QUODBACH, 2021). O relato de Kidder também é a prova de que,

após o feito dos herdeiros, as coleções doadas foram expostas nas salas do museu e, claramente, o nome de Bonifácio foi a elas associado, seja pelos guias e pelos funcionários que conduziam as visitas, seja por meio de aparatos visuais, como placas informativas. Era uma forma de projetar que, mesmo não estando entre os vivos, o patriarca da Independência continuava a contribuir para o bem público. Ao mesmo tempo, criava a associação entre o colecionador e a sua obra, entre o estadista e o mineralogista.

Retornando ao nosso colecionador, na documentação, é perceptível sua intenção de dedicar-se à ciência após seu regresso ao Brasil, aproveitando os benefícios da sua educação na Europa para a descrição da natureza brasileira. Tal constatação é vista na missiva que enviou a Antônio de Vilanova Portugal, ministro de D. João VI, que partia para Portugal, datada de 28 de agosto de 1820:

Como, apesar do meu retiro e nulidade, não posso tirar da cabeça que V. Exa. ainda é meu Amigo, como d'antes, tenho gosto de comunicar-lhe que já estou feito Lavrador de quatro costados; que cultivo, *ut prisca gens mortalium*,¹⁸¹ com as próprias mãos, a minha horta. Nas terras que comprei no termo de Parnaíba, já tenho 107 reses de criação, além de terras auríferas, em que por ora não posso cuidar, por falta de gente e cabedais; e, a pouco mais de um quarto de légua desta Vila, obtive da Câmara, por carta de data, 300 braças de terra de testada 500 de fundo, **para uma chácara e casas de residência, livraria e museu, em que trabalho de dia e de noite**; tudo isto com gente livre e alugada, sem precisar de escravatura, que detesto, e querendo dar a esta gente exemplo do que devem fazer, para se pouparem, para o futuro, às grandes infelicidades que ameaçam aos vindouros no Brasil. Se V. Exa. me puder enviar sementes da Europa e plantas das drogas asiáticas da Lagoa de Freitas, me fará grande mercê; pois creio que este país é muito próprio para todas elas (VIANNA, 1963, p. 241, grifo nosso).

O objetivo de Bonifácio depois de retornar ao Brasil era claro: por mais que se sentisse honrado em fazer parte do corpo de conselheiros de D. João VI, sua intenção era aproveitar o tempo livre para o culto à natureza. Na fazenda de Parnaíba, teria o isolamento necessário, longe da corte, bem como os meios para introduzir e aperfeiçoar novas práticas agrícolas, preocupação que tinha desde jovem. De tal modo, orgulhava-se, junto de seu amigo, do fato de cuidar sozinho de sua horta, e, também, de não fazer uso da mão de obra escravizada, pois sempre condenara a escravidão. Para se sentir completo, trouxe consigo todos os seus bens preciosos, incluindo sua biblioteca e seu museu, que dariam o devido embasamento às suas experiências, garantindo meios tanto para o labor quanto para o ócio. Não obstante, aproveitou a deixa da escrita da carta para solicitar o envio, de Portugal, de sementes exóticas, principalmente as oriundas da Ásia. Naquela altura, na fazenda de Lagoa de Freitas, ainda

¹⁸¹ *I.e.*, “como a antiga raça de mortais” (tradução nossa).

estava em curso o projeto joanino de aclimação da flora exógena, nesse caso, a utilizada na produção de chás, empreendida por chineses; para tanto, uma pequena colônia desses indivíduos, especializados no seu cultivo, foi ali estabelecida (CORD, 2018, p. 151-185). Da mesma forma, Bonifácio pretendia aproveitar seu talento com o mundo natural para contribuir para a aclimação de espécimes asiáticas, diversificando a natureza brasílica por meio da experimentação, método tão caro à sua formação esclarecida.

A ilusão de uma vida pacata nos trópicos durou pouco. Alguns dias depois de sua chegada, com a Revolução do Porto, a 24 de agosto de 1820, Bonifácio se viu forçado a se mudar para a sede da corte e tomar as rédeas dos acontecimentos políticos que culminaram na Independência (DOLHNIKOFF, 2018). Seu bucólico retiro teve de ser, pelo menos em parte, transferido para o Rio de Janeiro, sendo utilizado nos raros momentos de calma, e o acompanhou até o fim de sua vida.

José Bonifácio, ao entrar para a política brasileira, tornou-se uma das suas principais figuras, sendo bem-quisto por muitos, ao mesmo tempo que atraiu a inveja e o recalque de outros políticos. Por estar numa posição privilegiada, principalmente após a partida de D. João VI para o Velho Mundo, também passou a ser procurado por viajantes, naturalistas e exploradores, que sabiam do seu interesse pelo mundo natural e pelo desenvolvimento da economia brasileira. Por essa razão, é mencionado em vários relatos de viagens da época, nos quais seus autores destacam a sua sapiência e sua participação no jogo político, conduzindo sabiamente os jovens imperadores na dinâmica governamental da primeira monarquia das Américas.

A inglesa Maria Graham Calcott (1785-1842) esteve no Brasil em dois momentos distintos: o primeiro, quando este ainda pertencia a Portugal e, o segundo, já nos bastidores da Independência. Em virtude disso, registrou importantes observações acerca dos acontecimentos a que assistiu, especialmente no que dizia respeito à família real e imperial, com quem desfrutou de convivência privada, pois atuou como preceptora da primogênita de D. Pedro I e de D. Leopoldina, Maria da Glória, futura rainha de Portugal. Graham foi mais uma das inúmeras personalidades do Primeiro Reinado que ficou encantada com o intelecto de Bonifácio, convivendo em seu círculo íntimo. Em 24 de setembro de 1823, deixou a seguinte impressão sobre o patriarca:

Não há lugar em que possa passar meia hora com mais prazer e proveito do que na família deste ex-ministro. Sua mulher é de origem irlandesa, uma O'Leary [...], e todos os sobrinhos e outros parentes que ali encontro, revelam-se superiores em educação e conhecimentos. Mas é o próprio José Bonifácio que me desperta maior interesse. [...] Para comigo, como estrangeira, foi da maior cerimônia, ainda que delicadamente polido, e conversou sobre todos os assuntos e de todos os países. Ele visitou a maior parte dos da Europa. **Sua biblioteca estava bem provida de livros**

em todas as línguas. A coleção de química e de mineração é particularmente extensa e rica em autores suecos e alemães. Estes são realmente assuntos de peculiar interesse para o Brasil e foram naturalmente de primeiro plano para ela. Mas seu encanto é a literatura clássica (GRAHAM, 1956, 1990, p. 341, grifo nosso).

O alto grau de letramento de Bonifácio é uma característica que o acompanhou por toda a sua vida. Não à toa, sua carreira esteve presa a cargos públicos, sempre a serviço dos monarcas luso-brasileiros. Ao mesmo tempo, sua dedicação ao estudo do mundo natural lhe proporcionou reunir extensas coleções especializadas nos campos de seu interesse e atuação. Uma vez no Brasil, esteve “disposto a criar uma universidade em São Paulo, para a qual doaria sua biblioteca e sua coleção de minerais”. “Pretendia criar uma universidade de ciências naturais”, estando “à disposição para ajudar na elaboração dos estatutos e na seleção dos professores” (DOLHNIKOFF, 2018). Também defendeu a criação de bibliotecas públicas e de tipografias em cada capitania, com o intuito de prover meios que garantissem a instrução da mocidade. Todos esses projetos dizem muito sobre a perspectiva de Bonifácio acerca das modernizações pelas quais a outrora colônia deveria passar; como um homem da ciência, tinha a total convicção de que o conhecimento era o único caminho que poderia eliminar os males coloniais que considerava que ainda regiam a sociedade brasileira.

É curioso que existam poucos documentos que auxiliem no entendimento do cosmo bibliográfico de Bonifácio. A falta do inventário de seus livros tem gerado a inexistência de estudos sobre sua biblioteca e suas leituras. Até o momento, não se sabe o que se passou com ela, à exceção dos dois livros que foram doados pelos filhos ao Museu Nacional; talvez sua família a tenha dividido entre os membros mais interessados em ciência, ou mesmo a tenha enviado para alguma instituição que fizesse jus ao extenso acervo cuidadosamente coletado pelo naturalista. Como era de se imaginar, em consonância com o que foi escrito por Maria Graham, a maioria dos seus livros giravam em torno da Mineralogia e da Química, áreas de sua formação, mas, claramente, abrangeria muitos outros temas, como a Literatura, a História Natural, a Antiguidade, o Direito e áreas afins, como era afeito aos ilustrados da época. Àquela altura, um homem das Luzes deveria estar a par de todos os campos do conhecimento; instruir-se nunca era demais! Grosso modo, como é perceptível ao se analisar as bibliotecas de naturalistas com base em seus inventários, como a de José Vieira Couto e a do Conde da Barca, algumas obras clássicas do período certamente deveriam fazer parte do universo de Bonifácio.¹⁸² Estar a par do que era

¹⁸² Tais como as obras de Domingos Vandelli, Carlos Lineu, René Just Hauy, Abraham Gottlob Werner, Georges-Louis Leclerc, Conde de Buffon, Johann Wolfgang von Goethe, Jean Romé de L’Isle, Charles Plumier, Frei José Mariano da Conceição Veloso e José Vieira Couto, bem como as inúmeras memórias publicadas pela Real Academia das Ciências de Lisboa; e a relação se estende, principalmente ao perceber o interesse de Bonifácio pela literatura.

publicado há muito ou pouco tempo era uma forma de aumentar o conhecimento, para se tornar mais respeitável no meio científico.

Claramente, os livros foram uma das grandes paixões de José Bonifácio, e tomaram grande parte do seu tempo – provavelmente menos do que ele gostaria. Os eventos que se sucederam à Independência do Brasil e os embates de ideias entre o Imperador e ele, seu Conselheiro, acabaram resultando no exílio de Bonifácio, que foi morar na França, onde permaneceu até o final de 1829. Ele foi afastado da construção do projeto político que sonhara, bem como dos seus pertences. Em carta a Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond, outro envolvido no processo de emancipação do Brasil, que também foi exilado por sua proximidade aos Andradas, o patriarca lamentou não poder contribuir adequadamente com as pesquisas do seu amigo, que solicitava orientação, devido aos poucos livros que ainda possuía consigo. Em suas palavras:

Estou mais satisfeito com a coleção das viagens de [Jean Baptiste Benoit] Eyries, e quando sair o volume 14, rogo-lhe que me comprar-lhe tudo está ótimo, exceto o não saber eu o que lhe devo, para o futuro na minha bibliomania, assim, meu caro senhor, saia de casa e vá aos livreiros buscar as clarezas necessárias. Agora passemos ao negócio da história da Literatura Portuguesa - Eu, meu bom amigo, estou falto de todos os subsídios necessários para desempenhar à sua rogativa [...] que o seu homem, sem ter mais que os *Lusíadas* de Camões, as *Memorias de Litteratura da Academia*, queira abalançar-se a tal empresa (SILVA, 1825).¹⁸³

Esse e outros registros permitem que se possa reconstituir, pelo menos em parte, a biblioteca e as leituras de Bonifácio. Ele sabia que, para garantir uma excelente análise sobre a História da Literatura Portuguesa, Drummond precisaria recorrer às livrarias e às bibliotecas locais, uma vez que dispunha de pouco material livresco, somente o que pudera trazer consigo do Brasil. Entre seus livros que o acompanharam de volta ao Velho Mundo, figurava o clássico poema *Lusíadas*, de Luís de Camões. Drummond acabou sendo responsável por saciar a sede pelos livros do patriarca em Paris, realizando a compra e o envio de vários exemplares. Nunca é demais destacar que o próprio Bonifácio recorreu ao termo *bibliomania* para se referir a sua necessidade ininterrupta de estar sempre atualizado da literatura mais recente; o termo, ao longo do século XIX, acabou por se referir à compulsão por colecionar livros, que ganhava cada vez mais adeptos. Ao longo da missiva, ele indicou uma série de obras que contribuiriam para a

¹⁸³ Bonifácio indicou uma série de autores que seriam fundamentais para o estudo de Drummond, tais como “Antônio Ferreira, Diogo Bernardes, Jerônimo Corte Real, Fernão Álvares do Oriente, Sá e Miranda, Francisco Lobo”; além disso, reforçou a necessidade de olhar os clássicos autores da época das Grandes Navegações, como as “*Décadas* de João de Barros, *Os Comentários* de Albuquerque, *vida de São Francisco Xavier* por Luceno, Fernando Mendes Pinto, Antônio de Castilho” e outros inúmeros autores, demonstrando seu grande intelecto – fruto das suas inúmeras leituras.

pesquisa de Drummond, quiçá, de autores que faziam parte da vasta biblioteca bonifaciana que permaneceu no Brasil (SILVA, 1825).

Antônio Drummond foi um dos principais correspondentes de Bonifácio durante o seu exílio, o auxiliando nas questões financeiras e também nas de ordem prática. Em outra missiva, referente ao seu retorno para o Brasil, em 1829, o patriarca solicita alguns preparativos:

mas lhe rogo queira alugar-me uma casinha para onde nos recolhamos [ilegível] dias, que ficarei no Rio, para requerer, em paga [sic] da grande que sofri com o desterro violento e rápido, a execução do Decreto de Sua Majestade, já enviado em 1822 à São Paulo pelo qual se me mandava pagar a metade dos ordenados, que cobrava em Portugal; como também para ver **se recolho os restos dos meus livros e a minha coleção de minerais, máquinas e modelos que deixei na casa do nosso Francinha - se ido isto está perdido, então paciência - lá vão perdidos mais de cem mil francos, que faziam toda a minha riqueza** (SILVA, 1829, grifo nosso).

O interessante do relato de Bonifácio é observar a percepção do colecionador sobre sua própria criação – sua biblioteca – e sua situação depois de alguns anos da ausência dele. Sua saída do Brasil ocorreu às pressas, por causa do imbróglio entre ele e D. Pedro I, de tal forma que não teve tempo de recolher e enviar suas preciosas coleções e seus materiais de pesquisas para o novo lugar de moradia no exterior, o que era dificultado pela precária condição financeira que teve que enfrentar. Assim, após 1822, o seu museu foi encaixotado e enviado para a casa do seu fiel amigo, o “desembargador Francisco da França Miranda, [...] considerado porta-voz dos irmãos Andrada” (CARVALHO, 2012, p. 17), a quem, na carta, Bonifácio chamou carinhosamente pelo apelido de “Francinha”, revelando a intimidade existente entre os dois. Ademais, sua preocupação, após o período doloroso do exílio, era que o seu esforço de vida fosse em vão, e suas preciosas coleções acabassem perdidas devido à mudança ou destruídas pela ação do tempo. Sua angústia era acentuada pelo medo de perder a sua riqueza, tanto no sentido financeiro quanto simbólico. Isso por saber que poderia obter algum lucro caso vendesse sua coleção de minerais ou a de máquinas e de modelos para o Estado, ou para algum particular interessado. Colecionar também é saber que, em algum momento, o sujeito – vivo ou morto – terá que dar algum fim à sua obra, seja recuperando a riqueza que nela investiu, seja doando-a a instituições de pesquisa e ensino, nas quais poderia receber algum tratamento memorialístico.

O caso de José Bonifácio é um exemplo clássico de como por detrás da figura do estadista, mais lembrada, existia um outro homem, o naturalista, mais esquecido.¹⁸⁴ Sua contribuição à ciência luso-brasileira foi significativa, projetando e sugerindo ideias e soluções

¹⁸⁴ Um novo estudo sobre as duas personalidades de Bonifácio acaba de ser publicado em Portugal: *D'Andrada: o cientista e a invenção do Brasil* (SILVA, 2024).

para que o progresso caminhasse com a nação, fosse a portuguesa ou a brasileira. Em seu entendimento, o homem das Luzes tinha que ser útil à sociedade e usar seu conhecimento para garantir o bem-estar dos povos, sobretudo em benefício do monarca. Certamente, a visão do seu museu, já em território brasileiro, impressionou os que o visitaram. Plantas, animais, minerais, modelos de minas, livros, instrumentos de Física e Química, ilustrações científicas e curiosidades vindas de vários países encantavam os visitantes, que tinham a esperança de conhecer o sujeito que tanto contribuiu para a formação da primeira monarquia das Américas. Mas, como acontece com a maioria das coleções, sem a mente que dava sentido à existência desse microcosmo, após a morte do seu colecionador ela foi desfeita e realocada, parte dela sendo destinada ao Museu Nacional, que estava envolvido na escrita do livro sobre o vasto mundo natural brasileiro. Hoje, restam apenas alguns rastros do que, outrora, fora seu amplo conteúdo – e este estudo busca contribuir para, pelo menos em parte, resgatá-lo do esquecimento.

6.5 Museus que renascem

A criação do Museu Nacional, além de institucionalizar o colecionismo pelo viés do Estado, também serviu de lastro para abrigar algumas coleções privadas que foram conduzidas para seus gabinetes, o que permitiu evitar seu total apagamento. Era um caminho para projetar a imagem do colecionador que, aos olhos dos funcionários da instituição, estava realizando um grande ato de altruísmo para com a instrução pública. Tal ideia ganharia a adesão de outros indivíduos, que adotaram a mesma prática e que viram, no MN, na Biblioteca Nacional e na Academia Imperial de Belas Artes, receptáculos e epitáfios para suas façanhas colecionistas.

O colecionismo é um ato que demanda a atenção do colecionador sistematizado e que o acompanha, praticamente, durante toda a sua trajetória de vida. Por isso, analisar esse processo exige o olhar da diacronia. Após a morte do proprietário, as coleções, no seu todo ou, pelo menos, partes delas acabam sendo receptáculos da memória do colecionador, garantindo que seu criador não seja esquecido, principalmente, quando seus descendentes pouco se importam com a obra que demandou toda uma vida. No caso do Conde da Barca, por não ter herdeiros diretos, seu esquecimento foi freado pouco tempo após seu falecimento, quando o próprio Estado, na figura do monarca D. João VI, entendeu que sua extensa biblioteca era um tesouro único, que contribuiria para que a nova sede do jovem Reino Unido sanasse as máculas que provocavam seu atraso civilizatório, expresso na baixa instrução dos seus súditos. As ações do próprio Conde, enquanto diplomata e agente da administração joanina que era, contribuíram para que se destacasse entre os notáveis, sendo visto, à época, como um dos mais importantes

savants da corte portuguesa. O interior do seu palacete, situado no Rio de Janeiro, na Rua do Passeio, era reflexo da sua sapiência e do seu gosto pelo conhecimento. Assim, as imagens do homem público e do colecionador caminhavam juntas, numa simbiose harmônica, o que garantiu a formação de suas coleções, que se caracterizaram pelo seu alto grau de qualidade.

O patriarca da Independência, José Bonifácio de Andrada, não pôde desfrutar, nos momentos próximos à sua morte, da importância que tivera em grande parte de sua vida adulta. Suas ações políticas, já no fim da sua vida, que resultaram em embates com o Imperador, custando-lhe o exílio, eclipsaram seus anos de dedicação e culto à Minerva. Seu esforço para modernizar a economia luso-brasileira, dinamizar as técnicas mineralógicas e disseminar o ensino da Metalurgia parecia caminhar a passos lentos no Brasil. Ainda que sua elevada instrução fosse reconhecida por todos com quem conviveu, seu museu com suas vastas coleções, inclusive bibliográficas, mesmo com o esforço dos herdeiros em proporcionar-lhes um lugar de memória, não foram contempladas pelo toque de Mnemosine, quase acabando no esquecimento. Este só não foi completo devido aos preciosos registros deixados pelos diretores do MN à época da doação e que, mesmo com o sinistro pelo qual a instituição passou recentemente, resistiram por meio de cópias virtuais.

A nova nação que, aos poucos, se gestava no Novo Mundo demandava instituições de polimento cultural, inicialmente, como sede do Reino Unido de Portugal e Brasil, de modo a fazer jus à presença do primeiro monarca europeu a pisar na América. Tal ato não pode ser interpretado com desdém pelo leitor moderno; a presença de uma família real e de uma corte composta por uma aristocracia de linhagem longínqua, ainda sustentada pela pureza do sangue, exigia a construção de espaços para o culto das artes, das ciências e da promoção do conhecimento em geral. Num momento em que a nobreza fazia, do Brasil, sua residência, enquanto aguardava os ventos que extinguiriam a chama gloriosa de Napoleão Bonaparte, a cultura era uma das suas mais importantes formas de deleite. A nobreza, que vivia em constante ócio e cuja sobrevivência econômica tinha como base a riqueza oriunda da força do trabalho escravo, demandava a construção de importantes instituições científicas e culturais, que foram criadas em consonância com a necessidade de polir o Brasil ao seu gosto intelectual iluminista.

Hábitos e práticas culturais, entre elas a do colecionismo ilustrado, faziam parte do que era ser nobre. Por essa razão, coleções de variadas tipologias – sendo a mais importante e conhecida delas a própria Biblioteca Régia (SCHWARCZ, 2002) – foram encaminhadas para os porões das embarcações abarrotadas, que, de Lisboa, cruzaram o Atlântico com destino ao Brasil. O objetivo era evitar que os franceses, que estavam prestes a invadir o Reino, espoliassem os bens que pertenciam à sociedade letrada portuguesa, parte integrante de seu

próprio modo de ser. O saque de objetos de valor cultural e científico fez parte do *modus operandi* das tropas napoleônicas em suas conquistas, e acabou enriquecendo os museus e outras instituições francesas. Mas, como observado no caso de José Bonifácio, às vezes, a mudança para uma terra distante impedia de levar consigo itens que eram importantes para o próprio indivíduo colecionista, o que ocorreu com seu museu e com sua biblioteca, quando se viu exilado na França, já perto do fim da vida. Mas, em muitos casos, coleções peregrinas tornaram-se as bases para a continuidade de ações colecionistas no novo local de destino, como o Brasil, que abrigou a nobreza portuguesa que neste país se abrigou, fugindo das invasões napoleônicas – aqui representada pelo Conde da Barca –, e mesmo nascidos na América, que retornavam depois de passar por períodos de estudos e de formação na Europa, caso de José Vieira Couto e José Bonifácio. Essas coleções eram constantemente enriquecidas com novos itens, que aumentavam seu volume tanto no sentido concreto quanto no abstrato, devido ao conhecimento adquirido de que estavam imbuídos esses objetos. Consequentemente, como um hábito que já existia desde o tempo colonial e que ganhou força com a chegada da elite intelectual exilada do Reino, que exigia locais para promover sua cultura e reafirmar sua distinção, o colecionismo virtuoso, elemento integrante da sua formação e instituinte de sua projeção social, continuou vigorando e, em parte, seus objetos, a partir de doações e compras, tiveram como destino as instituições museológicas nacionais que, então, eram criadas com o intuito de aparelhar a nova nação que surgia nos trópicos e igualá-la, culturalmente, às suas congêneres europeias.

**Parte III - O museu de D. Leopoldina de
Habsburgo-Bragança**

7 ENTRE MUNDOS

7.1 Tornando-se uma colecionadora

Até o momento, a narrativa desta pesquisa trilhou entre os gabinetes e museus luso-brasileiros de sujeitos envolvidos com a máquina colonial, e que foram responsáveis por garantir seu funcionamento. Outro ponto de amalgamento é a temporalidade, que se deteve nos fins do século das Luzes, quando a racionalidade buscava compreender as vantagens do estudo da natureza não apenas como uma curiosidade, mas como um exercício prático de benefício à sociedade. Agora, o caminho da discussão rumo para uma personagem de grande importância nacional que transitou entre dois tempos e espaços: a princesa e posterior imperatriz do Brasil, D. Leopoldina de Habsburgo-Bragança (1797-1826).¹⁸⁵

É inegável que as primeiras décadas do século XIX no Brasil foram palco de grandes transformações, sobretudo em termos políticos. Pela primeira vez na história ocidental, um monarca europeu e toda a sua corte pisaram em solo americano, transferindo não apenas os modelos administrativos, mas os culturais e comportamentais. A presença da corte no Rio de Janeiro culminou no impulso do aprimoramento das Belas Artes e da História Natural, bem como no letramento e refinamento da elite local (SANTOS, 2007).

A partir da promulgação do *Decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas*, em 28 de janeiro de 1808, o Brasil passou a ser alvo de estrangeiros, tanto aqueles que estavam fugindo do exército napoleônico e das guerras provocadas por ele, quanto indivíduos que buscavam conhecer a idílica colônia do Novo Mundo após o sucesso da expedição de Alexander von Humboldt pela América espanhola, que, por meio de narrativas sublimes, ressignificou o imaginário sobre a América como lugar intocável e à espera de ser descrito e estudado. Tal cenário também foi compartilhado por D. Leopoldina,¹⁸⁶ cujo legado para o desenvolvimento da História Natural, bem como da política brasileira, está cada vez mais em evidência, dado o seu papel fundamental no processo que culminou na Independência do Brasil, em 1822.¹⁸⁷ Um outro lado que está, cada vez mais, sendo explorado é o de colecionadora e coletora; seu apreço pelo

¹⁸⁵ Ao mencionar essa personagem histórica, optou-se por mencioná-la como D. Leopoldina a partir do momento em que foi nomeada princesa do Brasil, por tratar-se de um título português. Antes disso, em seu tempo de arquiduquesa, ela será referenciada apenas como Leopoldina.

¹⁸⁶ Seu nome de arquiduquesa era Caroline Josepha Leopoldine Fernanda Francisca, passando a ser referenciada como D. Maria Leopoldina.

¹⁸⁷ Um exemplo disso é o evento organizado pelo Museu Histórico Nacional, em 2014, que resultou no livro *D. Leopoldina e o seu tempo: sociedade, ciência e arte no século XIX* (MAGALHÃES; MARINS; BEZERRA, 2014).

mundo natural é comentado nas missivas aos seus entes e também se espelha no museu que possuía no Palácio de São Cristóvão, na Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro.

D. Leopoldina provinha de uma das mais prestigiosas famílias reais da Europa: os Habsburgo, que, além de tradição política, também foram responsáveis por impulsionar o fomento das Artes e das Ciências nos seus domínios. A jovem arquiduquesa era filha de Francisco II da Áustria (1769-1821), imperador do Sacro Império Romano-Germânico,¹⁸⁸ um dos principais intermediadores do Congresso de Viena, que redefiniu o horizonte político do território europeu após o domínio de Napoleão Bonaparte. A tia-avó de Leopoldina era Maria Antonieta da França, rainha francesa que foi guilhotinada e tornou-se um dos símbolos da Revolução Francesa contra os luxos e exageros de Versalhes. Já sua avó, Maria Teresa da Áustria, foi uma das principais governantes do período das Luzes, responsável por modernizar a monarquia dos Habsburgo – ou seja, uma déspota esclarecida. Ademais, sua “adorada mana”, Maria Luísa de Áustria (1791-1847), foi esposa de Bonaparte, casamento arranjado como forma de estabelecer parcerias e elos entre as principais potências políticas do momento.

Os Habsburgo entendiam que seu império era assegurado pela união matrimonial com as diversas casas reinantes da Europa. Os herdeiros consortes eram importantes instrumentos usados para a manutenção da influência da Áustria nos outros reinos; não à toa, ostentavam o lema que duraria quinhentos anos: *“Bella gerant alii, tú felix Austria nube / Aliis nam quae Marte, dat tibi diva Venus”* (“Deixe que os outros façam a guerra, tu, Áustria feliz, casa-te / o que Marte dá aos demais, para ti será um presente de Vênus”). Em virtude disso, alinhados com a perspectiva iluminista, arquiduques e arquiduquesas possuíam formação intelectual de alto nível, contando com a instrução de filósofos, cientistas, artistas, linguistas e demais integrantes do corpo instrutivo. Os membros da família real aprendiam “leitura, escrita, aritmética, alemão, francês, italiano, dança, desenho ou pintura, história, geografia, música e cravo; em módulo mais avançado, matemática, literatura, física, latim, canto e trabalhos manuais” (REZZUTTI, 2014, p. 29). Tal rotina era revezada com idas a missa, caridade, festas, visitas aos museus, teatros e bibliotecas e, no caso do círculo de Leopoldina, a jardins, “onde as crianças Habsburgo podiam cultivar até quatrocentos tipos de plantas”, visto que seu pai, Francisco II, era conhecido como o “imperador jardineiro” em razão do seu apreço pelos hortos botânicos.¹⁸⁹ Ainda é possível encontrar desenhos botânicos feitos por Leopoldina

¹⁸⁸ Atualmente, Alemanha, Áustria, Suíça, República Tcheca, Bélgica, Países Baixos e parte da Polônia, da França e da Itália.

¹⁸⁹ De acordo com Paulo Rezzutti, Francisco II era “estudioso de ciências naturais e botânica, gostava de colecionar retratos de sua família, desde os mais antigos membros até os contemporâneos. Sua biblioteca deu início à Biblioteca Nacional da Áustria. O Imperador - como os demais Habsburgo desde o tempo de seu tio José II - praticava um

nas suas aulas, que demonstram sua habilidade nessa arte, ensinada por seu professor de desenho e pintura, FelBenberg (KANN; LIMA, 2006, p. 204)¹⁹⁰ (Imagem 16).

Imagem 16 – Arquiduquesa Maria Leopoldina da Áustria. *Desenho de uma fúcsia (Nahusia coccinea)*. 1814. Aquarela sobre lápis.



Fonte: Österreichische Nationalbibliothek.

Leopoldina e Maria Luísa, mesmo em contextos que as obrigavam a ser meros acordos diplomáticos e meios para consolidá-los, assim como a maioria das princesas reais da época, mantiveram constante comunicação.¹⁹¹ A primeira tinha grande afeição pela irmã, com a qual estabeleceu uma relação quase maternal, constantemente pedindo conselhos e dicas com o intuito de cumprir as suas obrigações como membro da Casa Real. Ao mesmo tempo que via na “adorada mana” um referencial, também a usaria como válvula de escape para as diversas frustrações e situações desagradáveis que vivenciaria no que se tornou o Reino Unido do Brasil.

ofício burguês, no caso a jardinagem, que se transformaria numa paixão transmitida aos filhos” (REZUTTI, p. 49). Para saber mais sobre a mania de jardinagem dos Habsburgo, cf. HLAVAC; GÖTTSCHE, 2016.

¹⁹⁰ Carta de Leopoldina a Francisco I - Erlau, 5 set. 1809.

¹⁹¹ Até o momento, a obra mais completa contendo as missivas de D. Leopoldina foi a organizada por Bettina Kann e Patrícia Souza Lima, *Cartas de uma imperatriz* (2006). As organizadoras apontam que o livro é fruto de uma seleção, cabendo a necessidade de outro volume que possa trazer mais informações sobre a vida cotidiana e política da arquiduquesa e imperatriz do Brasil.

Suas cartas que sobreviveram são importantes testemunhos históricos dessa relação, trazendo ricos detalhes da vida íntima e cotidiana dos membros da realeza austríaca e portuguesa (KANN; LIMA, 2006, p. 187).¹⁹²

Para além disso, no caso de Leopoldina e Maria Luísa é possível observar os traços colecionistas e coletores de ambas. No caso da futura imperatriz brasileira, que viveu em um país cuja natureza passou a ser item de cobiça de diversos colecionadores do período, ela passou a alimentar as coleções dos seus familiares, especialmente as de sua irmã e a de seu pai, uma vez que colecionar sempre fez parte do “ser” Habsburgo (KURZEL-RUNTSCHNEIDER, 2015; HAAG, 2009, p. 201-205; MAURIÈS, 2002, p. 8-67).

Não cabe a este estudo aprofundar na vida íntima e política de D. Leopoldina, uma vez que esses aspectos já foram bem explorados por estudiosos como Carlos Henrique Oberacker Júnior (1973), Marcílio Cassotti (2015), Mary Del Priore (2024) e Paulo Rezzutti (2017). Entretanto, seu colecionismo tem sido apontado como um mero capricho, resultado de sua educação formal – e, muitas das vezes, posto em segundo plano. Além disso, associa-se sua imagem à vinda da missão austríaca para o Brasil, que teve o intuito de estudar a natureza brasileira; esta, todavia, era projeto de seu pai, a fim de conhecer melhor os produtos do Brasil, bem como a viabilidade destes serem usados para a exploração mercantil. Ou seja, era objetivo da Áustria beneficiar-se comercialmente dos laços estabelecidos na união Habsburgo-Bragança. Esses acontecimentos, por mais que estejam sob a mesma égide e sejam importantes para compreender a influência dos membros da missão na prática colecionista de D. Leopoldina, dizem pouco sobre esse hábito, que foi cultivado e estimulado desde a infância (AUGUSTAT, 2013).

Um dos primeiros registros documentais disponíveis que demonstram o interesse de Leopoldina em coletar e organizar o mundo natural está presente numa missiva ao seu pai, Francisco II. Em 5 de setembro de 1809, quando contava doze anos, em visita à região que hoje é a Hungria, escreveu que: “para aumentar a coleção que o senhor teve a bondade de me dar, tentei conseguir mais espécimes que se encontram aqui na região e nos montes Mátra. Já consegui uma boa parte, e passo horas agradáveis observando a coleção” (KANN; LIMA, 2006, p. 181).¹⁹³

¹⁹² Em carta a sua irmã, Leopoldina detalha a sua extensa rotina de formação principesca: *"quero te descrever brevemente meu programa diário: levanto-me às sete e meia, às oito e meia vou à igreja, às nove chega FelBenberg, todos os dias; às segundas, quartas e sextas vem Jung das dez às onze, e às terças, quintas e sábados faço minhas lições; das onze às doze todos os dias vem ObenauB. À tarde, das três às oito, tenho todos os quatro e nos outros dias Darnaut e Eibler e todos os dias Ridler. Depois leio."* Carta de D. Leopoldina a Maria Luísa - Viena, 11 out. 1810.

¹⁹³ Para melhor compreensão de quando a voz de Leopoldina é acionada, neste estudo optamos por deixar suas citações em itálico. Carta de Leopoldina a Francisco I – Erlau, 5 set. 1809.

Além do estímulo paterno à Botânica, essa carta também revela seu interesse e seu amor pela Mineralogia, que esteve no cerne das suas atenções até o fim de sua vida. É interessante pensar que, àquela altura, mal sabia a jovem arquiduquesa que, no ano anterior, seu futuro marido, D. Pedro de Bragança, havia acabado de chegar ao Novo Mundo, em consequência das ações de Napoleão Bonaparte de invadir o pequeno Reino de Portugal. Enquanto Leopoldina continuava a receber sua formação principesca, D. Pedro vivia uma nova realidade, longe do rigor da educação de corte lisboeta (REZZUTTI, 2015).

Conhecer outros lugares, bem como instituições de instrução fazia parte do programa de educação dos arquidukes e das arquiduquesas da corte de Viena, pois era uma forma de mantê-los a par do conhecimento humano, das invenções e das descobertas da época. Nessas viagens, Leopoldina aproveitava para enriquecer as suas coleções, que tomavam grande parte do seu tempo na sua organização. Em maio de 1810, por exemplo, numa visita a Praga, estava inclusa no roteiro uma visita à universidade. A descrição que faz revela o interesse que a instituição despertou na arquiduquesa: *“os salões [são] muito grandes, onde se organizam palestras e assembléias, um deles era da Faculdade de Medicina, onde se nos mostraram uma mesa em forma [...] sobre a qual muitos cadáveres já foram dissecados”*. A estrutura era o *theatrum anatomicum* da Universidade de Praga, idealizado para as aulas práticas de anatomia humana que, desde o século XVI, faziam parte do exercício de estudo da Medicina (FINDLEN, 1996). Outro espaço em que se deteve foi o da biblioteca da instituição, que possuía *“seis salões grandes cheios de livros, alguns deles são tão raros que nem mesmo o querido papai os possui; a biblioteca inteira, sem os manuscritos, reúne mais de cem mil volumes”* (KANN; LIMA, 2006, p. 192).¹⁹⁴ Não à toa, o interesse de Leopoldina pelos livros – sua bibliomania – acompanhou-a ao longo da vida, sempre solicitando material de leitura aos conhecidos no Velho Continente e demandando obras em diferentes línguas, como a francesa, a italiana e a alemã. No Novo Mundo, ela contava com o apoio de seu bibliotecário particular, Roque Schüch (Rochus, na grafia germânica), conhecido de longa data que esteve no seleto grupo de personagens dedicados à sua instrução – nesse caso, o estudo da Mineralogia.

A visita a Praga continuou pelo Museu de História Natural, onde o alvo da arquiduquesa foi *“o gabinete de minerais, que contém exemplares raros em mais de 51 vitrines”*. Seu fascínio pela coleção é visível ao descrever que *“poderia passar o dia inteiro lá dentro sem comer nada”*. Na ocasião, também teve a oportunidade de adquirir novas amostras minerais: *“desde que estive em Praga aumentei a minha coleção com algumas pedras e exemplares lindos”*

¹⁹⁴ Carta de Leopoldina a Maria Luisa - Praga, maio 1810.

(KANN; LIMA, 2006, p. 193).¹⁹⁵ Todo esse entusiasmo em conhecer ambientes novos, e, sobretudo, em adquirir e ampliar as suas coleções esteve sempre presente nas missivas para sua irmã, Maria Luísa. Ademais, era de praxe de Leopoldina registrar, em cadernos de anotações, todo o conhecimento adquirido ao longo de suas jornadas: “após as visitas, realizava relatórios de estudos. Dessa forma, ampliava e expandia o seu mundo, não apenas cientificamente, mas conhecendo outros profissionais, como: trabalhadores, agricultores e mineiros” (REZZUTTI, 2017, p. 80).

Essa prática deixou registros tanto em suas cartas quanto em seus diários de anotações. No acervo do Museu Nacional da UFRJ, constavam aqueles produzidos por D. Leopoldina – que, equivocadamente, foram interpretados como anotações de estudos sobre a Mineralogia.¹⁹⁶ Tal equívoco é um dos reflexos das dificuldades de estudar os feitos da arquiduquesa e futura imperatriz do Brasil: parte da documentação foi escrita em saxão arcaico, dificuldade que, adicionada à grafia da época, tornou-se empecilho para afirmações acertadas. Entretanto, após a transcrição e a tradução de parte de dois exemplares,¹⁹⁷ pode-se afirmar, com certeza, que trata-se de relatórios que Leopoldina produzia após visitar os povoados e as cidades durante suas viagens. Eles são fruto dos seus exercícios de descrição e de aprendizado sobre as possessões do império austríaco, refletindo o hábito presente nos ritos dos estudiosos da História Natural de estarem atentos em conhecer as características e as potencialidades locais.

Um desses cadernos possui informações sobre a região da atual República Tcheca, especificamente, dos “Comerciantes da Morávia”, que Leopoldina visitou por volta de 1809-1810 (REZZUTTI, 2017, p. 79). Nele, Leopoldina descreveu a localidade e os produtos pelos quais a região era conhecida, como “*Neutitschein com grande quantidade de produtores de pano e meias*” ou a “*aldeia de Friedland com importantíssima oficina de ferro*”.¹⁹⁸ Nessa mesma época, a arquiduquesa estava acompanhando a sua madrastra, Maria Ludovica d’Este (1787-1816), que encontrava-se enferma, dirigindo-se para a cidade balneária de Karlsbad, pois a medicina apregoava que os banhos termais ajudavam a melhorar os ânimos e recuperar a saúde. Já o segundo caderno trata de questões da geografia das regiões próximas. Assim, esses relatórios de viagem refletem a mentalidade de aprendizado dos jovens Habsburgo, de sempre

¹⁹⁵ Carta de Leopoldina a Maria Luisa - Praga, maio 1810.

¹⁹⁶ Dois cadernos encontram-se disponibilizados em plataforma online, cuja descrição arquivística registrou como documento sobre a Mineralogia e a Geologia. Para saber mais, cf. LEOPOLDINA, [18--].

¹⁹⁷ Até o momento, esses dois exemplares foram os únicos a serem digitalizados e disponibilizados em plataforma online. Com o incêndio na instituição, os originais se perderam.

¹⁹⁸ Agradeço a Paulo Knauss a transcrição e tradução do material consultado.

conhecer as regiões por onde passavam, precisando, para tanto, de munir-se de informações que eram cruciais para o desenvolvimento do vasto império.

Além do interesse pelas peculiaridades físico-químicas presentes nas águas da cidade de Karlsbad, que tinham “gosto de tinta” e a “*característica de petrificar tudo o que nela coloca por algum tempo*” (KANN; LIMA, 2006, p. 192),¹⁹⁹ Leopoldina adquiriu objetos petrificados para a sua coleção, como forma de ampliá-la, estudando-os com afinco. Um detalhe curioso visto no inventário da coleção de Numismática de D. Pedro II é a presença de “uma medalha de bronze consagrada à descoberta da fonte de águas minerais de Töplitz (Alemanha)”, que pertenceu a Leopoldina (KANN; LIMA, 2006, p. 211).²⁰⁰ Ou seja, no ato de colecionar também está inclusa a associação da experiência por meio dos objetos, como repositórios para a memória do conhecimento adquirido acerca deles ou a eles associados. Ao mesmo tempo que se apresentavam questões sobre o gosto, a curiosidade e o conhecimento, tornando possível esmiuçar as dinâmicas colecionistas presentes na família imperial brasileira, percebe-se que o sucessor do trono herdou não apenas a vocação para o estudo das ciências, mas também as coleções que outrora pertenceram à sua mãe ([RELAÇÃO...], 1894).²⁰¹

Em Karlsbad, Leopoldina teve contato com um dos mais importantes escritores do romantismo alemão, Johann Wolfgang von Goethe (REZZUTTI, 2017; KANN; LIMA, 2006, p. 185), que há pouco tempo havia lançado o primeiro volume de *Fausto* (1808), uma das suas obras mais populares. Nela, ele debruçou-se sobre a vida do médico Faust, cuja ambição pelo conhecimento o obrigou a fazer pacto com o demônio Mefistóles. Certamente, Goethe exerceu em Leopoldina o mesmo fascínio que em muitos outros. É possível imaginar o diálogo estabelecido entre os dois, especialmente, pelo fato dele possuir em sua residência, em Weimar, “obras de arte e estátuas italianas, além de vastas coleções de pedras, fósseis e plantas secas”, bem como “um jardim que ele projetara para estudos científicos, [e] num dos cantos do jardim ficava uma pequena edificação que abrigava a sua enorme coleção

¹⁹⁹ O interesse não parou por aí; em outra missiva ao pai, é evidente o interesse em compreender a distribuição da água de Billin, “*cidade famosa por sua água mineral gasosa. Visitei a fonte e a fábrica de garrafas de água mineral. Ali também se fabrica um tipo de magnésia, que dizem ser tão boa quanto a inglesa. É feita a partir de lixívia da água purgativa de Seidschütz e da água mineral gasosa de Billin, que são misturadas. A água, despejada e coada até ficar bem pura, também serve para fabricar o sal de Glauber*”. Tal fato demonstra o olhar astuto da jovem arquiduquesa, que via esses processos não como meros espetáculos industriais. Carta de Leopoldina a Francisco I - Praga, maio 1810.

²⁰⁰ Em 11 de abril de 1814, em missiva para a sua irmã, Leopoldina informava que tinha novos mestres, sendo um deles de Numismática, “*o abade Neumann, [que por] três vezes por semana, das dez às onze*”, ensinava os métodos de análises dessa ciência, que naquela altura era de grande importância para formação. Carta de Leopoldina a Maria Luísa - Viena, 11 abr. 1814.

²⁰¹ Reforça-se que há outras medalhas e moedas que podem ter pertencido à coleção de D. Leopoldina, principalmente com menções a localidades próximas da Áustria, ou comemorativas. Para isso, é preciso de estudos de *provenance* que façam a análise desse material.

geológica” (WULF, 2016, p. 58). Ou seja, assuntos em comum não faltavam. Goethe foi um dos pilares do *modus operandi* do pensamento de Alexander von Humboldt, considerado o exemplo do grande explorador da época, que entendia que a “natureza deve ser conhecida através do sentimento”, uma vez que “as pessoas que quisessem descrever o mundo simplesmente classificando plantas, animais e rochas ‘jamais chegarão nem perto dele’” (WULF, 2016, p. 68). A conexão Goethe-Humboldt foi essencial para redefinir a escrita dos relatos e das memórias de viagens científicas naquele momento (HUMBOLDT, 2011). Sem dúvida, o explorador foi pauta das conversas entre Goethe e Leopoldina, fato que certamente ampliou seu interesse pela natureza americana (REZZUTTI, 2017, p. 90).²⁰²

Essas personalidades que transitaram no alvorecer do século XIX são reflexos de mentalidades amplas, frutos de um conhecimento universalizante, que não aceitavam as divisões rígidas das ciências tal como estamos acostumados nos dias atuais. Literatura, Arte, História Natural e demais campos do saber humano exerciam influências uns sobre os outros, criando sujeitos interessados em aventurar-se na teoria e na prática. Leopoldina, tanto na Europa quanto na América, munuiu-se de livros de diversos autores e sobre diferentes temáticas, que fundamentaram a construção de suas coleções. Ao mesmo tempo, em suas cartas é perceptível a voracidade com que “devorava” as leituras enviadas por seus familiares e pelos mestres que a ajudavam a acompanhar os modismos teóricos e literários da época. Como exemplo, Johann Wilhelm Ridler (1772-1834) (KANN; LIMA, 2006, p. 214)²⁰³ foi um dos responsáveis por guiar os ensinamentos políticos e literários de Leopoldina, que não evitava críticas ao material lido ou discutido pelo seu mestre. Um dos exemplos está em uma carta a Maria Luísa, na qual revela seu interesse pelas “*campanhas de César [...] até o imperador Nero, [e] tens razão, Calígula é um monstro, mas Tibério também, não em grau tão alto, em compensação Germânico é o meu favorito*” (KANN; LIMA, 2006, p. 194).²⁰⁴

A experimentação também fez parte dos ensinamentos que Leopoldina recebeu, em especial, aqueles que giravam em torno do mundo da Botânica. A prática do cultivo de jardins, especialmente das *orangeries* (laranjeiras), era tradição na família Habsburgo, cujos membros coletavam espécimes oriundos dos quatro cantos do mundo. O interesse por tal hábito acompanharia a arquiduquesa ao longo de sua vida, o que garantiu jardins minimamente dignos,

²⁰² O Marquês de Marialva deixou uma missiva na qual conta que “esta senhora (Leopoldina) [...] desde menina tivera sempre os maiores desejos de ver o Continente da América”, revelando o precoce interesse da arquiduquesa de conhecer o Novo Mundo, que em sua mente era um lugar distante e exótico.

²⁰³ No ano de 1814, Ridler foi nomeado bibliotecário da Universidade de Viena, fato que aumentou a sua distinção; foi, em seguida, nomeado professor dos arquidukes.

²⁰⁴ Carta de Leopoldina a Maria Luísa - Laxenburg, 22 ago. 1812.

sob os padrões europeus ilustrados, nos arredores da Quinta da Boa Vista.²⁰⁵ Não à toa, empenhou-se para que seus filhos adquirissem o mesmo gosto pela jardinagem, da mesma forma que seu pai lhe ensinara; entretanto, para a rigorosa aristocracia lusitana, as atividades manuais, como o trabalho direto com a terra, não eram vistas como dignas aos príncipes e aos herdeiros do trono, sendo, assim, um ultraje, conforme foi apontado pela inglesa Maria Graham Callcott.²⁰⁶ Porém, antes de adentrar no universo do Novo Mundo, voltemos ao Velho, cenário de criação da jovem Leopoldina.

Várias cartas à sua irmã Maria Luísa apontam o lado prático do seu conhecimento, sempre demandando equipamentos e acessórios para seguir adiante com os seus planos. No ano de 1813, expôs que “*no verão farei diversos experimentos com algodão em meu jardim [...] também quero tentar napolitano e papiro. Por favor faça-me a gentileza de me enviar, para o gabinete de física, dois rolos de arame e um cadinho maior e um menor de platina, por aqui não se consegue...*” (KANN; LIMA, 2006, p. 198).²⁰⁷ Leopoldina sempre se orgulhou da exuberância dos seus jardins, “*cheios de frutas, em particular maçãs, peras, um abrunho amarelo, e ameixeiras, uma cerejeira, vinte e quatro pessegueiros, doze parreiras, quatro ginjaes e dois damasqueiros, depois muitas árvores exóticas e plantas perenes*” (KANN; LIMA, 2006, p. 192).²⁰⁸ Ou seja, cultivar, na teoria ou na prática, fez parte de sua formação. De tal forma, sempre aproveitou o contato com os familiares de outros domínios da Europa para receber itens de que necessitava para os seus projetos.

A Numismática foi outro campo de estudo que despertou a afeição de Leopoldina e que, de certa maneira, foi ignorado por muitos dos estudiosos de sua vida. Constantemente, ela demandava, tanto ao seu pai quanto à sua “amada Luísa”, exemplares e publicações sobre o tema. Em dois momentos, entre os anos de 1813 e 1815, é notável sua preocupação em ler obras do grande pesquisador francês da Numismática, Théodore Edme Mionnet, que, no período, lançou estudos inovadores, principalmente acerca da classificação. Foram alvos da cobiça da

²⁰⁵ Maria Graham relatou que “nunca esquecerei o prazer de minha primeira manhã, quando abrindo minhas janelas em vez do barulho e do sujo da cidade deparei com os lindos jardins do palácio e as plantações de café que revestiam as montanhas da Tijuca, e senti o aroma das flores de laranjeiras” (GRAHAM, 1997, p. 86).

²⁰⁶ De acordo com Maria Graham: “Em geral, enquanto Suas Majestades passeavam, eu levava as crianças para o jardim com as amas e, com grande prazer delas, não somente permitia, mas animava-se a correr pela sombra, a atirar flores, observar os insetos sem gritar e, mesmo, a sujar suas roupas com a terra do jardim. A Imperatriz, querendo educá-las à moda europeia, havia encomendado pequenos jogos de ferramentas, mas estes haviam sido mantidos escrupulosamente em desuso, porque, como diziam as damas, não ficavam bem as princesas estarem revolvendo a terra suja como negros, e as ferramentas eram consideradas uma pilhéria europeia da Imperatriz, que não sabia o que convinha nem ao clima do Brasil, nem à dignidade dos Braganças” (*Ibid.*, p. 94).

²⁰⁷ Carta de Leopoldina a Maria Luísa - Viena, 27 mar. 1813.

²⁰⁸ Carta de Leopoldina a Maria Luísa - Laxenburg, 28 maio 1812.

jovem arquiduquesa os volumes da *Description de médailles antiques grecques et romaines* (1806-1813), que descreve as análises de Mionnet dos itens do Gabinete de Medalhas que outrora pertencera ao rei da França.²⁰⁹ Na altura, este era um dos acervos mais ricos da Europa, cabendo a esse estudioso a responsabilidade de gerenciá-lo. O privilégio de estar próximo dos mais diversos exemplares já produzidos proporcionou a criação de um método de ordenação das moedas e das medalhas, que foi batizado com o seu nome. Ou seja, o raciocínio lógico alcançava as múltiplas esferas do conhecimento humano.

Para a época, o estudo da Numismática era de vital importância para a compreensão do passado, uma herança da prática antiquarista dos séculos anteriores que compreendia os objetos como receptáculos do passado (MOMIGLIANO, 2004, p. 85-117). Até meados do século XIX, esse campo do conhecimento era de grande apreço dos colecionadores, uma vez que as moedas podiam “ser fixadas e referidas a um tempo preciso com muito mais precisão e certeza do que quaisquer outros objetos antiquários” (THOMSEN *apud* KEMMERS; NANOUSHKA, 2011, p. 88). Tal condição favorecia a coleta, movimentando o comércio especializado em moedas, medalhas e gemas raras, em grande parte oriundas da Antiguidade. Dessa maneira, “as moedas foram valorizadas principalmente por suas qualidades artísticas e estilísticas e como ilustrações de eventos históricos, formando um interesse para colecionadores em uma extensão não vista em outros objetos arqueológicos (exceto, talvez, peças de arte clássica)” (KEMMERS; NANOUSHKA, 2011, p. 88).²¹⁰ Em virtude desse gosto por testemunhos tangíveis do passado e, claro, pelo aprendizado ensinado pelo seu mestre, o abade Neumann, Leopoldina constantemente recebia medalhas e moedas, em grande parte enviadas por sua irmã, que, por morar na Itália,²¹¹ tinha fácil acesso ao comércio de antiguidades. Em 1816, a jovem arquiduquesa agradeceu “*antecipadamente pelas pedras, corais e moedas que me enviarás, a moeda que me enviaste é bastante interessante e peculiar*” (KANN; LIMA, 2006, p. 242).²¹²

Maria Luísa e Leopoldina faziam trocas constantes de itens para as suas respectivas coleções, como se percebe na correspondência trocada entre elas. Da Itália, sua irmã, sabendo

²⁰⁹ Mionnet foi chefe do *Cabinet des Médailles* de Luís XVI até a Revolução Francesa. Posteriormente, a coleção foi transferida para a Biblioteca Nacional da França, como parte do projeto revolucionário de tornar os bens da realeza pertencentes à nação. Cf.: AGHION, 2009.

²¹⁰ No original: “*As a result, coins were mainly valued for their artistic and stylistic qualities and as illustrations of historical events, forming an interest for collectors to an extent not seen for other archaeological objects (except, perhaps, pieces of classical art)*”.

²¹¹ Após a queda de seu ex-marido, Napoleão Bonaparte, Maria Luísa não pôde retornar para a corte de Viena, passando a viver em Parma, na Itália. Posteriormente, casou-se com seu amante, o General e Conde Adão Adalberto von Neipperg – o que foi um choque para Leopoldina.

²¹² Carta de Leopoldina a Maria Luísa - Schönbrunn, 16 ago. 1816.

do interesse da arquiduchessa por moedas e medalhas, ficou de enviar “*moldes em gesso da coleção de Numismática de Florença*” (KANN; LIMA, 2006, p. 255),²¹³ visto que as cópias também faziam parte do colecionismo numismático. Isso ocorria pela dificuldade de encontrar material original ou raro, como as gemas romanas, que despertavam grande apreço do público. Entre fins do século XVIII e início do XIX, o gosto por elementos da Antiguidade Clássica motivou o surgimento do mercado de cópias em gesso, principalmente de esculturas, moedas e medalhas que estavam guardadas em coleções renomadas, como as do Vaticano. Em consonância com as viagens do *Grand Tour*, a fim de coroar a formação dos aristocratas, cabia nesse exercício de exploração do mundo coletar peças que serviriam para análises futuras. Assim,

obviamente, uma obra de arte original só pode ser possuída por uma pessoa, em um lugar, a qualquer momento, e para satisfazer a demanda por arte, cópias sempre estiveram disponíveis, desde os tempos antigos até a era moderna. Os antigos romanos faziam cópias em mármore de estátuas de bronze, e durante o início e meados do século XVIII, colecionadores europeus começaram a colecionar cópias em gesso em tamanho real de estátuas, já que a brancura dessas cópias muitas vezes era preferida às originais manchadas e desgastadas, que muitas vezes não atendiam às expectativas do *connoisseur* típico. Assim, as coleções de moldes evoluíram como complementos às coleções de originais e facilitaram para estudantes e artistas a obtenção de uma exposição direta à escala e ao efeito de obras famosas sem precisar viajar para vê-las (MARCHAND, 1998, p. 2, tradução nossa).²¹⁴

Dessa maneira, possuir peças originais ou cópias não significava apenas satisfazer o desejo por objetos que representavam a arte do passado, mas, também, complemento para compreendê-la. O fato de serem cópias não as tornavam insignificantes, mas estimadas (MARCHAND, 2021; FERGUSON, 2018), sendo o caminho para tornar os fatos históricos tangíveis ao olhar humano, permitindo compreender a teoria por meio da observação. Os itens de Numismática passaram a compor as coleções de vários personagens da Era Moderna, pois eram objetos fáceis de coletar, adquirir e gerir, dependendo apenas de um gabinete (mobiliário) ordenado, além de terem valor financeiro. Nos fins do século XVIII, com a ideia de cultivar os ideais de “bom gosto” de Johann Joachim Winckelmann, prescrito em seus inúmeros ensaios

²¹³ Carta de Leopoldina a Maria Luísa - Viena, 7 nov. 1816.

²¹⁴ No original: “*Obviously, an original work of art can only be owned by one person, in one place, at any one time, and to satisfy demand for art copies have always been available, from ancient times to the modern era. The ancient Romans made copies in marble of bronze statues, and during the early to mid-18th century European collectors began to collect life - sized plaster copies of statuary as their whiteness was often preferred to the stained and battered originals, which often did not live up to the expectations of the typical connoisseur. So collections of casts evolved as supplements to collections of originals and made it easier for students and artists to gain first hand exposure to the scale and effect of famous works without having to travel to see them*”. Para saber mais, cf. MASCARENHAS, 2014.

(MATTOS, 2008, p. 69-79), tornou-se cada vez mais comum no *modus* colecionista do período a formação de dactilotecas. Tratava-se de um pequeno mobiliário com gavetas em que era possível organizar modelos de gesso que reproduziam a imagem de esculturas clássicas, bem como gemas da Antiguidade, num exercício de proporcionar meios para o aprendizado da virtuosidade da arte greco-romana, mesmo que em miniaturas. Tal prática fazia parte dos ensinamentos tanto das Belas Artes quanto de Numismática, uma vez que essas áreas estavam em contínua simbiose.

Se, por um lado, alimentar as suas coleções era uma das suas obsessões, na medida em que amadurecia, por outro, conseguir um matrimônio passou a estar no cerne das preocupações de Leopoldina. Desde a sua adolescência, lamentava que provavelmente não seria consorte de algum príncipe ou arquiduque, tendo se resignado “*totalmente à vontade divina*” (KANN; LIMA, 2006, p. 231).²¹⁵ Em 1816, numa carta a Maria Luísa, apontou que seu pai a confortou em nomeá-la “*mineralogista da corte*”, em vista de sua angústia sobre seu futuro. Mal sabia que, àquela altura, Francisco II estava a par de negociações envolvendo a mão de sua filha, de modo a proferir num jantar: “não acredito que a Leopoldina ainda esteja aqui no próximo inverno” (KANN; LIMA, 2006, p. 239).²¹⁶ Ou seja, novos ares estavam no horizonte da arquiduquesa e, para alcançá-los, seria preciso atravessar um oceano.

Essa carta de Leopoldina a Maria Luísa foi enviada no momento em que o seu destino estava sendo selado como futura consorte do príncipe da Beira, D. Pedro de Bragança. Dessa maneira, não teria que mudar apenas de país, mas de continente. Ao saber das tratativas para o matrimônio, alertou sua irmã que “*quanto aos moldes que tens a bondade de me enviar, peço-te que pressiones o grão-duque (Leopoldo II da Toscana), uma vez que tenho que tê-los em janeiro, quando minhas malas estarão sendo feitas*” (KANN; LIMA, 2006, p. 267).²¹⁷ Ou seja, quaisquer itens que viriam a compor o extenso enxoval de Leopoldina rumo ao Novo Mundo precisavam estar organizados a tempo, evitando imbróglis. Na mesma época, a arquiduquesa recebeu do seu tio Leopoldo (Leopoldo de Nápoles e Sicília, príncipe de Salerno) “*diversos vasos etruscos, que me agradaram muito*” – um detalhe simples, mas que pode dizer bastante sobre o gosto colecionista de Leopoldina. O desafio de estudar as coleções que formou durante a sua vida é complexo, devido à dispersão delas ocorrida após a sua morte. Grande parte foi

²¹⁵ Carta de Leopoldina a Maria Luísa - Schönbrunn, 22 jun. 1816.

²¹⁶ A excitação pelo seu futuro é vista em outra missiva, em que relatava a Maria Luísa que “*Graça a Deus espero não me tornar mais a mineralogista da Corte e que o destino de todas as mulheres seja também o meu e que também encontre um esposo; oxalá seja um mais sensato do que !!!*”. Carta de Leopoldina a Maria Luísa - Schönbrunn, 2 ago. 1816.

²¹⁷ Carta de Leopoldina a Maria Luísa - Viena, 10 dez. 1816.

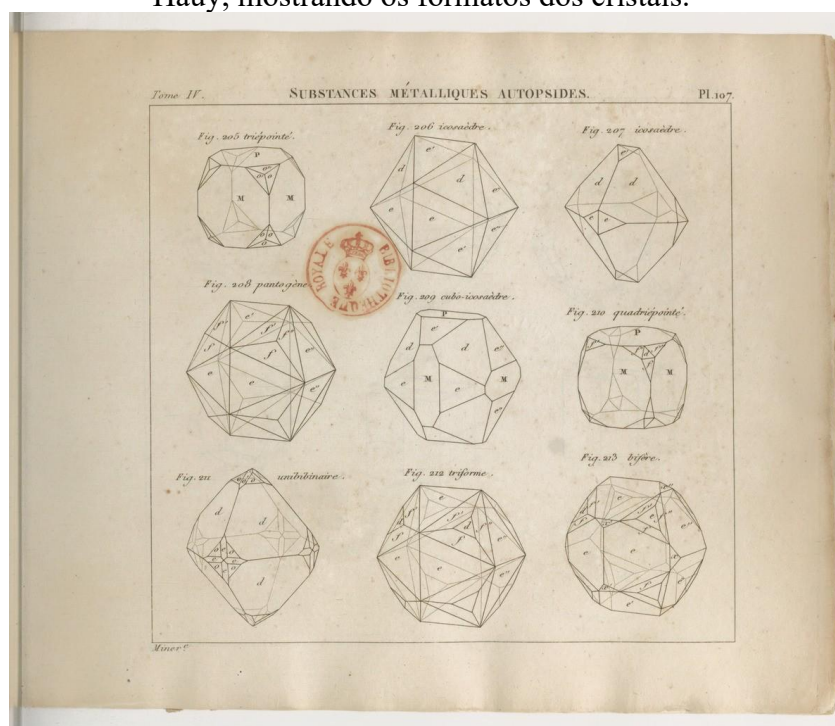
legada ao seu filho, D. Pedro II, mas, após o exílio do monarca, em 1889, com a Proclamação da República, ele viu seus bens serem confiscados e/ou vendidos. Por exemplo, sabe-se que sua esposa, Tereza Cristina, era amante da Arqueologia, possuindo, no seu enxoval, diversos itens oriundos de escavações arqueológicas (AZEVEDO, 2018, p. 116-125) que foram doados ao Museu Nacional. Agora, é possível pensar que, quando Tereza Cristina chegou à Quinta da Boa Vista, vasos etruscos já ornavam o gabinete de seu marido, tendo pertencido originalmente à sua mãe, Leopoldina; mas a limitada documentação existente não nos permite saber quais eram. No próprio Museu Nacional existiam vasos de origem etrusca que, por muito tempo, foram creditados apenas como doação da Imperatriz Tereza Cristina. Desse modo, fica a dúvida: será que eles não pertenceram originalmente a Leopoldina?

Numismática, Botânica e Arqueologia foram áreas que despertaram a afeição de Leopoldina. Em virtude de sua posição de arquiduquesa, bem como devido aos inúmeros parentes dispersos pelo território europeu, ela conseguia exemplares que pudessem materializar o seu conhecimento. A Mineralogia esteve no cerne de suas atenções desde pequena, como observado; no decorrer da sua vida adulta, seu interesse por essa ciência permaneceu em primeiro plano, acionando, sempre que necessário, os agentes ao seu redor para conseguir alguma informação ou amostra mineral. Em 1816, por exemplo, agradeceu a sua irmã “*pela linda pedra sulfúrica*” (KANN; LIMA, 2006, p. 245)²¹⁸ enviada pelo General Adam Albert von Neipperg; ou, então, lamentou que “*o tio favorito não me deu os minerais e não quero pedi-los, pois quando se fala do assunto ele enrubesce como camarão*” (KANN; LIMA, 2006, p. 227).²¹⁹ Permutas de bens da História Natural faziam parte das práticas de agrado da família de Francisco II, principalmente num momento em que o colecionismo natural estava no auge; não era mero acaso, portanto, o estímulo às viagens para regiões desconhecidas, tampouco o culto pela natureza e a constituição de coleções por parte de seus membros.

²¹⁸ Carta de Leopoldina a Maria Luísa - Schönbrunn, 27 ago. 1816.

²¹⁹ Carta de Leopoldina a Maria Luísa - Viena, 28 fev. 1817.

Imagem 17 – Exemplo da tabela de classificação feita por Haüy, mostrando os formatos dos cristais.



Fonte: HAÜY, 1822-1823. Bibliothèque Nationale de France.

O colecionismo de minerais não era entendido por Leopoldina como um simples exercício de fruição, mas como um processo organizado e sistematizado de conhecimento e, para tanto, ela se preocupava em conhecer os melhores métodos de classificação da época, de forma a organizar adequadamente os itens de sua coleção. Tal detalhe, até hoje passado despercebido pelos estudiosos, está presente numa carta a sua irmã. Nos preparativos do seu enxoval para a longa travessia até o Novo Mundo, Leopoldina disse estar “*bastante ocupada em reorganizar minha coleção mineralógica e escrever um catálogo francês de acordo com Haug,*²²⁰ *uma vez que o meu futuro esposo também é mineralogista*” – esta última parte foi um equívoco, pois D. Pedro não tinha interesse por minerais, e sim por música. No caso, “Haug” era René Just Haüy (1743-1822), um dos principais mineralogistas do período, cujo método de classificação se baseia na geometria dos cristais dos minerais e nas suas propriedades físico-químicas (WILSON, 1994). Desde o começo da sua formação, Haüy sempre se interessou pelo mundo da História Natural, em especial, em compreender a formação dos minerais. Tal fato resultou na sua nomeação à Academia de Ciências de Paris e como lente do Muséum National d’Histoire Naturelle de Paris, o que lhe deu acesso à extensa coleção da instituição. Para Haüy, a análise dos minerais não deveria ser voltada apenas à aparência

²²⁰ O nome foi transcrito e traduzido de forma equivocada. O correto é Haüy.

externa, mas também aos elementos estruturais internos. Com base nisso, pôde atribuir características em comum aos minerais, classificá-los e agrupá-los. Haüy tornou-se o pai da Cristalografia, ciência dedicada a compreender a estrutura anatômica dos cristais (BUREAU; FEININGER, 2011, p. 657-669).

A coleção de minerais de Leopoldina foi organizada conforme o sistema cristalino, sendo seus itens divididos em cúbicos, tetragonais, ortorrômicos, monoclinicos, triclinicos e hexagonais. Para refinar sua classificação, outras questões eram levadas em conta, como a simetria, a transparência, a estrutura e as propriedades físico-químicas. Logo, não era um amontoado qualquer de minerais coletados da natureza, mas um instrumento a serviço do seu estudo e do seu aprendizado sobre o mundo natural. Seu apreço por Haüy era tamanho. Leopoldina legou um relato bastante importante e que ajuda a compreender como estudava e organizava a sua coleção em terras brasileiras. Em carta ao Marquês de Marialva, informa:

Aproveito esta oportunidade para lhe enviar uma caixa com minerais raros adquiridos durante as minhas diferentes viagens a Minas Gerais, para meu amigo e mestre Hany [Haüy], **porque estudei a bela ciência da mineralogia segundo seu sistema que, na minha opinião, é o melhor**; ele encontrará aí alguns objetos novos, cuja classificação lhe solicito, na medida em que não tenho o atrevimento de lhe tirar essa honra, já que ele é a única pessoa digna de desempenhar tal função. Tenha a bondade de solicitar-lhe que me envie todos os minerais descobertos na França, a partir de 1817, assim como seus novos livros (KANN; LIMA, 2006, p. 401-402).^{221, 222}

Não há dúvida de que Roque Schüch, professor de Mineralogia de Leopoldina, ensinou-lhe outros métodos de classificação e organização dos minerais, como o de Jean-Baptiste Romé de l'Isle (1736-1790) ou de Abraham Gottlob Werner (1749-1817), uma vez que, naquele momento, não existia o certo ou o errado, mas o mais adequado ou não. Isto é, Haüy, para elaborar o seu método, utilizou modelos classificatórios desenvolvidos por Carlos Lineu e os adaptou conforme as suas análises. Outro detalhe presente nesse trecho permite compreender um pouco mais da mente de colecionadora e coletora de Leopoldina: o envio de minerais e espécimes não era apenas uma forma de agradar os seus correspondentes, mas um aparato de apoio ao desenvolvimento de estudos sobre uma natureza que pouco se conhecia em contexto europeu.

²²¹ Carta de Leopoldina ao Marquês de Marialva, São Cristóvão, 12 jul. 1822.

²²² No mesmo período, D. Leopoldina e D. Pedro visitaram a Fazenda da Mandioca, propriedade do Barão de Langsdorff, que era um dos principais pontos de contato entre os viajantes estrangeiros, em especial, os da missão austríaca. Nesse lugar era possível organizar as coleções, preparar viagens e compartilhar conhecimentos sobre rotas, como as localidades de difícil acesso ou próximas a aldeias indígenas (ROCA, 2014, p. 110).

D. Leopoldina, por intermédio de Marialva, na altura embaixador de Portugal em Paris e um dos principais intermediadores da sua união com D. Pedro, reforçou a necessidade de que os minerais chegassem a Haüy, o que não era apenas um agrado ao mestre que tanto estimava, mas um envio a um dos principais expoentes da ciência do período, demonstrando que ela não ficou completamente isolada dos círculos de eruditos da Europa. Para além disso, é perceptível o seu interesse em contribuir para o desenvolvimento do trabalho do mineralogista francês, uma vez que os espécimes encontrados eram desconhecidos e precisavam ser classificados sob o jugo da razão. Na sua perspectiva, tal feito não poderia ser dela, mas de uma mente superior, que tanto admirava.

Esse círculo de eruditos e colecionadores sustentava toda uma rede necessária para alimentar as respectivas coleções. As longas distâncias nem sempre permitiam fácil acesso e, naquele momento, a posição de princesa real de D. Leopoldina favorecia o envio e o recebimento de produtos do gênero. Em contrapartida, ela demandou que todos os minerais descobertos na França, desde 1817, fossem enviados, bem como publicações da área. Esse marco temporal não é por acaso: 1817 foi o último ano em que ela pisou no Velho Mundo, fato que dificultou que ela acompanhasse mais rapidamente as novidades e as descobertas do campo científico. Nesse ponto, ela não era mais uma arquiduquesa de um vasto império, mas uma princesa subordinada ao jogo de correspondências da corte portuguesa, sendo que muitas de suas cartas eram abertas e/ou extraviadas.

A preocupação de D. Leopoldina com o envio de minerais a seu mestre Haüy desnuda outra intencionalidade. Tanto ela quanto Roque Schüch, conforme veremos a seguir, estavam mobilizando um projeto de investigação para tornar viável a exploração de recursos minerais da capitania brasileira mais famosa pela diversidade mineral, destino obrigatório de qualquer amante ou colecionador de minerais: Minas Gerais. Entretanto, o retorno do seu pedido não foi o que ela esperava. O Marquês de Marialva informou que, àquela altura, Haüy já havia falecido. Leopoldina lamentou “*a situação do digno padre Hany (Haüy)*”, e aprovou que “*Schuch mantenha correspondência com Monteiro,²²³ que é um homem de raro mérito; por minha parte, enviarei minhas pesquisas ao Sr. Lucas*” (KANN; LIMA, 2006, p. 401-402).²²⁴ Ou seja, na ausência da admirável mente da Mineralogia, era necessário acionar outros agentes para estudarem as descobertas minerais das terras do Novo Mundo.

²²³ Acredita-se ser Romualdo José Monteiro de Barros que, junto com os seus irmãos (Lucas Antônio Monteiro de Barros e José Joaquim Monteiro de Barros), fundou a Fábrica Patriótica, um dos primeiros empreendimentos brasileiros a forjar ferro industrial.

²²⁴ Provavelmente tratava-se de Lucas Antônio Monteiro de Barros, Barão e Visconde de Congonhas do Campo. Carta ao Marquês de Marialva - São Cristóvão, 12 jul. 1822.

Se, por um lado, a princesa do Brasil não podia mais contar com o apoio de Haüy, por outro, havia outros agentes, como José Bonifácio de Andrada, figura que sempre estimou e que, àquela altura, sempre estava presente, tanto no Paço Imperial quanto na Quinta da Boa Vista. Ambos partilhavam o interesse pela Mineralogia, pois Bonifácio era um mineralogista consagrado na ciência luso-brasileira, e o apreço por Haüy, pois ele tinha sido seu discípulo durante seu período de formação na França. Ou seja, tais contextos os aproximavam, trazendo ânimo à princesa, que lamentava a ausência, no seu entorno, de pessoas de “grande intelecto” e que soubessem conversar à sua altura sobre determinados temas da História Natural. Dessa maneira, mesmo com as limitações que lhe eram impostas, D. Leopoldina continuava seus estudos, atualizando-se das descobertas realizadas nas principais instituições científicas do período.

Antes de avançarmos para a travessia de D. Leopoldina ao Novo Mundo e o funcionamento de seu museu na Quinta da Boa Vista, voltemos a solo austríaco. Após saber de seu destino, a arquiduquesa tratou de criar meios de aprender cada vez mais sobre a nova corte onde ia viver, como a língua e a história de Portugal e do Brasil.²²⁵ Desse modo, conforme havia sido educada desde pequena, era por meio do conhecimento que aprendia os códigos de comportamento e de agrado, em benefício das duas casas reais. Assim, informava que “*estou mais empenhada na música, que é muito apreciada no Brasil, e quero aproveitar todas as oportunidades para me tornar popular no meu futuro país*” (KANN; LIMA, 2006, p. 250);²²⁶ e, ainda, “*terei minha primeira aula de português, que é muito difícil, principalmente por causa da pronúncia pela garganta e o cecear*” (KANN; LIMA, 2006, p. 252).²²⁷ Ou seja, a preparação para tornar-se princesa real, em sua perspectiva, estava além de agradar a família de seu marido: ela também precisava estar acessível aos seus súditos. Em visita à corte de Viena, o Marquês de Marialva não deixou de notar a preocupação da futura princesa real pelo Brasil, estando “*rodeada de mapas do Brasil e de livros que contêm a História deste Reino, ou Memória a ele relativas*”, detalhes que demonstram quão dedicada estava (REZZUTTI, 2017, p. 93). Ao mesmo tempo, seus parentes se preocuparam em montar um enxoval que lhe trouxesse conforto:

A querida mamãe trouxe um quadro representando a Catedral de Santo Estêvão, com um relógio que imita perfeitamente as batidas do relógio da torre e o toque dos sinos, e me comoveu muito quando disse que me dava aquele quadro para que eu tivesse uma recordação de Viena no Rio de Janeiro; [...]. O querido papai [...] me deu uma

²²⁵ “Estou lendo *Histoire de Portugal e Jornale Lusitanico*” (BEAUCHAMP, 1815; SILVEIRA, 1808), além de *Os Lusíadas*, de Camões, obra clássica e necessária para o aprendizado de Leopoldina sobre a literatura portuguesa.

²²⁶ Carta de Leopoldina a Maria Luísa - Viena, 4 out. 1816.

²²⁷ Carta de Leopoldina a Maria Luísa - Viena, 18 out. 1816.

magnífica coleção de minerais que me deixou muito feliz; a Maria, uma carteira magnífica, com o seu retrato e o de Dom Leopoldo; no baú há uma caixa de música e alguns candelabros e vasos de bronze; Ferdinando me trouxe um jogo de Mosaïque; Carolina, *Adèle et Théodore de Madame Genlis*,²²⁸ que estou lendo agora para aprender a me ocupar da educação dos filhos, mas a linha do livro não me agrada muito, o que achas? O Francisco me deu um coral; Widermann, arbustos secos da Áustria; a Maria um cajado para as minhas caminhadas [...]. Agradeço-te antecipadamente pelo livro e minerais que tiveste a bondade de enviar da Toscana (KANN; LIMA, 2006, p. 259).²²⁹

Livros, quadros, jogos, corais, vasos, minerais... e a lista continua. Não à toa, quarenta e seis caixas (KANN; LIMA, 2006, p. 280)²³⁰ comportariam o extenso enxoval, que, além de roupas, era constituído por coleções formadas pela arquiduquesa – ou seja, coleções peregrinas que atravessariam o Atlântico. Posteriormente, Maria Graham relatou a situação em que se encontravam os pertences que foram conduzidos na mudança de Leopoldina, que continuavam em caixas quando chegaram à Quinta da Boa Vista, como os “vestidos que a sociedade do Brasil não exigia, livros, que ela não tinha nem oportunidade nem espaço para arrumar com vantagem e instrumentos para prosseguir no estudo de filosofia natural e experimental que ela muito apreciava, mas que ninguém naquela terra entendia senão ela” (GRAHAM, 1997, p. 92).

Na perspectiva de D. Leopoldina, muito idealizada, ela chegaria a um país que estava munido de estruturas científicas e hábitos que valorizavam o culto pela História Natural, em especial, por ser a nova sede do império português. Aliava-se a isso a ideia de que ficaria abrigada em um palácio que fizesse jus ao requinte de uma corte conhecida pelos gastos e pelos luxos. Não à toa, o primeiro presente diplomático recebido pela futura princesa do Brasil foi um colar com o retrato de D. Pedro, um medalhão ornado com inúmeros diamantes; tal joia seria constantemente representada nos retratos de D. Leopoldina. A extensa bagagem estava à altura do que se esperava de uma princesa real austríaca, porém, a realidade do Novo Mundo era completamente diferente. Mesmo com as constantes reformas no Palácio de São Cristóvão, sua deficiência de espaço acabaria apenas no Segundo Reinado.

Por meio da documentação sobre essa primeira fase da vida de Leopoldina que resistiu ao sopro do tempo, é possível perceber seu apreço pelo colecionismo. A cada momento, sua percepção sobre o mundo mudava e, para compreendê-lo, alinhava a teoria com a prática, conforme defendido pelos seus mestres. Dessa maneira, colecionava objetos que pudessem esclarecer o passado da humanidade ou da natureza. Medalhas, plantas, minerais ou antiguidades eram repositórios de memórias importantes para materializar as inúmeras

²²⁸ Trata-se da obra *Adèle et Théodore, ou Lettres sur l'Éducation*, de Madame Genlis.

²²⁹ Carta de Leopoldina a Maria Luísa - Viena, 19 nov. 1816.

²³⁰ Carta de Leopoldina a Maria Luísa – [S. l.], mar. 1817.

leituras que fizera durante a sua formação. Coleccionar era um dos meios de desligar-se das preocupações cotidianas, bem como de encontrar prazer, ao mesmo tempo que visava instruir-se sobre a vasta natureza brasílica.

7.2 “Ocupado a fazer e arranjar coleções de História Natural do Reino do Brasil”:

Roque Schüch e o museu de D. Leopoldina no Novo Mundo

Com seu destino selado com a ida para o Novo Mundo, a então D. Leopoldina, nova princesa real do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, precisou aguardar alguns meses antes de embarcar em sua jornada. Nesse meio tempo, preocupou-se não apenas em reunir o enxoval necessário para a sua vida na corte do Rio de Janeiro, mas também em organizar o séquito que a acompanharia na longa travessia e que seria responsável por viabilizar as suas necessidades cotidianas de princesa e, também, de estudiosa do mundo natural. A comitiva particular de D. Leopoldina foi constituída “por seu velho mordomo-mor, o conde Edling, seis damas, quatro pajens, seis nobres húngaros, seis guardas austríacos, seis camaristas, um esmoler-mor, um capelão e um bibliotecário” e por alguns profissionais, como seu “secretário particular, um médico, um professor de pintura e Franz Joseph Frühbeck, que atuaria como auxiliar de bibliotecário” (REZZUTTI, 2017, p. 112). Alguns iriam acompanhá-la apenas em solo europeu, enquanto outros seguiriam para o Brasil, fixando-se permanentemente ou retornando tempos depois. Esse processo foi negociado pelos lados austríaco e português, sendo que o encarregado do último foi Pedro José Joaquim Vito de Meneses Coutinho, o Marquês de Marialva, responsável pelos trâmites da união das duas casas reais, e personagem que teria contato permanente com a futura imperatriz brasileira.

Dentre esses indivíduos, para a compreensão das práticas colecionistas de D. Leopoldina no Brasil, o “bibliotecário” é figura central. Trata-se de Roque Schüch, conhecido da arquiduquesa pelas aulas de Mineralogia que lhe administrou durante sua formação, o responsável por alimentar sua paixão por tal ciência. Schüch é pouco lembrado pelos estudiosos da princesa; também é negligenciada a presença de membros de origem austríaca em seu entorno nesse período. Tal situação é recorrente quando se analisa a vida e os feitos de grandes personalidades, uma vez que a tendência é centrar-se em algumas ações como se fossem atos isolados, sem compreender que, por detrás dessas figuras, existe um extenso corpo de profissionais apoiando-as. No caso de Schüch, o fato de ocupar o cargo de bibliotecário foi esquecido, sendo lembrado apenas como membro de apoio da comitiva austríaca que acompanhou a princesa. Ademais, a forma como seu nome aparece registrado na

documentação sofreu oscilações,²³¹ em parte, resultantes da forma como a nomenclatura estrangeira aparece grafada, bem como das dificuldades na leitura paleográfica. Poucas são as menções sobre sua relevância tanto como gestor das coleções e do museu de D. Leopoldina quanto para o desenvolvimento da Metalurgia no Brasil, ocorrido na região que hoje é conhecida como Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais.

O conhecimento sobre a vida de Roque Schüch é marcado pelas limitações documentais, principalmente acerca do período em que morou na Áustria. Pouco se sabe sobre ele antes de sua vinda para o Brasil. Sabe-se que nasceu a 15 de agosto de 1788, em Rangsdorf, na região da Morávia, atual República Tcheca, filho de um alfaiate (HILLEBRAND-GRILL, 1999, p. 285). Após a sua formação, provavelmente na Universidade de Praga, atuou na Escola Secundária de Opava, onde “foi lente de História Natural e Química por mais de cinco anos”. O interesse em aprofundar o seu conhecimento sobre o mundo natural, até mesmo a fim de conseguir uma posição melhor de vida, suscitou sua ida para Viena, em suas palavras, para ser “administrador no Gabinete de História Natural do Imperador [Francisco II]” ([MEMÓRIA...], [s. d.]). Desse modo, esteve envolvido na educação dos arquidukes e das arquidukesas da Casa Imperial, condição que o aproximou do círculo íntimo da corte austríaca, aumentando sua distinção. Nessa época, estabeleceu contato com a curiosa Leopoldina. Essa parceria manteve-se, fato que culminou em sua nomeação para fazer parte da comitiva da princesa austríaca²³² para o Novo Mundo. Não à toa, a acompanhou na fragata D. João VI, quando trocaram ideias e impressões sobre os lugares que foram conhecendo durante a jornada e que mudariam a percepção que ambos tinham da natureza tropical, até então restrita às extensas estufas de Francisco II.

Conforme apontou várias vezes nas missivas destinadas à Secretaria dos Negócios do Império, que gerenciava o pagamento de seus honorários, Schüch teria “tido a honra de ser convidado pelo Marquês de Marialva para acompanhar para este Império, a Arquiduquesa Princesa Real” e, em consequência de tal convite, “aceitou o emprego de Bibliotecário da mesma Augusta Senhora, e como tal encarregado de sua Biblioteca e Museu” ([PROCESSO...], 1818-1839). Desde a sua contratação, fora incumbido de apoiar a instrução de D. Leopoldina, iniciada em sua pátria, fazendo jus às necessidades de um membro da corte de Viena. Por mais que sua

²³¹ Rochus Schuch; Roque Such; Roque Schuk; Roque Schich.

²³² “Na comitiva particular de D. Leopoldina, estava o conservador do Gabinete de Mineralogia da Corte, Roque Schuch, a quem a princesa deu o encargo de ser o seu bibliotecário, e o pintor da corte Frick. Como agregados, iam também o zoólogo Spix e o Botânico Martius, que ingressavam na expedição por pedido do rei da Baviera, sogro de Francisco I, assim como Joseph Raddi, incluído a pedido do grão-duque da Toscana” (REZZUTTI, 2017, p. 139).

narrativa seja modesta, é necessário pensar na sua intencionalidade ao abdicar do cargo de conservador no Gabinete Imperial de História Natural e viajar rumo ao desconhecido. Marialva buscou convencer o séquito da arquiduquesa de que iam para uma terra de oportunidades, aberta às possibilidades. No caso de Schüch, isso significava oferecer seu rico conhecimento nos campos da Mineralogia e Metalurgia para a exploração mineral do Reino do Brasil, enriquecendo o monarca, mas, também, a si próprio. Naquela altura, a Inglaterra era o principal aliado econômico do império português e vivenciava a emergência da industrialização, principalmente centrada na produção do ferro. Assim, era de interesse saber se as “Minas do Ouro” também abrigavam outras riquezas em suas profundezas.

Diferentemente de outros membros do séquito de D. Leopoldina, que, em grande parte, retornaram ao Velho Mundo, Schüch foi um dos que escolheram viver no Brasil e construir uma nova vida, atento às oportunidades que lhe apareciam. É importante ressaltar que ele não fez parte da chamada missão austríaca, projeto organizado pelo chanceler austríaco Klemens von Metternich, o príncipe de Metternich, que almejava fazer da união entre as duas casas uma forma de ter acesso às riquezas naturais do Brasil, estabelecendo acordos comerciais que favorecessem o império de Francisco II. Essa missão foi composta por uma seleta comitiva de cientistas naturais que abasteceu as coleções da instituição (RIEDL-DORN, 1999), selecionados pelo diretor do Museu de História Natural de Viena, Carl Franz Anton Ritter von Schreibers. Os indicados foram

o notável zoólogo Johann Natterer, indicado para ser o diretor da missão; o botânico Heinrich Wilhelm Schott, o veterinário Mathias Unterholzer, o pintor de plantas Johann Buchberger e o paisagista Thomas Ender; os professores de Botânica, Johann Sebastian Mikan, e de História Natural, Emanuel Pohl, este da Universidade de Praga; além dos naturalistas Johan von Spix e Carl von Martius, por indicação do rei da Baviera, e o conservador do Museu de Florença, Giuseppe Raddi, indicado pelo grão-duque da Toscana (LYRA, 2016, p. 15-16).

Essa comitiva respondia a Schreibers e a Metternich, situação que se diferenciava da de Roque Schüch, que reportava suas ações diretamente a D. Leopoldina e a D. João VI, pelo fato de compor o corpo de funcionários da corte portuguesa, e não da austríaca.²³³ É por essa razão que grande parte da documentação que interessa a esta pesquisa, principalmente a de cunho administrativo – uma vez que constantes eram as reclamações de Schüch sobre os atrasos de seus pagamentos²³⁴ – permanece nos arquivos brasileiros e portugueses. Os estudiosos da

²³³ De acordo com Schüch, foi acordado que sua pensão seria de 480\$000 rs anuais ([PROCESSO...], 1818-1839).

²³⁴ OFÍCIO ao tesoureiro da Real Fazenda, Anacleto Antônio do Carmo, determinando o pagamento de 50 mil réis mensais ao bibliotecário e diretor do gabinete de história natural, Roque Schuch, para gastos em sua viagem a

presença austríaca no Brasil normalmente direcionam os seus olhares para os arquivos estrangeiros, onde pouco se encontra sobre Schüch, o que resultou no apagamento de suas ações para o estudo da natureza brasileira naquele período. No Museu de História Natural de Viena (Naturhistorisches Museum), por exemplo, destino de grande parte do material coletado pelos naturalistas da missão austríaca, bem como por Schüch e D. Leopoldina, há apenas duas missivas sobre ele.²³⁵

A realidade no Novo Mundo era completamente diferente do que D. Leopoldina e Schüch imaginaram. O imprevisto ainda fazia parte do cotidiano da imensa corte, cuja chegada transformara a antiga sede do vice-reino do Brasil na nova capital do império português. No fim de 1817, altura da chegada de ambos, o Palácio de São Cristóvão – a outrora Quinta da Boa Vista, residência do traficante de escravos Elias Antônio Lopes – continuava em transformação. Ele fora considerado a única residência que fazia jus à instalação dos monarcas na cidade. Mesmo assim, a quantidade de cômodos era pequena, a ponto de parte da família real ter que ser alojada em outros edifícios espalhados pela cidade. Com a chegada de D. Leopoldina, na ala sul da construção foi acrescentado um anexo a fim de proporcionar mais comodidade para ela e o seu séquito, que teve que conviver num lugar abarrotado de pequenos cômodos e cozinhas²³⁶ espalhadas pelos corredores, uma vez que D. João VI era responsável por garantir alimentação apenas aos “grandes oficiais e [a]os oficiais da casa”.²³⁷ O restante viabilizava os seus próprios meios para se alimentar.

Minas Gerais. Manuscrito, Vila Rica [Ouro Preto, MG], 22 set. 1818. Fundação Biblioteca Nacional; PROCESSO de naturalização brasileira de Roque Schuch. Rio de Janeiro, RJ; Minas Gerais, 1818-1839. 16 docs. (40 p.). Fundação Biblioteca Nacional; ORDEM do presidente do Tesouro Público à Junta da Fazenda determinando o pagamento de pensão à Roque Schuch por serviços prestados no ofício de bibliotecário e diretor do museu da Sereníssima Princesa Real. Rio de Janeiro, RJ, 8 jul. 1822. 2 p.; MEMÓRIA sobre os ofícios de Roque Schuch, Bibliotecário e Diretor do gabinete de História Natural de S.A. a Sereníssima Sra. Princesa Real, dirigidos a diversas autoridades sobre riquezas minerais do Brasil e meios para explorá-las. O último já de 1841 endereçado a Cândido José de Araújo Vianna, Ministro do Império. Sem data. Arquivo Nacional. BR RJANRIO NP.COD.0.807, v.5/f.264-278.

²³⁵ Constam os seguintes documentos no Arquivo do Museu de História Natural de Viena (Naturhistorisches Museum): “Zoologisch-Botanischen Kabinette” AfW562-Zoologie-1827-1847-Erklärung, a respeito da compra de gabinetes zoológicos, e uma carta para Stephan Ladislaus Endlicher (AfW-Endlicher-Schachtel 3 M-Z= Brief Rochus Schuch). Agradeço o empenho de Krenn Martin na busca por documentos no referido arquivo.

²³⁶ Recentemente, a equipe de Arqueologia do Museu Nacional conduziu escavações arqueológicas dentro do Palácio de São Cristóvão e encontrou um exemplar desses fornos que davam suporte às práticas alimentares da corte portuguesa. Cf.: MARQUES, 2024.

²³⁷ A própria cozinha que alimentava D. João VI e sua família ficava do lado externo, no sopé da colina onde está localizado o palácio, fato que gerava desconforto, visto que o transporte dos alimentos até a mesa era demorado, deixando a comida fria. Frühbeck (2017, p. 42), ao dar a sua visão do palácio, reportou que “o prédio em si mesmo é pouco apropriado enquanto moradia para pessoas de tão elevada condição, já que o número de quartos é pequeno, porém sua proporção em relação às construções faz com que essas pareçam meros casebres. A cozinha se encontra no sopé da elevação, sendo necessário que a comida seja carregada colina acima”.

Mesmo com as ampliações feitas com a chegada de D. Leopoldina, o palácio continuaria modesto para abrigar sua comitiva. O próprio príncipe D. Miguel, por exemplo, habitava “nos *rez-de-chaussée* em um quarto sem janela porque todo o *rez-de-chaussée* não as tem, e sim dos *oeils de boeuf*”, informou Paulo Barbosa da Silva quando escreveu o esboço histórico do Palácio de São Cristóvão ([APONTAMENTOS...], 1840).²³⁸ Em contrapartida, a visão da princesa real, ainda maravilhada com os novos mundos que conhecia, era outra:

Minha casa tem seis aposentos, com magnífica vista, de um lado para a serra e muitos povoados, de outro para o mar, ilhas e a Serra dos Órgãos. Começo com: 1) A sala de bilhar, que é pintada simplesmente de verde e tem uma magnífica mesa de bilhar. 2) A sala de música, que tem nas paredes pinturas de todos os pássaros e árvores do Brasil, as poltronas e mesas de bois du Brésil, com bronze e junco, por causa do calor; três lindos pianos e duas arcas sobre a quais há vasos de alabastros e porcelana com paisagens, além de um magnífico relógio de bronze. As portas e sacadas são de pau-brasil com trabalhos de bronze. 3) A sala de festa, com quatro colunas com trabalhos em bronze, representando cenas mitológicas, além de vasos de alabastro e porcelana com paisagens e candelabros de bronze. As poltronas e mesas de madeira amarela e marrom de Macau, com figuras entalhadas, que são muito valiosas e singularmente belas. As tapeçarias são de veludo branco, as cortinas de musselina com franjas douradas. O teto é maravilhoso, com uma cena da mitologia pintada por um francês. 4) O gabinete de toalete, de musselina branca com tafetá rosa sob dois cortinados, no meio de dois Eros de bronze adornados com guirlandas de flores, segurando de um lado um toalete masculino, do outro um feminino de platina, feito na Inglaterra, que é muito bonito, mas tão pesado que não consegui manejá-lo; na primeira noite, para meu constrangimento, me despi ajudada pela rainha e pela cunhada, o príncipe diante do rei e do cunhado Miguel. 5) O quarto de dormir de musselina branca e rosa, adornada com guirlandas de flores e enfeites dourados e cortinados, uma cama como uma casa com um cortinado todo bordado em ouro, segurado pela águia real e Eros. Temíamos que desabasse, mas nos garantiram que não há perigos; a cama tem uma colcha de renda de Bruxelas, que custou quarenta mil francos e é maravilhosa; agora temos uma bordada com um tecido escarlate, uma vez que as noites aqui geralmente são frias; além disso tenho nesse quarto o retrato do querido papai, dois armários com relógios e vasos, além de escrivaninha e canapé de musselina, para dormir a sesta ou para o príncipe dormir quando tem seus ataques de nervos; além disso há um gabinete; logo em seguida quatro aposentos para o pessoal de meu esposo e um onde se veste; em todos os quartos há sacadas e quatro portas, onde temos um pequeno corredor em que ficam pássaros e os cães de caça durante o dia, para que o calor não lhes faça mal. Embaixo há quatro quartos para minhas duas açasafatas e duas retretas, que são feias como a peste; além delas, minhas moças do lavabo, que são duas negras (KANN; LIMA, 2006, p. 325-326).

O luxo possível, como a musselina branca, o cortinado de ouro, o mobiliário de Macau e as guirlandas de bronze, era o suficiente para apaziguar o olhar de D. Leopoldina. No relato não há descrição de cômodos destinados à sua biblioteca ou ao museu com as suas coleções de História Natural, cenário diferente de suas instalações em Viena – como no Palácio de Schonbrunn, que continha gabinetes e abrigava sua coleção de arte. Tal fato provavelmente

²³⁸ Atribui-se a Paulo Barbosa da Silva esse manuscrito, que merece mais atenção dos estudiosos da vida cotidiana da família real e imperial.

causou espanto em Roque Schüch, visto que isso limitaria o exercício de sua função de bibliotecário da princesa real. Se, para abrigar os membros da corte, o palácio apresentava deficiências, pior seria descarregar as dezenas de caixas contendo seus livros e suas coleções. Franz Joseph Frühbeck – austríaco contratado para auxiliar Schüch – relatou que morava nos fundos da “casa de Luiz”, que possuía “uma vista realmente maravilhosa dos arredores do palácio de recreio de São Cristóvão” (FRÜHBECK, 2017, p. 42). Tratava-se da “casa de Elias”, e não de Luiz, como se equivocara Frühbeck, espaço que, até 1815, abrigou Elias Antônio Lopes como parte da prática de mercês (MACHADO, 2018, p. 435-455), visto que este abdicou da posse de sua residência para D. João VI, vivendo como pensionário.

Imagem 18 – Debret, Jean Baptiste. *Palácio de São Cristóvão*. 1817.



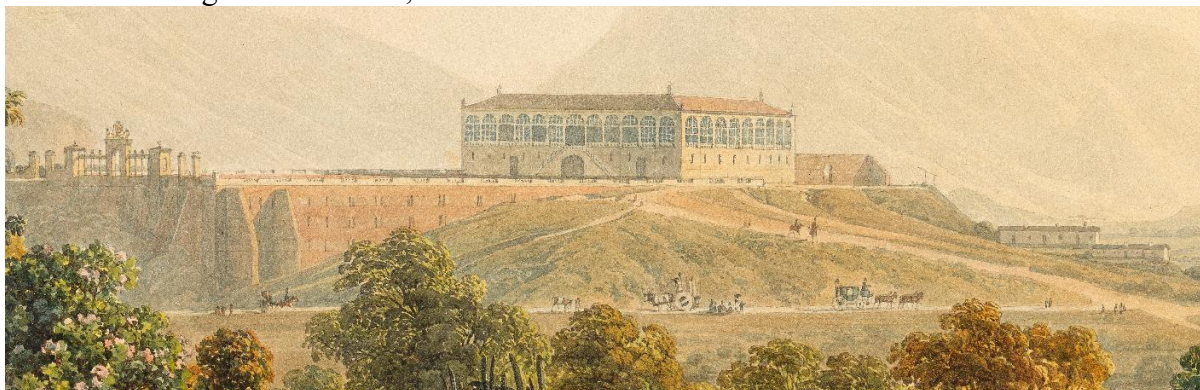
Fonte: Wikimedia.

Nota: no canto esquerdo, é possível observar a extensão criada para abrigar D. Leopoldina e seu séquito.

Há poucas informações sobre o que seria essa “casa”. Esse termo, diferentemente dos dias atuais, não necessariamente se referia a uma residência desmembrada do corpo palaciano; à época, podia significar “quarto de um edifício” (PINTO, 1832, p. 203). De acordo com Barbosa, “D. Pedro habitou o palácio tal qual estava por muito tempo e começou uma sala perpendicular a de seu aposento e paralela ao lado posterior da antiga casa do Elias”, que estava

localizada nos fundos do palácio. Na aquarela de Thomas Ender que retrata o Palácio de São Cristóvão (Imagem 19), é possível observar, no canto direito, no sopé da montanha, a cozinha que fornecia comida para a família real e os oficiais de alta patente, conforme o relato de Frühbeck, e, logo acima, uma estrutura ampliada em relação ao corpo principal do palácio, iniciada por D. João VI, mas que estava inacabada. Tudo indica que a “casa de Elias” era localizada próxima a essa nova ampliação.

Imagem 19 – Ender, Thomas. *Detalhe da vista de São Cristóvão*. 1817.



Fonte: Pessoa; Santos, [s. d.].

O primeiro momento da chegada e da organização das coleções de D. Leopoldina ainda é muito nebuloso, devido à ausência de registros detalhados. Por um lado, sabe-se que Roque Schüch e Franz Frühbeck foram instalados nas dependências da “casa do Elias”, fazendo dela um espaço de estudo e de repouso. Por outro lado, nos requerimentos de Schüch para a Secretaria de Negócios do Império, ele passa a se referir como “bibliotecário e diretor do gabinete de História Natural de S. A. R. a sereníssima senhora princesa real”. Numa solicitação, provavelmente datada de 1818, vemos essa nova configuração do cargo de Schüch, que se deu em virtude das limitações espaciais para organizar os gabinetes, de modo que ganhou novas atribuições, sendo “ocupado a fazer e arranjar coleções de História Natural do Reino do Brasil não só para S. A. R. a Princesa Real, mas também para os diferentes museus de Vossa Magestade no Brasil e em Portugal, e sendo fora disso, obrigado a elaborar memórias sobre os objetos de História Natural deste Reino, por ser nomeado membro correspondente da Real Academia em Lisboa” ([MEMÓRIA...], [s. d.]). O prestígio de Schüch aumentou com a sua nomeação a um dos principais órgãos de divulgação científica do império português, tendo seus

ensaios sobre as potencialidades de exploração das riquezas naturais lidos nas sessões da Academia.²³⁹

Após saber da realidade no Novo Mundo, como a de que sua função não ficaria restrita a organizar os aparatos de instrução de D. Leopoldina, novas atribuições foram criadas para evitar seu retorno à Áustria, principalmente devido à “promessa” feita antes de sua vinda pelo Marquês de Marialva, que garantia postos na corte lusitana. Se o imperador Francisco II possuía sua própria equipe de exploração no Brasil, também seria justo que a princesa real tivesse uma, a fim de alimentar o seu “gabinete de História Natural”, cultivando seu interesse pelas ciências naturais. Ao mesmo tempo, isso demonstra as artimanhas de D. João VI para agradar sua nova “filha” e realizar suas vontades – situação que mudaria após o seu retorno para Portugal, com D. Pedro I limitando o acesso ao seu dote. A frustração das expectativas também afetou outros membros que vieram na comitiva da princesa, como é o caso de Fröhbeck, que, depois de oito meses de sua chegada, renunciou ao cargo de assistente de Schüch – ou seja, para ele, a terra de oportunidades foi uma grande ilusão.²⁴⁰

Após alinhar as expectativas, tanto os olhos de D. Leopoldina quanto os de Schüch voltaram-se para um novo projeto: conhecer a província de Minas Gerais. Para os amantes da Mineralogia, era o território onde poderiam encontrar uma vasta gama de minerais de diferentes tipologias, muitos deles ainda não descritos. Ambos conheceram a famosa província que gerou tanta riqueza para o império português; porém, o ouro e os diamantes não eram tão abundantes quanto no passado. É visível, na documentação, o interesse de Schüch pela província. Em sua primeira viagem, ficou instalado no palácio dos governadores, em Cachoeira do Campo, organizando o material coletado e enviando-o para a corte (SCHÜCH, 1819). Em requerimento para D. João VI, de 1818, que mais se assemelha a um ensaio sobre a riqueza de Minas Gerais, Schüch expôs, em pomposas palavras, sua perspectiva sobre o território, descrevendo inúmeras possibilidades para melhorar a exploração mineral e agrícola:

²³⁹ No ano de 1819, Schüch enviou uma memória sobre as potencialidades naturais do Brasil e também “alguns minerais descobertos no ano passado, uma coleção de plantas para o Museu d’El Rei, e os de Portugal, e para a Real Academia de Lisboa, uma remessa de plantas officinais com a descrição sobre o uso delas em quantidade suficiente para repetir ou fazer experiências (SCHUCH, Roque. Relatórios e remessas para a Academia Real de Lisboa. Arquivo Histórico da Academia das Ciências de Lisboa. PT/ACL/PA/RS/16-02-1820).

²⁴⁰ Fröhbeck (2017, p. 46) deixou um relato de sua experiência no Brasil, no qual detalhou os meses em que permaneceu no Novo Mundo, sobre sua despedida, faz uma descrição romântica, apontando que: “lentamente nos afastamos do porto e, ao olhar para trás, na direção do Rio de Janeiro, veio-me a convicção de que tudo neste planeta que habitamos é passageiro. Animados pelas mais belas esperanças, ao chegar tínhamos posto os olhos ansiosamente naquela terra, e ali havíamos passado um período de sete meses ao longo dos quais nossos anseios foram se transformando, e agora deixávamos aquela cidade envolvida numa neblina azulada, tendo diante de nós o imenso, infinito oceano, com todos os seus perigos que, não raro, apresentam-se em toda a sua plenitude”.

A superfície da Cap. de Minas Gerais oferece ao trabalhador uma fertilidade nunca ouvida, talvez em nenhuma parte do mundo. Além da plantação de milho, arroz, algodão, café, da cana de açúcar, couve, dos feijões, e das outras úteis mais, se planta também trigo, centeio, que dão duas vezes por ano, cevada e linho que dá três vezes por ano, e em uma abundância da qual se nunca fala na Alemanha. [...] Porém a quantidade, do milho, e de outros frumentos se cria tão pouco, que um ano menos fértil produz fome. [...] A erupção do arado é muito imperfeito, não se conhece outro instrumento agrícola, milho e todos os outros frumentos se plantam com a mão. Do estrumar o campo, não se sabe nada. [So] [perda] em quanto tem mato a queimar, se planta, acabou [perda] a fazenda se vende por um preço muito abaixo. [...] Os roceiros mais prudentes percebem muito bem que este método de cultivar não é bom, e desejam mestres para ensinar seus escravos ([MEMÓRIA...], *[s. d.]*, grifo nosso).

A modernização das técnicas agrícolas sempre esteve entre as preocupações da Coroa portuguesa, e vários naturalistas, como Frei José Mariano da Conceição Veloso (VELOSO, 1798; 1799) ou José Bonifácio de Andrada (SILVA, 1813; 1815), escreveram memórias questionando os métodos ineficazes empregados, que precisavam ser atualizados. Nessa época, a Fisiocracia ganhava mais adeptos no corpo de filósofos, que defendiam que a agricultura moderna era o caminho para uma boa economia. A intenção de Schüch era evidenciar os problemas que limitavam o desenvolvimento econômico do Reino do Brasil, ao mesmo tempo em que oferecia o seu conhecimento para a sua modernização. Tratou, portanto, de questionar métodos que considerava defasados, como a queima dos campos, recorrente desde o período colonial, a ausência de ferramentas, sendo o arado o único referencial de grande parte dos produtores, bem como a falta de adubagem. Em contrapartida, expôs a demanda da sociedade rural por lugares de instrução voltados para o aperfeiçoamento do cultivo de lavouras, que naquele momento dependia, em sua maioria, do saber-fazer da mão de obra escrava. No entendimento de Schüch, o Brasil tinha grande potencial para redefinir os rumos econômicos do império, mas, àquela altura, se encontrava em letargia pelas técnicas e pelos métodos antiquados. Não bastava apenas o conhecimento costumeiro, intuitivo, mas também o formal, oriundo do pensamento dos filósofos naturais, que entendiam o valor da ciência para o desenvolvimento da economia. Em sua perspectiva, não apenas a agricultura estava sofrendo limitações, mas também

o mesmo é com o fundo da terra – **Não há até agora um país conhecido tão rico em minerais úteis do que o Brasil, julgando só pelo que tenho visto.** Logo para cá de Queluz se acha um rico depósito de um metal chamado Manganês, indispensável na fábrica do vidro, e na de alguns remédios, como também para tirar dele uma cor castanha. A Capão, 3 léguas de Vila Rica, principia **o imenso depósito do ferro, o mais puro do mundo.** [...] Mas o depósito mais imenso se acha para lá de Itaubira. Com um pico de uma altura vertiginosa. [...] **Esta riqueza, que nunca acabará e basta para fornecer o mundo inteiro, enquanto ele existir;** e sabendo que só entre tantos armazéns de ferro em Rio Janeiro **nenhum do ferro brasileiro existe, mas que também em todo o Brasil não se fundiu até agora nenhum caldeirão,** tudo isto me induz outra vez a pensar ao arranjo de uma fábrica de

ferro. Acabei o arrançamento de uma sociedade por este fim só com a condição, que S. A. R. a Ser.ma S.ra Princeza R.l outras AA. RR. mais dignassem entrar nesta sociedade [perda] confiar me a plenipotência neste respeito [...] ([MEMÓRIA...], /s. d./, grifo nosso).

Claro, essas constatações de Schüch não eram novidade para os naturalistas luso-brasileiros, que há tempos percorriam as montanhas da província de Minas Gerais. José Vieira Couto publicou memórias sobre a necessidade de “implantação de grandes usinas de produção de ferro, além da construção para o escoamento da produção”, estudos que apoiaram a política siderúrgica de D. João VI (CARVALHO, 2010, p. 19; FURTADO, 2010, p. 189-212). Schüch logo entrou em contato com Wilhelm Ludwig von Eschwege, o Barão de Eschwege, que, desde a sua chegada ao Brasil, em 1810, atuava como diretor do Real Gabinete de Mineralogia do Rio de Janeiro, composto inicialmente pela coleção de minerais organizada por Werner, mestre do explorador. Eschwege foi responsável por conduzir estudos sobre o potencial mineralógico mineiro para a economia (ESCHWEGE, 2011; MACHADO; FIGUEIRÔA, 2020), tendo a manufatura de ferro como principal expoente; em Congonhas do Campo, fundou uma das primeiras siderúrgicas, a Patriótica (1812). Já funcionava, em Ouro Preto, a fábrica do Morro do Pilar (1811), idealizada por Manoel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá,²⁴¹ mas todas estavam em estágio inicial de desenvolvimento, sendo voltadas para a produção interna.²⁴²

Roque Schüch ficou impressionado com a riqueza mineral de Minas Gerais. Dos espaços em que circulou, Itabira do Campo, atual Itabirito, foi a região que mais lhe chamou a atenção. O seu comentário sobre as redondezas do pico do Itabirito, cuja “riqueza [de minério de ferro], que nunca acabará e basta para fornecer o mundo inteiro, enquanto ele existir”, ainda nos choca pelo vanguardismo, visto que, atualmente, este é um dos principais polos de exploração de minério de ferro. A natureza que Schüch observou alterou-se muito desde então. Na altura, havia a mina de Cata Branca, que ele visitou, constatando a defasagem das técnicas de mineração do ouro empregadas. Ela seria vendida, em 1832,²⁴³ para os ingleses, que

²⁴¹ Nomeado em 1803 intendente-geral das Minas, Manoel Ferreira almejava “o estabelecimento de escolas mineralógicas e metalúrgicas, semelhantes às de Freiberg e Schemnitz, de que têm resultado àqueles países tão grandes e assinaladas vantagens” (CÂMARA *apud* CARVALHO, 2010, p. 21). Nisso, mimetizava o pensamento de Vieira Couto (FURTADO, 2010, p. 210-212).

²⁴² De acordo com José Murilo de Carvalho (2010), em 1795, a Coroa portuguesa emitiu um alvará liberando a produção de ferro em Minas Gerais, no intuito de viabilizar a produção deste e evitar a custosa importação do norte da Europa.

²⁴³ Anteriormente, a mina fora adquirida pelo Conde de Linhares – estimulado, provavelmente, por Roque Schüch, uma vez que a Condessa de Linhares estava na comitiva de D. Leopoldina para o Brasil.

fundaram a *Brazilian Company* (SOUZA, 2015, p. 37-52) – empreendimento marcado por tragédias e pelo mau rendimento.

É curiosa a disposição de Schüch em investir num empreendimento que pudesse sanar a “ausência” de produtos feitos com o ferro brasílico, estimulando o desenvolvimento industrial. Ao contrário dos estados germânicos, que estavam investindo na exploração do minério de ferro, a realidade brasileira ainda caminhava a passos pequenos. Assim como em Freiberg havia uma escola de formação superior sobre a Mineralogia e a Metalurgia, Schüch almejava o mesmo para o Brasil. Ademais, propunha a participação da família real como sócia, a fim de viabilizar os investimentos necessários e, ao mesmo tempo servir como garantia, pois, em caso de falência, seria possível solicitar apoio régio para reaver os prejuízos. Em suas palavras,

O desejo vivo dos mineiros, com que topei no caminho, de se [criar] um instituto, para ensinar os seus filhos a ciência montanística, me induz a refletir sobre a possibilidade estabelecer [uma] academia montanística sem que faça muita despesa ao Governo. Tendo sido Lente de história natural, matemática, física, química na Áustria por mais de cinco anos, e outros tantos anos, Administrador no Gabinete de história natural do Imperador, me lisonjeio de poder prestar alguma cousa nas ciências ditas e indispensáveis na ciência montanística – Ofereço-me consequentemente, salvo o consentimento de V.^a Mag.de e de S. A.R. a Princesa R.I., a ensinar quatro moços de capacidade, essas ciências com contínua relação a ciência montanística sem alguma recompensa. Em 3 anos ou mais se pode acabar um curso, fica depois ao governo mandar esta gente nas viagens para aprender praticamente. Nas instituição da fábrica do ferro fiz dispor uma parte do ganho puro para ajudar estudantes da ciência montanística, o que farei nas instituições futuras ([MEMÓRIA...], /s. d./, grifo nosso).

Fruto do século das Luzes, Schüch era mais um discípulo da República das Letras que acreditava que o conhecimento racional era a solução para eliminar os atrasos da sociedade. Na sua perspectiva, o Brasil estava em estágio de ignorância, principalmente aqueles que usavam a natureza para obter renda. Desse modo, expor a vontade local para o monarca, além de reforçar o compromisso com os seus súditos em prover melhorias, também acentuava a necessidade de mais investimentos na instrução das jovens mentes. No caso da mineração, isso seria solucionado com a criação de uma academia montanística – basicamente, uma escola voltada para o aprendizado sobre os metais, como extraí-los e qual o seu ponto de fusão, principalmente o ferro e o cobre. Ou seja, pensar além da Mineralogia era a forma de compreender como os recursos minerais contribuem para a siderurgia. Esse desejo não era novo: em 1804, o bispo José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho também tornava pública a necessidade da instalação “de escolas de mineralogia nas praças principais das Capitanias e especialmente na de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Cuiabá, Mato Grosso” (CARVALHO, 2010, p. 20). Seu argumento visava que as autoridades pensassem em outros recursos a serem

explorados para além do ouro, cuja exploração não era tão lucrativa. A abundância mineral de Minas já era conhecida, mas era preciso alcançar eficiência para torná-la útil ao Estado régio.

Schüch almejava uma instituição que fosse guiada pelas Luzes, em que a teoria e a prática caminhassem juntas; por isso, a necessidade de os jovens aprendizes serem enviados para “viagens para aprender praticamente”. Ademais, ele visava que o curso tivesse curta duração, e sem grandes despesas ao erário régio. É visível, na euforia de Schüch, o desejo de tornar-se fundamental para o desenvolvimento do Brasil e, ao mesmo tempo, garantir uma posição e investimentos que assegurassem a sua permanência – intencionalidades que, num primeiro momento, aparentam ser ingênuas, mas que, com um olhar mais aprofundado, demonstram quanto o protegido de D. Leopoldina estava alinhado com as mudanças na legislação do Reino, em especial, na concessão de terras minerais para a exploração de estrangeiros. Em 12 de agosto de 1817, por exemplo, foi publicada a Carta Régia que “Aprova o estabelecimento de companhias de mineração na Capitania de Minas Gerais”, por Tomás Antônio Vilanova Portugal, ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino. Nela, constava que as sociedades poderiam ser compostas por “quaisquer indivíduos”, orientando que, “por conta das mesmas Sociedades, as quais lavras servirão, ao mesmo tempo para a instrução pública, patenteando-se assim aos habitantes desta Capitania as grandes vantagens que resultam do método científico dos trabalhos montanísticos” (THESOURO DO BRAZIL, 1890, p. 41). Certamente, Schüch, tanto na corte quanto nas suas andanças por Minas, manteve-se informado dos requisitos necessários para requerer licenças exploratórias e a quem reportar-se. Não à toa, concluiu seu relatório reforçando a importância da sua nova empreitada:

Assim se poderão criar outro dia bons Lentes da Ciência montanistica, e ao mesmo tempo bons diretores das minas. **A ajuda que eu desejo poder pedir neste respeito de V^a Mag.de é que a casa d’Elias fique destinada ao Gabinete de S. A. R. e a parte não precisa por esse fim, à minha disposição, para poder ocupar continuamente estes moços; e para o sustento deles que V^a Mag.de digne conceder-me uma razão dobra;** e p.^a não negligenciar nos trabalhos de Gabinete de S. A. R. estimaria muito de poder escolher-me um assistente até que for possível de criar um dos Portugueses ou Brasileiros. Presentemente já achei dois destes moços e como parece de muitas capacidades. Um deles é o filho do sargento-mor José de Deus Lopes; cadete no Regimento de Cavalaria de Minas Gerais, de 16 anos, o outro o filho do Capitão José Luiz Coelho da Cunha,²⁴⁴ de 14 anos ([MEMÓRIA...], [s. d.], grifo nosso).

²⁴⁴ Trata-se Antônio Luís Pinto Coelho da Cunha (Simão Pereira, MG, 1803 - Santa Bárbara, MG, 1860), parente do Barão de Cocais, um dos responsáveis pela fundação da Companhia de Mineração Brasileira da Serra de Cocais. Cf.: SILVA, 1997.

Roque Schüch fez do Museu de História Natural de D. Leopoldina um lugar de instrução para indivíduos para além da corte; um ato de benesse para instruir dois jovens das Minas nas artes da Metalurgia. A escolha dos “dois moços” não foi ingênua: José de Deus Lopes era um dos mineradores mais ricos de Minas Gerais, cuja influência seria lembrada pelo Barão de Eschwege. Em suas palavras, o “capitão do Regimento de Cavalaria de Minas, que vivera já a maior parte da vida (trinta anos) na guarda do Distrito Diamantino desse sertão, e, como um pequeno déspota, governava os escassos habitantes espalhados pelos arredores” (ESCHWEGE, 2011, p. 549). Era parte da elite local que acumulava poderes que a tornava fundamental para o funcionamento da administração e da justiça, artimanha agradável aos olhos da Coroa portuguesa para a manutenção do seu projeto colonial (FURTADO, 2008; FAORO, 2001). Logo, era de grande importância para Schüch fazer de Lopes seu aliado nos projetos de mineração. O outro escolhido foi Luís Pinto Coelho da Cunha, filho do capitão José Luiz Coelho da Cunha, cuja família lidava com a mineração desde a época colonial, que também era primo do Barão de Cocais, José Feliciano Pinto Coelho da Cunha, envolvido na fundação da Companhia de Mineração Brasileira, na Serra de Cocais. Dessa maneira, é interessante observar o processo de construção das redes de sociabilidade (BOSCHI, 2006, p. 291-313), principalmente de um estrangeiro, cuja presença gerava desconfiança e precisava ser conquistada entre os notáveis da terra.

De fato, o pedido de Schüch foi acatado e a “casa de Elias” foi posta aos seus cuidados, tornando-se o núcleo inicial do “Gabinete de História Natural de S. A. R.”. Tal fato é constatado por um recibo acusando a chegada de minerais enviados por Florêncio Francisco dos Santos Francos,²⁴⁵ cirurgião do Regimento de linha da capitania de Minas Gerais: “Roque Schüch, Bibliotecário e Director do Gabinete de História Natural de S. A. R. e Princeza R.1 do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, mora a São Cristóvão na casa d’Elias”

²⁴⁵ “Recebi do Ilm.^{mo} S.^r Florencio Francisco dos Santos // Francos, cirurgião da Câmara de S. M.de e Cap.^{ão} do Reg.^{mtio} // da [linha] da Cap.^{na} de Minas Gerais, hum chrysoberyllo // pesando duas oitavas e 2/4 para o gabinete de Historia Natu- // ral de S.A.R. a Princeza Real, debaixo do N.^{ro} 4628. Palácio da Cachoeira do Campo, em 23 de fevereiro de 1819. Roque Schüch, Bibli. e Dire.^{tor} do Gab.^{te} de Hist. Nat. De S. A. R.”; “Recebi do Il.^{mo} S.^r Florencio Francisco dos Santos // Francos, cirurgião da Câmara de S.a Mag.^{te}, e cap.^{ião} do // Reg.^{mtio} da linha da cap.^{na} de Minas Geraes // p.^a o gabinete de S. A. R. a Princeza R.1 // 65 amostras de Topázios debaixo dos n.^{os} do catal. 734, 8[co] – 917; 3338 – 3345; // entre eles n.^o 860 com duas cabeças e n.^o 3338 da primeira limpeza. // 2 amostras de Turmalina debaixo dos n.^{os} 733 e 3358 // 25 – de cristais debaixo – 918 – 930; 974; 3346 – 3356 // Além disto 156 amostras da formação d’ouro da mina dele mostrando uma // Raridade mineralógica; debaixo dos n.^{os} 931-933; 3359 – 3509. V.^a Rica em dia 14 de Janeiro, **Roque Schüch, Bibliotecário e Director do Gabinete de História Natural de S. A. R. e Princeza R.1 do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves - Mora a S. Cristóvão na casa d’Elias**” (SCHUCH, Roque. Recibos enviados a Florêncio Francisco dos Santos Franco acusando o recebimento de pedra preciosa para o Gabinete de história natural de S. A. R., a Princesa Real]. Villa Rica [Ouro Preto, MG], 14 fev. 1819. Fundação Biblioteca Nacional, grifo nosso).

([PROCESSO...], 1818-1839). O seu desejo de ter um lugar em que pudesse organizar, classificar e estudar o material coletado e as coleções vindas da Áustria, bem como compartilhar as suas impressões sobre a riqueza mineral de Minas Gerais com seus pupilos foi atendido.

Nos primeiros anos de atuação como bibliotecário e diretor do gabinete de História Natural de D. Leopoldina, Schüch explorou os recursos naturais de Minas Gerais. Ao mesmo tempo, também criou uma rede de contatos para auxiliá-lo nessa empreitada, pois coletar envolve processos, como o preparo e o transporte dos espécimes, que dependem de outros agentes. Em 1823, por exemplo, Schüch listou as despesas necessárias para o envio de remessas de produtos naturais para o museu da imperatriz: “quarentas caixas, dez resmas de papel para embrulho dos minerais, milho para vinte e dois burros, ferraduras por dois meses para cada animal, arreio e cangalhas, ordenado e ajuda de custo de arrieiro, quatro tocadores e ajuda de custa para o condutor alferes Antônio José de Souza Machado” (SCHUCH, 1829). Custos com que, muitas vezes, ele precisava arcar do próprio bolso, solicitando depois inúmeros reembolsos.²⁴⁶ O processo colecionista era complexo, pois demandava tarefas de outros agentes, como guias locais, caçadores, escravizados ou indivíduos familiarizados com a prática naturalista e, também, funcionários da máquina pública.²⁴⁷

Florêncio Francisco dos Santos (FONSECA, 2014), por exemplo, foi importante contato para Schüch nesse primeiro momento, arranjando coleções para a imperatriz, motivado pela prática enraizada da economia do dom, oferecendo serviços a fim de receber alguma benesse do soberano (FURTADO, 1999). Além de Santos ser “um excelente professor de cirurgia e medicina, fazendo admiráveis curas”, ele também era um estudioso reconhecido na província mineira, principalmente pelo seu trabalho “de aplicação dos vegetais e raízes indígenas, pelos quais tem conseguido curar queixas difíceis, como hidropisias, morfeia” e cataratas dos olhos. Tudo isso usando o conhecimento formal, teórico, em diálogo com o saber local. Seu nome chegou aos ouvidos de Schüch por intermédio do Barão de Eschwege, que estava em constante comunicação com o cirurgião (ESCHWEGE, 1817; [18--?]), uma vez que Santos possuía uma mina aurífera em Vila Rica.²⁴⁸

²⁴⁶ [PORTARIA...], 1821; [OFÍCIO...], 1818; [COMUNICADO...], 1821; [SCHUCH], 1823.

²⁴⁷ Como apontam Costa e Diener (2018, p. 44): “os naturalistas (Spix e Martius) foram auxiliados por Felisberto Brant Pontes, o futuro marquês de Barbacena, que os acolheu em sua casa e também lhes facilitou um empréstimo para cobrir as despesas que envolviam a continuação da expedição”.

²⁴⁸ Em uma remessa de minerais para o “Museu da Academia Real das Ciências de Lisboa”, consta o envio de um “arseniato de cobre incrustando quartzo ferruginoso misturado com turmalina. Na mina do capitão Florêncio de Vila Rica fazendo ali a formação do ouro” (SCHUCH, Roque. Relatórios e remessas para a Academia Real de Lisboa. Arquivo Histórico da Academia das Ciências de Lisboa. PT/ACL/PA/RS/16-02-1820.).

A influência de Santos era considerável. Em 1808, foi agraciado com uma das honrarias mais importantes: a Ordem de Cristo ([ALVARÁ...], 1808). Fonseca aponta o volume considerável de correspondência trocada entre Santos e seus pacientes – em especial, as mulheres – que sobreviveu ao tempo; nesse sentido, deve ser considerada sua fama de curar males que afetavam as gestantes. É curiosa, por exemplo, uma carta de Rita Angélica, afilhada de Florêncio, estimando o seu retorno e avisando do envio de um papagaio como agrado pelos seus serviços, provando que elementos da natureza eram empregados para satisfazer a graça de pessoas envolvidas na Filosofia Natural. É muito provável que ele também fosse colecionador.

A conexão com Schüch provavelmente favoreceu a ambos, pois nota-se uma “relação das aves e bichos que vão no caixão nº 1”, contendo, em sua maioria, aves do “sertão” que Santos enviou ao Rio de Janeiro. Não há indicativo de destinatário, mas certamente seria para Roque Schüch, o diretor do gabinete de História Natural de D. Leopoldina.²⁴⁹ Naquela altura, setembro de 1819, Schüch estava nas redondezas a fim de “estabelecer uma fábrica de ferro fundido e de barras de ferro e de folhas de Flandres ao pé da Serra da Moeda, na capitania de Minas Gerais” ([PROCESSO...], 1818-1839), próximo ao Pico do Itabirito. Ou seja, à medida que naturalistas e personalidades estrangeiras chegavam ao território mineiro, as redes de sociabilidade ali estabelecidas eram fundamentais para obter informações sobre a região, e a melhor forma de consegui-las era estabelecendo amizade com alguns moradores.²⁵⁰ Com eles, conseguia-se os espécimes raros, o que, para os locais, era uma forma de agradar o viajante (SILVA, 1997, p. 305).²⁵¹

O convívio entre Schüch e Florêncio dos Santos resultou em importante colaboração para o estudo da flora nativa de Minas Gerais, sobretudo pelo grande conhecimento que o segundo possuía sobre “plantas indígenas”, isto é, as ervas medicinais existentes na natureza local. Um exemplo disso é visto no requerimento (sem destinatário) em que Roque Schüch aborda os benefícios de “uma planta, chamada dos brasileiros, chá balsâmico”, que era um “cipó que gosta a trepar os paus nos lugares ombrosos das margens dos córregos, a virtude desta planta principia a ser conhecida nos hospitais militares para sarar dores reumáticas e

²⁴⁹ O interessante da lista é que os nomes dos animais a serem enviados foram referenciados conforme a nomenclatura local, fugindo do tradicional, que era seguir o modelo latino de Carlos Lineu: “picapau do mato, picapau do capim, papagaio legítimo, rolinha do sertão” ([LISTA...], 1819).

²⁵⁰ Mary Louise Pratt propôs o conceito de “zona de contato” para a compreensão das trocas culturais e científicas entre o Norte e o Sul global. A autora reforça que as narrativas sobre a construção do conhecimento ocidental tendem a ocultar a participação dos sujeitos coloniais. Para saber mais, cf.: PRATT, 1999.

²⁵¹ Vide o exemplo de Georg Heinrich von Langsdorff (*apud* SILVA; KOMISSAROV, 1997), nas suas andanças pelo Tejuco: “O Sr. Justino Machado Coelho presenteou-me com alguns cristais de rocha salpicados com minério de titânio e com um pequeno cristal de uma rocha muito peculiar, com um brilho metálico-cintilante, meio transparente e avermelhado”.

desinchar pelo banho feito dessa” ([MEMÓRIA...], [s. d.]). Florêncio dos Santos era médico e cirurgião militar conhecido pelos seus remédios, fato que o tornava importante repositório de conhecimento dos benefícios da flora mineira para a saúde humana. De tal modo que Schüch enviou remessas do referido chá para o conhecimento de Tomás Antônio de Villanova Portugal, ministro de D. João VI, reforçando os benefícios da erva para curar moléstias.

Naquele primeiro momento, em que a euforia e as altas expectativas ainda reinavam nas mentes dos recém-chegados ao Novo Mundo, percebe-se o grande interesse tanto de Schüch quanto de D. Leopoldina em destrinchar a natureza brasílica, de conhecê-la, explorá-la, colecioná-la. Ao mesmo tempo, ambos enfrentavam desafios para conciliar as responsabilidades de cada um com o tempo disponível para a pesquisa e a exploração. No caso de D. Leopoldina, por um lado, com a proximidade da Independência, sua vida ficou cada vez mais atribulada por questões políticas. Por outro lado, o contato com a natureza era o perfeito escape de suas frustrações matrimoniais (KANN; LIMA, 2006, p. 413).²⁵² Já Schüch, conforme veremos a seguir, lidava com inúmeras barreiras para pôr em execução os seus projetos para o desenvolvimento da siderurgia no Brasil; por outra via, precisava fazer jus ao seu posto de bibliotecário e diretor a serviço da Princesa Real.

²⁵² “*Meu caro Marquês, / Há uma eternidade não lhe escrevo, mas o senhor terá tido conhecimento da quantidade de acontecimentos ocorridos no Brasil e que me tiraram os poucos momentos de lazer; mas, como tudo, segundo parece, está avançando pela senda da justiça e verdadeiro liberalismo, retorno meus antigos costumes com o maior prazer*”. Carta de Leopoldina ao Marquês de Marialva – São Cristóvão, 6 nov. 1822.

8 NOVO MUNDO, NOVOS DESAFIOS

8.1 Tornando-se uma coletora

Entender o relacionamento entre D. Leopoldina e Roque Schüch permanece um desafio. Até o momento, na documentação consultada, não foi possível localizar nenhuma missiva que expusesse a comunicação de ambos; os pedidos, as frustrações, as necessidades, tampouco o apoio entre os dois estrangeiros nos momentos mais angustiantes da vida de cada um. É estranha essa ausência documental, principalmente de sujeitos que estavam envolvidos em projetos tão significativos: de um lado, o culto frutífero da História Natural; do outro, o uso da razão para o bem-estar da sociedade brasileira. O pouco que restou foi sinalizado por terceiros, ora auxiliando o bibliotecário e diretor do museu da “Sua Alteza Real”, ora alinhados com os projetos de exploração mineral. D. Leopoldina o menciona pouquíssimas vezes em seus papéis, sempre almejando algo ou intercedendo em favor de sua causa.²⁵³

No entanto, é possível visualizar a empolgação de ambos com as mais diversas descobertas em uma terra que sempre esteve tão longe do horizonte deles. Tal sentimento era compartilhado com outros indivíduos com quem D. Leopoldina mantinha contato, principalmente, conterrâneos seus. Em 1820, numa carta ao seu estimado ex-professor e diretor do Gabinete de História Natural de Francisco II, Carl von Schreibers, alegava que

*[...] gostaria de ralar com o senhor, por não me mandar nem minerais nem conchas; esteja certo de que minha paixão por todos os ramos das ciências naturais cresce a cada dia, e a riqueza do Brasil, abençoada pelo Criador, proporciona-me inúmeras oportunidades de desenvolvê-la. Descobri uma nova espécie, *Voluta harpa*, uma segunda e uma concha com estrias. Acredito que todas as três sejam desconhecidas em Viena, ou talvez tenham sido enviadas por Natterer. Poderia falar de milhares de plantas e insetos; já achei todas as *Melpathena* (sic) enumeradas por von Humboldt e além disso vinte ou mais aparentes espécies em minerais, um minério novo, que não é platina nem prata e do qual vou ainda examinar a composição química (RIEDL-DORN, 1999, p. 60-61).*

Nesse primeiro momento, após a euforia do seu casamento com D. Pedro, novos projetos exploratórios ganharam corpo e chamaram a atenção tanto dela quanto da comitiva austríaca – esta última, preocupada com as possíveis barganhas comerciais. A missão austríaca estava cada vez mais empenhada em destrinchar as entranhas da flora e da fauna brasileiras, e os relatórios de seus membros evidenciam o grande volume de espécimes coletados, tornando

²⁵³ Como no caso a respeito das classificações de novos minerais para o mineralogista René Just Haüy, citado anteriormente.

Viena um dos principais polos de recebimento de materiais do Novo Mundo (SCHREIBERS, 1820; AUGUSTAT, 2013).

O próprio imperador Francisco II criou, em Viena, o Museu Brasileiro, para ser o repositório das coletas resultantes da sua empreitada científica na América do Sul (RIEDL-DORN, 1999, p. 42),²⁵⁴ a fim de serem estudadas e descritas, uma vez que não tinha “a intenção de construir um acervo só do Brasil”. Segundo o próprio imperador, “o objetivo da expedição ao Brasil é enriquecer o meu Gabinete de História Natural. Portanto, depois de completadas as pesquisas e descrições das descobertas da expedição, mesmo que demorem, pretendo que todo o material obtido seja incorporado ao meu gabinete, ao qual pertencem” (RIEDL-DORN, 1999, p. 41). Ou seja, longe de querer um lugar que valorizasse as riquezas naturais do Brasil, o intuito do imperador era tornar o seu gabinete pessoal o mais abrangente possível em espécimes.²⁵⁵ Esse é um caminho para entender a criação do museu de D. Leopoldina, uma vez que o seu principal objetivo era reproduzir as ideias de seu pai, de ter um espaço dedicado ao estudo da História Natural, mas que fosse de sua alçada – longe de torná-lo um projeto destinado ao público em geral. Não à toa, as coletas de Schüch tinham três destinos: o Museu de História Natural de D. Leopoldina, o Museu da Ajuda ([MINERAIS...], 1819) e o Museu Real ([PORTARIA...], 1821), criado em 1818. Ou seja, instituições distintas, com propósitos diferentes; por isso, é errôneo dizer que o Museu Real (Nacional) nasceu na Quinta da Boa Vista, como observado em narrativas um pouco romantizadas (ROCA, 2014), dado que o microcosmo da futura imperatriz visava fomentar seus próprios estudos e interesses científicos. A instituição criada por D. João VI estava amparada na necessidade de haver um polo centralizador das pesquisas e coletas de todo o território brasileiro. Não era por acaso que parte dos materiais coletados pelos naturalistas estrangeiros precisava ser enviada para o seu museu ([RELATÓRIO...], 1819-1842).

Nas missivas a seu pai, D. Leopoldina constantemente enviava vários exemplares do mundo natural. Esse seu lado coletor é importante de ser destacado, uma vez que nem sempre os espécimes eram coletados por terceiros, mas pela própria princesa. O aprendizado e o contato

²⁵⁴ De acordo com Christa Riedl-Dorn (1999), sobre o Museu Brasileiro: no retorno, o naturalista “Emanuel Pohl recebeu um apartamento funcional, no andar de cima da casa, e o cargo de diretor de Botânica e Mineralogia. O acervo zoológico ficou sob a supervisão direta e oficial do sr. Joseph Natterer e dos senhores supervisores do Gabinete, Kollar e Partsch, do prático, o Sr. dr. Diesing e do Sr. Fitzinger”. Assim, espacialmente foi dividido em “além dos depósitos e laboratórios havia 13 salas, sendo sete para os animais, três para as plantas, uma para minerais e rochas e duas para material etnográfico. Na sala etnológica estavam também expostos os quadros de Ender e de Michael Sandler”. Ademais, “o museu despertou grande interesse do público e foi uma das atrações principais do décimo aniversário do Dia dos Naturalistas Alemães, em 1832, mas aos poucos o interesse diminuiu”.

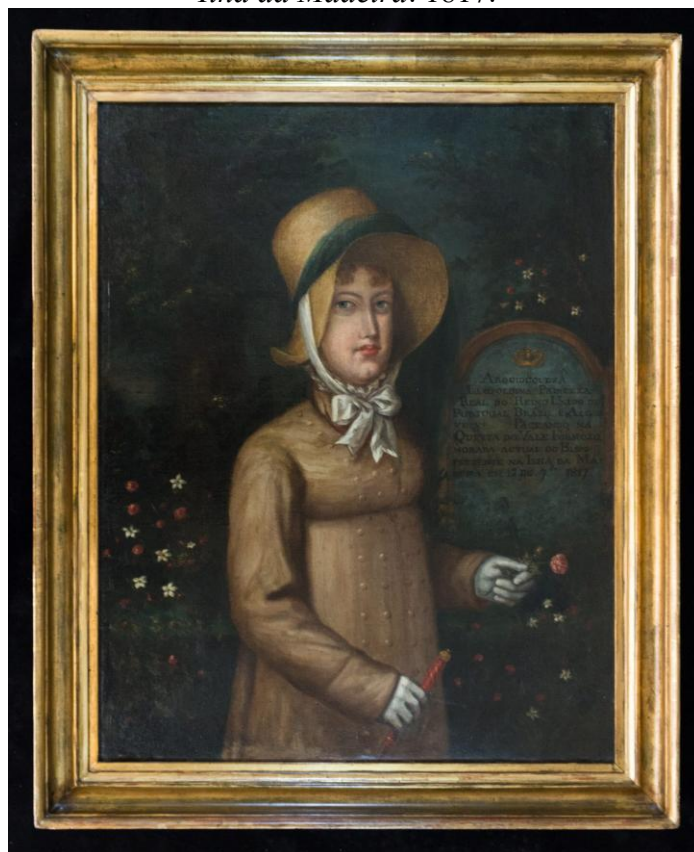
²⁵⁵ Sobre o destino das coleções coletadas pela missão austríaca, cf.: FEEST, 2013.

com membros da expedição austríaca garantia sua empolgação em proporcionar aos seus entes os testemunhos do Criador que eram encontrados apenas na sua nova morada. Johann Natterer relatou a formação do gosto colecionista da Princesa Real, demonstrando que o Novo Mundo estimulou um novo padrão de colecionista, antes voltado para minerais:

Foi entregue a Sua Alteza Imperial, a senhora Princesa Herdeira, pelo Sr. Sellow, um acervo significativo de aves, insetos e peles de mamíferos. Estes animais foram coletados, em sua maioria, pelo Sr. [Georg Wilhelm] Freyreiss, na região da Bahia. Não há nenhuma raridade especial entre eles; entre os mamíferos há a nova preguiça-de-coleira, *Bradypus torquatus*. Espero obter também este belo animal; se bem que ele não deva ser encontrado tão ao sul como nesta região em que estou. Sua Alteza Senhora Grã-Duquesa após ter recebido este acervo, desenvolveu um grande interesse pelos acervos zoológicos e quer um empalhador, porém não se encontra ninguém especializado. Sua Alteza esteve quase que diariamente em Santa Cruz caçando pássaros. Sua Alteza enviou-me um lindo *Phyllostoma* para empalhar, com quase dois pés de envergadura (RIEDL-DORN, 1999, p. 44).

Desde o período medieval, a prática de caçar sempre foi um atributo concedido à nobreza, como parte de sua distinção social, do seu ócio e de seu domínio; assim, esse exercício estava no escopo da formação dos aristocratas. No caso de D. Leopoldina, esse hábito foi aprendido desde nova, tornando-se um dos seus passatempos favoritos – situação que ganhou força com a sua vinda ao Brasil, visto que seu marido tinha fascínio pela caça. Isso explica o interesse de ambos pelas espingardas de ar comprimido trazidas por Johann Natterer. O casal foi ao encontro dele numa viagem “surpresa, [em] que estava caçando em Sepetiba, ao sul do Rio, e experimentaram a espingarda. Dom Pedro ficou entusiasmado com a espingarda” – não só ele, mas todos os que assistiam ao espetáculo silencioso – o que irritava o naturalista (RIEDL-DORN, 1999, p. 48-49) –, pois a nova arma permitia caçar animais sem causar alarde aos demais, tornando a caçada mais produtiva, ao mesmo tempo que preservava a anatomia do espécime (RIEDL-DORN, 1999, p. 51).

Imagem 20 – Autor desconhecido. *D. Leopoldina na Ilha da Madeira. 1817.*



Fonte: Acervo Museu Histórico Nacional.

Nota: Pintura de artista desconhecido retratando D. Leopoldina em sua passagem pela Ilha da Madeira a caminho do Brasil, onde “demorou-se três dias, donde trouxe grande quantidade de macacos, papagaios, etc” (MARROCOS, 2007, p. 206). Até o momento, é um dos poucos retratos que a representa com roupas usadas para passeios ao ar livre, principalmente para a coleta de espécimes naturais.

O interesse de D. Leopoldina em encontrar um empalhador, para além de evitar a corrupção natural dos espécimes coletados, era possibilitar que eles chegassem aos seus amados destinatários. A princesa executava as suas caçadas como forma de ampliar o sentido do envio daqueles “presentes”, dando-lhes uma nova camada: a do afeto e da sua *expertise*, uma vez que sempre mencionava em cartas que o exemplar que enviava fora coletado por ela. A tarefa de coleta poderia ser realizada por algum membro do seu séquito ou mesmo por Roque Schüch, mas ela preferia que fosse por suas próprias mãos. Desse modo, não é possível compreender esse hábito apenas como uma forma de passar o tempo, mas de chamar a atenção de seus familiares, de lembrá-los de onde estava, do mundo novo em que vivia, e de que os textos de suas cartas não davam conta de mensurar a riqueza da natureza brasileira, com os animais, as

plantas e os minerais que via. Dessa maneira, era possível tornar palpável aos seus parentes distantes a sua nova terra.

Em carta a sua irmã, Maria Luísa de Parma, D. Leopoldina reforça essa predileção. Nas idas à Fazenda Real de Santa Cruz, residência de veraneio da família (KANN; LIMA, 2006, p. 330),²⁵⁶ apontava que *“todos os dias saio para caçar, abato trinta, quarenta peças; já que meu esposo ama caçar, tenho uma grande predileção por isso; contudo a espingarda portuguesa, que é excelente, é muito pesada, e segurá-la e carregá-la durante duas, três ou quatro horas me faz suar muito”* (KANN; LIMA, 2006, p. 344).²⁵⁷ Essas constantes atividades também eram uma espécie de fuga da realidade para alguém que estava cada vez mais isolada fisicamente dos circuitos eruditos e familiares (KANN; LIMA, 2006, p. 333),²⁵⁸ vivendo na tediosa rotina dos Bragança. No mesmo período, a Princesa Real confessou a sua irmã: *“faz quinze dias que estou em Santa Cruz; embora esteja no sexto mês de minha gravidez e tenha uma barriga do tamanho de um enorme barril, passo [o] dia caçando, o que me distrai muito, pois apenas nas matas sombrias, ermas, posso pensar em meus velhos conhecidos e deles sentir saudades em paz e à vontade”* (KANN; LIMA, 2006, p. 348).²⁵⁹ Ou seja, a natureza era um refúgio que a permitia esquecer da realidade, que cada vez se tornava mais dura e desesperadora.

Ao mesmo tempo que sentia constantes crises de melancolia, em outros momentos, D. Leopoldina não deixava de se contentar com o privilégio de estar em um lugar de natureza tão esplêndida. Em carta ao pai, informou que retornava de *“Santa Cruz, onde me distraí bastante, pois passei muito e achei inúmeros espécimes para o Museu de História Natural nas fantásticas florestas; envio-lhe meus pequenos tesouros, para os quais não vejo utilidade maior se não oferecê-los ao senhor, querido papai; estão todos reunidos em único quadro e foram coletados com muito esforço naquelas quentes paragens”* (KANN; LIMA, 2006, p. 331).²⁶⁰ Poucos meses após a sua chegada ao Brasil, a jovem princesa lamentava a ausência de espaços científicos que pudessem abrigar todo o material que coletava incansavelmente. Em abril de 1818, o Museu Real ainda era um projeto circulando nas mentes dos letrados; sua criação

²⁵⁶ “Agora vou todos os dias à caça em lodo, pântano e água, geralmente a cavalo, porque há muitas cobras venenosas; espero receber as plantas para ti quando retornar a São Cristóvão”. Carta de Leopoldina a Maria Luísa - Santa Cruz, 1 mar. 1818.

²⁵⁷ Carta de Leopoldina a Maria Luísa - Santa Cruz, 30 jul. 1818.

²⁵⁸ Em carta a Maria Luísa, lamentava a *“terrível falta de qualquer distração e sarau me deixa bastante melancólica. Não faltam passeios e paisagens maravilhosas, matas, pássaros e flores; se leste Mawe sabes como é o Brasil de verdade e sem lisonjeios”*. Carta de Leopoldina a Maria Luísa - São Cristóvão, 18 abr. 1818.

²⁵⁹ Carta de Leopoldina a Maria Luísa - Santa Cruz, 6 dez. 1818.

²⁶⁰ Carta de Leopoldina a Francisco I - São Cristóvão, 4 abr. 1818.

aconteceria alguns meses depois, determinada pelo Decreto de 6 de junho do mesmo ano.²⁶¹ De tal modo, não é de se estranhar que a própria D. Leopoldina pontuasse a seu sogro a necessidade de se ter uma instituição que estimulasse os estudos e que fosse o repositório das riquezas naturais presentes no território. Até o momento, era preciso recorrer aos gabinetes e museus de particulares para se ter uma visão da natureza brasílica; vide os exemplos já citados neste estudo, que revelavam que o conhecimento formal era privilégio das elites letradas.

Juntamente com a prática da caça, coexistia a de cavalgar, um exercício fundamental para quem almejava percorrer e conhecer longas distâncias. Este se tornou um hábito muito recorrente do casal de príncipes, em especial, na primeira fase de seu casamento. O pintor inglês Charles Landseer, por exemplo, legou um curioso desenho (Imagem 21) desse hábito de D. Leopoldina, talvez retornando de alguma expedição a fim de mostrar a vastidão da natureza para esse artista. Ademais, junta-se o relato de outro conterrâneo do pintor, o almirante Graham Eden Hamond, que, no encontro com a jovem imperatriz, assustou-se ao observar “três coisas que eu nunca havia visto antes: um negro branco, a Imperatriz montada a cavalo feito homem (sua maneira usual), e um padre preto” (HAMOND, 1984, p. 23). Para um estrangeiro acostumado com o rigor da corte inglesa, era espantoso ver alguém de tal estirpe sem se preocupar com a etiqueta da época, que exigia que as mulheres da aristocracia cavalgassem ao estilo de sela lateral, considerado mais apropriado. Tanto a imagem quanto o relato trazem visões de uma Leopoldina que não se detinha pelas formalidades aprendidas em sua terra natal. Dos poucos registros iconográficos existentes, este talvez seja o mais próximo da realidade, ao retratá-la à vontade, indo ao encontro da natureza.

²⁶¹ Decreto de 6 de junho de 1818, “Crêa um Museu nesta Côrte, e manda que elle seja estabelecido em um predio do Campo de Sant’Anna que manda comprar e incorporar aos proprios da Corôa” (COLEÇÃO DE LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL, 1818, v. 1, p. 60).

Imagem 21 – Landseer, Charles. *The Empress Leopoldina*. 1825-1826.



Fonte: Acervo de Iconografia/Instituto Moreira Salles.

Conhecer os entornos do Palácio de São Cristóvão, as vastas matas, era uma das atividades a que D. Leopoldina se dedicava bastante, uma vez que era garantia de encontrar, por ali, espécimes naturais variados. Ao mesmo tempo, era uma forma de fugir dos olhares da corte, ao ponto de que, muitas das vezes, ia desacompanhada, resultando em situações como a seguinte:

[...] Há algumas semanas fiz uma pequena viagem; numa linda manhã me perdi na floresta, onde me arranhei toda nos espinhos das mimosas, nas folhas cortantes dos juncos e nas raízes das árvores e plantas [...] e quase caí mais de trinta vezes, ora para a frente, e ora para trás; além disso estava acompanhada, não pelo canto encantador e gracioso do rouxinol, mas pelos rugido das onças, porcos-espinhos e pelo grunhido dos grandes macacos berradores barbados; por vezes ainda tive a sorte de encontrar um negro ou nativo, chamado de caboclo, como vieram ao mundo; mais rastejei do que andei, para subir numa montanha mais alta do que a nossa Anninger no Brull e finalmente observar de cima a cidade bíblica do tamanho de [...], porém jurei nunca mais fazer um passeio pitoresco daqueles, pois suava tanto que deixava poças atrás de mim e meus braços e pernas doeram mais de três dias das duas milhas em que mais fiquei mais pendurada no ar, nos galhos das árvores, do que andei no chão (KANN; LIMA, 2006, p. 434).²⁶²

²⁶² Carta de Leopoldina a Maria Luísa - São Cristóvão, 12 dez. 1824.

Por mais que se embrenhar nas matas fosse desafiador, situações como a descrita não impediu que D. Leopoldina continuasse com suas coletas. Ao analisar a documentação, é perceptível ao olhar a quantidade de animais, sementes, plantas e minerais que eram enviados a sua irmã, Maria Luísa de Parma. Novamente, por mais que a narrativa presente nas cartas nos induza a pensar que eram agrados, principalmente, pelo apreço dos Habsburgo pelo mundo natural, a interpretação não pode ser tão simples. As duas irmãs estavam empenhadas em um projeto de modernização e de expansão das estruturas científicas do Ducado de Parma, o qual estava sob o comando de Maria Luísa. Após o exílio de Napoleão Bonaparte para a ilha de Elba, a “Imperatriz dos franceses” optou por não o acompanhar e retornou para sua terra natal; porém, a sua associação com uma das personalidades mais odiadas do período provocou seu isolamento por parte das demais cortes europeias. O Tratado de Fontainebleau (1814) estabeleceu que ela seria a governante do Ducado de Parma enquanto vivesse, não sendo o título transmitido a seus herdeiros. Durante seu governo, a região viveu o rejuvenescimento das suas instituições culturais, que outrora se encontravam abandonadas devido às guerras napoleônicas. A modernização de Parma incluiu a construção e a reconstrução de pontes, rotas e estradas – importantes acessos ao Ducado –, a criação de hospitais destinados à população e um açougue central, mas também

a fundação completa de um magnífico Museu, com materiais provenientes de escavações realizadas em Velleja, antiga vila romana, [...] a construção de um novo Teatro, iniciado em 1824 e inaugurado em 1829; a ampliação da Biblioteca Pública [...], o embelezamento e ampliação do Palácio da Academia de Belas Artes, ao qual doou uma coleção de pinturas dos primeiros pintores nacionais e estrangeiros [...] ao qual [...] acrescentou o presente da estátua que a representava, como Imperatriz dos Franceses, uma obra-prima da escultura do imortal Canova! (CAVALLI, 1867, p. 24, tradução nossa.)²⁶³

Maria Luísa destinou fundos para a reativação do Gabinete de História Natural de Parma, que se encontrava abandonado, bem como para o Horto Botânico, cujas coleções haviam sido formadas no século XVIII. O fascínio pela Botânica, como era de praxe em sua família, fez com que essas duas instituições alcançassem o favoritismo da duquesa. Durante a década de 1820, Parma recebeu um vasto volume de plantas e animais desconhecidos empalhados, cujo ponto de origem é fácil de se presumir: D. Leopoldina

²⁶³ No original: “la fondation complète d’un magnifique Musée, avec les matériaux provenant des fouilles pratiquées à Velleja, ancienne ville Romaine, [...] la construction d’un nouveau Théâtre, commencé en 1824 et ouvert en 1829; l’élargissement de la Bibliothèque publique [...], l’embellissement et l’agrandissement du Palais de l’Académie des Beaux-Arts, à laquelle Elle fit cadeau d’une collection de tableaux des premiers peintres nationaux et étrangers [...] cadeau auquel Elle ajouta le don de la statue qui la représentait elle-même, comme Impératrice des Français, chef-d’oeuvre de sculpture du à l’immortel Canova!”.

(KANN; LIMA, 2006, p. 420).²⁶⁴ Durante sua vida no Brasil, a princesa e, depois, imperatriz enviava constantemente espécimes para sua irmã, em especial, sementes para serem germinadas no Horto Botânico (KANN; LIMA, 2006, p. 343).²⁶⁵ Animais empalhados ou vivos tinham o mesmo destino, sendo que, em relação aos últimos, mantê-los em boas condições era desafio imenso. Em missiva, Leopoldina argumentava que *“já tenho os papagaios para ti, um deles da espécie mais linda (para minha maior vergonha confesso que não consegui ler o nome); escrever-me o nome de teu representante de negócios em Paris, pois por essa via posso enviar-te mais lindos pássaros e plantas; a via por Viena é perigosa, por causa dos muitos aficionados em História Natural e Botânica”* (KANN; LIMA, 2006, p. 383).²⁶⁶ Ou seja, além das situações corriqueiras da travessia para o Velho Mundo, outro perigo fazia-se presente: o desvio de mercadorias oriundas de regiões distantes, que, mesmo despachadas por membros do alto escalão da família real, poderiam sofrer com o extravio. O afincamento pelo colecionismo de elementos do mundo natural foi uma constante entre inúmeros agentes entre a passagem do século XVIII para o XIX, movimentando um comércio específico.

Normalmente, ao estudar o passado e as ações de D. Leopoldina, os olhos dos estudiosos se voltam para a Áustria, principalmente, focando a revolução cultural que Viena experimentou em decorrência da união das casas Bragança-Habsburgo, que ampliou o interesse pelo vasto e distante Brasil, sobretudo pelas variedades de animais e plantas e, claro, pela riqueza presente nas profundezas do solo (SCHMUTZER; FEEST, 2013-2014, p. 266-285). Esse imaginário foi catalisado pelas sublimes paisagens construídas por Thomas Ender e outros artistas que o acompanharam na empreitada de representar o Novo Mundo (BANDEIRA, 2022). Por outro lado, até o momento, ninguém questionou sobre a quantidade e a variedade de produtos naturais que eram enviados para Maria Luísa, entendendo que eram apenas agrados para a irmã favorita da princesa do Brasil. Entretanto, observa-se um empenho de ambas na continuidade do envio de espécies e, em algumas missivas, é evidente a cobrança de Maria Luísa por materiais, principalmente plantas (KANN; LIMA, 2006, p. 361). Além disso, em grande parte da comunicação entre as duas, desde a chegada da princesa ao Brasil até sua morte, em 1826,

²⁶⁴ “A Leopoldina animada de antigamente deu lugar a uma misantropa, que só gosta de ler, pois os livros são os únicos amigos que se tem por aqui. [...] estou muito zangada com Pallière por ainda não ter acabado a tela para ti, querida. Enviar-te-ei, pelo primeiro portador confiável (uma extrema raridade), uma porção de objetos para o teu museu”. Carta de Leopoldina a Maria Luísa - São Cristóvão, 24 maio 1823.

²⁶⁵ “deves ter recebido já uma parte das sementes; infelizmente não posso enviar pássaros, exceto papagaios, porque já morrem aqui, nas gaiolas. Envio tudo pelo Navarro, porque não confio nas vias de corte”. Carta de Leopoldina a Maria Luísa - Rio de Janeiro, 9 jul. 1818.

²⁶⁶ Carta de Leopoldina a Maria Luísa - São Cristóvão, 2 jul. 1821.

há sempre menções de envio de materiais, em alguns casos etnográficos, tanto brasileiros quanto oriundos das possessões portuguesas no ultramar.²⁶⁷

O fruto dessa empreitada – a de D. Leopoldina em coletar e a de Maria Luísa em demandar e fazer a ponte entre os Velho e Novo Mundos – resultou em uma coleção significativa, que resistiu ao passar dos séculos (GORRERI, 2016). No Museo di Storiografia Naturalistica, de Parma, na coleção Angelo Andrès,²⁶⁸ há diversos exemplares de origem brasileira, datados do começo do século XIX.²⁶⁹ Os espécimes, assim como outros, foram reordenados na gestão de Andrès, que separou os mais raros dos demais; assim, associaram a coleção a essa gestão, apagando qualquer menção a D. Leopoldina ou Maria Luísa (Imagem 22). Mas, numa análise superficial, visto que não foi possível acessar a documentação, observa-se que os métodos de empalhamento e as etiquetas condizem com a temporalidade dos oitocentos. Grande parte do acervo zoológico ainda existente é composto por aves, que sempre estavam no horizonte de D. Leopoldina em suas caçadas: “*trouxe pássaros muito belos e um grande crocodilo, que aqui é chamado de jacaré; em breve receberás uma linda coleção de pássaros e plantas para teu museu, pois a pouca cultura do Brasil não me permite te enviar um presente mais digno*” (KANN; LIMA, 2006, p. 421-422). Além do acervo zoológico, o Horto Botânico de Parma possui um extenso herbário, repositório também das ações da filha de Maria Luísa, a condessa Albertina Sanvitale (1817-1867) – que, certamente, recebeu contribuições de sua tia.

²⁶⁷ “*Enviar-te-ei por Marialva, logo que possível, retrato de minha filha, além de todas as tribos e costumes brasileiros*”. Carta de Leopoldina a Maria Luísa - São Cristóvão, 07/03/1822 (KANN; LIMA, 2006, p. 393); “*O Schaffer está te levando uma coleção de História Natural, além do retrato de minhas filhas, muito fiéis e dois braceletes, um brasileiro, o outro africano, o gosto não é dos melhores*”. Carta de Leopoldina a Maria Luísa - São Cristóvão, 01/08/1822 (KANN; LIMA, 2006, p. 402). Ademais, era de interesse de D. Leopoldina enviar para os seus parentes representações das paisagens brasileiras e costumes, por meio do pintor da Casa Real, Arnaud Pallière, tendo ele se empenhado em produzir “uma coleção de pinturas representando costumes propriamente brasileiros”, “que a virtuosa Imperatriz Leopoldina” tinha por intenção enviar para a Europa”. Provavelmente, o destinatário era Maria Luísa de Parma, uma vez que era recorrente o interesse dela por material etnográfico, conforme se observa nas missivas com a sua irmã; MENEZES, t. XI, p. 255-274, 1906, p. 265 *apud* GOMES, 2018; THOMPSON, 2014, p. 135-148.

²⁶⁸ Angelo Andrès foi zoólogo e diretor do Museo di Storiografia Naturalistica de Parma durante os anos de 1899 a 1926. Cf.: FRATINI, *[s. d.]*.

²⁶⁹ O autor entrou em contato com a instituição para averiguar a existência de documentação que pudesse colaborar com a tese, mas não obteve sucesso. Graças à plataforma digital Ateneo, foi possível ter acesso aos acervos, que precisam de mais estudos investigativos a respeito de seu passado.

Imagem 22 – Exemplares de animais empalhados da fauna brasileira presentes no Museo di Storiografia Naturalistica de Parma, cujas datações remetem ao começo do século XIX



Fonte: Sistema Museale di Ateneo, [s. d.].

As ações colecionistas e coletoras de D. Leopoldina no Novo Mundo, por mais que tenham sido projetos distintos, possuíam um eixo comum: fomentar o conhecimento sobre a natureza americana. O apreço pela História Natural sempre esteve em seu horizonte, mas é notável que a sua percepção, em terras brasileiras, se ampliou consideravelmente. Longe da mesmice da fauna europeia, ela pôde compreender a complexidade dos “sistemas da natureza” americana, conforme Alexander von Humboldt apontou em seus estudos após conhecer a “América espanhola” (WULF, 2016). Ou seja, o contato com a prática era a melhor via de concretizar o conhecimento teórico, conforme defendido pela ciência iluminista na formação dos naturalistas.

D. Leopoldina esteve em diálogo com outros estudiosos do campo, enviando material, solicitando descrições e comunicando achados, como parte do seu movimento em aprofundar seu conhecimento e o de outros naturalistas sobre as potencialidades do mundo natural brasileiro, uma vez que também era filha da República das Letras. É curiosa, por exemplo, a menção feita no seu *Elogio Fúnebre*, de autoria anônima. Sua sapiência é alvo de admiração, sendo “conhecida pelos grandes sábios da Europa; admirada pelo Ilustre Naturalista, o Barão

de Humboldt; louvada nas Academias Estrangeiras, o Ídolo da Corte de Viena, e de toda a Alemanha” (ANÔNIMO, 1826, p. 10). O contato com outros filósofos naturais é observado em suas missivas, nas quais frequentemente solicitava pareceres sobre as suas descobertas em terras brasileiras. Por um lado, no *Elogio*, é visível a necessidade de ressaltar as qualidades da imperatriz, colocando-a em destaque nos anais do passado, como forma de promover o saudosismo no leitor; por outro lado, é de se considerar que esse contato entre D. Leopoldina e Humboldt aconteceu,²⁷⁰ dado o interesse do último pela natureza do Novo Mundo – da mesma forma que assessorou o Conde da Barca na escolha de artistas que tinham aptidão para representar a natureza americana com fidelidade (TELLES, 2019).

Outros indivíduos do círculo íntimo de D. Leopoldina também foram favorecidos por suas coletas, principalmente seu pai, o imperador Francisco II, dado seu gosto pela cultura naturalista. A mesma situação ocorreu com outros familiares, como o seu tio, o arquiduque Joseph Rainer (1783-1853) (KANN; LIMA, 2006, p. 331),²⁷¹ ou a sua tia, Maria Amélia de Nápoles e Sicília (1788-1866). A esta, Leopoldina lamentou as “*pequenas bagatelas produzidas na América, Índia e África*” que enviava, uma vez que, em sua perspectiva, estavam nos “*primeiros graus de cultura*” (KANN; LIMA, 2006, p. 339).²⁷² Tratava-se de objetos etnográficos que, curiosamente, eram sempre desprezados pela imperatriz, inferiorizando-os sempre que possível em suas missivas. Para além disso, também aproveitava o contato com outros agentes para barganhas de objetos, coleções e livros oriundos do Velho Mundo (KANN; LIMA, 2006, p. 432).²⁷³ Um exemplo é o da inglesa e ex-preceptora dos filhos de D. Leopoldina, Maria Dundas Graham Callcott (1785-1842), mais conhecida como Maria Graham, que, ao retornar ao Reino Unido, manteve comunicação com a imperatriz, dando suporte, principalmente, na criação dos príncipes (GRAHAM, 1997).

²⁷⁰ De acordo com Andrea Wulf, Alexander von Humboldt escreveu mais de cinquenta mil cartas, que eram copiadas para o seu arquivo pessoal. Atualmente, toda essa massa documental está sendo tratada e disponibilizada pelo projeto *Alexander-von-Humboldt Forschungsstelle*, coordenado por Tobias Kraft, em Berlim. Até o momento, não foi localizada missiva entre os dois personagens, mas esse cenário pode mudar no futuro.

²⁷¹ “Enviar-lhe-ei, se chegarem a tempo, topázios, rubis brancos, [...] cristalizados e lindas turmalinas verdes em uma caixa; infelizmente isso é muito pouco, mas tenho que estar feliz por ainda consegui-los”. Carta de Leopoldina ao arquiduque Rainer - São Cristóvão, 18 abr. 1818.

²⁷² “Terei muito gosto em enviar à minha querida tia alguns produtos do Brasil; espero que a senhora não recuse o prazer de aceitar as pequenas bagatelas, em anexo, produzidas na América, Índia e África, que são mais curiosas do que belas; na verdade, foram os únicos objetos que consigo encontrar em países que ainda permanecem nos primeiros graus de cultura”. Carta de Leopoldina a Maria Amélia de Nápoles - São Cristóvão, 10 jun. 1818.

²⁷³ “Neste momento entregam-me livros que serão de grande utilidade para minha bem-amada Maria (carta anterior). Terá a bondade, em Londres, de me obter os gêneros e espécies que faltam no catálogo de conchas que lhe envio, comunicando-me os objetos de história natural que quiserem do Brasil, para fazer a permuta”. Carta de Leopoldina a Maria Graham - São Cristóvão, 10 out. 1824.

Diplomatas também estavam no horizonte de D. Leopoldina, principalmente como forma de facilitar o acesso a algum material ou de remeter comunicações que não fossem interceptadas. O Marquês de Marialva foi um dos sujeitos com quem a imperatriz trocava cartas, principalmente por ele morar em Paris, capital da ciência naquela altura. Parte da diplomacia portuguesa, Marialva esteve presente na vida de D. Leopoldina desde o começo das tratativas para união das duas casas por meio de seu casamento com D. Pedro; além disso, apoiou-a nas demandas para aumentar seu conhecimento sobre sua futura pátria, por meio de envio de livros – o que seria uma constante até a morte do diplomata, em 1823 (KANN; LIMA, 2006, p. 340-342).²⁷⁴ Livros que, conforme a própria estudiosa, eram “*os seus únicos amigos*” (KANN; LIMA, 2006, p. 420),²⁷⁵ uma vez que o seu isolamento na corte aumentava, em especial, após o período da Independência. Na mesma época, D. Leopoldina solicitou a esse seu correspondente que continuasse “*a enviar as obras que o senhor já escolheu para mim, assim como outras que venha a achar interessantes, não só em relação à História, Geografia, viagens e História Natural, mas também as caixas que minha irmã Luísa diz ter enviado de Paris em nome de sr. Soggi, seu encarregado de negócios*” (KANN; LIMA, 2006, p. 395).²⁷⁶ Esses contatos com o Velho Mundo permitiam que o seu conhecimento continuasse a ser alimentado, mesmo distante dos chamados “centros de cálculo” (LATOURE, 1985, p. 5-29; 1987).

8.2 Ponto de intersecção

Ela deixa às suas Augustas Filhas uma biblioteca, rica pela escrupulosa escolha dos melhores Autores; por muitos Manuscritos autógrafos; por uma soberbíssima coleção das melhores escolas de Pintura: deixa um Gabinete de História Natural, onde existem as riquezas dos três Reinos com um mui pequenas faltas, que se ião encher (ANÔNIMO, 1826, p. 10).

É constante, que S. M. a Imperatriz foi mui versada nos diferentes ramos de História Natural, e que possuía um copioso Gabinete de variedades neste gênero, assim como uma preciosa coleção das melhores Escolas de pintura, que atestam o seu depurado gosto, e a constituem benemérita das Artes e Ciências (SEIXAS, 1827, p. 12).²⁷⁷

²⁷⁴ No período em que morava no Brasil, D. Leopoldina fez inúmeras requisições de livros: “*Se não estou cometendo uma indiscrição grande demais, solicitar-lhe-ia que procurasse em Paris os livros que constam da lista que lhe entreguei em Livorno, assim como o Journal des mines et d’histoire naturelle, indispensável em um país que proporciona tantas oportunidades de nos instruímos e aperfeiçoarmos nestas duas belas ciências*”. Carta de Leopoldina ao Marquês de Marialva - São Cristóvão, 14 jun. 1818. Cf., também: KANN; LIMA, 2006, p. 360; p. 366; p. 374; p. 385.

²⁷⁵ Carta de Leopoldina a Maria Luísa - São Cristóvão, 24 maio 1823.

²⁷⁶ Carta de Leopoldina ao Marquês de Marialva - São Cristóvão, 26 mar. 1822.

²⁷⁷ “*As Ciências lhe abrem logo o seu Santuário, e guiada pelo archote da Filosofia ela penetra, e discorre por todos os reinos da Natureza, observando, e coligindo os mais belos produtos, e riquezas desta ciência tão útil, como agradável, que longe de ser para ela, como para tantos outros, o escolho da Religião, e da Fé, contribuía antes à sua própria santificação, elevando-se do conhecimento das cousas visíveis, como diz o Apóstolo, à contemplação da mesma Causa Eterna, e das suas Perfeições estampadas em todas as maravilhas da Natureza*”.

A construção do imaginário sobre a relação de D. Leopoldina e a História Natural não é recente. Desde o momento de sua morte, que abalou a sociedade no período, elogios fúnebres como os da epígrafe desta seção e menções póstumas sobre sua vida reforçaram essa associação – de tal modo que a sapiência de D. Pedro II foi explicada como sendo uma herança de sua mãe (SCHWARCZ; DANTAS, 2008), que esteve sempre preocupada, desde o nascimento da princesa D. Maria da Glória, em conduzir a criação ilustrada dos herdeiros da Coroa brasileira.²⁷⁸ O museu que existiu na Quinta da Boa Vista serviu de repositório para as coleções da imperatriz, mas também de apoio para o estudo e a pesquisa sobre a natureza brasílica e para o ensino dos jovens príncipes. A existência desse espaço de culto às ciências era conhecido por aqueles que frequentavam o Palácio de São Cristóvão, mas sua associação à imperatriz foi esmaecendo, a ponto de as práticas colecionistas de seu filho ganharem mais destaque (DANTAS, 2007).

O museu de D. Leopoldina foi um importante legado deixado para seus filhos, especialmente devido à riqueza da biblioteca, admirada por frequentadores do palácio, e à variedade de obras de literatura estrangeira. Era nele que as aulas práticas eram ministradas e onde o conhecimento podia ser materializado; era, também, um lugar afetivo, em que o imaginário sobre a primeira imperatriz do Brasil podia ser cultivado. Em 1836, dez anos após o falecimento de Leopoldina, o Marquês de Itanhaém, na altura o tutor do futuro imperador e de suas irmãs, informava que

[...] achando-se o importante Museu Mineralógico de S. M. I. desorganizado, e guardado a assim em caixões, e que tendo eu feito edificar **uma sala para o colocar em ordem**, não achei nesta Corte pessoa que o fizesse cientificamente, senão o Doutor Roque Schuch, o qual o tem classificado na sua maior parte, com muito conhecimento de cousa, e muita assiduidade, **tanto mais por ter sido ele quem o acompanhou de Viena, e quem o enriqueceu de raros produtos mineralógicos, recolhidos na Província de Minas Gerais: outrossim atesto que o encarreguei de fazer um Catálogo,**²⁷⁹ **tanto do Museu, como da rica Biblioteca Imperial**, cujas obras necessitavam de uma colocação científica; e porque muitas são em Alemão, em Grego, em Latim, e em Inglês, necessitava-se de quem fosse conhecedor de todas estas línguas, como o sobredito Roque Schüch é; e para que conste onde lhe convier mandei passar esta ([PROCESSO...], 1818-1839).

Novamente, Roque Schüch entra em cena para coordenar a gestão do outrora Museu da Imperatriz, agora, do futuro Imperador. Ele também foi nomeado para ministrar aulas de

²⁷⁸ D. Leopoldina solicitava constantemente à sua irmã, Maria Luísa, que lhe enviasse material instrutivo para os seus filhos, como livros e instrumentos; o mesmo observa-se com Maria Graham, após o curto período em que foi preceptora de D. Maria da Glória.

²⁷⁹ Infelizmente, até o momento, esse documento – que contribuiria para o entendimento do espaço museológico do Palácio de São Cristóvão – não foi localizado.

alemão e de italiano para D. Pedro II,²⁸⁰ situação que certamente o levava de volta a Viena, quando lecionava a arte da Mineralogia para a arquiduquesa. É interessante analisar como uma prática de D. Leopoldina resultou no enraizamento do culto ao colecionismo na família imperial brasileira, reforçando-o como uma prática da aristocracia. A família real portuguesa também já era adepta do colecionismo ilustrado, casos de D. João V, D. José I e D. João VI, cujas práticas colecionistas carecem de atenção com novos estudos.²⁸¹ Entretanto, grande parte retornou para a Europa, cabendo a D. Pedro I e D. Leopoldina serem os incentivadores do culto às Belas Artes e à Natureza.²⁸²

Não à toa, nos processos de renovação dos espaços do Palácio de São Cristóvão, houve a orientação de criar um ambiente apropriado para a guarda das coleções existentes. De acordo com Paulo Barbosa, “mirão os paços portugueses, pela 1ª vez, laboratório Químico e Físico, um rico gabinete de mineralogia e de medalhas, uma biblioteca arranjada de 4.000 volumes, [...] com obras que se publicam na Europa, jornais” (SILVA, [1840], L-II-34, 24, 026). Não bastava apenas a existência do local apropriado para esses equipamentos de ensino, mas alguém que soubesse manejá-los. A contratação de Schüch reforça a necessidade de ter alguém apropriado para reorganizar o museu por meio de uma “colocação científica”, ou seja, ordenada, com as classificações adequadas ao momento. A própria nomeação do antigo diretor era uma forma de reconhecer suas habilidades e os favores prestados à família imperial desde os tempos de D. Leopoldina. Agora, ele era não um mineralogista desconhecido, mas alguém notável, em grande medida, por seu empenho na modernização industrial do império.²⁸³ O museu também ajudava a projetar o imaginário de erudito do jovem imperador, conforme vemos no relato de Graham Eden Hamond:

Às 15 horas, desembarquei em *grand costume* e dirigi-me, sozinho para o Palácio de São Cristóvão ou da Boa Vista, como creio que é chamado e onde fui conduzido imediatamente à sala oficial de visitas, onde encontrei o pequeno imperador sentado num sofá, com o Príncipe Holandês à sua direita, os membros da Corte à sua roda e também o capitão Arriens. [...] Por fim, o jantar foi anunciado e o Imperador, precedendo o Príncipe à sua direita, levou-nos através de uma interminável série de salas e de um lindo quarto que serve de museu, até à biblioteca, na qual o jantar foi

²⁸⁰ RIEDL-DORN, 1999; [CARTA...], 1839.

²⁸¹ Sobre D. João V, cf. MANDROUX-FRANÇA; PRÉAUD, 2003, 3v.; FURTADO, 2014, p. 229-273; FURTADO, 2014, p. 351-366. Sobre D. José I, cf. FURTADO, 2019, p. 143-187.

²⁸² D. Pedro I, por exemplo, ao retornar para Portugal, solicitou a devolução da coleção de pinturas que emprestara à Academia Real de Belas Artes e ao Museu Nacional.

²⁸³ Essa nomeação também estava motivada na reativação dos pagamentos de sua pensão, concedida pelo imperador D. Pedro I, mas suspensas com a morte de D. Leopoldina. Segundo Schüch, tal remuneração era vitalícia, a ponto de que muitos requerimentos existentes, até mesmo a documentação que narra a sua participação na comitiva da futura imperatriz, visam comprovar esse direito conquistado quando chegara ao Novo Mundo ([SESSÃO...], 2 abr. 1828; [SESSÃO...], 9 abr. 1828, p. 2).

servido. [...] Um poucos antes das 20 horas, o Imperador tomou o jovem Príncipe pela mão e os dois desceram, silenciosamente, ao primeiro andar e nós retomamos nosso caminho para a biblioteca que tinha sido completamente esvaziada, inclusive de todas as iguarias que, descobri, é a remuneração de alguns membros principais da Casa Imperial (HAMOND, 1984, p. 147).

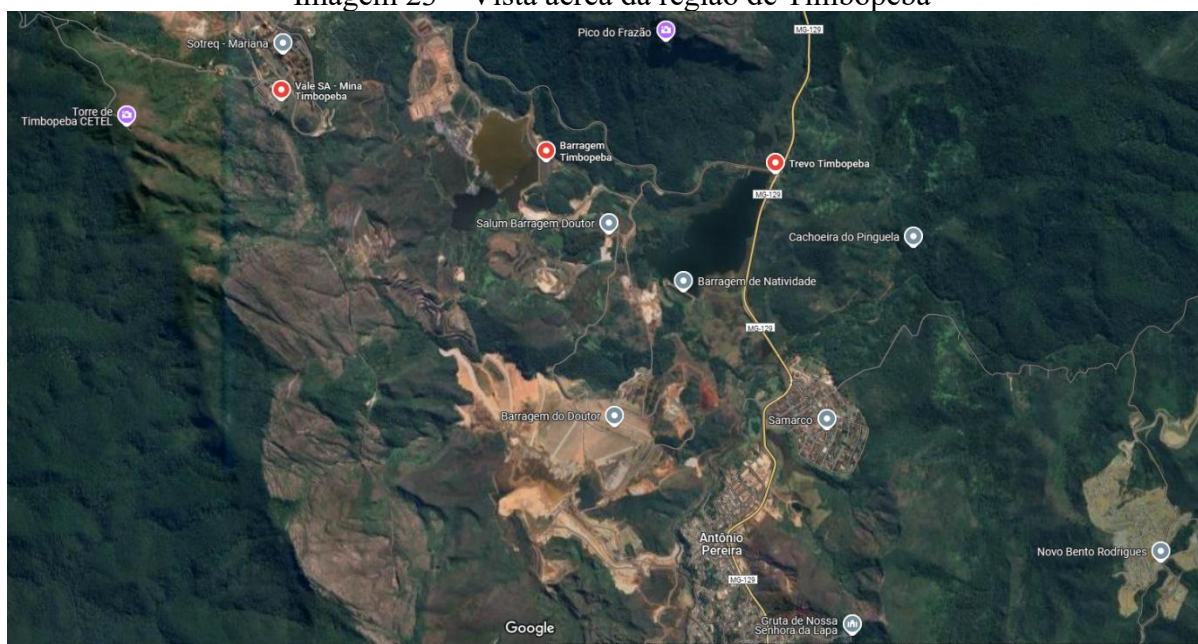
A percepção de Graham Eden Hamond, que anteriormente conhecera D. Leopoldina, oferece uma visão dos ritos da corte brasileira, ainda muito marcada por códigos e etiquetas da monarquia portuguesa. Por um lado, a formalidade dos assentos, a austeridade do comportamento do jovem imperador e a ausência de mulheres chamaram a atenção do oficial. Por outro lado, é possível ter uma visão que rompe com a rigidez do entendimento que se tem sobre os usos dos espaços palacianos, uma vez que a divisão entre público e privado não eram estritamente definidos. A biblioteca, numa leitura simples, poderia ser entendida aos olhos contemporâneos apenas como local de guarda de livros, de leitura e de estudo dos príncipes; mas, naquele momento, tinha outras atribuições: ser local para recepções, jantares e valsas. Ao mesmo tempo, Hamond reforçava que o segundo imperador do Brasil era um jovem das ciências, culto, ilustrado, que entendia o conhecimento como ferramenta de afirmação do seu poder. Coincidentemente, o relato é datado de poucos meses depois da contratação de Schüch para a organização do museu e da biblioteca. Havia, ainda, outra intencionalidade, uma vez que o museu e a biblioteca foram alocados nas alas posteriores do palácio, àquela altura, recém-construídas; ou seja, era uma forma de mostrar ao público visitante as melhorias que eram feitas na residência de D. Pedro II, apagando o aspecto retalhado e tornando-a neoclássica (NADER, 2020).

Se, no Segundo Império, Schüch viveu uma vida mais contida, com estadias no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, no Primeiro, a sua rotina era mais agitada, ainda na expectativa de desenvolver grandes projetos que pudessem conferir-lhe distinção social e garantir seu enriquecimento. Em junho de 1821, por exemplo, alertava que estava indo para Minas a fim de “juntar com a possível brevidade as coleções de História Natural que ali se achavam por ele feitas para o Museu de S. A. R. e os de S. Mag.de”. Conta que “estas coleções constantes de mais de 15.000 plantas secas, alguns mil insetos e outros animais preparados, além da coleção mineralógica bem considerável que se acham espalhadas por diferentes lugares, algumas em distância de 50 léguas para lá de Vila Rica”. Também, aponta que elas precisavam ser “encaixotadas e bem acondicionadas para não sofrerem dano o que tudo faz a carga de cerca de 40 burros”, e que “precisa ser acompanhado de um sujeito com a capacidade para ajuntar as

coleções da maior distância”, indicando o alferes Antônio José de Souza Machado como encarregado de tal missão.²⁸⁴

Compreender o colecionismo desse período é estar atento ao fato de que as ações destinadas a esse ato, por mais que estivessem centradas em indivíduos, precisavam do suporte de uma vasta rede de colaboradores confiáveis. Ao contrário da missão austríaca, cujos integrantes despachavam os itens naturais à medida que os coletavam, Schüch precisava acionar inúmeros agentes da máquina do Estado para viabilizar meios de transportar as suas coletas para a corte ([PORTARIA...], 1821). Em muitos dos casos, ele pagava do próprio bolso, situação que gerava bastante desconforto, visto que sua pensão estava sempre em atraso. O volume coletado em produtos naturais é surpreendente, porém, esse material não se destinava somente ao museu de D. Leopoldina, mas, principalmente, aos de Francisco II e Maria Luísa.

Imagem 23 – Vista aérea da região de Timbopeba



Fonte: Google Maps.

Nota: Localidade próxima a Antônio Pereira, Bento Rodrigues e Mariana. Conforme vemos, atualmente a região é dominada pela exploração mineral de ferro e está coberta por barragens de rejeitos. Até o momento, não se sabe onde ficava exatamente a fábrica de Timbopeba de Roque Schüch, cuja localização estaria próxima ao Pico do Frazão.

²⁸⁴ Tal empreitada não foi simples, tampouco barata, conforme a lista de gastos: “Lista das despesa para o transporte das coleções: quarenta caixas à 1.280 Rs (51\$200 rs); dez resmas de papel para o embrulho dos minerais à 960 rs (9\$600); doze resma para melhor repartição das plantas secas à 1.600 (19\$200); o imposto do milho, para 22 burros a alqueira a (600 rs e 80 Rs) por cada burro por dia, para dois meses (105\$600); ferraduras por dois meses, 640 rs para cada animal (14\$080); o arredo e gangalhas, coberta e supercarga, 5\$720 por cada animal (154\$400); ajuda da custa de arrieiro, 200 rs por dia, por dois meses (12\$000); o ordenado delle 6\$000 por mês, por dois meses (12\$000); quatro tocadores, 232 rs a cada um por dia, para todos por dois meses (55\$680); soma: 433\$760; fica ainda a determinar a ajuda da custa para o Condutor Alferes Antonio Jose de Souza Machado” ([PROCESSO...], 1818-1839).

A partir de 1821, a permanência de Schüch na região dos arredores de Mariana, em especial em Timbopeba, tornou-se uma constante. Nessa localidade, ele adquiriu o sítio de Frazão,²⁸⁵ com o intuito de viabilizar a instalação da sua fábrica de ferro, empreendimento que desejava ver concretizado desde que tomou conhecimento das potencialidades das riquezas minerais de Minas Gerais. Simultaneamente, procurava meios de intercalar esse empreendimento com o de enviar grandes somas de produtos naturais para as instituições museais portuguesas e brasileiras. Também é nesse momento que sua atuação dentro do Palácio de São Cristóvão passa a ser nebulosa, não restando documentos que possam revelar a periodicidade com que visitava as instalações de D. Leopoldina. Tudo indica que Schüch se fixou em Minas e, no mesmo período, se casou com a suíça Josefina Roth.²⁸⁶ Fruto dessa relação foi o nascimento, nessa mesma província, em 1824, do primeiro filho do casal, Guilherme Schüch²⁸⁷ – posteriormente, por casamento, Guilherme Capanema, vindo a receber o título de Barão de Capanema.²⁸⁸

A fama do “bibliotecário e diretor do gabinete” de D. Leopoldina trouxe-lhe distinção social, o que facilitou sua inserção nas redes de sociabilidade local, nas quais deixou de ser visto apenas como um estrangeiro, mas como um funcionário da imperatriz do Brasil. Seu círculo de indivíduos era formado pelos que idealizavam os caminhos para desenvolver a mineração brasileira, caso do Barão de Eschwege, tornando-se, ele mesmo, um referencial para

²⁸⁵ “Diz Roque Schuch Bibliotecário, e Director do Gabinete de História Natural de Sua Alteza Real a Princesa Real arrematou na execução da Real Fazenda contra o Alferes Manoel Jose Dias testamenteiro do Capitão Simão Ferreira da Silva um sítio denominado Frazão situado no Arraial de Antônio Pereira pela quantia de 131\$000 réis para os pagar da pensão que tem de receber pela Pagadoria Geral na razão de 50\$000 r por mês, o que se participa para o devido desconto nas épocas competentes ([COMUNICADO...], 1821).

²⁸⁶ Há documentos na Fundação Biblioteca Nacional apontando a relação de Schüch com a família de sua esposa, principalmente, procurações para o recebimento de ajuda financeira (SCHUCH, 1825). Cf., também, OBERACKER JR., 1968, p. 324.

²⁸⁷ “Guilherme Schüch de Capanema, barão de Capanema, nasceu da província de Minas Gerais em 1824 e faleceu no Rio de Janeiro em 1908. Tomou-se doutor em Matemática e Ciências Físicas pela Escola Militar do Rio de Janeiro. Em 1841, foi enviado para estudar engenharia na Escola Politécnica de Viena, às expensas do imperador D. Pedro II. Era filho de Rochus Schüch (1788-1844), professor da Imperatriz Leopoldina que fez parte da comitiva que acompanhava sua vinda para o Brasil em 1817. Além disso, é possível saber, a partir da documentação, que Capanema também exerceu o mesmo ofício do pai ao tomar-se professor de Mineralogia e Geologia das princesas D. Isabel e D. Leopoldina. Capanema teve importante papel nos estudos de Mineralogia e Geologia no Brasil. E, além de ter sido professor das princesas, como já citamos, Guilherme Schüch participou da Comissão Científica às Províncias do Norte na década de 1850, onde foi diretor da seção mineralógica e geológica. Mais adiante, já no século XX, em 1903, exerceu o cargo de diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.” (MUSEU IMPERIAL, 2021, p. 6). Ressalta-se a importância de Capanema para a construção das coleções do IHGB, com destaque para a recolha do marco de Cananeia, um dos marcos territoriais usados pelos portugueses no século XVI – sendo, assim, um dos primeiros testemunhos históricos da colonização portuguesa.

²⁸⁸ Em meados do século XIX, Guilherme Schüch adotou o sobrenome Capanema, em virtude da dificuldade de escrita e compreensão. A escolha não foi por acaso: este era o nome da região próxima a Itabirito, nos arredores da Mina de Cata Branca, onde inicialmente seu pai havia tentado criar um empreendimento de exploração mineral.

os estudiosos das riquezas minerais do Novo Mundo (ESCHWEGE, 1996; 2002; 1822; 1830). Entre os dias 25 e 27 de agosto de 1824, o Barão de Langsdorff visitou a propriedade de Schüch, apontando que,

nestes dias, visitei a fábrica de ferro do Sr. prof. Rochus Schüch, em Timbopeba, próximo ao Arraial de Antônio Pereira, a duas léguas e meia da Cidade de Ouro Preto e a 2 léguas da Cidade de Mariana, a nordeste da primeira e ao norte da segunda. Este estabelecimento ou fábrica tem uma bela localização em um amplo vale, que se tornou conhecido e famoso há vários anos por seu ouro e ferro (SILVA, 1997, p. 126).

O empreendimento siderúrgico presente na propriedade de Schüch não foi iniciado por suas mãos, mas pelas do Barão de Eschwege, que, após o sucesso da instalação da fábrica de ferro de Congonhas do Campo, “estabeleceu-se na fazenda de Timbopeba, município de Mariana”, onde pôs em execução um novo projeto de exploração mineral. A transferência da gerência para Schüch ocorreu no momento em que Eschwege finalizava as suas obrigações no Brasil, uma vez que retornou à Europa em 1822 (BASTOS, 1959, p. 44-450). Esse detalhe enriquece a narrativa sobre as redes de sociabilidade estabelecidas entre os naturalistas estrangeiros em visita ao Brasil, que buscavam tirar proveito das terras que percorriam – especialmente, aqueles que detinham informações atualizadas sobre novos métodos de exploração e de beneficiamento das riquezas do solo brasileiro.

Minas Gerais já era uma província famosa pela abundância de pedras preciosas, como ouro, esmeraldas e diamantes, mas a produção do ferro passou a ocupar o cerne do interesse desses indivíduos ao perceberem a exaustão das minas existentes. O próprio Schüch afirmou que a “Província de Minas Gerais não terá por muitos séculos artigo algum mais lucrativo, nem tão inexaurível como o da fabricação do ferro, com tanto que se altere a manipulação desse fabrico, e o modo de queimar lenha para carvão” (SCHÜCH *apud* FILHO, 1957, p. 180), visão que nos espanta até os dias atuais, uma vez que a principal fonte de renda do Estado continua sendo a exploração ferrífera. Porém, ao longo dos séculos, essa extração resultou em grandes tragédias, como as de Mariana (2015) e Brumadinho (2019) – estas, as mais recentes.

Distante dos dias de hoje, em que a mineração do minério de ferro domina o setor econômico mineiro, na época de Schüch, o cenário da província era composto por tímidas fábricas, que lutavam para conciliar produção e rendimento. Para garantir a temperatura dos fornos e o seu funcionamento, era necessário grandes volumes de madeira, naquela altura, escassas (LANDGRAF *et al.*, 2021). Era necessário pensar em soluções rentáveis, que viabilizassem as práticas siderúrgicas; por isso, na fábrica de Timbopeba, eram usados os fornos altos, uma tecnologia que permitia temperaturas constantes, alcançando um resultado mais

eficaz. Segundo Schüch, o complexo era simplório, mas poderia receber novas melhorias além das existentes, uma vez que a fazenda já possuía

um extenso mato, virgem em parte, um córrego caudaloso, mesmo no tempo da seca; uma inexaurível camada de pedra calcária; as atuais disposições da fábrica consistem em: um forno alto de 28 palmos e meio de altura, destinado a fundição de ferro corrido [...]; um dito de 18 palmos de altura, próprio para nele se fundir ao mesmo tempo, além de ferro corrido, ferro macio, para ser puxado em barras de ferro ou aço [...]; uma forja, adotada em alguns lugares de França, na Catalunha, e na Ilha de Córsega, etc, para refinar ferro corrido em aço e ferro macio; ou fundir imediatamente pedra rica ferrífera em ferro macio; três fornos baixos, usados nas mais fábricas da Província; duas forjas de aquecer ferro macio para puxar em barras; dois pequenos martelos, movidos com roda d'água; um fole de três caixões cúbicos, suscetível conforme a prática, a dar o ar suficiente ao mesmo tempo para os dois fornos altos e para a forja grande, movido por uma roda d'água; três foles d'água, do usado na mais fábricas da Província; um forno para cementar aço; (SCHÜCH, 1837).

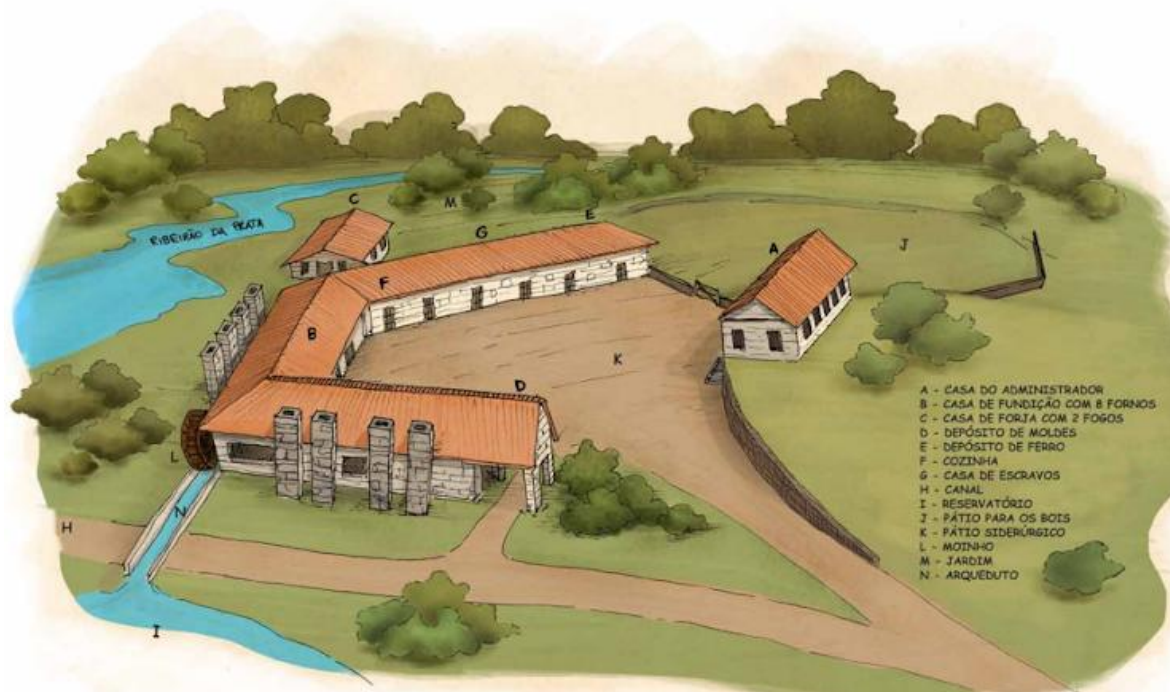
Essa descrição do complexo fabril está presente num opúsculo escrito por Schüch, em 1836, com o intuito de atrair investidores para o empreendimento, que naquela altura gerava constantes prejuízos. A ausência de financiadores não permitia a geração de lucros a serem reinvestidos para o aprimoramento do estabelecimento; em sua perspectiva, mesmo assim, a fábrica produzia um ferro que “foi examinado em Inglaterra, e reconhecido como o mais limpo de escória, e mais rico que qualquer ferro, sendo ao mesmo tempo aurífero” (SCHÜCH, 1837, p. 4). Ou seja, bastavam novos investidores para tornar o complexo siderúrgico rentável para o império, colocando o Brasil no mapa dos produtores de ferro – até então, dominado pela Inglaterra e pela Alemanha.

Ao leitor, talvez essa discussão possa parecer estranha, porém, ela diz muito da mentalidade científica de Schüch e D. Leopoldina. Ambos priorizaram meios que fossem capazes de mudar o cenário industrial brasileiro. As ações conectadas ao “museu da Imperatriz” não estiveram restritas apenas ao espaço da Quinta da Boa Vista e, por mais que o empreendimento de Timbopeba fosse um projeto particular, também foi a oportunidade de pôr em prática as teorias que ambos aprenderam no Velho Mundo. Tanto o diretor quanto a imperatriz conheciam tecnologias fabris e as estruturas necessárias para a siderurgia; não à toa, foi preparada a redação do projeto de instalação de uma academia de montanística. Mas, para sua instalação, seria preciso convencer os governantes do Reino do Brasil ([REQUERIMENTO...], 1825). É interessante perceber que, no mesmo ano em que D. João VI partiu para Portugal, deixando seu filho como regente, Schüch deu início ao empreendimento em Minas Gerais, almejado desde a sua chegada; foi o momento propício para conseguir o apoio de peças-chave da administração régia, de tal modo que parte dos instrumentos que

pertenciam ao museu de D. Leopoldina foram enviados para Timbopeba para garantir as investigações científicas sobre a exploração ferrífera. Eram eles:

Especificação - De aparato Físico e Químico pertencentes à S. M. A Imperatriz do Brasil em poder do assignado - N.º 1 – Caixão de 25 polegadas de comprimento, 12 de altura, e 12 de largura – compreende: a) o Teodelito; b) o Otanto; c) o aparato de platina; d) o [amacaris] com seus foles; N.º 2 Caixão de 23 polegadas de comprimento, 14 de altura, 12 de largura; compreende os reagentes; N.º 3 Caixão da mesma medida, e compreende também os reagentes; N.º 4 Caixão de 21 polegadas de altura, 18 de comprimento, e 14 de largura compreende a fornalha [amostra]; N.º 5 e 6 Caixões de 24 polegadas de comprimento, de 14 de largura, e 18 de altura; N.º 7 as retortas de barro com os cadilhos, e porcelana; N.º 8 os vasos de vidro; N.º 9 a balança fina, caixão de 25 ½ polegadas de comprimento, 3 de altura, e 14 de altura; N.º 10 o aparato [precumático], caixão de 25 ½ polegadas de comprimento, 13 ½ de largura e 13 de altura. Ficam ainda os [modelos] de agricultura que se entregaram também logo que os carpinteiros tiverem acabado de aprontar os instrumentos conforme os ditos modelos em ponto grande para servirem a mostrar a aplicação deles na agricultura ([OFÍCIO...], 27 jun. 1823).

Imagem 24 – Esquema reconstrutivo da fábrica Patriótica, em Congonhas do Campo, criada pelo Barão de Eschwege



Fonte: Pinto; Neiva, 2012.

Nota: Até o momento, não há uma planta ou iconografia que possa lançar luz sobre o aspecto da fábrica de Timbopeba; mas, por ter sido encabeçada por Eschwege, é possível visualizar elementos próximos entre as duas, talvez em escalas menores, conforme o relato de Schüch.

Essa relação de instrumentos e aparatos foi elaborada em resposta a um requerimento da imperatriz, por intermédio do imperador, em virtude do bloqueio dos bens de Schüch por causa de dívidas com seus sócios – o que aponta mais uma vez para as dificuldades financeiras

que o empreendimento enfrentou. Em decorrência disso, para que o laboratório do museu de D. Leopoldina não fosse arrolado junto com os pertences de valor de Schüch e, conseqüentemente, leiloado, determinou-se, por ordem imperial, seu envio imediato para o Rio de Janeiro.²⁸⁹ O ofício também salientava que todas “as coleções de História Natural, pertencentes à S. M. a Imperatriz” tivessem o mesmo destino ([OFÍCIO...], 1823). Assim, todo esse aparato foi ao encontro de D. Leopoldina, mas permaneceu guardado em caixas. Pouco tempo depois, quando Maria Graham chegou ao Palácio de São Cristóvão para ser a preceptora de D. Maria da Glória, percebeu que, no pequeno “quarto de passagem”, onde a governante tomava as suas refeições, havia uma variedade de “malas fechadas que ela havia trazido de Viena”. Segundo ela, as malas continham roupas que a corte portuguesa não permitia, bem como livros e “instrumentos para prosseguir no estudo de filosofia natural e experimental”. O ano era 1824, seguinte aos requerimentos solicitando o retorno do laboratório de D. Leopoldina; ou seja, erroneamente, Graham associou que esse material, “muito apreciado (pela imperatriz), mas [que] ninguém naquela terra entendia senão ela” (GRAHAM, 1997, p. 92), permanecia fechado desde a sua chegada e não tinha sido utilizado, o que deu a entender que o museu foi só um projeto nunca executado. Porém, como observado, ele teve uso fundamental em outro contexto e, na ausência do seu gestor, grande parte dos aparatos do laboratório, vindos de Minas Gerais, permaneceram guardados em caixas, até que alguém especializado os remontasse.

É evidente que foi a partir de 1822, em decorrência das animosidades entre D. Leopoldina, José Bonifácio e D. Pedro, e com a fragilidade em que se encontrava a relação com Portugal, que o museu da futura imperatriz acabou ficando guardado em caixas. Na altura, Schüch, cada vez mais, se dedicava a seus projetos exploratórios e pessoais em Minas Gerais e, até o momento, não há registro de nenhum pupilo seu que tenha gerenciado o espaço museológico de D. Leopoldina naquele momento. Ainda, nenhum relato feito por viajantes desse período menciona a existência do museu, nem mesmo Maria Graham, uma vez que seu papel na educação dos herdeiros do trono lhe permitia acessar partes importantes do Palácio de São Cristóvão. No entanto, a ausência de documentação não pode ser interpretada como a inexistência de algo, visto o interesse de D. Leopoldina em conhecer a natureza brasílica e compartilhá-la com seus correspondentes, continuando a escrever sobre o tema até o fim de sua

²⁸⁹ “Constando, que diferentes interpretações se tem dado à um despacho, e ofício do Ex.^{mo} Presidente sobre o Requerimento do Doutor Roque Schüch, Bibliotecário e Diretor do Museu de S. M. a Imperatriz, no qual expusera o inconveniente, que resultaria de se confundirem alguns objetos ainda pertencentes à S. M. I. com os bens, que seus Credores pretendiam tirar-lhe para o respectivo embolso; rogo-lhe queria inserir na sua Folha os ditos Despacho, e Ofício, como provas da regularidade, com S. Ex.^a deseja haver-se na Administração, que lhe foi confiada. Persuada-se do reconhecimento, com que é Seu atento Venerador - O amigo da exatidão” ([ABELHA...], 28 maio 1824).

vida. Sabe-se, por alguns registros, que de alguma maneira o museu e o laboratório de Leopoldina continuaram funcionando.

D. Leopoldina continuou a pesquisar e a enviar material para os seus familiares. Mesmo sem a presença de Roque Schüch, seu interesse pela investigação se manteve, encontrando outros indivíduos que pudessem viabilizar as suas necessidades. No fim de 1826, ano de sua morte, a imperatriz mantinha contato com Maria Graham, amizade que cultivava, lamentando-se sempre de não a ter por perto quando a mestra retornou à Inglaterra. Em carta, informava-a que “*estou desde há algum tempo numa melancolia realmente negra, e somente a grande e terna amizade que vos dedico me proporciona o doce prazer de escrever estas poucas linhas. O Sr. Gordon me fez uma surpresa bem agradável, remetendo-me a balança mineralógica e os encantadores livros que me enviais*” (GRAHAM, 1997, p. 51).²⁹⁰ Nessa altura, a jovem imperatriz se encontrava em profundo estado depressivo, em virtude do desgosto que seu marido causara com os constantes escândalos envolvendo a sua amante, Domitila de Castro. O isolamento social era outro fator que lhe tirava o ânimo. Entretanto, ela encontrava refúgio nos livros, esquecendo-se das constantes humilhações.²⁹¹

A encomenda da balança mineralógica não era recente; no ano anterior, solicitara a Graham que, “*se virdes o digno Cary, rogo-vos encomendar em meu nome uma balança mineralógica para saber o peso das pedras preciosas*” (GRAHAM, 1997, p. 51).²⁹² William Cary era um famoso fabricante inglês de instrumentos científicos, como telescópios, microscópios, sextantes e balanças, conhecidos pela excelente precisão e por seu design dinâmico, capazes de serem transportados em bolsas (CLERKE, 1887). Seu interesse pela Mineralogia permanecia, bem como a possibilidade de continuar fazendo uso de novas tecnologias para o estudo dos minerais que colecionava. Tal equipamento era essencial para a sua classificação, em especial com o emprego do método de René Just Haüy, pois era necessário saber os valores da massa de cada mineral.

Outro indício de que o museu de D. Leopoldina continuou funcionando sem a supervisão de Schüch, mesmo que timidamente, foi o assessoramento que recebeu do diplomata inglês Sir Robert Gordon. Ele chegou ao Brasil no ano de 1826, como enviado extraordinário para a negociação do Tratado Britânico-Brasileiro, que resultou na proibição do tráfico de

²⁹⁰ Carta de Leopoldina a Maria Graham.

²⁹¹ Após a morte da imperatriz, os funcionários do Museu Nacional solicitaram ajuda de custos em seus ordenados, uma vez que “V. M. Imperial mandou dar a todos os empregados nas diferentes repartições uma ajuda de custo de cinco por cento dos seus respectivos ordenados para o luto de Sua Majestade, a Imperatriz” ([REPRESENTAÇÃO...], 1827).

²⁹² Carta de Leopoldina a Maria Graham.

escravos africanos. No mesmo ano, a imperatriz deixou exposta sua chateação: *“espero com bastante paciência que o Sr. Gordon arranje agora meu gabinete de mineralogia. Tenho uma coleção para a cunhada de Sir Charles Stuart e espero enviá-la pelo próximo pacote. Seu cunhado deixou-nos para ir a Lisboa, de modo que não pôde incumbir-se deste encargo”* (KANN; LIMA, 2006, p. 447).²⁹³ Para continuar com as suas pesquisas e com a seleção de minerais a serem enviados para seus correspondentes, D. Leopoldina precisava de um ambiente organizado e, especialmente, dos gabinetes contendo os seus minerais. Para tal, instrumentos como a balança mineralógica eram fundamentais.

Pouco tempo depois, a estudiosa imperatriz viria a sucumbir em decorrência de uma saúde fragilizada, agravada pelo aborto de seu sétimo filho. O seu espaço de cultivo às ciências ficou sem manutenção, sendo reativado apenas dez anos depois, tornando-se o museu do novo Imperador, seu filho, o futuro D. Pedro II. Roque Schüch continuou transitando entre Minas Gerais e o Rio de Janeiro, numa contínua esperança de viabilizar suas empreitadas exploratórias. Sua relação com a imperatriz garantira-lhe distinção no circuito intelectual, continuando a apresentar suas investigações sobre as riquezas minerais²⁹⁴ e, também, sobre o passado brasileiro.²⁹⁵ O interesse por sua nova terra seria passado a seu filho, Guilherme Schüch, futuro Barão de Capanema, que também circulou dentro da máquina estatal brasileira, promovendo a modernização do império. Seu bisneto, Gustavo Capanema, foi um dos principais ministros do governo de Getúlio Vargas, responsável pela efetivação do importante órgão de defesa do patrimônio histórico e artístico, o SPHAN – posteriormente, IPHAN.

Nesta análise – diferentemente das demais, em que se procurou vestígios das coleções e dos museus de cada colecionador –, optou-se por entender o museu de D. Leopoldina não apenas como um lugar para a guarda e a organização das coleções. Por um lado, havia armários com minerais, animais e plantas, bem como uma biblioteca e um laboratório, cuja existência está comprovada pela documentação; por outro, por meio dessa mesma rica documentação, é possível ampliar a interpretação sobre o funcionamento e as intenções por trás do estabelecimento do seu museu. Ele não foi apenas um espaço físico: suas funções foram ditadas pelas mentes de Schüch e de D. Leopoldina, tornando-se um aparato frutivo e particular para sua idealizadora e um equipamento que suprisse as carentes instituições científicas do Brasil. Era por meio do investimento próprio, da criatividade e da resistência dos seus idealizadores

²⁹³ Carta de Leopoldina a Madame Graham - São Cristóvão, 7 jun. 1826.

²⁹⁴ SCHUCH, 22 out. 1839; SCHUCH, 3 jul. 1840.

²⁹⁵ SCHUCH, 17 set. 1839.

que, entre outras ações científicas do período, foi possível garantir acesa a chama do conhecimento no Novo Mundo.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo abarca o período entre os fins do século XVIII – o século das Luzes – e princípios dos oitocentos, marcado pela consolidação do que se entende ser o museu moderno. Compreender as origens do colecionismo em território brasileiro é tarefa quase impossível, pois a condição colonial, não raro, dificultou essas manifestações ou o seu registro. Essa prática sistematizada esteve no cerne de sujeitos tocados por Minerva, ou seja, aqueles que possuíam formação erudita e conheceram, no Velho Mundo, a complexidade do estudo da História Natural, que requeria, também, organizar a natureza tanto em termos teóricos quanto práticos.

A História das Coleções e dos Museus é temática ainda pouco abordada nas pesquisas acadêmicas, o que, por si só, justifica a escolha desse tema, com o intuito de desvelar o passado das instituições museológicas que foram surgindo no Brasil e das mentalidades que as regiam. Compreendê-lo é uma forma de revelar o enraizamento do conhecimento científico no Brasil em suas múltiplas manifestações. Por isso, esta pesquisa começa pela origem dessa área de estudo, bem como pela possibilidade de pensar uma historiografia para auxiliar os investigadores a debater o passado dos museus em território brasileiro. Também interessa salientar que a formação desses espaços foi complexa, principalmente daqueles que estavam sob a égide de colecionadores particulares, longe dos olhos do Estado. Ainda assim, ao mesmo tempo que as instituições estatais, esses lugares foram importantes para viabilizar o desenvolvimento das ciências nos contextos colonial, reinol e imperial.

Não se almeja, aqui, um estudo totalizante sobre a história do colecionismo no Brasil, tampouco se busca definir parâmetros que limitem a compreensão dessa prática. O intuito foi ampliar o horizonte para as possibilidades de análise de coleções que existiram no passado ou que ainda resistem em alguma instituição museológica. Assim, entendemos que indivíduos letrados, envolvidos com a prática da Filosofia Natural ou áreas correlatas, enxergavam no colecionismo de espécimes um caminho para conhecer as riquezas naturais, bem como para saciar o desejo de vê-los, tocá-los e tê-los, especialmente, em um território que produzia uma quantidade quase incontável de espécimes dos reinos naturais, em grande parte ainda não descritos. Desse modo, coletar e colecionar era a via de garantir que a informação não ficasse presa apenas na memória dos pesquisadores, já que observar era parte fundamental da prática investigativa.

Em virtude disso, os sujeitos que estavam a serviço da máquina colonial criavam alternativas para viabilizar suas pesquisas, equipando suas residências com laboratórios, bibliotecas e gabinetes de História Natural, ou seja, museus. Para o pensamento da época, eram *locus* dedicados não apenas às coleções, mas espaços em que o conhecimento pudesse se

concretizar por meio da prática e da observação. Na ausência de instituições científicas oficiais, próprias do Velho Mundo, como as universidades e as academias, era no interior dessas residências ilustradas que ocorreram as primeiras experiências museológicas em solo brasileiro, respeitado o anacronismo do conceito naquela época. Hoje, define-se *museu* como “uma instituição permanente, sem fins lucrativos e ao serviço da sociedade que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus fomentam a diversidade e a sustentabilidade” (INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS, 2022). A ideia generalizada de que os museus surgiram no Brasil apenas no século XIX decorre do fato de que sua natureza pública é o ponto de partida para essa interpretação. Nos setecentos, no entanto, o cenário era diferente, principalmente em termos de acesso, visto que este, em grande parte, era voltado para as redes de sociabilidade dos colecionadores. Se o museu público, nos moldes revolucionários, é uma criação oitocentista, antes disso, estiveram em vigor outros modelos.

Ao ampliar essa percepção, entende-se que a ciência na colônia era cultivada por meio do empenho de filósofos naturais, que se adaptavam às necessidades, driblando as dificuldades de acesso a materiais essenciais para a prática laboral, bem como teórica. Livros, utensílios laboratoriais e espécimes naturais eram sempre solicitados ao Reino, no intuito de sanar a deficiência imposta pelas distâncias – que, mesmo sendo empecilhos para o culto à História Natural, não foram capazes de limitar os colonos. José Vieira Couto é exemplo disso: mesmo em condições adversas, foi capaz de escrever inúmeras memórias sobre as potencialidades da fauna, da flora e dos minerais que observou na capitania de Minas Gerais, com o intuito de estimular o comércio. Em seu complexo museológico, apesar da precariedade de alguns instrumentos, foi capaz de realizar experimentos e dissecar plantas e animais, coletando itens para o Real Museu da Ajuda enquanto ganhava a vida como médico no arraial do Tejuco.

O mesmo ocorreu em Mariana, com D. Frei Cipriano de São José, bispo ilustrado, que transformou sua residência, dando-lhe um toque palaciano ao mesmo tempo que, nele, cultuava diversas produções de História Natural. O caso desse religioso nos permitiu pousar um novo olhar sobre a cultura visual naturalista, que não esteve condicionada apenas aos livros e às pinturas, mas que também cuidou de domar a natureza em jardim ou hortos, criando sentidos para além do estético – o que, além de tornar a natureza sensível ao olhar humano, permitia, em especial, estudar as maravilhas do Criador, aproveitando-as para o usufruto da sociedade colonial. Ao mesmo tempo, o conjunto palácio-jardins-horto tornou-se um lugar perfeito para estudo, investigação e difusão do conhecimento produzido, tanto nas aulas para os seminaristas quanto nas visitas de outros naturalistas e viajantes ilustrados.

Da mesma forma, atentou-se para as coleções que haviam sido arranjadas e organizadas em outros contextos e que acompanharam seus donos até a América portuguesa. É o que acontece no período de transferência da corte para o Rio de Janeiro, quando inúmeras coleções peregrinas deixaram os ambientes aristocráticos e particulares do Velho para o Novo Mundo. Isso ocorre com o Conde da Barca na sua vinda para o Brasil. No seu novo lar, no Rio de Janeiro, chamava a atenção dos visitantes os equipamentos de pesquisa ali dispostos. Sua extensa biblioteca, cuja qualidade de seleção tornava-a superior em relação às existentes na nova capital do império português, despertou o interesse de D. João VI, que, após a morte do seu proprietário, arrematou-a para enriquecer a Real Biblioteca. Homem de seu tempo e à serviço da monarquia, o Conde fez do seu museu um meio para realizar descobertas importantes, com o objetivo de aprimorar os produtos manufaturados produzidos no Brasil.

A imagem de Debret, intitulada *Un savant travaillant dans son cabinet* [Um sábio trabalhando em seu gabinete], de 1827, busca retratar esses espaços privados de fruição científica que observou no Brasil.²⁹⁶ (Imagem 25). No entanto, nela, o artista faz uma desconstrução da representação ocidental clássica do sábio ilustrado europeu, normalmente retratado em ambientes e em situações sérias e formais, às vezes, com um ar denso pairando sobre si (MORATO, 2011, p. 165-179; OLIVEIRA; CURY, 2010, p. 151-177). Nesse caso, Debret eterniza uma visão diferente e pouco edificante da produção de conhecimento no Novo Mundo: o “sábio” traça um roupão confortável e não um terno; senta-se numa rede e não numa cadeira almofadada; seu material de estudo está apoiado em seus joelhos e não em uma mesa. A situação “pitoresca”, como a própria obra monumental de Debret viria destacar,²⁹⁷ busca revelar, segundo a sua visão, a informalidade que reinava no cotidiano dos habitantes do Brasil, mesmo entre os homens de ciência. Raphael Fonseca aponta que o homem representado estaria dormindo, sendo a imagem uma “captura de um pequeno vacilo, de um cochilo, e de uma desistência do conhecimento” (FONSECA, 2016, p. 54). Mas esse não parece o caso, visto que o *savant* tem a pena em riste e se concentra em escrever no papel sobre o qual foca sua atenção.

²⁹⁶ Tradução nossa.

²⁹⁷ Curiosamente, essa aquarela não foi selecionada para fazer parte da obra *Voyage Pittoresque au Brésil*.

Imagem 25 – Debret, Jean Baptiste. *Un savant travaillant dans son cabinet*. 1827.



Fonte: Wikimedia.

Entre um globo, estantes de livros, papéis, penas e tinteiros, objetos comuns a um ambiente letrado, um detalhe quase passa despercebido na cena, que revela se tratar da representação de um gabinete – da tradução de *cabinet*, isto é, um *locus* de estudo *savant* – de um naturalista. Ainda que a representação esteja marcada pelo olhar preconceituoso do artista, a presença de duas aves amarradas pelos pés e penduradas na parede é reveladora. Num olhar desatento ao contexto, parece retratar a forma rotineira como se guardava animais caçados, seja para a alimentação, seja para a retirada das penas; mas esse modo de “acondicionar” animais era uma das artimanhas que os naturalistas da época encontraram para evitar que as formigas, os cupins e as baratas destruíssem o material coletado, pois as primeiras, em especial, eram alvo de constantes reclamações desses profissionais.²⁹⁸ Assim, pode-se afirmar que esse intelectual dominava a arte de taxidermizar animais. Nesse caso, as aves estavam em processo

²⁹⁸ Como no relato do Barão de Langsdorff, que lamenta a perda de coletas: "Hoje cedo, as formigas destruíram toda a minha coleta de ontem. Fui imprudente em deixar a caixinha no chão. A caixinha com a coleta de hoje foi pendurada em local bem alto" (SILVA, 1997, v. 1, p. 8).

de secagem para posterior montagem em poses que simulassem o natural, podendo, ainda, ser acondicionadas em caixões e enviadas para alguma instituição. De todo modo, em algum momento, elas seriam descritas, estudadas, desenhadas e catalogadas pelo naturalista em alguma eventual “memória sobre os pássaros do Novo Mundo”. No caderno ou livro aberto ao seu lado, disposto numa cadeira, distinguem-se, na página à direita, as formas de peixes dissecados, revelando o que parece se tratar de algum estudo sobre a riqueza da fauna dos rios brasileiros, com o qual, por meio de sua obra, o *savant* iria enriquecer o vasto livro da natureza. A despeito do olhar do artista em relação às práticas intelectuais dos naturalistas brasileiros, a cena retratada evidencia que, para entender as práticas colecionistas e os espaços de colecionismo no Brasil colonial e imperial, é preciso estar atento ao universo da materialidade presente em diversos espaços, especialmente no privado. Lançar luz sobre eles é fundamental para a compreensão do colecionismo no contexto colonial.

Outra figura de destaque no mundo científico brasileiro após a chegada da corte foi José Bonifácio de Andrada e Silva, aqui explorada por outro ângulo de atuação, até agora ainda pouco discutido pela historiografia: o de mineralogista. Sua geração usufruiu das oportunidades educacionais propiciadas pelas Reformas Pombalinas no ensino superior português. Bonifácio esteve ao lado de grandes mentes, como Domingos Vandelli, que lhe ensinou a arte de colecionar e de estudar a História Natural. Também esteve a par das inovações na arte da Metalurgia, aprendidas em sua viagem de aprendizado pela França e Alemanha e mesmo em Turim, na Itália, o que lhe permitiu desenvolver novos métodos e aprimorar outros, tanto quando atuou no Reino quanto no Brasil, onde nasceu. Assim como outros mineralogistas, Bonifácio reuniu extensa coleção do gênero, o que o tornou conhecido no meio. Em seu retorno ao Brasil, primeiro almejou um merecido descanso, depois de uma vida dedicada ao bem público, trazendo consigo seu museu para que pudesse desfrutar da rica natureza brasileira; porém, outros ventos haviam alcançado o Novo Mundo, e sua terra não era mais a mesma. Com a permanência da corte no Brasil, foi revogado o exclusivo metropolitano, e a independência apresentou-se como o caminho a seguir – e Bonifácio participou ativamente desse processo. Seu museu foi negligenciado, doado e incorporado a outro museu, que ainda estava nos seus primórdios: o Museu Nacional. Tal ato foi visto como uma das importantes benesses do patriarca da Independência.

Outro espaço de produção do conhecimento analisado foi o museu da Imperatriz D. Leopoldina de Habsburgo-Bragança. Novos estudos buscam apresentar outras análises sobre a imperatriz, que, no século passado, era taxada de “esposa traída” e de coadjuvante no processo que resultou no surgimento do Império do Brasil. Atualmente, atentou-se para o fato de que a

arquiduquesa se encantou com a natureza do Novo Mundo de tal maneira que dispôs de um aparato investigativo, constituído de biblioteca, museu e laboratório, sob a tutela de Roque Schüch, um dos poucos naturais de sua terra que a acompanhou ao Brasil e que esteve ao seu lado até a sua morte. Schüch e D. Leopoldina articularam um projeto de exploração mineral do território da província de Minas Gerais, com o intuito de prospectar novos produtos para abastecer o comércio brasileiro, em especial, o ferro. D. Leopoldina também desempenhou papel central na coleta de gêneros da História Natural para serem enviados para Áustria e Itália, contribuindo efetivamente para o enriquecimento das coleções dos museus presentes nesses locais. Longe de ser um hábito destinado apenas a agradar seus familiares, era forma de contribuir para a construção do conhecimento sobre a natureza brasílica, tema ainda timidamente explorado nos estudos atuais.

De todos esses museus, o fator aglutinante era a missão de ser *locus* para o desenvolvimento do conhecimento. A formação ilustrada de seus proprietários os condicionou à necessidade da observação e da prática para a produção de novas descobertas. Ao mesmo tempo, esses espaços seguiam a organização sistematizada ilustrada, proposta por teóricos como Carlos Lineu, George Buffon e Domingos Vandelli, dentre outros. Isso era decorrente do fato de que esses espaços, ao contrário do mundo natural, precisavam estar em ordem, com seus itens dispostos segundo classificações que ajudariam seus gestores a se localizar no complexo mundo da História Natural.

Difícil é afirmar a origem dos museus brasileiros, principalmente em um território de extensão continental. Conforme apontado, não é possível condicionar todas as experiências apresentadas a um mesmo signo e projetá-las para todos os cantos do Brasil. Ainda há espaços e instituições coloniais, bem como sujeitos que entendiam a importância de criar coleções, principalmente como artimanha instrutiva, a serem investigados. Dessa forma, o objetivo foi trazer novas contribuições para o entendimento dessa prática e como ela mobilizava toda uma rede de agentes coloniais. Assim, esse trabalho pretende ser um ponto de apoio e de partida para novas pesquisas que possam ampliar os horizontes sobre o passado museológico brasileiro, sendo capazes de romper com a equivocada ideia de que não existiram museus durante a vigência da colônia.

REFERÊNCIAS

A CATALOGUE of the Collection of Pictures in the Library at Christ Church, Oxford. Oxford, 1770.

A CATALOGUE of the Several Pictures, Statues, and Bust in the Picture Gallery, Bodleian Library, and Ashmolean Museum, at Oxford. Oxford: N. Bull, 1788.

ABELHA do Itaculomy, Ouro Preto, 28 maio 1824, n. 60. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/778931/237>. Acesso em: 31 jul. 2025.

ABREU, Regina. *A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco; LAPA, 1996.

ACADEMIA DAS SCIÊNCIAS. *Breves instrucções aos correspondentes da Academia das Sciências de Lisboa sobre as remessas dos productos, e noticias pertencentes a História da Natureza, para formar hum Museo Nacional*. Lisboa: Na Régia Officina Typografica, 1781.

ACADEMY OF NATURAL SCIENCES. *Proceedings of the Academy of Natural Sciences*. v. 155, 2006. p. 331-332.

AGHION, Irène. Le Cabinet des médailles et antiques. In: AGHION, Irène; AVISSEAU-BROUSTET, Mathilde; SCHNAPP, Alain (eds.). *Histoires d'archéologie*. De l'objet à l'étude. Paris: Publications de l'Institut National d'Histoire de l'Art, 2009. DOI: 10.4000/books.inha.2743. Disponível em: <https://books.openedition.org/inha/2774>. Acesso em: 29 jul. 2025.

AIKIN, John. *General Biography; Or Lives, Critical and Historical, of the Most Eminent Persons of All Ages, Countries, Conditions, and Professions, Arranged According to Alphabetical Order*. Londres: G. G. & J. Robinson, v. 9, 1814.

ALMANACK. *Varias noticias curiosas, e interessantes*. Lisboa: Na offc. de Antonio Rodrigues Galhardo, 1799.

ANÔNIMO. *A sensibilidade nacional e estrangeira; homenagem á sempre saudoza memoria da muito Alta e muito Augusta Senhora D. Leopoldina Carolina Josepha, imperatriz do Brasil, por ***, no dia do seu depósito no Convento das Religiosas d'Ajuda*. Rio de Janeiro: Imprensa Imperial de P. Plancher-Seignot, 1826.

ANTUNES, Isis de Melo Molinari. Imaginária sacra em marfim presente no inventário da expulsão dos jesuítas (1760). In: SANTOS, V. S.; PAIVA, E. F.; GOMES, R. L. *O comércio de marfim no mundo Atlântico: circulação e produção (séculos XV a XIX)*. Belo Horizonte: Clio, 2018. 306 p. (Estudos Africanos do CEA/UFMG, v. 7)

ARAÚJO, Diná Marques Pereira; REIS, Alcenir Soares dos. Bibliografias setecentistas e os conceitos de livro raro. *Perspect. Ciênc. Inf*, Belo Horizonte, v. 22, n. esp., p. 168-184, jul. 2017. DOI: 10.1590/1981-5344/3239. Disponível em: scielo.br/j/pci/a/dK5fZjLFvtG7Lpg5n7tpLTr. Acesso em: 30 jul. 2025.

ARAÚJO, Diná Marques Pereira; SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. O livro raro na biblioteconomia brasileira: influências, impactos e delimitações dos discursos da bibliofilia nas práticas profissionais e institucionais. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL CULTURA ESCRITA NO MUNDO MODERNO, 1., set. 2019, Belo Horizonte. *Anais [...]*. Belo Horizonte: UFMG, 2019. p. 80-87. Disponível em: https://iluminuras.art.br/docs/Anais_SICEMM.pdf. Acesso em: 29 jul. 2025.

AUGUSTAT, Claudia (org.). *Além do Brasil: Johann Natterer e as coleções etnográficas da expedição austríaca de 1817 a 1835 ao Brasil*. Viena: Museum für Völkerkunde, 2013.

AZEVEDO, Evelyne. A coleção Teresa Cristina: idealização e falência de um projeto cultural para o Brasil. *Concinnitas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 34, p. 116-125, 2018.

BANDEIRA, Julio. *Ender e o Brasil: obra completa*. Rio de Janeiro: Capivara, 2022.

BARROS, Ana Mafalda Távora de Magalhães. *A aquisição da colecção de pintura de Charles-Joseph, Príncipe de Ligne (1735-1814), pelo príncipe regente D. João (1767-1826): o seu impacto nas colecções do Museu de Belas Artes do Rio de Janeiro*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 2021. DOI: 10.26619/978-989-9002-17-3.

BARROS, Ana Mafalda Távora de Magalhães. A compra da colecção de pintura de Charles-Joseph, Príncipe de Ligne (1735-1814), pelo príncipe regente D. João (1767-1826) e o seu impacto nas colecções do Museu Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro. In: NETO, Maria João; MALTA, Marize (eds.). *Colecções de arte em Portugal e Brasil nos séculos XIX e XX: colecções reais e colecções oficiais*. Lisboa: Caleidoscópio, 2020. p. 7-23.

BARROSO, Gustavo. *A Coleção Miguel Calmon no Museu Histórico*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

BARROSO, Gustavo. *Introdução à técnica de museus: parte específica*. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1953.

BARROSO, Gustavo. *Introdução à técnica de museus: parte geral e parte básica*. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1951.

BARROSO, Gustavo. Os museus e a Guerra. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 3, 1942.

BASTOS, Humberto. *A conquista siderúrgica no Brasil: crônica e interpretação econômica das emprêsas e indivíduos, nacionais e estrangeiros, que participaram da exploração dos recursos minerais e do desenvolvimento nacional*. Belo Horizonte: Livraria Martins Editora, 1959. 360 p.

BAZIN, Germain. *Le temps des musées*. Tradução: Patrizia Dragoni. Florença: EDIFIR, 2018. 240 p. (Le Voci del Museo, 38)

BEAUCHAMP, Alphonse de. *Histoire du Brésil: depuis sa découverte en 1500 jusqu'en 1810*. Paris: De L'Imprimerie de J.-B. Imbert, 1815. 3 v.

BEDIAGA, Begonha; LIMA, Haroldo Cavalcante de. A “Flora Fluminensis” de frei Vellozo: uma abordagem interdisciplinar. *Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém, v. 10, n. 1, jan./abr. 2005. DOI: 10.1590/1981-81222015000100005. Disponível em: scielo.br/j/bgoeldi/a/D8YmJW6dnHM8kRHP5LFsMBx. Acesso em: 30 jul. 2025.

BITTENCOURT, José Neves. *Território largo e profundo: os acervos dos museus do Rio de Janeiro como representação do Estado Imperial (1808-1889)*. 1997. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1997. 2 v. (422 f.).

BLOM, Philipp. *Ter e manter*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

BLUTEAU, Rafael. Dicionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro. Tomo primeiro: A-K. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. p. 285.

BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico...* : autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos; e offerecido a El Rey de Portugal D. João V. Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728. 8 v.; 2 suplementos.

BOLAÑOS, María. *Historia de los museos en España*. Gijón: Trea, 2008. 536 p.

BONANNI, Philippo. *Musaeum Kircherianum*. Roma: Typis Georgii Plachi Caelaturam Profitentis, 1709.

BOSCHI, Caio C. Espaços de sociabilidade na América Portuguesa e historiografia brasileira contemporânea. *Varia Hist.*, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 291-313, dez. 2006. DOI: 10.1590/S0104-87752006000200004. Disponível em: www.scielo.br/j/vh/a/KW8TBJssckZNqjRCfXTBkS. Acesso em: 30 jul. 2025.

BOYDELL, John. *A catalogue of the pictures in the Shakspeare Gallery, Pall-Mall*. Londres: Printed For The Proprietors, 1789.

BRAGA, Isabel. Luzes, natureza e pragmatismo em Portugal: o contributo da Real Academia das Ciências no século XVIII. *Tempo*, Niterói, v. 22, n. 41, set./dez. 2016. DOI: 10.20509/TEM-1980-542X2016v224108. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/pmhBP9xjdS6Xfwd7dQxVg9j>. Acesso em: 30 jul. 2025.

BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond. O pátio dos bichos: um espaço de lazer para a Corte portuguesa do século XVIII. *Libros de la Corte*, Madri, n. 17, p. 60-86, 2018. DOI: 0.15366/lde2018.10.17.003.

BRANDÃO, Angela. José Viegas de Menezes e os retratos do Palácio Episcopal de Mariana. *Nava*, Juiz de Fora, v. 2, n. 2, p. 278-295, fev./jul. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/nava/article/view/28076/19163>. Acesso em: 30 jul. 2025.

BREFE, Ana Claudia Fonseca. *O Museu Paulista: Affonso de Taunay e a memória nacional, 1917-1945*. São Paulo: Editora UNESP; Museu Paulista, 2005. 336 p.

- BREFE, Ana Claudia Fonseca. Os primórdios do museu: da elaboração conceitual à instituição pública. *Proj. História*, São Paulo, v. 17, p. 281-315, nov. 1998.
- BRIGOLA, João Carlos Pires. *Colecções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*. Lisboa: FCG/FCT, 2003. 614 p.
- BRIGOLA, João Carlos Pires. Domenico Vandelli – um naturalista italiano a serviço de Portugal e do Brasil. In: BRIGOLA, João Carlos Pires *et al.* (orgs.). *O gabinete de curiosidades de Domenico Vandelli*. Rio de Janeiro: Dantes, 2008. p. 41-52.
- BRIGOLA, João Carlos Pires. *Os viajantes e o 'livro dos museus': as colecções portuguesas através do olhar dos viajantes estrangeiros (1700-1900)*. Lisboa: Dafne, 2010. 230 p. (Equações de Arquitectura, 64).
- BRIGOLA, João Carlos Pires; CERÍACO, Luis Miguel Pires. Colecionismo científico na Évora do século XIX: as colecções como fundamento da teologia natural no discurso de frei Manuel do Cenáculo. In: GESTEIRA, Heloisa Meireles; CAROLINO, Luís Miguel; MARINHO, Pedro (orgs.). *Formas do Império: ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil. Séculos XVI ao XIX*. São Paulo: Paz e Terra, 2018.
- BRIGOLA, João Carlos Pires; CERÍACO, Luis Miguel Pires; OLIVEIRA, Paulo de. Os monstros de Vandelli e o percurso das colecções de História Natural do século XVIII. In: FIOLEAIS, Carlos; SIMÕES, Carlota; MARTINS, Décio (eds.). *História da Ciência luso-brasileira: Coimbra entre Portugal e o Brasil*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013. p. 121-132.
- BRIGOLA, João Carlos Pires *et al.* (orgs.). *O gabinete de curiosidades de Domenico Vandelli*. Rio de Janeiro: Dantes, 2008.
- BRIGOLA, João Carlos Pires; TRINCÃO, Paulo. O Gabinete de Curiosidades da Universidade de Coimbra: uma proposta museológica e científica. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 30, e2023068, 2023. DOI: 10.1590/S0104-59702023000100068. Disponível em: scielo.br/j/hcsm/a/jnPZbHzmnVqBktYNmhG3ZcM. Acesso em: 30 jul. 2025.
- BUREAU, René; FEININGER, Tomas. The Haüy collection. *The Canadian Mineralogist*, [S. l.], v. 49, n. 2, p. 657-669, abr. 2011. DOI: 10.3749/canmin.49.2.657.
- BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- CABRAL, Dilma. Chanceler-mor / Chancelaria-Mor do Estado do Brasil. In: BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Arquivo Nacional. *Dicionário da Administração Pública Brasileira do Período Colonial*, ago. 2011. Disponível em: <https://mapa.an.gov.br/index.php/assuntos/15-dicionario/57-dicionario-da-administracao-publica-brasileira-do-periodo-colonial/153-chancelaria-mor-chanceler-mor-do-estado-do-brasil>. Acesso em: 30 jul. 2025.
- CALAFATE, Pedro. Teoria e arte dos jardins no século XVIII em Portugal. *Philosophica*, Lisboa, v. 2, n. 4, p. 127-140, 1994. DOI: 10.5840/philosophica19942430.

CALZOLARI, Francesco. *Musaeum Francisci Calceolari Iunioris Veronesis*. Verona: Angelum Tamum, 1622.

CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. *Colecionar e escrever a História: a memória do império português legada por Diogo Barbosa Machado*. Rio de Janeiro: FBN, 2017. 200 p. (Coleção Ramiz Galvão, v. 2).

CAMARGO-MORO, Fernanda de. Câmaras de maravilhas, studioli e gabinetes de curiosidades: Vandelli e sua circunstância. In: BRIGOLA, João Carlos Pires *et al.* (orgs.). *O gabinete de curiosidades de Domenico Vandelli*. Rio de Janeiro: Dantes, 2008. p. 20.

CARNEIRO, Douglas de Castro. O bestiário do leão e a sua representação cristológica. In: VIDOTTE, Adriana; VARGAS, Lorena da Silva (orgs.). *Natureza e arte: estudos sobre a iconografia ambiental - Da Idade Média à Contemporaneidade*. Juiz de Fora: Editar, 2019. p. 7-19.

CARVALHO, Carolina Vaz de. Objetos como agentes mediadores: a coleção de Johan Maurits van Nassau-Siegen. *Temporalidades*, Belo Horizonte, v. 7 (supl. 2015), p. 709-719, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/issue/view/305>. Acesso em: 30 jul. 2025.

CARVALHO, Carolina Vaz de. Reorganizando o Gabinete: uma discussão sobre a categoria de ‘gabinetes de curiosidade’ e o colecionismo na primeira era moderna. In: VI EPHIS Encontro de Pesquisa em História da UFMG: Tempo: permanências rupturas e transições na História. [Anais eletrônicos...]. Belo Horizonte: Departamento de História – FAFICH/UFMG, 2017. p. 1928-1940. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/329253903_Reorganizando_o_Gabinete_uma_discussao_sobre_a_categoria_de_'gabinetes_de_curiosidade'_e_o_colecionismo_na_primeira_era_moderna. Acesso em: 30 jul. 2025.

CARVALHO, Carolina Vaz de. “Uma Galleria em Roma, uma Librería em Huesca”: algumas observações sobre as práticas de colecionamento de Vincencio Juan de Lastanosa e Athanasius Kircher. In: MEGIANI, Ana Paula; MIRANDA, Marcella (orgs.). *Cultura Política e Artes de Governar na Época Moderna*. Séculos XVI-XVIII. Porto: Cravo, 2022. p. 347-364.

CARVALHO, José Murilo de. *A escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. 196 p. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/7j8bc/pdf/carvalho-9788579820052.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2025.

CARVALHO, Nair de Moraes. A coleção Cotegipe. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. VI, 1945. p. 144-196. Disponível em: <https://anaismhn.museus.gov.br/index.php/amhn/issue/view/4/Anais%20do%20Museu%20Hist%C3%B3rico%20Nacional%2C%20v.%206%2C%201945>. Acesso em: 30 jul. 2025.

CARVALHO, Nair de Moraes. Papel educativo do Museu Histórico Nacional. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. VIII, p. 18-29, 1957.

CARVALHO, William Almeida de. As “Anotações” de Vasconcelos de Drummond. In: DRUMMOND, Antônio de Meneses Vasconcelos de. *Anotações de A. M. Vasconcelos de Drummond à sua biografia*. Brasília: Senado Federal, 2012. p. 9-50. (Edições do Senado Federal, v. 165).

CASSOTTI, Marsilio. *A biografia íntima de Leopoldina: a imperatriz que conseguiu a independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Planeta, 2015. 304 p.

CATALOGUE raisonné de Coquilles et autres curiosités naturelles. Paris: Flahault, 1736. p. 18-19.

CAVALCANTI, Ana *et al.* (orgs.). *Arte e seus lugares: coleções em espaços reais*. Rio de Janeiro: Nau, 2018. 160 p.

CAVALCANTI, Ana *et al.* (orgs.). *Histórias da arte em exposições: modos de ver e exibir no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Books/FAPESP, 2015. 276 p.

CAVALCANTI, Ana; MALTA, Marize; PEREIRA, Sonia Gomes (orgs.). *Coleções de arte: formação, exibição e ensino*. Rio de Janeiro: Rio Books, 2015. 264 p.

CAVALLI, Hercule. *Résumé historique de l'administration du duché de Parme et Plaisance pendant plus de trente ans*. Marselha: Typographie et lithographie H. Seren, 1867.

CERÍACO, Luis Miguel Pires. *Zoologia e museus de História Natural em Portugal (séculos XVIII-XX)*. São Paulo: Edusp, 2021. 720 p.

CHADWICK, Esther; GAMER, Meredith. *Figures of Empire: Slavery and Portraiture in Eighteenth-Century Atlantic Britain*. Yale Center of British Art, 2014. Disponível em: https://britishart.yale.edu/sites/default/files/inline/Figures%20of%20Empire_booklet_FINAL.pdf. Acesso em: 30 jul. 2025.

CHAGAS, Mário. *A imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: MinC/IBRAM, 2009. 258 p. Disponível em: <https://mariochagas.com/wp-content/uploads/2021/03/58imaginacao.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2025.

CHAVES, André Onofre Limírio. “Curiosidades industriais e naturais” em marfim no Real Museu da Ajuda (Portugal - século XVIII). In: SILVA-SANTOS, Vanicléia (org.). *Marfins africanos como insígnias de poder: contextos de produção e usos dentro e fora da África*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2023. p. 286-314. *E-book*. Disponível em: www.finobracoeditora.com.br/e-book-marfins-africanos-como-insignias-de-poder-contextos-de-producao-e-usos-dentro-e-fora-da-africa. Acesso em: 30 jul. 2025.

CHAVES, André Onofre Limírio. *Do Kemet para o Novo Mundo: o colecionismo de antiguidades egípcias no Brasil Imperial (1822-1889)*. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

CHAVES, André Onofre Limírio. “Gabinete de valor muito considerável”: a coleção egípcia sob a ótica de Manuel de Araújo Porto-Alegre. In: _____. *Do Kemet para o Novo Mundo: o colecionismo de antiguidades egípcias no Brasil Imperial (1822-1889)*. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. p. 118-130.

CHAVES, André Onofre Limírio. O vendedor, a coleção e o mercado de arte no Rio de Janeiro. In: _____. *Do Kemet para o Novo Mundo: o colecionismo de antiguidades egípcias no Brasil Imperial (1822-1889)*. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. p. 81-99.

CHAVES, André Onofre Limírio; CARVALHO, Carolina Vaz de. Fontes iconográficas e textuais no estudo de coleções do século XVII. *Temporalidades*, Belo Horizonte, v. 7 (supl. 2015), p. 464-474, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/issue/view/305>. Acesso em: 30 jul. 2025.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. A Viscondessa e seus artistas: a trajetória de um leque de autógrafos. In: XXXVI Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte. [Anais...]. Campinas: CBHA, 2016. p. 405-415. Disponível em: http://www.cbha.art.br/coloquios/2016/anais/2016_anais_cbha.pdf. Acesso em: 30 jul. 2025.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. Colecionismo no Brasil e cultura portuguesa: o Museu Mariano Procópio. In: NETO, Maria João; MALTA, Marize (eds.). *Coleções de arte em Portugal e Brasil nos séculos XIX e XX: coleções reais e coleções oficiais*. Lisboa: Caleidoscópio, 2020. p. 281-290.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. Coleções da Viscondessa de Cavalcanti no Museu Mariano Procópio. In: MALTA, Marize et al. (orgs.). *Histórias da arte em coleções: modos de ver e exibir em Brasil e Portugal*. Rio de Janeiro: Rio Books/FAPERJ, 2016. p. 57-70.

CLERKE, Agnes Mary. Cary, William. In: STEPHEN, Leslie (ed.). *Dictionary of National Biography*. Londres: Smith, Elder & Co., 1887. v. 9.

COLLECÇÃO das Leis do Império do Brazil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1818. v. 1.

CORD, Marcelo Mac. Mão de obra chinesa em terras brasileiras nos tempos joaninos: experiência, estranhamentos, contratos, expectativas e lutas. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 57, 2018. p. 151-185. DOI: 10.9771/aa.v0i57.26073. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/26073>. Acesso em: 30 jul. 2025.

COSTA, Angelita Maria Rocha Ferrari da. *A coleção de pinturas em miniatura da Viscondessa de Cavalcanti no Museu Mariano Procópio*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010. 233 p.

COSTA, Cecília. *O primeiro Conde da Barca: um iluminado na corte de Dom João*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2022. 288 p. (Coleção Rodolfo Garcia, v. 47)

COSTA, Maria de Fátima; DIENER, Pablo (orgs.). *Spix e Martius: relatórios ao rei*. Rio de Janeiro: Capivara, 2018. 352 p.

COUTO, José Vieira. *Memória sobre a Capitania das Minas Gerais: seu território, clima e produções metálicas*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994. (Coleção Mineiriana. Série Clássicos).

CRESPO, Hugo Miguel. *A arte de coleccionar: Lisboa, a Europa e o Mundo na Época Moderna (1500-1800)*. Lisboa: AR | PAB, 2019. 363 p.

D'ALMEIDA, José Mario; DANTAS, Regina Maria Macedo Costa. Casa dos Pássaros, precursor de um Museu de História Natural ou apenas local de preparação de material zoológico a ser enviado para Portugal. *Interdisciplinaridade em Revista*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, 2019. Disponível em: <https://revistas.hcte.ufrj.br/index.php/interdisciplinaridadeemrevista/article/view/10>. Acesso em: 30 jul. 2025.

DANTAS, Regina Maria Macedo Costa. *A Casa do Imperador: do Paço de São Cristóvão ao Museu Nacional*. 2007. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

DANTES, Maria Amélia Mascarenhas. As ciências na história brasileira. *Cienc. Cult.*, São Paulo, v. 57, n. 1, jan./mar. 2005.

DASTON, Lorraine; PARK, Katharine. *Wonders and the order of nature, 1150-1750*. New York: Zone Books, 1998.

DEL PRIORE, Mary. *As vidas de José Bonifácio*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019. 328 p.

DEL PRIORE, Mary. *Leopoldina e Maria da Glória: duas rainhas, vidas e dores*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2024. 112 p.

DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

DÉZALLIER D'ARGENVILLE, Antoine-Joseph. *La conchyliologie, ou Histoire naturelle des coquilles de mer, d'eau douce, terrestres et fossiles: avec un traité de la zoomorphose, ou, représentation des animaux qui les habitent, ouvrage dans lequel on trouve une nouvelle méthode de les diviser*. Paris: G. de Bure fils, 1780.

DIDEROT, D.; D'Alambert, J. *Encyclopédie ou Dictionnaire Raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers*. Paris: Le Breton, 1752. t. II.

DIDEROT, D.; D'Alambert, J. *Encyclopédie ou Dictionnaire Raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers*. Paris: Le Breton, 1765. t. X.

DIDONÉ, Fabiana Machado; MAKOWIECKY, Sandra. Passeio público do Rio de Janeiro e uma história que pode ser revista: os catarinenses Xavier das Conchas e Xavier dos Pássaros. *Revista Ciclos*, Florianópolis, v. 2, n. 3, p. 61-72, dez. 2014.

DOLHNIKOFF, Miriam. *José Bonifácio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. 360 p. (Coleção Perfis Brasileiros).

DOLHNIKOFF, Miriam (org.). *Projetos para o Brasil: José Bonifácio de Andrada e Silva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

DRUMMOND, Antônio de Meneses Vasconcelos de. *Anotações de A. M. Vasconcelos de Drummond à sua biografia*. Brasília: Senado Federal, 2012. (Edições do Senado Federal, v. 165).

DUARTE, Alice. Nova Museologia: os pontapés de saída de uma abordagem ainda inovadora. *Museologia e Patrimônio*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 99-107, 2013.

ELIAS, Maria José. *Museu Paulista: memória e história*. 1996. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

ELIAS, Maria José. Revendo o nascimento dos museus no Brasil. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, n. 2, p. 139-145, 1992. DOI: 10.11606/issn.2448-1750.revmae.1992.109001. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revmae/article/view/109001>. Acesso em: 30 jul. 2025.

ENSINO Superior. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 5 set. 1880. p. 3.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. *Brasil, novo mundo*. Tradução: Myriam Ávila. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996. 2 v.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. *Brasilien, die neue Welt in topographischer, geognostischer, bergmännischer, naturhistorischer, politischer und statistischer Hinsicht, während eines elfjährigen Aufenthaltes von 1810 bis 1821, mit Hinweisung auf die neueren Begebenheiten*. Braunschweig: Friedrich Bieweg, 1830.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. *Geognostisches Gemälde von Brasilien und wahrscheinliches Muttergestein der Diamanten*. Weimar: Landes-Industrie-Comptoir, 1822.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. *Jornal do Brasil, 1811-1817: ou relatos diversos do Brasil colectados durante expedições científicas*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. *Pluto brasiliensis*. Brasília: Senado Federal, 2011. (Edições do Senado Federal, v. 140).

ESCOLA NACIONAL DE BELLAS ARTES. *Catálogo geral das Galerias de Pintura e de Esculptura*. Escola Nacional de Bellas Artes. Rio de Janeiro: O Norte, 1922.

ESTATUTOS da Universidade de Coimbra do anno de MDCCLXXII. Livro III, que contém os cursos das sciencias naturaes e filosóficas. Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1773.

ESTEVÃO, Carlos. Resumo histórico do Museu Paraense Emílio Goeldi. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 2, p. 7-20, 1938.

FALCÃO, Edgar Cerqueira de (ed.). *Obras científicas políticas e sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva*. São Paulo: Empresa Gráfica das Revistas dos Tribunais, 1965, v. III.

FALGUIÈRES, Patricia. La société des objets. In: SCHLOSSER, Julius von. *Les cabinets d'art et de merveilles de la Renaissance tardive*. Tradução: Lucie Marignac. Paris: Macula, 2012. p. 29-33.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Rio de Janeiro: Globo, 2001.

FARBER, Paul Lawrence. *Finding Order in Nature: The Naturalist Tradition from Linnaeus to E. O. Wilson*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2000.

FEEST, Christian. Johann Natterer e as coleções etnográficas dos naturalistas austríacos no Brasil. In: AUGUSTAT, Claudia (org.). *Além do Brasil: Johann Natterer e as coleções etnográficas da expedição austríaca de 1817 a 1835 ao Brasil*. Viena: Museum für Völkerkunde, 2013.

FEIGENBAUM, Gail; REIST, Inge (eds.). *Provenance: An Alternate History of Art*. Los Angeles: Getty, 2013. (Series Issues and Debates).

FERGUSON, Patricia F. 'Vase Madness': Vases and the Antique taste in British ceramics, 1765-1790. In: MARNO, Felicity (ed.). *A taste for the Antique: the Neo-Classical style and ceramics in England, c. 1770 - c. 1800*, p. 83-114. Londres: The English Ceramic Circle, 2018.

FERRAZ, Márcia H. M. A classificação das ciências na biblioteca do Conde da Barca. *Circumscribere*, São Paulo, v. 19, p. 34-49, 2017. DOI: 10.23925/1980-7651.2017v19;p134-49. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/circumhc/article/view/33355>. Acesso em: 30 jul. 2025.

FERREIRA, Breno Ferraz Leal. A teologia natural na cultura científica da Ilustração portuguesa: Oratorianos e Franciscanos (1750-1800). *Revista de História*, São Paulo, n. 177, p. 1-31, 2018. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.2018.138518. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/138518>. Acesso em: 30 jul. 2025.

FERREZ, Gilberto. *O Brasil de Thomas Ender (1817)*. Rio de Janeiro: Fundação João Moreira Salles, 1976. 344 p.

FILHO, João Dornas. *O ouro das Gerais e a civilização da capitania*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957. (Biblioteca Pedagógica Brasileira Brasileira, v. 298).

FINDLEN, Paula. *Possessing Nature: Museums, Collecting, and Scientific Culture in Early Modern Italy*. Los Angeles: University of California Press, 1996.

FINDLEN, Paula. The museum: its classical etymology and Renaissance genealogy. *Journal of the History of Collections*, v. 1, n. 1, p. 59-78, 1989. DOI: 10.1093/jhc/1.1.59. Disponível em: <https://pages.ucsd.edu/~bgoldfarb/cogn150s12/reading/FINDLEN-the-Museum.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2025.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann. *Entre a caridade e a ciência: a prática missionária e científica da Companhia de Jesus (América platina, séculos XVII e XVIII)*. São Leopoldo: Oikos, 2014. 540 p. (Coleção Ehila, v. 13).

FLECK, Eliane Cristina Deckmann; POLETTO, Roberto. Os colégios e boticas da Companhia de Jesus como centros de formação intelectual e de difusão da cultura científica na América platina setecentista. In: AMANTINO, Marcia; FLECK, Eliane Cristina Deckmann; ENGEMANN, Carlos (orgs.) *A Companhia de Jesus na América por seus colégios e fazendas*. Rio de Janeiro: Garamond, 2015. p. 143-181.

FONSECA, Paulo Miguel. Caminhos dissonantes: a trajetória do médico Florêncio Francisco dos Santos Franco nas Gerais da virada do XVIII ao XIX. In: VII Simpósio Nacional de História Cultural – História Cultural: Escritas, circulação, leituras e recepções. [Anais...]. São Paulo: USP, 2014. Disponível em: <https://gthistoriacultural.com.br/VIIsimposio/Anais/Paulo%20Miguel%20Fonseca.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2025.

FONSECA, Raphael do Sacramento. *Construções do Brasil no vaivém da rede de dormir*. 2016. 56 f. Tese (Doutorado em Arte e Cultura Contemporânea) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

FOUCAULT, Michel. A prosa do mundo. In: _____. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Tradução: Salma Tannus Muchail. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 23-62.

FRANÇOZO, Mariana de Campos. *De Olinda a Holanda: o gabinete de curiosidades de Nassau*. Campinas: Editora da Unicamp, 2014. 287 p.

FRATINI, Luciana. ANDRES, Angelo. In: ISTITUTO DELLA ENCICLOPEDIA ITALIANA FONDATA DA GIOVANNI TRECCANI. *Dizionario Biografico degli Italiani* - Volume 3 (1961). Disponível em: [https://www.treccani.it/enciclopedia/angelo-andres_\(Dizionario-Biografico\)](https://www.treccani.it/enciclopedia/angelo-andres_(Dizionario-Biografico)). Acesso em: 30 jul. 2025.

FRÜHBECK, Franz Joseph. *Viagem ao Brasil*. São Paulo: Camera Books, 2017.

FURTADO, Júnia Ferreira. A Prodígiosa Lagoa: contexto histórico e poder de cura. In: MARTINS FILHO, Amílcar; SILVA, Vera Alice Cardoso (orgs.). *Milagre no sertão: a prodígiosa lagoa*. Belo Horizonte: ICAM, 2022.

FURTADO, Júnia Ferreira. Bosque de Minerva: artefatos científicos no colecionismo joanino. In: GESTEIRA, Heloisa Meireles; CAROLINO, Luís Miguel; MARINHO, Pedro (orgs.). *Formas do Império: ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil. Séculos XVI ao XIX*. São Paulo: Paz e Terra, 2014. p. 229-273.

FURTADO, Júnia Ferreira. Ciência, diplomacia e viagem: Dom Rodrigo de Souza Coutinho e o tour mineralógico dos savants luso-brasileiros José Bonifácio de Andrada e Silva e Manoel Ferreira da Câmara Bithencourt em Turim. In: MOTTA, Isabel Ferreira da.; SPANTIGATI, Carla Enrica (coords.). *Tanto Ella Assume Novitate al Fianco*: Lisboa, Turim e o intercâmbio cultural do século das luzes à Europa pós-napoleónica. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019. p. 164-172. DOI: 10.14195/978-989-26-1739-8_4.

FURTADO, Júnia Ferreira. Colecionismo e gosto: a aquisição de livros e gravuras nos Países Baixos. Meridionais para a Livraria Real de Lisboa. In: WERNER, Thomas *et al.* (orgs.) *Um mundo sobre papel*: livros, gravuras e impressos flamengos nos Impérios Português e Espanhol (Séculos XVI-XVIII). São Paulo: Edusp, 2014. p. 351-366.

FURTADO, Júnia Ferreira. Enlightenment Science and Iconoclasm: the Brazilian Naturalist José Vieira Couto. *Osiris*, Chicago, v. 25, n. 1, p. 189-212, jan. 2010. DOI:10.1086/657269.

FURTADO, Júnia Ferreira. Estudo crítico. In: COUTO, José Vieira. *Memória sobre a Capitania das Minas Gerais*: seu território, clima e produções metálicas. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de Negócio*: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas. São Paulo: Hucitec, 1999.

FURTADO, Júnia Ferreira. *O livro da capa verde*: o regimento diamantino de 1771 e a vida no distrito diamantino no período da real extração. Santos: Annablume, 2008.

FURTADO, Júnia Ferreira. *O mapa que inventou o Brasil*. Rio de Janeiro: Versal; São Paulo: Odebrecht, 2013. 307 p.

FURTADO, Júnia Ferreira. O outro lado do Império: estrangeirados luso-brasileiros e as minas da América Portuguesa. In: SIMÕES, Ana; LOURENÇO, Marta C.; SILVA, José Alberto (eds.). *Ciência, tecnologia e medicina na construção de Portugal*. Volume 2 - Razão e Progresso, século XVIII. Lisboa: Tinta-da-China, 2021. p. 95-124.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Oráculos da geografia iluminista*: Dom Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D'Anville na construção da cartografia do Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

FURTADO, Júnia Ferreira. Sedition, Revolution and Libertinism in Eighteenth-Century Brazil: The Library of Naturalist José Vieira Couto. In: TOWSEY, Mark; ROBERTS, Kyle B. (eds.). *Before the Public Library*: Reading, Community, and Identity in the Atlantic World, 1650-1850. Boston: Brill, 2018.

FURTADO, Júnia Ferreira. Súditos de um império ilustrado: a Real Academia das Ciências de Lisboa, os naturalistas e a capitania de Minas Gerais. In: SIMPÓSIO COMEMORATIVO: 250 ANOS DE NASCIMENTO DE VICENTE COELHO DE SEABRA. Belo Horizonte, UFMG, 2014. p. 159-172.

FURTADO, Júnia Ferreira. Uma República das Letras. In: _____. *Oráculos da geografia iluminista*: Dom Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D'Anville na construção da cartografia do Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. p. 71-114.

GAEHTGENS, Thomas W.; MARCHESANO, Louis. *Display and Art History: The Düsseldorf Gallery and Its Catalogue*. Los Angeles: Getty, 2011.

GALÉ, Pedro Fernandes. *Winckelmann: uma história da arte entre a norma e a forma*. 2016. Tese (Doutorado Em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. DOI: 10.11606/T.8.2016.tde-24112016-124755. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-24112016-124755/pt-br.php>. Acesso em: 30 jul. 2025.

GOMES, Ana Carolina Vimieiro. *Uma ciência moderna e imperial: a fisiologia brasileira no final do século XIX (1880-1889)*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013. 172 p.

GOMES, René Lommez. Esse artista silencioso, tão pouco conhecido: a pintura em Minas Gerais, na passagem do século XIX para o XX. In: CAMPOS, Adalgisa Arantes *et al.* (orgs.). *Minas das Artes, Histórias Gerais*. Belo Horizonte: Museu Mineiro, 2018.

GORRERI, Marina (coord.). *Le mostre di Maria Luigia 16 – 2*. Le Collezioni. Parma: Grafiche Step, 2016.

GRAHAM, Maria. *Correspondência entre Maria Graham e a imperatriz Dona Leopoldina*. Tradução: Américo Jacobina Lacombe. Belo Horizonte: Itatiaia, 1997.

GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Tradução: Américo Jacobina Lacombe. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1956, 1990.

GRANDJEAN DE MONTIGNY, Auguste Henri Victor; FAMIN, Auguste Pierre Sainte Marie. *Architecture toscane, ou, Palais, maisons, et autres édifices de la Toscane*. Paris: De' Imprimerie de P. Didot, 1815.

GREW, Nehemiah. *Musaeum Regalis Societatis, or, A catalogue & description of the natural and artificial rarities belonging to the Royal Society and preserved at Gresham College*. Londres: W. Rawlins, 1681.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. Existe um passado museológico brasileiro? In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (ed.). *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2010. p. 86-95.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. Existe um passado museológico brasileiro? In: *O Estado de São Paulo*, 29 jul. 1979. Acervo: Centro de Documentação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (Fesp/SP).

GUTHRIE, William. *Geografia universal descriptiva, histórica, industrial y comercial, de las cuatro partes del mundo*. Madri: La Imprenta de Villalpando, 1806. v. 6.

HAAG, Sabine. Die Geschichte der Wiener Kunstkammer. In: ADRIANI, Götz (ed.): *Die Künstler der Kaiser*. Von Dürer bis Tizian, von Rubens bis Velázquez. Aus dem Kunsthistorischen Museum in Wien. Köln: DuMont, 2009. p. 201-205.

HAMOND, Graham Eden. *Os diários do Almirante Graham Eden Hamond* (1825 - 1834/38). Tradução: Paulo F. Geyer. Rio de Janeiro: JB, 1984.

HASKELL, Francis. *El museo efímero*. Los maestros antiguos y el auge de las exposiciones artísticas. Barcelona: Crítica, 2002. 259 p.

HASKELL, Francis. *Mecenas e pintores: arte e sociedade na Itália Barroca*. São Paulo: EDUSP, 1997. 720 p.

HASKELL, Francis. *Patrons and Painters: A Study in the Relations Between Italian Art and Society in the Age of the Baroque*. New York: Harper & Row, 1963. 454 p.

HASKELL, Francis. *The Ephemeral Museum: Old Master Paintings and the Rise of the Art Exhibition*. New Haven: Yale University Press, 2000. 224 p.

HAUY, R. J. *Traité de minéralogie*, Atlas. Paris: Bachelier et Huzard, 1822-1823.

HILLEBRAND-GRILL, F. Schüch (Schiech, Schuch) Rochus. In: Österreichische Akademie der Wissenschaften (ed.). *Österreichisches Biographisches Lexikon 1815-1950*. Viena: Österreichischen Akademie der Wissenschaften, 1999, v. 11. p. 285.

HLAVAC, Christian; GÖTTSCHE, Astrid. *Die Gartenmanie der Habsburger: Die kaiserliche Familie und ihre Gärten*. Viena: Amalthea Signum Verlag, 2016.

HOLLANDA, Guy de. *Recursos educativos dos museus brasileiros*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais/ICOM, 1958.

HUMBOLDT, Alexander von. *Cosmos: A Sketch of a Physical Description of the Universe*. Londres: Henry G. Bohn, 1848. 3 v.

HUMBOLDT, Alexander von. *Kosmos*. Entwurf einer physischen Weltbesschreibung. Stuttgart und Tübingen: J. G. Cotta'scher Verlag, 1845-1862. 5 v.

HUMBOLDT, Alexander von. *Tableaux de la nature ou, Considérations sur les déserts, sur le physionomie des végétaux, sur les cataractes de l'Orénoque, sur la structure et l'action des volcans dans les différentes régions de la terre, etc.* Paris: Gide Fils, 1828.

HUMBOLDT, Alexander von. *Views of Nature*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

IMPEY, Oliver R.; MACGREGOR, Arthur. *The Origins of Museums: The Cabinet of Curiosities in Sixteenth- and Seventeenth-century Europe*. Oxford: Clarendon, 1985.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS. *Declaração de Quebec*. 1984. Disponível em: https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/GA16_Quebec_Declaration_Final_PT.pdf. Acesso em: 31 jul. 2025.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS. Mesa-Redonda de Santiago do Chile – ICOM, 1972. *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, v. 15, n. 15, p. 95-104, 1999.

Disponível em:

<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/issue/view/32>. Acesso em: 31 jul. 2025.

JACOBÆO, Oligerio. *Museum Regium seu Catalogus Rerum tam naturalium, quam artificialium, quae in Basilica Bibliothecae Augustissimi Danicae Norvegiae que Mornachae Christiani Qvinti Hafniae asservantur*. Hasniae (Copenhague): Joachim Schmetgen, 1696.

JOURNAL of the History of Collections, [S. l.], v. 1, n. 1, 1989.

JULIÃO, Leticia. Museus, patrimônio e história: cruzamentos disciplinares. In: XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVI ENANCIB). [Anais...]. João Pessoa: UFPB, 2014. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/188374>. Acesso em: 30 jul. 2025.

JULIÃO, Leticia. O Sphan e a cultura museológica no Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, jun. 2009. DOI: 10.1590/S0103-21862009000100008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/3RQCzpM6fN5wYQf5T7kH4Ls>. Acesso em: 30 jul. 2025.

KANN, Bettina; LIMA, Patrícia Souza. *Cartas de uma imperatriz*. São Paulo: Estação Liberdade, 2006.

KANTOR, Iris. *De esquecidos e renascidos: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)*. 2002. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

KEMMERS, Fleur; NANOUSHKA, Myrberg. Rethinking numismatics. The archaeology of coins. *Archaeological Dialogues*, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 87-108, 2011.

KIDDER, Daniel Parrish. *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil*: Rio de Janeiro e província de São Paulo compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e das diversas províncias. Brasília: Senado Federal, 2001.

KNAUSS, Paulo. A presença de estudantes: o encontro de museus e escola no Brasil a partir da década de 50 do século XX. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 27, n. 46, p. 581-597, dez. 2011.

KNAUSS, Paulo. O legado do artista: arte brasileira na coleção de Galdino Guttmann Bicho. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, v. 2, n. 45, p. 301-321, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/rihgse/article/view/18709>. Acesso em: 30 jul. 2025.

KNAUSS, Paulo; TRIGUEIROS, António M.; TELLES, Patrícia. *O retrato do Rei Dom João VI: 200 anos da aclamação de Dom João VI como rei de Portugal, Brasil e Algarves*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional; Artepádiva, 2019. 160 p.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

KURY, Lorelai. Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 8 (supl.), p. 863-880, 2001. DOI: 10.1590/S0104-59702001000500004. Disponível em: scielo.br/j/hcsm/a/grhQqtzkqm3FRhdYhZWY94k. Acesso em: 30 jul. 2025.

KURY, Lorelai (org.). *Usos e circulação de plantas no Brasil, séculos XVI a XIX*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2013.

KURY, Lorelai Brilhante; FILHO, Oswaldo Munteal. Cultura científica e sociabilidade intelectual no Brasil setecentista: um estudo acerca da Sociedade Literária do Rio de Janeiro. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1-2, p. 105-114, jan./dez. 1995.

KURZEL-RUNTSCHNEIDER, Monica (ed.). *Habsburg Splendor: Masterpieces from Vienna's Imperial Collections at the Kunsthistorisches Museum*. Houston: Museum of Fine Arts Houston, 2015. 272 p.

LACERDA, João Batista de. *Fastos do Museu Nacional do Rio de Janeiro: recordações históricas e científicas fundadas em documentos autênticos e informações verídicas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905. 188 p.

LANDGRAF, Fernando José Gomes *et al.* Os canhões de Ipanema: tecnologia, indústria, logística e política em 1840. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, Nova Série, v. 29, 2021. DOI: 10.1590/1982-02672021v29e57. Disponível em: scielo.br/j/anaismp/a/rsQSwNQRhstJpmQfQVn8NCq. Acesso em: 30 jul. 2025.

LASÈGUE, Antoine. *Musée botanique de M. Benjamin Delessert*. Paris: Fortin, 1845.

LATOUR, Bruno. Give Me a Laboratory and I Will Raise the World. In: KNORR-CETINA, Karin D.; MULKAY, Michael (ed.). *Science observed*. Londres: Sage, 1983. p. 141-170.

LATOUR, Bruno. Les “vues” de l’esprit: une introduction à l’anthropologie des sciences et des techniques. *Culture Technique*, [S. l.], n. 14, p. 5-29, jun. 1985.

LATOUR, Bruno. *Science in action: how to follow scientists and engineers through society*. Cambridge: Harvard University Press, 1987.

LAURENS, Annie-France; POMIAN, Krzysztof (eds.). *L'Anticommanie*. La collection d'antiquités aux 18^e et 19^e siècles. Paris: Mouton, 1992. 351 p.

LEITE, Bruno Martins Boto. Boticas, boticários e cultura farmacêutica nos estabelecimentos da Companhia de Jesus no ‘Estado do Brasil’, 1670-1759. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém, v. 17, n. 1, p. 8-16, 2022. DOI: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2020-0130. Disponível em: scielo.br/j/bgoeldi/a/h9y4T6sxXQLcDsKQmRMBPMs. Acesso em: 30 jul. 2025.

LEITE, Paulo Gomes. A cultura no Tijuco no resgate do Iluminismo em Minas. *Revista Minas Gerais*, Belo Horizonte, n. 14, p. 22-26, mar. 1989.

LEITE, Paulo Gomes (1990a). Contestação e revolução na biblioteca de Vieira Couto. *Revista Minas Gerais*, Belo Horizonte, n. 27, p. 23-29, jul. 1990.

LEITE, Paulo Gomes (1990b). Um iluminista holandês na biblioteca de Vieira Couto. *Revista Minas Gerais*, Belo Horizonte, n. 2, p. 24-29, dez. 1990.

LINHARES, Anna Maria Alves. *Um grego agora nu: índios marajoara e identidade nacional brasileira*. Curitiba: CRV, 2017. 280 p.

LINNAEI, Caroli. *Systema Naturae per Regna Tria Naturae, secundum classes, ordines, genera, species, cum characteribus, differentiis, synonymis, locis*. Holmiae: Laurentii Salvii, 1758-1759.

LISBOA, Balthazar da Silva. *Discurso historico, politico, e economico dos progressos, e estado actual da filozofia natural portugueza, acompanhado de algumas reflexoens sobre o estado do Brazil*. Lisboa: Na Officina de Antonio Gomes, 1786.

LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. 2. ed. São Paulo: Hucitec; Brasília: UnB, 2009.

LOUGHMAN, John; MONTIAS, John Michael. *Public and Private Spaces: Works of Art in Seventeenth-century Dutch Houses*. Zwolle: Waanders, 2000.

LOURENÇO, Maria Cecília França. *Museus acolhem o moderno*. São Paulo: Edusp, 1999. 293 p.

LUGLI, Adalgisa. La merveille sacrifiée à la raison. In: _____. *Naturalia et mirabilia: il collezionismo enciclopedico nelle Wunderkammern d'Europa*. Milão: Mazzotta, 1983. p. 229-241.

LUGLI, Adalgisa. *Naturalia et mirabilia: il collezionismo enciclopedico nelle Wunderkammern d'Europa*. Milão: Mazzotta, 1985.

LUGLI, Adalgisa. *Naturalia et mirabilia: les cabinets de curiosités en Europe*. Paris: Adam Biro, 1998.

LUNA, Fernando J. Alographia dos álcalis... de Frei Conceição Veloso: um manual de química industrial para produção da potassa no Brasil Colonial. *Quím. Nova*, [S. l.], v. 31, n. 8, p. 2214-2220, 2008. DOI: 10.1590/S0100-40422008000800051. Disponível em: scielo.br/j/qn/a/Jq5TLNSq9kxQCPGnFhDxQxN. Acesso em: 30 jul. 2025.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. A imperatriz Leopoldina entre o público e o privado. In: MAGALHÃES, Aline Montenegro; MARINS, Álvaro; BEZERRA, Rafael Zamorano (orgs.). *D. Leopoldina e seu tempo: sociedade, política, ciência e arte no século XIX*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2016. p. 9-27.

MACHADO, Estevam Henrique. O ideal nobiliárquico e a busca por distinção social no Antigo Regime Português: em busca de uma definição para o conceito de nobreza da Terra. *Revista Aedos*, [S. l.], v. 9, n. 21, p. 435-455, 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/72123>. Acesso em: 30 jul. 2025.

MACHADO, Iran F.; FIGUEIRÔA, Silvia. *História da mineração brasileira*. Curitiba: CRV, 2020.

MAGALHÃES, Aline Montenegro; BEZERRA, Rafael Zamorano (orgs.). *Coleções e colecionadores: a polissemia das práticas*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2012. 311 p.

MAGALHÃES, Aline Montenegro; MARINS, Álvaro; BEZERRA, Rafael Zamorano (orgs.). *D. Leopoldina e seu tempo: sociedade, política, ciência e arte no século XIX*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2014.

MAIA, Emilio Joaquim da Silva. Esboço Histórico do Museu Nacional, servindo de introdução sobre as principais espécies zoológicas do mesmo estabelecimento. *O Guanabara: Revista Mensal Artística, Científica e Litteraria*, Rio de Janeiro, ed. 3, p. 90-99, 1851. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/700630/1720>. Acesso em: 31 jul. 2025.

MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. Histórias (re)conectadas: o Horto Botânico de Vila Rica e os jardins do antigo Palácio dos Bispos de Mariana. In: PESSOA, Ana; FASOLATO, Douglas; ANDRADE, Rubens de (orgs.). *Jardins históricos: a cultura, as práticas e os instrumentos de salvaguarda de espaços paisagísticos*. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 2015. p. 96-113.

MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. O fascínio pela natureza. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, n. 105, p. 62-67, jun. 2014.

MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. Uma quinta portuguesa no interior do Brasil ou A saga do ilustrado dom frei Cipriano e o jardim do antigo palácio episcopal no final do século XVIII. *Hist. Cienc. Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 881-902, out./dez. 2009. DOI: 10.1590/S0104-59702009000400003. Disponível em: scielo.br/j/hcsm/a/kcRy8njKX9jWFPft6tffdrG. Acesso em: 30 jul. 2025.

MALTA, Marize. Arte em casa: colecionismo de objetos em fins do século XIX no Rio de Janeiro e a coleção Jerônimo Ferreira das Neves. In: NETO, Maria João; MALTA, Marize (eds.). *Coleções de arte em Portugal e Brasil nos séculos XIX e XX: perfis e trânsitos*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2014.

MALTA, Marize et al. (orgs.). *Histórias da arte em coleções: modos de ver e exhibir em Brasil e Portugal*. Rio de Janeiro: RioBooks/FAPERJ, 2016.

MANDROUX-FRANÇA, Marie-Thérèse; PRÉAUD, Maxime (orgs.) *Catalogues de la collection d'estampes de Jean V, roi de Portugal, par Pierre-Jean Mariette*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança; Paris: Fundação Calouste Gulbenkian; Bibliothèque Nationale de France, 2003, 3 v.

MARCHAND, Eckart. Apostles of Good Taste? The use and perception of plaster casts in the Enlightenment. *Journal of Art Historiography*, Birmingham, n. 25, dez. 2021. DOI: 10.48352/uobxjah.00003459. Disponível em: <http://epapers.bham.ac.uk/3459/1/marchand.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2025.

MARCHAND, K. Scott. *The production and collecting of plaster and sulphur paste “impronte” as Grand Tour souvenirs in the 18th and 19th centuries*. 1998. Dissertação (Mestrado em História da Arte) – University of St. Andrews, St. Andrews, 1998. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10023/15337>. Acesso em: 30 jul. 2025.

MARQUES, Adílio Jorge. Mais do que um político da Independência: o cientista José Bonifácio de Andrada e Silva. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 11, n. 14, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i14.36402. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/36402/30311/400203>. Acesso em: 30 jul. 2025.

MARQUES, Adílio Jorge; FILGUEIRAS, Carlos A. L. Uma família de químicos unindo Brasil e Portugal: Domingos Vandelli, José Bonifácio de Andrada e Silva e Alexandre Vandelli. *Química Nova na Escola*, [S. l.], v. 31, n. 4, nov. 2009. p. 251-256.

MARQUES, Cátia Teles e. Os paços episcopais nos modelos de representação protagonizados por bispos da nobreza no período pós-tridentino em Portugal. In: MENDONÇA, Isabel; CARITA, Hélder; MALTA, Marize (coord.). *A casa senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro: anatomia dos interiores*. Lisboa: IHA; Rio de Janeiro: UFRJ, 2014. p. 18-43.

MARQUES, Jéssica. Escavações arqueológicas no subsolo do Museu Nacional revelam detalhes desconhecidos sobre o passado do palacete. *O Globo*, Rio de Janeiro, 30 ago. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2024/08/30/escavacoes-arqueologicas-no-subsolo-do-museu-nacional-revelam-detalhes-desconhecidos-sobre-o-passado-do-palacete.ghtml>. Acesso em: 30 jul. 2025.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. Escola de homens de ciências: a Academia Científica do Rio de Janeiro, 1772-1779. *Educar*, Curitiba, n. 25, p. 39-57, jun. 2005. DOI: 10.1590/0104-4060.365. Disponível em: scielo.br/j/er/a/h9nPW6bV5NBHXhxz3VFSFBr. Acesso em: 30 jul. 2025.

MARROCOS, Luís Joaquim dos Santos. *O bibliotecário do rei: trechos selecionados das cartas de Luís Joaquim dos Santos Marrocos*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2007. p. 206.

MARTINS, Ana Paula; MARCIER, Luiza (orgs.). *De Vandelli para Lineu. De Lineu para Vandelli: correspondência entre naturalistas*. Rio de Janeiro: Dantes, 2008.

MARTINS, Renata Maria de Almeida. *Tintas da terra, tintas do reino: arquitetura e arte nas missões jesuíticas do Grão-Pará (1653-1759)*. 2009. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. 2 v.

MASCARENHAS, Alexandre. *Antônio Francisco Lisboa: moldagens de gesso como instrumento de preservação da sua obra e o processo construtivo nas oficinas de escultura em Portugal a partir do século XVIII*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

MATTOS, Claudia Valladão de. Winckelmann e o meio antiquário do seu tempo. *RHAA*, Campinas, n. 9, p. 69-79, jan./jun. 2008.

MAURIÈS, Patrick. *Cabinets of Curiosities*. Londres: Thames & Hudson, 2019. 256 p.

MAURIÈS, Patrick. *Cabinets of Curiosities*. New York: Thames & Hudson, 2011.

MAURIÈS, Patrick: *Das Kuriositätenkabinett*. Köln: DuMont, 2002.

MAXWELL, Kenneth. A geração de 1790 e a ideia do império luso-brasileiro. In: _____. *Chocolates, piratas e outros malandros: ensaios tropicais*. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 157-208.

MENCK, José Theodoro Mascarenhas. *José Bonifácio de Andrada: patriarca da nacionalidade*. Obra comemorativa dos 200 anos do retorno de José Bonifácio de Andrada e Silva ao Brasil. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019. 246 p.

MENEZES, Joaquim Mariano Augusto de. O Padre José Joaquim Viegas de Menezes. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, a. XI, n. 1, p. 255-274, 1906.

MERCATI, Michele. *Metallotheca Vaticana*, opus posthumum. Roma: Ex Officina Jo: Mariae Salvioni, 1717.

MOSCARDO, Lodovico. *Note overo memorie del museo del conte Lodovico Moscardo: nobile Veronese*. Verona: Andrea Rossi, 1672. 488 p.

MINELLI, Maria Carolina Motta. Os instrumentos e as técnicas de documentação. *Revista do Serviço Público*, [S. l.], a. XVII, v. 2, n. 1, p. 118-121, abr. 1954. DOI: 10.21874/rsp.v2i01. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/issue/view/278>. Acesso em: 31 jul. 2025.

MOMIGLIANO, Arnaldo. O surgimento da pesquisa antiquária. In: _____. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru: EDUSC, 2004. p. 85-117.

MONTIAS, John Michael. *Art at Auction in 17th Century Amsterdam*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2002.

MORATO, Fernando. *São Jerônimo nos Trópicos: o un savant travaillant dans son cabinet de Debret*. In: Encontro de História da Arte, Campinas, n. 7, p. 165-179, 2011. p. 165-179. DOI: 10.20396/eha.7.2011.4081. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/eventos/index.php/eha/article/view/4081>. Acesso em: 31 jul. 2025.

MURPHY, Kathleen S. Collecting Slave Traders: James Petiver, Natural History, and the British Slave Trade. *The William and Mary Quarterly*, Williamsburg, v. 70, n. 4, p. 637-670, out. 2013. DOI: 10.5309/willmaryquar.70.4.0637. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.5309/willmaryquar.70.4.0637>. Acesso em: 31 jul. 2025.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 27, 1995.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 29, 1997.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 30, 1998.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 34, 2002.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 39, 2007.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 42, 2010.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 47, 2015.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 52, 2020.

MUSEU IMPERIAL. *Catálogo da Coleção Capanema*. Petrópolis: Museu Imperial, 2021.

NADER, Karoline Rodrigues de. *O Paço de São Cristóvão revelado: contribuição para a história da arquitetura no Brasil*. 2020. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

NETO, Odilon Caldeira. Gustavo Barroso e o esquecimento: integralismo, antissemitismo e escrita de si. *Cadernos do Tempo Presente*, Aracaju, n. 14, p. 44-56, out./dez. 2013. DOI: 10.33662/ctp.v0i14.2689. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tempo/article/view/2689>. Acesso em: 31 jul. 2025.

NETTO, Ladislau. *Investigações históricas e científicas sobre o Museu Imperial e Nacional do Rio de Janeiro: acompanhadas de uma breve notícia de suas colecções e publicadas por ordem do Ministério da Agricultura*. Rio de Janeiro: Instituto Philomático, 1870.

NEVES, Marta Eloísa Melgaço; JULIÃO, Letícia. Uma proto história do colecionismo na América portuguesa. In: I Seminário Brasileiro de Museologia (I SEBRAMUS). Brasília: UnB, 2014. p. 798-808. Disponível em: sebramusrepositorio.unb.br/index.php/1sebramus/ISebramus/paper/view/509/73. Acesso em: 30 jul. 2025.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. In: _____. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984. p. XVII-XLII.

OBERACKER JR., Carlos Henrique. *A contribuição teuta à formação da nação brasileira*. Rio de Janeiro: Presença, 1968.

OBERACKER JR., Carlos Henrique. *A Imperatriz Leopoldina: sua vida e sua época*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1973. 493 p.

OLIVEIRA, Carla Mary S.; CURY, Cláudia Engler. Lazer e leitura nas imagens de Debret: o cotidiano do Brasil oitocentista pelo olhar de um neoclássico. *Portuguese Studies Review*, Peterborough, v. 18, n. 1, p. 151-177, 2010.

OLIVEIRA, Emerson Dionisio de; COUTO, Maria de Fátima Morethy; MALTA, Marize. *Histórias da arte em museus: exposição de arte e suas histórias*. Rio de Janeiro: Rio Books, 2020. 248 p.

ORLANDI, Pellegrino Antonio; GUARIENTI, Pietro Maria. *Abecedario pittorico del M.R.P. Pellegrino Antonio Orlandi Bolognese: contenente le notizie de' professori di pittura, scultura, ed architettura*. Veneza: Giambatista Pasquali, 1753.

PA MEDIA. British Museum removes statue of slave-owning founder. *The Guardian*, Londres, 25 ago. 2020. Disponível em: <https://www.theguardian.com/culture/2020/aug/25/british-museum-removes-founder-hans-sloane-statue-over-slavery-links>. Acesso em: 4 ago. 2025.

PAPAVERO, Nelson; TEIXEIRA, Dante Martins. Remessa de animais de Santa Catarina (1791) para a “Casa dos Pássaros” no Rio de Janeiro e para o Real Museu da Ajuda (Portugal). *Arquivos de Zoologia*, São Paulo, v. 44, n. 4, p. 185-209, 2013. DOI: 10.11606/issn.2176-7793.v44i4p185-209. Disponível em: <https://revistas.usp.br/azmz/article/view/85239>. Acesso em: 31 jul. 2025.

PATACA, Ermelinda Moutinho; LUNA, Fernando José (orgs.). *Frei Veloso e a Tipografia do Arco do Cego*. São Paulo: Edusp, 2019. 448 p.

PAUL, Carole (ed.). *The First Modern Museums of Art: The Birth of an Institution in 18th- and Early-19th-Century Europe*. Los Angeles: Getty, 2012.

PEDROSA, Fábio Mendonça. A Academia Brasílica dos Esquecidos e a História Natural da Nova Lusitânia: o movimento academicista e a Academia Brasílica dos Esquecidos. *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência, [S. l.]*, v. 1, n. 1, p. 21-28, 2003. Disponível em: <https://rbhciencia.emnuvens.com.br/rsbhc/article/view/533>. Acesso em: 31 jul. 2025.

PENNOCK, Hanna; VERMAAT, Simone; WINDHAUSEN, Miriam (eds.). *Traces of Slavery and Colonial History in the Art Collection*. Amersfoort: Cultural Heritage Agency of the Netherlands, 2020.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello; CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da (orgs.). *Os naturalistas do Império: o conhecimento científico de Portugal e suas colônias (1768-1822)*. Rio de Janeiro: Versal, 2016. 460 p.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello; RIBAS, André Akamine. Minas Gerais ilustrada: em busca da flora, da fauna e dos minerais. In: PEREIRA, Magnus Roberto de Mello; CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da (orgs.). *Os naturalistas do Império: o conhecimento científico de Portugal e suas colônias (1768-1822)*. Rio de Janeiro: Versal, 2016. p. 253.

PEREIRA, Márcio Mota. “Parecia-me que me via no Mundo da Lua”: relações políticas e viagens filosóficas do naturalista José Vieira Couto no Distrito Diamantino. *Temporalidades*, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 522-542, jan./maio 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/5697>. Acesso em: 31 jul. 2025.

PEREIRA, Márcio Mota. *Saber e honra: a trajetória do naturalista luso-brasileiro Joaquim Veloso de Miranda e as pesquisas em história natural na capitania de Minas Gerais (1746-1816)*. 2018. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

PEREIRA, Rodrigo Osório. *O império botânico: as políticas portuguesas para a flora da Bahia Atlântica colonial (1768-1808)*. 2013. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

PESSOA, Ana; SANTOS, Ana Lúcia V. Moradas de engenho e arte: as casas do Conde da Barca no Novo Mundo. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, a. 178, n. 475, p. 253-280, set./dez. 2017.

PESSOA, Ana; SANTOS, Ana Lucia V. Palácio Real de Campo, em São Cristóvão. In: UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA. *A casa senhorial - Portugal, Brasil e Goa - Anatomia dos interiores*. [s. d.]. Disponível em: <https://acasasenhorial.org/acs/index.php/pt/fontes-documentais/desenhos-pinturas/220-paco-de-d-joao-vi#>. Acesso em: 5 ago. 2025.

PINTO, Frederico Alves; NEIVA, Ismael Krishna de Andrade. *200 anos fábrica patriótica: a primeira indústria de ferro do Brasil*. Belo Horizonte: Vale, 2012.

PINTO, Luís Maria da Silva. *Diccionario da lingua brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

PINTO, Nelma Serpa. O século XIX foi devolvido ao Jardim Botânico de Queluz. *Público*, Lisboa, 3 jun. 2017. Disponível em: <https://www.publico.pt/2017/06/03/local/noticia/planta-e-plantas-do-seculo-xix-devolvidas-ao-jardim-botanico-de-queluz-1774409#&gid=1&pid=1>. Acesso em: 4 ago. 2025.

PIRES, Catarina Pereira. *Laboratório Chimico da Universidade de Coimbra: interpretação histórica de um espaço de ensino e divulgação da Ciência*. 2006. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Educação em Ciência) – Universidade de Aveiro, Aveiro, 2006.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: *Enciclopédia Einaudi: Memória-História*. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. v. 1, p. 51-86.

POMIAN, Krzysztof. *Collectionneurs, amateurs et curieux: Paris, Venise: XVI-XVIII siècles*. Paris: Gallimard, 1987.

POMIAN, Krzysztof. Collezione. In: *Enciclopédia Einaudi*. Turim: Einaudi, 1978.

POMIAN, Krzysztof. Entre l'invisible et le visible: la collection. In: _____. *Collectionneurs, amateurs et curieux: Paris, Venise: XVI-XVIII siècles*. Paris: Gallimard, 1987. p. 15-59.

POMMIER, Edouard. *Les musées en l'Europe à la veille de l'ouverture du Louvre*. Paris: Louvre/Klincksiek, 1995.

PONTEDERA, Giulio. *Historian Horti Patavini – Pars Prima*. Manuscrito. Circa 1719-1757. Disponível em: https://archive.org/details/Historia-Horti-Patavini-Pars-Prima-PHAIDRA_o_347413/page/n5/mode/2up. Acesso em: 31 jul. 2025.

POULOT, Dominique. *Musée, nation, patrimoine (1789-1815)*. Paris: Gallimard, 1997. 406 p. (Coleção Bibliothèque des histoires).

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: EDUSC, 1999.

QUODBACH, Esmée (ed.). *What's Mine Is Yours: Private Collectors and Public Patronage in the United States*. Essays in Honor of Inge Reist. New York: Center for the History of Collecting; Center for Spain in America; Madri: Centro de Estudios Europa Hispánica, 2021.

REAL, Regina M. *O museu ideal*. Belo Horizonte: Tip. da Fac. de Direito da Univ. de Minas Gerais, 1958.

RECHT, Roland. Introduction. In: LUGLI, Adalgisa. *Naturalia et mirabilia: les cabinets de curiosités en Europe*. Paris: Adam Biro, 1998. p. 25.

REZZUTTI, Paulo. *D. Pedro: a história não contada. O homem revelado por cartas e documentos inéditos*. Rio de Janeiro: LeYa, 2015.

REZZUTTI, Paulo. Da Áustria ao Brasil: as diversas faces de D. Leopoldina. In: MAGALHÃES, Aline Montenegro; MARINS, Álvaro; BEZERRA, Rafael Zamorano (orgs.). *D. Leopoldina e seu tempo: sociedade, política, ciência e arte no século XIX*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2014. p. 29.

REZZUTTI, Paulo. *Leopoldina: a história não contada. A mulher que arquitetou a Independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra/LeYa, 2017.

RIBEIRO, Marcus Venicio (org.). *O bibliotecário do Rei: trechos selecionados das cartas de Luís Joaquim dos Santos Marrocos*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2007. (Cadernos da Biblioteca Nacional, 4).

RIEDL-DORN, Christa. *Johann Natterer e a missão austríaca para o Brasil*. Petrópolis: Index, 1999.

RIJKSMUSEUM. *Slavery: 10 people, 10 stories*. Amsterdam: Rijksmuseum, [s. d.]. Disponível em: <https://www.rijksmuseum.nl/en/stories/exhibitions/slavery>. Acesso em: 30 jul. 2025.

ROCA, Andrea. Rugendas na Fazenda Mandioca: uma unidade de colonização no roteiro do artista-viajante. In: MAGALHÃES, Aline Montenegro; MARINS, Álvaro; BEZERRA, Rafael Zamorano (orgs.). *D. Leopoldina e seu tempo: sociedade, política, ciência e arte no século XIX*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2014.

ROGERS, Charles. *A Collection of Prints in Imitation of Drawings to which are Annexed Lives of their Authors, with Explanation and Critical Notes*. Londres: J. Nichols, 1778.

RUST, Leandro Duarte. A “Terceira Geração dos *Annales*” e o exorcismo do tempo. *Biblos*, Rio Grande, v. 22, n. 1, p. 47-60, 2008.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.

SANJAD, Nelson. *A Coruja de Minerva: o Museu Paraense entre o Império e a República (1866-1907)*. Rio de Janeiro: Fiocruz; Brasília: Ibram; Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2010. 496 p.

SANTIAGO, Camila Fernanda Guimarães. Do impresso à pintura. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, a. XLVIII, jan./dez. 2012. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/2012D05.pdf. Acesso em: 30 jul. 2025.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. *A invenção do Brasil: ensaios de história e cultura*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2007. 193 p.

SANTOS, Ana Lúcia Vieira. Formas de morar no Rio de Janeiro do século XIX: espaço interior e representação social. In: MENDONÇA, Isabel; CARITA, Hélder; MALTA, Marize (coord.). *A casa senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro: anatomia dos interiores*. Lisboa: IHA; Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.

SANTOS, Fabricio Lyrio. A expulsão dos jesuítas da Bahia: aspectos econômicos. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 28, n. 55, p. 171-195, jun. 2008. DOI: 10.1590/S0102-01882008000100009. Disponível em: scielo.br/j/rbh/a/4n5vKbsR93JnCsmYRVXcRmC. Acesso em: 31 jul. 2025.

SANTOS, Jeaniny Silva dos. Os usos das instituições culturais na ditadura civil-militar brasileira: as políticas culturais e o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional como instrumentos de fortalecimento estatal. *SURES*, Foz do Iguaçu, v. 1, n. 13, p. 62-70, 2019.

SANTOS, Rita de Cássia Melo. Objetos em trânsito - Amélia Cavalcanti e o colecionismo do século XIX. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 24, n. 3, p. 351-364, set./dez. 2020.

SÃO JOSÉ, Cypriano. Offício a D. João VI a 16 de Julho de 1816. In: TRINDADE, Raimundo. *Archidiocese de Mariana: subsídios para a sua história*. São Paulo: Escolas Profissionais do Liceu Coração de Jesus, 1929.

SCHEINER, Tereza Cristina. O museu, a palavra, o retrato e o mito. *Revista Museologia e Patrimônio*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 2008.

SCHLOSSER, Julius von. *Die Kunst- und Wunderkammern der Spätrenaissance: ein Beitrag zur Geschichte des Sammelwesens*. Leipzig: Klinkhardt & Biermann, 1908.

SCHLOSSER, Julius von. *Las cámaras artísticas y maravillosas del renacimiento tardío: una contribución a la historia del coleccionismo*. Tradução: José Luis Pascual Arranz. Madri: Akal, 1988.

SCHLOSSER, Julius von. *Les cabinets d'art et de merveilles de la Renaissance tardive: une contribution à l'histoire du collectionnisme*. Paris: Macula, 2012.

SCHMUTZER, Kurt; FEEST, Christian. Brazil in Vienna: Encounters with a distant world. *Archiv. Weltmuseum Wien*, Viena, n. 63-64, p. 266-285, 2013-2014.

SCHNAPPER, Antoine. *Curieux du grand siècle: collections et collectionneurs dans la France du XVIIe siècle*. Paris: Flammarion, 1994. 576 p.

SCHREIBERS, Karl von. *Nachrichten von Kaiserl. Österreichischen Naturforschern in Brasilien und den Resultaten ihrer Betriebsamkeit*. Viena: Traßler, 1820.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O nascimento dos museus brasileiros: 1870-1910. In: MICELI, Sérgio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Sumaré/FAPESP, 1989. p. 29-90.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; DANTAS, Regina. O Museu do Imperador: quando colecionar é representar a nação. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 46, p. 123-164, fev. 2008. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rieb/article/view/34602/37340>. Acesso em: 30 jul. 2025.

SECRETARIA DE ESTADO E NEGÓCIOS DO IMPÉRIO. *Instrução para os viajantes e empregados nas colônias sobre a maneira de colher, conservar e remeter os objectos de historia natural: precedida de algumas reflexões sobre a historia natural do Brazil e estabelecimento do Museu e Jardim Botânico em a Côrte do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Impr. Régia, 1819. 77 p.

SEGANTINI, Verona Campos. *Maneira decente e digna de expor aos olhos do público: modos de exibição da história natural (séc. XVIII e XIX)*. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

SEIXAS, D. Romualdo Antônio Seixas. *Oração fúnebre da muito alta, e augusta senhora D. Maria Leopoldina Jozefa Carolina, archiduquesa d'Austria, e primeira imperatriz do Brasil [...]*. Rio de Janeiro: Typographia de Plancher-Seignot, 1827.

SELINGARDI, Sérgio Cristóvão. *Educação religiosa, disciplina e poder na terra do ouro: a história do seminário de Mariana, entre 1750 e 1850*. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

SEPIBUS, Georgius de. *Romani Collegii Societatus Iesu Musaeum Celeberrimum*. Amsterdam: Ex Officina Janssonio-Waesbergiana, 1678.

SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Catálogo Museu Coronel David Carneiro*. Curitiba: Serviço Gráfico do Ministério da Educação e Saúde, 1940.

SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Museu Coronel David Carneiro. *Revista do SPHAN*, Rio de Janeiro, v. 1, 1937.

SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Museu Mariano Procópio, de Juiz de Fora. *Revista do SPHAN*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 165-168, 1937.

SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Museu Regional de Olinda. *Revista do SPHAN*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 163-164, 1937.

SESSÃO ordinária do Concelho do Governo em 6 de março de 1828. *O Universal*, [S. l.], n. 113, 2 abr. 1828. Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/706930/1737>. Acesso em: 6 ago. 2025.

SESSÃO ordinária do Concelho do Governo em 10 de março de 1828. *O Universal*, [S. l.], n. 116, p. 2, 9 abr. 1828. Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/706930/1753>. Acesso em: 6 ago. 2025.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro* (Volume 2: L-Z). Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

SILVA, José Bonifácio de Andrada. *Há terrenos que pelo arado não dão fruto, mas sendo cavados com o picão sustentam mais do que se fossem férteis*. Rio de Janeiro: Patriota, 1813.

SILVA, Danuzio Gil Bernardino (org.); KOMISSAROV, Bóris V. et al. (eds.). *Os diários de Langsdorff*. Tradução: Márcia Lyra Nascimento Egg e outros. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff; Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997. 2 v.

SILVA, Fábio Carlos da. *Barões do ouro e aventureiros britânicos no Brasil: a Companhia Inglesa de Macaúbas e Cocais, 1828-1912*. 1997. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

SILVA, Isabel Corrêa da. *D'Andrada: o cientista e a invenção do Brasil*. Lisboa: Tinta-da-China, 2024.

SILVA, José Alberto Teixeira Rebelo da. *A Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1834): ciências e hibridismo numa periferia europeia*. 2015. Tese (Doutorado em História e Filosofia das Ciências) – Faculdade de Ciências, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2015.

SILVA, José Bonifácio de Andrada. *Memoria sobre a necessidade e utilidade do plantio de novos bosques em Portugal, particularmente de Pinhaes nos areas de Beiramar; seu methodo de sementeira, costeamento, e administração*. Lisboa: Na Typographia da Academia Real das Sciencias, 1815.

SILVA, Marcela Virginia Thimoteo da. Do Sphan ao Ibram: subsídios para compreender a produção documental dos museus do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). *Revista Eletrônica Ventilando Acervos*, Florianópolis, v. 3, n. 1, p. 60-75, nov. 2015.

SILVEIRA, Joaquim António Lobo da. *Skizze von Brasilien* [Croquis do Brasil]. Estocolmo: 1808.

SISTEMA MUSEALE DI ATENEIO. *Catalogo*. Parma: L'Università di Parma, [s. d.]. Disponível em: <https://catalogo-musei.unipr.it/catalogo>. Acesso em: 30 jul. 2025.

SLOAN, Kim; BURNETT, Andrew (eds.). *Enlightenment: Discovering the World in the Eighteenth Century*. Edited by Kim Sloan. Londres: The British Museum, 2003.

SONTAG, Susan. *O amante do vulcão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOUSA, António Caetano de. *Historia genealogica da Casa Real Portuguesa* [...]. Lisboa Occidental: na Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1741. t. 8.

SOUSA, Octávio Tarquínio de. *José Bonifácio*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972. (Coleção História dos Fundadores do Império do Brasil, v. 1).

SOUZA, Laura de Mello e. O ouro das estantes. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, a. 48, n. 1, p. 54-63, 2012.

SOUZA, Rafael de Freitas e. A efêmera e fatal mina de Cata Branca: mineração e trabalho numa companhia aurífera inglesa em Minas Gerais (1832-1844). *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 7, n. 14, p. 37-52, jul./dez. 2015. DOI: 10.5007/1984-9222.2015v7n14p37. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2015v7n14p37>. Acesso em: 31 jul. 2025.

SPIX, Johann Baptist; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2017. v. 1.

SQUEFF, Leticia. *Uma galeria para o Império: a Coleção Escola Brasileira e as origens do Museu Nacional de Belas Artes*. São Paulo: Edusp, 2012. 200 p.

SYLVA, Francisco Xavier da. *Elogio Funebre, e Historico do Muito Alto, Poderoso, Augusto, Pio, e Fidelissimo Rey de Portugal, e Senhor D. João V* [...]. Lisboa: Na Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1750.

TELLES JUNIOR, Jeronymo José. *Museu do Estado: Coleção Teles Junior*. Brasil: MEC, 1942. SPHAN. *Catálogo Museu Coronel David Carneiro*. Curitiba: Serviço Gráfico do Ministério da Educação e Saúde, 1940.

TELLES, Patrícia Delayti. A caravana de artistas e o mito de uma missão francesa. In: _____. *O cavaleiro Britto e o Conde da Barca: dois diplomatas portugueses e a missão francesa de 1816 ao Brasil*. Lisboa: Documenta, 2019. p. 15-40.

TELLES, Patrícia Delayti. *O cavaleiro Britto e o Conde da Barca: dois diplomatas portugueses e a missão francesa de 1816 ao Brasil*. Lisboa: Documenta, 2019.

TELLES, Patricia Delayti. Telas, livros, fardos e galegos: as viagens da coleção do Conde da Barca. In: NETO, Maria João; MALTA, Marize (eds.). *Coleções de Arte em Portugal e Brasil nos séculos XIX e XX: coleções em exílio*. Lisboa: Caleidoscópio, 2018. p. 157-169.

TELLES, Patrícia Delayti; RODRIGUES, Paulo Simões. Arte e diplomacia no final do Antigo Regime: as coleções do Conde da Barca e do Marquês de Marialva na sua ação diplomática ao serviço de Portugal. In: NETO, Maria João; MALTA, Marize (eds.). *Coleções de arte em Portugal e Brasil nos séculos XIX e XX: coleções reais e coleções oficiais*. Lisboa: Caleidoscópio, 2020. p. 25-36.

THESOURO DO BRAZIL. *Collecção das leis do Brazil de 1816-1817*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010. 544 p.

THOMPSON, Ian. *The Sun King's Garden: Louis XIV, André Le Nôtre and the Creation of the Garden of Versailles*. Londres: Bloomsbury, 2006. 384 p.

TIRAPICOS, Luís Artur Marques. *Ciência e diplomacia na corte de D. João V: a acção de João Baptista Carbone, 1722-1750*. 2017. Tese (Doutorado em História e Filosofia das Ciências) – Faculdade de Ciências, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2017.

TORRES, Heloísa Alberto. *Museums in Brazil*. Brasil: Ministry of Foreign Affairs, Cultural Division, 1953.

TORRES, Heloisa Alberto. Prefácio. In: TRIGUEIROS, F. dos Santos. *Museu e educação*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1958.

TORRES, María Teresa Marín. *Historia de la documentación museológica: la gestión de la memoria artística*. Gijón: Trea, 2002. 385 p.

TRIGOSO, Sebastião Francisco de Mendo. Elogio Historico do Conde da Barca recitado na assembléa publica de 24 de junho de 1819 pelo socio Sebastião Francisco de Mendo Trigoso. In: HISTORIA e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Lisboa: Typografia da mesma Academia, 1823. Tomo VIII, parte II, p. XXIX.

TRIGUEIROS, F. dos Santos. O Museu, órgão de documentação. *Revista do Serviço Público*, [S. l.], a. XV, v. 4, n. 2, p. 91-94, 1952. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/6523>. Acesso em: 31 jul. 2025.

TRINDADE, Raimundo. *Archidiocese de Mariana: subsídios para a sua história*. São Paulo: Escolas Profissionais do Liceu Coração de Jesus, 1928-1929. 3 v.

URQUÍZAR HERRERA, Antonio. *Coleccionismo y nobleza*. Signos de distinción social en la Andalucía de Renacimiento. Madri: Marcial Pons, 2007, 229 p.

VANDELLI, Domenico. *Diccionario dos termos technicos de Historia Natural extrahidos das obras de Linnéo, com a sua explicação, e estampas abertas em cobre, para facilitar a intelligencia dos mesmos*; e A memoria sobre a utilidade dos jardins botânicos. Coimbra: Na Real Officina da Universidade, 1788.

VANDELLI, Domingos. *Dissertatio de monstribus*. Coimbra: Real Officina da Universidade, 1776.

VANDELLI, Domingos. Memoria sobre a utilidade dos Muzeos d'Historia Natural. In: BRIGOLA, João Carlos Pires. *Coleções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*. Lisboa: FCG/FCT, 2003.

VARELA, Alex Gonçalves. A viagem filosófica de José Bonifácio e Manuel Ferreira da Câmara pelas regiões mineiras da Europa Central e setentrional (1790-1800). In: ANPUH - XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA [Anais...], Fortaleza, 2009.

VARELA, Alex Gonçalves. “*Juro-lhe pela honra de bom vassalo e bom português*”: análise das memórias científicas de José Bonifácio de Andrada e Silva (1780-1819). São Paulo: Annablume, 2006.

VARELA, Alex Gonçalves; LOPES, Maria Margaret; FONSECA, Maria Rachel Fróes da. As atividades do naturalista José Bonifácio de Andrada e Silva em sua ‘fase portuguesa’ (1780-1819). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 685-711, set./dez. 2004. DOI: 10.1590/S0104-59702004000300008. Disponível em: scielo.br/j/hcsm/a/vzxGR7tSvqgG3kSWG9DpsQL. Acesso em: 31 jul. 2025.

VARGAS, Thiago. Das leis da natureza à ordem econômica: direito natural e fisiocracia. *Discurso*, São Paulo, v. 49, n. 2, p. 121-136, 2019. DOI: 10.11606/issn.2318-8863.discurso.2019.165477. Disponível em: <https://revistas.usp.br/discurso/article/view/165477>. Acesso em: 31 jul. 2025.

VELLOZO, José Mariano da Conceição. *Florae fluminensis, seu descriptionum plantarum praefectura fluminense sponte nascentium liberprimus ad systema sexuale concinnatus*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1825.

VELOSO, José Mariano da Conceição. *O Fazendeiro do Brazil*, cultivador: melhorado na economia rural dos generos já cultivados, e de outros, que se podem introduzir, e nas fabricas que lhe são proprias. Tomo III, parte II. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1799.

VELOSO, José Mariano da Conceição. *O Fazendeiro do Brazil*: melhorado na economia rural dos generos já cultivados, e de outros, que se podem introduzir; e nas fabricas, que lhe são próprias. Tomo I, parte I. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1798.

VIANNA, Hélio. Correspondência de José Bonifácio. *Revista de História*, São Paulo, v. 27, n. 55, p. 217-242, 1963. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1963.122184. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/122184>. Acesso em: 31 jul. 2025. Original no Arquivo Histórico do Itamaraty, do Ministério das Relações Exteriores, lata 120, maço 5. No Catálogo da Parte III — 30 — Documentos anteriores a 1822 (Rio de Janeiro, 1957), p. 55.

VIGGIANI, Daniela. *L'edizione dell'Abecedario Pittorico di Pellegrino Antonio Orlandi, aggiornata da Pietro Maria Guarienti (1753), una fonte per la storia dell'arte portoghese*. 2017. Tese – Université de Montréal, Montreal, 2017.

VILLALTA, Luiz Carlos. Os clérigos e os livros nas Minas Gerais da segunda metade do século XVIII. *Acervo*, [S. l.], v. 5, n. 1-2, p. 19-29, 2012. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/234>. Acesso em: 31 jul. 2025.

VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo Ilustrado, censura e práticas de leitura: usos do livro na América Portuguesa*. 1999. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

WALLERIUS, Johan Gottschalk. *Minéralogie, ou Description générale des substances du règne minéral*. Paris: Durand, 1753.

WILSON, Wendell E. *The History of Mineral Collecting 1530-1799*. Tucson: The Mineralogical Record, 1994.

WULF, Andrea. *A invenção da natureza: a vida e as descobertas de Alexander von Humboldt*. Campinas: Crítica, 2016.

ZEQUINI, Anicleide. *Arqueologia de uma fábrica de ferro: morro de Araçoiaba séculos XVI-XVIII*. 2006. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

Fontes manuscritas

ALMEIDA, Luís Beltrão de Gouveia de. Ofício do fiscal da Extração dos Diamantes a Martinho de Melo e Castro, remetendo amostras de sal nitro, descoberto na serra dos Montes Altos para o Real Museu. Tejuco, 20 jul. 1787. Arquivo Histórico Ultramarino. AHU_ACL_CU_003, Cx. 27, D. 2205.

ALVARÁ régio determinando que Faustino José de Azevedo passe todos os anulamentos pertencentes à repartição de medicina a Florêncio Francisco dos Santos Franco. Rio de Janeiro, RJ, 31 ago. 1808. 1 p. Fundação Biblioteca Nacional.

APONTAMENTOS sobre o Palácio de São Cristóvão, seus melhoramentos, hábitos da Corte, reformas nos serviços da Casa Imperial, cultura de amoras e outras, além de referências à Fazenda de Santa Cruz e a demais serviços prestados pelo conselheiro Paulo Barbosa da Silva, à época mordomo da Casa Imperial. [Rio de Janeiro], 1840. Fundação Biblioteca Nacional. 11 p. L-II-34, 24, 026.

CALDAS, João Pereira. Ofício a Martinho de Melo e Castro, a remeter vários animais e minerais para o Museu. Barcelos, 31 jan. 1782. Arquivo Histórico Ultramarino. AHU_ACL_CU_020, Cx 4, D. 240.

CALDAS, João Pereira. Ofício a Martinho de Melo e Castro sobre a remessa de espécimes para o Museu da Rainha. Barcelos, 22 set. 1781. Arquivo Histórico Ultramarino. AHU_ACL_CU_020, Cx 4, D. 229.

CARTA assinada pelo Marquês de Itanhaém nomeando Roque Schuch professor de italiano e alemão de D. Pedro II e de suas irmãs. Paço da Imperial Quinta da Boa Vista (RJ), 1 abr. 1839. 2 p. mss, 61.GSdp60 43.889. Fundo Gustavo Shuch Capanema. Museu Histórico Nacional.

CASTRO, Martinho de Melo e. Ofício (minuta) do [secretário de estado da Marinha e Ultramar] ao [vice-rei do Estado do Brasil], Luís de Vasconcelos e Sousa [...]informando que recebera os caixões com amostras de madeiras de Santa Catarina e Rio Grande [de São Pedro] e também a coleção de conchas feita pelo frei José Mariano da Conceição Veloso, e que este poderia acompanhar o dito juiz na averiguação da serra a fim de recolher minerais, indicando que, o que for encontrado de minerais devem ser remetidos para o museu real. Rio de Janeiro, 4 jan. 1787. Arquivo Histórico Ultramarino. AHU_ACL_CU_017, Cx. 129, D. 10246.

CATÁLOGO de livros da Biblioteca do Conde da Barca. [S. l.], 1818. 254 f, 41 cm.

Disponível em:

http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1298806/mss1298806.pdf. Acesso em: 31 jul. 2025.

COMUNICADO ao presidente da Junta, José Teixeira da Fonseca Vasconcelos, ordenando o adiantamento de determinada quantia a Roque Schuch devido a gastos maiores que os esperados. Manuscrito. Vila Rica [Ouro Preto, MG], 6 out. 1821. Fundação Biblioteca Nacional.

COMUNICADO ao tesoureiro da Fazenda Pública, Anacleto Antônio do Carmo, informando que o sítio arrematado por Roque Schuch será pago através da pensão que este recebe pela pagadoria Geral. Manuscrito. Vila Rica [Ouro Preto, MG], 2 out. 1821. Fundação Biblioteca Nacional.

COUTINHO, D. José da Cunha Azeredo. Ofício do Bispo de Pernambuco ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o envio de animais transportados no bergantim Netuno para o Museu de Sua Alteza Real. Recife, jul. 1800. Arquivo Histórico Ultramarino. AHU_ACL_CU_015, Cx. 217, D. 14730.

COUTINHO, D. Rodrigo de Souza. Carta a Lourenço Caetano da Silva. Rio de Janeiro, 16 nov. 1808. Arquivo Nacional. [RE 40.18].

COUTO, José Vieira. Carta a [D. Rodrigo de Sousa Coutinho], queixando-se da falta de meios de subsistência e de equipamento para as suas experiências químicas. Pede o abastecimento dos vasos de vidro da lista que junta. [s. d.]. Arquivo Histórico Ultramarino. AHU_ACL_CU_011, Cx. 149, Doc. 30. Disponível em:

http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=011_MG&pagfis=74228. Acesso em: 27 jul. 2025.

COUTO, José Vieira. Memória sobre os metais contidos no cofre segundo os sistemas de Linneo e Walério. [s. d.]. Arquivo Histórico Ultramarino. AHU_ACL_CU_011, Cx. 147/Doc. 2. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/011_MG/73071. Acesso em: 27 jul. 2025.

COUTO, José Vieira. *Parecer de José Vieira Couto sobre a criação de um Museu Nacional*. [1815-1821]. Arquivo Público Mineiro. SC 123, doc. 11.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. *Carta a Florêncio Francisco dos Santos Franco pedindo para buscar o carregamento de ouro*. [S. l.], [18--?]. 1 fl. Fundação Biblioteca Nacional.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. *Carta a Florêncio Francisco dos Santos Franco informando a situação da mina de carvão, e as providências sobre as companhias de mineração*. Rio de Janeiro, RJ, 20 maio 1817. 1 fl. Fundação Biblioteca Nacional.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Carta a João Filipe da Fonseca, enviando uma carta para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, remetida com amostras de metais por José Vieira Couto. Participa que fica em seu poder a “Memória sobre a capitania” e descrição dos metais que acompanharam as ditas amostras. [s. d.]. Arquivo Histórico Ultramarino. AHU_ACL_CU_011, Cx. 149/Doc. 72. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/011_MG/74444. Acesso em: 27 jul. 2025.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Inventário geral e particular de todos os produtos naturais e artificiais, instrumentos, livros, utensílios e móveis pertencentes ao Real Gabinete de História Natural, Jardim Botânico e suas casas anexas como são gabinete da biblioteca, casa do desenho, dita do laboratório, dita das preparações e armazém de reserva, etc e tudo o que nele se declara*. Lisboa [Portugal], 8 nov. 1794. 223 p.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Ofício do diretor do Real Museu acusando o recebimento das remessas de produtos naturais, tanto vegetais, como minerais, cujo envio tinha sido solicitado ao vice-rei e aos governadores e capitães gerais do Brasil. Lisboa, 9 jun. 1800. Arquivo Histórico Ultramarino. AHU_ACL_CU_035, Cx. 12, D. 1043.

INVENTÁRIO de Joaquim Veloso de Miranda. Vila Rica, 1816. AHMI, 2º Ofício, Cód. 34, Auto 380. fl. 9v.

INVENTÁRIO de dom frei Cipriano de São José. 1817. Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Arquivo 2, gaveta 1.

LEITE, José Pedro de Sousa Pereira. Ofício do capitão de mar e guerra e comandante da fragata Carlota ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, visconde de Anadia, sobre [...] 2 caixões de pássaros para o museu natural [...]. Rio de Janeiro, 2 jul. 1807. Arquivo Histórico Ultramarino. AHU_ACL_CU_017, Cx. 246, D. 16769.

LEOPOLDINA, Imperatriz. *Cadernos*. v. 1. [18--]. Museu Nacional. BR.MN.ILP 1/2. Disponível em: https://obrasraras.museunacional.ufrj.br/FIL_cd1.html. Acesso em: 6 ago. 2025.

LIMA, José Caetano de. Ofício do [Chefe de esquadra e intendente da Marinha ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, comunicando estar a enviar um ramo feito de conchas naturais, oferecido pelo encarregado da Casa da História Natural, Francisco Xavier Cardoso Caldeira. 27 maio 1799. Arquivo Histórico Ultramarino. AHU_CU_RIO DE JANEIRO, Cx. 171, D. 12692.

LIMA, José Caetano de. Ofício do chefe de esquadra e intendente da Marinha ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, desculpando-se por ter enviado um ramo feito de conchas naturais, o que mereceu a desaprovação real; argumentando que não era um presente, mas uma demonstração da habilidade de quem o fizera, [o encarregado da Casa da História Natural, Francisco Xavier Cardoso Caldeira]. 16 dez.1799. Arquivo Histórico Ultramarino. AHU_CU_RIO DE JANEIRO, Cx. 178, D. 13057.

LISTA de animais enviados, elaborada por Florêncio Francisco dos Santos Franco. Vila Rica, MG, 22 set. 1819. Arquivo Público Mineiro. CC-Cx. 45 - 30251.

MEMÓRIA sobre os ofícios de Roque Schuch, Bibliotecário e Diretor do gabinete de Historia Natural de S.A. a Sereníssima Sra. Princesa Real, dirigidos a diversas autoridades sobre riquezas minerais do Brasil e meios para explorá-las. O último já de 1841 endereçado a Cândido José de Araújo Vianna, Ministro do Império. Sem data. Arquivo Nacional. BR RJANRIO NP.COD.0.807, v.5/f.264-278.

MENEZES, José César de. Ofício a Martinho de Melo e Castro, enviando a relação de animais, plantas, e dois caixotes com coisas curiosas remetidos à Corte, para o Museu Régio [...]. Recife, 27 nov. 1780. Arquivo Histórico Ultramarino. AHU_ACL_CU_017, Cx. 138, D. 10291.

MONTENEGRO, Caetano Pinto de Miranda. Ofício a Rodrigo de Sousa Coutinho informando da remessa de caixas com produtos para o Real Museu de Sua Magestade [...]. Vila Bela, 7 jul. 1789. Arquivo Histórico Ultramarino. AHU_ACL_CU_010_Cx 37, D. 1870.

MUSEU NACIONAL. Relatório dos trabalhos que tiveram lugar no Museu N. desta Corte durante o ano de 1838, das aquisições havidas neste período, e dos melhoramentos que se fazem necessários. RA1, 1839. fl. 158.

OFÍCIO ao presidente da Junta da Fazenda Pública para que o almoxarife dos armazéns seja incumbido da conservação dos instrumentos químicos e das coleções de História Natural da imperatriz até o transporte destes. Ouro Preto, MG, 27 jun. 1823. 3 doc. (5 p.). Fundação Biblioteca Nacional.

OFÍCIO ao tesoureiro da Real Fazenda, Anacleto Antônio do Carmo, determinando o pagamento de 50 mil réis mensais ao bibliotecário e diretor do gabinete de história natural, Roque Schuch, para gastos em sua viagem a Minas Gerais. Manuscrito, Vila Rica [Ouro Preto, MG], 22 set. 1818. Fundação Biblioteca Nacional.

OFÍCIO do [Conde de Isourou] propondo a venda de uma coleção de minerais do Brasil. Arquivo Histórico Ultramarino. AHU_CU_BRASIL-GERAL, cx. 41, D. 3301.

ORDEM do presidente do Tesouro Público à Junta da Fazenda determinando o pagamento de pensão à Roque Schuch por serviços prestados no ofício de bibliotecário e diretor do museu da Sereníssima Princesa Real. Rio de Janeiro, RJ, 8 jul. 1822. 2 p.

PARA O GOVERNADOR de Minas Gerais, Bernardo José de Lorena, sobre a informação do novo Bispo de Mariana, [Dom Frei Cipriano de São José], a respeito da venda de livros de seu antecessor. 2 dez. 1797. Arquivo Histórico Ultramarino. AHU_CU_ORDENS E AVISOS PARA MINAS GERAIS, Cod. 610, fl. 210.

PORTARIA ao tenente-coronel tesoureiro ordenando o pagamento de Roque Schuch por transporte de produtos mineralógicos para o Real Museu e pelo seu ordenado. Manuscrito. Vila Rica [Ouro Preto, MG], 27 ago. 1821. Fundação Biblioteca Nacional.

PROCESSO de naturalização brasileira de Roque Schuch. Rio de Janeiro, RJ; Minas Gerais, 1818-1839. 16 docs. (40 p.). Fundação Biblioteca Nacional.

RECIBO emitido pelo fiel do Real Museu declarando ter recebido dois caixotes do Ceará. Lisboa, 8 nov. 1803. Arquivo Histórico Ultramarino.

RELAÇÃO das moedas e medalhas existentes no Museu Nacional e que pertenceram ao ex-imperador Pedro II. 12 de dezembro de 1894. Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: https://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1296512/mss1296512.pdf. Acesso em: 25 jul. 2025.

RELATÓRIO de Atividades do Museu Nacional, 1819-1842.

RELATÓRIO de Atividades do Museu Nacional_SEMEAR_1838-1842.

REPRESENTAÇÃO dos empregados do Museu Nacional a S. M. I. solicitando ajuda de custos de cinco por cento em seus ordenados. Rio de Janeiro, jan. 1827. 3 p. Fundação Biblioteca Nacional.

REQUERIMENTO solicitando ajuda de custo para que uma mina descoberta possa ser explorada]. Ouro Preto, MG, 1825. 4 p. Fundação Biblioteca Nacional.

SCHUCH, Roque. Carta ao Cônego Januário da Cunha Barbosa a respeito de um mineral encontrado em abundância num dos arrabaldes do Rio de Janeiro. Boa Vista, 22 out. 1839. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. DL 141.62.

SCHUCH, Roque. Carta ao Cônego Januário da Cunha Barbosa, remetendo 24 exemplares de sua “Memória”, para serem repartidos entre os membros do Instituto. Imp. Quinta da Boa Vista, 3 jul. 1840. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. DL 140.53.

SCHUCH, Roque. Carta ao Cônego Januário da Cunha Barbosa sobre as inscrições na Pedra Gavéa, que tem alguma probabilidade de pertencerem aos runos. Quinta da Boa Vista, 17 set. 1839. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. DL 140.54.

SCHUCH, Roque. Carta para Stephan Ladislaus Endlicher. Arquivo do Museu de História Natural de Viena (Naturhistorisches Museum) (AfW-Endlicher-Schachtel 3 M-Z= Brief Rochus Schuch).

SCHUCH, Roque. Minerais mandados por Ordem de Sua Alteza a Princesa Real do Reino Unido por Roque Schuch, Seu Bibliotecário e Diretor do Gabinete de História Natural. [Relação dos minerais remetidos para o Real Museu da Ajuda, documento manuscrito]. Rio de Janeiro, 21 out. 1819. Acessível no Museu Nacional de História Natural e da Ciência, Universidade de Lisboa, Portugal. Fundo Real Museu e Jardim Botânico da Ajuda, AHMineralogia, Min.453 (antg. 40), doc. 66.

SCHUCH, Roque. Procuração dando poderes a Urs Roth para em seu lugar receber ajuda de custo. Manuscrito. Timbopeba [Ouro Preto, MG], 1 maio 1825. Fundação Biblioteca Nacional.

SCHUCH, Roque. Procuração nomeando Manuel Fernandes Fraga seu representante para receber na tesouraria da cidade de Ouro Preto, a sua ajuda de custo referente ao mês e junho de 1829. Manuscrito. Ouro Preto, MG, 1 jul. 1829. Fundação Biblioteca Nacional.

[SCHUCH], Roque. Recibo em que confirma a entrega dos soldos e despesas da Fazenda Pública pelo tesoureiro pagador das tropas. Manuscrito. Ouro Preto, MG, 2 maio 1823. Fundação Biblioteca Nacional.

SCHUCH, Roque. *Recibo enviado a Florêncio Francisco dos Santos Franco acusando o recebimento de pedra preciosa para o Gabinete de história natural de S. A. R., a Princesa Real*. Villa Rica [Ouro Preto, MG], 14 fev. 1819. Fundação Biblioteca Nacional.

SCHUCH, Roque. Recibos enviados a Florêncio Francisco dos Santos Franco acusando o recebimento de pedra preciosa para o Gabinete de história natural de S. A. R., a Princesa Real]. Villa Rica [Ouro Preto, MG], 14 fev. 1819. Fundação Biblioteca Nacional.

SCHUCH, Roque. *Relação abreviada de algumas experiências sobre a fabricação do ferro corrido, na província de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Typographia Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp, 1837. Fundação Biblioteca Nacional.

SCHUCH, Roque. Relatórios e remessas para a Academia Real de Lisboa. Arquivo Histórico da Academia das Ciências de Lisboa. PT/ACL/PA/RS/16-02-1820.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Carta a Antônio de Drumond ironizando a nomeação de Pedro I à imperador do Brasil*. Talence [Drôme, França], 19 nov. 1825. 2f. Fundação Biblioteca Nacional.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Carta a Antônio de Meneses Vasconcelos de Drumond informando sobre sua viagem ao Rio de Janeiro*. Bordeaux, 2 abr. 1829. 2f. Fundação Biblioteca Nacional.

SILVA, Custódio José. Recibo passado por ordem do administrador e tesoureiro do Real Museu, Alexandre Rodrigues Ferreira, pelo fiel do museu, ao capitão do navio Príncipe da Beira, José Antônio, vindo do Rio de Janeiro, confirmando a entrega de um ramalhete feito de conchas do Brasil. Rio de Janeiro, 17 set. 1799. Arquivo Histórico Ultramarino. AHU_ACL_CU_017, Cx. 175, D. 12888.

VELOSO, José Mariano da Conceição. *Florae Fluminensis*. 1790. Fundação Biblioteca Nacional. 331 p.

“ZOOLOGISCH-BOTANISCHEN Kabinette”. Arquivo do Museu de História Natural de Viena (Naturhistorisches Museum). AfW562-Zoologie-1827-1847-Erklärung.

ANEXO A – COLECIONADORES ENTRE SÉCULOS

1. Dom Frei Cipriano de São José (1743-1817)

Imagem 26 – Autor desconhecido. [*Retrato de Dom Frei Cipriano de São José*. 1850.



Fonte: Acervo Museu Arquidiocesano de Arte Sacra.

Ocupação: eclesiástico; bispo de Mariana, Minas Gerais (1797-1817).

Gênero: masculino.

Tipologia das coleções: História Natural; Livros; Botânica; Arte.

Localização: Mariana, MG (séc. XVIII-XIX).

Descrição:

“O bispo residia numa casa espaçosa no fundo do vale, e tinha morrido pouco tempo antes de nossa vinda. Gabaram-nos a sua biblioteca munida também de muitas obras sobre história natural, e o seu museu de curiosidades naturais, com alguns minérios ricos de ouro. No pomar, tinha formado um viveiro de fruteiras europeias, que ali dão muito bem” (SPIX; MARTIUS, 2017, v. 1, p. 283).

Dispersão:

Pouco se sabe sobre o destino de suas coleções. Fragmentos delas estão no Museu Arquidiocesano de Arte Sacra de Mariana, bem como no Seminário de Mariana.

Citado por:

BRANDÃO, Angela. José Viegas de Menezes e os retratos do Palácio Episcopal de Mariana. *Nava*, Juiz de Fora, v. 2, n. 2, p. 278-295, fev./jul. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/nava/article/view/28076/19163>. Acesso em: 30 jul. 2025. p. 286.

INVENTÁRIO de dom frei Cipriano de São José. 1817. Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Arquivo 2, gaveta 1.

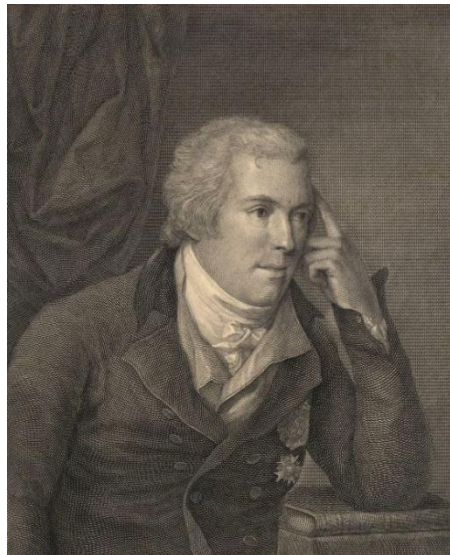
MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. O fascínio pela natureza. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, n. 105, p. 62-67, jun. 2014.

MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. Uma quinta portuguesa no interior do Brasil ou A saga do ilustrado dom frei Cipriano e o jardim do antigo palácio episcopal no final do século XVIII. *Hist. Cienc. Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 881-902, out./dez. 2009. DOI: 10.1590/S0104-59702009000400003. Disponível em: scielo.br/j/hcsm/a/kcRy8njKX9jWFPFt6tfffdRG. Acesso em: 30 jul. 2025.

SPIX, Johann Baptist; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2017. v. 1. p. 283.

2. Antônio de Araújo e Azevedo, o Conde da Barca (Ponte de Lima, Portugal, 1754 - Rio de Janeiro, RJ, 1817)

Imagem 27 – Queirós, Gregório Francisco de. *Ill.mo e ex.mo senhor Antonio de Araujo de Azevedo*. 1804.



Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal.

Ocupação: aristocrata, diplomata.

Gênero: masculino.

Tipologia das coleções: Arte; Livros; História Natural; Botânica.

Localização: Rio de Janeiro, RJ (séc. XIX).

Descrição:

“[...] não pude concluir o meu pequeno laboratório nem nele se poderá trabalhar sem que me cheguem da Inglaterra retortas, instrumentos, de que não há aqui nem um só, e, além disso, os trabalhos nessa cidade são muito lentos, porém o edifício está quase feito” (ARAÚJO AZEVEDO *apud* COSTA, 2022, p. 125).

“[...] entre 1200 e 1400 plantas, úteis ou agradáveis, tanto nacionais como exóticas, e principiou o catálogo delas, hoje desconhecido, com o título de Hortus Araujensis” (TRIGOSO, 1823, t. VIII, parte II, p. XLIII).

“Sabe-se que, após a sua morte, os termos “coleção de pinturas preciosas, a óleo e a fumo” (PESSOA; SANTOS, 2017, p. 266).

Dispersão:

A coleção de livros do Conde da Barca foi adquirida por D. João VI e enviada para a Real Biblioteca.

Citado por:

CATÁLOGO de livros da Biblioteca do Conde da Barca. [S. l.], 1818. 254 f, 41 cm.

Disponível em:

http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1298806/mss1298806.pdf. Acesso em: 16 nov. 2023.

COSTA, Cecília. *O primeiro Conde da Barca: um iluminado na corte de Dom João*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2022. 288 p. (Coleção Rodolfo Garcia, v. 47)

PESSOA, Ana; SANTOS, Ana Lúcia V. Moradas de engenho e arte: as casas do Conde da Barca no Novo Mundo. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, a. 178, n. 475, p. 253-280, set./dez. 2017.

TELLES, Patrícia Delayti. *O cavaleiro Britto e o Conde da Barca: dois diplomatas portugueses e a missão francesa de 1816 ao Brasil*. Lisboa: Documenta, 2019.

TRIGOSO, Sebastião Francisco de Mendo. Elogio Historico do Conde da Barca recitado na assembléa publica de 24 de junho de 1819 pelo socio Sebastião Francisco de Mendo Trigoso. *In: HISTORIA e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Lisboa: Typografia da mesma Academia, 1823. Tomo VIII, parte II, p. XXIX.

3. José Bonifácio de Andrada e Silva (Santos, SP, 1763 - Niterói, RJ, 1838)

Imagem 28 – Sisson, S. A.
[Retrato de] José Bonifácio de
Andrada e Silva. 1857-1863.



Fonte: Wikimedia Commons.

Ocupação: naturalista; estadista; mineralogista.

Gênero: masculino.

Tipologia das coleções: História Natural; Mineralogia.

Localização: Lisboa, Portugal (séc. XVIII); Rio de Janeiro, RJ (séc. XIX).

Descrição:

“Ilm.mo e Ex.mo Snr. Em cumprimento do Aviso de V. Ex.cia datada de 18 de Julho do corrente, remetto inclusa a relação dos Objectos, que os herdeiros do fallecido Conselheiro José Bonifácio d'Andrada e Silva, offerecerão ao Museu Nacional d'esta Corte. Deos Guarde a V. Ex.cia por muitos annos - Museu Nacional 31 de Julho de 1838 = Il.mo e Ex. Snr. Bernardo Pereira de Vasconcellos = Frei Custódio Alves Serrão.

Relação dos objectos que existem no Museu Nacional desta Corte, oferecidos pelos herdeiros do falecido Conselheiro Jozé Bonifacio d'Andrada e Silva

Obra de Architectura toscana por Grandjean - d.^a de architectura gothica por James Murphy (in- completa) // Hum quadro com moldura, e a estampa de Napoleão. // Hum d.o com a estampa de Washington // Sessenta e nove Estampas coloridas de quadrupedes // Cento e vinte d.as de aves. // Onze Desenhos de Máquinas (sem discripção) // Quarenta gravuras representando paysagens. // Oitenta e nove d.as representando diversos ornatos de archi= tectura, personagens, alegorias, e passos da história. // Dois caixões contendo plantas seccas. // Dois d.os com oitenta e duas aves, e huma lontra marinha // Hum dito com quatro pequenas caixas de insectos (in- teiramente estragados). // Hum dito com madreporas. // Dois dittos com seis matreres de vidro, onze retortas de // vidro, e três de barro, hum balão de vidro, três frascos de vidro com três bocas, dez tubos de // vidro. // Quatro dittos com modelos de maquinas em madei= ra (desconcertados, e com varias peças estragadas) // Dois dittos com moldes em papellão representando // as diversas partes de huma galleria subterra= nea para os trabalhos da mineração. // Hum dito com hum barômetro, seis aerometros e hu= ma balança de Nicholson. // Hum dito com hum forno de copellação em ferroqua= si estragado. // Dezenove dittos com mineraes, vindo sete abertos com mais fechados (sem catalogo ou esclarecimento // algum). // Quinhentas e quarenta e nove medalhas, e moedas com= prendendo grande numero de duplicadas // sendo sessenta e oito em prata, e huma em ouro. // Museo Nacional 31 de Julho de 1838 - Frei Custódio Alves Serrão” ([RELAÇÃO...], [s. d.]).

“A (coleção) dos minerais (do Museu Nacional) foi consideravelmente aumentada com a doação feita pelos herdeiros de José Bonifácio dos ricos mostruários organizados pelo notável professor e estadista. Quando moço, esse grande brasileiro foi lente de mineralogia na Universidade de Coimbra, tendo então publicado diversos trabalhos que o colocaram entre os grandes cientistas da Europa. Teve sempre o gosto de colecionar modelos de máquinas e aperfeiçoamentos mecânicos, moedas e gravuras finas. Melhor não poderia ter sido o destino dado pelos seus sucessores a tais preciosidades, que confiá-las à Nação” (KIDDER, 2001, p. 99-100).

“Não há lugar em que possa passar meia hora com mais prazer e proveito do que na família deste ex-ministro. Sua mulher é de origem irlandesa, uma O’Leary [...], e todos os sobrinhos e outros parentes que ali encontro, revelam-se superiores em educação e conhecimentos. Mas é o próprio José Bonifácio que me desperta maior interesse. [...] Para comigo, como estrangeira, foi da maior cerimônia, ainda que delicadamente polido, e conversou sobre todos os assuntos e de todos os países. Ele visitou a maior parte dos da Europa.

Sua biblioteca estava bem provida de livros em todas as línguas. A coleção de química e de mineração é particularmente extensa e rica em autores suecos e alemães. Estes são realmente assuntos de peculiar interesse para o Brasil e foram naturalmente de primeira plano para ela. Mas seu encanto é a literatura clássica” (GRAHAM, 1956, 1990, p. 341, grifo nosso).

“[...] mas lhe rogo queira alugar-me uma casinha para onde nos recolhamos [ilegível] dias, que ficarei no Rio, para requerer, em paga [sic] da grande que sofri com o desterro violento e rápido, a execução do Decreto de Sua Majestade, já enviado em 1822 à São Paulo pelo qual se me mandava pagar a metade dos ordenados, que cobrava em Portugal; como também para ver **se recolho os restos dos meus livros e a minha coleção de minerais, máquinas e modelos que deixei na casa do nosso Francinha - se ido isto está perdido, então paciência - lá vão perdidos mais de cem mil francos, que faziam toda a minha riqueza”** (SILVA, 1829, grifo nosso).

“Como, apesar do meu retiro e nulidade, não posso tirar da cabeça que V. Exa. ainda é meu Amigo, como d'antes, tenho gosto de comunicar-lhe que já estou feito Lavrador de quatro costados; que cultivo, ut prisca gens mortalium [como a antiga raça de mortais],²⁹⁹ com as próprias mãos, a minha horta. Nas terras que comprei no têrmo de Parnaíba, já tenho 107 reses de criação, além de terras auríferas, em que por ora não posso cuidar, por falta de gente e cabedais; e, a pouco mais de um quarto de légua desta Vila, obtive da Câmara, por carta de data, 300 braças de terra de testada 500 de fundo, **para uma chácara e casas de residência, livraria e museu, em que trabalho de dia e de noite;** tudo isto com gente livre e alugada, sem precisar de escravatura, que detesto, e querendo dar a esta gente exemplo do que devem fazer, para se pouparem, para o futuro, às grandes infelicidades que ameaçam aos vindouros no Brasil. Se V. Exa. me puder enviar sementes da Europa e plantas das drogas asiáticas da Lagoa de Freitas, me fará grande mercê; pois creio que este país é muito próprio para todas elas” (VIANNA, 1963, p. 241, grifo nosso).

²⁹⁹ Tradução nossa.

Dispersão:

Grande parte das coleções de minerais e de História Natural foram doadas para o Museu Nacional. Da coleção de livros, até o momento, não foi encontrada nenhuma documentação.

Citado por:

FURTADO, Júnia Ferreira. Ciência, diplomacia e viagem: Dom Rodrigo de Souza Coutinho e o tour mineralógico dos savants luso-brasileiros José Bonifácio de Andrada e Silva e Manoel Ferreira da Câmara Bithencourt em Turim. In: MOTTA, Isabel Ferreira da.; SPANTIGATI, Carla Enrica (coords.). *Tanto Ella Assume Novitate al Fianco*: Lisboa, Turim e o intercâmbio cultural do século das luzes à Europa pós-napoleónica. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019. p. 164-172. DOI: 10.14195/978-989-26-1739-8_4.

GRAHAM, Maria. 1785-1842. In: _____. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Tradução: Américo Jacobina Lacombe. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1956, 1990.

KIDDER, Daniel Parrish. *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil*: Rio de Janeiro e província de São Paulo compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e das diversas províncias. Brasília: Senado Federal, 2001. p. 99-100.

MARQUES, Adílio Jorge; FILGUEIRAS, Carlos A. L. Uma família de químicos unindo Brasil e Portugal: Domingos Vandelli, José Bonifácio de Andrada e Silva e Alexandre Vandelli. *Química Nova na Escola*, [S. l.], v. 31, n. 4, nov. 2009. p. 251-256.

RELAÇÃO dos objectos que existem no Museo Nacional desta Corte, oferecidos pelos herdeiros do falecido Conselheiro Jozé Bonifacio d'Andrada e Silva. [s. d.]. R.A. 1 Museu Nacional_SEMEAR_IMG_0658.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Carta a Antônio de Meneses Vasconcelos de Drumond informando sobre sua viagem ao Rio de Janeiro*. Bordeaux, 2 abr. 1829. 2f. Fundação Biblioteca Nacional.

VARELA, Alex Gonçalves; LOPES, Maria Margaret; FONSECA, Maria Rachel Fróes da. As atividades do naturalista José Bonifácio de Andrada e Silva em sua 'fase portuguesa' (1780-1819). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 685-711, set./dez. 2004. DOI: 10.1590/S0104-59702004000300008. Disponível em: scielo.br/j/hcsm/a/vzxGR7tSvqgG3kSWG9DpsQL. Acesso em: 31 jul. 2025.

VIANNA, Hélio. Correspondência de José Bonifácio. *Revista de História*, São Paulo, v. 27, n. 55, p. 217-242, 1963. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1963.122184. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/122184>. Acesso em: 31 jul. 2025. Original no Arquivo Histórico do Itamaraty, do Ministério das Relações Exteriores, lata 120, maço 5. No Catálogo da Parte III — 30 — Documentos anteriores a 1822 (Rio de Janeiro, 1957), p. 55.

4. Joaquim Jerônimo Serpa (Recife, PE, 1773-1842)

Ocupação: professor; botânico.

Gênero: masculino.

Tipologia das coleções: História Natural; Livros; Herbário.

Localização: Recife, PE (séc. XIX).

Descrição:

“O Jardim Botânico está situado em um terreno côncavo atrás da cidade de Olinda e, conquanto grande, só é em parte cultivado. A residência do professor fica quase ao centro. Encontramos o Dr. Serpa em seu gabinete, bastante amplo, e que ele usa como sala de preleções. Parecia um homem de sessenta anos e impressionou-me por sua inteligência e atenciosas maneiras. Além de suas outras ocupações tinha a principal clientela de Olinda. Sua biblioteca se compunha principalmente de obras em francês sobre botânica, história natural, agricultura e medicina. Ví ali pela primeira vez a Flora Fluminensis, obra publicada a expensas do governo brasileiro. Os desenhos aí que se fizeram as chapas foram preparados em fins do século passado sob a direção de um jesuíta de nome Veloso. Custou 70.000 libras esterlinas e, para empregar as palavras do Dr. Von Martius, “é uma estranha publicação, que pode ser dada como exemplo de uma obra literária mal orientada, e em ponto tão grande, que nunca deveria ter sido começada. Onze enormes volumes com cerca de mil e quinhentas ilustrações, constituem esta obra vultosa, cuja utilidade, infelizmente, não está em proporção com os gastos que envolveu” (GARDNER, 1942, p. 69-710).

Dispersão:

Sem informações.

Citado por:

ALMEIDA, Argus Vasconcelos de; LUNA, Patrícia Dantas Cavalcanti; SANTANA, Thaís Honorato; LIMA, Vilma Ribeiro. As plantas medicinais referenciadas pelo cirurgião e naturalista pernambucano Joaquim Jerônimo Serpa (1773-1842): uma ponte entre o passado e a atualidade. *SITIENTIBUS série Ciências Biológicas*, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 103-112, 2008. DOI: 10.13102/scb8079. Disponível em: <https://periodicos.uefs.br/index.php/sitientibusBiologia/article/view/8079>. Acesso em: 4 ago. 2025.

GARDNER, George. *Viagens no Brasil*: principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841. Brasil: Editora Nacional, 1942.

SOUZA, Osvaldo Martins Furtado de. O horto d'el rei. *Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agronômica*, Recife, v. 10, p. 62-64, 2013.

5. José Vieira Couto (Tejuco, MG, 1752-1827)

Ocupação: médico; naturalista.

Gênero: masculino.

Tipologia das coleções: História Natural; Mineralogia.

Localização: Tejuco, MG (séc. XVIII).

Descrição:

“Nesses dias, levaram-me à casa vazia do Dr. Couto, um erudito brasileiro que viajou pela Europa e que possui conhecimentos incontestes de História Natural. Em 1798, a serviço do Governo, ele viajou pela província e escreveu sobre ela uma bela dissertação. É uma pena que não tenha sido impressa. O autor possui uma bela coleção de minerais, apesar da desorganização. Ele mora retirado em suas terras, tem 72 anos de idade e é surdo. Possui uma biblioteca bastante selecionada, especialmente com obras raras sobre química, mineralogia e mineração. Esse homem poderia ter prestado grandes serviços ao Estado, mas caiu no esquecimento sem ter sido aproveitado. Vi sua coleção de minerais, alguns extraordinários, entre outros um aglomerado de argila de minério de ferro com cristais e fragmentos de uma pedra transparente que, à primeira vista, se parece com o cristal de rocha, mas, na realidade, é bem diferente. Chama-se esse tipo de pedra de ganga do diamante, que não quer dizer filão. Dizem que, às vezes, essa pedra é salpicada de diamantes, sem que por isso seja a pedra-mãe” (SILVA; KOMISSAROV, 1997, p. 272).

Tenho também experimentado Ex.^{mo} Senhor, grandes dificultad.^{es} em m.^{tas} experiências químicas por causa de não ser – o meu Laboratório munido de vasos de vidro, nem, nestes sertões há p.^{or} onde recorrer-se, se V. Ex.^a me suprisse com os vãos da Lista inclusa, m.^{to} V. Ex.^a promoveria p.^a a glória e aumento do Estado do q. he V. Ex.^a digníssimo e benemérito Ministro. Tejuco – 30 de Julho de 1799.³⁰⁰

³⁰⁰ COUTO, José Vieira. Carta a [D. Rodrigo de Sousa Coutinho], queixando-se da falta de meios de subsistência e de equipamento para as suas experiências químicas. Pede o abastecimento dos vasos de vidro da lista que junta. Arquivo Histórico Ultramarino. AHU_ACL_CU_011, Cx. 149, Doc. 30. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=011_MG&pagfis=74228. Acesso em: 27 jul. 2025.

Dispersão:

Uma parte de sua biblioteca compõe o acervo da Biblioteca Antônio Torres e, outra, da Biblioteca do Palácio Arquiepiscopal de Diamantina e do Seminário Provincial Sagrado Coração de Jesus. Em relação ao gabinete de História Natural de Vieira Couto e às coleções que o recheava, seu paradeiro ainda é um mistério.

Citado por:

COUTO, José Vieira. *Parecer de José Vieira Couto sobre a criação de um Museu Nacional*. [1815-1821]. Arquivo Público Mineiro. SC 123, doc. 11.

FURTADO, Júnia Ferreira. Bosque de Minerva: artefatos científicos no colecionismo joanino. In: GESTEIRA, Heloisa Meireles; CAROLINO, Luís Miguel; MARINHO, Pedro (orgs.). *Formas do Império: ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil. Séculos XVI ao XIX*. São Paulo: Paz e Terra, 2014. p. 229-273.

FURTADO, Júnia Ferreira. Enlightenment Science and Iconoclasm: the Brazilian Naturalist José Vieira Couto. *Osiris*, Chicago, v. 25, n. 1, p. 189-212, jan. 2010. DOI:10.1086/657269. p. 197-208.

FURTADO, Júnia Ferreira. Seditious Books and Libertinism in the Captaincy of Minas Gerais (18th-Century Brazil): the Library of Naturalist José Vieira Couto. *Revista Complutense de História da América*, Madri, v. 40, p. 113-136, 19 nov. 2014. DOI: 10.5209/rev_RCHA.2014.v40.46345. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/RCHA/article/view/46345>. Acesso em: 4 ago. 2025.

LEITE, Paulo Gomes. A cultura no Tijuco no resgate do Iluminismo em Minas. *Revista Minas Gerais*, Belo Horizonte, n. 14, p. 22-26, mar. 1989.

LEITE, Paulo Gomes (1990a). Contestação e revolução na biblioteca de Vieira Couto. *Revista Minas Gerais*, Belo Horizonte, n. 27, p. 23-29, jul. 1990.

LEITE, Paulo Gomes (1990b). Um iluminista holandês na biblioteca de Vieira Couto. *Revista Minas Gerais*, Belo Horizonte, n. 2, p. 24-29, dez. 1990.

SILVA, Danuzio Gil Bernardino (org.); KOMISSAROV, Bóris V. et al. (eds.). *Os diários de Langsdorff* – Vol. 1. Tradução: Márcia Lyra Nascimento Egg e outros. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff; Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997. p. 272.

6. Maria Graham Callcott (Cockermouth, Reino Unido, 1785 - Londres, Reino Unido, 1842)

Ocupação: viajante; pintora; escritora.

Gênero: feminino.

Tipologia das coleções: História Natural; Numismática; Mineralogia; Livros.

Localização: Rio de Janeiro, RJ (séc. XIX).

Descrição:

“Visitamos a Mrs. Graham quando retornávamos. Ela ocupa uma pequena cabana, no exato sentido da palavra, consistindo somente de dois quartos que estão cheios de toda sorte de coisas: sua cama, livros, peles de cobras, e de répteis, um retrato de lord Cochrane, um do seu finado marido, comandante Graham, um gato e muitos outros artigos. A luz transparece através das telhas e, de fato, é como se estivesse vivendo ao ar livre” (HAMOND, 1984, p. 14).

Dispersão:

Sem informações.

Citado por:

HAMOND, Graham. *Os Diários do Almirante Graham Eden Hamond*. Trad. de Paulo F. Geyer, Rio de Janeiro: Ed. J.B. 1984. p. 14.

7. Jonathas Abbott (Londres, Reino Unido, 1796 - Caminho Novo do Gravatá, BA, 1868)

Imagem 29 – Rodrigues, João Francisco Lopes. *Retrato do Conselheiro Jonathas Abbott*. [s. d.].



Fonte: Acervo Museu de Arte da Bahia.

Ocupação: médico cirurgião.

Gênero: masculino.

Tipologia das coleções: Arte.

Localização: Bahia (séc. XIX).

Descrição:

“Nascido na década de 1790, na localidade de Lambeth, Inglaterra, de origem social humilde, o personagem anglo-baiano veio para a cidade de Salvador em 1812. Apesar de José Valladares indicar a falta de fontes que atestem os fatos, a tradição diz que o inglês teria vindo ainda nos tempos joaninos, como cavalição do médico luso-baiano João Álvares do Amaral e que posteriormente viria a prestar serviços de intérprete ao Conde dos Arcos, governador geral da Bahia, tendo sido depois servente na Escola Cirúrgica. Depois de ingressar, em 1816, no curso de medicina, J. Abbot chegou a se tornar um médico destacado na sociedade da Bahia do século XIX, e depois professor de anatomia geral e descritiva tendo sido também fundador da Sociedade de Belas Artes e do Instituto Histórico da Bahia, vindo a falecer em 1868. Consta

que ainda em vida, em 1858, o colecionador doou 37 quadros à Biblioteca Pública da Bahia. O diferencial da história dessa coleção baiana é que o governo da província adquiriu de seus herdeiros as obras de arte acumuladas por Jonathas Abbott, tendo sido mantidas em exposição pública no Liceu Provincial em, depois, nos de 1880, no Liceu de Artes e Ofícios, tornando-se base do futuro Museu do Estado, criado no séc. XX, na década de 1930” (KNAUSS, 2001, p. 25-27).

“Art. 22. Fica o governo autorizado a adquirir para núcleo de um museu provincial a coleção de quadros pertencentes aos herdeiros do finado Dr. Jonathas Abbott.” (LEIS..., 1868, p. 104).

Dispersão:

“Em abril de 1869, o governo da Bahia adquiriu parte de suas obras, as quais foram doadas ao Liceu Provincial. Em 1931, as obras foram transferidas para a pinacoteca do Estado da Bahia. Finalmente, em 1938 a Coleção Abbott foi enviada ao Museu de Artes da Bahia, recém-inaugurado no antigo palacete Góes Calmon, no Corredor da Vitória, Salvador. Em 30 de junho de 2000, a diretora do museu, Sylvia Athayde, fez uma relação completa do que restava, e, de um total de 160 obras, permanecem 37 telas de artistas baianos e demais brasileiros, e 123 de artistas estrangeiros (todas não identificadas). A Galeria Abbott permanece até hoje como o núcleo da coleção do Museu de Artes da Bahia” (OLIVEIRA, 2014, p. 578-579).

Citado por:

CATÁLOGO dos painéis a óleo, lithographias, gravuras e photographias que compõem a Galeria Abbott estabelecida no Lyceo. Bahia: Typographia Constitucional, Ao Aljube, 1871.

KNAUSS, Paulo. O cavalete e a paleta: arte e prática de colecionar no Brasil. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 33, p. 23-44, 2001. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=MHN&pasta=Anais%20do%20Museu%20Historico%20Nacional\Volume%20XXXIII%20-%202001&pesq=o%20cavalete%20e%20a%20paleta>. Acesso em: 31 jul. 2025.

LEIS do Estado da Bahia. Ano 1868. p. 104. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/235130/8241>. Acesso em: 4 ago. 2025.

NEVES, Maria Helena França. *Jonathas Abbott: um lugar de memória*. 1994. Trabalho final da disciplina História da Bahia no século XIX (Mestrado em Artes) – Escola de Belas Artes, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1994.

OLIVEIRA, Cláudia de. Jonathas Abbott: individualidade e colecionismo na Bahia no século XIX. *Sociol Antropol*, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 565-584, jul./dez. 2014. DOI: 10.1590/2238-38752014V4211. Disponível em: scielo.br/j/sant/a/3wrqDtKYFQhrBtCTQgzGcXR/abstract. Acesso em: 4 ago. 2025.

OLIVEIRA, Cláudia de. Jonathas Abbott: arte, mecenato e colecionismo na Bahia no século XIX. *Escritos VII*, Rio de Janeiro, a. 7, n. 7, 2013. Disponível em: <https://rubi.casaruibarbosa.gov.br/handle/20.500.11997/18013>. Acesso em: 4 ago. 2025.

SILVA, Viviane Rummmler da. *Pintores fundadores da Academia de Belas Artes da Bahia: João Francisco Lopes Rodrigues (1825-1893) e Miguel Navarro y Cañizares (1834-1913)*. 2008. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Escola de Belas Artes, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/9855>. Acesso em: 4 ago. 2025.

VALLADARES, José do Prado. *A Galeria Abbott: primeira pinacoteca da Bahia*. Monografia apresentada ao I Congresso de História da Bahia, março de 1949. Secretaria de Educação/Museu do Estado: Salvador, 1951.

8. Henry Chamberlain (Londres, Reino Unido, 1796-1829)

Imagem 30 – Autor desconhecido. *[Retrato de] Henry Chamberlain*. 1810.



Fonte: Acervo Government Art Collection (Reino Unido).

Ocupação: diplomata.

Gênero: masculino.

Tipologia das coleções: História Natural.

Localização: Rio de Janeiro, RJ (séc. XIX).

Descrição:

“Nessa busca, fomos dar numa plantação solitária de café, propriedade, como depois nos informaram, do cônsul inglês, o Sr. Chamberlain, que também se ocupa de entomologia e possui uma rica coleção de insetos da redondeza. Justamente quando chegamos aqui, haviam desenterrado do campo uma bela cobra vermelho-carmesim, com listas pretas e brancas, que por preconceito se considera venenosa” (SPIX; MARTIUS, 2017, p. 99).

Dispersão:

Sem informações.

Citado por:

SPIX, Johann Baptist; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2017. p. 99.

9. D. Maria Leopoldina de Habsburgo-Bragança (Viena, Áustria, 1797 - Rio de Janeiro, RJ, 1826)

Imagem 31 – Autor desconhecido.

D. Maria Leopoldina de Áustria na Ilha da Madeira. 1817.



Fonte: Acervo Museu Histórico Nacional.

Ocupação: princesa e imperatriz do Brasil.

Gênero: feminino.

Tipologia das coleções: História Natural; Numismática; Mineralogia; Livros; Arte.

Localização: Rio de Janeiro, RJ (séc. XIX).

Descrição:

“espero com bastante impaciência que o Sr. Gordon arranje agora meu gabinete de mineralogia. Tenho uma coleção para a cunhada de Sir Charles Stuart e espero enviá-la pelo próximo pacote. Seu cunhado deixou-nos para ir a Lisboa, de modo que não pôde incumbir-se deste encargo” (KANN; LIMA, 2006, p. 447).³⁰¹

[Roque Schuch sobre o laboratório de D. Leopoldina]: Especificação - De aparato Físico e Químico pertencentes à S. M. A Imperatriz do Brasil em poder do assignado - N.º 1 – Caixa

³⁰¹ Carta de Leopoldina a Madame Graham, São Cristóvão, 7 jun. 1826.

de 25 polegadas de comprimento, 12 de altura, e 12 de largura – compreende: a) o Teodelito; b) o Otanto; c) o aparato de platina; d) o [amacaris] com seus foles; N.º 2 Caixão de 23 polegadas de comprimento, 14 de altura, 12 de largura; compreende os reagentes; N.º 3 Caixão da mesma medida, e compreende também os reagentes; N.º 4 Caixão de 21 polegadas de altura, 18 de comprimento, e 14 de largura compreende a fornalha [amostra]; N.º 5 e 6 Caixões de 24 polegadas de comprimento, de 14 de largura, e 18 de altura; N.º 7 as retortas de barro com os cadilhos, e porcelana; N.º 8 os vasos de vidro; N.º 9 a balança fina, caixão de 25 ½ polegadas de comprimento, 3 de altura, e 14 de largura; N.º 10 o aparato [precumático], caixão de 25 ½ polegadas de comprimento, 13 ½ de largura e 13 de altura. Ficam ainda os [modelos] de agricultura que se entregaram também logo que os carpinteiros tiverem acabado de aprontar os instrumentos conforme os ditos modelos em ponto grande para servirem a mostrar a aplicação deles na agricultura ([OFÍCIO...], 1823).

Ela deixa às suas Augustas Filhas uma biblioteca, rica pela escrupulosa escolha dos melhores Autores; por muitos Manuscritos autógrafos; por uma soberbíssima coleção das melhores escolas de Pintura: deixa um Gabinete de História Natural, onde existem as riquezas dos três Reinos com um mui pequenas faltas, que se ião encher (ANÔNIMO, 1826, p. 10).

É constante, que S. M. a Imperatriz foi mui versada nos diferentes ramos de História Natural, e que possuía um copioso Gabinete de variedades neste gênero, assim como uma preciosa coleção das melhores Escolas de pintura, que atestam o seu depurado gosto, e a constituem benemérita das Artes e Ciências (SEIXAS, 1827, p. 12).³⁰²

[...] achando-se o importante Museu Mineralógico de S. M. I. desorganizado, e guardado a assim em caixões, e que tendo eu feito edificar uma sala para o colocar em ordem, não achei nesta Corte pessoa que o fizesse cientificamente, senão o Doutor Roque Schuch, o qual o tem classificado na sua maior parte, com muito conhecimento de cousa, e muitas assiduidade, tanto mais por ter sido ele quem o acompanhou de Viena, e quem o enriqueceu de raros produtos mineralógicos, recolhidos na Província de Minas Gerais:

³⁰² “As Ciências lhe abrem logo o seu Santuário, e guiada pelo archote da Filosofia ela penetra, e discorre por todos os reinos da Natureza, observando, e coligindo os mais belos produtos, e riquezas desta ciência tão útil, como agradável, que longe de ser para ela, como para tantos outros, o escolho da Religião, e da Fé, contribuía antes à sua própria santificação, elevando-se do conhecimento das cousas visíveis, como diz o Apóstolo, à contemplação da mesma Causa Eterna, e das suas Perfeições estampadas em todas as maravilhas da Natureza”.

outrossim atesto que o encarreguei de fazer um Catálogo,³⁰³ tanto do Museu, como da rica Biblioteca Imperial, cujas obras necessitavam de uma colocação científica; e porque muitas são em Alemão, em Grego, em Latim, e em Inglês, necessitava-se de quem fosse conhecedor de todas estas línguas, como o sobredito Roque Schüch é; e para que conste onde lhe convier mandei passar esta ([PROCESSO...], 1818-1839).

Dispersão:

Museu Nacional da UFRJ (minerais e livros); Museu Histórico Nacional (Numismática?).

Citado por:

ANÔNIMO. *A sensibilidade nacional e estrangeira; homenagem á sempre saudoza memooria da muito Alta e muito Augusta Senhora D. Leopoldina Carolina Josepha, imperatriz do Brasil, por ***, no dia do seu depósito no Convento das Religiosas d'Ajuda*. Rio de Janeiro: Imprensa Imperial de P. Plancher-Seignot, 1826.

DANTAS, Regina Maria Macedo Costa. *A Casa do Imperador: do Paço de São Cristóvão ao Museu Nacional*. 2007. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

KANN, Bettina; LIMA, Patrícia Souza. *Cartas de uma imperatriz*. São Paulo: Estação Liberdade, 2006.³⁰⁴

OFÍCIO ao presidente da Junta da Fazenda Pública para que o almoxarife dos armazéns seja incumbido da conservação dos instrumentos químicos e das coleções de História Natural da imperatriz até o transporte destes. Ouro Preto, MG, 27 jun. 1823. 3 doc. (5 p.). Fundação Biblioteca Nacional.

PROCESSO de naturalização brasileira de Roque Schuch. Rio de Janeiro, RJ; Minas Gerais, 1818-1839. 16 docs. (40 p.). Fundação Biblioteca Nacional.

RIEDL-DORN, Christa. *Johann Natterer e a missão austríaca para o Brasil*. Petrópolis: Index, 1999. p. 60-61.

SEIXAS, D. Romualdo Antônio Seixas. *Oração fúnebre da muito alta, e augusta senhora D. Maria Leopoldina Jozefa Carolina, archiduqueza d'Austria, e primeira imperatriz do Brasil [...]*. Rio de Janeiro: Typographia de Plancher-Seignot, 1827.

³⁰³ Infelizmente, até o momento, este documento – que contribuiria para o entendimento do espaço museológico do Palácio de São Cristóvão – não foi localizado.

³⁰⁴ Ver o compilado de cartas de D. Leopoldina. Há várias menções de coleções para os seus familiares, bem como do seu museu.

THOMPSON, Analucia. O colecionamento de objetos indígenas no tempo de Leopoldina. *In*: MAGALHÃES, Aline Montenegro; MARINS, Álvaro; BEZERRA, Rafael Zamorano (orgs.). *D. Leopoldina e seu tempo: sociedade, política, ciência e arte no século XIX*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2014. p. 135-148.

10. José Thomaz de Oliveira Barbosa (Rio de Janeiro, RJ, 1803 - 1888)

Ocupação: militar; paleólogo.

Gênero: masculino.

Tipologia das coleções: História Natural; Arte; Antiguidades; Documentos.

Localização: Rio de Janeiro, RJ (séc. XIX).

Descrição:

“Há 15 quadros pertencentes ao Sr. Comendador José Thomaz de Oliveira Barbosa, sendo entre esses dignos de muito especial menção o S. Domingos (n. 93), atribuído a Miguel Angelo; o retrato do príncipe Maurício de Nassau (94), escola flamenga; e o S. Bartholomeu (104), também atribuído a Miguel Angelo” (JORNAL DO COMMERCIO, 21 mar. 1859).

“Dia 18 - Dirigi-me com H. para a Rua das Marrecas. [...] A conversa foi então interrompida pela chegada do Sr. B., que nos levou a uma sala cheia de curiosidades. Além de coleções de relíquias brasileiras, havia ali raras antiguidades peruanas, de louça, de pedra e de metal. Pedi licença para reproduzi-las. Por sua pronta aquiescência, exprimi-lhe logo os meus agradecimentos e quando o leitor chegar ao apêndice deste livro, em que elas são descritas, sentir-se-á igualmente grato a este esclarecido brasileiro” (EWBANK, 1976, p. 193).

“O general Álvares, o último representante espanhol e governador da Província de Cuzco, reuniu durante a sua administração uma valiosa coleção de antiguidades. Chegando ao Rio de Janeiro (e seu caminho para a Espanha), dispôs delas aí. Devo à gentileza de seu comprador – o Senhor Barbosa, um senhor brasileiro de grande cultura e de grande pendor pelas coisas antigas – a oportunidade de examiná-las. Até agora não se publicou nenhuma relação delas, e duvido que qualquer livro moderno possa conter um rol mais precioso de relíquias dessa espécie” (*Ibid.*, p. 329).

Dispersão:

Sua coleção de antiguidades foi doada para o Museu Nacional; a de documentos, para o Arquivo Nacional; e, a histórica, para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Carece de mais informações.

Observação:

José Thomaz de Oliveira Barbosa circulou e atuou nos principais espaços culturais e científicos da cidade. Foi membro do IHGB, secretário na Seção de Numismática, Artes Liberais, Usos e Costumes dos Povos do Museu Nacional e membro fundador do Arquivo Nacional (possuía uma extensa coleção de documentos sobre a história brasileira). Além dessas instituições, também esteve presente na Academia Imperial de Belas Artes, concedendo empréstimos de sua coleção de pinturas para as exposições.

O livro de Thomas Ewbank, *A vida no Brasil*, contém um relato detalhado de todas as peças que compunham a coleção de antiguidades pré-colombiana de Oliveira Barbosa – um relato rico em informações para entender o colecionismo do período.

Citado por:

EWBANK, Thomas. *A vida no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

JORNAL DO COMMERCIO, Rio de Janeiro, n. 80, 21 mar. 1859. Coluna A Semana.
Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/364568_04/14188. Acesso em: 4 ago. 2025.

SANTOS, Ana Lucia Vieira dos; PESSOA, Ana. O inventário de Maria Tomásia: liberalismo e distinção. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL A CASA SENHORIAL, IV, 2017, Pelotas. *Anais do [...]*. Pelotas: CLAEC, 2017. p. 455-470.

SANTOS, Ana Lucia Vieira dos; PESSOA, Ana. “Tratar-se à lei da nobreza”: a família Oliveira Barbosa e Grandjean de Montigny. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL A CASA SENHORIAL, IV, 2017, Pelotas. *Anais do [...]*. Pelotas: CLAEC, 2017. p. 4-27.

SQUEFF, Leticia. *Uma galeria para o Império: a Coleção Escola Brasileira e as origens do Museu Nacional de Belas Artes*. São Paulo: Edusp, 2012. 200 p.

11. Francisco José Fialho (*J.S. L.*, 1814-1885)

Ocupação: comendador; escrivão da primeira vara criminal e tabelião (LAEMMERT, 1852); professor de francês e secretário da província do Piauí.

Gênero: masculino.

Tipologia das coleções: Arte.

Localização: Rio de Janeiro, RJ (séc. XIX).

Descrição:

“Leilões. Quarta-feira, 7 de corrente. Móveis de mogno entalhados (feitos em Paris) superior piano-forte de Erard, carrinhos timon-balancé, animais, incluindo parselhas, arreios, ricas pinturas a óleo, louça, porcelana, cristais finos, casquinhas, prataria em obra, excelente trem de cozinha, soberbo fogão, etc., livraria em Direito, etc, escravos prendados e boas figuras, que serão vendidos por J. Bonis, constando de cozinheiros, pedreiros, bolieiros, mucamas e serviço doméstico, uma bomba inglesa, etc. DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, 6 jun. de 1852” (PESSOA, 2021, p. 17).

“Aprecia-se mais 25 quadros que pertencem ao Sr. F. J. Fialho, pela maior parte de pintores contemporâneos. São lindíssimas as três paisagens, originais de Marko (ns. 128, 129, 130); a Gruta Azul de Smargiassi (n. 127); o Propheta Jeremias, original de Bezzeli (n. 89), e ainda outros não menos belos” (JORNAL DO COMMERCIO, 1859).

“Francisco Fialho se destacaria também como colecionador de obras de arte, tendo sido um dos cinco colecionadores privados, além do Imperador, a participar, com vinte e cinco quadros, 87 das Exposições Gerais de Belas Artes entre 1859 e 1860. Joaquim Manuel de Macedo, em seu artigo em A semana sobre a Exposição de 1959, elogia a coleção de Fialho, constituída por pintores contemporâneos, com destaque para “três lindas e originais paisagens” de Carlo Marko (1822-1891), a “Gruta Azul”, de Smargiassi, e para “O profeta Jeremias”, de Giuseppe Bezzuoli (1784-1855), entre outras pinturas” (PESSOA, *op. cit.*, p. 12).

“A coleção era composta por dois retratos de Bruschetti (não identificado), cinco paisagens de Carlo Marko (1822-1891), um quadro de Giacomo Carlone (não identificado), Francesca de Rimini (miniatura), *O profeta Jeremias*, *A Madalena e Cupido*, de Giuseppe Bezzuoli (1784-1855), *A gruta azul*, de Gabriele Smargiassi e outros quatorze sem identificação de autor” (CARIA, 2016, p. 90-91).

“Um dos quadros de Carlos Marko, *“Ilha dos amores”*, foi apresentado também na exposição camoniana da Biblioteca Nacional, inaugurada a 10 junho de 1880 pelo Imperador. (O Apóstolo 13 jun 1880). A Biblioteca Nacional possui três cartas de correspondência entre o tabelião e o pintor Marko, de 1852 e 1855. JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 21 mar. 1859” (PESSOA, 2021, p. 20).

Observação:

Conhecido como tabelião Fialho, foi responsável por conduzir as obras da reforma do Passeio Público do Campo de Santana, juntamente com Auguste François Glaziou. “A primeira colaboração da dupla foi, na verdade, em projeto em terreno particular do tabelião, que foi comentada por Joaquim Manoel de Macedo, em sua coluna no Jornal do Commercio, em 1861, em meio ao debate sobre a contratação dos serviços do Passeio Público. Segundo o jornalista, o tabelião teria “gosto apurado e de muito amor pelas belas-artes”, como podia ser comprovado em obra particular que estava realizando.

Segundo Ana Pessoa, Fialho era “amante das belas artes e da flora, colecionou quadros e participou da diretoria da Sociedade Propagadora das Belas Artes, e, quando deputado, atuou entusiasticamente na Câmara para aprovação dos recursos para a conclusão dos estudos da *Flora brasiliensis*, por Carl Friedrich von Martius”.

Dispersão:

Sem informações.

Citado por:

LAEMMERT, Eduardo. *Almanak administrativo, mercantil e industrial da corte e provincia do Rio de Janeiro para o anno bissexto de 1852*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1852.

CATÁLOGO da Exposição Geral de Belas Artes. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1859 (Biblioteca do Museu Nacional de Belas Artes).

CARIA, Thamís Malena Marciano. *Cleópatra do Museu D. João VI: a trajetória de uma obra*. 2016. Dissertação (Mestrado em Artes, Cultura e Linguagens) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016. p. 90-91.

JORNAL DO COMMERCIO, Rio de Janeiro, n. 80, 21 mar. 1859. Coluna A Semana. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/364568_04/14188. Acesso em: 4 ago. 2025.

PESSOA, Ana. O tabelião Fialho: imaginação e negócios na modernização do Brasil. *Leituras Paisagísticas: teoria e práxis*, Rio de Janeiro, n. 9, p. 12-35, 2021.

12. Domingos José de Oliveira Mello (/S. L./, 1817-1?)

Ocupação: empregado público;³⁰⁵ “comerciante de comissões no Rio de Janeiro”; fiscal na Companhia Monte do Socorro e na Caixa Econômica.

Gênero: masculino.

Tipologia das coleções: Arte.

Localização: Rio de Janeiro, RJ (séc. XIX).

Descrição:

“Mais 9 quadros de propriedade do Sr. Domingos José de Oliveira Mello, sobressaindo o n. 58, original de Debret, que foi mestre do Sr. Porto-Alegre; os outros são lindíssimas paisagens do distinto napolitano Sarritelli.” (JORNAL DO COMMERCIO, 1859).

Observação:

Conforme anúncio no *Jornal do Comércio*, Domingos José de Oliveira Mello doou, junto com outros indivíduos, o montante de 10\$000 para “levantamento da estátua equestre de D. Pedro I, em 5 de março de 1855.”³⁰⁶

Dispersão:

Sem informações.

Citado por:

JORNAL DO COMMERCIO, Rio de Janeiro, n. 80, 21 mar. 1859. Coluna A Semana.
Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/364568_04/14188. Acesso em: 4 ago. 2025.

³⁰⁵ LISTA dos cidadãos qualificados na Freguezia do SS. Sacramento, em virtude da lei de 19 de agosto de 1846. *Gazeta Oficial do Império do Brasil*, Documentos Officiaes, Rio de Janeiro, v. 2, n. 138, p. 550, 16 out. 1847. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=749435&pagfis=550>. Acesso em: 4 ago. 2025.

³⁰⁶ JORNAL do Commercio, Subscrição, Rio de Janeiro, a. XXX, n. 67, 8 mar. 1855. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/364568_04/8233. Acesso em: 4 ago. 2025.

13. D. Tereza Cristina de Bourbon-Duas Sicílias, a Imperatriz do Brasil (Nápoles, Itália, 1822 - Porto, Portugal, 1889)

Imagem 32 – Meirelles, Victor.
*Retrato de Tereza Cristina das
Duas Sicílias. 1864.*



Fonte: Acervo Museu de Arte de São Paulo.

Ocupação: imperatriz.

Gênero: feminino.

Tipologia das coleções: Antiguidades; Arte.

Localização: Rio de Janeiro, RJ (séc. XIX).

Descrição:

“No peitoril de uma janela havia antiguidades de Herculano e Pompeia enviadas como presente à Imperatriz por seu irmão, Bomba de Nápoles. Todos eram cobertos com uma dura crosta verde, que em um dos vasos estava um pouco raspada, deixando ver por baixo o metal, tão liso e polido quanto um moderno aparelho de chá saído da fábrica [...]” (EWBANK, 1976, p. 114-116).

Imagem 33 – Ewbank,
Thomas. [Desenho da
coleção de
antiguidades de D.
Tereza Cristina].
[s. d.].



Fonte: Ewbank, 1976.

Dispersão:

Coleção de antiguidades doada ao Museu Nacional da UFRJ.

Citado por:

AVELLA, Aniello Angelo. *Teresa Cristina de Bourbon: uma imperatriz napolitana nos trópicos – 1843-1889*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

AZEVEDO, Evelyne. A coleção Teresa Cristina: idealização e falência de um projeto cultural para o Brasil. *Concinnitas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 34, p. 116-125, 2018. p. 116-125.

EWBANK, Thomas. *A vida no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976. p. 114-116.

KOSERITZ, Carl von. *Imagens do Brasil*. Tradução, prefácio e notas: Afonso Arinos de Melo Franco. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980. p. 194.

LAVAGNE, H. *Teresa Cristina Maria: uma imperatriz arqueóloga (1822-1889)*. In: *Afrescos de Pompéia: a beleza revelada*. Rio de Janeiro: Museu Nacional de Belas Artes, 2005. p. 10-18.

SANTOS, Sandra Ferreira dos. A Coleção Teresa Cristina do Museu Nacional do Rio de Janeiro: as possibilidades de uma coleção. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, n. 30, p. 148-160, 2018. DOI: 10.11606/issn.2448-1750.revmae.2018.116341. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revmae/article/view/116341>. Acesso em: 4 ago. 2025.

14. D. Pedro II, Imperador do Brasil (Rio de Janeiro, RJ, 1825 - Paris, França, 1891)

Imagem 34 – Meirelles, Victor. *Retrato de D. Pedro II do Brasil*. 1864.



Fonte: Acervo Museu de Arte de São Paulo.

Ocupação: monarca.

Gênero: masculino.

Tipologia das coleções: Antiguidades; Arte; História Natural; Etnografia.

Localização: Rio de Janeiro, RJ (séc. XIX).

Descrição:

“Nota-se o belo efeito do Apolo de Belvedere no nicho da pinacotheca, e nesta sala achão-se expostos vintes e dois quadros pertencentes a S. M. O Imperador, todos bons, sendo primoroso o S. Francisco de Assis (n. 107 do catálogo), original da escola espanhola: parece ser de Zarbaran, e, a sê-lo, é dos melhores deste mestre. São igualmente primorosos a bambochata (125), original da escola francesa, e a Suzana (124), original de Dieburg, da escola holandesa. Os dois episódios dos Lusíadas ns. 66 e 72 são originais do Vieira Portuense, um dos mais notáveis pintores portugueses.” (JORNAL DO COMMERCIO, 1859).

Às 15 horas, desembarquei em grand costume e dirige-me, sozinho para o Palácio de São Cristóvão ou da Boa Vista, como creio que é chamado e onde fui conduzido imediatamente à sala oficial de visitas, onde encontrei o pequeno imperador sentado num sofá, com o Príncipe Holandês à sua direita, os membros da Corte à sua roda e também o capitão Arriens. [...] Por fim, o jantar foi anunciado e o Imperador, precedendo o Príncipe à sua direita, levou-nos através de uma interminável série de salas e de um lindo quarto que serve de museu, até à biblioteca, na qual o jantar foi servido. [...] Um pouco antes das 20 horas, o Imperador tomou o jovem Príncipe pela mão e os dois desceram, silenciosamente, ao primeiro andar e nós retomamos nosso caminho para a biblioteca que tinha sido completamente esvaziada, inclusive de todas as iguarias que, descobri, é a remuneração de alguns membros principais da Casa Imperial (HAMOND, 1984, p. 147).

“[...] chegamos em seguida ao lugar destinado à ciência, à antiguidade, à mineralogia, etc. Parte da sala era ocupada por objetos de História Natural, entre os quais se destacavam os colibris, existindo nas vitrinas um espécime de macho e outro fêmea de todas as variedades conhecidas.

Outro departamento extraordinariamente interessante era o de medalhas e moedas: moedas correntes nos dias de Sócrates, Platão, Temístocles, Aristides, Macedônia, Siracusa, Tarento, etc. servindo para trazer vivos no espírito os grandes atos e seus atores da antiguidade, através de cujas mãos passaram aquelas peças de metal.

Os minerais e metais nativos estavam amplamente representados e bem classificados. Em uma caixa viam-se misturadas numerosas moringas antigas, principalmente peruanas. A maior parte era ornamentada em cores ou em relevo. Vide os espécimes representados na ilustração anexa.

A primeira figura à esquerda na fileira superior é o fac-símile de um objeto recentemente desenterrado e dado de presente ao Hon. H. A. Wise. Em seus dois blocos, um dos quais serve para encher a vasilha e outro para nela se beber, assemelha-se à “Bilha do Brasil”, que foi desenterrada sob uma forma ou outra na maior parte da América do Sul. Vasilhas de formas semelhantes foram encontradas nas catacumbas de Roma. O vaso seguinte, se fosse colocado numa coleção de relíquias egípcias, seria considerado como um genuíno “Canopus”, tão grande é a sua semelhança com alguns vasos faraônicos. O terceiro é uma garrafa de gargalo longo, modelada, em ambos os lados com a forma de salientes cabeças de peixe [...].

No peitoril de uma janela havia antiguidades de Herculano e Pompeia enviadas como presente à Imperatriz por seu irmão, Bomba de Nápoles. Todos eram cobertos com uma dura

crosta verde, que em um dos vasos estava um pouco raspada, deixando ver por baixo o metal, tão liso e polido quanto um moderno aparelho de chá saído da fábrica [...].

O laboratório era uma sala separada para experiências de ciência e química. Nela se encontravam uma bomba de ar, eletromagnetos, aparelhos elétricos e outros. Conta-se, para sua grande honra, que o Jovem Imperador aqui passa parte considerável do seu tempo. Gosta muito de livros e todos admitem que sua moral privada seja irrepreensível. Na sala vizinha existe um teatro; o tema do pano de boca é “O desembarque dos portugueses”. Nele se veem em primeiro plano, os nativos atônitos e um padre erguendo uma cruz, enquanto guerreiros graves, armados de espadas, permanecem ao seu lado - como uma viva representação do sistema dos conquistadores e daquele poder duplo, que quase despovoou esta metade da terra e sob cuja influência o homem é um ser miserável na outra metade” (EWBANK, 1976, p. 114-116).

Imagem 35 – Ewbank, Thomas. [Desenho da coleção de antiguidades pré-colombiana de D. Pedro II]. *[s. d.]*.



Fonte: Ewbank, 1976.

Dispersão:

Museu Nacional de Belas Artes, Museu Nacional da UFRJ, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Fundação Biblioteca Nacional.

Citado por:

ACERVO Augusto. *O Paiz*, Rio de Janeiro, a. VI, n. 3025, 6 ago. 1890. Coluna Salada de Frutas, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/178691_02/1168. Acesso em: 4 ago. 2025.

DANTAS, Regina Maria Macedo Costa. *A Casa do Imperador: do Paço de São Cristóvão ao Museu Nacional*. 2007. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

DANTAS, Regina Maria Macedo Costa. Anexo 1 – Museu. In: _____. *A Casa do Imperador: do Paço de São Cristóvão ao Museu Nacional*. 2007. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. p. 293.

EWBANK, Thomas. *A vida no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976. p. 114-116.

FREIRE, Domingos. Ofício ao diretor da Biblioteca Nacional, Raul d'Ávila Pompéia, remetendo a Coleção de Numismática que se achava no Museu e que pertencem ao ex-imperador, conforme mandou o Ministro da Justiça e Negócios Interiores por ofício n. 1744 de 22/11/1894. Rio de Janeiro, RJ, 1894. 4 doc. (8 p.).

JORNAL DO COMMERCIO, Rio de Janeiro, n. 80, 21 mar. 1859. Coluna A Semana. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/364568_04/14188. Acesso em: 4 ago. 2025.

SCHWARCZ, Lília Moritz; DANTAS, Regina. O Museu do Imperador: quando colecionar é representar a nação. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 46, p. 123-164, fev. 2008. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rieb/article/view/34602/37340>. Acesso em: 30 jul. 2025.

15. Joaquim Sertório (São Paulo, SP, 1827-1905)

Ocupação: militar (tenente-coronel); político.

Gênero: masculino.

Tipologia das coleções: História Natural; Memorabilia; História; Numismática; Antropologia; Etnografia.

Localização: São Paulo, SP (séc. XIX).

Descrição:

“Depois do almoço apareceu o engenheiro sueco, dr. Leffgreen, com o meu amigo dr. Rath a fim de me acompanharem ao “Museu do coronel Sertório”. Desde que chegara tinha ouvido muita sobre esta coleção particular, mas devo confessar que ela excedeu à minha expectativa. O coronel Sertório é um homem rico e só, que tem a paixão das coleções. Sem preocupação científica ele encheu completamente a sua casa de uma quantidade de objetos dos mais diferentes gêneros. Há ali muita coisa inútil ao lado de material extraordinariamente importante. Mas o certo é que a coleção foi feita com enorme esforço e grande sacrifício de dinheiro, e seguramente nenhum particular no Brasil fez coisa parecida. Suas coleções constituem um museu como nenhuma província do país possui e representam um valor muito grande. O dr. Leffgreen - um dos engenheiros suecos que o ilustre cientista da mesma nação André Reynell fez vir (o sr. André Reynell tem 90 anos e vive em Caldas, província de Minas Gerais, e aplica a sua grande fortuna em atividades do maior interesse científico), o dr. Leffgreen, dizia eu, desde algum tempo tomou a si tarefa de ordenar tecnicamente as coleções do coronel Sertório. Nas diferentes salas, corredores e escadas da casa (porque tudo está cheio), vi tanta coisa interessante que não posso dar uma ideia. A secção ornitológica possui todos os pássaros do sul do Brasil em ótimo exemplares. A secção zoológica possui também a maior parte dos quadrúpedes brasileiros em exemplares igualmente excelentes. A coleção de moluscos é extremamente rica e possui notadamente ostras de pérolas em grande profusão e de surpreendente beleza. Igualmente ricas e bem-organizadas são as seções mineralógica e botânica, que, graças à atividade do dr. Leffgreen, possuem um alto valor científico. A coleção de peixes e répteis é da mesma forma muito abundante, mas, ao contrário, a coleção antropológica não é muito valiosa, pois só possui um esqueleto de mulher preparado na Europa e alguns crânios comuns. Não há sobre o homem americano, nem crânios ou ossos dos sambaquis, nem tampouco ossos das cavernas. Chamei a atenção do digno colecionador sobre

esta deficiência, e ele naturalmente procurará saná-la, pois, como é rico, não lhe faltarão meios. A coleção etnográfica contém poucas armas de pedra, urnas e potes, mas possui, em compensação, muitos objetos de uso dos indígenas atuais, que são muitos interessantes. A coleção de moedas é bem coordenada e tem exemplares raros; é de importância considerável. Ao lado se vê uma coleção de jornais brasileiros, quadros, gravuras e litografias, também muito interessante. O “Museu do major Sertório” é rico em curiosidades. Ali estão as disciplinas (instrumentos de flagelação) dos velhos conventos de São Paulo; uma camisa, uma toalha de barba e cartas de Solano Lopez; a espada ornada de ouro do general Tobias; uma espada de couraceiro do campo de batalha de Sedan; velhos floretes de Toledo; um assento de honra que serviu a D. Pedro I em São Paulo, além de uma quantidade de outras coisas como fetos, petrificações, ovos de pedra, etc. Seriam necessárias semanas para um estudo completo da coleção, tão rica é ela. É sem dúvida um trabalho de primeira ordem para um particular e quem visitar São Paulo não deve deixar de passar algumas horas no museu do Sertório, tanto mais quanto o coronel se alegra muito quando pode mostrar suas coleções. O fato de ter o dr. Leffgreen organizado cientificamente as coleções e de grande importância para a ciência. O coronel Sertório devia doar suas coleções à província, para servir de base a um museu; prestaria assim o maior serviço a São Paulo; mas a província deveria possuir um edifício conveniente para este fim e deixar as coleções com o seu possuidor até a morte, porque elas lhe são muito caras e ele só vive para o seu museu. Depois de ter bebido um copo de cerveja fresca (assentado no trono de D. Pedro I), despedimos-nos do amável colecionador [...]. São Paulo, 9 de novembro de 1883 (KOSERITZ, 1980, p. 265-267).

“Não há morador ou visitante desta cidade interessado em observar espécimes das riquezas minerais do nosso solo, das coleções da flora e fauna brasileiras e bem assim de objetos destinados aos estudos de história e etnografia pátria que não conheça e admire o valioso museu organizado pelo nosso ilustre amigo Sr. Coronel Joaquim Sertório. Constante e infatigável nas suas pesquisas, tem o proprietário desse museu reunindo exemplares raros e curiosíssimos relativos às ciências, belas-artes, letras e indústrias, quer dos mais remotos períodos da fundação do Brasil, e sobretudo da Província de S. Paulo, quer de épocas recentes” (CORREIO PAULISTANO *apud* CARVALHO, 2015).

“Um dos mais antigos exemplos conhecidos é o Museu Sertório, organizado por Joaquim Sertório, comerciante paulista, cujas coleções incluíam objetos de História Natural, de etnografia e ligados à história do Brasil (consta que Joaquim Sertório adquiriu cartas de Solano

Lopez e um assento de honra que serviu a D. Pedro I). O Museu foi instalado em sua própria residência, no Largo Municipal, em São Paulo. Preocupado com a correta classificação de seu acervo, Joaquim Sertório convidou o engenheiro sueco Alberto Löefgren para se encarregar da organização das peças. [...] Joaquim Sertório vendeu sua coleção ao Conselheiro Francisco de Paula Mayrink, em 1890 e este, no mesmo ano, doou o acervo Sertório ao Governo do Estado de São Paulo. A coleção acabou por constituir um dos núcleos iniciais do Museu Paulista, aberto ao público em 1895” (ALMEIDA, 2012, p. 190).

Dispersão:

Em 1890, foram adquiridas pelo Conselheiro Francisco de Paula Mayrink, que, no mesmo ano, as doou para o Governo do Estado de São Paulo, sendo incorporadas ao Museu Paulista em 1895.

Citado por:

ALMEIDA, Cícero Antônio F. de. Objetos que se oferecem ao olhar do colecionador e o “desejo de museu”. In: MAGALHÃES, Aline Montenegro; BEZERRA, Rafael Zamorano (orgs.). *Coleções e colecionadores: a polissemia das práticas*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2012. 311 p.

CARVALHO, Paula. De uma “cientificidade difusa”: o coronel e as práticas colecionistas do Museu Sertório na São Paulo em fins do século XIX. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, N. Sér., v. 23, n. 2, p. 189-210, jul./dez. 2015. Disponível em: scielo.br/j/anaismp/a/qfQfgDHF5vrhYBgJZLMLZDc. Acesso em: 4 ago. 2025.

CARVALHO, Paula Caroline de Andrade. O Museu Sertório: uma coleção particular em São Paulo no final do século XIX (primeiro acervo do Museu Paulista). *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 105-152, 2014. DOI: 10.1590/S0101-47142014000200005. Disponível em: <https://revistas.usp.br/anaismp/article/view/103876>. Acesso em: 4 ago. 2025.

KOSERITZ, Carl von. *Imagens do Brasil*. Tradução, prefácio e notas: Afonso Arinos de Melo Franco. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980. p. 265-267.

16. Joaquim Antônio Alves Ribeiro (Fortaleza, CE, 1830-1875)

Imagem 36 – Autor desconhecido. *[Retrato de Joaquim Antônio Alves Ribeiro]. [s. d.]*.



Fonte: Biernath, 2024.

Ocupação: médico.

Gênero: masculino.

Tipologia das coleções: História Natural.

Localização: Fortaleza, CE (séc. XIX).

Descrição:

“Amanhã abrir-se-á às 4 horas da tarde o Museu de História Natural na rua da Boa Vista, esquina da travessa Municipal. Igualmente estará aberto todos os domingos e dias santos à mesma hora. Os bilhetes vendem-se à porta do edifício a 500 réis cada um. O proprietário, não mirando interesse pecuniário, é, contudo, obrigado a taxar aos visitantes essa espórtula, a fim de ocorrer às despesas com o estabelecimento, e à aquisição de novos produtos” (BIERNATH, 2024).

“Museu ou Gabinete de História Natural - Funciona em um compartimento do edifício em que se acha a biblioteca, na praça do Marquês de Herval. A coleção de objetos de história natural de que é constituído este museu foi oferecida à província pelo Dr. Joaquim Antônio Alves Ribeiro. A classificação dos objetos constitui o núcleo do museu provincial é a seguinte” (PEREIRA, 1873, p. 361).

“No Ceará, em meados de 1871, um colecionador particular, o Dr. Joaquim Antônio Alves Ribeiro, médico da Santa Casa de Misericórdia e Capitão Cirurgião da Guarda Nacional, possuía um pequeno museu com objetos de História Natural, aberto ao público. Sabemos da existência dessa coleção porque o médico solicitou doá-la ao governo para compor o núcleo inicial de um Gabinete de História Natural na província em troca de uma distinção honorífica” (LOPES, 2009, p. 151-152).

Observação:

A descrição do museu de História Natural de Joaquim Antônio Alves Ribeiro aparece no *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Província do Ceará para o anno de 1873*.

Dispersão:

Em 1871, Joaquim Ribeiro ofereceu o seu museu ao governo provincial, que nos anos seguintes concluiu a aquisição a fim de criar o Museu Provincial do Ceará.

Citado por:

BIERNATH, André. A curiosa e desconhecida história de Alves Ribeiro, o 1º médico brasileiro formado em Harvard. *BBC News Brasil*, 2 abr. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c1rx23gvp13o>. Acesso em: 4 ago. 2025.

FREIRE, Joaquim da Cunha. Carta. Província do Ceará, 5 jun. 1871. Arquivo Nacional. IEC 64.

LOPES, Maria Margaret Juergen Richard. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. Brasília: UnB, 2009.

PEREIRA, João Baptista. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Província do Ceará para o anno de 1873*. Fortaleza, 1873. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/706043/376>. Acesso em: 4 ago. 2025. p. 361.

VASCONCELOS, Eduardo Henrique Barbosa de. *A ciência peculiar de Joaquim Antônio Alves Ribeiro: Ceará - Harvard - Ceará*. Teresina: Cancioneiro, 2024. 286 p.

VASCONCELOS, Eduardo Henrique Barbosa de. “*Antes do sol matar a flor*”: Joaquim Antônio Alves Ribeiro, o Gabinete de História Natural e a Ciência no Ceará (segunda metade do século XIX). 2023. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

17. Joaquim Lopes Lebre, o Barão, Visconde e Conde de São Joaquim (Lisboa, Portugal, 1834 - São Paulo, SP, 1909)

Imagem 37 – Autor desconhecido. *Conde de São Joaquim*. 1884.



Fonte: Galeria Photographica-Biographica Luzo-Brazileira.

Ocupação: aristocrata; comerciante.

Gênero: masculino.

Tipologia das coleções: Arte.

Localização: São Paulo, SP (séc. XIX-XX).

Descrição:

“Em 1922, foi a vez da viúva do Barão de São Joaquim cumprir o desejo do falecido marido, doando 64 obras à pinacoteca da Escola Nacional de Belas Artes, na maioria pintura a óleo, além de desenhos e aquarelas europeias. Destacam-se no lote vinte pinturas de [Louis] Eugene Boudin e criações de influência impressionista como de Alfred Sisley, além de obras mais antigas como uma tela de Brueghel de Velours ou um David Teniers, do século XVII” (KNAUSS, 2001, p. 27).

Observação:

O Barão de São Joaquim participou do Leilão do Paço Imperial de São Cristóvão, arrematando: “duas pêndulas, lotes 1132 e 1134, a primeira representava Roma e a segunda, dourada, com ricos trabalhos em relevo e figuras mitológicas” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE, 1940, p. 186); “Uma linda pêndula de madeira esculpida com mostrador de horas de Paris, Pequim e Rio de Janeiro e um calendário, belo trabalho de indústria nacional (lote 1171) [...] figurou numa exposição da Imperial Academias de Belas Artes” (*Ibid.*, p. 187). “Duas lâmpadas de bronze dourado a fogo e fina porcelana azul e uma pêndula em forma de vaso, (estão no Museu Imperial, mediante requisição ao Museu Nacional de Belas Artes), de bronze dourado a fogo, com ricos trabalhos em relevo” (lotes 1387-1388) (*Ibid.*, p. 190). “Um tinteiro de prata com iniciais e coroa, por 310\$000, (lote 1939). Está no Museu Nacional de Belas Artes, numa montra do primeiro pavimento” (*Ibid.*, p. 198).

Dispersão:

A coleção de arte foi doada para a pinacoteca da Escola Nacional de Belas Artes – posteriormente, Museu Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro.

Citado por:

KNAUSS, Paulo. O cavalete e a paleta: arte e prática de colecionar no Brasil. *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, v. 33, p. 23-44, 2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. *Anuário do Museu Imperial*. Petrópolis, 1940. Disponível em: memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=063142&pagfis=160. Acesso em: 4 ago. 2025.

MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES. *Louis Eugène Boudin na Coleção dos barões de São Joaquim*. Catálogo. Rio de Janeiro, MNBA; Curitiba: MON, 2004.

18. Antônio Pedro de Andrade (1839-1921)

Ocupação: comendador; presidente do Banco Comercial do Rio de Janeiro; jornalista do Correio Mercantil e do Jornal do Comércio.

Gênero: masculino.

Tipologia das coleções: Numismática; Minerais.

Localização: Rio de Janeiro, RJ (séc. XIX-XX).

Descrição:

“Este foi reconhecidamente ‘o maior doador individual da coleção de numismática: a nossa coletânea é constituída na sua maior parte, pelo legado deste grande colecionador de origem portuguesa, nascido em Funchal, em 1839. Emigrou para o Brasil aos dezesseis anos, e na maturidade chegou ao cargo de presidente do Banco Commercial do Rio de Janeiro. A sua coleção de moedas e medalhas, perfaz um total de quase 14000 peças: além das citadas moedas gregas, encontramos cerca de 7500 exemplares romanos, entre outras; estas foram deixadas por meio de testamento à Biblioteca Nacional, após a sua morte em 1921, e no ano seguinte foi incorporada ao acervo do recém-criado MHN. Nenhuma das peças da coleção nos fornece um contexto arqueológico, ou seja, não são provenientes de nenhuma escavação específica nas regiões de origem, mas adquiridas ou presenteadas ao Comendador em países, como Portugal, França e até União Soviética, como nos mostram algumas fichas redigidas à pena pelo seu compilador da época” (MAGALHÃES, 2012).

“Sabemos ainda que transcorreu seus últimos dias no Rio de Janeiro, dedicando-se às suas coleções de minerais, selos, moedas e medalhas. O ilustre numismata foi ainda casado com a Sr^a Luiza Henriqueta Ferreira de Andrade desde 1860, e legou sua não menos valiosa coleção filatélica ao neto, Dr. Antônio Pedro de Andrade Muller” (*Id.*, 2022, p. 148-149).

Dispersão:

A coleção de Numismática encontra-se atualmente no Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro. Também consta o mobiliário original em que a coleção ficava exposta na casa do Comendador, atualmente se encontra no Departamento de Numismática do MHN.

Citado por:

BRAGA, C. A. Antonio Pedro de Andrade (1839-1921). *Revista Numismática*, São Paulo, a. I, n. 3, p. 194-196, 3. trim. 1933.

MAGALHÃES, Maricí Martins. As moedas gregas da Coleção Comendador Antônio Pedro de Andrade e a “Sylloge Nummorum Graecorum Brasil I” do Museu Histórico Nacional. In: MAGALHÃES, Aline Montenegro; BEZERRA, Rafael Zamorano (orgs.). *Coleções e colecionadores: a polissemia das práticas*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2012. p. 104-122.

MAGALHÃES, Maricí Martins. Moedas gregas na coleção do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro (MHN) e as primeiras amoedações da Ásia Menor. *NEARCO - Revista Eletrônica de Antiguidade e Medievo*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 147-159, 2022. DOI: 10.12957/nearco.2011.71768. Disponível em: e-publicacoes.uerj.br/nearco/article/view/71768. Acesso em: 4 ago. 2025.

19. Salvador de Menezes Drummond Furtado de Mendonça (Itaboraí, RJ, 1841 - Rio de Janeiro, RJ, 1913)

Ocupação: advogado.

Gênero: masculino.

Tipologia das coleções: História Natural.

Localização: Rio de Janeiro, RJ (séc. XIX).

Descrição:

“Antes do seu falecimento, em 1921, Salvador de Mendonça já havia contribuído com a doações à instituição oficial de promoção das artes (MNBA). [...] Durante longo tempo viveu como diplomata em Washington, capital dos Estados Unidos, tendo mesmo casado com uma americana. Sua coleção de pintura, segundo o catálogo particular de 1890, continha 228 obras, e tudo indica que ainda foi acrescida de muitos outros itens até sua morte em 1921. Em sua época, a coleção de Salvador de Mendonça contou com uma grande fama e, possivelmente, se não foi a maior, sem dúvida foi uma das maiores coleções de pintura, na maioria artistas europeus, propriedade de um brasileiro. Salvador de Mendonça, que era conhecido escritor e fundador da Academia Brasileira de Letras, possuía, além de sua coleção de arte, uma farta biblioteca doada à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. No entanto, era sua coleção exclusivamente dedicada à pintura e quase unicamente a pintura europeia dos séculos XVII, XVIII, e XIX, e que se tornou inigualável para a época, apresentando um caso de colecionador ultra especializado na reunião de objetos (KNAUSS, 2001, p. 28-29).

Dispersão:

Fundação Biblioteca Nacional e Museu Nacional de Belas Artes.

Citado por:

KNAUSS, Paulo. O cavalete e a paleta: arte e prática de colecionar no Brasil. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 33, p. 23-44, 2001. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=MHN&pasta=Anais%20do%20Museu%20Historico%20Nacional\Volume%20XXXIII%20-%202001&pesq=o%20cavalete%20e%20a%20paleta>. Acesso em: 31 jul. 2025.

20. Júlio César Ribeiro Vaughan (Sabará, MG, 1845 - Santos, SP, 1890)

Imagem 38 – Autor desconhecido. *[Retrato de] Júlio César Ribeiro Vaughan. [s. d.]*.



Fonte: Revista Ilustração Brasileira, a. XXIV, n. 140, p. 66. Hemeroteca da Fundação Biblioteca Nacional.

Ocupação: escritor; filólogo.

Gênero: masculino.

Tipologia das coleções: Numismática.

Localização: São Paulo, SP (séc. XIX).

Descrição:

“Pretende o Governo deste Estado fazer aquisição da coleção numismática, que pertenceu ao finado filólogo Julio Ribeiro, e desejando obter parecer sobre o valor da coleção, por pessoa entendida e competente, incumbiu-me de me dirigir a vós, pedindo para tal fim, a indicação de uma pessoa competente.

O Governo indenizará a viagem do respectivo numismático e vos pede ainda entender-se com a pessoa que julgardes habilitada para isso a fim de que a mesma venha procurar-me neste Museu, onde atualmente acha-se a dita coleção.

Tenho a observar que o valor da coleção consiste especialmente na parte referente à antiguidade, sendo bem representadas moedas romanas, da Grécia e da Fenícia.

Saúde e fraternidade

O Diretor do Museu - Dr. H. von Ihering” (IHERING, 1895).

Dispersão:

Museu Paulista (fins do século XIX).

Citado por:

IHERING, Herman von. Ofícios ao diretor da Biblioteca Nacional, Raul d'Ávila Pompéia, solicitando alguns volumes dos anaes desta Biblioteca, requerendo informações acerca do Dicionário da língua brasileira, publicado pela BN, e pedindo a indicação de uma pessoa para avaliar a coleção numismática que pertenceu a Júlio Ribeiro. São Paulo, SP, 1895. 2 doc. (2 p.).

MORAES, Fábio Rodrigo de. Uma coleção de história em um museu de ciências naturais: o Museu Paulista de Hermann von Ihering. *An. Mus. Paul.*, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 203-233, jun. 2008. DOI: 10.1590/S0101-47142008000100006. Disponível em: scielo.br/j/anaismp/a/SwFg3mcNytgs8ngvLyn6DVL. Acesso em: 4 ago. 2025.

PERRONI, Lígia Kulaif. *A Numismática no Museu Paulista: uma coleção de moedas em um museu de História Natural (1893-1916)*. 2021. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. 108 p. DOI: 10.11606/D.103.2021.tde-20062022-141412. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/103/103131/tde-20062022-141412/pt-br.php>. Acesso em: 4 ago. 2025.

21. Ana Clara Breves de Moraes Costa, a Condessa de Haritoff (?, 1850 - ?, 1893)

Imagem 39 – Richter, Gustav Karl Ludwig. *Retrato de Mme. Haritoff*. 1879.



Fonte: Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro, Brasil.

Ocupação: aristocrata.

Gênero: feminino.

Tipologia das coleções: Arte.

Localização: Rio de Janeiro, RJ (séc. XIX).

Descrição:

“O seu salão é o único que alia o chic e a verdadeira elegância com a alegria e a arte. Ela reuniu tudo que oferecem a arte e a elegância e o mesmo mais pequeno objeto é uma obra-prima. Ali se encontram, ao lado de telas de grandes mestres, (inclusive um retrato em tamanho natural, pintado em Berlim por Richter), as mais preciosas antiguidades, velhos sèvres e saxes em raros exemplares, móveis de Boule de apurado gosto e preços quase inacessíveis” (KOSERITZ, 1980, p. 176).

Dispersão:

Pouco se sabe sobre o paradeiro das obras de arte de sua coleção. Seu famoso retrato pintado por Gustav Richter, por exemplo, foi doado ao Museu Nacional de Belas Artes por Aloysio Clemente Breves.

Citado por:

KOSERITZ, Carl von. *Imagens do Brasil*. Tradução, prefácio e notas: Afonso Arinos de Melo Franco. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980. p. 176.

22. Amélia Machado de Coelho e Castro, a Viscondessa de Cavalcanti (?, 1852 - ?, 1946)

Imagem 40 – Autor desconhecido.
Viscondessa de Cavalcanti. [s. d.].



Fonte: Acervo Fundação Museu Mariano Procópio.

Ocupação: aristocrata.

Gênero: feminino.

Tipologia das coleções: Arte; História Natural; Numismática; Antropologia; Antiguidades; Memorabilia; Livros.

Localização: Rio de Janeiro, RJ (séc. XIX); Paris, França (séc. XIX-XX).

Descrição:

“Quando estive na Holanda, em 1911, informou-me o livreiro Frederik Muller, de Amsterdam, que a Viscondessa de Cavalcanti, residente em Paris, possuía um quadro de Frans Post. A fim de satisfazer a minha curiosidade, fiz uma visita aquela senhora e tive o prazer de apreciar o quadro de sua propriedade, linda tela de 1m, 13 de largura por 0m,85 de altura e uma das melhores que tenho visto do artista holandês” (SOUTO MAIOR, 1918, p. 118).

“Deixando-se ficar em Paris, onde fixou residência, a Viscondessa de Cavalcanti consagrou-se aos estudos e a um trabalho beneditino de colecionar documentos e livros sobre o Brasil, moedas e medalhas brasileiras e portuguesas, autógrafos de brasileiros, quadros

brasileiros, selos, etc. Seu “Catálogo de moedas brasileiras e portuguesas”, em dois grandes volumes, primorosamente impresso e gravados, é obra de muito apreço entre os especialistas, assim como a opulenta coleção de autógrafos e de publicações sobre o Brasil tem enorme estima. Sua galeria de pintura guarda, ao lado dos mestres estrangeiros, os nossos Victor Meireles, Taunay, Pedro Américo, Almeida Júnior, Bernardelli, Baptista da Costa, Zeferino Weingartner, etc. Dominando e autenticando essa coleção há um leque precioso em cujas varetas estão assinadas os maiores nomes da política, das ciências, das artes, de um longo e brilhante período e onde Henrique Bernardelli reproduziu uma figura de seus “Bandeirantes” e Rodolpho pintou o busto de seu “Christo”. Agora ainda, a Viscondessa ocupa-se patrioticamente de um trabalho já muito adiantado e de fôlego - “Dicionário Biográfico Brasileiro”. Não é, pois, uma mulher banal essa patricia que hoje em visita, esperemos que demorada, depois de um intervalo de 15 anos; Antes de radicar-se na nossa gratidão pelo opulento donativo feito ao Estado, ela era já uma brasileira de nos fazer orgulhosos”. - P. c. c. - Z (JORNAL DO COMMERCIO, 1926, p. 3).

“O sr. Ministro da Fazenda concedeu isenção de direitos para uma caixa de papelão verde vinda no vapor “Formose”, com destino ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro contendo gravuras e desenhos, uma caixa para pomada em miniatura, 3 leques colocados em quadro, um pacotinho de galões, que representam dádivas da Viscondessa de Cavalcanti ao nosso Instituto” (JORNAL DO COMMERCIO, 1928, p. 3).

“A ilustre titular brasileira, Sra. Viscondessa de Cavalcanti, ofereceu ao Instituto Histórico os valiosos objetos históricos abaixo mencionados, que pertenciam à coleção inestimável que ornamenta a sua residência em Paris: 1 leque com varetas douradas e pedras, tendo os retratos de D. Pedro I e D. Leopoldina, recebendo a entrega das credenciais de Sir. Charles Stuart, para o tratado de reconhecimento da Independência do Império do Brasil; 1 leque de madrepérola, representando a fundação do Império; 1 caixa de rapé, em ouro e tartaruga, com os retratos de D. Pedro I e D. Amélia; galão bordado com o escudo imperial; 3 retratos de D. Amélia, Imperatriz do Brasil; 3 retratos de D. Teresa Cristina, Imperatriz do Brasil; 4 retratos de D. Pedro I; 11 retratos de D. Pedro II, 1 retrato de D. João VI; 1 retrato de D. Leopoldina, Princesa do Brasil; duplicata do grupo da Família Imperial; 3 retratos de Colombo; retratos dos soberanos e príncipes contemporâneos de Luís XVIII; 2 retratos do Barão do Rio Branco; retrato do padre Álvaro Semedo, da Companhia de Jesus, indo a Roma, como procurador das províncias do Japão e da China (1640); figura do monstro achado no reino

de Santa Fé, no Peru; visita de Carnot, presidente da França, a D. Pedro II; 2 vistas do dirigível Santos Dumont; 4 jornais ilustrados trazendo o histórico mesmo dirigível; 8 estampas: Cabral em Vera Cruz - O Brasil em 1500 - O Apóstolo do Novo Mundo - Henrique Dias - Os bandeirantes - Tiradentes - Brado do Ipiranga - Grupo com retratos de D. Pedro II, José da Silva Lisboa, José Bonifácio, Padre Diogo Feijó, Duque de Caxias; Estampa representando índios do Brasil; 4 estampas: vistas do Rio de Janeiro - Vista da Chegada do Visconde do Rio Branco ao Rio de Janeiro em 20 de julho de 1879; número do Petit Journal, trazendo os funerais de D. Pedro II, em Paris: “scena de Lisboa - D. Pedro I, do Brasil e IV de Portugal, distribuindo comendas; Planta da cidade e fortaleza de Paraíba, em Brasília: mapa geral, trazendo o roteiro da viagem de Dumont d’Urville: quadro cronológico com bustos dos soberanos de Portugal; Proclamação da Independência do Brasil (quadro de Pedro Américo - 7 de setembro de 1822), com oferecimento autógrafo ao Visconde de Cavalcanti ” (INSTITUTO HISTÓRICO, 1928, p. 6).

Dispersão:

As coleções foram divididas entre as seguintes instituições museais: Museu Mariano Procópio (Arte; História Natural; Antiguidades; Memorabilia); Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Arte; Memorabilia); Museu Nacional de Belas Artes (Arte); e Museu Volkenkunde, em Leiden, na Holanda (Antropologia).

Citado por:

ALBUQUERQUE, Amélia Machado Cavalcanti de. *Catálogo das medalhas brasileiras e das estrangeiras referentes ao Brazil da Colleção Numismática pertencente à Viscondessa de Cavalcanti*. 1889.

CHAVES, André Onofre Limírio. *Do Kemet para o Novo Mundo: o colecionismo de antiguidades egípcias no Brasil Imperial (1822-1889)*. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. Coleções da Viscondessa de Cavalcanti no Museu Mariano Procópio. In: MALTA, Marize *et al.* (orgs.). *Histórias da arte em coleções: modos de ver e exibir em Brasil e Portugal*. Rio de Janeiro: Rio Books/FAPERJ, 2016. p. 57-70.

COSTA, Angelita Maria Rocha Ferrari da. *A coleção de pinturas em miniatura da Viscondessa de Cavalcanti no Museu Mariano Procópio*. 2010. Dissertação (Mestrado em História, Cultura e Poder) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010.

INSTITUTO HISTÓRICO. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, a. 101, n. 62, 14 mar. 1928. p. 6. Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

JORNAL DO COMMERCIO, Rio de Janeiro, a. 99, n. 132, 14 maio 1926. Registo, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/364568_11/16676. Acesso em: 4 ago. 2025.

JORNAL DO COMMERCIO, Rio de Janeiro, a. 101, n. 55, 6 mar. 1928. *Varias noticias*, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/364568_11/25298. Acesso em: 4 ago. 2025.

O PRIMEIRO pintor no Brasil. *Leitura Para Todos*, Rio de Janeiro, a. X, n. 108, 1928. p. 96.

RASCUNHOS. *O Imparcial*, Rio de Janeiro, a. XV, n. 5636, 29 jul. 1926.

SANTOS, Rita de Cássia Melo. Objetos em trânsito - Amélia Cavalcanti e o colecionismo do século XIX. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 24, n. 3, p. 351-364, set./dez. 2020.

SOUTO MAIOR, Pedro. A Arte Holandesa no Brasil. Conferência realizada na Escola Nacional de Bellas Artes a 20 de setembro de 1916. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, t. 83, p. 118, 1918.

UMA DOAÇÃO que enriquece a Escola Nacional de Bellas Artes; A oferta da Viscondessa de Cavalcanti. *O Paiz*, Rio de Janeiro, a. XLII, n. 15180, 13 maio 1826. p. 1.

23. Luiz de Rezende (Rio de Janeiro, RJ, ?-?)

Ocupação: comerciante.

Gênero: masculino.

Tipologia das coleções: Arte; Livros; Artes Decorativas.

Localização: Rio de Janeiro, RJ (séc. XIX-XX).

Descrição:

“Misto de artista e homem de negócios, segundo a caracterização de Coelho Netto, no desenvolvimento de seu ofício passava parte do ano na capital francesa, em sua residência na *Place de la Madeleine*, ocupando-se de cuidar de modelagem e fundição de peças de sua produção. A coleção de Luiz de Rezende, que foi a leilão em 1937, indica uma profusão de 941 peças, das mais diversas, sem falar na valiosa biblioteca de artes orientais e europeia. A associação de objetos e livros indica a especialização do colecionador, possuidor de uma biblioteca especificamente dedicada aos estudos de arte.... predomínio de objetos decorativos, entre porcelana, cristal, prataria, e joias, além de pinturas a óleo e gravura, destacando-se ainda um gosto acentuado pelas artes orientais” (KNAUSS, 2001, p. 28-29).

Dispersão:

Sem informações.

Citado por:

KNAUSS, Paulo. O cavalete e a paleta: arte e prática de colecionar no Brasil. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 33, p. 23-44, 2001. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=MHN&pasta=Anais%20do%20Museu%20Historico%20Nacional\Volume%20XXXIII%20-%202001&pesq=o%20cavalete%20e%20a%20paleta>. Acesso em: 31 jul. 2025.

24. Mrs. Jordan (?)

Ocupação: desconhecida.³⁰⁷

Gênero: feminino.

Tipologia das coleções: História Natural.

Localização: Rio de Janeiro, RJ (séc. XIX).

Descrição:

“Sexta-feira, 28 de julho de 1837: Fui ainda a Mrs. Jordan que me mostrou uma enorme coleção de samambaias que apanhou na serra. Parece uma variedade infindável e ela as preservou, colocando-as entre folhas de papel” (HAMOND, 1984, p. 166).

Dispersão:

Sem informações.

Citado por:

HAMOND, Graham. *Os Diários do Almirante Graham Eden Hamond*. Trad. de Paulo F. Geyer, Rio de Janeiro: Ed. J.B., 1984. p. 166.

³⁰⁷ Filha do cônsul Mr. Richard Pennell.